



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ILNAR FERNANDES FEITOZA

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O MERCADO AEROSPACIAL: a disputa pelo
chão de Alcântara, Maranhão

São Luís
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ILNAR FERNANDES FEITOZA

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O MERCADO AEROESPACIAL: a disputa pelo
chão de Alcântara, Maranhão

São Luís
2024

ILNAR FERNANDES FEITOZA

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O MERCADO AEROESPACIAL: a disputa pelo
chão de Alcântara, Maranhão

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão
(PPGCSoc/UFMA), como requisito parcial para
obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana
Júnior

Coorientador: Prof. Dr. Benjamin de Alvino Mesquita

São Luís
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Feitoza, Ilnar Fernandes.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O MERCADO AEROESPACIAL: : a
disputa pelo chão de Alcântara, Maranhão / Ilnar Fernandes
Feitoza. - 2025.

379 f.

Coorientador(a) 1: Benjamin Alvino de Mesquita.

Orientador(a): Horácio Antunes de Santžana Júnior.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão,
São Luís, 2025.

1. Quilombolas. 2. Capitalismo. 3. Desenvolvimento.
4. Dependência. 5. Grandes Projetos. I. Mesquita,
Benjamin Alvino de. II. Santžana Júnior, Horácio Antunes
de. III. Título.

ILNAR FERNANDES FEITOZA

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS E O MERCADO AEROESPACIAL: a disputa pelo
chão de Alcântara, Maranhão**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão
(PPGCSoc/UFMA), como requisito parcial para
obtenção do título de doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant'Ana
Júnior

Coorientador: Prof. Dr. Benjamin de Alvino Mesquita

BANCA EXAMINADORA:

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior
Doutor em Ciências Humanas (Orientador)
Universidade Federal do Maranhão

Benjamin de Alvino Mesquita
Doutor em Políticas Públicas pela UFMA (Coorientador)
Universidade Federal do Maranhão
(Examinador Externo ao PPGCSoc)

Madian de Jesus Frazão Pereira
Doutora em Sociologia pela UFPB
Universidade Federal do Maranhão
(Examinadora Externa ao PPGCSoc)

Davi Pereira Júnior
PhD in Latin American Studies - University of Texas at Austin
Universidade Estadual do Maranhão
(Examinador Externo)

Rosa Elizabeth Acevedo Marin
Doutorado em História e Civilização - École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS)
Universidade Federal do Pará
(Examinadora Externa)

Dedico este trabalho à minha irmã Antônia Fernandes Feitoza (Antonieta), *in memoriam*.
E as comunidades quilombolas de Alcântara/MA e demais comunidades rurais brasileiras que lutam pelo reconhecimento do direito à terra.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um sentimento que expressa amor à vida e as pessoas que estão ou estiveram conosco. Concretizar desejos não é tarefa fácil, por isso as relações e as trocas humanas são essenciais na vida.

Esta tese jamais seria escrita sem as orientações e revisões precisas do professor Horácio Antunes, por isso minha gratidão eterna. Primeiramente, me acolheu como aluna ouvinte em disciplinas do curso de Ciências Sociais, em turmas da graduação e da pós-graduação. A partir disso, adquiri uma base de conhecimentos para aprovação no seletivo do doutorado. Minha formação superior é em Economia. Agradeço pelas orientações dele e ética profissional. Enfim, agradeço por ele ser quem é.

Assim como, agradeço, imensamente, as orientações do professor Benjamin Mesquita. Durante este trabalho não mediu esforços em revisar dados e análises dos dados secundários. Deu sugestões valiosas de leituras que sustentaram vários capítulos do trabalho desta tese.

Agradeço também aos professores Marcelo Carneiro e Davi Pereira. Integraram a banca de qualificação e fizeram observações relevantes para a construção final do trabalho. Na defesa, tivemos as participações das professoras Rosa Acevedo e Madian Frazão. A professora Rosa Acevedo fez uma leitura atenta ao trabalho. Com seu olhar aguçado, indicou lacunas que, deixaram o trabalho mais completo. Assim como, as indicações da professora Madian Frazão, sob o olhar da antropologia, fizeram-me represar e refazer partes importantes deste trabalho.

O objeto deste trabalho não teria se cumprido sem as entrevistas realizadas em Alcântara. Sou extremamente grata, a seu Orlando e dona Ana Célia (Queinha) de Vista Alegre, sempre receptivos e colaboradores. Assim como, agradeço imensamente ao senhor Aniceto (STTR), dona Leandra (Peptal), Borjão (sede), Militina (Mamuna). Agradeço aos vereadores e empresários do município, que abriram espaços para me concederem a entrevista. E agradeço, em especial, a ex-vereadora Menca por nossas conversas e trocas ao longo do doutorado.

Também agradeço aos meus colegas de turma: Andrea, Conceição, Gláucia, Jadeylson e Rafael. Cumprimos as disciplinas em aulas virtuais por causa da pandemia de Covid-19. Mas, isso não nos impediu de aproximar-nos. Houve trocas de conhecimentos, auxílios mútuos que nos deram força e coragem para seguir em frente. Foram semestres em que obrigações e lutos eram uma constante.

Mas, quem somos nós sem pais e familiares? Meus pais, Elias e Noeme foram extraordinários em buscar meios de inserir-nos na educação. Por isso, em memória, agradeço-lhes, pela vida, por todos os cuidados e pelo valor que deram aos estudos. Como agricultores,

empreenderam enormes esforços para que seus filhos fossem alfabetizados. Infelizmente, meus pais não tiveram a oportunidade de sentar-se em um banco de escola, morreram analfabetos.

Agradeço a minha irmã Antonieta, que, aos 21 anos, em 1979, conseguiu seu diploma universitário em enfermagem. Com isso, mostrou que, poderíamos sonhar e alcançar um diploma universitário. Tornou-se exemplo, não apenas para nós irmãos (as) e primos (as), mas para filhos de agricultores de uma comunidade rural Campos Velhos, interior de Tabuleiro do Norte/CE. Em 2025, perdeu a luta contra o câncer.

Agradeço aos tios Antônio e Julieta (em memória), que me acolheram em sua casa na cidade de Limoeiro do Norte/CE, onde residi e conclui os ensinos fundamental e médio.

Sou extremamente grata ao meu esposo, Carlos Vitoriano, que não mede esforços para apoiar meu desejo de continuar estudando. Durante a pesquisa, não somente compreendeu a necessidade de deslocamentos inúmeras vezes para Alcântara, como sempre acompanhou-me e esteve ao meu lado nas visitas de campo, ajudando na busca de informações e contatos que colaboraram com o cumprimento do objeto da tese. Além disso, entendeu minha necessidade de passar horas reclusas lendo e escrevendo.

Agradeço por ser mãe de Myrella Feitoza. Ser mãe não é tarefa fácil. E no meu caso, fiz o papel de pai também na maior parte do tempo. Isto me trouxe dupla responsabilidade. Além de ser exemplo em ética e retidão, preciso mostrar que escolhas as que fazemos, exigem esforços, coragem e perseverança. Minha filha graduou-se em psicologia. Está na residência do Hospital de Oncologia do Maranhão “Dr. Tarquínio Lopes”, em São Luis/MA. Seu jeito de lidar com os estudos, os pacientes e familiares deles, na residência, me fazem ver que até aqui, cumpri bem o meu papel.

Agradeço por ser, de alguma forma, mãe de Mayara, filha de Vitoriano, que ao vir morar conosco, me deu razões para refletir e amadurecer, ampliando minhas percepções, emoções e sentimentos. Ser exemplo para os filhos é uma das maiores responsabilidades da vida.

Agradeço aos meus irmãos, por serem solidários, especialmente, nos momentos difíceis que cada um de nós enfrenta. Por valorizarem nossas conquistas e cultivarem a alegria sempre! Para nós, rir, em grande parte da vida, também é remédio.

Por fim, agradeço a Deus, aos deuses. Agradeço a Iemanjá por iluminar meus caminhos e ouvir minhas preces durante os banhos de mar.... Agradeço, por fim, ao meu infinito desejo de aprender e compreender o mundo em que vivemos. Mantenho a coragem para buscar conhecimentos, mesmo quando as adversidades falam alto. Finalizando esta tese, alcancei o grau mais elevado do ensino superior, mas sei que, aquilo que aprendi, até aqui, é uma gota d'água no oceano.

RESUMO

A expansão econômica, mecanismo historicamente utilizado pelo capitalismo para sair de crises, pode atingir comunidades quilombolas de Alcântara, localizadas no Maranhão. O Estado brasileiro projeta transformar o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) em Centro Espacial de Alcântara (CEA), para instalação de novas bases de lançamento. Para isso, a partir do acordo de cooperação firmado com a Ucrânia que vigorou entre 2003 e 2015, e de recente acordo com os EUA para aluguel do CLA, demanda área ocupada por quilombolas. Na tese, apresentam-se resultados de dados secundários e de entrevistas realizadas com vereadores, empresários de Alcântara e representantes de movimentos sociais favoráveis aos quilombolas, sobre a disputa territorial do município, e com moradores da comunidade quilombola Vista Alegre, discutindo sua autossuficiência/dependência com relação ao mar e à terra, como também sua situação de insegurança quanto à permanência da comunidade.

Palavras-chaves: Quilombolas. Capitalismo. Desenvolvimento. Dependência. Grandes Projetos.

ABSTRACT

Economic expansion, a mechanism historically used by capitalism to escape crises, can reach quilombola communities in Alcântara, located in Maranhão. The Brazilian State plans to transform the Alcântara Launch Center (CLA) into the Alcântara Space Center (CEA), to install new launch bases. To do this, it requires an area occupied by quilombolas, based on the cooperation agreement signed with Ukraine that was in force between 2003 and 2015, and a recent agreement with the USA to rent the CLA. The thesis presents results from secondary data and interviews carried out with councilors and businesspeople from Alcântara, with representatives of social movements in favor of quilombolas, about the municipality's territorial dispute, and with residents of the quilombola community Vista Alegre, discussing their self-sufficiency/dependence in relation to the sea and land, as well as their situation of insecurity regarding the permanence of the community.

Keywords: Quilombolas. Capitalism. Development. Dependency. Large Projects.

RÉSUMÉ

L'expansion économique, un mécanisme historiquement utilisé par le capitalisme pour échapper aux crises, peut atteindre les communautés quilombolas de l'Alcântara, située dans le Maranhão. L'État brésilien envisage de transformer le Centre de lancement d'Alcântara (CLA) en Centre spatial d'Alcântara (CEA), pour installer de nouvelles bases de lancement. Pour ce faire, il faut une zone occupée par des quilombolas, sur la base de l'accord de coopération signé avec l'Ukraine en vigueur entre 2003 et 2015, et d'un récent accord avec les États-Unis pour la location du CLA. La thèse présente les résultats de données secondaires et d'entretiens réalisés avec des conseillers municipaux et des hommes d'affaires d'Alcântara, avec des représentants des mouvements sociaux en faveur des quilombolas, sur le conflit territorial de la municipalité, et avec des habitants de la communauté quilombola Vista Alegre, discutant de leur autosuffisance, leur dépendance par rapport à la mer et à la terre, ainsi que leur situation d'insécurité quant à la permanence de la communauté.

Mots-clés: Quilombolas. Capitalisme. Développement. Dépendance. Grands projets.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Variação % do pessoal ocupado em 31/12 nas industriais do Brasil, das grandes regiões e do Maranhão em 2007, 2014 e 2021.....	192
Figura 2	Variação % das empresas (unidades) no setor de serviços no Brasil, nas grandes regiões e no Maranhão em 2007, 2013 e 2020	193
Figura 3	Percentual de aposentados e pensionistas em relação à população total de Alcântara e de oito municípios do Maranhão, 2010 e 2021	194
Figura 4	Percentual de pessoas desalentadas na população na força de trabalho ou desalentada, no Brasil, nas grandes regiões e no Maranhão, no primeiro trimestre de 2012, 2017 e 2023	195
Figura 5	Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento, a preços médios do ano, 2012, 2017 e 2022	197
Figura 6	Salário médio por hora de empregado no Brasil, nas grandes regiões e no Maranhão, 2012, 2016 e 2020	198
Figura 7	Desempenho do PIB (preços correntes) do Brasil, Maranhão e Alcântara, comparação de 2005-2006; 2010-2011; 2015-2016; 2020-2021, em %	202
Figura 8	Participação do setor da agropecuária na composição do PIB do Brasil, Maranhão, Alcântara e de mais oito municípios do estado, nos anos de 2002, 2006, 2012 e 2018, em %	204
Figura 9	Participação do setor industrial na composição do PIB do Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios do estado, nos anos de 2002, 2006, 2012 e 2018, em %	206
Figura 10	Participação do setor de serviços na composição do PIB do Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios do estado, nos anos de 2002, 2006, 2012 e 2018, em %	209
Figura 11	Participação da administração pública na composição do PIB do Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios do estado, nos anos de 2002, 2006, 2012 e 2018, em %	211
Figura 12	Variação percentual da área plantada e da quantidade produzida na lavoura temporária, no Maranhão e em Alcântara – 2006, 2017 e 2023	225

Figura 13	Variação % da área e quantidade produzida dos principais produtos da lavoura permanente de banana, no Maranhão e em Alcântara - 2006, 2017 e 2023	226
Figura 14	Variação percentual do efetivo de rebanhos, no Maranhão e em Alcântara – 2006, 2017 e 2023	229
Figura 15	Variação percentual da quantidade de estabelecimentos rurais e área ocupada em Alcântara, em comparativos entre os anos de 1995, 2006 e 2017	232
Figura 16	Variação % na quantidade produzida das principais cultivares de Alcântara, no comparativo de 2006-1995	234
Figura 17	Percentual de quilombolas em relação à população residente no Brasil, Maranhão e Alcântara, em 2022	251
Figura 18	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de Alcântara, de 2005 a 2016	256
Figura 19	Percentual de famílias únicas por auferimento de rendimentos, em salário-mínimo, em domicílios particulares, exceto pensionista, empregada doméstica ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a) em 2010, Alcântara/MA	259
Figura 20	Variação % do Índice de Vulnerabilidade Social do Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios do estado, 2000-2010	262
Figura 21	Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudavam e nem trabalhavam no Brasil, Maranhão e Alcântara em 2010	264
Figura 22	Percentual de contribuintes e não contribuintes para instituto de previdência oficial no trabalho principal no Brasil, Maranhão e Alcântara, em 2010	264
Figura 23	Percentual de contribuintes e não contribuintes da previdência social, em Alcântara, por setor de atividade econômica, em 2010	266
Figura 24	Percentual de beneficiários do Programa Bolsa Família em relação à população total - Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios maranhenses, em 12/2013 e 12/2023	270
Figura 25	Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único em situação de pobreza, baixa renda, recebiam entre 1/2 e 1 SM e acima de 1 SM em	

	relação à quantidade total no Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios maranhenses, em dezembro de 2023	273
Figura 26	Variação percentual da quantidade de empresas, pessoal ocupado e assalariado e da massa salarial em Alcântara, entre 2006-2021	327
Figura 27	Variação % do salário médio pago, em Alcântara, em salário-mínimo, entre 2006 e 2021	330
Figura 28	Percentual de empresas e outras organizações por setores e principais atividades econômicas de Alcântara, em 2007, 2014 e 2021	331
Figura 29	Percentual de pessoal ocupado assalariado por atividade, em Alcântara, em 2021	332

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Dona Ana Célia	117
Fotografia 2	Seu Orlando	118
Fotografia 3	Desembarque de passageiros do catamarã em Alcântara	149
Fotografia 4	Chegada dos passageiros do catamarã em Alcântara	150
Fotografia 5	Passarela do cais e passageiros que chegaram de São Luís, capital do estado	151
Fotografia 6	Embarcação do CLA	151
Fotografia 7	Estrada na sede de Alcântara que permite acesso à praia de Itatinga	152
Fotografia 8	Embarcações para levar moradores locais e turistas à praia de Itatinga	153
Fotografia 9	Placa de boas-vindas, em inglês, à praia de Itatinga	153
Fotografia 10	Moradores locais chegando da praia de Itatinga	154
Fotografia 11	Casal de turistas saindo da praia de Itatinga no barco de seu Chico	154
Fotografia 12	Único local (barraca) para atendimento aos banhistas na praia de Itatinga	155
Fotografia 13	Local para servir bebida e comida para banhistas	155
Fotografia 14	Balcão para atendimento de pedidos de bebida e comida	156
Fotografia 15	Local que funciona como banheiro na praia de Itatinga	156
Fotografia 16	Local utilizado para preparação de alimentos (peixes, caranguejos)	157
Fotografia 17	Barco branco novo de seu Chico que está sem motor por falta de recursos do proprietário	159
Fotografia 18	Barco com motor que seu Chico trabalha atualmente	160
Fotografia 19	Réplica de um foguete dentro da Casa de Cultura Aeroespacial	162
Fotografia 20	A revoada dos guarás, ao nascer ou pôr do sol encanta	164
Fotografia 21	Praia do quilombo Mamuna, dista 39 km de Alcântara	165
Fotografia 22	Praia do quilombo Vista Alegre	166
Fotografia 23	Árvore em frente à casa de seu Francisco no quilombo Vista Alegre	166

Fotografia 24	Ônibus do CLA	168
Fotografia 25	Dona Maria José é produtora de alimentos, agricultora familiar, na comunidade quilombola de Mamuna	172
Fotografia 26	Produção de melancia na horta de dona Maria José comunidade quilombola de Mamuna	173
Fotografia 27	Feira de agricultores familiares na sede de Alcântara	174
Fotografia 28	A feira de agricultores familiares conta com a participação de várias comunidades quilombolas na sede de Alcântara	175
Fotografia 29	Cais do Porto do Jacaré interditado pelo Comando da Aeronáutica	299
Fotografia 30	Passagem para acesso ao cais do município	300
Fotografia 31	Placas de aviso na entrada do CLA	307
Fotografia 32	Rua do Cemitério (Rua principal do comércio de Alcântara)	312
Fotografia 33	Menino pescador em Alcântara	312
Fotografia 34	O pescador em Alcântara	313
Fotografia 35	Entrada da comunidade quilombola Vista Alegre	316

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	PDI-CEA: Eixos das políticas públicas	138
Imagem 2	Informações sobre o CLA	161
Imagem 3	Informações sobre as agrovilas	161
Imagem 4	Mapa de Alcântara	200
Imagem 5	Projeto para expansão da área do CLA e implantação de mais cinco sítios de lançamentos	238
Imagem 6	Projeto para expansão da área do CLA e implantação de mais quatro sítios de lançamentos e área institucional (mais 15.000 ha, além dos 8,4 mil hectares atuais do CLA)	239
Imagem 7	Projeto para expansão da área do CLA e implantação de mais três sítios de lançamentos e área institucional (mais 5.020 ha, além dos 8,4 mil hectares atuais do CLA)	240

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação de entrevistados entre 2020 e 2021	40
Quadro 2	Relação das comunidades quilombolas deslocados compulsoriamente para construção do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)	77
Quadro 3	Classificação do Índices de Vulnerabilidade Social (IVS)	261

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Variação percentual do Produto Interno Bruto a preços correntes (PIB) no Brasil, grandes regiões e Maranhão, nos anos 2010, 2015 e 2020	187
Tabela 2	Participação percentual do valor adicionado bruto ao PIB, a preços correntes dos setores econômicos no Brasil, grandes regiões e Maranhão, em 2010, 2015 e 2020	190
Tabela 3	Número de empresas e outras organizações por atividade em Alcântara, nos anos de 2007, 2014 e 2021	213
Tabela 4	Estabelecimentos e área segundo grupos de área no Maranhão e em Alcântara, em 1995, 2006 e 2017	218
Tabela 5	Número de estabelecimentos rurais segundo condição do produtor no Maranhão e em Alcântara, em 2006 e 2017	220
Tabela 6	Número de estabelecimentos rurais e área segundo a utilização das terras no Maranhão e em Alcântara, em 2006 e 2017	222
Tabela 7	Área plantada e quantidade da lavoura temporária no Maranhão e em Alcântara – 2006, 2017 e 2023	223
Tabela 8	Efetivos de rebanhos (cabeças) no Maranhão e em Alcântara, em 2006, 2017 e 2023	228
Tabela 9	Quantidade produzida e valor da produção da extração vegetal, no Maranhão e em Alcântara, em 2006, 2007 e 2023	230
Tabela 10	Número de estabelecimentos rurais que receberam crédito Pronaf, no ano de 2006, em Alcântara, por condição do produtor em relação à terra	233
Tabela 11	Repasse do BNDES para oito municípios maranhenses – abril a junho de 2014	243
Tabela 12	População de Alcântara, 2000, 2010 e 2022	248
Tabela 13	Variação % e absoluta da população do Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios maranhenses, conforme Censos Demográficos de 2010 e 2022	249
Tabela 14	Percentual de pessoas quilombolas em relação à população total residente no Brasil, Maranhão e Alcântara, em 2022	250
Tabela 15	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal de Alcântara, 2005	

	a 2016	253
Tabela 16	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), base de dados de 2005 e 2016	257
Tabela 17	Taxa de alfabetização, Brasil, Maranhão e Alcântara em 2000 e 2010, em %	258
Tabela 18	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, percentual em relação à população total, com nível superior em 2010	258
Tabela 19	Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo de esgotamento sanitário, em relação à população total de Alcântara, 2022	260
Tabela 20	Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)	263
Tabela 21	Domicílios particulares permanentes ocupados, por destino do lixo, Alcântara, 2022	267
Tabela 22	Domicílios particulares permanentes ocupados, por existência de ligação à rede geral de distribuição de água e principal forma de abastecimento de água, Alcântara, 2022, em %	267
Tabela 23	Aposentados e pensionistas, em Alcântara e no Maranhão, em 2010 e 2021	268
Tabela 24	Valores empenhados e pagos do orçamento do Centro de Lançamento de Alcântara em 2020, 2022 e 2023	280
Tabela 25	Valores empenhados e pagos dos orçamentos das principais secretarias municipais de Alcântara, em 2021, 2022 e 2023	282
Tabela 26	Valores pagos por empresa prestadora de serviços no CLA, em 2020, 2021 e 2022	283
Tabela 27	Variação % do número de empresas, pessoal ocupado, massa salarial e salário médio mensal em reais e salários-mínimos em Alcântara, entre 2006 e 2021	328
Tabela 28	Empresas por faixas de pessoal ocupado em Alcântara, entre 2006 e 2021	328

LISTA DE SIGLAS

ACS	Alcântara Cyclone Space
ADH	Atlas do Desenvolvimento Humano
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AEB	Agência Espacial Brasileira
AGU	Advocacia-Geral da União
AST	Acordo de Salvaguardas Tecnológicas
Atequila	Associação do Território Quilombola de Alcântara
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC-Loas	Benefício de Prestação Continuada – Lei Orgânica da Assistência Social
CadÚnico	Cadastro Único
CCSFS	Estação da Força Espacial de Cabo Canaveral
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEA	Centro Espacial de Alcântara
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Ciência, Tecnologia e Inovação
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CLBI	Centro de Lançamento da Barreira do Inferno
CNAE	Comissão Nacional de Pesquisas Espaciais
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
Comaer	Comando da Aeronáutica
Conaq	Movimento Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
CSG	Centro Espacial Guianês
CTA	Centro Técnico da Aeronáutica
DOU	Diário Oficial da União
DPF	Defensorias Públicas Federal e Estadual
EAGS	Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
Fapemig	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
Firjan	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
Firjan Cirj	Firjan - Centro Industrial do Rio de Janeiro
Firjan IEL	Firjan - Instituto Euvaldo Lodi
Firjan Senai	Firjan - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Firjan Sesi	Firjan - Serviço Social da Indústria
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GEI	Grupo Executivo Interministerial
Gedmma	Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente

Getepe	Grupo Executivo e de Trabalhos e Estudos de Projetos Espaciais
Gocnae	Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais
GPD	Grande Projeto de Desenvolvimento
GPI	Grandes Projetos de Investimento
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
Gtepe	Grupo de Trabalho de Estudos e Projetos Especiais
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
HGWA	Hospital Geral Dr. Waldemar Alcântara
IAE	Instituto de Aeronáutica e Espaço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Icsid	Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimento
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFC	Sociedade Financeira Internacional
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
Inbra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inpe	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Irice	Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior
ISS	Estação Espacial Internacional
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Mabe	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MD	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MIR	Ministério da Igualdade Racial
Momtra	Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara
MPF	Ministério Público Federal
MTCR	Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis
Nasa	National Aeronautics and Space Administration
Neri	Núcleo de Estudos Raciais do Insper
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PDI	Plano de Desenvolvimento Integrado

PEB	Programa Especial Brasileira
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PP	Partido Progressista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
Resex	Reserva Extrativista
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Sesi	Serviço Social da Indústria
Sintraf	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Alcântara
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União
TIDH	Tribunal Internacional de Direitos Humanos
TMI	Torre Móvel de Integração
UFMA	Unidade Federal do Maranhão
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	26
1.1	Apresentação do tema ou problema da tese	28
1.2	Proposta metodológica	34
1.3	Estrutura da tese	43
1.4	Objetivo geral	46
1.4.1	Objetivos específicos	46
2	ALCÂNTARA QUILOMBOLA, O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA (CLA) E O “DESENVOLVIMENTO”	48
2.1	Aspectos da dinâmica capitalista e concepções do desenvolvimento	48
2.1.1	Concepção do desenvolvimento no capitalismo	57
2.2	Capitalismo, modernidade e colonialidade atemporal	66
2.3	O Centro Espacial Guianês (CSG) de Kourou	71
2.4	Alcântara quilombola e a disputa territorial	73
2.4.1	Disputa territorial em Alcântara: comunidades quilombolas e “desenvolvimento” promovido pelo Estado brasileiro	87
2.5	Mercado aeroespacial: comércio e controle do espaço sideral	93
2.5.1	Os protagonistas da corrida aeroespacial e a fraca inserção brasileira	95
2.5.2	Brasil e Estados Unidos: Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) ..	106
3	RACISMO: ELEMENTO ESTRUTURANTE DAS SOCIEDADES CAPITALISTAS	111
3.1	Racismo e Cultura	113
3.2	Racismo estrutural brasileiro	119
3.3	Estado brasileiro e prática do racismo	123
3.3.1	Racismo estatal brasileiro	129
4	PRETENSÕES ESTATAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALCÂNTARA CONFORME PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA O CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA (PDI-CEA)	136
4.1	Breve contextualização sobre Alcântara espacial	144
4.2	Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA) e turismo de Alcântara	148

4.3	Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA) e a agricultura de Alcântara	169
5	DESEMPENHO ECONÔMICO DE ALCÂNTARA E DO MARANHÃO NO SÉCULO XXI	177
5.1	Maranhão e Grandes Projetos de Desenvolvimento	179
5.2	Performance econômica do Maranhão pós 2000	189
5.3	Aspectos gerais da ocupação da mão de obra nos setores secundário e terciário	191
5.4	Aspectos gerais sobre a tendência da economia de Alcântara na vigência do Projeto estratégico Cyclone 4 firmado entre o Brasil e a Ucrânia, entre 2003-2015	199
5.4.1	Síntese sobre Produto Interno Bruto (PIB) dos setores agropecuário, industrial e de serviços de Alcântara	202
5.4.2	Participação do setor agropecuário na composição do PIB	203
5.4.3	Participação do setor industrial na composição do PIB	205
5.4.4	Participação do setor terciário na composição do PIB	208
5.4.5	Participação da atividade da administração pública na composição do PIB	210
5.4.6	Estabelecimentos do setor de serviços e industrial	212
5.5	Estrutura fundiária de Alcântara e do Maranhão	214
5.6	Agricultura de Alcântara e do Maranhão	221
5.7	Pecuária de Alcântara e do Maranhão	227
5.8	Extrativismo de Alcântara e do Maranhão	229
5.9	Aspectos gerais da economia de Alcântara durante as atividades do Grupo Executivo Interministerial (GEI) e Plano de Ação de Alcântara nos anos de 2005 e 2006 e efeitos na agricultura	231
6	DESEMPENHO SOCIAL DE ALCÂNTARA DURANTE A VIGÊNCIA DO ACORDO BRASIL-UCRÂNIA, 2003-2015	241
6.1	Demografia de Alcântara	247
6.2	Alcântara e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)	252
6.3	Vulnerabilidade social de Alcântara	260
6.4	Aposentados e pensionistas de Alcântara	267

6.5	Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) de Alcântara e de oito municípios maranhenses	269
6.6	Inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) conforme faixa de rendimentos de Alcântara e de oito municípios maranhenses	272
7	EXPANSÃO DA ÁREA DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA E AMEAÇAS DE DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO: PERCEPÇÕES DOS QUILOMBOLAS, LIDERANÇAS QUILOMBOLAS, VEREADORES E EMPRESÁRIOS ALCANTARENSES	276
7.1	Percepções dos alcantarenses sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, em 2019	277
7.2	Implantação do Centro Espacial de Alcântara (CEA)	280
7.3	Visão de vereadores, empresários, lideranças quilombolas alcantarenses quanto à possibilidade de expansão da área do Centro de Lançamento de Alcântara	284
7.4	Comunidade quilombola Vista Alegre: modo de vida e ameaças de deslocamento compulsório	315
7.5	Economia de Alcântara: desenvolvimento ou dependência do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)?	324
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	334
	REFERÊNCIAS	340
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA VISTA ALEGRE	367
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO LOCAL (VEREADORES / SECRETÁRIOS MUNICIPAIS)	369
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EMPRESÁRIOS E AUTÔNOMOS	372
	APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LIDERANÇAS QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA	376

1 INTRODUÇÃO

*Se não puder mudar o mundo, conte sobre isso.
(Provérbio eritrês)*

O desejo de escrever esta tese, partiu do meu bem querer por Alcântara. É um local que quando chego, me sinto acolhida, em paz, em casa. O sossego é o anfitrião. Mas tanto silêncio me inquietou, quis entender o que há por trás de tanta tranquilidade. Interessei-me por saber como vivem as pessoas que habitam lá. Alcântara é famosa por suas belezas naturais, por uma grandiosa festa do Divino Espírito Santo e por sediar um conjunto de patrimônio arquitetônico e urbanístico. Mas também por ser palco da implantação de um Grande Projeto de Desenvolvimento (GPD), o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

É por meio de projetos desenvolvimentistas, a exemplo do CLA, que o capitalismo avança continuamente sobre localidades que permanecem com formas singulares de produzir e organizar-se social e culturalmente como é o caso de Alcântara. O sistema capitalista expande-se englobando essas localidades como formas de criar condições de gerar lucros para aqueles que detêm os meios de produção ou de prestação de serviços.

A dinâmica do capitalismo é contraditória. Ao mesmo tempo que inclui novos territórios e atividades, também exclui ou espolia os já existentes. Modificando as relações preexistentes. Toda a dinâmica do capitalismo é norteada para garantir sua manutenção e a lucratividade para aqueles que são privilegiados nas esferas do capital e do poder (Luxemburgo, 1970; Harvey, 2010; Marx, 2013).

Partimos do entendimento de que a implantação do CLA em Alcântara modificou, pelo menos em parte, a forma de viver, produzir e se relacionar das pessoas, mas em especial dos quilombolas. O município possui 152 comunidades reconhecidas pelo Estado brasileiro, conforme certificação oficial conferida pela Portaria nº 35, de 2004, lavrada pela Fundação Cultural Palmares. Como as comunidades não possuem documentos oficiais da posse da terra onde foram constituídas, o Estado brasileiro passou a requerer a terra ocupada secularmente pelos quilombolas. Eles se organizaram em povoados e comunidades. Ficaram no município após a falência dos fazendeiros escravagistas, que trabalhavam com produção, em especial, da monocultura de algodão, até o início do século XIX (Almeida, 2006).

Após a colonização portuguesa, Alcântara se tornou um importante centro agrícola e comercial, chegando a competir com a capital do Maranhão, São Luís. Essa importância durou, aproximadamente, até 1812. Daí em diante, as grandes fazendas escravagistas entraram em decadência econômica. Os escravos, agora livres dos seus donos, ficaram no território, se

organizaram social e produtivamente, desenvolvendo atividades de agricultura caça e pesca comunitária. Constituindo um campesinato autônomo (Almeida, 2006).

Essa forma de organização social e produtiva permaneceu até a década de 1980. Em 12 de setembro de 1980, o Governo do Estado do Maranhão publicou o Decreto nº 7.820 (Maranhão, 1980), declarando uma área de 52.000 hectares (ha) para fins de desapropriação e instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) ou Base, como é chamada popularmente. Em 8 de agosto de 1991 (Brasil, 1991), o ex-presidente Fernando Collor acrescentou a área inicial mais 10.000 ha. A área destinada ao CLA passou para 62.000 ha. A área ocupada pelo CLA é, aproximadamente, 8,4 mil ha.

Em 1º de março de 1983, por meio do Decreto Federal nº 88.136 (Brasil, 1983), o Ministério da Aeronáutica criou o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Esse grande projeto desenvolvimentista assenhoreou-se de áreas ocupadas por quilombolas há mais de dois séculos. De acordo com Almeida (2006), Souza Filho (2013) para que a Base fosse implantada, 312 famílias foram deslocadas compulsoriamente e 21 povoados foram extintos.

As 312 famílias foram transportadas em caminhões contratados pela Aeronáutica para sete agrovilas (Rocha, 2006). Estas, são vilas residenciais com casas de alvenaria e algumas edificações de uso comunitário como escola, igreja, posto de saúde, casa de farinha. (Almeida, 2006). Algumas das agrovilas receberam moradores de diferentes povoados. Os modos de vida anteriores foram completamente desestruturados (Rocha, 2006; Souza Filho, 2013).

Segundo Almeida (1996), deslocamento compulsório diverge completamente do que se entende por mudança, transferência de lugar ou reassentamento. Trata-se de uma imposição irreversível dos mais fortes sobre os mais fracos. O autor define o termo como:

O conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos (Almeida, 1996, p. 30).

O deslocamento compulsório impõe sofrimento psíquico e emocional. O atingido não escolheu mudar e se pudesse, evitaria (Magalhães, 2007). São várias as mudanças que as pessoas deslocadas compulsoriamente enfrentam: local físico, formas de produção e organização sociocultural.

Procuramos entender o desempenho econômico e social de Alcântara por meio de dados oficiais e pesquisa de campo. Com isso, buscamos saber um pouco mais sobre a qualidade e condições de vida dos seus habitantes. Investigar sobre os mecanismos utilizados

pelo Estado brasileiro para promover as atividades de lançamento no CLA, é um meio de compreender como a disputa territorial afeta os quilombolas. Assim como, investigar o ponto de vista dos representantes do poder público municipal, como vereadores e secretários municipais e dos empresários que integram a elite local, nos ajuda a entender como a disputa territorial afeta as relações sociais no município. Além de perceber se o discurso dos representantes do Estado brasileiro interfere nas relações sociais locais. Investigamos se os adversários dos quilombolas são representantes do Estado brasileiro ou se, no município, também precisam enfrentar ideias contrárias ao direito de permanecerem nas comunidades.

Com esta pesquisa, visamos contribuir para o entendimento de como o modelo de desenvolvimento do capitalismo avança para o meio rural por meio de um Grande Projeto de Desenvolvimento (GPD), como é caso o CLA. Também, ajudar na compreensão de como esse GPD atravessa as relações sociais dos habitantes locais.

1.1 Apresentação do tema ou problema da tese

Analisar os efeitos econômicos e sociais que um grande projeto de desenvolvimento causa em determinada população é ponto central deste estudo. Os GPDs são, em parte, desdobramentos do pensamento cepalino. Em especial, do pensamento de Celso Furtado (1964; 2002), no que diz respeito ao Brasil. Esse pensador defendia a importância de grandes projetos de desenvolvimento como forma de superar o subdesenvolvimento. Acreditava que o Estado deveria ter um papel fundamental na condução desses projetos, com intervenção e planejamento, para captar recursos, orientar investimentos e promover a igualdade social.

Com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959, houve implantações de vários polos industriais para promover o crescimento regional brasileiro. A justificativa utilizada por representantes do Estado era de que as regiões saíam do atraso econômico e social. Jesus e Spinola explicam (2015, p. 948):

[...] a partir da década de 1970, o Brasil passou a incorporar as ideias contidas na teoria dos polos em seus programas de desenvolvimento. Inicialmente no I Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) de 1972 que buscava uma melhor integração das políticas de integração nacional, criação das regiões metropolitanas e a criação dos “polos regionais” que visavam o desenvolvimento das atividades primárias.

A política desenvolvimentista criada e implementada pelos governos militares adentrou regiões que permaneciam com economias próprias, ainda fora do modelo de desenvolvimento do sistema capitalista. No Maranhão, foram feitas várias promessas, no sentido de que o progresso e o desenvolvimento econômico melhorariam a vida dos habitantes.

Foram implantados variados Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs) visando industrializar e integrar as regiões Norte e Nordeste. Alentejano e Tavares (2019, p. 194) definem Grandes Projetos de Desenvolvimento:

Os GPDs podem ser entendidos como atividades e empreendimentos de proporção (econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional. Entre esse conjunto de atividades e empreendimentos podemos destacar: mineração, exploração de petróleo e gás, monoculturas, obras de infraestrutura e geração de energia (hidrelétricas, termoeletricas, portos, barragens, etc), indústrias pesadas (siderúrgicas, refinarias, complexos industriais, etc).

Segundo Vainer (2007, p. 11), “os grandes projetos continuam portadores de um grande potencial de organização e transformação dos espaços, um grande potencial para decompor e compor regiões”. E sob essa estirpe homogenizadora, que os interesses globais, quase sempre, se sobrepõem aos interesses locais.

Os gestores públicos, os capitalistas e uma grande parcela da população (senso comum) entendem que, os grandes projetos de desenvolvimento são interessantes para as localidades que os sediaram. Porque foi criada e divulgada uma ideologia que apresenta apenas vantagens do avanço do sistema capitalista.

A aglomeração industrial-urbana que se cria em tal contexto propicia crescimento progressivo e diversificado do consumo. As necessidades coletivas (habitação, transportes, serviços públicos) tendem a se expandir rapidamente. Cria-se, assim, uma atmosfera de progresso, e aos lucros crescentes somam-se as rendas da terra (Wiltgen, 1991, p. 533).

A partir da ideologia dominante, aparentemente, “todos ganham”. Mas os GPDs produzem muitos resultados negativos. Nos aspectos social, econômico, ambiental e cultural que somente são revelados quando investigados com maior acuidade. Vainer (2007) contribui para um olhar mais atento sobre os efeitos dos grandes projetos de desenvolvimento. O autor utiliza a nomenclatura Grandes Projetos de Investimento (GPI).

Desconcentrando a seu modo a produção industrial, estes grandes projetos de investimento (GPIs) foram decisivos para produzir uma forma muito particular de integração nacional, ao gerarem nexos entre o núcleo urbano-industrial do Sudeste e o resto do país. Ao mesmo tempo, e como já foi largamente demonstrado na literatura, em muitos casos estes GPIs conformaram verdadeiros enclaves territoriais – econômicos, sociais, políticos, culturais e, por que não dizer, ecológicos, introduzindo um importante fator de fragmentação territorial (Vainer, 2007, p. 11).

Mesquita (2015) também faz uma análise crítica dos impactos dos grandes projetos de investimento. Tendo como foco as questões de desenvolvimento regional, analisa as

consequências sociais, ambientais e econômicas desses projetos para as comunidades locais. O autor defende que os principais impactos dos grandes projetos de investimento na vida dos povos tradicionais da Amazônia incluem: expropriação territorial, desigualdade social, insegurança alimentar, conflitos sociais e mudanças culturais e sociais. Estes impactos ressaltam a complexidade do processo de expropriação territorial na Amazônia e as implicações profundas para os povos tradicionais.

Para implantação do CLA, foram expropriados 620 km², quase metade da área total do município, ou 41% do total de 1.483,23 km² (Carvalho, 2024). Esse GPD chegou ao município, fomentado por muitas promessas de que levaria progresso e desenvolvimento. Mas o capitalismo não se expande para qualquer localidade sem exigir alguma coisa de muito valor em troca. Isenção fiscal, segurança jurídica, infraestrutura etc. Em Alcântara, a terra dos quilombolas foi a moeda de troca.

Esta tese é fundamentada nos efeitos sociais e econômicos da disputa territorial que acontece entre os quilombolas de Alcântara e os representantes do Estado brasileiro. Assenta-se, portanto, na ampla discussão sobre o desenvolvimento no capitalismo, grandes projetos desenvolvimentistas, colonialidade, deslocamentos compulsórios de povos e comunidades, destruição e espoliação dos modos de vida em comunidades tradicionais.

Os quilombolas de Alcântara resistem às investidas dos representantes do Estado brasileiro no intento de tomarem as terras ocupadas por eles. Continuam produzindo de forma coletiva e sustentável. Mantêm relações sociais e mercantis próprias. Lutam pela posse da terra, por serem conscientes de que é garantia constitucional, a obtenção dos títulos da terra que habitam há mais de dois séculos.

Entendemos que os grandes projetos de desenvolvimento são de interesse do capital e do Estado brasileiro. O deslocamento compulsório das populações, que estão em locais de interesse estatal para implantação ou ampliação dos grandes projetos, como a forma desse mesmo Estado gerenciar seus interesses junto aos povos e as comunidades tradicionais. Eles são considerados entraves para o desenvolvimento econômico. São vulneráveis economicamente e fragilizados juridicamente por não possuírem o título de posse da terra.

A estrutura fundiária brasileira é um grande problema para esses povos que precisam de terra para viver e reproduzir seu modo de vida e cultura. A falta de uma reforma agrária adequada que garanta terra para os trabalhadores rurais sem terra própria e o cumprimento ao disposto nos artigos 68 e 231 da Constituição Federal de 1988, que afirma o reconhecimento dos direitos à terra pelos quilombolas e indígenas, coloca esses povos e comunidades em

situação de grave insegurança social. Especialmente, quando estão áreas de interesse estatal ou privado.

Aos quilombolas de Alcântara foram impostas enormes perdas depois que o município passou a sediar o CLA. O modelo de desenvolvimento adotado, a cor, o passado escravagista e o colonialismo atemporal explicam a atuação do Estado brasileiro em relação a esse povo. Com o estabelecimento desse grande projeto e a desapropriação da terra para fins de utilidade pública, os quilombolas passaram a conviver com a disputa pela terra que ocupam. Comunidades foram extintas. O deslocamento compulsório impôs perdas de áreas produtivas e da proximidade com o litoral, provocando restrição para agricultura e pesca. Além disso, ameaças de novos deslocamentos continuaram para as famílias das comunidades que estão nas áreas que interessam aos representantes do CLA.

A hipótese que norteia a tese é a de que o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) é um grande projeto que não se vincula à economia local. Portanto, não modifica as condições de vida da população, econômica e socialmente, para melhor. Além disso, causa efeitos nocivos na economia municipal, como a desestruturação de parte da agricultura familiar, da pesca e do turismo.

Desse modo, precisamos dialogar com conceitos, teorias e dados. Teses que fundamentam as teorias do desenvolvimento, dependência, colonialidade, modernidade são essenciais. Dados sobre produção, emprego e renda, setores da economia, indicadores sociais, também. Procuraremos demonstrar que os grandes projetos de desenvolvimento, tomando como base o CLA, acarretam processos de expropriação de terra, deslocamentos compulsórios e comprometimentos dos modos de viver de povos e comunidades tradicionais.

O modelo de desenvolvimento adota grandes projetos para avançar para regiões que ainda estão fora ou nas margens do sistema capitalista. Por isso, esses megaempreendimentos são mantidos com forte apoio do Estado brasileiro e despertam grande interesse no capital. Os GPDs são estabelecidos, na maioria das vezes, sobre terras já ocupadas por povos e comunidades tradicionais com promessas estatais de que produzirão melhorias socioeconômicas nessas regiões. Porém impulsionam o empobrecimento e a miséria dos povos que carecem dos recursos ambientais como terra, mar e florestas. Estes locais são suas principais fontes para extração de recursos materiais para consumo e geração de renda.

Para demonstrar os efeitos econômicos e sociais que o CLA vem provocando nas comunidades quilombolas, utilizamos teorias sobre o modelo de desenvolvimento do capitalismo e suas consequências. Recorremos a dados sociais e econômicos para termos uma noção sobre a qualidade de vida performance habitantes de Alcântara. Em especial, os dados

do período compreendido entre 2003 e 2015. Nesse interim, esteve vigente o acordo firmado com a Ucrânia para exploração de atividades espaciais no CLA.

Por fim, procuramos nos depoimentos dos representantes do poder público local, como vereadores e secretários municipais da gestão atual ou anterior, e de empresários locais argumentos que corroborem com as teorias que embasam este trabalho. Como também, nos assentamos nas alegações dos representantes de movimentos quilombolas para sustentação desta tese. O embasamento empírico também veio de entrevistas realizadas com moradores da comunidade quilombola Vista Alegre.

As questões que orientaram as entrevistas foram relativas ao novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado com os Estados Unidos em 2019 com possibilidade de ampliação da área do CLA e de novos deslocamentos compulsórios. Bem como, a capacidade que o CLA apresenta para produzir mudanças socioeconômicas em Alcântara.

Ao explorar as concepções sobre o desenvolvimento no capitalismo e acerca dos grandes projetos desenvolvimentistas, Mendonça (2017, p. 27) assevera que, “o par Capital-Estado permanecem pondo em prática os projetos de ampliar seus domínios e riquezas com a apropriação, pela força ou pelo convencimento, dos territórios tradicionais e da produção material social realizada em todos os domínios da vida e sob todas as formas”. Essa afirmação é válida na experiência de Alcântara. Tanto na época das obras iniciais, quanto nas tentativas de ampliação da área do CLA.

O problema desta pesquisa se traduz na seguinte pergunta: quais os efeitos econômicos e sociais que o CLA provoca em Alcântara, em especial nas comunidades quilombolas e em virtude de acordos firmados com outros países?

Compreender como opera o Estado e o capital para promover o avanço desse modelo de desenvolvimento para o meio rural, bem como entender os efeitos sociais e econômicos impostos as populações rurais desprovidas dos meios de produção são motivações dos meus estudos. Karl Marx (2013), no seu tempo, se debruçou sobre os efeitos nocivos do avanço do capitalismo sobre o meio rural e deixou profusas contribuições. Para ele, o capitalismo apodera-se dos meios de sobrevivência do camponês, deixando-o ao léu. As concepções de Marx (2013, p. 703) continuam válidas e nos inquietando:

[...] todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo [...]. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador”.

Sou filha de agricultor que possuía a escritura de um pedaço de terra, por isso pode viver nela até os fins dos seus dias sem grandes preocupações no sentido de perdê-la. Mas ele era rodeado por trabalhadores sem-terra, os moradores. Assim, convivi durante muito tempo com aqueles que carecem de terra para sustentar a si e seus filhos. Ademais, escolhi trabalhar no órgão federal que tem como atribuição desenvolver a reforma agrária no país, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Muitas vezes, penso que meu pai não suportaria perder aquele pedaço de chão. Assim, não é difícil me colocar na posição de um quilombola alcantareense. Tenho noção de como ele se sentiria, caso tivesse que deixar tudo que utiliza material, social e culturalmente para trás. Seria a morte de um tipo, estilo, forma de vida.

A construção do objeto e do problema desta tese foram se constituindo pelas minhas vivências pessoais e acadêmicas. A opção de trabalhar no Incra foi motivada pelo interesse de entender como funciona o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) no país e tentar contribuir com essa política que considero como sendo muito importante para camponeses, trabalhadores rurais e sem-terra. Mas falta interesse estatal para a execução efetiva do PNRA. Em 2018, defendi a dissertação de mestrado sobre o avanço do agronegócio sobre a agricultura familiar no município de Chapadinha/MA. Percebi a atualidade das constatações de Karl Marx nas regiões para onde se expandem os plantios de soja e eucalipto daquele município. Em Alcântara, procurei aprofundar a compreensão sobre os efeitos do modelo de desenvolvimento do capitalismo na disputa territorial instalada no município entre representantes do Estado e os quilombolas.

O estudo sobre os efeitos do avanço da área de soja e do eucalipto nas terras antes lavradas por pequenos produtores rurais em Chapadinha (Feitoza, 2018) foi fundamental para nortear, pelo menos uma parte, esta tese. Mas é um tema diferente. Por isso, as teorias, dados secundários e entrevistas concedidas, pelo público-alvo escolhido, foram essenciais para sustentar o objeto e o problema da pesquisa.

No presente estudo, as teses sobre o desenvolvimento no capitalismo e a forma como o Estado ampara esse modelo de desenvolvimento nortearam todo o texto. Buscamos meios de assimilar os efeitos reais/concretos que o CLA, depois de quatro décadas de implantação, produziu em termos econômicos e sociais nesta sociedade, afetada por este grande projeto.

Para Lukács (1954, p. 18):

A base de qualquer conhecimento da realidade, independentemente de se tratar da natureza ou da sociedade, é o reconhecimento da objetividade do mundo exterior, isto é, da sua existência independentemente da consciência humana. Qualquer

interpretação do mundo exterior nada mais é do que reflexo, por parte da consciência humana, do mundo que existe independentemente da consciência.

Marx (2011, p. 54) nos instrui sobre o método de analisar o modo de produção capitalista como uma totalidade concreta, dialética e histórica.

O último é, manifestamente, o método científico correto. O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento [...]. O método consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, em reproduzi-lo como concreto espiritual.

Partindo dessas compreensões, a análise da luta por terra entre os quilombolas de Alcântara e o Estado brasileiro, amparada pelas teorias e estudos realizados, bem como pelas vivências com produtores rurais, entrevistas e anotações em caderno de campo constituem-se o concreto/real dessa tese. Embora represente uma pequena parte, mas não desprezível do todo que lá se concretizou.

1.2 Proposta metodológica

Segundo Marx e Engels (1980, p. 25), a estrutura social e política (Estado) são decorrências fundamentais do trabalho e produção material dos humanos. Independentemente das suas vontades. De acordo com os autores, “a produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade e ao intercâmbio material dos homens”. Eles afirmam também, que a consciência, as ideias, as representações são produzidas por homens reais e atuantes, envolvidos “por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar”.

De acordo com Marx (2001, p. 120), a propriedade privada dos meios de produção é causa da alienação do trabalhador. O capitalismo separou o homem dos meios que utilizava para produzir e se reproduzir. Com isso passou a ter uma vida alienada, “estranho a si próprio”. É com base nas concepções do materialismo histórico-dialético e nos estudos posteriores que se assenta o nosso ponto de partida. Consideramos também que o homem é um “ser social” e se constitui com suas respectivas relações sociais.

O método materialismo histórico-dialético é utilizado em trabalhos de investigação sobre as relações que movem o capitalismo, o Estado nacional e como se dão as relações econômicas, sociais e culturais. Com base nesse método, procuramos conhecer uma parte do concreto das relações socioeconômicas de Alcântara. Portanto:

[...] o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese/resultado e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida da intuição e da representação (Marx, 2008, p. 258).

Ainda segundo Marx (2008, p. 46-47), para que possamos compreender a realidade por meio do método materialista, é necessário recorrermos à análise de um conjunto de relações produtivas constituídas pelos homens.

[...] os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. [Portanto], não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o ser social que, inversamente, determina a sua consciência.

A partir dessas concepções, buscamos compreender, por meio das teorias, dos dados secundários e entrevistas, como a população quilombola de Alcântara é atingida pelos ditames do Estado brasileiro e do capital, considerando o CLA como fator de destaque na produção de efeitos econômicos e sociais no município.

Uma das grandes questões enfrentadas por pesquisadores de diferentes vertentes teóricas, como estruturalistas (Prebisch, 1949, 1954, 2012; Furtado, 1961, 1964, 1974) e da Teoria da Dependência (Marini, 1991; Santos, 1991; Bamber, 2012), foi compreender a dinâmica do sistema capitalista. Os estruturalistas acreditavam que os países da região periférica poderiam alcançar o padrão de vida dos habitantes dos países vistos como desenvolvidos. Já esses da corrente da dependência acreditavam que a qualidade de vidas jamais seria igual ou próxima dos países de economia central. A dinâmica do sistema capitalista somente se mantém na desigualdade e dependência.

Os autores da corrente estruturalista apontam que não seria possível os países subdesenvolvidos saírem dessa condição pela industrialização e com o Estado forte e um planejamento econômico. Com a industrialização e intervenção estatal na economia seria possível romper o ciclo vicioso do subdesenvolvimento, das trocas desiguais. Para os

pensadores da dependência não havia maneira de modificar as condições e situações entre localidades. As desigualdades de condições são inerentes e necessárias para o funcionamento do sistema.

Segundo os intelectuais da perspectiva decolonial, do grupo da teoria Modernidade/Colonialidade: Anibal Quijano (2005; 2007), Arturo Escobar (2014) e Walter Dignolo (2017), a colonialidade caminha par e passo com a modernidade. Assim, toda modernidade ostentada pelo capitalismo representa uma parte do todo. A outra parte, continua sendo preenchida por colonialidade. Essa dualidade permeia todas as esferas das relações humanas instituídas: econômica, social, política e cultural. Contribuindo com essas perspectivas, estudiosos da corrente pós-desenvolvimento, como Esteva (2009), Svampa (2011) e Acosta (2011), argumentam que o conceito de desenvolvimento e a sua prática resultam de uma visão eurocêntrica do mundo. O desenvolvimento é um modelo imposto pelos países centrais aos outros países como padrão a ser seguido. O objetivo é a uniformização do modo de viver (pensar, consumir) das pessoas. Essa uniformização deve integrar as diferentes áreas que organiza a sociedade: econômica, social, política e cultural. Buscaremos apresentar considerações sobre o desenvolvimento conforme entendimento de diferentes correntes, como estruturalistas ou cepalinos, da Teoria da Dependência e da perspectiva decolonial, do grupo da teoria Modernidade/Colonialidade.

Entendemos que as concepções de pensadores críticos de diferentes escolas ajudam na compreensão do conflito e disputa territorial entre os quilombolas de Alcântara e o Estado brasileiro. Durante todo o texto, nos guiamos pelo intuito de entender os efeitos socioeconômicos que esse grande projeto desenvolvimentista, o CLA, que é de interesse do capital transnacional, vem provocando nos quilombos e na economia do município. Mas não somente, também nos questionamos sobre a real capacidade do CLA, que representa o que há de mais moderno no capitalismo, levar desenvolvimento e progresso, conforme afirmam representantes do Estado brasileiro, para o município, que é visto por eles como atrasado.

Escobar (2007) defende que a realidade social parece dominada pela incessante ideia de desenvolvimento. Governos e instituições implementam planos ambiciosos para elevar locais considerados como subdesenvolvidos ao patamar de desenvolvidos. No entanto, esses planos e projetos vem piorando as condições da maioria da população ao longo do tempo. E a maior parte da população não se dá conta dessa situação. A realidade foi colonizada pelo discurso do desenvolvimento. Isso exige que as pessoas insatisfeitas lutem dentro desse mesmo campo discursivo. A esperança é de que uma nova realidade possa ser formada.

As lutas das comunidades quilombolas de Alcântara que resistem para não perder seus meios de reproduzir a vida têm inspirado investigações acadêmicas. Os trabalhos de Almeida (1996, 2006), Rocha (2006), Pereira Júnior (2012, 2017), Souza Filho (2013), Andrade (2014), e Lopes (2020), são exemplos. A situação das comunidades quilombolas permanece sem solução. Em alguns momentos, o conflito se intensifica e não há uma solução definitiva, por isso as pesquisas continuam sendo necessárias.

É fundamental, recorrer às teorias e trabalhos empíricos já realizados: (Almeida, 1996; Pereira Júnior, 2017), dissertações (Rocha, 2006; Mello, 2008; Pereira Júnior, 2012; Assis, 2021), teses (Magalhães, 2007; Mendonça, 2017) e laudo antropológico (Almeida, 2006). Bem como utilizar matérias jornalísticas, dados, entrevistas e anotações em caderno de campo e manter uma participação observante, ajudam na compreensão da disputa territorial que interfere, mesmo que veladamente, nas relações sociais do município. Todos esses elementos foram importantes para a sistematização de tópicos deste trabalho.

Também buscamos imergir nas consequências que os acordos internacionais firmados pelo Estado brasileiro, que visam promover atividades de lançamento, provocam na vida dos alcantarenses, com foco nas comunidades quilombolas. A partir das análises dos dados secundários, em especial, entre 2006 e 2015, período em que foram implementadas atividades no CLA, em virtude do acordo firmado entre o Brasil e a Ucrânia, em 2003.

O acordo Brasil-Ucrânia que foi assinado em 2003, denunciado pelo Brasil em 2015 e perdeu a vigência em 2016. Durante a vigência desse acordo o Estado brasileiro visava ampliar a área do CLA para cerca de 12 mil hectares. Esse mesmo interesse voltou a ser perseguido após a assinatura, em 2019, do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os Estados Unidos. O trabalho empírico da presente tese foi fortemente influenciado pela possibilidade de expansão da área do CLA. Assim, buscamos compreender o ponto de vista de líderes de movimentos quilombolas e quilombolas. Bem como, nos apoiamos em depoimentos de representantes do poder público municipal de Alcântara como vereadores e secretários municipais e, ainda, dos empresários, o que integra o sexto e último capítulo dessa tese.

Buscamos alicerces também em trabalhos acadêmicos e dados secundários. Gil (1999) assevera que, os dados coletados, que compõem a pesquisa quantitativa, exigem análise e interpretação. Estes dois processos são estreitamente relacionados.

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999, p. 168).

Acreditamos que a análise e interpretação dos dados somados às entrevistas que integram a pesquisa qualitativa são fundamentais para que possamos alcançar uma parte da problemática que nos propusemos a estudar. Para Silva e Menezes (2005, p. 20), a pesquisa qualitativa é aquela que:

[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Os principais procedimentos metodológicos para consecução do objeto da tese foram: revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários, análise e interpretação de dados sobre a performance econômica e social. Os trabalhos de campo realizados no município ocorreram na sede, na comunidade quilombola Vista Alegre e nas agrovilas Pepital e Peru. Houve registro em questionário próprio que passou pela revisão do nosso orientador e uso de gravador. Com anuência dos entrevistados. Também pesquisamos documentos e laudo antropológico, participamos de debates públicos envolvendo o conflito de Alcântara promovido pelo Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe) e seminário realizado pelo Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma) que envolveu casos empíricos sobre conflitos socioambientais.

O trabalho empírico teve como objetivo principal, assimilar a percepção dos entrevistados sobre a capacidade do CLA levar melhorias das condições sociais e econômicas aos habitantes de Alcântara. Assim como, procuramos saber o que eles pensam sobre a possibilidade de expansão da área do CLA, conforme interesse dos representantes do Estado brasileiro durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, em virtude do novo acordo firmado com os Estados Unidos. Isto culminaria com o deslocamento compulsório de cerca de 800 famílias e a extinção de 30 comunidades tradicionais (Valente, 2020).

Os trabalhos de campo ocorreram durante todo o doutorado. Em 2020, realizamos as entrevistas na comunidade quilombola Vista Alegre. Em 2021, visitamos vereadores, empresários e secretários municipais da atual gestão ou de gestões passadas. No mesmo ano, entrevistamos os empresários e líderes de movimentos quilombolas. Ademais, visitamos o município com certa frequência. Mantemos conversas informais com moradores da sede, agrovilas ou de alguma comunidade quilombola, como Mamuna. Sempre com escuta atenta para que pudéssemos extrair alguma informação ou entendimento acerca das expectativas ou frustrações que o CLA provoca nos moradores locais.

Com relação às entrevistas e demais procedimentos metodológicos, cabe salientar, que seguimos os ensinamentos de alguns autores que nos ajudam a pensar o método e sua forma de aplicação. De acordo com Chizzotti (1995), a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Por meio dela, o pesquisador obtém informações a partir da fala dos atores sociais. Cardoso (1986) alerta sobre a relevância que deve ser dada ao trabalho de campo e o compromisso que devemos ter no sentido teórico-metodológico. Para Minayo (2002), além das informações obtidas, o processo de campo nos leva à reflexão e reformulação dos caminhos da pesquisa. Através das entrevistas descobrimos novos fatos que são necessários considerar.

Em termos metodológicos, consideramos importante registrar como tivéssemos acesso à comunidade quilombola Vista Alegre. Em agosto de 2020, estávamos em Alcântara, em teletrabalho por causa da pandemia de Covid-19. Meu esposo e eu, ficamos sabendo que na comunidade quilombola Vista Alegre eram comercializados os maiores camarões do município. Interessados nos mariscos, resolvemos ir até lá. Na entrada da comunidade, encontramos seu Raimundo e lhe perguntamos onde poderíamos encontrar o camarão. Ele nos levou até a casa de seu Orlando e dona Ana Célia, onde fomos alegremente recebidos pelo casal e alguns de seus filhos.

O casal, seu Orlando e dona Ana Célia, que é muito receptivo, nos deixou à vontade. Contou-nos que praticamente todos os moradores da comunidade tinham sido contaminados pelo vírus. Mas todos estavam bem. O pior já tinha passado. Falaram sobre a vida deles e das atividades desenvolvidas na comunidade. Os trabalhos com a pesca, lavoura, como faziam a comercialização do excedente produzido. Contaram que tinham 11 filhos, alguns já casados, morando noutras localidades, inclusive dois residiam em outro estado. Por me sentir muito à vontade com eles, explique-lhes sobre o doutorado e minha pretensão de escrever essa tese sobre a disputa territorial. Interessada em saber mais sobre a organização social e produtiva da comunidade, perguntei-lhes se eu poderia voltar para realizar um trabalho de campo e escrever um artigo.

As horas na comunidade passaram muito rápidas e forma agradáveis. Fomos até à praia, almoçamos, compramos camarões e peixes, retornamos para a sede de Alcântara, mas com a certeza de que voltaríamos. Na saída seu Orlando nos disse: “gostamos muito de vocês, nossa amizade será pela vida toda”. Em outubro daquele ano, retornamos à Vista Alegre para a realização das entrevistas. Buscamos compreender o entendimento dos moradores com relação à ameaça de deslocamento compulsório para ampliação da área do CLA.

Entrevistamos 11 pessoas de diferentes famílias que integram a comunidade. A comunidade tinha 44 famílias.

Também por causa da pandemia, resolvemos adquirir uma pequena casa em Alcântara, para permanecemos mais tempo isolados. Com isso, precisamos fazer algumas reformas e nos aproximamos dos empresários que trabalham com comercialização de materiais de construção e comércio em geral. Além disso, meu esposo, que trabalha na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), precisava instalar um projeto de hortas em uma escola municipal. Esse projeto me aproximou dos vereadores municipais. Em 2021, consegui entrevistar quatro vereadores, do total de 11.

Em 2021, também realizamos entrevistas com nove empresários da gestão 2020-2024, um de gestões anteriores. Também colhemos depoimento de um secretário municipal da mesma gestão e um da gestão anterior. Realizamos o total de 20 entrevistas naquele ano. Ainda em 2021, realizamos quatro entrevistas com os líderes dos movimentos quilombolas. O agendamento com eles foi muito tranquilo. No quadro 1, listamos os entrevistados.

Quadro 1 - Relação de entrevistados entre 2020 e 2021

	Entrevistado	Categoria	Data da entrevista
1	Conceição	Quilombola	15/10/2020
2	Cristina	Quilombola	
3	Francisco	Quilombola	
4	Ivaneide	Quilombola	
5	Jucimeire	Quilombola	
6	Orlando	Quilombola	
7	Osvaldo	Quilombola	
8	Raimundo	Quilombola	
9	Sônia	Quilombola	
10	Stéfane	Quilombola	
11	Valdeci	Quilombola	
12	Danilo	Empresário	23/04/2021
13	Dilton	Empresário	22/04/2021
14	Erenaldo	Empresário	27/04/2021
15	Linconl	Empresário	26/04/2021
16	Lopes	Empresário	23/04/2021
17	Nailton	Empresário	22/04/2021
18	Nico	Empresário	23/04/2021
19	Reginaldo	Empresário	23/04/2021
20	(Reinaldo) Naldinho	Empresário	23/04/2021
21	Deyna Nathália (agrovila Peru)	Vereadora (2020-24)	27/04/2021
22	Lázaro (Lazico)	Vereadora (2020-24)	27/04/2021
23	Mário	Vereadora (2020-24)	27/04/2021
24	Menca Pinho	Vereadora (2020-24)	24/04/2021
25	Antônio Marcos	Secretário Municipal de Agricultura	27/04/2021
26	Erenaldo	Ex-secretário municipal de Agricultura	27/04/2021

27	Biné (agrovila Peru)	Ex-vereador em três mandatos	27/04/2021
28	Aniceto	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR)	28/06/2021
29	Leandra (agrovila Pepital)	Presidente do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (Montra)	25/06/2021
30	Militina (comunidade quilombola Mamuna)	Coordenadora da Associação do Território Quilombola de Alcântara (Atequila)	28/06/2021
31	Sérvulo Borges (Borjão)	Militante do Movimento Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)	02/06/2021

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os questionários foram padronizados e constam nos anexos desta tese. Foram elaborados com um rol de perguntas orientadoras que procuravam saber como percebiam as consequências para os quilombolas caso ocorresse a expansão da área do CLA e o que pensavam sobre o deslocamento compulsório de quilombolas e extinção de comunidades. Assim como, procuramos levantar as percepções sobre mudanças positivas ou negativas ocorridas em Alcântara, em virtude da implantação do CLA. O entendimento dessas pessoas formou os pilares para argumentações e questionamentos durante a elaboração da tese, sendo cruciais para a escrita do capítulo 7.

De acordo com Barbot (2015, p. 111), quando preparamos uma entrevista, construímos um instrumento de pesquisa que será pertinente para qualquer entrevistado. Além disso:

[...] a grade de entrevista é um híbrido através do qual o entrevistador articula diferentes questões [...]. A grade de entrevistas, aliás, é um instrumental evolutivo no qual algumas questões presentes no início da pesquisa serão progressivamente relegadas, enquanto outros surgirão ou a ela incorporar-se-ão.

Barbot (2015, p. 115) ressalta a importância de gravações das entrevistas. Somente com anotações, materiais importantes podem ser perdidos: “Na maioria dos casos, a gravação da entrevista é indispensável, as simples anotações apresentam vários limites [...] as simples anotações tornam impossível o retorno ao material bruto: este está irremediavelmente perdido”. Infelizmente, pudemos vivenciar esse ensinamento. As entrevistas realizadas em Vista Alegre não foram gravadas. Apenas tomamos notas das respostas. Por causa disso, perdemos uma parte valiosa das informações e declarações dadas. As demais entrevistas foram gravadas.

Levamos em conta as concepções de Berger e Luckmann (2014, p. 34) sobre a importância de se compreender socialmente as atividades humanas. Essa compreensão nos ajuda a expressar a realidade encontrada em conhecimento sociológico:

E sociedade de fato é construída pela atividade que expressa um significado subjetivo [...]. Em outras palavras, a adequada compreensão da 'realidade *sui generis*' da sociedade exige a investigação da maneira pela qual esta realidade é construída. Esta investigação, afirmamos, constitui a tarefa da sociologia do conhecimento.

Esse ensinamento foi considerado durante a pesquisa. Além das entrevistas, permanecemos atentos à vida social que se expressa na realidade de Alcântara. Frequentes visitas ao município, ajudaram-nos a compreender melhor as relações socioeconômicas dadas. A manutenção de conversas informais com moradores locais também. Segundo Chauvin e Jounin (2015, p. 126), observar é fundamental durante uma investigação de campo. “Onde pousar então o olhar? [...] Urge, pois, não perder o rastro das opções feitas [...]. O termo observação é enganoso levando a crer que este método engana somente o olhar. Na realidade, ele convoca todas as capacidades sensoriais do pesquisador”. Pensando nisso, também utilizamos de recursos fotográficos. Às vezes, uma imagem expressa mais do que palavras.

Também utilizamos vários dados e fizemos análises de indicadores socioeconômicos. A pesquisa quantitativa permite uma leitura importante da realidade local. É possível conhecer mais sobre produção, rendimento médio da população, empregabilidade, dependência de transferências do governo, educação e outros. Esses indicadores, quando interpretados, dão informações preciosas sobre a qualidade de vida da população.

Sabe-se que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem suas limitações em relação à exatidão e precisão dos dados disponibilizados. Em se tratando de um município como Alcântara, onde os setores econômicos não seguem o padrão mercado convencional, os dados ficam mais frágeis. Ainda assim, são capazes de fornecer subsídios relevantes.

Em se tratando de dados do setor agropecuário, que é fundamental em Alcântara, já que a terra é essencial para a sobrevivência dos quilombolas, sabemos que não expressam corretamente a realidade do município. A exemplo da produção de pescado que nem é catalogada pelo IBGE. No entanto, há uma forte produção de excedente de peixes e camarão, como se verifica na comunidade de Vista Alegre. Inclusive com vendas para São Luís. Mesmo cientes de que há falhas nos registros, utilizamos vários dados do Instituto e de outras instituições brasileiras. A intenção de usar esses dados como parte fundamental desse trabalho

é mostrar que as comunidades quilombolas dependem da terra para produzir. Com o uso da terra são capazes de garantir segurança alimentar e gerar produção excedente.

Analizamos dados sobre a participação dos setores econômico na composição do PIB; número e área dos estabelecimentos rurais; área plantada e quantidade produzida das principais culturas da lavoura temporária; criação de animais, entre outros. Esses dados, em sua maioria, foram analisados após o ano 2000. Mas, para algumas categorias ou variáveis, são analisadas informações do Censo Agropecuário de 1995.

O Maranhão e Alcântara foram os principais locais da coleta e análise dos dados. Porém, para alguns indicadores, reunimos informações a respeito do Brasil e de oito municípios maranhenses. Os municípios do Maranhão que integram a pesquisa são aqueles que sediam algum tipo de grande projeto de desenvolvimento ou que recebem investimentos estatais para desenvolver alguma atividade econômica, a exemplo de Barreirinhas. Este município é um dos expoentes no turismo do estado. Com esse conjunto de informações, procuramos demonstrar, quais efeitos econômicos e sociais são notados nesses municípios que sediam grandes projetos de desenvolvimento ou apoio estatal para uma atividade econômica específica.

Reunimos dados sobre os setores secundário, terciário, demografia e que demonstrem a performance social dos municípios. Entre esses, encontram-se: número de empresas e outras organizações; pessoal ocupado; assalariados; massa salarial; população residente; Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal; vulnerabilidade social; contribuintes e não-contribuintes para instituto de previdência oficial; aposentados e pensionistas; beneficiários do Programa Bolsa Família; dados do Cadastro Único, entre outros.

Entendemos que esses dados são importantes mensuradores do nível de desenvolvimento socioeconômico de um município. A partir de informações sobre produção, renda, educação e outros, podem ajudar em interpretações qualitativas da realidade da população local. No caso de Alcântara, somando as análises quantitativas aos depoimentos, poderemos perceber a influência do CLA em gerar efeitos socioeconômicos e alterar a qualidade de vida da população local.

1.3 Estrutura da tese

A tese é composta de seis capítulos, além da Introdução e das Considerações Finais. Na introdução, apresentamos as motivações para escolha do tema. O objetivo geral e específicos e a proposta metodológica.

No capítulo 2, apresentamos as principais teorias que orientam toda a nossa pesquisa. Fazemos uma breve revisão de alguns conceitos do Desenvolvimento que ajudam a entender melhor nossa questão. Entre os pesquisadores utilizados, estão autores da corrente estruturalista, ligados à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), como Raul Prebisch, com seus trabalhos de 1949 (Prebisch, 2012), 1959 e 1963, e Celso Furtado, de 1961 e 1964. Também trabalhamos com os pensadores da Teoria da Dependência, como Ruy Mauro Marini (1991), Teothônio dos Santos (1991) e Vânia Bambirra (2012). Além disso, discutimos as teses de intelectuais da perspectiva decolonial do grupo que trabalha com a teoria Modernidade/Colonialidade, como Anibal Quijano (2005, 2007), Arturo Escobar (2014) e Walter D. Mignolo (2017). Por fim, incluímos estudos da corrente do pós-desenvolvimento. Apoiamo-nos em concepções de Esteva (2009), Svampa (2011) e Acosta (2011).

No mesmo capítulo, apresentamos uma revisão de estudos sobre os efeitos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e Maranhão a partir da década de 1970. Destacam-se as pesquisas de Almeida (1996, 2006), Rocha (2006), Paula e Mesquita (2008), Mesquita (2007, 2011), Sant'Ana Júnior (2009), Pereira Júnior (2012), Souza Filho (2013), Andrade (2014), entre outros. Discutimos também, o crescimento do mercado aeroespacial nas principais potências capitalistas, com base em autores como Coats (2017), Robinson (2018), Weeden *et al.* (2018), entre outros. E tratamos sobre Programa Espacial Brasileiro (PEB), o acordo de Salvaguardas Tecnológicas com os EUA, firmado em 2019. Os trabalhos de Almeida (2022), Bojikian, Mariano e Thomaz (2022), entre outros, são utilizados para compreensão da temática.

No capítulo 3, revisamos as principais teorias sobre o racismo, uma vez que o município de Alcântara é formado por 85% de pessoas que se identificam como quilombolas oriunda do período escravagista. E o racismo estrutural marca as relações sociais, econômicas e culturais em qualquer lugar do país. Amparamo-nos em teses de autores como: Mbembe (2014), Munanga (2012, 2022) e Fanon (2018); Moura (1983, 2019), Munanga (2003, 2014, 2022), Fernandes (2008), Schucman (2014), Oliveira (2016), Nascimento (2016), Borges (2018), Almeida (2019), Gonzalez (2020) e Bento (2022a).

No capítulo 4, trabalhamos com informações do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara - PDI-CEA, em 2022. Os entendimentos de representantes do Estado brasileiro, em especial, de integrantes da Agência Espacial Brasileira (AEB) para promoção do desenvolvimento de Alcântara, também, foram relevantes. Apresentamos, principalmente, ações pensadas para o desenvolvimento da agricultura

familiar e do turismo de Alcântara. Também fizemos uso de fotografias, imagens e alguns depoimentos para mostrar a atual realidade dessas atividades no município.

No capítulo 5, tecemos breves considerações acerca do desenvolvimento econômico do Maranhão, nos anos recentes (pós 2000). Grosso modo, apresentamos o cenário econômico maranhense. A partir de dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Os dados referem-se aos principais setores da economia e de alguns aspectos sociais do Maranhão. Para uma compreensão mais ampla no âmbito das teorias utilizadas, os dados foram analisados a partir da comparação com os dados do Maranhão com as grandes regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste). Os dados sobre emprego, renda, produção, médias salariais revelam que as desigualdades são próprias da dinâmica do capitalismo. As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm protagonismo em relação às regiões Norte e Nordeste. E o estado do Maranhão, que integra a periferia do sistema capitalista do país mesmo sediando vários grandes projetos de desenvolvimento, como é o caso do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), tem indicadores sociais e econômicos muito abaixo dessas regiões.

No capítulo 6, intitulado Desempenho social de Alcântara e do Maranhão durante a vigência do acordo Brasil-Ucrânia (2003-2015), analisamos dados econômicos sobre produção e renda de Alcântara e de oito municípios do Maranhão, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após os anos 2000. Essa escolha temporal, visa mostrar, em especial, os efeitos econômicos e sociais de Alcântara, durante a vigência do acordo firmado entre o Brasil e a Ucrânia, 2003-2015. Vale esclarecer que, no setor da agropecuária, os dados abrangem o Censo Agropecuário de 1995, para maior compreensão das variações que ocorreram a partir das comparações com os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e de 2017. Para algumas análises, recorreremos aos dados econômicos de oito municípios do Maranhão, que assim como Alcântara, sediam Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPD). Quais sejam: Açailândia, Balsas, Barreirinhas, Chapadinha, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Santo Antônio dos Lopes e Urbano Santos.

Para tecer o capítulo 7, recorreremos aos dados secundários referentes a situação social de Alcântara e comparamos com os dados dos oito municípios já citados. Os dados analisam quantidade de beneficiário do Programa Bolsa Família; número de aposentados; pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza; nível de educação; Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM); Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), entre outros.

Os dados foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Consideramos que os dados sociais são capazes de expressar com forte precisão uma parte relevante da realidade em que as pessoas vivem.

Sobre o capítulo 7, uma parte foi publicada em forma de artigo na Revista Novos Cadernos NAEA, v. 27, n. 1, janeiro/abril, 2024, com a coautoria do professor Horácio Antunes. O capítulo traz informações sobre os primeiros desdobramentos, em termos econômicos, do novo pacto firmado entre o Estado brasileiro e os Estados Unidos, em 2019. Analisamos alguns dados do Portal da Transparência do Governo Federal e da Prefeitura de Alcântara. Consta também a percepção dos representantes do poder público municipal como vereadores e secretários municipais, além de depoimentos de empresários e de representantes de movimentos quilombolas sobre o AST, possibilidade de deslocamentos compulsórios e a capacidade do CLA em produzir melhorias nas condições de vida dos habitantes locais. Além disso, apresentaremos o resultado de entrevistas realizadas com 11 moradores da comunidade quilombola Vista Alegre.

Nas considerações finais, sintetizamos os principais efeitos sociais e econômicos nos anos pós 2000, que o CLA provoca em Alcântara. Em especial, devido aos acordos internacionais firmados com o Brasil para sua exploração de atividades aeroespaciais. Entendemos que a intercalação entre teorias, dados secundários e depoimentos trazem novos elementos para explicar a disputa territorial travada em Alcântara entre o Estado brasileiro e as comunidades quilombolas. Assim como, os efeitos socioeconômicos que o CLA produz em Alcântara.

1.4 Objetivo geral

- Analisar os efeitos, que um grande projeto de desenvolvimento, como é o caso do CLA, provoca em comunidades tradicionais, a exemplo dos quilombolas de Alcântara, que se situam em áreas que são de interesse do Estado e do capital.

1.4.1 Objetivos específicos

- Apresentar considerações sobre o Desenvolvimento com base nas teses como da escola estruturalista ou cepalinos; da Teoria da Dependência e da perspectiva decolonial, do grupo da teoria Modernidade/Colonialidade.
- Elaborar considerações sobre o racismo estrutural e apresentar algumas situações sobre esse contexto em Alcântara.
- Tecer considerações acerca do desenvolvimento econômico do Maranhão, por meio de dados secundários nos anos pós 2000.
- Analisar dados econômicos sobre produção, renda e outros de Alcântara, procurando compreender as modificações nas condições econômicas dos habitantes locais, nos anos pós 2000.
- Analisar os dados sociais de Alcântara e procurar demonstrar se houve alteração das condições sociais dos habitantes locais, pós 2000.
- Apresentar depoimentos dos entrevistados: representantes do poder público local, empresários e lideranças quilombolas, mostrando suas percepções a respeito da disputa territorial e suas opiniões a respeito da capacidade do CLA para produzir melhorias socioeconômicas para os habitantes de Alcântara.

2 ALCÂNTARA QUILOMBOLA, O CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA (CLA) E O “DESENVOLVIMENTO”

*Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária.
(Karl Marx)*

O presente capítulo objetiva tecer breve revisão de algumas teorias que podem explicar a configuração do capitalismo no Brasil e os efeitos do modelo de desenvolvimento empregado durante a ditadura empresarial-militar iniciada em 1964. Naquela época, para expansão do capitalismo, alguns governantes, a exemplo do ex-presidente João Figueredo (1979-1985), procuraram industrializar e expandir a agricultura, a mineração e outras atividades econômicas nos moldes do sistema capitalista.

Estados e regiões considerados como atrasados em relação às regiões Sul e Sudeste do país foram alvos de investimentos públicos. Programas como Grande Carajás¹ e Polonoroeste² foram instituídos. A partir deles, foram criados o estado de Rondônia e o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). O município de Alcântara que tem a agricultura como a base de sobrevivência de grande parte da sua população, passou a sediar o CLA que representa o ápice da modernidade na área espacial.

2.1 Aspectos da dinâmica capitalista e concepções do desenvolvimento

Segundo Luxemburgo (1984), o capitalismo se mantém como um modo de produção porque possui rápida e vigorosa capacidade de se expandir geograficamente pelo globo. Durante o movimento de expansão, acumulação de riquezas acontece. Essa dinâmica é

¹ O Projeto Grande Carajás começou no início da década de 1980 e foi um grande empreendimento econômico e político. O governo brasileiro liderou o projeto, mas empresas estrangeiras também participaram. O governo investiu muito dinheiro, proveniente de empréstimos, para construir rodovias, ferrovias, e reformar portos e aeroportos. O objetivo principal era extrair minério e transportá-lo para o litoral do Maranhão). O Programa Grande Carajás abrange os estados do Pará, Maranhão e Tocantins (Santos, 2009).

² O Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), iniciado em 1982, visava absorver a população em Rondônia e no norte do Mato Grosso, por meio de investimentos estatais em infraestrutura, agricultura. O projeto foi parcialmente financiado pelo Banco Mundial (Belinati; Costa e Silva, 1988). A partir da década de 1970, Rondônia passou por transformações devido à exploração agrícola e à pavimentação da BR-364, facilitando a migração em busca de terras. A estratégia do Polonoroeste buscou gerir essa migração de forma ordenada, com foco na conclusão da BR-364, que conecta Mato Grosso e Rondônia ao Sul do País. Os surtos migratórios da década de 70 ao longo da BR – 364, os garimpos de cassiterita e pedras preciosas, a crise estrutural do sistema de territórios federais foram fatores determinantes para desencadear campanhas em prol da elevação de Rondônia à categoria de Estado (Serra; Fernandez, 2004). As atividades do Polonoroeste, em Rondônia, objetivavam, principalmente, a conclusão e asfaltamento da BR-364, rodovia federal essencial para a região Noroeste, visto que liga o Estado do Mato Grosso ao Estado de Rondônia e esses dois Estados, ao Sul do País (Oliveira, 1994).

possível, porque a lógica expansiva, abrange e domina as diferentes relações da vida. As relações sociais, econômicas, políticas, culturais integram a dinâmica do sistema.

Dessa maneira, quando uma economia mercantil se vincula com o capitalismo em expansão, tende a dissolver e destruir todas as demais formas de organização social pré-estabelecidas.

O que Marx adotou como hipótese de seu esquema de acumulação corresponde, portanto, somente à tendência histórica e objetiva do movimento de acumulação e ao respectivo resultado teórico final. O processo de acumulação tende sempre a substituir, onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil, e esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – ao domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos (Luxemburgo, 1984, p. 63).

Luxemburgo (1984) avisa que o capitalismo, nas sociedades mercantis, se impõe progressiva e contraditoriamente. É um modo de produção que dissolve e se alimenta das relações sociais estranhas a ele. Além disso, o capitalismo precisa de expansão para prolongar sua existência. Para isso, destrói as relações sociais existentes. Com isso, garante a acumulação de riquezas pela exploração do trabalhador e da natureza.

Dessa maneira o capitalismo expanda-se cada vez mais graças à suas relações recíprocas com os círculos sociais e com as nações não-capitalistas, acumulando seu capital à custa destes; ao mesmo tempo que corrói a cada instante a outra entidade a qual se associa, procurará desalojá-la e assumir o seu lugar. E à medida em que vai crescendo o número de participantes dessa caçada em busca de novos campos de acumulação de capital e diminuindo o número de regiões não capitalistas ainda abertas à expansão universal do capital, mais acirrada se torna a luta, ou a competição, visando a conquista dessas regiões de acumulação; tanto mais frequentes também se tornam, no cenário mundial, as incursões do capital, as quais acabam constituindo verdadeiras cadeias de catástrofes (de ordem econômica ou política), representadas pelas crises mundiais, pelas guerras e pelas revoluções (Luxemburgo, 1984, p. 113).

Na verdade, Marx (2013) e Luxemburgo (1984) alertaram sobre os efeitos da aplicação dos princípios da economia clássica, concebidos por David Ricardo (1882), Malthus (1883), Adam Smith (1883), e outros. Esses economistas clássicos defendiam o crescimento da produção para garantir o aumento da riqueza das pessoas e nações. Com base nessas concepções, durante muito tempo se considerou que enquanto houvesse crescimento econômico em determinado local, maior seria seu desenvolvimento (Leff, 1994). Certamente o crescimento da produção resulta em aumento de riquezas. Mas, para alguns. E se esse crescimento ocorre visando apenas o lucro. A destruição ambiental é outro resultado.

Depois da Segunda Guerra, os países centrais no sistema capitalista reorganizaram suas economias. Os conceitos de “crescimento econômico” e “desenvolvimento” eram

entendidos como sinônimos (Reis; Baltazar, 2018). Naquele período, houve um grande aumento no número de estudos e ações voltados a entender e promover o desenvolvimento econômico (Bastos; Britto, 2010)³. A dinâmica do capitalismo e as promessas de desenvolvimento levou, antes e depois das grandes guerras, além dos economistas clássicos, como David Ricardo (1982), Malthus (1983), Adam Smith (1983), entre outros, vários teóricos como Luxemburgo (1984), Lênin (1988), Trotsky (1994), Polanyi (2000), Marx (2013), e outros, a criticarem o funcionamento do sistema capitalista. A forma contraditória e destrutiva de expansão. E os efeitos produzidos na organização social, política, econômica e cultural das sociedades.

Segundo Esteva (2000), o discurso de posse de Harry Truman para seu segundo mandato como presidente dos EUA, em 20 de janeiro de 1949, foi um momento decisivo para propagação da noção de desenvolvimento. Nesse discurso, Truman além de contribuir terminantemente para difundir a noção de desenvolvimento, associou o conceito de subdesenvolvimento às economias dos países periféricos do sistema. Assim como, a necessidade desses países seguirem o modelo de desenvolvimento econômico dos Estados Unidos. As populações dos países integrantes do sistema capitalista deveriam alcançar um padrão de vida, em termos de consumo, semelhante aos EUA.

Gómez (2002, p. 2) assevera que o discurso de Truman se constituiu em uma “estratégia de reprodução do capital” no pós-Guerra. O discurso engloba um conjunto de medidas políticas e econômicas assumidas depois de março 1947. Ficou conhecido como Doutrina Truman. Essas medidas tinham como objetivo direcionar o caminho para expansão da homogeneização social e econômica fora dos parâmetros do comunismo. Os EUA foram eleitos exemplo de progresso e de desenvolvimento para serem seguidos pelas nações capitalistas do Planeta. Na verdade, essa doutrina tem como fundamento dominar política e economicamente os países menos avançados pelos países capitalistas mais avançados, sob o comando americano. Segundo Truman (1949):

[...] we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize

³ Mas, antes da Segunda Guerra, várias mudanças importantes na história ajudaram a criar políticas focadas na estabilização econômica, no crescimento e no planejamento. A primeira grande mudança foi o fim da era do liberalismo liderado pela Inglaterra, que acabou após a Primeira Guerra Mundial, e a crise econômica da década de 1930. Nesse período, surgiram várias experiências de intervenção do Estado na economia, com diferentes orientações políticas e ideológicas, como o planejamento central soviético, o militarismo do nazifascismo, a social-democracia na Escandinávia, o New Deal nos Estados Unidos e o governo de Getúlio Vargas no Brasil (Bastos; Britto, 2010).

their aspirations for a better life. Our aim should be to help the free peoples of the world, through their own efforts, to produce more food, more clothing, more materials for housing, and more mechanical power to lighten their burdens. Democracy alone can supply the vitalizing force to stir the peoples of the world into triumphant action, not only against their human oppressors, but also against their ancient enemies: hunger, misery, and despair. In due time, as our stability becomes manifest, as more and more nations come to know the benefits of democracy and to participate in growing abundance, I believe that those countries which now oppose us will abandon their delusions and join with the free nations of the world in a just settlement of international differences. We will advance toward a world where man's freedom is secure. To that end we will devote our strength, our resources, and our firmness of resolve. With God's help, the future of mankind will be assured in a world of justice, harmony, and peace⁴.

De acordo com Raul Prebisch (2012), os países centrais no sistema capitalista como possuíam técnicas mais avançadas de produção e apresentavam uma estrutura produtiva organizada, homogênea e coesa nas funções produtivas, alcançavam maiores níveis de produtividade do trabalho. De outro jeito, os países da periferia dispunham de técnicas e organização produtiva atrasada, além de uma marcante heterogeneidade ou desigualdade na estrutura. Além disso, a desorganização dos trabalhadores nos países da periferia dificultava a melhoria salarial. Esses fatores contribuíam para produção e salários menores.

Além disso, os frutos do progresso tecnológico dos países do “centro” não eram exportados para os países da “periferia”. Esse desequilíbrio se manifestava na deterioração dos termos de troca. A diferença marcante, entre as economias periféricas e centrais, estava na produtividade. As áreas de muito baixa produtividade absorviam uma parte substancial dos trabalhadores na periferia, refletindo os resultados de uma modernização parcial e imperfeita dos sistemas produtivos (Prebisch, 2012).

Acrescentado a isso, segundo Prebisch, (2012), a distribuição do progresso técnico era “lenta e desigual” entre os países do sistema capitalista. Isso explicava os diferentes níveis de desenvolvimento dos países. Para ele, foi a partir da disseminação desigual da tecnologia que

⁴ “Devemos embarcar em um novo e ousado programa para disponibilizar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial para a melhoria e o crescimento de áreas subdesenvolvidas. Acredito que devemos disponibilizar aos povos amantes da paz os benefícios de nosso acervo de conhecimento técnico, a fim de ajudá-los a realizar suas aspirações por uma vida melhor. Nosso objetivo deve ser ajudar os povos livres do mundo, por meio de seus próprios esforços, a produzir mais alimentos, mais roupas, mais materiais para moradia e mais energia mecânica para aliviar seus fardos. Somente a democracia pode fornecer a força vitalizante necessária para incitar os povos do mundo à ação triunfante, não apenas contra seus opressores humanos, mas também contra seus antigos inimigos: a fome, a miséria e o desespero. No devido tempo, à medida que nossa estabilidade se tornar manifesta, à medida que mais e mais nações conhecerem os benefícios da democracia e participarem da crescente abundância, acredito que os países que agora se opõem a nós abandonarão suas ilusões e se unirão às nações livres do mundo em uma solução justa para as diferenças internacionais. Avançaremos em direção a um mundo onde a liberdade do homem esteja assegurada. Para isso, dedicaremos nossa força, nossos recursos e nossa firmeza de determinação. Com a ajuda de Deus, o futuro da humanidade estará assegurado em um mundo de justiça, harmonia e paz” (tradução própria).

surgiram duas estruturas polares, o centro e a periferia. Os países do centro, por serem líderes em processos de pesquisa e desenvolvimento detêm a capacidade de transformação de matéria-prima em produtos. Assim, exportam mercadorias industrializadas que possuem maior valor agregado e intensidade tecnológica. Os países da periferia, por sua vez, ocupam uma posição marginal em termos de inovação e exportam produtos primários com baixo valor agregado (Prebisch, 1949, 1954).

Dessa forma, os países, especializados na produção de bens industrializados, alcançarão maior crescimento econômico. Enquanto, países primário-exportadores tenderão a obter taxas de crescimento econômico menores. O resultado de suas exportações é inferior ao das importações.

Desse modo, a falta de tecnologia e industrialização nos países da periferia do sistema, impõe-lhes um papel subordinado. Isso implica em deterioração dos termos de troca (Prebisch, 2012, 1963). Furtado (1961, 1964) defendeu que o Brasil deveria se industrializar para que pudesse superar o subdesenvolvimento econômico.

No entanto, de acordo com Flores e Rodríguez (2011), é muito difícil que o crescimento de uma economia desencadeie o desenvolvimento. Ainda segundo os autores, é rara uma ligação automática entre crescimento e desenvolvimento. Quando isso acontece, não dura muito tempo. Para durar, é necessário que o Estado permaneça implementando políticas públicas.

Segundo Carcanholo (2010), a proposta dos cepalinos foi alvo de muitas críticas. Eles trataram o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como se fossem apenas uma questão de diferenciação quantitativa. Por isso, defendiam que a industrialização resolveria os problemas do subdesenvolvimento e da dependência.

Noutra direção, Lomnitz (1977) e Tokman (1978) afirmam que a industrialização não resolveria os problemas do capitalismo. Pois, experiências mostraram que em países desenvolvidos, a industrialização não gerou tantos empregos quanto esperado. Ao contrário disso, contribuiu para o desemprego, já que destruiu pequenos empreendimentos. Gerou desemprego no campo, com a substituição dos camponeses por novas tecnologias agrícolas. A consequência da crescente migração rural foi o surgimento das favelas urbanas. A inexistência de empregos suficientes para todos os trabalhadores nas cidades, motivou a criação de atividades marginalizadas no sistema. O atual setor informal.

Os pesquisadores, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, entenderam que havia uma relação de desenvolvimento dependente no capitalismo latino-americano. Segundo eles, ocorria uma relação de subordinação entre os países centrais e

aqueles que ficavam na periferia do sistema capitalista. Existia “[...] una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia” (Marini, 1977, p. 18)⁵. Para Santos (2011, p. 361)⁶, as economias dos países periféricos estavam condicionadas às economias dos países centrais. Ele explica, “[...] una situación en la cual un cierto grupo de países tienen su economía condicionada por el desarrollo y expansión de otra economía a la cual la propia está sometida”. Bamberger (2012, p. 38) acrescenta havia “caráter condicionante concreto que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes”.

Esses teóricos compreenderam que, nos países periféricos, “o subdesenvolvimento se estabelecia não como não desenvolvimento, mas como o desenvolvimento de uma trajetória subordinada dentro da economia mundial” (Martins, 2011, p. 230). Para eles, o subdesenvolvimento não se tratava de uma etapa evolutiva destinado a se modernizar, ao contrário, era uma parte “antagônica e complementar ao processo de desenvolvimento dentro de uma mesma lógica global de acumulação capitalista” (Carcanholo, 2008, p. 253). Constituem “uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável o atraso de outros” (Bamberger, 2012, p. 44).

Segundo a perspectiva dos teóricos da dependência, a industrialização e o avanço tecnológico não levariam as pessoas dos países subdesenvolvidos a terem as mesmas condições sociais e econômicas dos países centrais, sob hipótese alguma. Porque na verdade, no capitalismo, a situação de dependência econômica é a base do sistema. É intrínseca à sua estruturação, portanto, não pode ser alterada, “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (Marini, 2012, p. 47).

Segundo o entendimento desses pensadores, a industrialização não seria capaz de resolver o atraso econômico e social dos países da periferia. O processo industrial poderia colocar em novas bases. Para Marini (2012), o desenvolvimento no capitalismo não reduziria

⁵ “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, no âmbito da qual as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para garantir a reprodução ampliada da dependência” (tradução própria).

⁶ “[...] uma situação em que um determinado grupo de países tem a sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a sua está sujeita” (tradução própria).

a situação de exploração da mão de obra do trabalhador. Pelo contrário, quanto mais elevado fosse o desenvolvimento, maior seria a superexploração do trabalhador na periferia do sistema.

Nesse rumo, Sunkel (1972, p. 17) afirma que: “O desenvolvimento e o subdesenvolvimento podem, portanto, ser entendidos como estruturas parciais, porém interdependentes, que formam um único sistema”. E, a “dependência tecnológica” é um fator-chave para a reprodução de relações de dependência. De acordo com Cardoso (1993, p. 195), a dependência é entendida como “um sistema em que uma estrutura desenvolvida, em virtude de sua capacidade endógena de crescimento, é dominante, e a estrutura subdesenvolvida, dado o caráter induzido de sua dinâmica, é dependente; e isto se aplica tanto entre países como dentro de um país”.

No que diz respeito aos estudos sobre o desenvolvimento no Brasil, Celso Furtado (1974) buscou, com afinco, identificar as bases das economias do centro e da periferia do sistema capitalista e as razões das disparidades. Procurou desvendar o fenômeno do desenvolvimento econômico estabelecido nos países centrais, que foram protagonistas da Revolução Industrial. Compreendeu que a ideia de universalização de progresso e desenvolvimento era um mito, embora fosse defendida por cerca de 90% dos estudiosos.

Depois de tanto procurar formas para elevar o Brasil à condição de desenvolvimento Furtado (1974, p. 17) se deu conta de que se o desenvolvimento econômico fosse efetivamente concretizado, “isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegam efetivamente a universalizar-se”, o meio ambiente não suportaria. Haveria um colapso do sistema por causa da escassez dos recursos naturais e da poluição ambiental. É da natureza que se extrai a matéria-prima necessária para a produção de mercadorias. Muitos recursos naturais (petróleo, carvão mineral, minérios, materiais radioativos e gás natural) não são renováveis no curto ou médio prazos. Furtado (1974) concluiu que provêm do meio ambiente os recursos para geração de valores econômicos que sustentam o capitalismo. Além de serem esgotáveis, sua extração descontrolada altera os ecossistemas.

Como o sistema se sustenta pelas disparidades para que os países centrais aumentem a produção, produtividade e renda dos seus trabalhadores, os países da periferia têm um papel crucial na relação de trocas: fornecedor de recursos naturais e mão de obra barata. Foi por meio dessas relações colonizadoras e de exploração, que as relações comerciais se estabeleceram entre os países centrais e periféricos no sistema capitalista. As grandes reservas de mão de obra barata que existem na periferia dão dinamismo ao sistema, porque “tudo se passa como se o trabalho fosse um recurso que se exporta, sendo a taxa de salário o preço de exportação” (Furtado, 1974, p. 65).

Furtado (1974, p. 73) afirma que as promessas de que o desenvolvimento que é capaz de levar condições materiais abundantes para todas as pessoas somente podem ser compreendidas como fantasias. Na verdade, no sistema “a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em cada dez dos principais benefícios do desenvolvimento; e se observarmos em particular o conjunto dos países periféricos, constatamos que a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte”. O que existe de fato, é uma ampliação das disparidades sociais que separa uma minoria privilegiada e a grande massa da população. Essa maior parte sobrevive à margem, em condições muito precárias.

Ainda segundo Furtado (1974, p. 87), há uma dependência permanente das economias tidas como subdesenvolvidas em relação às consideradas desenvolvidas. Não se trata de fases a serem ultrapassadas ou superadas. É contundente, “a transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é dificilmente concebível, no quadro da dependência”. O fato é que o subdesenvolvimento tem suas raízes nas condições históricas do país que se firmaram através do “processo interno de exploração e o processo externo de dependência”.

Após muitas pesquisas Furtado (1974, p. 95) entende que o subdesenvolvimento dos países periféricos tem um papel fundamental na dinâmica do capitalismo. A disparidade socioeconômica é condição intrínseca ao funcionamento do sistema capitalista. “É mesmo possível que ele seja inerente ao sistema capitalista, isto é, que não possa haver capitalismo sem as relações assimétricas entre os sistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento”.

Desse modo, Celso Furtado (1974), já nos anos de 1970, começou a perceber que, a ideia de desenvolvimento econômico ampliada para todos os locais do mundo capitalista, era, na verdade, um mito. Ele argumentava que além de existirem limites para o crescimento econômico, o subdesenvolvimento era uma construção histórica que resultava do próprio desenvolvimento. Furtado (1974) entendeu que tanto às questões ambientais quanto às relações geopolíticas impediam que o desenvolvimento, o progresso e o consumo em massa se expandissem para todas as nações capitalistas. Assim, o desenvolvimento que os países do centro do capitalismo alcançaram jamais chegaria aos países da periferia. Era uma ilusão acreditar nessa hipótese.

Naqueles anos, era difícil para muitas pessoas aceitarem que o desenvolvimento para os países periféricos era uma falácia, principalmente porque, após a Segunda Guerra Mundial, os países centrais haviam concordado que algumas nações da periferia poderiam se industrializar. As ideologias que sustentavam essa possibilidade eram bastante fortes, embora

o meio ambiente já estivesse dando sinais de esgotamento como evidenciado pela crise do petróleo. Desse modo, Furtado (1974) foi além de um teórico desenvolvimentista, pois conseguiu entender que tanto o desenvolvimento quanto o consumo em massa eram metas inalcançáveis. De certa forma, ele chegou à conclusão de que o modelo de desenvolvimento proposto pelo capitalismo é excludente, predatório e insustentável para o planeta.

Se, em 1974, o desenvolvimento foi considerado um mito, atualmente, ele se apresenta como algo inatingível. Observa-se facilmente um aumento do fosso entre ricos e pobres, elevada concentração de renda e riqueza, além do esgotamento ambiental e das mudanças climáticas. Todas essas situações ameaçam a vida no planeta a segurança alimentar das populações da Terra. E para alguns povos e grupos populacionais, como quilombolas e indígenas, que precisam da terra para produzir e manter seus modos de vidas, aumentaram significativamente as dificuldades de manter-se em seus territórios, especialmente por causa da implantação de grandes empreendimentos que são amparados pela ideologia desenvolvimentista.

A partir da década de 1970, foram aprofundados os problemas das desigualdades sociais e econômicas entre países centrais e periféricos, como também os problemas ambientais. O modelo de desenvolvimento do capitalismo não trouxe melhorias para a maior parte das populações do planeta. Mas agora, vivemos um momento que exige a formulação de novas visões sobre as formas de produzir e consumir.

Desse modo, os estudiosos da Cepal (Raúl Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto Santa Cruz) introduziram novas concepções acerca do desenvolvimento no capitalismo, considerando a questão estrutural do sistema. De outro modo, os teóricos da dependência (Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos) teceram concepções relevantes sobre a estrutura do capitalismo e as causas imutáveis das desigualdades de condições sociais e econômicas dos países. Conceberam que há um desenvolvimento e um subdesenvolvimento que são interligados e dependentes. Para Kay (2018), além dessas teorias, surgiram análises decoloniais que envolveram principalmente antropólogos, sociólogos e cientistas políticos. Essas análises também são importantes para explicar as nuances e decorrências do capitalismo.

Elas são, portanto, um enriquecedor complemento ao estruturalismo e, na minha visão, podem ser consideradas parte integrante dele, pois também criticam a teoria ortodoxa de modernização ao afirmarem que o colonialismo interno e a marginalidade (na sua variante marxista) são resultados da pretérita dominação imperialista e da atual integração com o sistema-mundo capitalista, respectivamente (Kay, 2018, p. 454).

2.1.1 Concepção do desenvolvimento no capitalismo

Furtado (1952, 1961) via o desenvolvimento como algo mais amplo do que apenas aumentar a riqueza ou acumular capital. Para ele, o desenvolvimento é um processo que deve promover melhorias nas condições de vida das pessoas e combater as desigualdades existentes. Deveria haver um crescimento sustentável e justo para toda a sociedade. Ele defende que o desenvolvimento vai além de simplesmente crescer economicamente. É um processo mais completo, que envolve mudanças profundas na estrutura social, econômica e política de um país. Superar o subdesenvolvimento exige transformações significativas, incluindo a implementação de políticas sociais eficazes e a mudança de paradigmas econômicos.

Segundo Amartya Sen (2010), o desenvolvimento vai além do crescimento econômico e consiste na ampliação das liberdades individuais para que as pessoas possam realizar suas vidas e alcançar seus potenciais. Isso envolve remover obstáculos nas diversas dimensões do desenvolvimento, como as liberdades políticas, econômicas, sociais e culturais. Para esse autor, o papel do Estado é fundamental. Deve assegurar liberdades essenciais, oferecer educação e saúde, criar condições que promovam o bem-estar social.

De acordo com Bellingieri (2017), o Brasil começou a busca por desenvolvimento associado à industrialização durante as décadas de 1950, 1960 e 1970. Esse interesse dominou o pensamento e a política econômica nacional durante essas décadas. Porém, foi excluído dos planos de governo nos anos de 1980 e início de 1990. Os problemas macroeconômicos, principalmente para conter a inflação, dominaram as preocupações estatais. Após relativa estabilização monetária, em meados da década de 1990, a partir do Plano de Real implementado durante o mandato do ex-presidente Itamar Franco (1992-1994), as discussões estatais passaram ser de cunho estrutural da economia para promover maior distribuição de renda.

Segundo Rodrigues (2020, p. 207), uma das tarefas mais difíceis é realizar um debate acerca do desenvolvimento nos campos da ciência política e da economia política, porque o termo carrega uma “multiplicidade de adjetivos, definições e contradições”. A definição etimológica do termo, des-envolver “significaria o rompimento do que está oculto, vir a conhecer algo que está envolvido”. Durante a Idade Média, esse termo se referia a algo cíclico e evolutivo, que possuía, início, meio e fim. “Com o advento do positivismo, adquire uma conotação de progresso sistemático, de superação constante, um sinônimo de crescimento, progresso, avanço e prosperidade”.

Sachs (2002) afirma que o lado positivo do desenvolvimento costuma vir acompanhado de um lado negativo, como deslocamentos e desapropriações. É por isso que o crescimento econômico muitas vezes traz empobrecimento junto com o enriquecimento. Defender o direito ao desenvolvimento em nome de uma maior justiça social nem sempre é uma tarefa fácil. Isso fica ainda mais evidente quando governantes e organizações pedem por um crescimento econômico acelerado para ajudar os pobres. Na prática, muitas vezes, usam os pobres como reféns, sem realmente se preocupar em garantir os direitos básicos das comunidades mais vulneráveis.

Ainda para Sachs (2002), no centro, dessa confusão, está o próprio conceito de desenvolvimento, que pode significar coisas muito diferentes. Desenvolvimento pode ser entendido desde a construção de um arranha-céus até a instalação de banheiros públicos. Ou, ainda, a perfuração de poços de petróleo ou de água. Alguns associam a concepção de desenvolvimento ao crescimento econômico. Acreditam que com o crescimento da economia, haverá uma maior distribuição da riqueza. O uso desse termo, reforça a ideia da visão econômica dominante. Sachs (2002) argumenta também, que outras pessoas entendem que o desenvolvimento aumentará direitos e recursos para os mais pobres e marginalizados.

De acordo com Gronemeyer (2000), a ideia de desenvolvimento é estimulada com esse enorme projeto de padronização. Para criar uma homogeneidade global, é necessário eliminar tudo que seja considerado estrangeiro ou diferente. O conceito de desenvolvimento promete que, em qualquer lugar do mundo, as pessoas poderão se sentir em casa. Para isso, a homogeneidade precisa acontecer ao mesmo tempo e em todos os lugares. Tudo o que for considerado retrógrado, ou que ainda não esteja dentro daquilo que é considerado como modernidade, representa uma resistência a ela. O que não for compatível com a época será deixado de lado. Em museus ou reservas serão guardados. Quanto às referências usadas para definir as tarefas do desenvolvimento, elas devem ser baseadas na organização mais avançada do mundo e no estilo de vida mais acelerado. Em resumo, o padrão de vida das nações industriais serve como modelo.

Nos anos de 1940, 1950 e 1960, entendia-se que desenvolvimento estava relacionado com crescimento econômico. Se a produção de determinado país crescesse, o desenvolvimento ocorreria. Com isso, haveria uma democratização de elevados padrões de consumo e renda. Na década de 1960, o termo desenvolvimento foi associado a uma avaliação do padrão de vida das pessoas e nível de consumo. Estudos de indicadores sociais para quantificação do bem-estar da população foram enfatizados (Vitte *et al.*, 2002). Nas décadas de 1960 e 1970, o termo desenvolvimento passou a ser adjetivado pelo conceito social. Assim

surgiu o conceito desenvolvimento social (ou socioeconômico). A intenção era avaliar a evolução da pobreza.

Segundo Radomsky (2011), após os anos de 1960 e 1970, foi necessário dar outros enfoques as noções de modernização social e crescimento econômico com o intuito de recuperar a força perdida no vocábulo desenvolvimento. A crítica ao desenvolvimento como sinônimo de crescimento foi inserida no debate e o Estado. Com isso, perdeu seu protagonismo, porém, não desapareceu do cenário. Em alguns momentos, o Estado tem maior participação social e ou econômica, sendo evocado para negociar com o mercado global e noutros para promover objetivos nacionais.

No final dos anos 1960 e início dos 1970, o meio ambiente já dava sinais de crise. A crise do petróleo entre 1973 e 1979 era um dos indicativos de que ele não seria capaz de suportar o crescimento econômico desenfreado. É criada a concepção de ecodesenvolvimento porque a noção de desenvolvimento passa a ser contestada. O modelo de Bem-Estar Social, que tinha o Estado como interventor da economia para promover o desenvolvimento socioeconômico, também passou a ser desacreditado.

O passar dos anos serviu para confirmar que as disfunções socioeconômicas são intrínsecas ao modelo de desenvolvimento do capitalismo. A década de 1980, considerada como a Década Perdida no Brasil, foi marcada pela “concentração de riqueza, a distribuição da pobreza, a destruição dos recursos naturais, a violência e a desigualdade social com seus efeitos perversos” (Radomsky, 2011, p. 154). Segundo Svampa (2011), na década de 1990, as políticas neoliberais promoveram uma grande escalada de exploração, arrasando as formas econômicas e sociais, enfraquecendo a democracia, fortificando os conflitos sociais e resistências dos povos atingidos. Houve uma onda de intensa violação dos direitos humanos.

No final da década de 1990 e ao longo dos anos 2000, O paradigma do desenvolvimento voltou a ocupar lugar de destaque. Com nova roupagem, ou seja, em outros moldes, o vocábulo desenvolvimento passou a ser relacionado com a “valorização do local e dos atores locais, à ideia de protagonismo das cidades e ao desenvolvimento *de baixo para cima*, em contraposição ao *de cima para baixo*) reconduziu o desenvolvimento regional/local como tema relevante” (Bellingieri, 2017, p. 8).

No entanto, como advertiram os teóricos da dependência, nos países da periferia do sistema capitalista, modificações em vocábulos não resultam em transformações positivas para a maior parte da população. A dinâmica continua a mesma. Os países centrais criam tecnologias, parques industriais, acumulam riquezas, implantam suas inovações, e demandam toda a energia que os países periféricos são capazes de entregar. Extraem o máximo possível

da mais valia da força de trabalho e dos recursos ambientais. Por isso, os ganhos e acumulação de riquezas nos países hegemônicos continuam a impressionar e pressionar àqueles que almejam ter economias parecidas.

Apesar de o discurso de progresso e de desenvolvimento no capitalismo para todos passar a ser questionado, permanece em evidência com forte influência social e cultural. A maioria das pessoas acreditam nessa possibilidade inventada pela lógica capitalista. É uma ideia que tem capacidade de convencer pobres e ricos. Essas crenças são difíceis de serem modificadas ou rompidas. Escobar (2014, p. 28) afirma que:

En los años ochenta y, especialmente, en los noventa, un creciente número de críticos culturales en muchas partes del mundo empezaron a cuestionar el concepto mismo del desarrollo. Dichos críticos analizaban el desarrollo como un “discurso” (la categoría del momento) de origen occidental que operaba como un poderoso mecanismo para la producción cultural, social y económica del Tercer Mundo: este fue el tercer momento⁷.

De acordo com Dupas (2009, p. 11), é preciso reavaliar o atual significado do conceito de desenvolvimento e distingui-lo cada vez mais do mero crescimento econômico, medido pelo consumo per capita. É primordial, considerar a crise ambiental. Uma das tensões contemporâneas mais críticas entre crescimento econômico e desenvolvimento social. “O motor dinâmico do capitalismo, a destruição criativa schumpeteriana, exige contínuo sucateamento e novos produtos sendo transformados em objeto de desejo pela propaganda global, gerando imenso desperdício de matérias-primas e recursos naturais, degradação do meio ambiente e escassez de energia”.

O problema é que o conceito de desenvolvimento no capitalismo se relaciona sempre com aumento de consumo per capita. Mas, no fundo, intenciona promover alguma estratégia do sistema capitalista. Mesmo com todas as desigualdades e mazelas que as diferentes populações enfrentam nos diversos países, o termo desenvolvimento não perde seu apelo e vigor. Adquire novos adjetivos, novas roupagens, promove novas promessas e crenças, continua a seduzir, porque, “o conceito de ‘desenvolvimento’, como toda crença, nunca foi questionado, mas simplesmente redefinido” (Acosta, 2011).

Assim, o termo sempre ressurgue com novos adjetivos e ideias no campo teórico. Com vocábulos e termos inéditos há uma ampla divulgação nos meios de comunicação. Os jargões

⁷ “Nos anos 1980 e especialmente nos anos 1990, um número crescente de críticos culturais em muitas partes do mundo começou a questionar o próprio conceito de desenvolvimento. Esses críticos analisaram o desenvolvimento como um “discurso” (a categoria do momento) de origem ocidental que funcionou como um poderoso mecanismo de produção cultural, social e econômica do Terceiro Mundo: esse foi o terceiro momento” (tradução própria).

convencem com novas promessas: ‘desenvolvimento sustentável’, ‘desenvolvimento ambiental’, ‘desenvolvimento social’, ‘desenvolvimento regional’, ‘desenvolvimento comunitário’, ‘desenvolvimento integrado’, entre outros. Esses novos termos são carregados de concepções criadas para justificá-los. São capazes de produzir novas percepções e comportamentos, estratégias e ações que movimentam a sociedade. E todos pensam e repetem: agora vai dar certo. Os problemas são os mesmos, mas as ideias para resolvê-los parecem ser diferentes.

Os novos adjetivos dão fôlego ao conceito, porque criam expectativas. E promovem diferentes iniciativas capazes de revitalizar a importância do desenvolvimento no cenário mundial. Um olhar mais atento observa a continuada destruição.

Para a maioria das pessoas no mundo, 'desenvolvimento' significa começar em um caminho que os outros conhecem melhor, mover-se em direção a uma meta que outros alcançaram, avançando em uma via de mão única. 'Desenvolvimento' significa sacrificar ambientes tradicionais, solidariedades, interpretações e costumes no altar de conselhos de especialistas em constante mudança. 'Desenvolvimento' promete enriquecimento (Esteve, 2009, p. 2).

Segundo Pierri (2001), a crise do modelo de Estado de Bem-Estar Social, somada à dinâmica de um mercado em expansão global, implicou em mudanças estruturais na economia e na política que deflagraram graves consequências sociais. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional promoveram uma reestruturação política e econômica que resultou em desemprego, diminuição das políticas sociais, pobreza e práticas predatórias do meio ambiente.

Sabemos que os países hegemônicos ditam as normas no capitalismo, e não vão parar o crescimento de suas economias para preservar o meio ambiente. A partir de 1987, surgiu a teoria de desenvolvimento sustentável. Essa teoria recomendava aumentar o crescimento econômico para produzir redução da pobreza dos problemas ambientais (Pierri, 2001). Essas recomendações são contraditórias, A produção de mercadorias desenfreada visando lucro trouxe consequências desastrosas ambientalmente. E não reduziu a pobreza.

Löwy (2010, p. 37-38), baseado nos argumentos ecossocialistas afirma que:

[...] o modo de produção e consumo atual dos países capitalistas avançados, fundado sobre uma lógica de acumulação ilimitada (do capital, dos lucros, das mercadorias), desperdício de recursos, consumo ostentatório e destruição acelerada do meio ambiente, não pode de forma alguma ser estendido para o conjunto do planeta, sob pena de uma crise ecológica maior. Segundo cálculos recentes, se o consumo médio de energia dos EUA fosse generalizado para o conjunto da população mundial, as reservas conhecidas de petróleo seriam esgotadas em 19 dias. [...] de qualquer maneira, a continuidade do “progresso” capitalista e a expansão da civilização fundada na economia de mercado – até mesmo sob essa forma brutalmente desigual – ameaça diretamente, a médio prazo (toda previsão seria arriscada), a própria

sobrevivência da espécie humana, em especial por causa das consequências catastróficas da mudança climática.

Nessa direção, Martins e Valencia (2009, p. 38) asseveram que “o tipo de consumo atual, fundado na ostentação, no desperdício, na alienação mercantil, na obsessão acumuladora, que deve ser colocado em questão”. Não é possível resolver os problemas com reformas, “substituindo a microrracionalidade do lucro pela macrorracionalidade social e ecológica”. É necessária “uma verdadeira mudança de civilização”. Martins e Valencia (2009, p. 97) alegam que as elites pensam e refletem “constantemente modelos e atos à luz das últimas modas e extravagâncias nos países centrais. A consequência é a permuta incessante de referências, sem reflexão crítica ou debate intenso, motivada pelo desejo de atualização e reconhecimento cosmopolita”.

E para elucidar melhor sua concepção, Gomes (1996, p. 90 *apud* Martins; Valencia, 2009, p. 98) faz a seguinte afirmação: “Não somos europeus nem americanos do Norte, mas destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro”. Ao contrário do que afirmam governantes, instituições internacionais pró capitalismo, como Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras, estudos baseados nas realidades locais, mostram que nas últimas décadas, esse modelo de desenvolvimento vem provocando uma forte concentração de riqueza. Se em “1960 os países ricos eram 20 vezes mais ricos que os países pobres. Em 1980, graças ao desenvolvimento, eram 46 vezes mais ricos” (Esteve, 2009, p. 3). Além disso, observamos uma crescente deterioração das condições ecológicas, sociais e culturais no planeta é cada vez maior, como alerta Esteve (2000).

Não é mais possível continuar tentando modificar as condições de vida da nossa sociedade, da nossa gente, seguindo planejamentos e indicações das instituições internacionais. Esses organismos desconhecem nossos problemas sociais, econômicos ou ambientais. Os trabalhadores de países da periferia do sistema capitalista continuam enfrentando todo tipo de vulnerabilidade social: falta de emprego e renda, múltiplas formas de violências, fome, doenças, deslocamentos compulsórios, espoliações, entre outros.

Os povos considerados como minorias, como é caso de quilombolas e indígenas, enfrentam os problemas da invisibilidade, injustiça ambiental, são percebidos como pessoas que não possuem os mesmos direitos, faculdades cognitivas. Enfrentam diversos obstáculos para manter seus modos de vida e o direito à terra. No Brasil, enfrentam uma série de preconceitos. Não são considerados como parte integrante da nação. “Uma nação é definida

pelo conjunto de características culturais, tradições, língua, costumes, entre outros fatores, que formam uma identidade pela qual os indivíduos se identificam e se sentem partes de um grupo” (Mattos, 2017, p. 1).

A expansão do desenvolvimento no capitalismo produz destruição de modos de produção e de vivências singulares. Formas de organizações sociais e produtivas, que não seguem a dinâmica da economia de mercado, são percebidas como primitivas e atrasadas. Suas terras são alvos de investimentos em obras grandiosas, como acontece em Alcântara. Essas obras chegam com promessas de que algo melhor será implementado e que garantirá o progresso e mudanças positivas na qualidade de vida das pessoas.

Não se pode negar que o mercado oferece uma infinidade de mercadorias e serviços capazes de melhorar a vida das pessoas em diversos campos das necessidades: saúde, transportes, moradia, tecnologia, alimentação. Mas não é somente uma questão de oferta. O problema maior é o poder aquisitivo, O modo de produção é excludente, os benefícios não se universalizam.

Não há alimentação, educação, serviços de saúde, bons salários e altos ganhos financeiros para todos. O acesso a esses itens garantiria de uma boa qualidade de vida, mas isso somente é possível por uma minoria. O salário pago, a maior parte dos trabalhadores, é baixo. A aquisição de mercadorias e serviços capazes de satisfazer as principais necessidades é alcançada por uma pequena parcela da população.

A grande maioria continua à margem do consumo. Os trabalhadores que atuam na área de vendas, geralmente, não têm condições salariais para comprar as mercadorias que vendem. Inclusive de itens básicos da vida como alimentação e vestimentas. É ainda mais difícil a aquisição de produtos que integram a cesta dos produtos e serviços básicos à reprodução da vida, como planos de saúde, veículos, passagens aéreas, medicamentos mais caros, moradia própria e lazer.

Nesse contexto, vale mencionar a pesquisa de Stiglitz (2011, p. 382) sobre atuais condições de vida da população dos Estados Unidos. Segundo o autor, a desigualdade nos EUA supera a de outros países considerados como desenvolvidos. “America has been “winning” the race to be the most unequal country (at least among developed countries). But unfortunately, much of what I have just described for America has been going on elsewhere”⁸.

⁸ “A América vem ‘ganhando’ a corrida para ser o país mais desigual (pelo menos entre os desenvolvidos). Mas, infelizmente, muito do que acabei de descrever para a América está acontecendo em outros lugares. Quanto mais países seguem o modelo americano, mais os resultados parecem ser consistentes com o que ocorreu nos Estados Unidos” (tradução própria).

Apesar de os Estados Unidos terem todos os recursos materiais para garantir melhores condições de vida para seus habitantes, esse modelo de desenvolvimento não deu certo nem para eles. Ao tratar da crescente desigualdade de renda naquele país, Stiglitz (2012) afirma que mais de um quinto de toda a renda vai para o 1% dos cidadãos mais ricos. Assevera também que lá, as desigualdades são muito acentuadas na área da saúde e isso é ainda mais triste. É uma situação que mostra diferenças na esperança de vida da população. Além da falta de acesso aos serviços de saúde, a população pobre está mais exposta aos perigos ambientais.

Muitos estadunidenses não têm acesso a recursos para cobrir as necessidades básicas da vida. Cerca de um, em cada sete americanos, depende do governo para obter alimentos básicos e um número comparável vai para a cama com fome todos os dias, porque eles ou suas famílias não podem pagar por uma nutrição adequada (Stiglitz, 2012).

Por isso é necessário repensar nossas expectativas e atuações frente ao termo desenvolvimento. É um termo que causa empolgação e agitação. Esteva (2009, p. 1) afirma que é necessário que se rejeite as alternativas que são criadas para fomentar a noção de desenvolvimento. As modificações na concepção do termo não passam de plásticas deformadoras e manipuladoras. Na verdade, por trás dos adjetivos cosméticos, tentam esconder o horror que retira a dignidade humana. Não há saída para os trabalhadores e meio ambiente dentro do sistema capitalista. “Las cuatro décadas del desarrollo fueron un experimento gigantesco e irresponsable que, según la experiencia de las mayorías de todo el mundo, ha fracasado miserablemente. La crisis actual es la oportunidad de desmontar la meta del desarrollo en todas sus formas”⁹.

De acordo com Esteva (2009), o fato é que não existe mais lugar para adjetivações ao desenvolvimento, ou ações paliativas, superficiais, criadas pelo revestimento de novos contornos teóricos ao termo. O papel da concepção de desenvolvimento é manter o funcionamento do capitalismo da forma que é. Pela dinâmica de exploração dos trabalhadores e do meio ambiente. Os atributos acrescentados ao termo como o desenvolvimento sustentável, ambiental, social, regional, comunitário, integrado, entre outros, são apenas palavras vazias que não alteram a forma de fazer. Consequentemente, os resultados negativos, intrínsecos ao capitalismo são mantidos.

A descrença, nas ampliações ao termo, surge a partir da observação das adjetivações e ações provenientes delas. Pois, não rompem com as questões basilares e continuam a

⁹ “As quatro décadas de desenvolvimento foram um experimento gigantesco e irresponsável que, na experiência de maiorias ao redor do mundo, fracassou miseravelmente. A crise atual é a oportunidade de dismantelar a meta do desenvolvimento em todas as suas formas” (tradução própria).

promover os efeitos indesejados do modelo. Os discursos, sobre desenvolvimento, traduzem uma parte superficial do modo de produção. Enfatizam os benefícios alcançados por uma pequena parte da população. Isso acaba por atribuir uma sobrevida ao modelo que serve para prolongar a existência do capitalismo. Ao se renovar o campo do desenvolvimento com outros formatos, garante-se a manutenção do *status quo* (Radomsky, 2011).

Bellingieri (2017, p. 9) indaga: “O que é o desenvolvimento? Conceito, ideia, paradigma, visão, ilusão, utopia, mito, ideologia? Sinônimo de progresso, prosperidade, crescimento, industrialização, modernização, avanço tecnológico?”. Sachs (2008, p. 25 *apud* Bellingieri, 2017, p. 9) explica que a, “sua multidimensionalidade e complexidade explicam o seu caráter fugidio”, “o conceito tem evoluído durante os anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo as mudanças nas configurações políticas e as modas intelectuais”.

É possível dizer que a concepção de desenvolvimento é uma ideia que sustenta as estratégias das elites do capitalismo. Com essa ideia, elas continuam os ciclos de acumulação de capital. A noção de desenvolvimento espalha promessas, mais ou menos, vazias de melhoria das condições econômicas e sociais de todos. É verdade que uma pequena parcela dos trabalhadores consegue auferir rendimentos mais elevados, especialmente, aqueles que conseguem uma formação educacional avançada. Contudo, uma parte da população consegue trabalhos que pagam baixos salários ou permanecem em atividades informais. E uma grande quantidade tenta sobreviver com recursos oriundos de programas de transferência de renda. Trabalhadores assalariados conseguem fazer aquisições dos eletrodomésticos essenciais por meio de crédito parcelado. Uma minoria consegue adquirir casa própria, mas os desejos de poder consumir mais permanecem em evidência. Por isso, é possível, através da atualização ideológica e do uso dos vários meios midiáticos, renovar as promessas e propostas que promovam o desenvolvimento. Assim, continuamos indefinidamente nesse ciclo de repetição de promessas e práticas que mantém o capitalismo vigoroso. Mas enquanto uma minoria de privilegiados acumula riquezas, a maioria passa pelo constrangimento da fome e enfrenta vários tipos de misérias e mazelas.

No entanto, o capitalismo, por meio de seus protagonistas (representantes do Estado e grandes corporações capitalistas), sempre encontra formas de expandir-se para localidades que não estão inseridas ou estão às margens da economia de mercado (Luxemburgo, 1984; Harvey, 2005; Marx, 2013 e). Isso acontecerá se os capitalistas perceberem que essas localidades apresentam algum atributo que seja capaz de produzir riquezas. Alcântara exemplifica teses desses autores. Se manteve com sua economia singular até passar a sediar o

Centro de Lançamento. A implantação desse grande projeto de desenvolvimento não garantiu desenvolvimento e progresso para o município nos moldes do capitalismo, como foi prometido pelos representantes estatais na década de 1980. Mas, vem contribuindo para a desestruturação do modo de produção e organização das comunidades quilombolas.

2.2 Capitalismo, modernidade e colonialidade atemporal

O capitalismo expande-se alicerçado por teorias desenvolvimentistas e promessas de que levará modernidades e inovações para regiões e localidades onde ainda não exista economia de mercado. Porém, a modernidade, tão esperada e desejada por todos, está repleta de contradições, especialmente nas relações sociais e produtivas. A modernidade constitui-se pela colonialidade que permancece nas relações e práticas sociais, econômicas, políticas e culturas, como Quijano (2005, 2007) e Mignolo (2017) nos ensinam.

Segundo Mignolo (2017, p. 4), a modernidade é uma moeda de dois lados, sendo um lado de glórias e o outro de crimes. É preciso tomá-la em sua totalidade. Todo o discurso da modernidade ampara práticas econômicas que dispensavam vidas humanas “e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis”.

A colonialidade é uma dimensão simbólica do colonialismo que mantém as relações de poder. A dominação pode ser observada nas sutilezas das relações, nas práticas e discursos, cotidianamente. Segundo Restrepo e Rojas (2012), a colonialidade pode ser entendida como um fenômeno histórico e complexo que se instalou durante o colonialismo e permaneceu nas relações sociais após seu término. A colonialidade opera por meio de um padrão de relações de poder que se naturalizou nas hierarquias territoriais, raciais, culturais, de gênero e de conhecimentos. Sua naturalização possibilita a reprodução dessas relações de superioridade e de subalternidade. Isso mantém e garante a dominação e exploração entre os seres humanos.

Quijano (2005, p. 122) observa que estranho não é o fato dos europeus se imaginarem e pensarem a si mesmos como seres superiores em relação ao restante da espécie humana. Inusitado é, “o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder”.

Quijano (2005, p. 127) adverte que existem duas implicações determinantes para os povos que não são descendentes dos europeus. A primeira é a usurpação de suas identidades histórias. A segunda, é a imposição de uma nova identidade “racial, colonial e negativa”. Os

povos considerados atrasados, como indígenas, negros e mestiços, passam a ser absorvidos pela sociedade na qual estão inseridos, mas não como semelhantes. São percebidos como produtores de culturas inferiores. Há um consenso entre os demais de que eles portam um padrão cognitivo primitivo. Apresentam capacidades e habilidades limitadas, por isso devem permanecer marginalizados em relação à sociedade e ao Estado moderno. Enfim, são percebidos como eternos subalternos.

Ainda segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder originou-se a partir dos estereótipos das raças e cor. Isto classificou as pessoas em superiores ou inferiores em termos cognitivos, culturais, de organização produtiva e sociocultural, que permanece até os dias atuais.

[...] classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo (Quijano, 2005, p. 117).

Quijano (2005, p. 117) elucida: “Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial”. E durante o período colonial, os negros eram “a raça colonizada mais importante”, pois eram os responsáveis pelo trabalho essencial à manutenção do regime. Como os negros eram os subjugados no processo, “os dominantes chamaram a si mesmos de brancos”.

A partir do regime colonial, foram produzidas novas identidades históricas. Firmadas na ideia de raça com associação aos papéis dos indivíduos e dos lugares, criando uma “estrutura global de controle do trabalho”. Nessa nova estrutura, os elementos, raça e divisão do trabalho, foram associados: “Reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. Desse modo, impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho” (Quijano, 2005, p. 118).

Quijano (2005, p. 135) explica que a colonialidade não desaparece, afinal, a estrutura de poder fundou-se “sobre e ao redor do eixo colonial”. O Estado-nação foi construído para que a colônia desse lugar ao país pela emancipação política. Mas é uma organização feita por colonizadores, descendentes de europeus e, por isso, não existem modificações significativas nas relações sociais. É uma estrutura que age contra a maioria da população. Indígenas, negros e mestiços são considerados indivíduos inferiores. No que diz respeito aos costumes, capacidade de aprender, produzir, de ser. São indignos de serem detentores dos meios de

produção. Posse de terra não é para eles. “A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno”.

As relações de colonialidade de poder entre opressores e oprimidos, incluídos e excluídos no Estado moderno se tornam aparentes, exteriorizadas na sociedade de Alcântara. O Estado-nação formado no Brasil é constituído por diversos órgãos, nos quais trabalham funcionários que, em sua maioria, frequentaram boas escolas, são classificados como brancos, portanto, descendentes da sociedade colonizadora. Eles ocupam os cargos governamentais responsáveis pelo reconhecimento dos direitos dos quilombolas, como a posse da terra que ocupam. Mas, as relações de colonialidade mantêm esse direito na condição de quase inalcançável no Brasil

Situações de colonialidade de poder em relação aos quilombolas de Alcântara, começam pela afirmação dos representantes do Estado brasileiro de que o município era um território caracterizado por vazio demográfico. É de conhecimento de todos que Alcântara foi um centro comercial importante até o século XIX. Para trabalhar nas fazendas monocultoras, muitos escravos foram levados para lá durante o período colonial (Lima, 1998). Alcântara somente pode ser vista como um município demograficamente vazia, se considerarmos que negros não existem, ou seja, devido à colonialidade de poder. Dessa forma, negros ou quilombolas são invisíveis para os representantes públicos do país.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, em Alcântara habitam 18.467 pessoas. A densidade demográfica de 15,81 habitante por quilômetro quadrado. Sendo que, 85% da população se autodeclara quilombola. Com esse percentual é o município com mais habitantes quilombolas do país.

De acordo com o Censo Demográfico de 1980, década da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), residiam 18.509 pessoas. 88% dos habitantes moravam na zona rural. No Censo Demográfico de 1991, a população aumentou, em aproximadamente, 6%, passando para 19.587. Acompanhando a dinâmica nacional população rural reduziu para 80%.

As comunidades quilombolas, por seus costumes relacionados com a ocupação e uso de seus territórios, não se preocupavam com o título de propriedade das terras até sofrerem com o peso da desapropriação de mais de 50% das terras do município. Em virtude da instalação do CLA, 62 mil hectares, do total de 112 mil, foram desapropriados para fins de utilidade pública.

A partir disso, começaram as lutas por reconhecimento dos seus direitos e titulação das terras que os quilombolas ocupam desde o fim da escravidão. Em termos reais, no que diz respeito à ações públicas concretas para garantir a posse da terra aos quilombolas, os avanços são inexpressivos. Em relação à posse da terra, continuam na mesma situação do período colonial (Almeida, 1996; Lopes, 2020).

O depoimento da senhora Militina, que é coordenadora da Associação do Território Quilombola de Alcântara (Atequila), a respeito da disputa pela terra entre as comunidades quilombolas e a União, ratifica os entendimentos de Quijano (2005) e de Mignolo (2017).

E eles (Comando da Aeronáutica - CLA) têm uma área enorme que não tem precisão de perturbar as comunidades, já tem área apropriada para fazer 10 a 20 plataformas de lançamento. O problema é que eles querem essa área, isso é que a gente prevê é que eles querem essa área para outras coisas para fazer campo de aviação de aluguel, para fazer hotéis, a gente hoje tem uma visão totalmente diferente dos antigos da época da instalação da Base. As 32 comunidades remanejadas para as sete agrovilas foram tiradas de qualquer jeito. O governo teve má vontade com essa população, isso aí é má vontade [...]. Eles receberam uma casa assim, seminua, com um banheiro totalmente desrespeitoso no quintal, uma condição precária. Isso é falta de dignidade com a população, são coisas que a gente tenta entender e vê que o governo não tá nem aí para o povo pobre, quanto mais pudermos massacrar melhor, e a pobreza quanto menos sabe, mais eles manipulam¹⁰.

Para o senhor Aniceto Pereira, a população quilombola continua sendo tratada como seres inferiores ou objeto sem vida ou de pouco valor. Podendo ser deslocada compulsoriamente a qualquer momento, para dar lugar a algum empreendimento que seja de interesse econômico do Estado. Ele declara:

Eu particularmente vejo o seguinte: o Estado não olha a comunidade como tendo vida, ele olha a comunidade como qualquer que seja, está ali ocupando um espaço e que parece que eles não são os donos. O Estado não enxerga os quilombolas como sendo os verdadeiros donos daquela determinada área de terra de quilombo onde eles moram, tanto que o Estado não pergunta para eles o que poderia ser feito. É constitucional perguntar se é viável ou não determinado projeto. Mas eles não fazem a consulta para os quilombolas para implantar qualquer empreendimento. Quando a gente fica sabendo do empreendimento, [ele] já tá chegando e, não há espécie nenhuma de consulta em relação àquele empreendimento em determinada comunidade. Por causa do empreendimento de tantos milhões, o Estado pega 100, 500 ou 1.000 quilombolas que moram lá e tira, bota para outro lugar, não respeita a vida daqueles que estão lá há centenas e centenas de anos e de gerações e geração que tá naquela comunidade, naquele quilombo. O Estado não respeita, não tem respeito por geração quilombola, indígena, ribeirinhos. O empreendimento vai para lá, mesmo que depois aquele empreendimento não dê resultado nenhum. Mas, para eles, o lucro está acima da vida de quilombola, de indígena, de ribeirinho e mesmo outros povos que estão na zona rural, para eles, não tem tanta importância a vida que está ali¹¹.

¹⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Militina Serejo, em 28 de junho de 2021.

¹¹ Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Aniceto Pereira, em 27 de junho de 2021.

As relações de dominação e opressão do período colonial foram mantidas em Alcântara, assim como em todo o Brasil. Os negócios no plano internacional continuam gerando fortes expectativas em grande parte dos integrantes do Estado brasileiro. Especialmente, naqueles que detêm o poder de decisão. O mercado estrangeiro é visto como uma oportunidade de obtenção de recursos, do mesmo modo como era visto no Brasil colonial. Para além da obtenção de divisas externas, realizar negócios com pessoas de certos países estrangeiros, como os EUA ou integrantes da Europa, é para muitos brasileiros, um privilégio. Há um convencimento de que esses negócios são imprescindíveis para sairmos do atraso e atingirmos o desenvolvimento.

Santos e Sant’Ana Júnior (2017, p. 4) asseveram que “as marcas do progresso/desenvolvimento/globalização no Brasil desde a década de 1970 estão relacionadas a um cenário conflitivo devido a tomadas de decisões autoritárias em um país que é reconhecido como ‘democrático’”. Essa afirmação cabe muito bem para explicar o conflito que acontece em Alcântara.

Por meio das declarações da senhora Militina Serejo e do senhor Aniceto Pereira, é possível confirmar as teses de Quijano (2005) e Mignolo (2017) e perceber que as decisões dentro do Estado brasileiro são tomadas por uma elite que se considera superior e ocupa a posição de dominante no país. Essa elite atua para favorecer os próprios interesses e dos representantes do capital estrangeiro.

De acordo com Quijano (2005, p. 122), a colonialidade do poder apenas pode ser cultivada e desenvolvida nos países constituídos a partir da colonização. Nesses países, a ideia das oposições, que são elementos chaves do eurocentrismo, foi incutida: “Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno”. Esses dualismos criados e convencidos querem dizer que povos não europeus ainda não evoluíram o suficiente para alcançarem a modernidade e *expertise* da sociedade europeia.

A partir do dualismo, as diferenças culturais foram marcadas como avançadas ou atrasadas. A diversidade dos grupos existentes foi desconsiderada. A imposição da cultura europeia foi naturalizada. As diferenças culturais existentes entre os povos foram negadas. Tudo que não é europeu, é atrasado, é disfuncional e disforme. Enfim, os europeus difundiram a ideia de que foram os criadores e responsáveis por tudo que é capaz de retirar o atraso dos povos e levar o desenvolvimento civilizacional e material à raça humana.

2.3 O Centro Espacial Guianês (CSG) de Kourou

No município de Kourou, localizado na Guiana Francesa, foi instalado o Centro Espacial Guianês (CSG), em 1976. Kourou situa-se na região da Pan-Amazônia continental, a cerca de 500 km ao norte da linha do Equador. Essa localização é considerada ideal para lançamentos espaciais. Por isso, sua base de lançamento espaciais é uma das mais importantes para o setor aeroespacial (Souza, 2012).

De acordo com Souza (2012, p. 52), Kourou, até a década de 1960, era uma pequena vila com uma população de 650 habitantes. A vila era formada por crioulos e ameríndios conectados somente com as tradições amazônicas. Depois da implantação da base de lançamento, esses povos passaram a ter contato com costumes trazidos pelos imigrantes que chegaram à Guiana Francesa para trabalhar na construção do CSG. Essa mistura de etnias “cria fronteiras dinâmicas através de conflitos e interações no dia a dia”. Uma multiplicidade de identidades foi formada dentro da cidade. Alguns grupos socioétnicos passaram a ocupar ocupando áreas exclusivas. Isso gerou uma convivência complexa e conturbada.

Em Kourou, o Estado francês manteve o antigo sistema “de dominação política, cultural e econômica ao controlar as relações internas e externas da Guiana Francesa” (Souza, 2012, p. 52). A dominação francesa produz um processo de aculturação pós-colonial que se distancia da realidade local. Lá, é necessário que a sociedade local assimile normas e valores considerados universais e que foram historicamente estabelecidos pelo Estado francês. A população de Kourou sofre por causa das múltiplas identidades, culturais e valores que se misturaram após a implantação do CSG.

Uma das consequências desse processo é a propagação de estigmas e diversas formas de discriminação, que dificultam qualquer tentativa de convivência social. Por conta disso, diferentes tipos de crises identitárias começam a surgir nas práticas sociais e espaciais em Kourou, onde os grupos expressam ressentimentos e buscam resistir por meio de sua organização social, língua e características culturais (Souza, 2012, p. 52).

Para a construção do CSG, o Estado francês demandou uma extensão de terra considerável. Grande parte já pertencia ao Estado, “houve uma legitimação pública que autorizou a cessão da superfície necessária ao desenvolvimento da cidade. Em suma, os expropriados (crioulos e ameríndios) tiveram os seus direitos cerceados por um regime jurídico singular e sustentados por um discurso de modernidade” (Souza, 2012, p. 55).

Ainda segundo Souza (2012), o domínio territorial do CSG inseriu Kourou na esfera de produção, a partir da hierarquização do espaço. Sob esse aspecto, o domínio do indivíduo

e dos grupos é sentido nos equipamentos urbanos, na segmentação das habitações, nas referências e nos discursos de tudo que se refere à modernidade. Existem elementos de coerção coletiva para qualquer desvio de comportamento.

Segundo Jolivet (1990), a violência, desse processo de opressão, na cidade-empresa de Kourou, passou a ser caracterizada pelas contradições vistas na formação social do departamento francês. Enquanto os metropolitanos e os legionários ocupam posição central e o espaço urbano, os antigos moradores foram marginalizados e inferiorizados em áreas periféricas. Por causa da dominação francesa e da implantação do CSG “em Kourou, o universalismo, a hierarquização social e a etnicidade se concretizam na repartição geográfica dos espaços – uma divisão que repete por toda a Guiana Francesa” (Souza, 2012, p. 54).

De acordo com Souza (2012), depois da implantação do CSG, Kourou se tornou um município dividido de acordo com a origem da população e ocupações. O quartier des Roches, inicialmente projetado para ser isolado do restante de Kourou, é uma área residencial luxuosa destinada a diretores metropolitanos do CSG. O Diamant serve como centro comercial e abriga residências para técnicos da base de lançamento e administradores públicos. Enquanto a cité Eldo é designada para legionários que protegem o local. O vieux bourg atua como um centro secundário de comércio e lazer, preservando construções históricas do período anterior ao CSG. É habitado, em sua maioria, por moradores de origem crioula. O village saramaka, formado nos anos de 1980 na zona insalubre entre o núcleo antigo e o quartier des Roches, é predominantemente, habitado por bushinenges. Enfrenta desafios de infraestrutura. Recentemente, uma revitalização promoveu uma padronização residencial na área.

A área destinada aos ameríndios, conhecidos como Galibis, localiza-se na periferia norte da cidade. Perto do mar, onde foram construídas habitações uniformes. Foram formadas extensões dos bairros periféricos da zona sul. As demarcações territoriais dos ameríndios são significativas e reconhecidas pelos outros grupos. Há exclusividade no acesso às moradias e áreas de lazer, como a praia.

Dessa forma, o espaço urbano de Kourou é caracterizado por áreas semiprivadas e interditadas a certos grupos em horários específicos. O "vieux bourg" é proibido para legionários devido aos conflitos com crioulos, Discotecas e bares próximos ao regimento da legião são evitados pela sociedade civil. Além disso, metropolitanos e crioulos não acessam territórios controlados por saramakas e ameríndios sem referências. Especialmente no bairro dos Galibis, por cauda da hostilidade mútua. Assim, Kourou reflete uma tendência da Guiana Francesa de conflitos étnicos, resultantes de uma história de hierarquização e estigmatização social (Souza, 2012).

Portanto, o espaço urbano de Kourou apresenta-se como uma mistura complexa e descontínua entre territórios étnicos e o movimento de construção de espaços comuns sustentados através de uma política de assimilação. A consequência desse processo foi a difusão de todo o tipo de estigmatizações étnicas que repercutem nas territorialidades e na construção de fronteiras simbólicas e concretas (Souza, 2012, p. 58).

2.4 Alcântara quilombola e a disputa territorial

Harvey (2005) utiliza as teses de Rosa Luxemburgo sobre acumulação do capital para refletir sobre o avanço do capitalismo em novos espaços geográficos. Luxemburgo (1970) defende que esse fenômeno apresenta duplo aspecto: um que está relacionado com o mercado de bens, na compra e venda de mercadorias, inclusive da mão de obra, e o outro que diz respeito às relações entre o capitalismo e os modos de produção pré-capitalistas¹² que surgiram no cenário internacional com o colonialismo.

Luxemburgo (1970, p. 398) afirma que esses dois lados da acumulação do capital estão "ligados organicamente [...] e só a reunião de tais aspectos permite o curso histórico do capital". Nesse sentido, Harvey (2005, p. 115) esclarece que os espaços geográficos locais que permanecem fora do capitalismo, quando apanhados pela sua expansão, adentram no sistema pela incursão do capital e do Estado, os quais utilizam de qualquer meio para romper resistências: "o uso da força, da fraude, da opressão, da pilhagem, sem nenhum esforço para ocultá-las".

Em busca de compreender a dinâmica de expansão do capitalismo, Luxemburgo (1970) ressalta sua tendência a crises e identifica que a estabilização do sistema acontece pela incorporação de algo externo a ele. Assim, locais com presença de formações sociais não capitalistas, como é o caso de Alcântara (que conta com ampla zona rural e um pequeno núcleo urbano com rede de comércio precária para bens e serviços, como alguns supermercados, poucas lojas de vestuário, de móveis e de itens de consumo, duas agências bancárias e uma casa lotérica), são alvos que o sistema procura e identifica, especialmente, quando possui alguma característica capaz de absorver recursos sobreacumulados e gerar maior lucratividade. É o que o capital espera com a ampliação do CLA, já que locais como esse proporcionam uma maneira eficaz para amenização das crises, pois têm forças produtivas materiais e humanas que poderão ser exploradas.

¹² Seguindo esses autores, mantemos do uso da categoria modos de produção pré-capitalistas para denominar formas de organização econômica, social e política não capitalistas, mas concordamos com as críticas a este uso, pois traz implícita a eliminação de outras formas de organização societária e desqualifica possibilidades de resistência e proposição de alternativas.

Os estudos de Harvey (2005) ratificam a tese de Luxemburgo (1984) e acrescentam novas conjecturas que ajudam a compreender como se passa a acumulação capitalista no século XXI, especialmente com o advento da globalização. O autor substitui o conceito de acumulação primitiva ou original de Marx (2013), que já era criticado por Luxemburgo, por acumulação por espoliação. Harvey (2005) defende que as características da acumulação primitiva, tratadas por Marx (2013), permanecem presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. Porém, não se trata de uma acumulação na origem do capitalismo, mas se impõe e se modifica ao longo do tempo, mantendo seu vigor expansionista. De forma semelhante, Lander (2016, p. 216) afirma que “os povos e culturas seja de indígenas ou de camponeses de todo o planeta estão ameaçadas pelo avanço permanente de acumulação capitalista por despossessão”.

Segundo Harvey (2005), durante o no século XIX, a economia capitalista mundial havia passado por considerável expansão, com isso, o território e os recursos necessários para obter a hegemonia no começo do século XX eram bem superiores aos relativos ao século XVIII. No século XX, no período compreendido entre 1945 e 1970, sob a liderança dos Estados Unidos, ficou marcada a segunda fase do regime político da burguesia e trouxe um crescimento econômico significativo para os países capitalistas mais desenvolvidos. Nesse contexto, foi formado um grupo pelas grandes potências capitalistas, com o objetivo de evitar conflitos internos e compartilhar os benefícios do capitalismo. A descolonização e o "desenvolvimentismo" foram estratégias utilizadas para assegurar a expansão do capital. Essa reprodução ampliada do capital funcionou de maneira eficaz, gerando impactos em regiões fora do núcleo capitalista, embora de forma desigual.

Ainda segundo Harvey (2005), na América do Sul, os Estados Unidos encontraram repúblicas que, assim como eles, conseguiram se livrar do domínio colonial através de guerras de independência. Por isso, se viram na necessidade de criar maneiras de controle imperial que, embora reconhecessem oficialmente a independência dessas nações, passaram a dominá-las por meio de uma combinação de relações comerciais favoráveis, patronato, clientelismo e coerção disfarçada.

Considerando que a falta de oportunidades lucrativas é a raiz das dificuldades para o capitalismo, o principal problema econômico, portanto relacionado ao capital. Para evitar sua desvalorização, é essencial encontrar maneiras eficazes de utilizar seus excedentes. Com isso, a expansão geográfica e a reorganização do espaço oferecem essa alternativa (Harvey, 2005).

Como a expansão geográfica com frequência envolve investimento em infra-estruturas físicas e sociais de longa duração (por exemplo, em redes de transporte e comunicações, bem como em educação e pesquisa), a produção e a reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não de resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo (Harvey, 2005, p. 78).

A expansão do capitalismo para novas regiões é essencial para a manutenção de oportunidades lucrativas, porém:

[...] essas expansões, reorganizações e reconstruções com frequência ameaçam, contudo, os valores já fixados no lugar (incorporados à terra) mas ainda não realizados”. Trata-se de contradição incontornável e aberta a uma interminável repetição, porque novas regiões também requerem capital fixo em infra-estruturas físicas e ambientes construídos para funcionar com eficácia (Harvey, 2005, p. 99).

Ainda de acordo com Harvey (2005, p. 145), embora a acumulação por espoliação não esteja exclusivamente na periferia, sem dúvida algumas de suas manifestações mais desumanas “ocorrem nas regiões mais vulneráveis e degradadas do âmbito do desenvolvimento geográfico desigual”. A implantação e a possibilidades de expansão da área do CLA em Alcântara é forte exemplo de manifestações desumanas para acumulação do capital.

Baseando-se nas análises de Harvey (2005) para teorizar a realidade brasileira, Brandão (2010) ressalta que no Brasil, a concentração da propriedade, tanto rural quanto urbana, juntamente com o patrimonialismo e a especulação, formaram as bases para a continuidade do pacto oligárquico-patrimonialista rentista no país.

De acordo com Brandão (2010), no Brasil, as marcas do atraso estrutural são evidentes tanto no território quanto nas relações sociais. Por trás disso, há uma história de expansão em uma vasta plataforma continental pelas classes dominantes que estão enraizadas em estruturas mercantis e financeiras, descompromissadas com o povo e a nação. Consequentemente, há uma grande parte da população privada de direitos e propriedade. Com isso, desenvolveu-se uma geografia desigual do desenvolvimento capitalista que se configurou, de forma extensiva e predatória, levando à contínua apropriação de áreas em transformação. Essas frentes de expansão possibilitaram lucros extraordinários, mesmo com os baixos rendimentos físicos da terra durante esse constante movimento de avanço das fronteiras. Além disso:

[...] a apropriação e expropriação dos abundantes recursos territoriais e a acumulação primitiva permanente foram elementos fundantes de nossa história até aqui. O território heterogêneo e de grande porte desempenhou papel estratégico nessas táticas subordinadas e covardes de nossas elites. Transformado em mera base operativa e plataforma de circulação de capitais usurários e locus da predação e degradação humana e ambiental, o território passou a ser visto e utilizado como objeto inerte (Brandão, 2010, p. 67).

Distinguindo-se de Harvey (2005), Brandão (2010), ao analisar a expansão capitalista contemporânea no Brasil, entende que há uma acumulação primitiva permanente que determina os padrões fundiários, reafirmando direitos perversos e excludentes e destituindo amplas massas humanas dos círculos de poder, propriedade e riqueza. Brandão (2010) defende que o Brasil é, para o capital, uma enorme plataforma territorial-econômica que conjuga alta e fácil valorização para o capital financeiro, marcado pela exclusão dos menos favorecidos, depredação da cultura e degradação ambiental. A acumulação permanente no país destrói o modo de viver das pessoas, suas histórias e o meio ambiente.

Com base nas atualizações conceituais sobre acumulação do capital defendidas por Luxemburgo (1984), Harvey (2005) e Brandão (2010), é possível pensar que, se o Estado brasileiro se apropriar de mais terras ocupadas pelas comunidades quilombolas para expansão da área do CLA, aniquilará os modos de vida de várias comunidades que lá vivem, como é o caso da comunidade quilombola Vista Alegre, onde realizamos uma parte do trabalho de campo desta tese.

A implantação do CLA na década de 1980 levou os quilombolas alcantarenses a vivenciarem a experiência traumática do deslocamento compulsório de 33 comunidades, alertando para o que poderia acontecer com as demais. As consequências locais quanto à atuação do CLA, também instigou pesquisadores acadêmicos a investigarem os efeitos antropológicos, sociais e econômicos que a remoção forçada impôs aos quilombolas (Almeida, 1996, 2006; Rocha, 2006; Pereira Júnior, 2012, 2017; Souza Filho, 2013; Andrade, 2014; Lopes, 2020).

Com o conflito, foram criados movimentos sociais de resistência às ações do CLA, como o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (Mabe) e Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (Momtra) e houve o fortalecimento do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Alcântara. Movimentos e STTR contam com o apoio de uma rede de profissionais, como pesquisadores, juristas, jornalistas, religiosos e organizações sociais que se solidarizam com a população quilombola, além de agentes vinculados ao próprio estado, como as Defensorias Públicas Federal e Estadual, os Ministérios Públicos Federal e Estadual e o Conselho Nacional de Direitos Humanos.

O município de Alcântara tem uma extensão territorial de 1.168,246 km², a população residente em 2022, era de 18.467 pessoas (Censo Demográfico, 2022). Viviam na área urbana 29,87% e os outros 70,73%, na zona rural.

De acordo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2024), a fundação de Alcântara é de data incerta, mas há registros de que desde 1612 lá existia um aglomerado de aldeias indígenas com o nome de Tapuitapera. Após a colonização portuguesa, tornou-se um importante centro agrícola e comercial, chegando a competir com a capital do Maranhão, São Luís, até por volta de 1812.

A partir daí, as grandes fazendas escravagistas entraram em decadência econômica. Os ex-escravizados ficaram no território, em sua maioria afrodescendentes, passaram a trabalhar com agricultura comunitária. Distribuíram-se no território e organizaram formas de produção. Sobrevivendo da caça, pesca e agricultura, constituíram um campesinato autônomo (Almeida, 2006).

Em 12 de setembro de 1980, o Governo do Estado do Maranhão publicou o Decreto nº 7.820 (Maranhão, 1980), declarando desapropriação de 52.000 hectares de Alcântara para instalação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), também conhecido como Centro Espacial de Alcântara (CEA), Base Espacial de Alcântara ou, simplesmente, a Base, como é denominada popularmente no município. Essa área era e, uma parte, continua sendo ocupada por comunidades quilombola.

Em 1º de março de 1983, o Decreto Federal nº 88.136 (Brasil, 1983) criou, no Ministério da Aeronáutica, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) para executar atividades de lançamentos de foguetes e satélites. Em 8 de agosto de 1991 (Brasil, 1991), o Governo Federal aumentou em 10.000 hectares a área inicial do CLA, aumentando para 62.000 ha. a área destinada ao CLA. Atualmente, o CLA ocupa uma área de aproximadamente 8,4 mil ha, incluindo instalações e zonas de segurança.

Para que a Base fosse implantada, 312 famílias, que formavam 21 povoados e continham 33 comunidades quilombolas (Quadro 2) que integram o grande território étnico do município (Almeida, 2006), foram deslocadas compulsoriamente e sem as devidas indenizações. Essas famílias foram levadas em caminhões contratados pela Aeronáutica para sete agrovilas, que são vilas residenciais com casas de alvenaria e algumas edificações de uso comunitário (escola, igreja, posto de saúde, casa de farinha). Algumas das agrovilas receberam moradores de diferentes povoados que tiveram seus modos de vida, organização social e produtiva completamente desestruturados (Rocha, 2006; Pereira Júnior, 2012, 2017; Souza Filho, 2013; Andrade, 2014; Lopes, 2020).

Quadro 2 - Relação das comunidades quilombolas deslocados compulsoriamente para construção do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)

Comunidades desestruturadas	Agrovilas formadas	Nº de famílias deslocadas forçadamente
Cajueiro Velho	Cajueiro	33
Espera	Espera	11
Ponta Seca, Lage e Curuçá	Ponta Seca	13
Pepital, Pedro Marinho e Camaleão e Santa Rosa	Pepital	38
Caicá, Paraíso, Norcasa e Boa Vista	Só Assim	17
Peru, Titica, Santa Cruz, Camarajó, Sozinho e Cauim	Peru	100
Marudá, Santo Antônio, Ponta Alta, Jeripaúba, Ladeira, Caninana, Jabaquara, Fé em Deus, Pirapema, São Raimundo, Águas Belas, Corre Prata, Itamarajó e Jardim	Marudá	100
33 comunidades	7 agrovilas	312 famílias

Fonte: Rocha (2006) e Fonseca (2014).

De acordo com Nunes (2013), o deslocamento compulsório em Alcântara desencadeou uma série de tensões internas. Rocha (2006) afirma que alguns moradores residentes das agrovilas não sabiam se localizar, sair e voltar para as agrovilas era muito difícil. Tiveram dificuldade de chegar ao mar, uma das principais fontes para extração dos recursos para alimentação.

Pereira Júnior (2012) afirma que por causa dessa experiência, as comunidades quilombolas reforçaram os laços de união para aumentarem a resistência contra possíveis investidas do Estado brasileiro.

Os laços de solidariedades foram reforçados na região, visando não mais permitir que ações governamentais que os atinjam ao ponto de causar a desarticulação da estrutura dos povoados e do modo de vida dos moradores das comunidades. Mobilizaram-se, face aos graves desequilíbrios sobre os recursos tidos pelos grupos como escassos e contra uma nova pressão demográfica motivada por um eventual deslocamento compulsório em qualquer um dos três territórios étnicos de Alcântara (Pereira Júnior, 2012, p. 111).

Segundo Almeida (1996), deslocamento compulsório diverge sobremaneira do que se entende por mudança, transferência de lugar, reassentamento, pois se trata de uma imposição irreversível dos mais fortes sobre os mais fracos. O autor define o termo como:

[...] o conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos (Almeida, 1996, p. 30).

O deslocamento compulsório impõe muito sofrimento psíquico e emocional, já que o atingido não escolheu mudar, não tem interesse de mudar, não queria outro lugar para viver e, se pudesse, não iria (Magalhães, 2007). Esse tipo de deslocamento implica em mudar de um local com modo de produzir estruturado, inserção social e cultural, com história e memórias

construídas por antepassados, inclusive é um local onde os mortos estão enterrados. Esse conceito aplica-se ao conflito territorial instalado em Alcântara, pois para que o CLA fosse implantado, quilombolas tiveram que deixar suas casas, hortas, roças, cemitérios, quintais frutíferos e floridos, além de rápido e fácil acesso aos locais de pesca e terra fértil.

De acordo com o laudo antropológico publicado por Almeida (2006), Alcântara foi considerado, segundo padrões capitalistas da época, um município economicamente próspero até o final do século XIX. A agricultura de produtos exportáveis como algodão era base da economia. O trabalho agrícola era realizado por escravizados trazido da África. A crise econômica ocorre devido à queda preço do algodão e endividamentos dos donos das fazendas. Essa crise provocou o abandono das terras e dos escravos pelos grandes proprietários rurais. Isso aumentou os quilombos já existentes.

Os ex-escravizados constituíram territorialidades específicas quilombolas em Alcântara denominadas de: terra de preto, terra de caboclo e terra de santo, terras de índio, terras da pobreza, conforme variados processos de constituição de comunidades formadas pelos escravizados (Almeida, 2006). Segundo Pereira Júnior (2017, p. 15): “As territorialidades específicas foram tramadas historicamente pelos antepassados destes agentes sociais que hoje estão legitimados como donos desses territórios”.

Em Alcântara, existem três territórios quilombolas: Território Quilombola de Alcântara (território étnico), Território de Santa Tereza e Território da Ilha do Cajual. De acordo com depoimento de liderança quilombola, esses territórios são formados por 208 comunidades (IHU, 2011). A partir da disputa territorial, foram criadas instituições sociais que representam as comunidades quilombolas: Associação do Território Quilombola de Alcântara (Atequila), Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Alcântara (STTR/Alcântara), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Município de Alcântara (Sintraf/Alcântara), Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe), Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Alcântara (Momtra). Além dessas instituições, cada comunidade tem uma associação comunitária (Fundação Rosa Luxemburgo, 2019).

Realizamos entrevistas na comunidade Vista Alegre, que integra o Território Quilombola de Alcântara (território étnico). Os depoimentos foram utilizados na composição do capítulo 7. Vista Alegre dista 45 quilômetros da sede de Alcântara. Na época da entrevista, era formada por 44 famílias e possuía, aproximadamente, 130 pessoas. A maioria delas é evangélica. A comunidade é caracterizada como terra de caboclo, por ser formada predominantemente por pessoas com a cor da pele mais clara.

Segundo Almeida (2006), os denominados caboclos, hoje, se aproximam da categoria preto. Os quilombolas pretos e caboclos de Alcântara passaram por várias gerações com um modo produzir semelhante. Apesar de período escravagista, e a designação cabocla ter surgido para aproximá-los da definição de branco, por ser a cor considerada como legítima na sociedade capitalista. Naquele período, os caboclos mantinham um afastamento de tudo que pudesse reforçar ligações e analogias com escravizados.

Mas, a formação das comunidades em Alcântara e necessidade de constituição de modos de produção e divisão de recursos, aproximou pretos e caboclos:

Esses embates, conflitos e ameaças de eterno retorno marcam as tensões do processo de territorialização em curso. A autonomia de decisão sobre o que produzir, como, onde e quando, lançando mão de que recursos naturais, aproxima pretos e caboclos, fixa um estilo de vida que tem na denominada roça sua viga mestra e chega a absorver os prepostos dos proprietários absenteístas. Produzir e reproduzir esse sistema, mantendo uma vida social há pelo menos dez gerações nas terras das ordens religiosas, ou sete nas antigas fazendas de algodão, ou quase cinco gerações nos antigos engenhos de açúcar, sem subordinação a terceiros, significa a consolidação, em datas diferentes, daquelas diversas territorialidades mencionadas e, por extensão, do território das comunidades remanescentes de quilombo (Almeida, 2006, p. 92).

O conflito territorial, que acontece em Alcântara, atinge as comunidades de pretos e caboclos da mesma forma. Para Almeida (2006), as dessemelhanças não se sustentam quando os povoados quilombolas são atingidos pelos mesmos dispositivos jurídicos que afetam todos igualmente. Os deslocamentos compulsórios e a falta de indenizações atingiram as comunidades da mesma maneira, independentemente de serem formadas por caboclos ou por pretos. Desse modo, a ação do Estado homogeneizou os diferentes agrupamentos sociais de Alcântara. Submeteu os caboclos aos mesmos constrangimentos sofridos pelos pretos.

Após a construção do CLA, não houve outros deslocamentos compulsórios. Mas a disputa pela terra continuou porque o processo de titulação fundiária não foi concluído. Segundo Rainha e Lopes (2020), no primeiro e segundo mandatos do presidente Lula (2003-2010), houve muitas expectativas de que a terra fosse titulada. Mas isso não ocorreu. A forte presença negativa da mídia, combatendo o critério da autoidentidade quilombola impediu que o presidente emitisse o documento de posse definitiva da terra. O mesmo problema ocorreu nos mandatos da presidenta Dilma Rousseff (2013-2016). Nos mandatos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) as pressões sobre os territórios quilombolas se intensificaram.

Felizmente, no atual mandato do presidente Lula (2022-2026), começou o georreferenciamento das terras do Território Quilombola de Alcântara (território étnico) para

expedição do título de posse coletiva para as comunidades. Técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária iniciaram os trabalhos em maio de 2025.

Para além do populismo do governo Lula, a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) foi crucial para que houvesse o direito ao título da terra pelos quilombolas. No dia 13 de março de 2025, a Corte IDH reconheceu a luta de mais de quatro décadas dos quilombolas de Alcântara, no Maranhão, contra o CLA. O Estado brasileiro foi declarado, pela Corte IDH, responsável por violar os direitos das comunidades quilombolas de Alcântara, no Maranhão, e condenado a reparar danos, incluindo com a titulação coletiva dos 78,1 mil hectares do território tradicional em até três anos e o pagamento de US\$ 4 milhões às associações dos moradores território. Segundo a Corte IDH, o conjunto de violações comprometeu o “projeto de vida coletivo” de 171 comunidades (Alcântara [...], 2025).

O CLA foi instalado em Alcântara para promover a indústria espacial nacional e ser pivô de desenvolvimento do Maranhão, de Alcântara e entorno. Mas, até o momento não rendeu os resultados econômicos esperados. O Brasil não conseguiu desenvolver a indústria aeroespacial e não desenvolveu técnicos e tecnologia necessários para produção e lançamento de objetos no espaço.

Por isso, o Estado brasileiro tem firmado acordos internacionais, a exemplo do acordo assinado com a Ucrânia, que vigorou entre 2003-2015. O mais recente, foi estabelecido com os Estados Unidos e está vigente. Denominado Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), foi assinado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 2019. Esses pactos traduzem-se em tentativas de transformar o CLA numa importante base de lançamentos internacionais, capaz de gerar recursos para o Brasil.

Como o país não desenvolveu a indústria nem a técnica espacial, os representantes do Programa Espacial Brasileiro procuram alternativas para que a Base de lançamento de Alcântara cumpra com seu objetivo e comece a operar. E, tendo em vista que o mercado aeroespacial cresce cada vez mais nos países centrais e abrange uma gama atividades que são entendidas como necessárias atualmente, o aluguel do CLA passou ser uma alternativa de uso e de conseguir auferir rendimentos. O AST passou a ser a promessa do momento.

Com a aprovação do AST, o Brasil pode se inserir nesse mercado, mesmo com a meta conservadora de ocupar 1 % do volume de negócios espacial global (US\$ 10 bilhões por ano a partir de 2040) e consolidará o Brasil como um forte player do segmento de lançamentos. Assim, o país alavancará todo o seu programa espacial. Toda a região adjacente ao Centro Espacial será beneficiada pelo incremento imediato do desenvolvimento social e econômico refletido na geração de empregos, na criação de novas empresas e na ampliação do empreendedorismo e negócios de base local como restaurantes, hotéis, postos de gasolina, barbearias e o comércio/turismo/serviço como um todo (AEB, 2019, p. 7).

Segundo entendimentos técnicos da Agência Espacial Brasileira (AEB, 2021), Fellet (2019) e Zaparolli (2022), o Centro de Lançamento foi implantado em Alcântara por causa da localização privilegiada do município em relação a linha do Equador. É capaz de reduzir em 30% o consumo de combustível utilizado nos lançamentos dos foguetes. Essas vantagens são anunciadas como formas de atrair interesses comerciais de diferentes países.

De acordo estudos realizados (Fernandes, 1993 *apud* Choairy, 2000), Alcântara foi escolhido para sediar o CLA por oferecer os seguintes aspectos: localização geográfica; clima pouco variável e por último, a baixa densidade demográfica que garantiria um baixo custo no processo de desapropriação.

Porém, mesmo com essas vantagens singulares em relação aos outros países, o Estado brasileiro não conseguiu desenvolver o Programa Aeroespacial. Os de acordos internacionais são formas empreendidas para resolver essa situação. Essa maneira de explorar o CLA, impõe perdas de autonomia nas decisões para gerenciá-lo e definir estratégias para o Programa Aeroespacial e o setor espacial. O Brasil participa do setor espacial, mas forma “velada” e não efetiva, como afirmam Bojikian, Mariano e Thomaz (2022).

Ao estudar o resultado de um plano criado para o desenvolvimento de Alcântara pelo Governo Federal durante a vigência do acordo firmado com a Ucrânia, Mello (2008) assevera que as empresas estrangeiras, interessadas em utilizar a Base de Alcântara, fizeram várias exigências no sentido de adequar a logística as necessidades da atividade de lançamento. Assim, exigiram a construção de um novo porto para o transporte marítimo de cargas e materiais complementando as possibilidades do aeroporto de Alcântara, licenciamento ambiental, retirada de comunidades das áreas operacionais, entre outras. Ou seja, o capital exige mais área para instalação de infraestrutura. A terra já está ocupada pelas comunidades quilombolas.

Souza Filho (2013, p. 47) explica que após a assinatura do acordo de cooperação técnica com a Ucrânia em 2003, o Estado brasileiro comprometeu-se com construção de uma plataforma de lançamento. A partir desse acordo, os gestores interessados no avanço das atividades de lançamento no CLA, retomaram a proposta de construção de sítios de lançamento na faixa litoral contígua à área do CLA, “um complexo composto por seis áreas destinadas a abrigar projetos aeroespaciais”.

Esse complexo seria chamado de Centro Espacial de Alcântara (CEA). Em 2006, o Grupo Executivo Interministerial (GEI) organizou um seminário no município para apresentar

aos quilombolas a proposta para transformação do CLA em CEA. Esse projeto exige mais áreas com extinção de comunidades. Até o momento, não foi implementado.

Mello (2008) explica a diferença entre Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro Espacial de Alcântara (CEA). No entendimento dele, no CLA ficam as funções de controle de lançamentos no âmbito militar. Enquanto, o Centro Espacial de Alcântara (CEA) abrangeria os sítios de lançamento e funções de natureza civil. A implantação do CEA ainda não foi concluída, mas no Portal da Transparência do Governo Federal tem uma ação denominada “Implantação do CEA” em Alcântara dentro da qual são empenhados e pagos valores desde 2020, conforme dados no capítulo 7.

Dentre os acontecimentos que envolvem essa disputa nos anos mais recente, vale destacar que em 2019, após firmar o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os Estados Unidos, o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) intencionou retirar forçadamente cerca de 800 famílias de 30 comunidades de Alcântara para expandir a área do CLA. Como estava no auge da pandemia de Covid-19¹³, a Justiça Federal do Maranhão interveio e o processo não se consolidou.

No meio da pandemia do novo coronavírus, o governo Bolsonaro publicou uma resolução tomada por sete ministros que anuncia a remoção e o reassentamento de famílias quilombolas no Maranhão. A medida poderá atingir 800 famílias de 30 comunidades dos descendentes de escravos que habitam a região desde o século 17. Não foi anunciada uma data para as remoções (Valente, 2020, p. 1).

A falta de titulação das terras traduz-se em insegurança jurídica para as comunidades quilombolas de Alcântara, incertezas quanto à moradia e sobrevivência, manutenção dos seus modos de vida, entre outras adversidades (Lopes, 2020). De acordo com Paula Andrade (2006, p. 53), “quilombola foi uma categoria instituída pelo sistema jurídico colonial e imperial para perseguir e punir escravos”. Paula Andrade (2006), utilizando-se de argumentos de Zhouiri e Oliveira (2007), propõe que as etnografias sejam colocadas a serviço da discussão de categorias jurídicas oficiais mais abrangentes para evitar que esses grupos étnicos permaneçam na invisibilidade e que possam ter controle sobre seus territórios. Caso contrário, permanecerão no campo da invisibilidade e da injustiça ambiental.

Segundo Mesquita (2011, p. 26), o desenvolvimentismo tem provocado o banimento de milhares de agricultores de suas terras e a destruição dos seus modos de produção. Isso tem agravado com o advento da política neoliberal, iniciada nos anos 1990. No Maranhão,

¹³ Em 11 de março de 2020, a doença infecciosa Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que existiram surtos de Covid-19 em vários países e regiões do mundo (OPAS, 2020).

“aprofundou as desigualdades e liquidou segmentos produtivos socialmente importantes dentro e fora da agricultura, que empregam milhares de pessoas”.

Segundo Feitoza (2018), os pequenos produtores de Chapadinha foram muito prejudicados com a chegada da monocultura da soja e do eucalipto. Esses produtores rurais viviam no campo, sem a posse de terra, morando e trabalhando para proprietários de terras locais. O agronegócio passou a demandar as terras e os proprietários aceitaram vendê-las. Os produtores rurais que não tinham posse de terra, mas podiam plantar nas terras desses proprietários ficaram sem condições de plantar, praticar o extrativismo e criar pequenos animais. Essas atividades da agricultura, mesmo que realizadas nas terras de outros, eram as principais fontes de subsistência. Com a chegada dos monocultivos em Chapadinha, os produtores rurais que trabalhavam nas terras alheias, perderam a terra que era um dos principais meios de obtenção de recursos para sobrevivência e suas moradias.

Em virtude da implantação do CLA em Alcântara, os quilombolas também sofrem pela dificuldade de acesso à terra no território étnico, onde a Base está instalada. Sem título de posse da terra não conseguem contratação de crédito para desenvolver a agricultura. Vivem preocupados com a possibilidade de serem deslocados compulsoriamente pelo Estado brasileiro, por causa dos decretos que criaram a possibilidade de expansão do CLA em até 62 mil hectares.

Mesquita (2014, p. 443) chama a atenção para o desmantelamento dos espaços de sobrevivência e reprodução social das comunidades rurais na Amazônia a partir da década de 1970. A implantação de grandes projetos de investimento que acontecem por meio de empresas que compõem diferentes ramos de atividades “como a Vale, a Albrás, a Suzano, a Cargill, a Alumina, a Bunge, a Petrobras e as superconstrutoras Camargo Corrêa, Andrade e Gutierrez”.

Comunidades rurais, que estão estabelecidas há séculos em áreas onde foram instalados esses grandes projetos, não são respeitadas pelo Estado brasileiro. Os gestores públicos deveriam valorizar as potencialidades locais e procurar soluções para os problemas dos grupos sociais, por meio de uma gestão participativa, como afirma Barquero (2007). Mas, não se importam. Pelo contrário, veem as comunidades como empecilho ao desenvolvimento.

Outro efeito observado por causa da implantação dos grandes projetos de desenvolvimento nas áreas rurais é o declínio da produção de alimentos para consumo da população local e aumento da insegurança alimentar, como veremos no capítulo 4. A modernização agrícola privilegiou atividades que requerem grandes extensões de terras como é o caso da pecuária de corte, a produção de soja e a silvicultura, em detrimento da agricultura

familiar e do extrativismo. São estas atividades que garantem a produção de alimentos para o consumo diário da população interna como arroz, milho, feijão e mandioca (Mesquita, 2011).

Em Alcântara não tenha ocorrido a expansão do capitalismo para o meio rural por meio da pecuária de corte ou *commodities* agrícolas. Mas, isso aconteceu em vários municípios do Maranhão (Balsas, Chapadinha, Vargem Grande, Açailândia e outros). Em Alcântara, a perda de acesso à terra pelos quilombolas aconteceu devido à desapropriação de 62 mil hectares para interesses do CLA. A desapropriação dessa extensão de terra prejudicou a produção agrícola das comunidades quilombolas com impactos semelhantes aos municípios maranhenses que passaram a produzir culturas de exportação como soja e eucalipto.

Com a valorização de grandes projetos de investimento no Brasil, a exemplo do que acontece no Maranhão, os pequenos produtores rurais e produção de alimentos para a população local perderam importância. Mesquita (2011, p. 51) explica que os pequenos produtores rurais, são “[...] posseiros e arrendatários e pequenos proprietários muito dispersos (desorganizados política e economicamente) e em contínuo processo de mutação, em toda a extensão do Estado e com expressão declinante em termos de participação de área, e quantidade colhida e valor da produção”.

O campo tem uma função social de valor imensurável para a população que lá almeja permanecer. O Estado brasileiro, antes de realizar deslocamentos compulsórios para implantação de grandes projetos, deveria considerar os custos sociais da insegurança alimentar, os problemas do inchaço das cidades, do desemprego e subemprego, da falta de moradia, das questões sanitárias, entre outras precariedades. O trio desenvolvimento, modernização e progresso, nos moldes do capitalismo provoca a extinção de modos de vidas e o massacre de povos e comunidades rurais. Variados estudos (Almeida, 1996, 2009; Andrade, 2006; Jesus; Sant’Ana Júnior, 2014; Sant’Ana Júnior, 2004; Sant’Ana Júnior *et al.*, 2009; Mesquita 2011, 2014; Feitoza, 2018), que são apenas uma amostra, confirma que esse trio são verdadeiros destruidores de modos de vida camponeses, no presente e passado, como alertaram Luxemburgo (1984) e Marx (2013).

É evidente que é impossível mensurar as perdas provocadas as comunidades quilombolas de Alcântara desde a implantação do CLA e por causa da disputa territorial. Os prejuízos abrangem muitos aspectos da vida: social, econômico, cultural e histórico. Andrade, Souza Filho e Coelho (2013) consideram como desastrosa a experiência do deslocamento compulsório e a disputa territorial. Segundo Rocha (2006) as famílias passaram a viver um profundo contexto de desestruturação social e emocional, um processo de desenraizamento cultural, social e produtivo. Forçadas a conviver com pessoas de diferentes localidades,

experimentaram um sentimento de desamparo e precarização das condições de vida, foram violentadas simbolicamente pelo Estado brasileiro.

Lopes (2020) afirma que o Estado atribui grande importância ao desenvolvimento das atividades do CLA, mas invisibiliza os direitos dos quilombolas. O autor não consegue identificar soluções fáceis, nem riscos baixos para esse empreendimento nacional e internacional no solo alcantarense.

De acordo com Mesquita (2013, p. 9), o modelo da economia regional é um reflexo do que acontece ao nível nacional. Há uma dicotomia “entre um número minúsculo de grandes unidades produtivas responsável pelo valor da produção versus numerosas pequenas unidades produtivas com pouca expressão econômica”. As grandes unidades produtivas são o segmento organizado, econômico e politicamente poderoso, por isso recebem vantagens do Estado para se instalar e permanecer na região. O CLA é uma grande unidade, que apresenta resultados pífios em termos econômicos, mas gera grandes expectativas em relação à possibilidade de gerar elevados retornos financeiros para o país.

Essa é a forma de atuação do Estado brasileiro desde que foi fundado. Valoriza o estrangeiro, obras grandiosas e impõe alto preço para os habitantes e para a natureza. Nesse sentido, Almeida (2009, p. 59-60) alerta que a “incorporação acelerada de imensas extensões de terras tem colocado em risco tanto patrimônios naturais, quanto patrimônios culturais, violando flagrantemente, segundo entidades ambientalistas, tratados internacionais e convenções”.

No decorrer dos séculos, são aprimoradas as formas de garantir a dinamização do capitalismo e o lucro dos seus protagonistas. Segundo Vainer (2007, p. 11), “os grandes projetos continuam portadores de um grande potencial de organização e transformação dos espaços, um grande potencial para decompor e compor regiões”. E sob essa estirpe homogeneizadora, os interesses quase sempre globais se sobrepõem aos interesses locais.

Observamos que as terras agricultáveis brasileiras e, portanto, maranhenses estão sendo abarcadas pelas atividades econômicas tipicamente capitalistas e, nos últimos cinquenta anos, com grande rapidez e intensidade. Essa pulsão homogeneizadora do capitalismo é o que impulsiona o Estado brasileiro a inserir o município de Alcântara no mercado aeroespacial, por meio do CLA, desconsidera a vida dos quilombolas e suas necessidades mais básicas.

Alcântara é um exemplo típico dessa situação. Permaneceu ao longo dos séculos apartada do desenvolvimento e do progresso nos moldes do capitalismo. De repente, tornou-se palco de um projeto de interesse global. Com isso, suas terras que eram utilizadas comunalmente, pelos quilombolas, passaram a ser de interesse do Estado brasileiro e do

capital internacional. Desse modo, o CLA representa uma ameaça permanente às comunidades quilombolas.

No entanto, apesar dos reiterados esforços do Estado brasileiro para estabelecer o Programa Espacial Brasileiro e as atividades de lançamento no CLA, há dificuldades para avançar nesse propósito. Em 2011, foi vazada uma informação de que os Estados Unidos não querem que o Brasil consolide a atividade espacial:

[...] o governo dos Estados Unidos não quer que o Brasil tenha um programa próprio de produção de foguetes espaciais. Por isso, além de não apoiar o desenvolvimento desses veículos, as autoridades americanas pressionam parceiros do país nessa área — como a Ucrânia — a não transferir tecnologia do setor aos cientistas brasileiros. A restrição dos EUA está registrada claramente em telegrama que o Departamento de Estado enviou à embaixada americana em Brasília, em janeiro de 2009 — revelado agora pelo WikiLeaks ao GLOBO. O documento contém uma resposta a um apelo feito pela embaixada da Ucrânia, no Brasil, para que os EUA reconsiderassem a sua negativa de apoiar a parceria Ucrânia-Brasil, para atividades na Base de Alcântara no Maranhão, e permitissem que firmas americanas de satélite pudessem usar aquela plataforma de lançamentos (Wikileaks [...], 2019).

Desse modo, não é suficiente ter uma base lançamentos para que um país entre no restrito mercado aeroespacial. Em tempos acirramentos geopolíticos e de guerras que utilizam foguetes para lançamentos de mísseis, as dificuldades para adentrar a esse restrito mercado, devem ser ainda maiores.

2.4.1 Disputa territorial em Alcântara: comunidades quilombolas e “desenvolvimento” promovido pelo Estado brasileiro

De acordo com Almeida (1996), a partir da década de 1990, com o advento da globalização e a transnacionalização do capital, sob a tutela do Banco Mundial¹⁴, os grandes projetos de desenvolvimento foram impulsionados em países considerados economicamente atrasados, como Tailândia, Guatemala, Honduras, Argentina, África e Brasil, com a argumentação de que esses projetos produziram desenvolvimento nesses países. No entanto, a destinação de áreas que já estavam ocupadas por povos ou comunidades tradicionais para a implantação de grandes obras impõe consequências socialmente trágicas.

Essas áreas são limpas de povoações por meio de deslocamentos compulsórios. Esses povos e comunidades, geralmente, utilizam os recursos ambientais de forma sustentável e em

¹⁴ O Banco Mundial é formado por cinco instituições internacionais: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); Associação Internacional de Desenvolvimento (Ida); Sociedade Financeira Internacional (IFC); Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (Miga) e o Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimento (Icsid) (World Bank Group, [20--]).

coletividade. Preocupam-se com a manutenção e a conservação da biodiversidade. Mas, em virtude de interesses estatais e a grande aceitação da ideologia desenvolvimentista pela sociedade, são forçados pelos estados nacionais a saírem desses locais.

Após o Golpe Militar de 1964, alguns dos governos da ditadura como Ernesto Geisel (1974- 1979) e João Figueredo (1980-1985) implementaram o modelo de desenvolvimento planejado pelo Banco Mundial, buscando retirar o atraso econômico, que significa a promoção do capitalismo e seu modelo de desenvolvimento em determinadas regiões e localidades brasileiras, em especial, estados das regiões Norte e Nordeste, argumento que precisavam industrializá-las, modernizá-las, além de integrar essas regiões ao Sul e Sudeste do país.

Para cumprir esse objetivo, foram idealizados projetos desenvolvimentistas. Foram criados planos com financiamentos externos para construções de grandes obras de infraestrutura básica. Estradas de rodagem, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidroelétricas e outras obras grandiosas. De modo geral, os representantes estatais afirmavam que, nesses locais, a densidade demográfica era baixa ou não eram povoadas. Segundo essa concepção haveria vazio demográfico. No entanto, sabemos que indígenas, quilombolas, pequenos produtores rurais, povos das florestas habitam o território rural brasileiro, mas são invisibilizados. O direito de acesso à terra é o mais difícil de ser conquistado.

Segundo Otávio Velho (2009), a “modalidade” de desenvolvimento capitalista do Brasil se dá com características autoritárias. A burguesia brasileira não promoveu uma revolução contra o sistema político e econômico vigente. E o camponês não migrou para as cidades para constituir um exército industrial de reserva, porque há abundância de terras livres. Mas à medida que o capitalismo avança para a fronteira, localizada no limite da terra livre, é gerada uma tensão devido à expropriação do camponês de seus meios de produção.

Na verdade, os governantes definem as localidades para onde vão instalar um Grande Projeto de Desenvolvimento e declaram que são áreas demograficamente vazias. Porém, trata-se de localidades ocupadas secularmente por povos e comunidades tradicionais. Essas populações organizaram-se produtiva, social, ambiental e culturalmente há dezenas ou centenas de anos em territórios, sem títulos de propriedade. Por isso estão sujeitas a desapropriações e deslocamentos compulsórios devido aos interesses estatais e do capital. Diante da implantação de grandes projetos, que é uma das formas de expansão do capitalismo, essas populações são invisibilizadas e negligenciadas juridicamente.

No Brasil, esse fenômeno passou a ser mais intensamente utilizado a partir da década de 1970. Os estados do Amazonas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, passaram por grandes transformações. Nesses

Estados, as populações pobres do meio rural passaram a ser diretamente atingidas em consequência da construção de represas, rodovias, usinas, canais de irrigação, complexos portuários, entre outros (Almeida, 1996; Sant'Ana Júnior, 2009).

O Maranhão foi anfitrião de vários grandes projetos de desenvolvimento e modernização. A partir do final da década de 1970, segundo Sant'Ana Júnior *et al.* (2009), diversas obras foram implementadas. Entre as quais, destacam-se: construção das estradas de rodagem para ligar o Estado ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, para transportes dos minérios do sudeste do Pará ao litoral maranhense; o Complexo Portuário de São Luís, entre outras.

Sant'Ana Júnior *et al.* (2009) afirmam que além dessas obras, foram instaladas oito usinas de processamento de ferro-gusa, uma grande indústria de alumina e alumínio (Alumar, subsidiária da Alcoa). Também foram iniciados os projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho, açúcar, eucalipto) no sul e sudeste do Estado; criação de búfalos, na Baixada Maranhense e ampliação da pecuária bovina extensiva. Já em Alcântara, foi construído o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) para o desenvolvimento de atividades aeroespaciais.

Vainer (2007, p. 15) assevera que o maior problema é reconhecer que os projetos implementados no Brasil não visam atender e melhorar a vida dos brasileiros. Na verdade, são criados para atender os interesses internacionais, “as redes de patronagem/clientela, que tecem boa parte do Estado brasileiro, estabelecem formas de defesa e negociação de interesses segmentados totalmente estranhos e alheios a políticas e projetos nacionais”.

Almeida (1996) alerta sobre as formas de atuação dos centros de poder em nível nacional quando estão aliadas aos organismos multilaterais, que são as fontes financiadoras internacionais dos projetos nacionais. Essas fontes se utilizam de todo aparato estatal necessário para atingir seus interesses. Uma das formas é a estratégia midiática que promove matérias, veiculadas nos vários formatos de imprensa, para convencimento da população que será atingida. Valem-se até de profissionais vinculados aos órgãos estatais para que, de acordo com os cargos que ocupam, atuem junto às famílias atingidas. Com isso, fazem parecer que o deslocamento compulsório seja entendido como reassentamento consentido.

Nessa orientação, Jesus e Sant'Ana Júnior (2014, p. 13), ao estudarem os conflitos abrangendo a Reserva Extrativista (Resex) de Tauá-Mirim, situada na zona rural de São Luís, afirmam que os interesses das populações tradicionais não se convergem com os interesses do Estado e do município, sendo, muitas vezes, contrários. Argumentam que, nos conflitos envolvendo territórios, os interesses do capital se sobrepõem aos interesses das pessoas.

Asseveram que “no Maranhão esta questão é ainda mais grave. Capitania onde as relações escravistas foram as mais duras no seio das duas colônias portuguesas (Brasil e Maranhão e Grão-Pará); Estado onde as relações patrimonialistas e personalistas persistem há longo tempo e permeiam a burocracia estatal”.

A partir dos estudos de Vainer (2007), Sant’Ana Júnior *et al.* (2009), Jesus e Sant’Ana Júnior (2014), e outros, percebemos que quando o Estado implementa o desenvolvimento nos moldes do capitalismo, leva em conta apenas os interesses dos capitalistas. Desconsidera a diversidade, os direitos, as histórias, as constituições e os saberes das comunidades rurais.

Em se tratando da modernização no setor agropecuário, no Brasil, o Estado não procurou executar o programa de reforma agrária e garantir o acesso à terra para aqueles que gostariam de trabalhar com agricultura e permanecer no meio rural. Essa postura conservadora era coerente com o projeto político do grupo vitorioso do pós-64, no caso, a burguesia industrial, os grandes e médios proprietários rurais e os militares. “Todos articulados ao grande capital internacional e defensores da inserção da economia brasileira no mercado mundial e do Projeto ‘Brasil-Potência’ substantivado nos planos de governo da década de setenta, especialmente o II PND” (Mesquita, 2022, p. 192).

Para os governantes desenvolvimentistas do período militar, a modernização agrícola não acomodava solução para o problema da concentração fundiária que perdura desde o Brasil colonial. Mesquita (2022, p. 192) afirma que “nos governos militares em geral, exceto no primeiro governo (presidente Castelo Branco), a reforma agrária foi vista muito mais como um caso de polícia”. E essa modernização entre as décadas de 1970 e 1980, ocorreu através da priorização de determinadas regiões e produtos em detrimento de outros. Assim, os grandes produtores rurais das culturas de exportação (soja, café e laranja) foram privilegiados pelo fácil acesso ao crédito e à terra, enquanto os produtores de lavouras destinadas ao mercado interno (mandioca, feijão, arroz), bem como, os pequenos proprietários rurais e minifúndios foram lesados.

No que diz respeito à modernização dos setores produtivos do Brasil, Mesquita (2002, p. 190) assevera que os governantes privilegiaram “segmentos e atores capazes de oferecer respostas rápidas”, para viabilizar esse projeto modernizante. No caso da agropecuária, as indústrias de bens de produção para o setor e processadoras de alimentos e os médios e grandes proprietários de terras receberam incentivos estatais. Para o autor, qualquer que seja o conceito de modernização, trata-se de processo que envolve um conjunto de “mudanças econômica/social/ecológica num sentido mais amplo, onde estruturas “tradicionais” são substituídas por outras modernas. Não envolve somente mudanças de relações técnicas.

Pereira Júnior (2017, p. 27) chama a atenção para os diferentes significados das categorias: terra, território e propriedade, para os diferentes grupos sociais e assevera que: “Para os grileiros e os políticos, a terra é vista apenas como um bem econômico, como qualquer outra mercadoria, que deve ser incorporada ao patrimônio pessoal e quando necessário disposta ao mercado. Para esses grupos a ideia de propriedade esgota na ideia de um bem de caráter privado onde o acesso tanto à terra como aos recursos são limitados e fechados”. Essa forma de:

[...] intervenção no agrário e o sucesso da estratégia (crescimento da produção, produtividade e modernização do latifúndio) foi extremamente seletivo e restrito a uns poucos privilegiados que acessaram os fundos políticos neste período. Enquanto isso os custos sociais e ambientais foram democraticamente pagos por todos (Mesquita, 2022, p. 196).

Ainda segundo Mesquita (2022, p. 196), a intervenção seletiva no setor agrário pelo Estado brasileiro, provocou diversos prejuízos aos pequenos produtores rurais. De outro modo, os grandes proprietários de terra que elegeram as culturas de exportação foram amplamente beneficiados. As consequências dessa modernização foram desastrosas, pois “alterou a estrutura da produção de alimentos e matéria-prima, concentrou a terra e a renda e deteriorou as condições de vida da maioria da população, além de deixar um passivo social e ambiental incomensurável ao arrastar biomas inteiros como o pantanal, amazônico e cerrado com a prática desta agricultura insustentável incentivada pela modernização agrícola”.

Consequentemente, o isolamento deixou de existir. Em seu lugar, surgiu um intercâmbio universal. O mercado globalizado submeteu povos e localidades consideradas atrasadas a sua dinâmica. É dessa forma que “o capital realiza plenamente sua pulsão homogeneizadora na medida mesma em que impõe por toda parte a relação capital – trabalho e o valor” (Vainer, 2006, p. 14).

O Estado brasileiro movido pelo objetivo criado no estrangeiro de levar desenvolvimento progresso e modernização nos moldes do capitalismo para regiões consideradas como atrasadas, avançou sobre terras já ocupadas secularmente por comunidades tradicionais. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, povos das florestas e demais pequenos produtores rurais tornaram-se alvos de deslocamentos compulsórios para que algum grande projeto ocupasse determinadas áreas (Andrade, 2006; Rocha, 2006; Almeida, 2009; Pereira Júnior, 2012, 2017; Lopes, 2020).

Em Alcântara, o Estado brasileiro se coloca na posição de protagonista na disputa pela contra os quilombolas. Segundo Almeida (1996, p. 30), disposto a efetivar seus

empreendimentos desenvolvimentistas, o Estado se utiliza de “aparelhos de poder específicos, como as agências chamadas de ‘desenvolvimento’ que acionam mecanismos coercitivos. Essas agências apresentam os projetos das grandes obras à sociedade, utilizando-se de narrativas desenvolvimentistas. Passam a ideia de que, por causa deles, haverá ‘progresso e modernização’ na localidade escolhida para sediá-los. Com isso, as condições de vida da sociedade serão elevadas.

É importante salientar que, a partir do Consenso de Washington¹⁵ em 1989, as formas do Estado operar foram alteradas. O entendimento de que os países considerados menos desenvolvidos, como os da América Latina, deveriam superar as severas crises econômicas pelas quais passavam, acabou. Durante a convenção, os debatedores defendiam a necessária implementação do neoliberalismo para que as economias pudessem sair da estagnação econômica e superar as altas taxas de inflação (Bresser-Pereira, 1991).

As soluções apontadas pelo Consenso de Washington, para resolver a crise econômica nos países latino-americanos, no curto prazo, eram as reformas de combate ao populismo econômico e alcance do equilíbrio fiscal e estabilização. No médio prazo, em âmbito estrutural, o objetivo era reduzir o tamanho do Estado, liberalizar o comércio internacional e promover as exportações. Abandonaram a ideia de promover a indústria interna e reduzir as importações (Bresser-Pereira, 1991).

Ainda no período desenvolvimentista, antes do Consenso de Washington e da chegada do neoliberalismo, houve a tentativa estatal de expandir o capitalismo para Alcântara. No final da década de 1970 e início da década de 1980, foi pensado e construído o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). A intenção era integrar o Brasil no mercado espacial e alavancar a industrial espacial brasileira.

O CLA foi construído, mas a indústria espacial brasileira não obteve os resultados esperados. Por outro lado, os problemas que os grandes projetos brasileiros produziram nas

¹⁵ O Consenso de Washington foi um conjunto de recomendações econômicas anunciadas com o objetivo de contenção da crise na década de 1980 e promoção do crescimento econômico em países da América Latina como Brasil, México, Argentina, Chile e outros. No caso brasileiro, as recomendações deram origem a criação do Plano Real, privatizações e abertura econômica na década de 1990 (Giambiagi; Almeida, 2003). A partir do Consenso de Washington, as privatizações aumentaram, houve promoção da abertura comercial e financeira e diminuíram as políticas sociais. Durante o período, sucederam-se diversas crises e uma estagnação econômica quase generalizada. A busca pela industrialização foi esquecida e a esfera financeira passou a cumprir um papel central através de suas medidas (Harvey, 2011). Para Bresser-Pereira (1991, p. 5), o Consenso de Washington surgiu com a crise da teoria do desenvolvimento econômico elaborada nos anos de 1940 e 1950: “Por outro lado, essa perspectiva é influenciada pelo surgimento, e afirmação como tendência dominante, de uma nova direita, neoliberal”, a partir das contribuições da escola austríaca (Hayek, Von Mises), dos monetaristas (Friedman, Phelps, Johnson), dos novos clássicos relacionados com as expectativas racionais (Lucas e Sargent) e da escola da escolha pública (Buchanan, Olson, Tullock, Niskanen).

comunidades e povos no local-sede dos GPDs também produziram disputa territorial e deslocamentos compulsórios em Alcântara.

De acordo com Almeida (2006, p. 155), as comunidades quilombolas de Alcântara se alicerçaram nas crises do mercantilismo e no fracasso do desenvolvimento do capitalismo no município. Com o abandono das terras e escravizados pelos fazendeiros de Alcântara, no século XIX, centenas de povoados se organizaram por meio de múltiplas conexões próprias sem apoio estatal. De forma autônoma, “por quase dois séculos à margem do foco de ação das políticas de Estado, é que eles constituem uma comunidade dinâmica ou um todo organizado”.

Quando o Estado brasileiro voltou o olhar para Alcântara, foi com intenção de modernizar e desenvolver o município nos moldes do capitalismo. Desconsiderou os quilombolas, seus modos de vida e suas necessidades cruciais em relação à terra. E iniciou uma longa disputa pela terra, produzindo deslocamentos compulsórios, insegurança jurídica, insegurança alimentar. Mas não somente, também instigou a organização social dos quilombolas e a luta pelo direito de posse coletiva da terra.

2.5 Mercado aeroespacial: comércio e controle do espaço sideral

Estamos diante de um novo imperialismo que é marcado por uma luta pela conquista dos céus ou espaço sideral. Países detentores de conhecimentos tecnológicos estão na dianteira (Almeida, 2022). O capital financeiro fornece o crédito para investimentos no setor de tecnologia. As empresas de tecnologia desenvolvem e fornecem novas tecnologias digitais que agora são de importância central para a economia global. Este bloco de capital transnacional acumula enorme influência no poder em Washington, capital dos EUA, e em outros centros políticos ao redor do mundo (Robinson, 2018).

Robinson (2018), alerta que há uma subordinação quase absoluta da população mundial à lógica de dominação do capital transnacional. As formas de controle e repressão social mudaram as formas de fazer guerra. Agora, as guerras são computadorizadas, feitas por drones, soldados robôs, bombas destruidoras de abrigos subterrâneos. Há uma nova geração de armas nucleares, como também existem as guerras cibernéticas. A vigilância é feita pelo uso de satélites e, cada vez mais, são desenvolvidas tecnologias de controle espacial.

Transnational capital has subordinated virtually the entire world's population to its logic and its domination. [...] Computerized wars, drone warfare, robot soldiers, bunker-buster bombs, a new generation of nuclear weapons, satellite surveillance, cyberwar, spatial control technology, and so forth, have changed the face of warfare,

and more generally, of systems of social control and repression (Robinson, 2018, p. 2-3)¹⁶.

Para dominar através do espaço, as bases de lançamentos espaciais, como a de Alcântara, são fundamentais. Atualmente, existem 24 bases de lançamentos espaciais no globo com condições de realizar lançamentos de veículos espaciais, como foguetes e ônibus espaciais. Essas bases estão localizadas em 11 países de três continentes do planeta. Na América do Norte e América do Sul localizam-se 11. Dessas, oito nos Estados Unidos, duas no Brasil (Rio Grande do Norte e Maranhão) e uma na Guiana Francesa, que é departamento ultramarino e região da França, localizada na América do Sul. É uma base que pertence à França, portanto atende os interesses da Europa. Na Ásia estão situadas 10 bases de lançamentos. Quatro estão na China, duas na Rússia, duas no Japão, uma no Cazaquistão e a última na Índia. Por fim, tem uma na Oceania que pertence à Austrália.

O domínio do espaço interessa a diversos países e vem passando por um conjunto significativo de mudanças. Um número crescente de países e empresas está se envolvendo com as atividades relacionadas ao espaço sideral. É um dos resultados da inovação tecnológica e desenvolvimento de diversos serviços na Terra. Isso contribui para congestionamento e competição no espaço (Weeden *et al.*, 2018).

Do ponto de vista da segurança, um número cada vez maior de países procura usar o espaço para aprimorar suas capacidades militares e para garantir segurança nacional. O uso crescente e a dependência do espaço para a segurança nacional também levaram mais países a buscar o desenvolvimento de suas próprias capacidades. Programa de voo espacial humano, exploração robótica do espaço; sensoriamento remoto para clima e gerenciamento de recursos e aplicações militares de posicionamento em navegação, vigilância e reconhecimento para controle espacial), são alguns delas. Essas capacidades também podem ser usadas com o propósito de enganar, interromper, negar, ou mesmo destruir sistemas espaciais de algum adversário (Weeden *et al.*, 2018).

Robinson (2018) afirma que, após os ataques terroristas nos EUA no dia 11 de setembro de 2001, a militarização que abrange a economia global e a sociedade foi intensificada. Surgiu um estado policial global como resposta a atual crise do capitalismo

¹⁶ “O capital transnacional subordinou praticamente toda a população mundial à sua lógica e à sua dominação. [...]. Guerras computadorizadas, guerra de drones, soldados robôs, bombas destruidoras de bunkers, uma nova geração de armas nucleares, vigilância por satélite, guerra cibernética, tecnologia de controle espacial e assim por diante mudaram a face da guerra e, de maneira mais geral, dos sistemas de controle social e repressão” (tradução própria).

mundial que é a maior de todas. É de alcance global, marcada por extensa degradação ecológica e deterioração social. Essa crise parece sustentar a economia digital emergente e a digitalização global. São tecnologias que tornam possível a manutenção de um estado policial global, capaz de envolver tudo e todos.

2.5.1 Os protagonistas da corrida aeroespacial e a fraca inserção brasileira

A corrida espacial é dominada, primordialmente, pela Rússia, Estados Unidos e China. Esses países injetam muitos recursos em estudos para o avanço tecnológico no intuito de dominar as diferentes nações do planeta através do espaço sideral. Os Estados Unidos e a Rússia começaram na Guerra Fria¹⁷. A China entrou depois.

No que diz respeito ao governo russo, os líderes políticos e militares passaram a ver o espaço como essencial nas guerras modernas, bem como para vencer conflitos atuais e futuros. As forças armadas russas estão aprimorando suas capacidades com o propósito de atacar para degradar ou destruir ativos espaciais dos adversários. Os próprios militares russos estão aumentando sua presença no espaço e sua capacidade de usar recursos espaciais para refinar o desempenho durante os conflitos (Weeden *et al.*, 2018).

Com relação à competição com os Estados Unidos, a Rússia é um país com muita habilidade cibernética e continuará sendo uma grande ameaça ao governo dos EUA, nos diversos aspectos das relações: militar, diplomático, comercial ou mesmo para destruição de infraestrutura. Essa condição ficou evidente, pela capacidade avançada de ofensiva que um programa cibernético de Moscou, que foi capaz de influenciar as eleições americanas de 2016 (Coats, 2017).

A Rússia pós-soviética ficou à beira do colapso econômico. Porém, os EUA, por meio da sua agência espacial National Aeronautics and Space Administration (Nasa), optaram por apoiar e firmar parcerias com a Agência Espacial Russa em voos de astronautas para a estação espacial russa. Os objetivos dos EUA, nesse esforço cooperativo, incluíam reduzir os custos gerais da estação e impedir que os cientistas russos, que produziam mísseis, aceitassem empregos em países interessados em desenvolver armas nucleares (Coats, 2017).

¹⁷ “A Guerra Fria foi um dos grandes eventos da segunda metade do século XX, sendo responsável pela polarização do mundo entre Estados Unidos e União Soviética. A Guerra Fria é o nome que damos ao conflito político e ideológico que se estendeu do final da década de 1940 até o ano de 1991. Esse acontecimento teve como protagonistas os Estados Unidos e a União Soviética, países que representavam duas ideologias distintas que eram o capitalismo e o socialismo, respectivamente” (Silva, [20--]).

Já sob a presidência de Vladimir Putin, a Rússia recuperou seu dinamismo no mercado espacial e, em 2014, o orçamento totalizou US\$ 4,2 bilhões. Parte desses recursos foram utilizados na realização de 35 lançamentos bem-sucedidos, superando, em muito, os Estados Unidos e a China. O autor alerta que, o orçamento estatal russo é incerto e altamente dependente do petróleo.

O orçamento espacial russo de longo prazo para o período compreendido entre 2016 a 2025 foi reduzido drasticamente: “Russia’s uncertain and highly oil-dependent state budget is another problem facing the now re-centralized space industry. The long-term Russian space budget for the 2016 to 2025 period, originally planned for \$70 billion, has now been reduced drastically to \$20 billion”¹⁸ (Moltz, 2019, p. 33). A redução orçamentária representa uma séria ameaça à competitividade de longo prazo da indústria espacial do país. A Rússia está perdendo vendas e não tem produtos comercializáveis para o mercado, que se torna cada vez mais competitivo e voltado para a inovação.

Embora os desafios permaneçam, a Rússia continuará buscando a paridade com os Estados Unidos no espaço (Weeden *et al.*, 2018). Os adversários americanos estão se tornando mais hábeis em usar o ciberespaço para ameaçar-lhes os interesses, enquanto promovem os próprios. Apesar de melhorar as defesas cibernéticas, quase todas as informações, redes de comunicação e sistemas estarão em risco por anos. Nessa guerra eletrônica, a Rússia busca incorporar capacidades tecnológicas nas forças armadas para proteger suas tecnologias espaciais e controlar os artefatos dos adversários, destruindo, reduzindo ou negando suas capacidades (Weeden *et al.*, 2018).

Rússia e China percebem a necessidade de compensar qualquer vantagem militar dos EUA proveniente de sistemas espaciais militares, civis ou comerciais. Estão considerando cada vez mais realizar ataques contra sistemas de satélites dos EUA. Ambos os países continuarão a buscar desenvolver armas capazes de impactar satélites com o intuito de diminuir o poder militar dos EUA (Coats, 2017).

Apesar de defenderem o uso pacífico do espaço, a Rússia e a China se ocupam em desenvolver capacidades tecnológicas para desafiar adversários no espaço, especialmente, os Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que, o discurso público e diplomático é no sentido de reafirmar que no espaço não deve ter armas. Além disso,

¹⁸ “O orçamento estatal incerto e altamente dependente do petróleo da Rússia é outro problema enfrentado pela indústria espacial. O orçamento espacial russo de longo prazo para o período de 2016 a 2025, originalmente planejado para US\$ 70 bilhões, agora foi reduzido drasticamente para US\$ 20 bilhões” (tradução própria).

no ciberespaço, os adversários não têm receio de fazer espionagem, nem ataques virtuais (Coats, 2017). Os militares russos veem a guerra moderna como uma disputa pelo domínio da informação e operações centradas em redes, que podem frequentemente ocorrer em locais sem limites determinados (Weeden *et al.*, 2018).

Depois da Guerra Fria, os Estados Unidos exercem um domínio autoritário no espaço. Produziram o ônibus espacial, lideraram e organizaram a construção da Estação Espacial Internacional (ISS), comercializaram o sistema GPS militar e restauraram a confiança em lançamentos espaciais militares sob o programa Evolved Expendable Launch Vehicle (veículo de lançamento descartável evoluído) (Moltz, 2019).

A segunda década, do século XXI, começou com um ataque terrorista devastador contra os estadunidenses. O ataque de 11 de setembro de 2001. Por isso, os investimentos no âmbito espacial tornaram-se uma prioridade secundária para Washington. Após esse fato, China e Rússia alcançaram ganhos relativos. Os Estados Unidos continuaram sendo o líder mundial no espaço civil e militar, mas sua posição dominante diminuiu (Moltz, 2019).

Nos anos mais recentes, os Estados Unidos têm procurado parcerias com outros países. Até 2016, haviam assinado mais de uma dúzia de acordos de compartilhamento de consciência situacional espacial com países estrangeiros. E 50 empresas e organizações comerciais deram início a cooperação comercial de produtos espaciais.

No campo de lançamentos, no ano de 2017, os Estados Unidos lideraram lançamentos globais, com 29 missões orbitais bem-sucedidas, contra 20 da Rússia e 16 da China. Os Estados Unidos também despontam como líderes na área de alianças espaciais militares. As perspectivas de cooperação espacial são maiores para países com alianças militares existentes. O país busca criar uma “rede” espacial militar, que conta com o financiamento dos Estados Unidos e mais oito de seus aliados próximos. A rede tem o objetivo de desenvolver a área satélite de comunicações: “A recent study indicated that up to 75 percent of electronic parts on certain current-generation satellites come from the United States”¹⁹ (Moltz, p. 32, 2019). A criação dessa rede espacial justifica o interesse dos EUA para alugar a Base de Alcântara e firmar o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com o Brasil.

Os Estados Unidos têm atualmente as melhores capacidades espaciais militares do mundo (Weeden *et al.*, 2018). E continuam a realizar jogos de guerra espaciais anuais e exercícios que envolvem cada vez mais aliados próximos e parceiros comerciais.

¹⁹ “Um estudo recente indicou que até 75 por cento das peças eletrônicas em certos satélites de geração atual vêm dos Estados Unidos” (tradução própria).

Desde 2014, os formuladores de políticas dos EUA têm focado cada vez mais na segurança espacial e falam publicamente sobre a preparação para uma possível “guerra no espaço”. Anunciam abertamente que no espaço sideral pode haver um domínio de combate. Esse discurso foi acompanhado por uma renovação na reorganização das estruturas espaciais de segurança nacional e no aumento do gerenciamento dos sistemas espaciais (Weeden *et al.*, 2018).

Nesse rumo, Moltz (2019) chama a atenção para o fato de que, até 2010, os Estados Unidos conduziram a Política Espacial Nacional sem mencionar possíveis benefícios da integração de aspectos do programa espacial militar dos EUA com os de seus aliados. Não é por acaso que os países resolveram cooperar no setor espacial. A cooperação é fruto da mudança da situação política mundial e dos orçamentos restritos em todo o mundo. Os custos são elevados para investir no setor. Por isso, os principais países exploradores do espaço estão questionando quanto deveriam investir na área espacial (Figliola; Behrens; Morgan, 2006).

Em se tratando da disputa entre a China e os EUA, Bitzinger (2016) argumenta que existem poucas áreas em que a China é realmente competitiva com os Estados Unidos. Mas é no espaço sideral que Pequim está prestes a deixar o programa espacial dos EUA para trás. O programa chinês é bem financiado e apoiado internamente. E, até 1996, os lançamentos apresentaram várias falhas, com ocorrência de dois acidentes com foguetes, que deu causa a várias mortes. Mas a partir de 1997, os resultados mudaram. Desse ano em diante, a China teve 183 lançamentos espaciais comerciais com apenas três falhas. Entre 2012 e 2015, a China realizou 68 lançamentos espaciais bem-sucedidos, em comparação com os 72 dos Estados Unidos. Possivelmente será no espaço tripulado, que a China, realmente, se destacará em relação aos Estados Unidos.

No início dos anos 2000, a China entrou para o seleto clube de países que avançam em programas espaciais de grande escala. O programa chinês dirigido por militares, ao mesmo tempo em que conduz voos espaciais tripulados por civis, se empenha em uma série de atividades científicas e quase comerciais.

Em relação às disputas cibernéticas, Coast (2016) afirma que o governo chinês continuará visando o governo dos EUA, seus aliados e empresas americanas por meio da espionagem virtual. O objetivo dessa espionagem é acabar com as vantagens militares e comerciais dos EUA. Uma das práticas usadas é a invasão da indústria de defesa e das empresas comerciais estadunidenses em busca de informações científicas, técnicas e comerciais. Com isso, o progresso tecnológico está introduzindo novas ameaças em potencial que podem significar novos conflitos.

Mesmo que o setor de vendas de artefatos espaciais não esteja tão desenvolvido na China, esse mercado está crescendo rapidamente e alcançando vantagens entre os principais países exploradores do espaço, especialmente, nas últimas duas décadas. A China espera estimular o emprego de recém-formados e acelerar a inovação tecnológica para impulsionar o mercado aeroespacial. Por meio de suas instituições estatais e militares, o governo chinês está se movendo para cumprir planos ambiciosos de estabelecer presença na lua, construir uma grande estação espacial, desenvolver energia solar baseada no espaço e fazer mineração nos asteroides (Moltz, 2019).

Ainda segundo Moltz (2019), no geral, os desenvolvimentos, no campo espacial chinês, durante o período de 2000 a 2017, foram marcados por conquistas significativas em relação à Rússia e aos Estados Unidos. Embora, o programa espacial dos EUA continue a liderar o mercado aeroespacial no mundo, em termos de suas capacidades espaciais absolutas, não se pode prever que os Estados Unidos permaneçam na liderança para sempre. Mesmo que possua um setor comercial mais estruturado e crescente, além de aliados fortes econômica e tecnologicamente. O principal obstáculo enfrentado pelos programas espaciais da Rússia e da China, no século XXI, é o modelo de desenvolvimento espacial que impõe um papel dominante aos governantes.

Hilborne (2021) afirma que o programa espacial chinês é visto como um importante avanço da técnica. É resultado também de um aprimoramento em todas as áreas do poder nacional: político, econômico e militar. Os governantes chineses identificaram o espaço como uma área-chave para permitir à China realizar grandes ambições de poder, por isso fazem investimentos consistentes.

A China mantém uma agenda altamente competitiva, com o objetivo de eclipsar os EUA no espaço até os anos de 2050, sustentada por um conjunto de capacidades espaciais. A competição no espaço desencadeia tensões que exigem uma gestão cuidadosa para evitar que o espaço se torne um local de total hostilidade (Hilborne, 2021).

Nesse sentido, Weeden *et al.* (2018) afirmam que, embora as declarações oficiais chinesas sobre guerra espacial e armas sejam no sentido de manter propósitos pacíficos no espaço sideral, no discurso interno, a retórica é diferente. A China, recentemente, designou o espaço como um domínio bélico. Seus militares afirmam que o objetivo da guerra é alcançar a superioridade espacial. Isso significa que almejam ter capacidade de usar o espaço totalmente. Ao mesmo tempo conseguirem limitar, enfraquecer e destruir as forças espaciais de um adversário.

A partir dos autores destacados, podemos depreender que os Estados Unidos, Rússia e China desenvolvem seus programas e integram o mercado aeroespacial pensando e procurando não somente atender às crescentes necessidades tecnológicas: comunicação, observação da terra, navegação, ciência, meteorologia, desenvolvimento tecnológico, defesa, exploração espacial, voos etc.). Em paralelo, criam tecnologias ofensivas, prejudiciais e de destruição. Além disso, se empenham em desenvolver sistemas para produção de guerras cibernéticas. As pesquisas espaciais atuais produzem uma abertura de fronteiras para guerras em modalidades ainda não vividas.

No que diz respeito ao Brasil, Rollemberg (2010) afirma que o país começou a criação do seu Programa Espacial em 1960. Naquele ano, foi formada uma comissão com o objetivo de elaborar um programa nacional para a exploração espacial. Em 1961, o então presidente da república, Jânio Quadros, estabeleceu o Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Gocnae) subordinado ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Esse grupo mantinha suas atividades em São José dos Campos, dentro do Centro Técnico da Aeronáutica (CTA). Em 1963, o Cocnae se passou a ser chamado de Comissão Nacional de Pesquisas Espaciais (CNAE). Em 1964, foi estabelecido o Grupo de Trabalho de Estudos e Projetos Especiais (Gtepe). Em 1994, foi criada a Agência Espacial Brasileira (AEB), responsável pela coordenação do Programa Espacial Brasileiro.

Ainda segundo Rollemberg (2010), mesmo que o Programa Espacial Brasileiro (PEB), criado no início dos anos de 1960, tenha evoluído como uma das estratégias dos governos militares, que visava transformar o Brasil em uma potência de médio porte, a intensão sempre foi usar a tecnologia para fins pacíficos. Em consonância com os princípios do direito espacial internacional. Atualmente, os projetos e pesquisas, dessa área, visam alcançar interesses econômicos e geopolíticos regionais, embora sejam rigorosamente comprometidos com a defesa nacional.

Foi durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, entre 1961 e 1964, que aconteceram as primeiras ações na área espacial brasileira. Em 1961, foi instituída a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Cnae) em São José dos Campos/São Paulo, para planejar as políticas do setor. O programa encaixou-se no projeto de nação conhecido como “milagre econômico”. O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), situado em Natal (RN), foi inaugurado em 1965. Em 1966, o Gtepe foi modificado para Grupo Executivo e de Trabalhos e Estudos de Projetos Espaciais (Getepe) para desenvolver os trabalhos da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE) que passou a ser o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE). Em 1971, foi criado o atual Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais (Inpe) (Rollemberg, 2010). E, em 1983, foi inaugurado o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

As décadas de 1960 e 1970, para o Brasil, foram marcadas pela formação de cientistas na área espacial. Inicialmente, em parceria com a Alemanha e, posteriormente, com a França, com quem o Brasil assinou acordo para aquisição de tecnologia para desenvolvimento de foguetes de sondagem.

Durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), houve aproximação com a China e com os países africanos. Iniciou-se uma cooperação com a Alemanha na área nuclear. Já no governo João Figueiredo (1979-1985), houve a consolidação do Inpe. Até 1988, o país tinha cooperação com os Estados Unidos na área de experimentos aeroespaciais com foguetes de sondagem. Mas a crise fiscal, o endividamento, a estagnação econômica e a inflação, refletiram-se no andamento da Programa Espacial (Rollemberg, 2010).

No governo de José Sarney (1985-1990), foi criado o Ministério da Ciência e Tecnologia que impulsionou as atividades do Inpe, que firmou parceria com a China para desenvolvimento, fabricação e operação conjunta de satélites de sensoriamento remoto. A participação da China foi na proporção de 70% e a brasileira de 30%. Em virtude dessa parceria, houve forte pressão internacional, especialmente dos Estados Unidos, para que o Brasil assinasse o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).

Rollemberg (2010) chama a atenção para a condição de dependência externa do Brasil desde a criação do Programa Espacial. Mesmo, tendo implementado um programa espacial na década de 1960, não tem produção nesse campo. Atualmente é o terceiro maior usuário de imagens produzidas por satélites americanos. Quase meio século depois de trabalho e dedicação dos cientistas na área espacial, o objetivo de desenvolver foguetes de sondagem brasileiro, veículos lançadores e dominar as tecnologias de satélites para viabilizar as missões espaciais, parece distante.

Ainda segundo Rollemberg (2010), no Brasil, uma das principais diretrizes do orçamento destinado ao Programa Espacial Brasileiro (PEB) é fortalecer a indústria e promover maior envolvimento das universidades e centros de pesquisa. Na realidade, a indústria espacial brasileira não floresceu e poucas empresas conseguiram se manter na área. Aquelas que ficaram na atividade tiveram que diversificar os negócios, adentrando em outros setores, como os de armamentos e defesa.

A falta de resultados concretos do PEB é motivo de debate sobre o destino da política espacial brasileira. As discussões sobre os rumos do Programa acentuaram-se depois do

acidente na Base de Alcântara que matou 21 técnicos e cientistas durante a preparação para o lançamento do VLS-1, em agosto de 2003.

A instabilidade de recursos e os sucessivos contingenciamentos orçamentários são apontados como os principais fatores para a tragédia, demonstrando que, embora se tratasse de uma política estratégica nacional, o Programa Espacial não se apresentava à altura de sua missão, por decisões da área econômica do governo (Rollemberg, 2010, p. 26).

Para Rollemberg (2010), enquanto os outros países, como Rússia, Índia, China, Coreia do Sul, Japão e França, destinam, a cada ano, maiores cifras do orçamento para o setor espacial, o Brasil oscila e, às vezes, reduz o orçamento do setor para o orçamento do ano seguinte. Contribuindo com a argumentação, Ganem (2010) advoga que no Brasil, o orçamento permaneceu insuficiente ao longo dos anos e com tendência declinante.

Ainda de acordo com Ganem (2010), a falta de investimentos no setor, inviabilizou o avanço e a criação de uma base industrial forte. Vasconcelos (2010) argumenta que a instabilidade do fluxo de recursos, desde o início da década de 1990, causou grande atraso nos projetos e isso impactou negativamente o Programa Espacial Brasileiro.

Ganem (2010, p. 109) enfatiza que uma das razões para a insustentabilidade do Programa Espacial do Brasil, é a dissonância de entendimento sobre o assunto no país. Para o autor, há uma divergência entre a sociedade, o governo, a indústria e a academia, quanto a real importância da política espacial. Diferente dos países protagonistas onde essa política é considerada como fundamental. “Ora, em qualquer país que detenha tecnologia espacial, esta é compartilhada e considerada estratégica pelas diversas políticas de Estado, seja para defesa, como ocorre com a grande maioria dos casos, seja para o agronegócio, as comunicações, a proteção ambiental ou a meteorologia”.

Nesse sentido, Amaral (2010, p. 144-145) defende que o Estado, a sociedade brasileira e o Parlamento brasileiro não dão o devido valor à Política Espacial Brasileira: “Se o Parlamento se omite, a Universidade silencia, e a grande imprensa reflete e reforça a visão alienada e colonizada de nosso desenvolvimento, de nosso futuro. Também não foi possível despertar o empresariado brasileiro para o debate”.

Ainda para Amaral (2010), existe uma indiferença e menosprezo das classes dirigentes por não compreenderem a importância de determinados projetos estratégicos para o país, como é o caso do Programa Espacial Brasileiro. Ainda segundo esse autor, a sociedade civil e a política não acordaram da letargia e estão jogando fora “o futuro do país”.

Do ponto de vista de Amaral (2010), duas questões obstaculizam o avanço do Programa Espacial Brasileiro: (i) a dificuldade do Brasil em acompanhar o progresso

tecnológico de seus parceiros; (ii) e a quase inaptidão do governo para desenvolver projetos estratégicos. Estes projetos são aqueles que definem os grandes objetivos nacionais e condicionam os planos e as ações governamentais.

Nesse rumo, Ganem (2010, p. 110) salienta que, a Política Espacial Brasileira, para se firmar, deve ser tratada como uma política de Estado. Esse tipo de política tem correlação com “as demandas de ministérios, agências e empresas públicas ou privadas e envolvam a participação e o suporte político e orçamentário por parte desses atores”. Além disso, é preciso considerar o investimento em infraestrutura espacial como um gerador de riquezas, capaz de auferir externalidades positivas. Se o Estado aumentar os recursos da política espacial, haverá organização industrial e o surgimento de uma cadeia produtiva de pequenas e médias com as empresas de grande porte, “com capacidade de fornecimento de serviços e sistemas espaciais completos, inclusive para exportação”.

Com relação a situação da disputa territorial que acontece em Alcântara, Amaral (2010, p. 139) afirma que “a ideia era fazer daquele atrasado e pobre município, dependente da economia extrativista e de pura subsistência, um grande espaço de experimentação científica e tecnológico-espacial”. Mas, o Incra, com o respaldo da Fundação Palmares, considerou todo o território do município, exceto a área do atual CLA e a sede do município, como quilombola. Porque:

[...] o Incra intenta introduzir no julgamento dos impactos diretos e indiretos dos lançamentos, até aqui felizmente sem a anuência do Ibama, o conceito antropológico em substituição ao vigente conceito de área geográfica, e, assim, aceita essa tese, os estudos de impacto não se limitariam mais, como agora, às áreas e comunidades efetivamente atingidas, alcançando todas e quaisquer comunidades quilombolas do município, independentemente de proximidade ou não do CLA (Amaral, 2010, p. 139).

Amaral (2010, p. 140) afirma que, se o Estado não tomar as devidas providências, o Programa Espacial Brasileiro será inviabilizado no país. Com o tolhimento do PEB, “Alcântara conservar-se-á como jardim antropológico”. O autor defende que autonomia do território é que assegurará o futuro do Programa Espacial Brasileiro. E a autonomia do território e a consolidação do PEB, nessa perspectiva, são essenciais para que o Brasil possa controlar as fronteiras, a Amazônia e a expansão de atividades econômicas na costa atlântica, a exemplo do pré-sal. “A coleta de dados nesses campos não deve ser encomendada a terceiros países ou empresas” (Amaral, 2010, p. 144).

Alcântara é o município brasileiro que, proporcionalmente, possui a maior população quilombola. Os quilombolas têm uma organização social e produtiva diferente do modelo

estabelecido. No Brasil, é uma população que historicamente permaneceu marginalizada em relação a direitos, especialmente, no que diz respeito ao acesso e posse da terra.

Os quilombolas têm sofrido desde a implantação do CLA. Em virtude da disputa de terras, ameaças, perdas de território e deslocamentos forçados. Tudo isso tem provocado a desestruturação dos seus modos de vida dos quilombolas. Através da implantação do CLA, o Estado brasileiro agrediu os direitos de posse e uso das terras onde os quilombolas vivem secularmente.

Garantir a titulação da terra em nome das comunidades quilombolas não transformará Alcântara em um jardim antropológico. A titulação coletiva da terra é uma obediência ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. Esse dispositivo legal determinou que as comunidades quilombolas tenham o título definitivo das terras que ocupam.

Em Alcântara, o Estado brasileiro está atrasado em cumprir o que foi estabelecido em 37 anos. A falta da titulação tem motivado vários tipos de inseguranças: jurídica, alimentar, de moradia, de uso da terra. A falta do título da terra vem causando muitos constrangimentos e afetando a sobrevivência da população quilombola. Não é uma disputa entre pessoas comuns. Mas uma disputa entre quilombolas e representantes militares do Estado brasileiro.

Almeida (2022, p. 58) afirma que é preciso desconfiar de pensadores que defendem um nacionalismo excludente, apoiado numa suposta “unicidade étnica”. Essa segregação leva os povos excluídos para uma situação-limite. Há um roubo de tudo que o que lhes constitui, “não se pode roubar dos agentes sociais das comunidades a sua identidade quilombola sem lhes roubar também a sua humanidade”.

Nesse rumo, Paula Andrade (2014, p. 2) assevera que os quilombolas se estabeleceram no município de Alcântara desde o século XIX. Mas, seu modo de vida somente foi “radicalmente alterado na segunda metade do século XX, quando militares, ainda na década de 70, decidiram transformar praticamente todo o município de Alcântara em área de interesse para atividades espaciais a ser controlada pelo Estado”.

Sob a perspectiva jurídica, Camino e Menck (2010) defendem que o documento apresentado como relatório antropológico (laudo antropológico) elaborado pelo antropólogo e professor Alfredo Berno Wagner de Almeida, por solicitação do Ministério Público Federal, é uma tarefa que compete ao Incra. O laudo não poderia ter sido elaborado por um profissional que não se vincula a essa instituição. Assim, o relatório não pode ser considerado legalmente para delimitar a área quilombola.

Camino e Menck (2010, p. 256) defendem que é necessário aprimorar o relatório antropológico. Nele deve conter uma definição categórica da extensão territorial que deve ser destinada aos quilombolas. Para definição dessa área, é preciso considerar “os estritos limites da legislação vigente”. Afirmam ainda que, sem atender rigorosamente a legislação em vigor, “o processo de titulação das terras de remanescentes dos quilombos de Alcântara poderá incorrer em impropriedades, lapso ou incorreção, no âmbito do ordenamento jurídico atualmente vigente”.

Levando em conta os argumentos apresentados por Amaral (2010), Camino e Menck (2010), Ganem (2010), Rollemberg (2010) e Vasconcelos (2010), podemos compreender que o Programa Espacial Brasileiro realmente não se consolidou e se comparado com os programas de países como EUA, China e Rússia, está muito longe disso. Além disso, o país desconsiderou questões sociais, muito relevantes para implantação do CLA, no que diz respeito ao acesso à terra pelos povos originários, como é o caso dos quilombolas (Almeida, 2022; Andrade, 2014).

Por outro lado, a possibilidade do aumento das atividades de lançamentos, a partir do Centro de Lançamento Alcântara (CLA), geram expectativas lucrativas grandiosas em muitos defensores do Programa Espacial no país. Contudo, sem atividades concretas, o CLA se mantém como um jardim da fantasia ou reino encantado para seus representantes e defensores. A cada novo acordo assinado com algum governo estrangeiro, elaboram páginas e páginas no formato de um plano que se apresenta como sendo compostos por ações voltadas para desenvolver Alcântara.

Com essas ideias, enchem o imaginário deles e de outras pessoas. Através de palestras realizadas no município divulgam os planos e afetam o entendimento das pessoas que moram no município, mas que não são negativamente afetadas pela disputa territorial. Essa estratégia coloca mais lenha na fogueira. Aumenta as dificuldades dos quilombolas. Eles vivem uma disputa perpassada pela ideologia desenvolvimentista, na qual são vistos como entraves, não somente pelos representantes do Estado brasileiro, mas também por integrantes da própria sociedade alcantareense.

Vale salientar que a área de 8,9 mil hectares, que equivale à 89 km², é maior do que a área do município da Raposa que integra a região metropolitana da capital do Maranhão, São Luís. Essa área é quase igual a área inteira ocupada pela capital do estado do Espírito Santo, Vitória, que abrange 9,7 mil hectares.

No entanto, a soma da área que corresponde à 62 mil hectares ou 620 km² desapropriada para o CLA, pelos decretos estadual e federal em 1980 e 1991, é superior as

áreas de São Luís/MA que equivale à 582,9 km²; Maceió/AL, 509,32 km²; Porto Alegre/RS 495,39 km²; Curitiba/PR, 434,89 km²; é quase o dobro da área de Fortaleza/CE, 312,3 km²; é quase três vezes a área de Recife/PE, 218,8 km² e seis vezes a área de Vitória/ES, 97,12 km² (IBGE, 2019).

O CLA é um megaprojeto estatal que foi criado para inserir o Brasil na área espacial, mas não foi capaz de cumprir esse objetivo. Mas, inseriu as comunidades quilombolas de Alcântara numa disputa territorial inacabável contra o Estado brasileiro. É também um motivador para dividir a sociedade alcantareense.

2.5.2 Brasil e Estados Unidos: Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST)

Segundo a Agência Espacial Brasileira (AEB, 2019), o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) é um instrumento firmado entre o Brasil e os Estados Unidos que visa proteger as tecnologias espaciais dos Estados Unidos. O AST é um instrumento obrigatório para o uso do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Esse instrumento traduz-se em um pacto indispensável para alavancar as atividades no Centro Espacial Brasileiro e inserir o Brasil no mercado global de lançamentos de cargas ao espaço.

Os representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Ministério da Defesa e órgãos responsáveis pelo Programa Espacial Brasileiro, como Agência Espacial Brasileira (AEB) e Comando da Aeronáutica, defendem que com AST, as atividades de lançamento a partir do CLA aumentarão e isso trará forte desenvolvimento para Alcântara e entorno. Os recursos oriundos do aluguel da Base para os EUA contribuirão com o desenvolvimento nacional, regional e local.

No entanto o AST limita a autonomia e o controle do Brasil sobre o CLA. De acordo com o AST, são os Estados Unidos quem autorizam o Brasil a realizar lançamentos de foguetes e espaçonaves. Os lançamentos podem ser artefatos espaciais de quaisquer países, desde que, eles contenham algum componente fabricado pelos EUA. Durante as campanhas de lançamento, virão técnicos dos EUA para fiscalizar os artefatos que serão lançados e acompanhar o processo.

Assim, os representantes do governo brasileiro afirmam que o AST não versa sobre entrega ou controle do Centro Espacial pelos EUA. Asseveram ainda, que não foi pactuado acordo militar ou mesmo foi dada qualquer garantia de uso exclusivo pelos Estados Unidos. É uma autorização dos Estados Unidos ao Brasil para o lançamento de foguetes e satélites que contenham componentes estadunidenses. Eles dizem que a jurisdição do CLA continua sendo brasileira.

Desse modo, a Agência Espacial Brasileira (AEB, 2019) defende que o CLA é controlado exclusivamente pelo governo brasileiro, sob a jurisdição do Ministério da Defesa, e com a participação da Agência Espacial Brasileira (AEB), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Todas as atividades de lançamentos realizadas no CLA, em virtude do AST, ocorrerão sob a supervisão do Brasil.

Porém, segundo Almeida (2022, p. 16-17), o objetivo central do AST é evitar que outros países acessem as tecnologias dos Estados Unidos, mesmo que seja de um chip, que são utilizados na fabricação de foguetes e/ou satélites, classificados como “não-bélicos”, que serão lançados a partir da Base de Alcântara. E, para Bojikian, Mariano e Thomaz (2022, p. 2-3), o AST é um instrumento de proteção dos itens classificados como tecnologias sensíveis, “que, na verdade, são aqueles que fornecem ao país largas vantagens no âmbito militar e de inteligência”. O AST serve para resguardar essas tecnologias quando estiverem em território brasileiro.

Além disso, o acordo ergue barreiras de proteção à base industrial contra outros países, inclusive o Brasil. Reduz o risco de concorrência externa. É funcional dentro da estratégia do governo dos EUA que promove seus interesses com a participação velada do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo em que, representa significativos constrangimentos para a implementação da política espacial brasileira (Bojikian; Mariano; Thomaz, 2022).

O AST impõe ao governo brasileiro a atribuição de oferecer serviços de proteção às inovações tecnológicas dos EUA e de suas corporações privadas. Em território brasileiro, o governo deve garantir a proteção dos interesses do governo e empresas estadunidenses, tratando-se de “acordos monopolistas extremos” (Bojikian; Mariano; Thomaz, 2022, p. 46).

Nessa perspectiva, Almeida (2022, p. 44) assevera que segundo a lógica imperial de gestão de negócios, nesse tipo de acordo, a vantagem é somente para os estadunidenses. Na verdade, as vantagens são “para os que detém patentes e direitos de propriedade intelectual”. Nesse caso, são os EUA e as corporações privadas que “monopolizam a tecnologia espacial e restringem o acesso ao conhecimento necessário aos lançamentos, do próprio parceiro”, que é Brasil.

Também no entendimento de Almeida (2022), a partir do AST, resta, ao Brasil, a participação em exercícios militares conjuntos, aquisição de armas e produção de acessórios. Ainda que o discurso oficial afirme que o CLA será utilizado para atividades com fins pacíficos, é preciso refletir sobre a nova modalidade de imperialismo que surge no século XX e fica mais aparente no século XXI. Essa modalidade de imperialismo é fundada no monopólio da militarização do espaço. E pelo domínio das tecnologias espaciais por grandes corporações.

Além disso, de acordo com Almeida (2022, p. 55), a assinatura do AST não dá ao Brasil a “confiança mútua que lhe permita compartilhar de tecnologias produzidas pelos chamados ‘aliados’, ainda que aplicadas no seu próprio território nacional”. Assim, há uma interdição de acesso às tecnologias espaciais estadunidenses que entrarem no território nacional. O AST impõe um abandono ou recusa de “desenvolvimento tecnológico mais independente”. Situação que retira a autonomia científica brasileira para adentrar no mercado aeroespacial. A partir do AST não há permissão para o compartilhamento de conhecimento e de tecnologias, pois “nos termos do AST este acesso é explicitamente proibido”.

Frank A. Rose, que foi Secretário Adjunto de Controle de Armas, Verificação e Conformidade (2014 – 2017) do governo dos EUA, afirma que o objetivo dos EUA é garantir sustentabilidade, estabilidade, segurança e proteção ao longo prazo no ambiente do espaço sideral. Uma parte importante, em termos estratégicos, é buscar fortalecer a cooperação com aliados e parceiros para responder às ameaças. Assevera também, que os EUA têm grande vantagem em virtude das fortes parcerias de aliança e precisa continuar a aproveitá-la. Isso garantirá que adversários, em potencial, não alcancem seus objetivos quando se trata de um conflito no espaço sideral.

Entretanto, sem querer considerar os efeitos negativos do AST, agentes públicos, do Estado brasileiro, informam que o pacto não impedirá o desenvolvimento autônomo do Programa Espacial Brasileiro, tampouco, afetará a soberania nacional. Eles argumentam que encontrarão “soluções para promover a indústria brasileira, a cooperação tecnológica e ainda prestigiar a produção de conhecimento científico e pesquisas de alto nível” (AEB, 2019, p. 22).

De outro modo, Almeida (2002, p 53-54) entende, que o Acordo de Salvaguardas Tecnologias (AST) firmado no governo Bolsonaro, inclui-se, na verdade, em “uma etapa do imperialismo com características de dominação neocolonialista, conjugando o poder do Estado com as iniciativas de grandes conglomerados econômicos”. Esse acordo institui formas de dependência ao Brasil que permanecerá alijado no mercado aeroespacial. Apenas alguns empreendimentos mercantis, dos países centrais, possuem “conhecimentos tecnológicos específicos, concernentes a lançamentos e transportes de satélites e equipamentos destinados a controle climático, comunicação, segurança, cultivos agrícolas e exploração de novas reservas de recursos minerais, que transcendem aos estoques detectados no planeta Terra”.

Em termos econômicos e militar, Robinson (2018) defende que a militarização, que ocorreu na última década do século XXI, se trata de um novo ciclo de acumulação de capital e controle da sociedade civil. É um ciclo promovido pelo estado policial global com uso de

armas avançadas, sistemas de rastreamento, segurança e vigilância. A economia digital e o apagamento das fronteiras entre os setores militar e civil alavancam as atividades do capital em torno da especulação financeira e acumulação militarizada.

Diante do exposto, percebemos que, o Brasil não mudou sua performance de país periférico no sistema capitalista, mantendo-se subordinado aos ditames da economia dos países centrais (Marini, 1991; Santos, 1991; Bambirra, 2012). No capitalismo, há uma divisão econômica e de função entre as localidades que as mantêm no centro ou na periferia do sistema. O Brasil permanece na periferia do sistema capitalista. Isso mostra que os investimentos em grandes projetos de desenvolvimento não contribuíram para modificar o local ocupado pelo país no sistema. Trata-se de uma situação praticamente imodificável porque é estrutural, ratificando as teses desses autores.

A população dependente da terra, mas sem título de propriedade, é a que mais sofre com as investidas do Estado brasileiro e do capital para a implantação desses grandes projetos desenvolvimentistas. O desenvolvimentismo favorece apenas ao capitalismo. Para os grandes projetos há planos e destinação de recursos. Para os povos e comunidades tradicionais inexistem planos de desenvolvimento e recursos para projetos que beneficiem suas atividades. Para eles, há descaso, omissão estatal em relação ao cumprimento dos direitos constitucionais e os deslocamentos compulsórios prevalecem. O desenvolvimentismo dos grandes projetos, que é a forma de expansão do capitalismo para o meio rural, retira da população do campo, destituída da posse de meios produtivos, o recurso que é imprescindível à sobrevivência: a terra.

Porém, o modelo de desenvolvimento é sempre recriado e a nova roupagem justifica a busca incessante para desenvolver localidades consideradas como atrasadas. Atrasada em que? No modelo de desenvolvimento do capitalismo. É um modelo que expande os equipamentos do capitalismo, rodovias, ferrovias, portos, estruturas materiais. Mas para isso modifica, altera, destrói os modos de vidas dos povos e comunidades que existiam antes. Provoca o êxodo rural. O desenvolvimento que chega nessas localidades não trás empregos para a maioria dos moradores, trás desassossego, deslocamentos compulsórios e migração forçada pela falta de trabalho (Almeida, 1996; Rocha, 2006; Feitoza, 2018; Mendonça, 2018). Alcântara representa uma dicotomia extremada própria da expansão do capitalismo. É formada, majoritariamente, por quilombolas, mas sedia uma grande invenção do século XX, que é o CLA. É um empreendimento que representa o ápice da sofisticação tecnológica da modernidade. Requer profissionais com alta formação em tecnologia espacial. No entanto, não contribui positivamente para modificar as condições de vida da população local. Ao contrário, é o pivô

da disputa territorial e provoca vários danos às comunidades quilombolas, como veremos nos capítulos seguintes.

3 RACISMO: ELEMENTO ESTRUTURANTE DAS SOCIEDADES CAPITALISTAS

Mamãe, olhe o preto, estou com medo!
(Franz Fanon)

O presente capítulo tem como objetivo revisar as teorias sobre o racismo que é um elemento estruturante das sociedades capitalistas. Em especial, das formadas a partir do sistema de colônias, como é o caso do Brasil, que extraiu do negro grande parte da energia para sua formação econômica. O tratamento e a visão animalizada dada aos escravizados, pelos integrantes da sociedade aristocrática brasileira, deixou barreiras históricas e costumes arraigados. Condições que continuam amalgamando e justificando as discrepantes relações econômicas e sociais para a população negra e parda em relação a população considerada branca.

O racismo é uma prática discriminatória que leva em conta a ideia de que, a espécie humana é composta por diferenças raciais, sendo a cor da pele um forte diferenciador de tipos humanos. Essa ideia foi pesquisada por profissionais na área de saúde e não foi comprovada, cientificamente diferenças cognitivas nas pessoas por causa da cor. No entanto, ao longo dos séculos, uma diferenciação nesse sentido foi tida como uma verdade. Isso resultou na divisão da espécie humana e em motivações para garantir privilégios e vantagens para alguns e prejuízos em vários aspectos para outros. O problema é que, as descobertas no campo biológico não foram capazes de romper com os preconceitos e práticas já estabelecidas historicamente e socialmente.

O racismo é um elemento constituinte das relações sociais, econômicas, políticas e históricas. Foi estruturado nas sociedades por meio da ideologia dominante, através da cultura que conjuga hábitos, crenças e conhecimentos da população. O propósito é explorar determinados povos e aniquilar suas culturas através da imposição da cultura colonizadora sobre esses mesmos povos, como explica Fanon (2018), Munanga (2012, 2022) e Mbembe (2014), citando alguns. As justificativas biológicas utilizadas para sustentar as práticas de racismo não foram comprovadas. Porém, a diferenciação racial foi estabelecida culturalmente e a prática do racismo consolidou-se nas relações sociais.

Em termos científicos, no que diz respeito à constituição biológica (células, moléculas, partículas, órgãos, cérebro), foi comprovado que não existem diferenças entre pessoas em virtude da cor. O conceito de raças não vale para a espécie humana. O humano não é classificável, divisível por diferentes capacidades, a exemplo das espécies de animais como cão, gato ou cavalo, por exemplo. Para Munanga (2003), esse problema começou quando o

ser humano, classificar o que existe. Acreditaram que precisavam classificar as pessoas também.

Primeiramente, distinguiram os seres animados dos inanimados; os minerais dos vegetais e os vegetais dos animais. Com relação ao ser humano, no século XVIII, a cor da pele foi considerada um critério fundamental para classificar e distinguir as raças. Como não foi suficiente, no século XIX, acrescentaram, ao critério da cor, outros elementos como forma do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, o ângulo facial etc. No século XX, graças aos avanços das pesquisas em genética humana, componentes químicos do sangue passaram a ser utilizados e foram mais decisivos para consagrar, definitivamente, a divisão da humanidade em raças como grupos de sangue e doenças hereditárias.

No entanto:

[...] o cruzamento de todos os critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças. As pesquisas comparativas levaram também à conclusão de que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes à uma mesma raça podem ser mais distantes que os pertencentes à raças diferentes; um marcador genético característico de uma raça, pode, embora com menos incidência ser encontrado em outra raça. Assim, um senegalês pode, geneticamente, ser mais próximo de um norueguês e mais distante de um congolês, da mesma maneira que raros casos de anemia falciforme podem ser encontrados na Europa, etc. Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade (Munanga, 2003).

Desse modo, o conceito de raça, do ponto de vista biológico, morfológico ou genético, para classificar a espécie humana decaiu. Porém, no sentido histórico, social e político não. Munanga (2003) argumenta que “é um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação”. Para o autor, o problema da raça é social e político. Geneticamente, não existem diferenças. A distinção se impõe nas relações entre as pessoas, pois o racismo “existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas” (Munanga, 2022, p. 121).

A questão central no racismo é motivar a hierarquização na espécie humana. Foram criadas justificativas que amparam a discriminação e o preconceito culturalmente. Assim há uma perpetuação dessas práticas nas relações sociais. Atualmente, as diferenças culturais e identitárias são suficientes para a prática do racismo. Como foram enraizadas na cultura e práticas cotidianas, dispensam conceitos biológicos para se sustentarem.

Ficou comprovado, a partir de várias pesquisas, que a espécie humana é única. Inexistem razões científicas para diferenciar as pessoas, como nos ensinam Munanga (2003,

2014, 2022) e Almeida (2019). No entanto, no Brasil, o racismo está entranhado na cultura e, consequentemente, nas instituições públicas (Gonzalez, 2020). Fato observado nos espaços de poder e decisão do país (Fernandes, 2008; Schucman, 2014; Nascimento, 2016; Borges, 2018).

3.1 Racismo e Cultura

De acordo com Fanon (2018), o racismo é constituído culturalmente e permanece renovado nas relações e comportamentos. Mas existem culturas com racismo e outras sem. Nas culturas com racismo, há um tipo cultural que se desenvolve, ganha dinamismo e se mantém dominante. Nesses locais, a cultura do povo oprimido é pilhada, desestruturada, ridicularizada. O objetivo fim é extinguir os valores e esquemas culturais do povo dominado. Fanon (2018, p. 82) adverte que, o racismo se transmutou paralelamente com as formas de produção, camuflou-se assim como as técnicas de exploração com o fim da escravidão. Por isso, “é preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade”.

Ainda segundo Fanon (2018, p. 84), não é difícil observar o racismo nas sociedades, pois as práticas, em relação a determinado grupo social ou localidade, não são escondidas ou dissimuladas. Dessa forma, não são necessários esforços exagerados para identificá-las. O racismo é notado nas formas de “exploração desavergonhada de um grupo de homens por outro”. Para ele, não existem meios termos, “uma sociedade é racista ou não o é. Não existem graus de racismo” (Fanon, 2018, p. 87).

Segundo Mbembe (2014, p. 4), o negro não existe. Trata-se de uma reiterada construção social que entrou em uso no século XVI. Essa construção foi produzida com o objetivo de explorar. Foi uma prática que rendeu muito, principalmente, no sentido econômico. Os brancos donos dos meios de produção, lucraram muito. “Produzir o Negro é produzir um vínculo social de submissão e um corpo de exploração, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor, e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento”.

Em se tratando do racismo no Brasil, Munanga, durante entrevista, defende que, o racismo na sociedade brasileira é um crime perfeito com morte dupla. Embora esteja presente nas diferentes relações cotidianas, os racistas não assumem seu preconceito e a população não se conscientiza da permanência dessa prática na sociedade. Munanga afirma que: “Não vemos o carrasco do racismo porque ele não se assume como tal. Assim, é uma morte física e da consciência do negro. A segunda se dá pelo silêncio, pelo não dito que impede que a vítima e a população tomem consciência de que o racismo existe” (Miguel, 2016).

Durante a citada entrevista, Munanga exemplifica o racismo estrutural brasileiro, observando dados da sociedade baiana:

Os negros são ainda subrepresentados em todos os setores da vida nacional. Olha, por exemplo, o estado da Bahia: 76% da população baiana é de pretos e pardos. Mas onde estão? Se você for para a Universidade Federal da Bahia, não vai encontrar. Graças às cotas, estão chegando agora a 35%. Se você vai na Assembleia Legislativa da Bahia, você encontra quantos negros? Quem dirige o Estado? São brancos (Moncau, 2022).

Para Munanga (2022, p. 123), o racismo é uma ideologia que perpassa todos os conceitos. Sendo assim, mesmo após a ideia de que, biologicamente, a espécie humana não pode ser dividida em “raça”, o racismo integra o comportamento social e persiste. A divisão racial não existe biologicamente, mas “histórica e socialmente ela existe, pois no passado e no presente ela produz e produziu vítimas”.

Por isso, ainda que não tenha legitimidade científica ou racional, a divisão humana em raça permanece atravessando as relações das pessoas e não pode ser ignorada. Por isso, em entrevista, Munanga adverte que: “O racismo é um gigante. É um monstro de grande complexidade” (Moncau, 2022). Para Munanga (2022, p. 122) é uma prática que, no país, pode ser dissolvida se houver investimento em uma educação e socialização “que enfatizem a coexistência ou a convivência igualitária das diferenças e das identidades particulares”.

Segundo Almeida (2019), a classificação da espécie humana em raças está relacionada à expansão comercial burguesa e à cultura renascentista que elegeu o homem branco e europeu como o ser humano padrão, tornando-se central e universal no capitalismo que se expandia. Nesse processo expansionista, os humanos integrantes de culturas não europeias, foram percebidos e tratados como inferiores. Passaram a ser alvos de destruição e morte, de espoliação e de aviltamento. Esse processo foi denominado de colonialismo.

A definição de Almeida (2019, p. 22-23) para racismo, preconceito racial e discriminação racial são precisas:

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.

Em se tratando do racismo estruturado no Brasil, Gonzalez (2020, p. 130) aduz que:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada por cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos sistemas ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca comprova sua eficácia e os efeitos de desintegração violenta, de fragmentação da identidade étnica por ele produzidos, o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça e da própria cultura.

Para Almeida (2019), o racismo, no Brasil, se expressa em diferentes formas de relações sociais, individuais ou institucionais. As novas formas de expressão do racismo são mais de cunho institucional e estrutural do que individual. Para o autor, as instituições brasileiras são racistas porque a sociedade é racista. Assim, todas as esferas que constituem a sociedade economia, política e direito, são atravessadas pelo racismo.

Segundo Fernandes (2008), no Brasil, a população negra ocupa um lugar subalterno. Esse lugar comprova a expressiva manifestação do racismo estrutural interno. A subalternidade, pode ser percebida na ausência ou pouca representatividade da população negra nos espaços de poder e decisão do país. No número reduzido de pessoas de cor preta em empregos com elevada remuneração e cargos gerenciais. O padrão é os negros ocuparem subempregos, nas residências de empregados domésticos ou faxineiras sem direitos trabalhistas. Nas empresas, fazem vários pequenos serviços: ou serviços gerais, trabalham com limpeza, como motoristas ou cozinheiros. Em sua maioria, são trabalhos que exigem pouca escolaridade e pagam baixos salários.

Nesse contexto, Almeida (2019, p. 66) explica que, há uma divisão racial do trabalho. Com diferenças cruciais em termos de remuneração e exposição a agentes nocivos:

[...] “pode ainda ser amplamente constatada nas sociedades contemporâneas, pois mesmo em países onde o racismo não é abertamente praticado pelo Estado ou em que há leis antirracistas, indivíduos pertencentes a grupos minoritários recebem salários menores e estão mais expostos a trabalhos insalubres ou precarizados.

No entendimento de Schucman (2014), são renovadas as formas de manutenção de um sistema que historicamente privilegia sujeitos brancos na estrutura social vigente. Há uma predominância branca nos espaços institucionais. Nas instâncias de poder e decisão. E um predomínio de negros nos lugares subalternos; entre as vítimas de homicídios (Nascimento, 2016) e no sistema prisional (Borges, 2018).

Assim, a partir de Mbembe (2014), Fanon (2018), Almeida (2019), Munanga (2022), entendemos que o racismo é um elemento constituinte não apenas das relações sociais, mas também das relações políticas, históricas e culturais. Portanto, é alicerce da estrutura social.

As concepções de Munanga (2003, 2014, 2022) e Almeida (2019) sobre a divisão racial do trabalho são percebidas em Alcântara. As comunidades trabalham com produção agrícola e pesca. O excedente produtivo é comercializado no município e enviado para São Luís. Todos as manhãs, tem um local no centro de Alcântara, onde são comercializados pescados vindos das comunidades localizadas no litoral. No entanto há pouco reconhecimento desse trabalho por moradores do núcleo urbano.

A maioria da população de Alcântara é negra. Como já foi dito, 84,6% se autodeclararam quilombolas. Segundo o vereador Lazico, as comunidades precisam aproveitar a expansão da área do CLA e o remanejamento compulsório para evoluírem. Devem morar em local com asfalto, calçamento, ter escola de qualidade. Entende que a saída da zona rural é uma oportunidade. As famílias precisam tirar proveito disso: “Não podem fechar os olhos e dizer que não, que não vão sair, que não aceitam progredir”²⁰.

Um dos empresários do ramo do turismo, falando sobre a falta de mão de obra para trabalhar nas pousadas, fez o seguinte comentário sobre as mulheres das comunidades: “enquanto tiver Bolsa Família, ela vai parindo. Uma coisa que contribui bastante pra galera também se acomodar e não trabalhar, são esses programas governamentais aí de auxílios”²¹. Em outro momento, nas primeiras visitas que fizemos município, durante uma conversa informal com outro empresário sobre a história e a produção de Alcântara em séculos passados. Ao ser perguntado sobre a produção da agricultura na atualidade, ele respondeu com certa impaciência e frustração: “em Alcântara agora só tem produção de menino. O povo daqui só sabe fazer menino”.²²

Essas falas me levaram a pensar sobre o índice de natalidade de Alcântara. Segundo dados do IBGE, houve uma redução do total de crianças com idade de até 5 anos de 44,4%, na comparação de 2022 com 2010. Enquanto, no Maranhão, a queda foi de 19,4% e, no Brasil, de 8,3%. Dessa forma, em Alcântara, as gestações reduziram, consideravelmente, nos últimos anos. Também fiquei pensando sobre as famílias que conheci e a quantidade de filhos que tinham, tanto nas comunidades (Vista Alegre e Mamuna), na sede e agrovilas. Onde tive contato com maior número de famílias foi em Vista Alegre e na sede. Das famílias

²⁰ Entrevista de pesquisa concedida pelo vereador Lazico, em 27 de abril de 2021.

²¹ Anotação em caderno de campo em 2 de agosto de 2020.

²² Anotação em caderno de campo em 22 de abril de 2021.

entrevistadas (capítulo 7), a família com maior número de filhos é a de seu Orlando e Dona Ana Célia, tiveram 11 filhos. A maioria das famílias tem no máximo quatro filhos e, em média, dois filhos.

Dona Ana Célia ou dona Queinha, como é chamada por todos, é uma mulher muito trabalhadora, não interrompe suas atividades para conversar. Vai lavando louças, limpando peixe, descascando abóbora ou mandioca, que colhe no próprio quintal, enquanto conta uma e outra história. Em nenhuma visita que fizemos, dona Ana Célia sentou-se para conversar, está sempre muito ocupada. Além dos afazeres domésticos, conta sobre as noites de pescarias que faz com seu Orlando. Dos 11 filhos que tiveram, todos tem idade acima de 20 anos. Devem ter sido beneficiados pelo Programa Bolsa Família (PBF) pelos filhos mais novos, mas não por todos, já que o PBF passou a vigorar no país em 2003.

Fotografia 1 - Dona Ana Célia²³



Fonte: Acervo pessoal de Dona Ana Célia.

²³ Ela registou o momento em que ajudou seu Orlando a descarregar o barco. Ela contou, que naquele dia, a pescaria foi muito boa.

Fotografia 2 – Seu Orlando²⁴

Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

A teoria do racismo estrutural também explica uma parte dos problemas enfrentados pelos quilombolas em Alcântara. Com o passado marcado pela herança escravagista enfrentam a disputa territorial contra representantes do Estado brasileiro dirigentes do CLA, enquanto, os representantes do poder público local, como vereadores, permanecem inertes às investidas desse mesmo Estado. No capítulo 7, veremos que vereadores e se posicionam como sendo favoráveis aos interesses dos representantes do CLA que desejam expandir sua área.

Apesar de no município ter pouquíssimas pessoas brancas em sua população, a ideologia da classe dominante entranhou-se no pensamento dos alcantarenses, inclusive de vereadores, que nasceram e vivem em comunidades quilombolas. A ideologia é algo que se internaliza nas pessoas. Embaça a percepção de muitos. Nesse sentido, a afirmação de Munanga em entrevista concedida ao IEA-USP de que o racismo “É um monstro de grande complexidade”, permeia amplamente as relações sociais de Alcântara.

É necessária compreensão de que o racismo é uma prática execrável, que acompanha o capitalismo e foi cultivada pelos europeus atingindo impiedosamente os povos com cor de pele diferente das deles. A intenção inicial e reiterada, século após século, é incutir a ideologia dos povos que são dominantes no capitalismo central. Com isso, podem continuar aniquilando

²⁴ Ele mostra alguns dos peixes da caixa de isopor, que tinha pescado na madrugada do dia 15 de junho de 2024.

a cultura e dos povos e das comunidades da periferia para que o capitalismo continue expandindo, através da expropriação dos seus territórios e extinção de seus modos de vida.

As pesquisas nesse campo (Mbembe, 2014; Fanon, 2018; Almeida, 2019; Munanga, 2022, e outros), têm servido para mostrar que o racismo é uma prática a serviço da elite branca. Portanto, pode e deve ser alterada. Uma prática perigosa e perversa, utilizada para oprimir, subalternizar, ridiculizar, expropriar, espoliar, exterminar determinados grupos populacionais. Lentamente, surgem novos direitos em favor desses grupos populacionais que contribuem para que, as práticas do homem branco e do capitalismo sejam questionadas e abandonadas. Mas a luta contra a ideologia dominante, é árdua, morosa. A mudança de comportamento nas relações sociais em uma sociedade racista não apresenta somente movimento progressivo. Retroage. Reitera. Mantém-se.

3.2 Racismo estrutural brasileiro

Anos de escravidão, marcados por privilégios das pessoas brancas em detrimento das pessoas com cor da pele diferente, naturalizaram variadas formas de violências físicas e psicológicas. Introduziram padrões na sociabilidade brasileira que não serão alterados sem enfrentamentos individuais, coletivos e jurídicos. Moura (1983, p. 1) explica:

E, por isto mesmo, os quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmação do ethos do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis, os seus valores e contravalores, o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente.

No Brasil, o modelo escravista colonial foi substituído pelo capitalismo dependente (Moura, 1983). No capitalismo dependente, a população negra deixa de ser escrava, mas não tem lugar na sociedade do trabalhador assalariado. A cor e a herança de subjugação permanecem na memória de todos, nas histórias e relatos que passaram de geração para geração. Justificativas para a manutenção do racismo são feitas com argumentos distorcidos que não causam constrangimentos. Ao contrário, causam certo orgulho e exaltação por parte daqueles que estão do lado dos que se consideram privilegiados.

O capitalismo se expande, ocupa cada rincão. O racismo e o preconceito seguem juntos. Não permitem que trabalhadores da população negra integrem o exército industrial de reserva. Esses trabalhadores permanecem marginalizados no novo modelo econômico (Moura, 1983). Os brancos não querem e não permitem que os negros estejam nos mesmos locais que eles. Não há uma proibição legal, mas as condições de vida sim. Um dos pontos

mais críticos é o acesso, por integrantes da população negra, a ensino de qualidade. Isso dificulta a entrada deles em cursos universitários, como também, em muitas instituições públicas via concursos. As vagas são disputadíssimas, têm mais chances de passar aqueles que têm vantagens em termos de qualidade de vida (moradia, alimentação, horas e qualidade de estudo).

Segundo Moura (1983, p. 134), as razões, que firmaram a sociedade brasileira em alicerces de preconceito e discriminação racial são econômicas e culturais: “O negro é colocado na base do sistema de exploração econômica e transformado em símbolo negativo desse tipo de sociedade”. O período colonial deixou instalada uma sociedade dividida pela cor que promove privilégios para uns e restrições para outros.

De acordo com Gonçalves (2018), o período colonial estabeleceu a divisão racial do trabalho. Nessa divisão, o negro faz tudo aquilo que o branco não tem interesse em fazer. Portanto, o negro não se constitui em classe laboral. “Expulsão, isolamento, violência sacramentaram o percurso que classificaria os(as) negros(as) como suspeitos(as) preferenciais ou classes perigosas, antes mesmo de terem a possibilidade de se constituírem como classes laboriosas” (Gonçalves, 2018, p. 518).

Para Moura (2019, p. 154), a população negra é “o polo negativo dos brancos e do sistema capitalista”. Esse fato explica a razão de permanecer nas mais baixas camadas de empregos e melhorias sociais do país. A sociedade brasileira, em sua organização econômica, social e produtiva, assim como, as instituições do Estado foram constituídas a partir da separação e privilégio da população branca em relação as pessoas de cor preta. O funcionamento da sociedade brasileira foi concebido com base no racismo.

Mesmo que o Estado brasileiro, nos últimos anos, tenha legislado contra o racismo, há uma naturalização das desigualdades de condições entre as pessoas, por causa da cor, que perpassa as instituições públicas e privadas. Nessas instituições são percebidas exclusão e sub-representação da população negra (Bento, 2022a). Durante uma entrevista Bento declara que: “Não são as pessoas isoladamente que praticam a violência, as instituições são violentas, elas vão criando uma certa naturalização de comportamentos violentos no cotidiano” (Bento, 2022b).

Bento (2022a) destaca ainda que, as pessoas da pele branca ocupam os lugares de decisão e poder. Com isso, os discursos e ideologias são atualizados. Mantêm-se as desigualdades e violências contra a população negra.

Em sociedades desfiguradas pela herança do racismo, a preferência de um mesmo perfil de pessoas para os lugares de comando e decisão nas instituições financeiras, de educação, saúde, segurança etc., precariza a condição de vida da população negra, gerando desemprego e subemprego, a sobrerrepresentação da população negra em situação de pobreza, os altos índices de evasão escolar e mau desempenho do alunato negro e os elevados percentuais de vítimas negras da violência policial (Bento, 2022, p. 49-50).

Nesse sentido, Oliveira (2016) argumenta, que o racismo é uma relação social que se consolida através da ideologia. Matrizes de opressões foram e continuam sendo estruturadas no autoritarismo social. Adverte que faltam reflexões acerca da estrutura do racismo. Isso impede o avanço ao enfrentamento das atitudes racistas. O autor elenca três razões que justificam essa argumentação:

- 1) A primeira e mais importante delas é a redução ou perda de uma visão do Estado brasileiro em sua dimensão institucional e histórica, como um aparelho construído e edificado para a manutenção de um capitalismo singularizado pela dependência externa, concentração de riqueza e racismo estrutural;
- 2) A segunda questão decorre da primeira, é o afastamento do debate ideológico no campo da sociedade civil;
- 3) [...] a terceira consequência é o afastamento do debate do combate ao racismo das questões mais estruturais do capitalismo brasileiro (Oliveira, 2016, p. 34).

Bento (2022, p. 130) destaca que há um ganho de consciência ao se, “perceber que o racismo existe mesmo sem sofrê-lo é um passo importante na vida da pessoa branca”. Mas se pode descuidar na observação dos contrassensos na atuação das pessoas brancas em relação as pessoas pretas.

Ou seja, ao olhar para os absurdos pelos quais passam pessoas negras, devemos focar nos absurdos que fazem pessoas brancas. Os silêncios e apagamentos são típicos do processo de perpetuação da opressão e a incapacidade de enxergar o mundo branco como racializado e as ações racistas é fator de impulso para a continuação desse sistema.

Desse modo, Moura (1983) ressalta que o legado da escravidão, no Brasil, deixou marcas profundas na sociabilidade do país, que requer enfrentamentos individuais, coletivos e jurídicos para serem superadas no capitalismo dependente. E Oliveira (2016) e Bento (2022a) afirmam que a estrutura racista no Brasil é baseada na ideologia. Na ideologia são criadas e consolidadas opressões e autoritarismos nas relações sociais.

Além disso, Bento (2022a) ressalta a importância de as pessoas brancas reconhecerem a existência do racismo. Já Gonçalves (2018) afirma que a divisão racial do trabalho estabeleceu que os negros fiquem com o trabalho que os brancos dispensam. Os trabalhos que

os brancos não querem fazer. Isso implica em baixa remuneração para os negros e no impedimento deles se constituírem como classe laboral.

A partir dos estudos realizados em Alcântara, podemos depreender que os quilombolas tiveram a possibilidade de constituir-se e reproduzir-se em comunidades, mas não tiveram, até o presente, o reconhecimento de seus modos de vida e do direito à posse da terra por parte do Estado brasileiro. E, no capitalismo, não passaram a ocupar um lugar na classe dos operários, como afirma Gonçalves (2018).

Além disso, percebemos que há um agravamento nas relações sociais internas para os quilombolas. Os quilombolas são vistos com empecilhos ao desenvolvimento do CLA por uma parte dos alcantarenses. A classe mais elitista do município entende que eles podem ser deslocados compulsoriamente para que o CLA possa expandir-se. Depoimentos de vereadores e empresários serão apresentados no último capítulo.

Os quilombolas passaram a ser símbolo negativo (Moura, 2019) ao desenvolvimento e progresso do município. O CLA é visto como a possibilidade de modificar a infraestrutura, os indicadores sociais e econômicos do município. Mas a ocupação da terra pelas comunidades impede que isso aconteça. Representantes do Estado brasileiro afirmam que expansão do CLA será capaz de “promover negócios, emprego e renda que devem gerar riqueza e trazer qualidade de vida a todo o País, especialmente à população da região de Alcântara-MA” (CGEE, 2023).

Visando ampliar a atual área do CLA e transformá-lo no Centro Espacial de Alcântara, vários estudos e narrativas são criadas por representantes do Estado brasileiro. O projeto “Pensar Alcântara 2040” foi escrito por técnicos do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Ciência, Tecnologia e Inovação (CGEE), integrante do Ministério de Ciência e Tecnologia (MICT). O projeto se traduz em um panorama de como o CEA promoverá o desenvolvimento em Alcântara.

As instalações principais do CEA devem se concentrar em Alcântara-MA. Contudo, o CEA encerra infraestruturas espaciais em todo o território nacional e catalisa diversas atividades em seu entorno, onde devem instalar-se centros de pesquisa, universidades e indústrias.

[...] O CEA se inclui no rol de empreendimentos que catalisam e impulsionam investimentos no País. Apresenta-se, assim, como um indutor de desenvolvimento regional e de crescimento para a sociedade brasileira como um todo.

[...] O projeto Pensar Alcântara 2040 visa identificar as principais potencialidades do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e delinear ações que produzam impacto empreendedor na região e que contribuam com o Programa de Desenvolvimento Integrado do Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA). Entre os objetivos do projeto, está o levantamento de demandas existentes por negócios e soluções para atender o desenvolvimento das atividades espaciais do CLA e que fortaleçam a competitividade e economia da região de Alcântara/MA.

Principalmente, no que diz respeito aos aspectos socioeconômicos da região e ao fluxo de recursos e atendimento às pessoas vindas do exterior que serão advindos das atividades espaciais (CGEE, 2022, p. 9, grifo nosso).

Ideias preliminares do projeto foram debatidas numa reunião no auditório do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) de Alcântara, no dia 23 de julho de 2021. Nesta, estivemos presentes. A apresentação foi feita por militares. Alguns trabalham no CLA, outros vieram de fora do estado. Usando fardas e medalhas apresentaram propostas que estariam contidas no “Pensar Alcântara 2040” para uma plateia não muito numerosa. Mandaram ônibus nas comunidades quilombolas para trazer interessados em participar da reunião.

As ideias apresentadas convenceram uma parte dos participantes. Alguns jovens quilombolas, que moram nas comunidades, perguntaram como poderiam ser beneficiados. Os cursos que poderiam fazer, que empregos chegariam. As respostas eram vagas, mas otimistas. O prefeito do município, à época, Padre William Guimarães da Silva, integrou a comissão do CLA para apoiar o debate. Mas outros alguns quilombolas, a exemplo de Sérvulo Borges (Borjão), que é militante quilombola do Movimento Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), estava alerta. Questionou o plano e a capacidade do CLA em levar o desenvolvimento para o município. Ele disse que aquela conversa existe a mais de 40 anos. Sem resultados.

De acordo com Alentejano e Tavares (2019, p. 194), todas as atividades de grande projeto de desenvolvimento,

[...] de modo geral não são implantadas em função de demandas locais, mas de demandas vindas de outras escalas. Ao mesmo tempo dependem dos lugares para sua existência, e dessa forma precisam de uma série de instrumentos e meios de legitimação para sua aceitação ou imposição. Esses meios vão desde estratégias de convencimento até o uso da força. Passam por discursos sobre o desenvolvimento nacional, a geração de emprego, programas sociais e compensações ambientais, até a utilização de dispositivos jurídicos para desapropriações, decretos de utilidade pública, etc.

Desse modo, os representantes do Estado brasileiro passam a ideia de que a expansão da área do CLA para ser transformado em CEA, que certamente extinguirá comunidades quilombolas, mudará positivamente a vida dos moradores de Alcântara. São ideias que fascinam alguns. Embora o CLA não tenha produzido melhorias socioeconômicas positivas no município, até o momento.

3.3 Estado brasileiro e prática do racismo

De acordo com a cronologia histórica, o Brasil começou a ser explorado economicamente pelos europeus em 1500. Desde então, passaram-se 524 anos. As práticas europeias instalaram no país, o regime escravagista que perdurou, aproximadamente, por 388 anos, até 1888. A escravidão é uma prática proibida há apenas 136 anos. Moura (1983) e Bento (2022a) alertam que os quatrocentos anos de escravidão produziram uma prática social discriminatória que se firma na violência institucional.

Bento (2022a) afirma que, no Brasil, as instituições são violentas. Ações racistas e discriminatórias são perceptíveis na legislação brasileira. Após 136 anos de banimento da escravidão, a igualdade legal dos direitos das pessoas, em virtude da cor, foi instituída constitucionalmente, apenas em 1988.

Em 1989, foi publicada a Lei nº 7.716/89 que criminaliza o racismo e a injúria racial. A injúria racial passou a ser considerada crime, equiparada ao racismo, passível de penalização legal, somente em 2023. Mas, o Estatuto de Igualdade Racial foi aprovado em 2010. Todos esses dispositivos legais publicados nos anos recentes comprovam a dificuldade dos legisladores do Estado brasileiro em reconhecer os direitos das pessoas pretas. A quantidade de legislação para combater a prática do racismo evidencia o quanto a sociedade brasileira é racista. Leis são necessárias para alterar a sociabilidade marcada por violências discriminatórias, mas não são suficientes.

Existem variadas concepções acerca da atuação do Estado. Algumas pretendem justificar a forma de condução dos seus representantes, enquanto outras criticam. As perspectivas que pretendem manter as relações da sociedade no contexto atual, defendem a atuação do Estado. São percepções que advogam em favor da ideologia da classe dominante, advinda de uma interpretação superficial da forma de agir do Estado.

Nesse sentido, o ente estatal é entendido como sendo imparcial na sua atuação. Seus representantes exercem ações desinteressadas em prol de todos os cidadãos. Trabalham para garantir isonomia nas relações e condições socioeconômicas da população. Nesse entendimento, o Estado é visto como o responsável maior pelo bem coletivo Meirelles (2004) e di Pietro (2004).

De acordo com Meirelles (2004), todo aparelhamento do Estado é organizado e preordenado para atender e satisfazer as necessidades coletivas. No mesmo sentido, di Pietro (2004, p. 95) afirma que os serviços estatais consistem em “toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente ou por meio de seus delegados, com o objetivo

de satisfazer concretamente às necessidades coletivas, sob o regime jurídico total ou parcialmente público”.

Porém, existem perspectivas críticas que divergem das teses de Meirelles (2004) e di Pietro (2004). Segundo autores como Gramsci (2001; 2020), Harvey (2005) e Marx e Engels (1999), o Estado, no capitalismo, tem funções mais complexas e não trabalha para atender os interesses coletivos. É um ente criado para amparar as demandas dos grupos que detêm os meios de produção e conduzem a economia de grande escala.

Segundo Gramsci (1999), há um grupo dominante que adota uma ideologia de poder para resolver os conflitos e contradições, de forma consensual, com manutenção da dominação econômica. A preservação da ordem econômica “estabelecida”, exige repressão e coerção por parte dos aparelhos do Estado para assegurar disciplina social a fim de evitar tensões e revoltas em virtude das desigualdades econômicas, injustiças, abusos de poder, crises econômicas e políticas.

Segundo Gramsci (2001) existem intelectuais que trabalham para manutenção da ideologia dominante no capitalismo. Eles se dividem entre intelectuais urbanos dos intelectuais rurais dentro do capitalismo. Os intelectuais urbanos acompanharam o desenvolvimento industrial e as suas mudanças, em geral, se submetem aos processos de padronização determinados pela classe dominante. Os intelectuais rurais são considerados como “tradicionais”, vinculados às massas populacionais do campo e à pequena-burguesia.

Segundo Gramsci (1991, p. 23), os intelectuais rurais exercem forte influência sobre os camponeses.

[...] em contato a massa camponesa com a administração estatal ou local (advogados, tabeliães etc.) e, por esta mesma função possui grande influência político e social, já que a mediação profissional dificilmente se separa da mediação política. Além disso, no campo, o intelectual (padre, advogado, professor, tabelião, médico etc.) possui um padrão de vida médio superior, ou, pelo menos, diverso daquele do camponês médio e representa, por isso, para este camponês, um modelo social na aspiração de sair de sua condição e melhorá-la.

Harvey (2005, p. 39) endossa a formulação gramsciana, ao afirmar que “o Estado capitalista deve, necessariamente, amparar e aplicar um sistema legal que abranja conceitos de propriedade, indivíduo, igualdade, liberdade e direito, correspondentes às relações sociais de troca sob o capitalismo”. Para Harvey (2005), o Estado sustenta os interesses dos capitalistas, utilizando-se de legislação e coerção.

Segundo Marx e Engels (2005, p. 42): “A burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no

Estado representativo moderno. O executivo no Estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”.

De fato, as concepções de Gramsci (1991), Harvey (2005) e Marx e Engels (2005) são facilmente comprovadas no Brasil. Diferentemente do que anunciam Meirelles (2004) e di Pietro (2004).

No entanto, a divisão que se apresenta no capitalismo, e que é apoiada pelos regramentos estatais, não é apenas entre capitalistas e trabalhadores. A diferenciação perpassa as várias relações sociais dentro do capitalismo. Existe diferenciação no tratamento dos trabalhadores recebido pelo Estado e entre os próprios trabalhadores

A nação brasileira é formada por diferentes grupos populacionais desprovidas dos meios de produção. Existem trabalhadores brancos, negros, pardos, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outros que vivem em zona rural ou urbana. As diferenças no tratamento recebido por esses trabalhadores acontecem no acesso ao mercado de trabalho, no valor de salário, nos anos e qualidade de estudo, nos índices de violência etc. Em todas as esferas socioeconômicas são percebidas diferenças no tratamento dado aos problemas que afetam os trabalhadores em função da cor e origem.

A legislação do país, a exemplo da Constituição Federal de 1988 (CF), estabelece vários dispositivos que prezam pelos princípios entendidos como democráticos. Inclusive, o artigo 5º da Constituição estabelece que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". Porém, na prática isso não acontece. O que prevalecem, nas relações sociais e econômicas do Brasil, são as teses de Gramsci (1991), Harvey (2005) e Marx e Engels (2005).

A atuação desigual do Estado favorece alguns em detrimento de outros. À população negra brasileira foi atribuída uma série de atributos ideológicos negativos que são atualizados permanentemente dentro da sociedade brasileira.

A responsabilidade maior de modificar essa situação é do Estado. É o ente que tem o poder de decisão, de coerção, econômico. Tem a capacidade e a prerrogativa de investir em leis e educação para que ocorra mudança no comportamento das pessoas. Mas não o faz. Ou faz de forma morosa. Usa poucos recursos. Não há interesse por parte do Estado brasileiro em erradicar, mudar de fato, a situação de discriminação dessa população no país. A ideologia dominante predomina. Desse modo, os representantes estatais também foram formados culturalmente dentro dessa ideologia. O preconceito e estigma racial também afetam suas percepções e decisões. Desse modo, integramos uma sociedade que se mantém reavivando e

reiterando práticas discriminatórias e preconceituosas. Não existem ações estatais efetivas para acabar com a prática do racismo no Brasil. O Estado deveria promover ações conjuntas como educação antirracista, políticas públicas para promoção da igualdade e da conscientização sobre a importância da diversidade, além de garantir o cumprimento da legislação existente. Como isso não existe, a omissão estatal sustenta a prática racista. Naturalizou-se a ideia de que os negros devem seguir a vida com menos direitos, respeito, dignidade, cidadania. Segundo a ideologia dominante, os negros devem ter menos do que os brancos, em termos de qualidade de vida.

Além disso, a atuação do Estado contribui para a manutenção do negro nessa condição de menor valor dentro sociedade. Segundo dados do Núcleo de Estudos Raciais do Insuper (Neri), o salário médio de um trabalhador negro é 42% menor que o de colaboradores brancos em 2024. Além disso, a oferta de vagas de empregos formais é maior para os brancos. Os desempregos dos homens brancos registraram uma taxa de apenas 3,5%. Enquanto, a maior taxa foi apresentada para as mulheres negras, 7,95% delas estavam desempregadas, afirmou a pesquisa. Além disso, para os negros o acesso aos serviços de saúde é difícil, as moradias são insuficientes, inadequadas e em locais arriscados, entre outros.

A população brasileira necessita de massiva conscientização sobre o racismo que estrutura a sociedade brasileira. A maioria da população, ou 56% da população brasileira se declara como sendo preta ou parda (IBGE, 2022). Apenas oito, dos 26 estados da federação e o Distrito Federal, têm população declarada como preta ou parda inferior a 60%. Nos estados que integram as regiões Sul e Sudeste estão os maiores percentuais de pessoas que se autodeclaram como sendo branca, com exceção do Espírito Santo que é formado por 61% de pretos e pardos.

Por outro lado, 11 estados brasileiros: Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Alagoas, Sergipe e Bahia, têm população preta e parda variando entre 70% e 80%. No Centro-Oeste, os estados de Mato Grosso e Goiás têm 66% e 63% de pretos e pardos, respectivamente. Dois estados chamam atenção por serem os mais populosos do país, São Paulo com quase 22% do total da população interna e Minas Gerais com 10%, são, respectivamente, formados por 41% e 59% de população que se autodeclara preta ou parda.

Se a maioria da população brasileira se autodeclara como preta ou parda, por que tanta disparidade entre as condições de vida no Brasil, em virtude da cor das pessoas? Precisamos assimilar, que o racismo estrutural que está entranhado em na sociedade, não corrói apenas os direitos e possibilidades de melhorar as condições de vida da população preta. No fundo,

o racismo brasileiro contribui, sistematicamente e reiteradamente para que um pequeno grupo mantenha-se obtendo vantagens econômicas em virtude da cor.

A forma de pensar e de agir, da sociedade brasileira, foram consolidadas a partir da ideologia da classe dominante durante o período colonial, quando o negro era entendido como inferior ao branco. A economia colonial decaiu, mas permanece viva nas relações socioeconômicas e culturais que são altamente segregacionistas.

E nós, brasileiros, carregamos em nossa composição molecular o gene do negro, por mais branca que seja a pele de alguns, ou mais elevados que sejam salários, a miscigenação é um fato. No entanto, constituídos pela ideologia dominante, a sociedade em geral defende as motivações que mantêm os privilégios dos brancos.

A sociedade brasileira continua segregada, do mesmo modo que ocorria durante o período colonial. A economia permanece dependente do capital externo e a sociedade marcada por privilégios e discriminações étnicas. Essa é a herança que herdamos dos brancos europeus.

No que diz respeito a situação em Alcântara, o CLA é dirigido por uma elite militar e de cientistas da tecnologia que trafegam em avião ou lanchas confortáveis patrocinadas pelo Estado brasileiro, recebendo elevados salários. Por outro lado, os quilombolas se deslocam para São Luís em lanchas superlotadas e lentas. Não têm suas terras tituladas. Por isso, não têm direito a créditos para produção agrícola, vivem de pequenos plantios ao redor das casas, pesca artesanal, transferências de renda do Programa Bolsa Família, aposentadoria, pensão. Acordam todos os dias inseguros em relação à permanência nas comunidades onde vivem.

Em conformidade com o que afirmam Gramsci (1999; 2001) e Marx e Engels (2005), essas comunidades quilombolas não têm suas terras tituladas porque estão na base da pirâmide das classes sociais. O Estado foi instituído no capitalismo para gerenciar os interesses da classe dominante.

Por isso, a garantia estabelecida no artigo 68 da Constituição Federal de 1988: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”, não foi cumprida até que viesse uma determinação externa. Da Corte IDH em 2024. O Estado brasileiro é feito por humanos e na maior parte dos cargos de decisão estão aqueles que se consideram brancos. Nasceram em famílias com elevado poder econômico, que desconsideram os direitos e as necessidades vitais e básicas de quilombolas. O racismo estrutural é aplicado para entender os anos de descaso do Estado brasileiro em relação aos quilombolas alcantarenses.

3.3.1 Racismo estatal brasileiro

De acordo com Devulsky (2016), a economia política, no Brasil, assume um caráter racial. Há uma superexploração da mão de obra negra, sendo uma prática recorrente nos países de capitalismo periférico onde prevalece a tendência de garantir poder e privilégios para as pessoas de cor branca. A força de trabalho, em países de economia dependente, é revestida de uma roupagem étnica indissociável. Com isso, os trabalhadores negros perdem mais valor de mais-valia do que outros.

Nesse sentido, Almeida (2016) afirma que o racismo não é apenas um problema ético, categoria jurídica ou um entendimento psicológico, o racismo é uma relação social que se estrutura politicamente e economicamente. O racismo é uma prática observada nas relações e contratos de trabalho, no tratamento entre as pessoas cotidianamente e expressada nas ações dos agentes públicos.

A violência contra o negro no Brasil elucida muito sobre a prática do racismo que constitui a sociedade. No que diz respeito à violência exercida pelo Estado, segundo Althusser (1999), os aparelhos mais diretamente coercitivos, como o exército, a polícia, as prisões e os tribunais são de responsabilidade do Estado, porém a violência não se concentra somente em seu aparato repressor. O Estado é uma instituição que soma uma aparelhagem que opera à base de uma ideologia, voltada para organização da tarefa de manter a ordem. Isso significa perpetuar a reprodução das relações capitalistas.

Althusser (1999, p. 104) afirma:

Um aparelho ideológico de um Estado é um sistema de instituições, de organizações e de práticas correspondentes, definidas. Nas instituições, organizações e práticas deste sistema, é realizada no todo ou em parte, (em geral, uma combinação típica de certos elementos) a ideologia de Estado. A ideologia realizada no AIE assegura sua unidade de sistema sobre a base de uma ‘ancoragem’ em funções materiais, próprias a cada AIE, que não são redutíveis àquela ideologia, mas lhe servem de “suporte”.

Segundo Almeida (2016, p. 34), a violência praticada contra o negro não é eventual, é constante e continuada. “[...] a violência como prática política permanente não é episódica, tendo em vista que a manutenção de uma ordem social nesses termos – racistas e concentradora de riquezas – só é possível por meio da permanência de instrumentos de repressão continuada [...]”.

De acordo com Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), 75% das vítimas da violência letal no Brasil são negras. Segundo relatório do Fundo das Nações Unidas para a

Infância (Unicef, 2024), é 4,4 vezes maior o risco de um adolescente negro do sexo masculino ser morto no Brasil do que o de um adolescente branco. A pesquisa mostra que, em 2023, a taxa de obituários de pessoas negras de 0 a 19 anos foi de 18,2 a cada 100 mil habitantes. A taxa para o mesmo grupo, entre brancos, foi de 4,1 por 100 mil. Esses dados ratificam a tese de Almeida (2016).

O racismo e o preconceito fazem com a sociedade naturalize a desigualdade de condições, de oportunidades, de maus tratos e de violência contra os negros. Segundo Herculano (2017): Racismo é a forma pela qual desqualificamos o outro e o anulamos como não semelhante, imputando-lhe uma raça. Colocando o outro como inerentemente inferior, culpado biologicamente pela própria situação, nos eximimos de culpas, de efetivar políticas de resgate, porque o desumanizamos: “ô raça!”.

Segundo Pacheco (2008), o racismo e o preconceito englobam vários povos, e não apenas os negros. As práticas discriminatórias estão presentes no modo como tratamos ou desconsideramos algumas populações brasileiras.

[...] é fundamental assumir que racismo e preconceito não se restringem a negros, afrodescendentes, pardos ou mulatos. Está presente na forma com que tratamos nos povos indígenas. Está presente na maneira como ‘descartamos’ populações tradicionais – ribeirinhos, quebradeiras de coco, raizeiros, marisqueiros, extrativistas, caiçaras e, em alguns casos, até mesmo pequenos agricultores familiares. Está presente no tratamento que damos, no Sul/Sudeste principalmente, aos brancos pobres cearenses, paraibanos, maranhenses. Aos ‘cabeças-chata’. Em geral, no dizer preconceituoso de muitos, que deixam suas terras em busca de trabalho e encontram ainda mais miséria, tratados como mão-de-obra facilmente substituível que, se cair da construção, corre ainda o risco de ‘morrer na contramão atrapalhando o tráfego’ (Pacheco, 2008).

A prática do racismo é perceptível na disputa territorial de Alcântara, não somente nas ações e investidas dos representantes do Estado brasileiro contra os quilombolas, mas também na forma como uma parte da sociedade do município percebe-os. A maioria dos vereadores e empresários entrevistados compartilha da ideia de que os quilombolas podem ser remanejados compulsoriamente para que o CLA expanda sua aérea e que precisam sair do meio do rural para poder evoluírem. Esses entendimentos vão ao encontro das concepções de Pacheco (2008), Devulsky (2016), Almeida (2016; 2019) e Herculano (2017).

Vários estudos apontam, tais como os estudo de Almeida (2006), Rocha (2006) e Souza Filho (2013), as dificuldades em que se encontram e pelas quais passaram os quilombolas que foram remanejados na década de 1980 para as agrovilas. Nestas, vivem em terras improdutivas, longe do mar, enfrentando crescimento populacional e pressão no uso dos

recursos existentes. A agrovila do Cajueiro foi formada com 36 famílias, em 1983. Hoje têm mais de 80. Mas, a área da terra disponibilizada para cada família é a mesma.

Também podemos considerar as teses de Giorgio Agamben para explicar a situação dos quilombolas em Alcântara. Em seus estudos, Agamben (2002) procurou entender a forma de atuação do Estado alemão contra os judeus, durante o holocausto. Recuperou a figura do *homo sacer*, do direito romano arcaico. De acordo com o direito romano, o *homo sacer* era um homem cuja vida poderia ser exterminada, sem que a sociedade julgasse como homicídio. Numa análise minuciosa das explicações sobre o significado da sacralidade, tanto no entendimento dos povos da antiguidade quanto da modernidade, o autor conclui que, o *homo sacer* é uma figura que habita um território, mas não está incluído nele. Permanece excluído do campo jurídico. Assim, ao ser assassinado, sua morte não pode ser considerada como um homicídio, e não está sujeita as implicações jurídicas.

Agamben (2002, p. 91) explica que, atualmente, o *homo sacer* está sujeito à jurisdição do Estado por uma via de exclusão, “sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono”. Ainda segundo Agamben (2002), ao *homo sacer* resta a vida nua, desprovida, desamparada, abandonada por qualquer proteção estatal. Para esse autor, o Estado atende as necessidades e demandas de alguns, enquanto outros figuram no território como resíduo social. O Estado opera políticas e ações pela via da exceção. Alguns cidadãos estão aptos para serem atendidos, mas o *homo sacer* não. O *sacer* é estigmatizado socialmente, pois não possui a dignidade dos homens comuns, a ele resta a vida desprovida, no geral, das proteções estatais. E sua inserção no âmbito jurídico-político se dá pela exclusão ou inclusão apenas no que serve ao exercício do poder governamental.

Oliviera (2016), interpretando as teses de Agamben (2002), defende que, na modernidade, há uma deformação entre vida e política em relação ao *homo sacer*. A vida é:

Privada de valor político, mas não de utilidade política (já que ela se torna ferramenta para o poder soberano), a vida nua não é nem zoé (vida natural) nem bíos (vida politicamente qualificada). Estes dois termos, que especificavam a diferença entre duas formas de vida que distinguia o homem dos demais seres vivos no pensamento grego, perdem seu valor na modernidade (Oliviera, 2016, p. 17).

Segundo Agamben (2002), o *homo sacer* é um indivíduo cuja vida não tem valor nem para os deuses, nem para os homens. É uma vida que, além de ser juridicamente desprotegida, tem essa desproteção declarada. As teses de Agamben (2002), a respeito do *homo sacer* nos remete à situação dos quilombolas de Alcântara que permanecem com o direito à posse da terra negligenciado pelo Estado brasileiro, apesar de constar na lei maior do país.

Assim como, o *homo sacer*, os direitos das comunidades quilombolas estão cerceados e a falta do direito à terra lhes qualifica como pessoas sem valor. Abandonados à própria sorte, sem políticas públicas que os ampare, a falta do título da terra lhes tira o direito ao acesso de créditos para plantação ou para qualquer melhoria das condições de produtivas seja na agricultura, pesca, turismo. Os quilombolas mantêm-se na vida nua.

No entanto, não totalmente fora. Durante o pleito eleitoral são obrigados a exercer os deveres do eleitor. Também respondem como qualquer cidadão a crimes que pratiquem. Respondem legalmente por qualquer ato considerado ilícito perante o Estado.

O depoimento do senhor Orlando, quilombola de Vista Alegre, também elucida a posição de *homo sacer* em que vivem. Seu Orlando²⁵ contou-nos que, a associação dos moradores da comunidade Vista Alegre estava com um problema na justiça, porque o município designou um transporte público para levar as crianças à escola que se localiza na comunidade de Ponta da Areia. A van transportava as crianças para a escola semana sim, outra não. Na semana que não vinha, transportava crianças de outra comunidade para outra escola.

Desse modo as crianças, das duas comunidades quilombolas, frequentavam a escola em semanas intercaladas. Com isso, os pais das crianças de Vista Alegre se revoltaram e não permitiram que a van fosse embora ao final de determinada semana. Gestores da Prefeitura Municipal de Alcântara abriram um processo jurídico contra a associação de Vista Alegre ao qual responde até o presente. Ao final da história, seu Orlando me perguntou: “a senhora acha que essas crianças aprendiam alguma coisa, indo semana sim, outra não pra escola?”²⁶

Naquele momento, veio a minha mente a teoria do *homo sacer* de Agamben (2002). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece a obrigatoriedade da educação. Determina o dever dos pais ou responsáveis para efetuar a matrícula das crianças que estão em idade escolar. Obriga-os também a zelar pela frequência e aproveitamento escolar dos filhos. Por que dar um tratamento diferente à educação das crianças filhas de quilombolas? Essas crianças, de acordo com representantes do poder público municipal, podem perder semanas de aulas e os pais deveriam não se importar. Como se revoltaram com o tratamento desigual, alguns estão respondendo na justiça.

Na busca de compreender a ação do Estado em relação ao controle das pessoas, Michel Foucault criou a concepção de biopoder e biopolítica. Segundo Foucault (2008, p. 3), o biopoder é “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia

²⁵ Anotações em caderno de campo no dia 15 de junho de 2024.

²⁶ Anotações em caderno de campo no dia 15 de junho de 2024.

política, numa estratégia geral de poder”. Enquanto, a biopolítica é feita a partir dos dados de nascimentos e dos óbitos, taxa de natalidade, longevidade etc., “constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica” (Foucault, 1999, p. 290). Na modernidade, é pelo biopoder que o Estado controla a vida e morte dos cidadãos. Antes da Idade Moderna, esse poder era do soberano:

De acordo com Bonavides (2000), há uma compatibilidade nas formas de atuação do soberano e do Estado. O poder do soberano era exercido pelo “fazer morrer” e “deixar viver”, em relação aos habitantes de determinada população em território sob seu domínio. Já o Estado é o ente da modernidade para a qual foi atribuída uma vontade suprema e soberana. Essa vontade decorre de seu papel privilegiado no ordenamento político monopolizador.

O Estado, na contemporaneidade, tem a capacidade de coagir, incondicionalmente, os indivíduos de determinada sociedade. Para Bonavides (2000, p. 156), “Estado ou poder estatal e soberania assim concebidos, debaixo desse pressuposto, coincidem amplamente. Onde houver estado haverá, pois, soberania”.

Desse modo, o biopoder e biopolítica que expressam a forma moderna do Estado operar, na democracia, deveria ser diferente do poder de soberano (autocracia ou monocracia). Porém, a partir das teses de Foucault (2015) e de Bonavides (2000) é possível compreender que há uma “autovinculação e autodeterminação jurídica exclusiva” do Estado por meio de seus poderes e órgãos que o aproxima na forma de decidir e agir do poder do soberano.

Seguindo a concepção de Foucault (2008), Hardt e Negri (2001) afirmam que o biopoder “é, dessa forma, expresso como um controle que se estende pelas profundezas da consciência e dos corpos da população – e ao mesmo tempo através da totalidade das relações sociais” (Hardt; Negri, 2001, p. 44). O biopoder é pilar da ideologia dominante.

Assim, a gestão da vida das pessoas pelo Estado se tornou fundamental na política. Os dados podem ser utilizados para a criação de políticas públicas ou não. Por isso a informação de dados populacionais é utilizada pelo Estado para fazer viver ou deixar morrer, excluir ou incluir necessidades em políticas públicas.

Neste cenário contemporâneo, em que o Estado age através biopoder e da biopolítica, o racismo adquire novas feições e assume papel de destaque. O racismo extrapola as questões meramente raciais e étnicas. Abrange injustiças, preconceitos e desigualdades que afligem determinadas populações e grupos vulneráveis. Segundo Abreu (2013, p. 89) nesse contexto de racismo e biopolítica: “Exteriorizam-se as relações estabelecidas entre vida política e vida nua (*homo sacer*), entre cidadãos e subcidadãos, entre opressores e oprimidos, entre incluídos

e excluídos. A tensão entre esses grupos pode ser maximizada ou mitigada de acordo com as decisões biopolíticas do Estado”.

A biopolítica se encarrega da gestão calculada da vida das pessoas. De acordo com Pelbart (2003, p. 58), “a vida e seus mecanismos entram nos cálculos explícitos do poder e saber, enquanto estes se tornam agentes de transformação da vida. A espécie torna-se a grande variável nas próprias estratégias políticas”.

Em direção paralela, o filósofo Castor Bartolomé Ruiz, durante entrevista concedida a Machado (2018), com base nos ensinamentos de Agamben (2002), afirmou que a tanatopolítica ou “política da morte” gerencia a forma instrumental (e útil) a morte de pessoas e até de grupos sociais considerados indesejáveis ou prejudiciais para uma sociedade ou grupo. Segundo Ruiz, na contemporaneidade, existe uma versão particular da tanatopolítica. As vidas de uns são descartáveis e sacrificadas para que outros vivam em segurança.

É nesse contexto que os quilombolas alcantarenses estão inseridos na tanatopolítica. Devido aos interesses por parte de representantes do Estado brasileiro em expandir a área do CLA, que também interessa ao mercado aeroespacial, há omissão e descaso estatal em relação aos direitos e necessidades dos quilombolas de Alcântara.

Podemos apoiar-nos nas teses sobre biopoder e biopolítica de Michel Foucault (1999; 2008), bem como, sobre tanatopolítica (política de morte) de Agamben (2002) para explicar a forma de agir do Estado brasileiro em relação à disputa territorial que acontece em Alcântara. A partir das informações coletadas em Alcântara (como o laudo antropológico de Almeida, 2008), o Estado brasileiro tem muitas informações e dados sobre as comunidades quilombolas: quantidade de comunidades e de famílias, localização e área que ocupam, necessidades pelos recursos naturais (terra, mar, mata, rios). Além do Estado dispor de dados coletados e disponibilizados por outras fontes como IBGE e Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Desse modo, teorias do racismo de Munanga (2003; 2014; 2022), Mbembe (2014), Fanon (2018), Almeida (2019) e Gonçalves (2018) nos auxiliam em explicar as relações sociais perpassadas pela prática do racismo em Alcântara. A prática do racismo foi estruturada no período colonial, durante a dominação europeia e a escravização dos africanos, como apontaram os estudos de Oliveira (2016), Gonçalves (2018) e Moura (2019).

Uma vez que representantes do Estado brasileiro, em cargos de decisão foram formados dentro da ideologia racista, a forma de atuação do Estado brasileiro em relação é racista. Consequentemente, a maneira de agir desse mesmo Estado em relação aos q

quilombolas de Alcântara, é racista, como ensina Herculano (2008), Pacheco (2008), Almeida (2016) e Devulsky (2016).

O racismo estatal opera pelas vias do biopoder e da biopolítica como nos ensina Foucault (1999; 2008). Utilizando-se da omissão e descaso no que diz respeito a direitos e necessidades, o Estado brasileiro age dentro da política de morte como instrui Agamben (2002). Segundo este autor, o *homo sacer*, era um homem que poderia ser assassinado e sua morte não era passível de julgamento. Esse termo decaiu, mas esse tipo de homem continua a existir no Estado moderno.

4 PRETENSÕES ESTATAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALCÂNTARA CONFORME PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO PARA O CENTRO ESPACIAL DE ALCÂNTARA (PDI-CEA)

*A igualdade não é fácil, mas a superioridade é dolorosa.
(Provérbio africano)*

O presente capítulo trata do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA) criado pela Agência Espacial Brasileira (AEB), em 2022. Em especial no que tange as informações para o desenvolvimento do turismo e da agricultura familiar do município. Buscamos também, por meio de imagens e alguns depoimentos, mostrar como se encontra a situação dessas atividades no município.

Segundo Escobar (2007) o desenvolvimento, desde a década de 1940, tem sido predominantemente um modelo aplicado de cima para baixo, etnocêntrico e tecnocrático. As pessoas e culturas são tidas como conceitos abstratos. Para atender as expectativas do atual modelo de desenvolvimento, criou-se uma rede que conecta indivíduos e comunidades a ciclos produtivos econômicos e culturais padronizados pela promoção de comportamentos específicos. Nesse contexto, o poder é exercido por múltiplos centros locais, respaldados por conhecimentos que circulam na região.

Ainda consoante Escobar (2007), embora o trabalho das instituições de desenvolvimento tenha beneficiado algumas pessoas, essa lide não foi realizada de forma inocente. O real objetivo era integrar e controlar países e populações de maneira eficiente. Os planos desenvolvimentistas não resolveram os problemas fundamentais do subdesenvolvimento, mas conseguiram criar um tipo de subdesenvolvimento que é gerenciável do ponto de vista político e técnico.

Ello no significa negar que en ocasiones el trabajo de estas instituciones ha beneficiado a las gentes. Significa, en cambio, subrayar que el trabajo de las instituciones de desarrollo no ha sido un esfuerzo inocente hecho en nombre de los pobres. Significa que el desarrollo ha tenido éxito en la medida en que ha sido capaz de integrar, administrar y controlar países y poblaciones en formas cada vez más detalladas y exhaustivas. Si ha fracasado en su intento por resolver los problemas básicos del subdesarrollo, puede decirse, tal vez con mayor propiedad, que ha tenido éxito al crear un tipo de subdesarrollo que ha sido en gran parte política y técnicamente manejable (Escobar, 2007, p. 89)

De acordo com Ludovico Silva (1975), a ideologia é um campo de ação mental encarregada de preservar os valores da classe opressora. Se traduz em um sistema de valores crenças e representações que justifica no plano das ideias, a estrutura e as relações de

exploração. O objetivo é convencer os homens de que se trata de uma ordem natural e inevitável. É com base na ideologia do desenvolvimento, ou seja, dos interesses da classe dominante que planos governamentais têm sido aplicados em Alcântara. A retórica é sempre a mesma: o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e esses planos irão melhorar as condições de vida no município.

Os representantes do Estado brasileiro, encarregados pelo Programa Espacial Brasileiro e pelo gerenciamento do CLA, elaboram planos para promover o desenvolvimento econômico e social de Alcântara. No período compreendido entre 2005 e 2006, foi elaborado e executado o Plano de Ação do Grupo Executivo Interministerial. Nesse período, vigorava o acordo firmado entre Brasil e a Ucrânia. Esse acordo ficou vigente entre 2003 e 2015, como veremos mais adiante.

Em 2019, foi firmado o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os Estados Unidos. Em 2022, a Agência Espacial Brasileira (AEB) elaborou o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA). Na mensagem inicial do documento, o presidente, à época, da Agência Espacial Brasileira, Carlos Augusto Teixeira de Moura, explicou que diversos entes da administração pública, da academia, do terceiro setor participariam da elaboração do PDI-CEA. O programa se traduz em “verdadeiro compêndio de políticas públicas e de oportunidades de negócios” fundamentais ao propósito de desenvolver Alcântara (AEB, 2022, p. 5).

O PDI-CEA é constituído de sete capítulos. O primeiro apresenta o histórico do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), as instalações atuais, as possibilidades de negócios a partir da exploração comercial e vantagens para o Brasil. Os capítulos seguintes, concentram informações sobre Alcântara: setores econômicos, indicadores sociais e potencialidade.

O CLA é uma organização militar vinculada ao Comando da Aeronáutica (Comaer). Representantes do Estado brasileiro pretendem transformá-lo em Centro Espacial de Alcântara (CEA). De acordo com o PDI-CEA, O CEA “consiste em um conjunto de infraestruturas, bens e serviços necessários para dar suporte às atividades não militares de lançamento de artefatos espaciais” (AEB, 2022, p. 15). O CEA é visto pelos representantes do Estado brasileiro como um local capaz de promover forte desenvolvimento regional em Alcântara e seu entorno.

O PDI-CEA é um levantamento de informações e dados socioeconômicos de Alcântara somado com um compilado de ações que, segundo os representantes da Agência Espacial Brasileira (AEB), beneficiarão os moradores do município, em especial, as comunidades quilombolas. As ações foram distribuídas em três eixos principais: social, econômico e ambiental (Figura 1).

Imagem 1 – PDI-CEA: Eixos das políticas públicas



Fonte: AEB (2022, p. 148).

O PDI-CEA foi elaborado pelos representantes da AEB sem consultar as comunidades quilombolas. É um planejamento de ações e decisões de fora para dentro. Os gestores do CLA e de outros órgãos da administração pública decidiram, em nome dos quilombolas, quais as ações deveriam ser desenvolvidas no município e quais órgãos executariam essas ações.

De forma geral, decidiram sobre cursos que seriam ofertados através da Unidade Federal do Maranhão (UFMA), Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Social da Indústria (Sesi). Elencaram um conjunto de atividades por setor econômico: agropecuária, indústria e serviços, além de indicação de fomentos nas áreas de lazer e cultural.

Certamente, investimentos em atividades como essas são fundamentais para promover melhorias em qualquer localidade. Porém, o PDI-CEA foi criado pelos representantes da AEB, sem consulta prévia aos quilombolas, como se eles não fossem pessoas capazes de dizer quais são seus interesses. Ou quais atividades gostariam de receber incentivos e obter conhecimentos científicos.

Em contato com os professores Zé Filho e Renato do IFMA, lotados no campus de Alcântara, soubemos que algumas ações do PDI-CEA estão sendo implementadas. Entre as quais, citamos: Projeto Estratégico Mulheres Mil; Curso em Eletricista de Sistema de Energias Renováveis; Curso de Robótica Educacional; Curso Preparatório para o Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica (EAGS); Projeto “Promoção do pensamento

computacional e inclusão digital por meio da robótica para crianças quilombolas do município de Alcântara-MA”; Projeto “Empreendendo iniciativas comunitárias para o turismo de base comunitária”; Projeto “Geladeira Literária: navegando nas palavras”; Projeto “Oficina Livre de Teatro” e Projeto “Astronomia do Sertão” (AEB, 2022, p. 156-157). Sobre essas ações não foi possível saber a adesão dos estudantes ou moradores locais, tampouco resultados alcançados.

De qualquer forma, indagações quanto à concepção do PDI-CEA são plausíveis. Podemos questionar, por exemplo, por que os representantes da AEB (CLA) se preocupam em promover projetos educacionais em Alcântara, quando, na realidade, essa tarefa compete ao Ministério da Educação e órgãos correlatos? Por que esses cursos são escolhidos pelos representantes desses órgãos e não pelos quilombolas?

Há de se pensar também: em que poderá contribuir cursos de Robótica Educacional e Promoção do pensamento computacional e inclusão digital por meio da robótica. A maioria das crianças brasileiras têm dificuldades e atrasos para aprender o conteúdo de disciplinas básicas como o de português e de matemática. Será que esse curso será útil em Alcântara?

No PDI-CEA afirmaram também que: “Uma vez organizadas, tais comunidades devem participar dos trabalhos da CDI-CEA, de maneira a compartilharem suas necessidades, aspirações e experiências. A partir daí, pode-se melhor subsidiar o desenho das ações e dos projetos do PDI-CEA e, assim, consolidar o CEA como vetor de desenvolvimento regional” (AEB, 2022, p. 103).

Essa assertiva, nos levou a algumas reflexões. Como as comunidades quilombolas poderão participar da Comissão de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (CDI-CEA)? Em que sentido precisam organizar-se? Como as necessidades, aspirações e experiências dos quilombolas poderão contribuir para a consolidação do CEA? Sinceramente, são perguntas que não sei responder.

Outro órgão que integra as ações do PDI-CEA é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com atribuição para realizar duas ações. Uma delas visa a implantação da tecnologia denominada Projeto Sisteminha Embrapa. Essa atividade será feita em parceria com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

A tecnologia do Sisteminha/Embrapa já está sendo implantada em algumas comunidades de Alcântara, mas não pelo PDI-CEA. Os recursos são repassados pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR) e não tem vínculo com o PDI-CEA. A implantação

dessa tecnologia objetiva reparar danos causados aos quilombolas por causa da disputa territorial com o CLA.

O Sisteminha-Embrapa é um conjunto de atividades da agropecuária feitas em pequenos espaços. “O TED utilizará o método ‘Sisteminha’ da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que integra diversas atividades como criação de galinhas e peixes, compostagem e vermicompostagem, hortaliças e frutas diversas com economia significativa de água e proteção ambiental” (Nascimento, 2024).

Foram repassados R\$ 5 milhões, inicialmente, para o Instituto Federal do Maranhão (IFMA), o gestor dos recursos.

O MIR destinará inicialmente R\$ 5 milhões para que o IFMA, via Termo de Execução Descentralizada (TED), atenda as comunidades quilombolas de Alcântara-MA a serem beneficiadas com o fortalecimento de seus sistemas produtivos. A Embrapa Cocais transferiu a tecnologia do Sisteminha para técnicos, professores e estudantes do IFMA em parcerias anteriores. Na prática, serão instalados 30 módulos do Sisteminha para produção de alimentos e 30 usinas fotovoltaicas para geração de energia limpa, beneficiando cerca de 150 famílias quilombolas. O projeto enfatiza a formação de capacidades e a adaptação da tecnologia social ao contexto local, incentivando a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento humano. O plano de trabalho desta primeira fase deverá ser executado em 2024 e 2025. O MIR prevê, ainda, mais R\$ 25 milhões, para a ampliação do projeto, que deverá beneficiar outras comunidades quilombolas de Alcântara-MA (Embrapa [...], 2024).

Os recursos utilizados pelo MIR, somam R\$ 30 milhões, têm o propósito de reparar violações dos direitos causadas pelo Estado brasileiro às comunidades quilombolas.

As ações são o resultado concreto do compromisso assumido na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em abril de 2023, quando o Estado brasileiro reconheceu, de forma oficial, que violou os direitos de propriedade e de proteção jurídica das comunidades quilombolas de Alcântara e assumiu o compromisso de pagar reparação de R\$ 30 milhões, que irão custear políticas públicas para as comunidades (Brasil, 2024).

A possibilidade de aumento das produções devido à introdução dessa tecnologia da Embrapa, era motivo de entusiasmo para quilombolas que tiveram seus quintais escolhidos para implementação do Sisteminha. Dois quilombolas, dona Maria José da comunidade quilombola Mamuna e seu Francisco da comunidade quilombola Vista Alegre, com os quais dialogamos em junho de 2024, falaram de maneira entusiasmada que serão beneficiados com a instalação do Projeto Sisteminha Embrapa.

Situação altamente compressível. Por meio do Sisteminha/Embrapa (Embrapa, 2014), eles poderão cultivar hortas, criar galinhas poedeiras, além da instalação de um tanque para criação de peixes. É também uma forma de obter adubos por meio de compostagem e húmus

para as hortaliças. Sem dúvida, o Sisteminha Embrapa é uma tecnologia capaz de contribuir de forma decisiva para aumentar a produção de alimentos, utilizando apenas quintais.

No entanto, em conversa com o pesquisador Luís Guilherme, criador e responsável por essa tecnologia na Embrapa, lotado na Embrapa Cocais, em São Luís/MA, fomos informados de que somente 79 comunidades quilombolas de Alcântara serão beneficiadas com instalação da tecnologia. Em Alcântara existem 208 comunidades quilombolas (IHU, 2011) Além disso, em cada uma dessa 79 comunidades, apenas uma família será beneficiada.

Restam dúvidas em relação à forma da distribuição dos alimentos produzidos entre as famílias das comunidades. Será que a quantidade de Sisteminha instalados e de produção serão suficientes para atender todas as famílias? O excedente produtivo será dividido com as outras famílias ou comercializado pela família beneficiada? Ficamos nos questionando se a implantação de apenas uma unidade da tecnologia, em cada comunidade, será motivo de união ou disputa dentro das comunidades que, certamente, já possuem dificuldades de sobra. Essas são outras indagações para as quais não temos resposta. Em função dessas dúvidas, nos perguntamos ainda se, após um período de testes, ao invés de projetos focados e exemplares, não seria mais efetiva a implantação de uma política pública abrangente com base nessa tecnologia?

No PDI-CEA, (AEB, 2022, p. 86) foi dito que as atividades da agropecuária são importantes para Alcântara. Entendem que é um setor crucial para a economia local. Capaz de contribuir para a geração de trabalho, renda e segurança alimentar da população. Nesse documento, foi afirmado que o desenvolvimento da agropecuária se traduz em sustentabilidade socioeconômica para a região. Essa é uma afirmação muito coerente. As terras e a agropecuária são elementos fundantes para os quilombolas e para a economia do município.

Por isso, a falta de acesso à terra e aos créditos pelos quilombolas inviabiliza a agropecuária. É causa de insegurança alimentar e nutricional para grande percentual da população alcantareense. Garantia de acesso à terra e o fomento à agropecuária são essenciais para que os quilombolas conseguissem sobreviver com dignidade sem tanta dependência dos programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família.

Porém, entendemos que programas, projetos ou ações voltadas para o setor agropecuario, deveriam ser tratativas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e órgãos correlatos. No PDI-CEA, o Mapa é entendido como importante colaborador das ações propostas: fomento de políticas agrícolas, pesqueira e aquícola. Também é considerado primordial para a implantação de agroindústria, agroenergia, irrigação e

infraestrutura hídrica para produção agropecuária desenvolvimento rural sustentável, fortalecimento da agricultura familiar; regularização das áreas rurais e de terras de comunidades tradicionais; patrocínio do cooperativismo e associativismo na agricultura, na pecuária, na aquicultura e na pesca e energização rural e agroenergia, entre outras.

Realmente, as políticas do Mapa podem contribuir, decisivamente, para melhorar as condições de vida da população de Alcântara. Mas é estranho perceber que são os representantes da AEB/CLA quem demanda ou autoriza essas ações para Alcântara. A responsabilidade deles é promover atividades de lançamento, não da agropecuária.

Por que os representantes públicos municipais, estaduais e federais responsáveis pela política agrícola do país não elaboram um plano para melhorar a produção agrícola de Alcântara? Não buscam garantir créditos do Programa de Agricultura Familiar para os quilombolas? Não regularizam as terras deles? Por que planos como esses são sempre pensados para Alcântara pelos representantes da AEB quando o Estado brasileiro assina acordos internacionais?

No Estado brasileiro, quem decide o que será feito em Alcântara são os representantes da Política Espacial Brasileira. É como se o município de Alcântara pertencesse completamente ao CLA. Para que ações do Estado brasileiro realizasse ações em benefício dos quilombolas de Alcântara, foi necessário um julgamento e determinações da Corte IDH pela violação de seus direitos.

Como mencionamos acima, entre 2006-2007 foi o criado o Plano do Grupo Executivo Interministerial. Nesse período iniciaram atividades dentro do CLA, em virtude da assinatura do acordo com a Ucrânia. Da mesma forma, em 2022, foi publicado o Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA), contendo um plano de ações que se iniciaram em 2021, logo após a assinatura do acordo AST com os Estados Unidos. Porém, houve lapso temporal de 15 anos, entre 2007 e 2022, sem planos, propostas ou ações governamentais que beneficiassem os quilombolas.

Será sempre necessário o estabelecimento de algum acordo internacional para exploração do CLA, para que os quilombolas sejam beneficiados com algumas ações paliativas do Estado brasileiro? Por que os representantes da AEB/CLA fazem o papel que cabe aos gestores públicos municipais, estaduais ou federais de outros órgãos e ministérios?

A partir dos planos elaborados, em 2006, pelo grupo GEI e, em 2022, o PDI-CEA, ficou entendido que, quando a AEB planeja, são realizadas algumas ações ligadas à economia e ao social de Alcântara. Mas, se não planejam, fica tudo paralisado. Os militares da AEB

ocupam um lugar diferenciado em Alcântara. Eles têm o poder de decidir e de realizar. Com isso, fazem o que pode beneficiar os interesses do CLA, não dos quilombolas.

Afirmaram, no PDI-CEA, que o Governo do Estado do Maranhão: “tem obrigações e objetivos que se alinham diretamente às ações do PDI-CEA” (AEB, 2022, p. 96). E são citadas ações gerais, sem conter prazo de execução ou orçamento, entre as quais: fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; promover e incentivar programas de construção de moradias; fomentar a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização; fornecer obras de infraestrutura e operar serviços logísticos de interesse regional incentivar negócios e geração de emprego e de renda.

Essas ações deveriam ser implementadas corriqueiramente em Alcântara ou em qualquer outro município do estado. Por que os representantes da AEB precisam informar as obrigações do Governo do Maranhão em relação à Alcântara?

A titulação das terras quilombolas e o estabelecimento do limite da área destinada ao CLA, coloca um ponto final na disputa territorial. A titulação das terras quilombolas é fundamental para que eles possam pleitear créditos para o desenvolvimento da agricultura familiar, ter segurança alimentar e garantia de manutenção em suas comunidades.

Ao Incra compete a titulação das terras dos quilombolas. Essa ação deveria estar como uma das primordiais no PDI-CEA. Contudo, esse órgão não foi citado. A titulação das terras parece que não é uma ação que preocupa ou interessa aos representantes da AEB.

A partir do Plano do Grupo Executivo Interministerial criado para fomentar ações socioeconômicas pontuais para as comunidades quilombolas de Alcântara entre 2006-2007. E do Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA) com ações parecidas, que devem ser implementadas entre 2021 e 2023, é possível perceber que o Estado brasileiro vem operando, em Alcântara, em períodos seletivos. Sempre que um acordo internacional é assinado.

Os planos são elaborados, conforme entendimento e provocação dos representantes do CLA/AEB. Consequentemente, durante a implementação desses planos, há uma facilitação de atividades, como aconteceu em 2006, que todos os produtores rurais tiveram acesso aos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Isso elevou a produção de banana, mandioca e outras lavouras, como veremos mais adiante. Durante a vigência desses planos, com a presença de vários órgãos públicos, os quilombolas recebem alguns benefícios. Mas, as ações contribuem para melhorias sociais e econômicas temporariamente. Esses planos são elaborados com ações paliativas e passageiras.

Em 27 de julho de 2024, o Juiz Federal Maurício Rios Júnior sentenciou o Processo: 0008273-53.2003.4.01.3700, referente à Ação Civil Pública, protocolada no Ministério Público Federal. O juiz decidiu condenar o Incra, a Fundação Cultural Palmares, a União e a Agência Espacial Brasileira, nos seguintes termos:

- 1) o **INCRA** e a **FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES** a adotarem e/ou dar andamento aos procedimentos necessários e eficazes para proceder à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação do território ocupado pelas comunidades quilombolas de Alcântara assim identificadas, a ser cumprida no prazo de 12 (doze) meses;
- 2) a **UNIÃO** e a **AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA** a não remanejarem as comunidades diretamente afetadas pela expansão do CLA (ainda não remanejadas), enquanto não concluídos os processos administrativos a encargo do INCRA e da FCP, especificados na *alínea “1”*, e sem a observância do disposto no art. 16 da Convenção nº 169 da OIT (MPF, 2024).

A sentença do Processo: 0008273-53.2003.4.01.3700 é, certamente, um avanço para resolver a disputa pelas terras em Alcântara. A titulação das terras dos quilombolas, deve colocar fim na disputa territorial de Alcântara.

Os quilombolas de Alcântara vivem abandonados à própria sorte pelo Estado brasileiro, assim como o *homo sacer*, abordado no capítulo anterior. Ficaram desassistidos de políticas públicas até a implantação do CLA. Depois da implantação desse megaprojeto, eles estão sendo forçados a deixar o município pelas dificuldades enfrentadas para sobreviver. Antes do CLA, eram livres para explorar todo o território, respeitados os acordos comunitários de uso dos recursos disponíveis.

A implantação do CLA e a presença dos militares implicou limites e cerceamentos em espaços considerados cruciais para pesca e agricultura. Não existem incentivos públicos (federais, estaduais e municipais) para o desenvolvimento de quaisquer atividades no município. Isso poderia garantir sustentação produtiva e econômica dos quilombolas.

4.1 Breve contextualização sobre Alcântara espacial

Durante a qualificação da tese, o professor Davi Pereira, antropólogo, que foi convidado para integrar a banca e é quilombola de Alcântara, afirmou que a localização da Base foi escolhida pelos Estados Unidos, não pelo governo brasileiro. O professor Davi nasceu na comunidade quilombola Itamatatuiua, que integra o Território de Santa Teresa. É profundo conhecedor e militante em favor da luta das comunidades quilombolas que compõem o Território Étnico contra o CLA.

O ex-presidente da República José Sarney (1985-1990) afirma que empreendeu significativos esforços para que o Maranhão vencesse a disputa com o Amapá para sediar o CLA. Segundo ele, o CLA é um projeto muito importante para a industrial espacial brasileira.

Quando eu era Governador, o Brigadeiro Délio Jardim de Matos deu-me uma notícia que aumentou a minha taquicardia e encheu de esperanças todo o Maranhão. A FAB estava escolhendo o local para erguer uma nova base capaz de lançar foguetes, para não termos somente uma — Barreira do Inferno, no Rio Grande do Norte —, pequena e limitada. Atendia também ao provérbio popular: “Quem tem uma não tem nenhuma”. Entre os lugares em estudo estavam o Município de Amapá, no então Território do Amapá. Entre os outros sítios aparecia Alcântara, com grandes possibilidades. Coloquei então o meu esforço de lobista em ação e fiz tudo para que o Maranhão fosse escolhido. Verificados os dados técnicos, assim aconteceu. Íamos ter uma base com tecnologia capaz de competir com o mundo, por sua localização muito próxima da linha do Equador, no lançamento de foguetes e satélites. Disputaríamos todas as possibilidades da indústria espacial, inclusive a de participar da construção da rede mundial de comunicações. Nada de motivos bélicos (Sarney, 2022).

Mas, segundo entendimento do professor Davi Pereira, os Estados Unidos tinham conhecimentos precisos sobre pontos geográficos no Planeta. Informações que o Brasil não possuía. A partir de conhecimentos concretos dos EUA, Alcântara foi escolhida para sediar o CLA porque apresenta vantagens comerciais. É o local mais próximo da linha do Equador (2 graus e 18 minutos de latitude sul). Foguetes lançados a partir de Alcântara, demandam 30% menos de combustível do que em outras regiões.

Além disso, o professor Davi Pereira afirmou que a localização do CLA é privilegiada em caso de guerra e ataques aos Estados Unidos. É o local mais adequado para interceptar mísseis que possam atingir os Estados Unidos.

Essa afirmação é plausível e ratifica as concepções da Teoria da Dependência, da colonialidade e do racismo ambiental. É permanente, a subordinação econômica e política do Brasil aos Estados Unidos. Durante alguns governos mais, noutros menos. Mas a condição de país de periferia no sistema capitalista já é uma condição para a manutenção da posição subordinada.

A afirmação do professor Davi pode justificar a razão pela qual o CLA, apesar de sua localização privilegiada, não alavancar as atividades de lançamento até o presente. Passaram-se quatro décadas após a inauguração, mas o CLA se tornou um centro de referência em lançamentos espaciais. Nem mesmo, os acordos internacionais tornaram o CLA um empreendimento de sucesso. Permanece ocioso, apesar do contínuo investimento público.

Vale relembrar o acidente ocorrido no dia 22 de agosto de 2003, no CLA, que levou à morte de 21 profissionais brasileiros mais capacitados na área de engenharia espacial.

Segundo Carlos Chernij (2005), o acidente aconteceu durante a terceira tentativa de lançamento de foguete a partir do CLA. Mas o foguete explodiu três dias antes do lançamento, durante a preparação na Base.

O comando da Aeronáutica investigou o fato e concluiu que foi um acidente causado por uma falha elétrica. No entanto, o relatório oficial não convenceu os especialistas em pesquisas espaciais. Eles desconfiam que houve sabotagem por parte dos Estados Unidos ao Programa Espacial Brasileiro.

Carlos Chernij (2005) afirma ainda que, os militantes fizeram um levantamento sobre estrangeiros registrados em hotéis da capital São Luís e algumas pessoas dizem que havia cerca de 20 estadunidenses hospedados em Alcântara, no dia do acidente. Além disso, Chernij (2005) relembra que foram publicadas, menos de uma semana depois da explosão do foguete, duas pequenas notas, na coluna do jornalista Cláudio Humberto. Essas notas foram replicadas em vários jornais do país naqueles dias.

Em 27 de agosto, Ronaldo Schlichting, pesquisador da corrida espacial e perito em armas, foi citado em uma dessas notas sobre o acidente de Alcântara. A nota dizia: “Schlichting sugere bala do fuzil Barret 50, que alcança 3 quilômetros, como possível ‘impacto de objeto no foguete’” (Chernij, 2005).

E, em 28 de agosto, foi citado o entendimento do professor do Centro Tecnológico da Aeronáutica, Edison Bittencourt, afirmando que o foguete explodiu por objeto controlado à distância: “O cientista nega ‘ignição espontânea’ num dos quatro motores do foguete que explodiu em Alcântara. Sugere onda eletromagnética disparada do espaço ou de pequeno dispositivo, inserido no motor e controlado a distância” (Chernij, 2005).

Corroborando com a perspectiva de Chernij (2005), Almeida (2011) traz o entendimento do professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília, Pedro Antonio Dourado de Rezende. Esse professor afirma que é possível explodir um foguete à distância: “Bastaria uma rápida e certa transmissão, até por radiofrequência de um ponto escondido em algum canto da base, neste caso indevassável, para que um serviço de inteligência estrangeiro pudesse ‘crackear’ a comunicação brasileira visando uma sabotagem dessa magnitude, sem deixar pistas” (Chernij, 2005). Chernij (2005) conclui que: “Como não puderam transformar Alcântara em seu playground espacial, os americanos teriam radicalizado”.

Chernij (2005) argumenta que os estadunidenses hostilizam iniciativas para desenvolvimento de foguetes por outros países. Ressalta que, o Google Earth é uma ferramenta potente que identifica, por meio de satélites, o que há de valioso em qualquer lugar

do planeta. Apresenta imagens de alta qualidade. Os Estados Unidos e a Rússia, que são pioneiros na corrida espacial, tiveram acesso a informações como as apresentadas pelo Google Earth desde a década de 1960. Pode-se deduzir que foram satélites dos Estados Unidos que perceberam Alcântara como um local ideal para sediar o CLA. Um local capaz de atender seus interesses.

Nesse contexto, cabe lembrar que em 2011, a organização transnacional, WikiLeaks²⁷ revelou que o governo dos Estados Unidos impede a criação de um programa a fabricação de foguetes pelo Brasil. O WikiLeaks²⁸ vazou um telegrama dos EUA que continha resposta dada à embaixada da Ucrânia sobre a parceria firmada entre Ucrânia e Brasil e os interesses para construção de um foguete no Brasil (Wikileaks [...], 2019).

Segundo resposta dada pelo telegrama, as autoridades ucranianas foram pressionadas pelas autoridades dos EUA, para que não transferissem tecnologia espacial para o Brasil. O telegrama foi enviado pelo Departamento de Estado dos EUA à embaixada da Ucrânia em Brasília.

A missão em Brasília deveria comunicar ao embaixador ucraniano, Volodymyr Lakomov, que "embora os EUA estejam preparados para apoiar o projeto conjunto ucraniano-brasileiro, uma vez que o TSA (acordo de salvaguardas Brasil-EUA) entre em vigor, não apoiamos o programa nativo dos veículos de lançamento espacial do Brasil". Mais adiante, um alerta: "Queremos lembrar às autoridades ucranianas que os EUA não se opõem ao estabelecimento de uma plataforma de lançamentos em Alcântara, contanto que tal atividade não resulte na transferência de tecnologias de foguetes ao Brasil" (Wikileaks [...], 2019).

Os EUA identificaram o local estratégico ideal para implantação do CLA, mas não permitem que o Brasil tenha um efetivo programa espacial, com construção de foguetes e autonomia sobre o CLA. Silva e Feltrin (2020) afirmam que em 2000, houve negociações e um projeto de acordo, entre Brasil e Estados Unidos para o uso da base de Alcântara. Mas foi rejeitado pelo Congresso Brasileiro devido a preocupações com a soberania nacional. Quando houve o acidente na Base de Alcântara, o Congresso brasileiro tinha rejeitado a proposta de acordo com os EUA.

Uma das razões que levou representantes do Poder Legislativo a discordarem do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas que seria firmado com EUA em 2001, foi uma cláusula

²⁷ O WikiLeaks é uma organização que divulga na internet documentos confidenciais obtidos de empresas e agências governamentais do mundo todo. Segundo o ativista, os processos aos quais ele responde têm a ver, principalmente, com o papel do WikiLeaks na divulgação de arquivos secretos de países e corporações. Julian Assange é seu fundador e conhecido por ter sido fundador de um importante e polêmico portal da internet (O que [...], 2019).

que estabelecia que nenhum brasileiro poderia fazer inspeções nas cargas trazidas dos Estados Unidos para Alcântara. Essa obrigação gerou muitos debates no Congresso Nacional e foi arquivado com a justificativa de que tal imposição violaria a soberania nacional (Silva; Feltrin, 2020).

Em 2019, durante a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022) no Brasil e de Donald Trump (2017-2021) nos Estados Unidos, foi firmado o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST). Segundo especialistas (Oliveira *et al.*, 2019), o atual AST é praticamente igual ao assinado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

A partir desses entendimentos, podemos pensar que os EUA identificaram Alcântara como sendo “a janela brasileira para o espaço”, mas somente deve ser explorada por eles ou com a permissão deles e por interesse deles.

4.2 Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA) e turismo de Alcântara

Alcântara tem potenciais turísticos, mas não são explorados. Tem potencial na pesca e agricultura familiar, mas também não recebe investimentos. Belezas naturais e arquitetônicas não faltam em Alcântara. Possui belezas singulares, um conjunto arquitetônico reconhecido como Patrimônio Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo identificada como uma das cidades turísticas do Maranhão. Mas não possui a mínima estrutura para o desenvolvimento do turismo.

Por ser uma cidade pequena, tranquila, com pouco trânsito, os turistas fazem passeios a pé, despreocupadamente. O município possui 80 km de praias (Filho, 2017; Conheça [...], 2021), entre as praias mais conhecidas estão: praia da Itatinga, praia de Mamuna, Ilha do Livramento, praia de Baracatuiua, praia de Vista Alegre, praia do Barco. Mas o acesso, a elas não é fácil e nenhuma conta com infraestrutura gastronômica ou de hospedagem.

O turismo comunitário poderia absorver elevada quantidade de mão de obra local. Garantiria empregos e renda para muitas pessoas no município, em especial, à população mais jovem. Entretanto, as dificuldades para impulsionamento do turismo em Alcântara começam na travessia do mar feita em catamarãs ou lanchas a partir da Baía de São Marcos, em São Luís. O problema é que essas embarcações não têm horário fixo para ir ou voltar de Alcântara, funcionam de acordo com a tábua das marés.

Outro fator limitante é a aquisição de passagens nos catamarãs, lanchas ou *ferry-boats*. Ao escolher ir de catamarãs, o passageiro, geralmente, apenas consegue comprar as passagens

uma hora antes da saída da embarcação. As embarcações, na maioria dos dias, partem superlotadas, tanto na ida quanto na volta. É o meio de transporte mais utilizado pelos moradores locais. A travessia é de aproximadamente 1h20min, com preços acessíveis, atualmente, R\$ 20,00 (vinte reais). Todos aqueles que moram em Alcântara e se deslocam para a capital, por qualquer motivo, como consultas médicas e odontológicas, realização de exames, para compras de artigos em geral, estudar e turistas utilizam as mesmas embarcações.

Fotografia 3 – Desembarque de passageiros do catamarã em Alcântara



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

A travessia feita em *ferry-boats*, leva mais tempo. Do outro lado, na Ponta da Espera, os passageiros precisam de transporte particular ou rodoviário coletivo para chegar à sede de Alcântara. Para transportar veículos são cobradas taxas que variam entre R\$ 130,00 (pequeno) e R\$ 280,00 (ônibus), conforme tamanho do veículo.

Os passageiros pagam R\$ 10,00. As passagens para travessias nos *ferry-boats* são vendidas em sites de quatro empresas habilitadas pelo estado do Maranhão. Mas o passageiro precisa comprar a passagem com antecedência ou não consegue. Muitas vezes, nos sites, não se encontram passagens disponíveis, mesmo para datas mais distantes. Desse modo, não

existem meios de transportes que atendam facilmente as necessidades de turistas para Alcântara. Diferentemente da maioria das localidades onde essa atividade é priorizada.

Fotografia 4 - Chegada dos passageiros do catamarã em Alcântara



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

As embarcações, disponíveis, atendem, precariamente, a necessidade dos moradores, trabalhadores, estudantes, comerciantes locais. Em determinadas épocas do ano, como finais de semana e feriados, as filas, para comprar passagens, são enormes. Várias pessoas que se programaram para ir, desistem, por não conseguirem vagas. Sem horário fixo de saída e retorno das embarcações, é difícil para um turista, que esteja visitando São Luís, organizar-se para conhecer Alcântara.

Por outro lado, os trabalhadores ou convidados dos gestores do CLA, fazem a travessia de São Luís para Alcântara em embarcação confortável e mais veloz. Além da lancha, o CLA dispõe de aeronave e ônibus para transportar trabalhadores da capital para o município.

Fotografia 5 – Passarela do cais e passageiros que chegaram de São Luís, capital do estado



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Fotografia 6 – Embarcação do CLA²⁹



Fonte: AEB (2022, p. 47).

²⁹ Mais veloz, faz a travessia de São Luís para Alcântara em 45 minutos, mais confortável e não anda lotada.

Fotografia 7 – Estrada na sede de Alcântara que permite acesso à praia de Itatinga



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Fotografia 8 – Embarcações para levar moradores locais e turistas à praia de Itatinga³⁰



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Fotografia 9 - Placa de boas-vindas, em inglês, à praia de Itatinga



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

³⁰ Os mesmos barcos são utilizados para chegar à ilha do Livramento ou apreciar a revoada dos guarás.

Fotografia 10 – Moradores locais chegando da praia de Itatinga



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Fotografia 11 – Casal de turistas saindo da praia de Itatinga no barco de seu Chico³¹



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

³¹ Na praia não há atracadouro, assim, o barqueiro, moradores locais ou turistas descem do barco, colocando os pés no mangue, a exemplo de seu Chico.

Fotografia 12 - Único local (barraca) para atendimento aos banhistas na praia de Itatinga



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Fotografia 13 - Local para servir bebida e comida para banhistas



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Fotografia 14 - Balcão para atendimento de pedidos de bebida e comida



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Fotografia 15 - Local que funciona como banheiro na praia de Itatinga



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024)

Fotografia 16 - Local utilizado para preparação de alimentos (peixes, caranguejos)



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Com base nas fotografias de 8 a 16, percebemos que há uma total precariedade que impossibilita o fortalecimento das atividades de turismo em Alcântara. Na praia de Itatinga, ainda tem esse local de atendimento que funciona nos fins de semana. A Ilha do Livramento é deserta, sem qualquer estrutura. As dificuldades para chegar em Alcântara, começam no traslado de São Luís. E continuam quando se chega à cidade. Não existem agências com vendas de passeios, faltam estradas e estrutura nas praias do município (cozinha, barraca de atendimento, bar, mesas, banheiro).

Existem praias, muito bonitas nas comunidades quilombolas, que estão situadas no Território Étnico onde está localizado o CLA. Nessas comunidades poderiam ser desenvolvidos o turismo comunitário. Uma oportunidade para gerar emprego e renda para os moradores locais.

Mas não há interesse estatal em desenvolver o turismo em Alcântara. A cidade atrai visitantes. Mas não dispõe de infraestrutura mínima para promover o turismo local.

O CLA é um projeto que aporta um considerável volume de recursos, “ao todo, desde a sua criação, o Brasil já investiu cerca de R\$ 1,3 bilhão no CLA” (AEB, 2022, p. 8). Segundo Alentejano e Tavares (2019, p. 194), o “aparecimento” dos grandes projetos de desenvolvimento na escala local, nos lugares, não ocorrem sem provocar significativas alterações. Eles influenciam nos ritmos sociais e econômicos locais. Alteram também, os

(micro)cenários políticos e no meio ambiente. Para os autores, “os GPDs podem ser entendidos como atividades e empreendimentos de proporção (econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional”.

É possível perceber que o CLA em Alcântara interfere na economia local. Consequentemente no social. A atividade do turismo poderia receber aportes estatais para gerar empregos e renda para a população local, mas isso não acontece. A única atividade econômica promovida pelo Estado brasileiro, em Alcântara, é a de lançamento de foguetes. Seu Chico (Fotografia 18) trabalha como barqueiro há mais de 30 anos em Alcântara. Na atividade de turismo. Durante uma travessia para a praia de Itatinga, ele me perguntou como poderia acessar um empréstimo de R\$ 5 mil para comprar um motor novo para seu barco que acabara de adquirir (Fotografia 17). Apesar dos estudos já avançados sobre os problemas enfrentados pelos quilombolas em Alcântara, sua pergunta ainda me causou indignação e constrangimento.

O trabalho de campo da pesquisa permite constatar que um trabalhador, em Alcântara, enfrenta mais dificuldades para encontrar recursos para sobreviver do que nos outros municípios. E a herança colonial, a identidade quilombola, o racismo estrutural e a presença do CLA estão por trás dessas dificuldades. É como se, diariamente, o trabalhador precisasse reafirmar seu desejo de permanecer em Alcântara. Resistindo às misérias e desafiando as pretensões dos representantes estatais de vê-los partir. A omissão estatal funciona como um convite ao abandono de seu município.

Fotografia 17 - Barco branco novo de seu Chico que está sem motor por falta de recursos do proprietário



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Fotografia 18 - Barco com motor que seu Chico trabalha atualmente³²



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

No documento elaborado pelos representantes da AEB, o PDI-CEA, foi destacada a importância do turismo para Alcântara e apontadas algumas deficiências para o desempenho da atividade como insuficiência de infraestrutura local. Segundo entendimento dos elaboradores do PDI-CEA, o potencial turístico de Alcântara deriva-se também do CLA.

A importância que se dá ao potencial turístico em Alcântara decorre da sua relação direta com a viabilidade das atividades espaciais no município. As atividades espaciais do CEA dependerão e se utilizarão dos serviços e da infraestrutura hoteleira e gastronômica disponíveis em Alcântara e entorno. Dessa forma, há uma sinergia importante a se explorar nessa interface, que se coaduna com os objetivos do Programa Espacial Brasileiro (AEB, 2022, p. 41).

A partir dessa afirmação e das fotografias de 8 a 16, podemos pensar que serão necessários muitos investimentos em Alcântara, para que ocorram mudanças efetivas na

³² Segundo ele, o motor não tem capacidade para operar porque o barco é maior e pesa mais.

Fotografia 19 - Réplica de um foguete dentro da Casa de Cultura Aeroespacial



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

No PDI-CEA também foi informado que o Ministério do Turismo (MTur) deve atuar em Alcântara para criação de agendas no sentido de integrar ações da atividade de turismo nas esferas federal, estadual e municipal. Em especial, no que diz respeito às rotas turísticas que insiram Alcântara. Também foi dito, que devem ser formuladas políticas e ações integradas com apoio dos demais ministérios para garantir melhorias na infraestrutura e na geração de emprego e renda no município e seu entorno. Assim, seria possível fomentar o “desenvolvimento do turismo no conjunto das atividades espaciais, de forma a conectá-lo com os turismos histórico, arqueológico, ecológico, de aventura e de outras características típicas das regiões Norte e Nordeste do País” (AEB, 2022, p. 87).

De acordo com Santos (2008), os GPDs estão relacionados principalmente com os investimentos capitalistas, geralmente com o forte apoio estatal. Os “grandes objetos” sempre se articulam em diferentes escalas (regional, nacional, global). Porém, demandam, para sua existência concreta, a escala local, com a qual precisam se confrontar.

O turismo em Alcântara, seja o tradicional ou de base comunitária é uma atividade que vai de encontro com os interesses dos representantes do CLA. Foram colocadas ações no campo do turismo no PDI-CEA porque há interesse de vários empresários locais que essa atividade seja promovida. Mas é uma atividade tolhida pelo CLA. Os representantes do CLA têm um projeto para construção de sítios de lançamentos no litoral alcantareense.

Caso essa expansão ocorra, haverá mais limitações de acesso às praias. Desde a instalação do CLA, não é permitida a entrada de banhistas na praia onde ele foi construído. Alguns pescadores, que moram próximos ao CLA, foram cadastrados para conseguirem acesso à praia. Possuem crachás de identificação fornecidos pelos gestores do CLA, por isso podem pescar nessa praia. Outros moradores não têm permissão.

Apesar de constar no PDI-CEA que o Ministério do Turismo deve: “Formular políticas e ações que se destinem à melhoria das infraestruturas turísticas em Alcântara e entorno estratégico” e “Destinar recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur) para investimentos em infraestruturas turísticas” (AEB, 2022, p. 112), é preciso considerar que, no atual contexto, as atividades do CLA limitam o turismo no município. Não há correlação entre elas. Pelo contrário, são atividades que disputam os mesmos espaços e impõem mais pressão pelos recursos escassos do município.

Outrossim, constam, no PDI-CEA, várias ideias e atribuições aos entes da federação para alavancagem do turismo no município, que merecem reflexão. Nos parece estranho, que sejam os técnicos e gestores da Agência Espacial Brasileira (AEB) estejam pensando a política de turismo para Alcântara. Afinal é uma política atribuída ao Ministério do Turismo e órgãos afins.

Aos gestores da AEB, cabe pensar as ações do Programa Espacial Brasileiro e, em Alcântara, a responsabilidades deles deveria terminar na gestão do CLA. Entendemos que não lhes compete, pensar ações relacionadas com outras políticas públicas para o município. Ao agirem dessa forma, atravessam funções que competem a outros órgãos do poder executivo.

Fotografia 20 - A revoada dos guarás, ao nascer ou pôr do sol encanta³³



Fonte: MDM Turismo.

Alcântara tem praias de belezas raras, ainda limpas e preservadas. Essas praias são usadas de forma sustentável pelas comunidades quilombolas, a exemplo das praias da Mamuna e de Vista Alegre. Em nenhuma delas há infraestrutura básica como restaurantes, pousadas, transportes que favoreçam o desenvolvimento do turismo.

Uma vez que o litoral é ocupado por comunidades quilombolas, entendemos que o turismo de Base Comunitária poderia contribuir para melhor desempenho da economia local. Esse tipo de turismo respeita a identidade cultural do local e preserva o ambiente natural. Para isso, seriam necessários incentivos governamentais, respeitando os interesses das comunidades quilombolas, considerando os aspectos sociais, culturais e ambientais.

No caso de Alcântara, é essencial considerar o estabelecido no Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019, se houvesse interesses estatal em o desenvolver o turismo e gerar emprego e renda para os quilombolas.

O Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, que gera benefícios coletivos, promove a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações e a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (Brasil, 2019, p. 19).

³³ Aliás, um pássaro desses sozinho esbanja muita beleza. É um destaque entre as árvores.

Segundo Grimm e Sampaio (2011), muitas atividades desenvolvidas nas comunidades quilombolas podem integrar o turismo, tais como: artesanato, agricultura, pesca artesanal, eventos e festas tradicionais. O turismo comunitário é diferenciado do turismo convencional, pois há uma valorização dos povos e seus costumes, e o elemento fundamental desse tipo turismo é a comunidade.

E os benefícios para as comunidades locais dependem das atividades desenvolvidas, mas precisam ser de baixo impacto com número controlado de turistas “para diversificar sua economia e preservar o meio ambiente, divulgar sua cultura por meio da convivencialidade e gestionar suas atividades sociais com dignidade, passa pelo turismo de base comunitária” (Grimm; Sampaio, 2011, p. 67). Nesse sentido, Maldonado (2007) afirma que esse tipo de turismo busca conciliar a eficiência econômica com a equidade social, a valorização das identidades culturais e a preservação dos recursos naturais.

Ainda de acordo com Maldonado (2009), o turismo que envolve comunidades e povos tradicionais são iniciativas que se devem a diversos fatores de ordem econômica, social, cultural e política. Ao estudar o turismo rural comunitário na América Latina em comunidades indígenas e povos tradicionais, o autor alerta, que o turismo comunitário necessita de formulação de políticas públicas adequadas e ação articulada por meio de redes, federações e associações locais, regionais e nacionais.

Fotografia 21- Praia do quilombo Mamuna, dista 39 km de Alcântara



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Fotografia 22 - Praia do quilombo Vista Alegre



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Fotografia 23 - Árvore em frente à casa de seu Francisco no quilombo Vista Alegre



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

O fato é que o Estado brasileiro não investe no município de Alcântara para fomentar outras atividades que seja a de lançamento. No CLA os investimentos são frequentes. Partindo da hipótese de que o CLA funciona como um apêndice bélico dos EUA, no Brasil, podemos dizer que a Teoria da Dependência justifica a razão dos Estados Unidos interferirem de forma tão incisiva no Estado brasileiro. E as teorias do Racismo Estrutural e do Racismo Ambiental explicam os motivos de Alcântara sediar o CLA, mas não somente. Podemos compreender que, o Estado brasileiro percebe os quilombolas como um *homo sacer*, por isso Alcântara pode sediar um empreendimento tão perigoso.

Caso essa hipótese de apêndice bélico não proceda, podemos depreender, que os quilombolas de Alcântara são percebidos pelo Estado brasileiro como *homo sacer*. São pessoas que podem morrer, sem que seja considerado que houve homicídio. Os moradores de Alcântara são invisibilizados pelo Estado brasileiro. Políticas públicas nacionais voltadas para o turismo ou agricultura familiar, poderiam melhorar muito a qualidade de vida dos habitantes pela geração de emprego e renda.

No entanto, como essas políticas públicas não são implementadas, prevalece a política de morte, como explica Agamben (2002). Os dados mostram que em Alcântara, 76,98% dos inscritos no CadÚnico, em dezembro de 2023, encontravam-se em situação de extrema pobreza. Com renda per capita familiar de até R\$ 109/mês.

Fotografia 24 - Ônibus do CLA³⁴

Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

No Brasil, a dependência econômica é porta para a submissão ideológica aos países hegemônicos. Desse modo, o CLA, além de ser visto como um empreendimento capaz de garantir progresso e desenvolvimento para Alcântara, Maranhão e o Brasil, é também percebido como um megaprojeto representante da modernidade em país periférico. Opera com tecnologia avançada que precisa ser adquirida no exterior.

O CLA não entrega resultados prometidos ou esperados por seus representantes e gestores, mas não perde o valor ideológico constituído socialmente. A partir de Gramsci (2007) entendemos que isso acontece porque os representantes e da Política Espacial Brasileira possuem organicidade ideológica e prática para defender o CLA e os interesses

³⁴ O ônibus trafega pelas ruas de Alcântara com a seguinte propaganda: CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA. CLA - 1983-2023. 40 ANOS. PARABÊNS. JANELA BRASILEIRA PARA O ESPAÇO.

deles. Atuam como intelectuais orgânicos, executores políticos na condução desse megaprojeto, buscando sempre o apoio da sociedade brasileira, em especial a de Alcântara. Usam de discursos e estratégias para convencimento e aceitação pela população local. Trata-se de um megaempreendimento que retira, ou ameaça retirar, os poucos recursos, como terra e acesso ao mar, que garantem a sobrevivência da população local.

4.3 Programa de Desenvolvimento Integrado para o Centro Espacial de Alcântara (PDI-CEA) e a agricultura de Alcântara

Com relação à agricultura, durante o período colonial, Alcântara foi considerada o celeiro do Maranhão, porque produzia *commodities* agrícolas em grande escala para exportação. À custa do trabalho escravo, contribuiu para a acumulação de riquezas em Portugal. Com o fim da escravidão e ascensão dos ex-escravizados à condição de campesinato autônomo, as comunidades rurais de Alcântara passaram a fornecer alimentos para a sede do município, para municípios vizinhos e para a capital do Maranhão, São Luís (Almeida, 2006).

Passados séculos sem que a economia do município apresentasse destaque no cenário nacional, foi implantado o CLA. Um megaempreendimento que passou a ser percebido como uma nova oportunidade de gerar riquezas no município. O CLA recebe investimentos estatais anuais. Mas é um empreendimento que gera despesas sem, contudo, contribuir para gerar receitas para o Brasil, Maranhão ou Alcântara.

No PDI-CEA, também foram pensadas algumas ações para apoiar a agricultura em Alcântara. Atividades como feira da agricultura familiar, capacitações para produtores rurais, pescadores e vendedores de produtos da agropecuária; criação e estruturação de um centro tecnológico de produção, difusão e distribuição de inoculantes microbianos para as famílias de comunidades tradicionais, aparecem no PDI-CEA.

É lógico que ações como essas que constam no PDI-CEA, se forem implementadas ajudarão. Mas sem os recursos e meios necessários como acesso a áreas produtivas, ao mar, créditos voltados para apoiar a agricultura familiar, pesca e infraestrutura básica, o importante setor agropecuário não prosperará.

Em Alcântara, também não há acesso à energia elétrica por pequenos produtores rurais. Sem isso, não há como ampliar a produção. A produção agropecuária, sem mecanização é créditos com baixos juros, terras produtivas, água, meios e locais para comercialização da produção excedente, torna-se desanimadora.

Os quilombolas plantam, mas são constantemente lembrados de que a terra não lhes pertence. Com isso, não podem acessar as políticas de crédito da agricultura familiar. Podem até continuar nas suas comunidades, mas preocupados com os próximos dias, meses e anos enquanto não houver a titulação definitiva das terras e segurança jurídica do processo.

No depoimento de dona Maria José, que trabalha com hortas no quilombo Mamuna, são percebidas as dificuldades que os produtores rurais enfrentam. Ela integra o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)³⁵. Através do Pnae, ela é contratada pelo município para entregar produtos que compõem a merenda escolar. Também participa da feira da agricultura familiar promovida pela Prefeitura Municipal de Alcântara, na sede do município. A feira acontece na primeira semana de cada mês. Durante uma das minhas visitas à feira, a conheci. Marcamos uma visita para conhecer a horta onde ela e o esposo trabalham para o dia seguinte.

Dona Maria José³⁶ disse que enfrenta dificuldades para ser contratada pelo Pnae e vender sua produção. Tem prefeitos que realmente contrata pelo Pnae nos quatro anos do mandato dele. Faz um contrato, aí a gente vende nos quatro anos. Mas tem prefeito que não contrata. Esse prefeito que está agora contratou só três meses o ano passado. Desde o ano passado, não teve mais contratação, até hoje não funcionou”.

Perguntei a dona Maria José se ela tem acesso à crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para apoiar seu projeto. Ela disse que não. Acrescentou que é difícil a comercialização nos períodos em que não há contrato para entregar produtos pelo Pnae vigente. Também é difícil receber o pagamento pelas hortaliças entregues.

A gente não tem negócio de empréstimo não. Até porque esse prefeito que teve agora, manteve o Pnae só por três meses. O contrato começou já no final do ano. Eles nem pagaram no final do ano (2022), pagaram no outro ano (2023). Neste ano, ainda não iniciaram as compras pelo Pnae. A gente para até de produzir, porque estraga. No verão³⁷, muita gente produz, são muitos produtores e todos eles produzem no verão porque no inverno é mais difícil. Como nós compramos um plástico para as hortas, é melhor produzir no inverno do que no verão, porque no verão todo mundo produz,

³⁵ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) tem o objetivo de contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. O Programa consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas confessionais mantidas por entidade sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. É a Lei nº 11.947, de 16/6/2009 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e está regulamentada atualmente pela Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020.

³⁶ Entrevista de pesquisa concedida por dona Maria José, em 21 de junho de 2024.

³⁷ Na Amazônia brasileira, onde Alcântara está situada, existem somente duas estações no ano: o verão, que é a estação seca, e o inverno, que é a estação chuvosa.

ai o preço é mais baixo. Só não é bom plantar no verão, se o Pnae estiver funcionando, porque todo mundo tem onde botar a mercadoria, né? Nós estamos com dificuldades para vender agora. O cheiro verde baixou mais ainda o preço, porque tem muito cheiro verde pra vender. Então, os que compram não querem dar muito, né? Aí, fica complicado demais pra gente. É desestimulante. A gente quer batalhar pra aumentar nossa renda e não tem como³⁸.

A horta fica cerca de dois quilômetros da casa de dona Maria José. A casa dela situa-se na vila da Mamuna e a horta em terreno afastado. Durante a conversa, dona Maria José e o esposo, seu Franscimar, explicaram, que o CLA permite que pessoas da comunidade possam implementar algum projeto, mas as terras da comunidade pertencem à União. E trabalham sem apoio governamental. Pelo que podemos entender, os quilombolas da Mamuna têm pouca autonomia sobre as terras da comunidade quilombolas Mamuna. É a comunidade mais próxima do CLA. Dona Maria José não se aprofundou nesse assunto.

Voltou ao assunto dos programas que compram alimentos:

Queria muito que o governo (no caso, o prefeito) realmente se prestasse a desenvolver a agricultura familiar dentro das comunidades, porque é muito difícil. A gente não tem certeza de que o Pnae e o PAA³⁹ vão funcionar. Participei também do PAA, mas até agora nada está funcionando. Nenhum está contratando isso é muito ruim, muito desestimulante. A gente está com uma área já preparada para plantar melancia, e mesmo sem ter certeza de que o Pnae vai funcionar, a gente vai plantar melancia. Porque com venda da melancia não tem problema, mas com as outras culturas têm. Com algumas culturas, a gente tem que parar de trabalhar, porque fica complicado pra vender. Estragam, a gente fica com dó, mas estraga no canteiro, como acontece com a cebolinha⁴⁰.

Durante a visita aos canteiros, o senhor Francimar⁴¹ disse que no local onde ficam as hortas não tem energia elétrica. Ele solicitou à Equatorial Energia Maranhão a instalação de um ponto de energia próximo dos canteiros. Eles responderam que não fariam a instalação porque os gestores do CLA não permitem. Essa mesma resposta, negando a ligação de um ponto de energia, foi dada ao senhor Francisco, do quilombo Vista Alegre. Lá a instalação era para ser feita numa cabana de pesca que fica na areia da praia.

O senhor Francimar⁴² disse que se conseguissem permissão para instalar energia próxima dos canteiros, eles se mudariam para lá. “A gente está até com uma casa meio armada

³⁸ Entrevista de pesquisa concedida por dona Maria José, em 21 de jun. 2024

³⁹ Programa de Aquisição de Alimento (PAA) realiza a compra direta de alimentos de agricultores familiares, sem necessidade de licitação e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como à rede socioassistencial, equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e à rede pública e filantrópica de ensino. O PAA tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego, renda e desenvolvendo a economia local”. O PAA foi instituído pela Lei nº 10.696/2003, atualmente é regulamentado pela Lei nº 14.628/2023.

⁴⁰ Entrevista de pesquisa concedida por dona Maria José, em 21 de jun. 2024

⁴¹ Anotação em diário de campo em 15 jun. 2024.

⁴² Anotação em diário de campo em 15 de junho de 2024.

já para a gente morar, porque o ônibus passa lá na estrada para ir para o colégio. Com a energia a gente poderia colocar uma bomba para aguar as plantas, mas eles não colocam mais nem dentro da comunidade, têm pessoas fazendo pedido, tem muita gente que já fez o pedido, mas não vem”. Imagine a dificuldade para aguar vários canteiros, tirando água no balde de um rio e carregando com as mãos.

Fotografia 25 - Dona Maria José é produtora de alimentos, agricultora familiar, na comunidade quilombola de Mamuna



Fonte: Acervo pessoal da Dona Maria José (2023)⁴³.

⁴³ Colheita de melancia em outubro de 2023.

Fotografia 26 - Produção de melancia na horta de dona Maria José comunidade quilombola de Mamuna



Fonte: Acervo pessoal da Dona Maria José (2023)⁴⁴.

No documento do programa PDI-CEA, os representantes da AEB afirmam que comunidades de Alcântara são:

[...] os grupos de cidadãos que residem em Alcântara e em seu entorno estratégico e que compartilham aspectos em comum, como história, interesses, costumes ou área geográfica. As atividades do CEA, por sua transversalidade, terão impactos na realidade alcantareense e, por extensão, em algumas dessas comunidades. Por isso, o PDI-CEA deve incluí-las em seu bojo de atuação. Nesse contexto, identificá-las e provocá-las a participarem da institucionalidade do PDI-CEA é essencial para enriquecer a qualidade dos trabalhos, assim como para aumentar a legitimidade das ações da CDI-CEA (AEB, 2022, p. 103).

Essa afirmação de que as comunidades alcantarenses devem ser identificadas e provocadas a participarem do programa PDI-CEA, visando aumentar a legitimidade das ações

⁴⁴ Colheita de melancia em outubro de 2023.

da Comissão de Desenvolvimento Integrado no Centro Espacial de Alcântara, também causa estranheza. Primeiro, porque, as comunidades estão todas identificadas e mapeadas e, segundo, porque o diálogo entre os gestores do CLA e os quilombolas são raros.

Em Alcântara, a separação entre os gestores do CLA e a população de Alcântara é perceptível a qualquer observador que passe algum tempo por lá. Os habitantes do município não podem entrar no CLA nem em áreas de mata que ficam próximas que estão sob controle dos gestores do CLA. Os militares que trabalham na Base, chegam em Alcântara em embarcações, avião ou ônibus que tem acesso privativo para eles. Esses militares não moram em Alcântara. E, raramente, andam pela sede do município.

Fotografia 27 - Feira de agricultores familiares na sede de Alcântara



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Sobreviver, em Alcântara, da agricultura familiar, exige muita disposição e perseverança. Os quilombolas lavram a terra, sem a posse dela. Sem isso, não podem contratar créditos agrícolas como Pronaf. Enfrentam dificuldades para comercialização, nem mesmo

conseguem instalação de eletricidade onde precisam, como acontece com dona Maria do Carmo e seu Francisco.

Fotografia 28 - A feira de agricultores familiares conta com a participação de várias comunidades quilombolas na sede de Alcântara



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Do mesmo modo, que trabalhar na atividade de turismo, em especial, informalmente, como é o caso de seu Chico, é trabalho árduo. Mas sem essas duas atividades, restam poucas alternativas para obtenção de renda em Alcântara. Seu Chico ⁴⁵ é um barqueiro muito conhecido no município. Ele nos conta que trabalha somente na atividade do turismo há poucos anos, mas anos atrás, também trabalhava com pesca. Porém, perdeu todos os seus companheiros de pescaria para a cachaça ou droga.

Os quilombolas de Alcântara sofrem com insegurança em relação a posse da terra, escassez de empregos e oportunidades para auferir renda. Aqueles que resistem nas comunidades, como ocorre com os moradores de Vista Alegre e Manuna, ainda acordam e sabem o que fazer. Mesmo com poucos recursos, plantam, pescam, criam pequenos animais.

⁴⁵ Anotação em diário de campo em 14 de junho 2024.

Mas, uma parte dos quilombolas que moram na sede ou periferia do núcleo urbano e não conseguem empregos no diminuto comércio local, têm suas condições de vida cada vez mais precarizada.

Nos capítulos seguintes, a partir de dados secundários, mostraremos parte da realidade socioeconômica de Alcântara e os efeitos do CLA para a economia local. Percebemos que a disputa territorial aumentou as dificuldades para sobrevivência da população local. Sem o acesso à terra e as políticas públicas para produzirem não encontram alternativas para auferimento de renda. O comércio local não cresceu, é do mesmo tamanho de décadas atrás. Há um acúmulo de miserabilidades econômicas e sociais. Mas uma parte da população acredita que é um projeto viável, capaz de levar progresso e desenvolvimento para o município.

As narrativas dos governos, especialmente, do federal, representado pelos gestores da AEB/CLA, convencem e persuadem uma parcela da população alcantarense. Diferente disso, os dados mostram que os moradores do município enfrentam vários problemas: deterioração das atividades de agricultura e turismo que poderiam garantir emprego, renda e dignidade dos habitantes. Além disso, narrativas sobre a capacidade do CLA levar desenvolvimento e progresso para Alcântara divide opiniões, altera a forma de pensar e as relações sociais preexistentes.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO DE ALCÂNTARA E DO MARANHÃO NO SÉCULO XXI

*Ninguém come PIB, come alimentos.
Maria da Conceição Tavares*

O objetivo do presente capítulo é analisar alguns dos indicadores econômicos e sociais para mostrar que as desigualdades são próprias da dinâmica do capitalismo. No Brasil, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm protagonismo em termos de produção, empregos, maiores médias salariais, número de empresas e indústrias do que nas regiões Norte e Nordeste. O estado do Maranhão, localizado no Nordeste brasileiro, integra a periferia do sistema capitalista do país. Portanto, apresenta indicadores socioeconômico inferiores aos dos estados das regiões centrais no capitalismo do país.

Os indicadores maranhenses apresentam dissemelhanças marcantes quando comparados às regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. Podemos dizer, que os grandes projetos desenvolvimentistas falharam na promessa de melhorar a qualidade de vida das pessoas no Maranhão.

Antes da década de 1980, a economia do Maranhão era agrícola com predominância de propriedades rurais com poucas extensões. A plantios eram alimentos básicos, com destaque para o arroz e exploração de babaçu.

Existia também uma pecuária bovina extensiva que começava a se modernizar com o amparo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) (Arcangeli, 1987; Mesquita, 2011) e uma indústria têxtil em decadência, que desapareceu nos anos de 1960. Mas, coube a agricultura considerada como atrasada, voltada à produção de alimentos, até década de 1980, como arroz e babaçu, feita por camponeses, integrar a economia maranhense à região rica do país, o centro-sul, onde opera a dinâmica capitalista do Brasil.

A partir desse processo de inserção do Maranhão na economia capitalista e na divisão nacional do trabalho, nos anos de 1980, o cenário anterior de pobreza passa por transformações e as desigualdades ganham velocidade e se aprofundam. Os investimentos originários do Programa Grande Carajás, da Sudene e da Sudan são o elemento central desse processo. O Estado brasileiro assume um papel marcante na indução e atração de investimentos para a economia local. Empresas com investimentos vultuosos e o capital financeiro têm tratamento privilegiado.

Este tratamento unilateral, antes dado apenas ao Programa Grande Carajás, com a globalização dos mercados, se generaliza. Uma gama de atividades, tanto voltada à produção de commodities agrícolas como soja e não agrícolas, como os minérios, quanto para exploração de gás, geração de energia eólica etc. se destacam no recebimento de apoio estatal (Mesquita, 2007; Madeira, 2012; Barbosa, 2013).

O propósito governamental era integrar o estado à economia nacional e internacional. Patrocinou a instalação de grandes projetos desenvolvimentistas como estradas de rodagem, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidroelétricas no Maranhão. Por ser visto como um estado com grandes potencialidades econômicas, mas atrasado em relação aos demais, os planejadores entendiam que a atuação conjunta do Estado e da iniciativa privada seriam capazes de romper com o atraso.

Os planos de desenvolvimento para as regiões brasileiras, durante a ditadura militar, tinham como objetivo central integrar e promover o capitalismo nas regiões que permaneciam à margem da industrialização e da modernização para que integrassem a economia nacional e internacional. Os estados da região amazônica, dentre eles, o Maranhão, foram pontos focais nesses planos. No Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, de 1967, o governo brasileiro intencionava atrair investidores para o Maranhão com a justificativa de que era um dos estados nordestinos com menor renda per capita.

Segundo Paula e Mesquita (2008), os instrumentos visando à modernização não foram capazes de modificar qualitativamente o perfil produtivo do Maranhão. Os poucos efeitos positivos ficaram restritos ao período em que foram dados os incentivos fiscais e créditos subsidiados. Com o fim desses incentivos, o mercado passou a ocupar a função do Estado brasileiro e tornou-se protagonista do desenvolvimento econômico no Maranhão. O mercado vem dando continuidade à expansão da lógica modernizante, especialmente no campo, com incentivos à produção de *commodities* exportadoras como soja e eucalipto.

Segundo Sant'Ana Júnior (2009, p. 3), o modelo de desenvolvimento para o Maranhão e para a Amazônia, baseado em grandes projetos, ocorreu devido ao entendimento de que nessas regiões existem “grandes potencialidades econômicas, porém com atrasos e déficits que devem ser supridos numa atuação conjunta de Estado e iniciativa privada”. E que, “os desdobramentos deste projeto e de outras grandes iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial”.

Os grandes projetos trouxeram modernização para os processos produtivos do Maranhão. Mas são iniciativas que “tem provocado profundos impactos socioambientais,

alterando biomas e modos de vida de populações locais (conhecidas também como populações tradicionais), através de reordenamento sócio-econômico e espacial de áreas destinadas à implantação dos mesmos” (Sant’Ana Júnior, 2009, p. 4).

De acordo com Acselrad (2004), no Brasil, os grandes projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado desenvolvimentista produziram uma complexa estrutura industrial. Esse modelo construiu grandes obras de infraestrutura, grandes barragens, projetos de mineração e irrigação voltados para a agricultura industrializada. Porém, os grandes projetos, ao se apropriaram de áreas já ocupadas e do meio ambiente, provocaram:

[...] grandes impactos e efeitos de desestruturação de ecossistemas, ao mesmo tempo em que os pequenos produtores, populações ribeirinhas e deslocados compulsórios foram concentrados em áreas exíguas, com terras menos férteis, devendo intensificar ritmos da exploração de suas áreas, ocasionando, por ambos os processos conjugados, perda de biodiversidade, comprometimento de disponibilidade de água, da fertilidade dos solos etc. (Acselrad, 2004, p. 30).

Segundo Almeida (2004), para a implantação dos grandes projetos ocorreu com a justificativa de que levariam modernidade e progresso para as diferentes localidades consideradas como atrasadas e povoadas por pessoas que tinham capacidade cognitiva deficitária. Mas são justificativas execráveis. Por isso, são refutadas pelo trabalho dos movimentos sociais e pelas ações das entidades que militam em prol do meio ambiente.

A repetida invocação de “modernidade” e “progresso”, que parecia justificar que os agentes sociais atingidos pelos “grandes projetos” fossem menosprezados ou tratados etnocentricamente como “primitivos” e sob o rótulo de “atraso”, tem sido abalada face à gravidade de conflitos prolongados e à eficácia dos movimentos sociais e das entidades ambientalistas em impor novos critérios de consciência ambiental (Almeida, 2004, p. 40).

Indicadores econômicos e sociais mostram que a implantação de grandes projetos não conseguiu, nem de longe, equiparar a qualidade de vida da população brasileira ou maranhense a de populações dos países que estão no centro do sistema econômico. Ao contrário, esses grandes projetos ocupam grandes extensões de áreas do campo, que já eram ocupadas por povos e comunidades há séculos. Devido as construções dessas obras gigantescas, o que se observa é o deslocamento compulsório de pessoas que vão para as periferias das cidades, aprofundando ainda mais as desigualdades que já existem.

5.1 O Maranhão e Grandes Projetos de Desenvolvimento

O capitalismo se consolidou como modo de produção e produziu muitas riquezas para algumas pessoas. Parte das populações são privilegiadas no sistema. Para eles, o que dinheiro puder comprar, não lhes faltará. São os donos dos meios de produção, políticos, grupos dominantes dentro das grandes empresas e bancos, latifundiários. O capitalismo é vantajoso para eles porque detêm prestígio e são dominantes no sistema. Mas para a maioria dos trabalhadores e para o meio ambiente, o modelo de desenvolvimento do capitalismo opera como moinho satânico. O capitalismo mói os recursos naturais e a traga a energia do homem para fabricar mercadorias (Polanyi, 2000). Para Polanyi (2000), o moinho satânico é uma metáfora que representa a maquinaria do capitalismo que esmaga e moe os indivíduos em busca do lucro e do poder.

Noutra direção Rostow (1959) assevera que todas as regiões e localidades podem alcançar o desenvolvimento no capitalismo. Para ele, o desenvolvimento ocorre em etapas. Para que o desenvolvimento seja alcançado, etapas sequenciais dentro das matrizes do capitalismo devem ser implementadas.

Com base em concepções sobre o desenvolvimento, surgiram teorias e propostas para debater essas ideias de promoção do crescimento da produção, do emprego e da renda nos países periféricos. Os estudos produzidos pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), que objetivavam contribuir com o crescimento econômico da América Latina, contribuíram para disseminar as ideias sobre como um país periférico como o Brasil, poderia alcançar o desenvolvimento. A partir disso, no Brasil foram implementados planos governamentais e estudos que promoveram o modelo desenvolvimento capitalista. Celso Furtado (1960, 1974), o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN, 1967) e Bresser-Pereira (1991, 1998, 2018) foram alguns dos expoentes dessa corrente. Esses autores defendiam que o desenvolvimento produziria melhorias na qualidade de vida da população brasileira.

O capitalismo produz uma infinidade de mercadorias e serviços capazes de melhorar a vida das pessoas. Existem muitas pesquisas voltadas para o mercado de consumo, e em virtude dos seus resultados, ocorrem inserções diárias de novos produtos e serviços nos diversos campos das necessidades da vida humana: saúde, transportes, alimentação, moradia, tecnologia, entre outros. Inúmeros produtos introduzidos no mercado diariamente são capazes de resolver problemas enfrentados pela população em geral. Mas a grande maioria das pessoas não pode pagar por eles.

No capitalismo não é possível universalizar o que considerado como boas condições de vida. A produção de mercadorias sempre causa perdas e ganhos. Quando se industrializa

determinada localidade, aumenta a oferta de empregos e renda para uma parte dos trabalhadores. No entanto, os níveis de poluição são elevados, há maior desgaste ambiental, muitas vezes, ocorrem expropriação de povos e comunidades de áreas onde novos empreendimentos são instalados.

Além disso, para garantir a universalização do consumo de bens e serviços, todos os trabalhadores precisam ter empregos, alta remuneração e aumento progressivo dos salários. Mas além da impossibilidade de se manter o pleno emprego em todas as localidades, os donos dos meios de produção não aceitam pagar altos salários e reajustá-los com frequência. Se isso acontecesse, o ambicionado lucro diminuiria. O esgotamento das matérias primas não renováveis, a produção de lixo e a degradação do planeta são outros obstáculos, intransponíveis, para a universalização do consumo.

Desse modo, prevalecerá a desigualdade de condições materiais e sociais, que é a característica principal do capitalismo. Para que uma parcela da população desfrute de uma gama de bens e serviços, daquilo que é considerado como desenvolvimento, outros viverão com menos. Extraíndo-se os privilegiados do sistema, alguns trabalhadores conseguirão manter um padrão razoável de qualidade de vida. Mas a grande maioria permanecerá em situação de pobreza ou de miséria.

Estudos baseados em realidades locais, a exemplo das pesquisas realizadas por Sant'Ana Júnior (2009), Mesquita (2011, 2014), Paula e Mesquita (2008), Lopes (2020), Paula Andrade (2014), Paula Andrade, Souza Filho e Coelho (2013), Pereira Júnior (2012; 2017); Rocha (2006), Souza Filho (2013), Feitoza (2018), mostram que, nas últimas décadas, esse modelo de desenvolvimento vem aprofundando, no Maranhão, situações de pobreza e miséria por causa das expropriações impostas pelos grandes projetos para o meio rural. Pequenos produtores, quilombolas, sem terras, ribeirinhos, entre outros, são espoliados, expropriados, deslocados compulsoriamente com frequência.

Nos anos 1970, durante o período ditatorial, foram criados os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Esse período foi chamado de "milagre" econômico brasileiro. O milagre brasileiro era propaganda nacionalista dos governos militares. No II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (1975-1979), para a região Nordeste, foi planejado um crescimento acelerado para reduzir a diferença econômica em relação ao restante do Brasil. Para isso, a região deveria crescer a taxas superiores a 10% ao ano.

Além disso, os projetos e programas, pensados no II PND, tinham como foco substituir as importações e aumentar as exportações brasileiras. Assim, seu objetivo era o fortalecimento dos setores de bens de capital, através do investimento em indústrias nacionais, infraestrutura

e energia. Como resultado, o governo esperava transformar, econômica e socialmente, as regiões consideradas marginalizadas e estagnadas devido à ausência de homens empreendedores capazes de produzir riqueza. Embora, no II PND, tenha sido estabelecido que o desenvolvimento não poderia depredar o valioso patrimônio dos recursos naturais dessas regiões, esse modelo de desenvolvimento culminou em forte desgaste ambiental. Houve elevado desmatamento, degradação ambiental e poluição.

A intenção governamental com a implementação das ações do II PND, era construir uma economia industrial moderna, superar os desequilíbrios internos e sintonizar as regiões Nordeste, Norte e Amazônica com as demandas da economia mundial. Mas tudo isso, não deveria prejudicar a qualidade da vida da população do país. Todo papel aceita o que se quiser escrever. Estabelecer. Determinar. Populações e comunidades dessas regiões foram massacradas, extintas.

Naquelas décadas, Furtado (1960; 1974) procurou compreender as relações econômicas assimétricas que ligam os países de centro e da periferia do sistema, assim como, as que conectam as regiões brasileiras. No relatório do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), elaborado em 1959 (GTDN, 1967), Furtado começa negando os entendimentos de que o problema do atraso econômico e social do Nordeste decorreria apenas das secas. Ele defendia que somente a construção de açudes seria incapaz de modificar as condições de vida da população nordestina e minimizar as diferenças regionais. Percebeu que a água dos açudes beneficiaria apenas os proprietários de terra.

Segundo Furtado (1960), a mesma relação de trocas desiguais que existia entre os países de centro e da periferia, ocorria entre o Nordeste e as regiões do Sudeste, Sul e Centro do Brasil. O mesmo efeito negativo que os países centrais do sistema produzia nos países periféricos, acontecia entre as regiões do Brasil. A relação comercial entre o Nordeste e o Centro-Sul tinha um duplo efeito de transferência de renda da primeira região para a segunda. E ainda, as trocas de matérias primas por produtos industrializados impedia que o Nordeste se industrializasse. O problema estava na estrutura da economia, que se constituiu por relações de dependência interligando as regiões do país.

O Nordeste não possuía indústrias, por isso importava bens industrializados do Centro-Sul e perdia, porque os preços dos industrializados eram mais altos. Assim, a política de industrialização do Brasil beneficiava a região Centro-Sul e prejudicava o Nordeste. A implantação de indústrias no Nordeste era a alternativa identificada no relatório do GTDN (1967) como sendo capaz de melhorar a situação socioeconômica dos nordestinos.

Furtado (1960) defendia a necessidade de nova política regional para integrar o Nordeste com o Centro-Sul e reduzir as disparidades sociais econômicas entre as regiões. Essa política regional deveria observar no mínimo, quatro dimensões da integração: integração territorial (física), integração econômica (como complementaridade produtiva entre as sub-regiões), integração social (que considere a distribuição de renda, a geração de emprego e a incorporação social) e integração política (um novo pacto federativo).

Para o autor, o Brasil dos anos 1950 seria “uma imensa continuidade territorial dotada de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico” (Furtado, 1957, p. 57). Por isso, quando se observava as economias regionais, existia uma grande diferença. Enquanto o Sul avançou economicamente na primeira metade do século XX, através de um processo de integração e estruturação das atividades em âmbito interno e externo; o Nordeste possuía um sistema pouco integrado, sem “ação de fatores estimulantes externos” (Furtado, 1957, p. 25). Isso contribuía para manter um baixo nível de renda média, com poucas possibilidades de gerar poupança necessária para acelerar o crescimento econômico.

A integração das regiões deveria ocorrer aproveitando a extensão territorial do país e a disponibilidade de mão de obra para obter ganhos econômicos. Assim, com a injeção de recursos monetários já assegurados para essas regiões, o crescimento econômico seria acelerado e atrairia os mercados externos. Para os governantes, “esta atuação é percebida como um eficiente instrumento de promoção do desenvolvimento e da modernidade” (Sant’Ana Júnior, 2009, p. 3).

A integração das regiões periféricas do país, como o Nordeste e Amazônia, foi significativa, em especial, depois da década de 1970. As políticas de desenvolvimento regional e os planos de governo federal e estaduais, com destaque para o II PND, responsável por trazer grandes empreendimentos para as duas regiões e obras de infraestrutura. Isso contribuiu para a que o capitalismo avançasse para o meio rural maranhense. A produção de commodities agrícolas e não agrícolas expandiram-se. O Maranhão construiu estradas de ferro e porto para escoamento da produção, entre outras infraestruturas que grandes corporações desenvolverem atividades neste solo.

De acordo com Paula e Mesquita (2008), a integração do Maranhão com o mercado nacional só se efetivou após 1964. A produção maranhense, primeiramente, supriu necessidades internas por alimentos básicos, com arroz e pecuária bovina. Para atender as demandas externas, o estado especializou na produção de minérios de ferro e bauxita, que é

transformada em alumínio, extraídos e transportados através das ações do Programa Grande Carajás (PGC).

A inserção do estado no mercado nacional ocorreu devido aos fortes subsídios governamental concedido às grandes empresas comerciais e agropecuárias. Os incentivos foram dados para que houvesse modernização tecnológica, no Maranhão, e aumentasse a demanda por insumos produzidos nas regiões Sul e Sudeste brasileiras.

Ao pesquisar sobre os efeitos do modelo de desenvolvimento na Amazônia, pós anos 1970, Loureiro (2012, p. 528-529) afirma que mais avança, mais estragos causa:

Depois de experiências fracassadas num passado mais distante, o atual modelo amazônico de desenvolvimento está ancorado em empreendimentos que produzem bens semielaborados (como ferro, alumínio, óleos de dendê e palma) e matérias-primas (como gado e soja), destinados à exportação. Apesar de gerar poucos empregos, já que as cadeias produtivas não se completam para produzir bens finais; de desalojar populações naturais e tradicionais; de consumir enormes quantidades de energia (inclusive com produção de carvão oriundo da queima da floresta nativa); de exaurir a natureza e colocá-la em permanente perigo, esse modelo de produção, baseado nas duas classes de produtos referidas – semielaborados e matérias-primas –, tem sido apoiado por políticas públicas continuadas, que reproduzem com poucas alterações o secular modelo agroexportador. Pelos males que carrega consigo, trata-se de *desenvolvimento degenerativo*, posto que quanto mais avança e se aprofunda, maiores danos provocam.

Para Acserald (2006), o modelo de desenvolvimento regional, iniciado nos anos 1960, ajudou no processo de desconcentração da economia observado nos anos 1980, mas perdeu ritmo nos anos 1990. As políticas econômicas neoliberais que promoveram a abertura comercial e a desregulação dos mercados aumentaram a concentração econômica e a desigualdade regional no país. Começaram a surgir novas formas de articulação econômica, voltadas para atender ao mercado mundial.

A globalização veio reforçar a tendência à ‘especialização’ das regiões: as estratégias de localização das empresas passaram a se basear na oferta de recursos humanos qualificados, na maior e mais eficiente disponibilidade de infra-estrutura econômica e na proximidade com centros produtores de tecnologia e mercados consumidores de mais alta renda. A mudança do papel do Estado, [...] contribuiu para desarticular espaços antes integrados e favoreceu o surgimento de tensões no pacto federativo, evidenciadas pela crescente ‘guerra fiscal’ entre estados e municípios, cada um buscando implantar focos de dinamismo em seu território (Acserald, 2013, p. 25).

Na visão de Acserald (2006), a globalização provocou uma fragmentação da economia nacional. Os laços de solidariedade econômica que existiam entre as regiões brasileiras, nas décadas anteriores, foram rompidos. No lugar da solidariedade, apareceram novas ilhas de prosperidade. Surgiu nova concentração de indústrias em determinados locais.

Segundo Paula e Mesquita (2008), nos anos 1990, a introdução de políticas neoliberais em substituição do modelo de desenvolvimento dos governos militares, é motivo de preocupação para a economia do Maranhão. O mercado passou a impulsioná-la através de demanda externa, inicialmente, de três *commodities*: soja, minério de ferro e alumínio.

Nos anos mais recentes, surge com força o eucalipto e seus subprodutos. Por outro lado, as atividades internas de agricultura familiar, agroindústria integrada e turismo que poderiam dar sustentação à economia local, com crescimento e modernização independente das economias externas, não têm visibilidade. São atividades que não recebem os incentivos ou investimentos governamentais necessários. Embora sejam atividades capazes de fortalecer a economia do estado e amparar a população com empregos e renda de forma mais autônoma e independente (Paula; Mesquita, 2008).

Estudos com vieses críticos apontam vários fracassos econômicos, sociais e ambientais produzidos nas localidades e suas populações, onde grandes projetos, que são os pilares do modelo de desenvolvimento vigente, foram implementados. Os grandes projetos não foram capazes de amenizar as disparidades entre as regiões brasileiras conforme planejado. Ao invés disso, “acabaram por reforçar as desigualdades regionais, à medida que a incorporação do Norte e Nordeste era de complementaridade ao polo e a política econômica um poderoso instrumento de desenvolvimento deste mesmo polo” (Paula; Mesquita, 2008, p. 10).

De acordo com Loureiro (2012), existem várias razões para que o padrão de desenvolvimento e consumo alcançados nos países centrais seja idealizado e aspirado pelas sociedades dos países periféricos. Mas a reprodução dessa capacidade está na ordem do impossível.

A impossibilidade dos países periféricos de reproduzirem a façanha dos países hegemônicos se deve a várias razões: a acumulação dos países centrais processou-se com base no antigo sistema colonial, na escravidão, nas guerras de conquista e na exploração dos países periféricos e esse processo histórico não pode ser refeito pelos países periféricos nos dias atuais; em segundo lugar, porque o modelo de desenvolvimento adotado tem gerado mais exclusão que igualdade social, e isso vem se tornando intolerável por parte dos menos favorecidos e dos excluídos sociais; em terceiro lugar, porque os recursos naturais do planeta tornaram-se insuficientes para garantir aos países periféricos o mesmo nível de consumo de que gozam os países centrais [...] (Loureiro, 2012, p. 528).

Segundo Almeida e Mourão (2017), no Maranhão, aumento da concentração fundiária, multiplicação dos problemas ambientais e intensificação das desigualdades sociais não só no campo como também nas cidades, foram os resultados dos projetos desenvolvimentistas. Por

isso, Mesquita (2011, p. 4) assevera que o desenvolvimento no Maranhão é “socialmente injusto e ambientalmente insustentável”.

Sant’Ana Júnior (2009, p. 4) afirma que os projetos de desenvolvimento são iniciativas governamentais em parceria com empresas para modernizar e desenvolver o Maranhão. Mas trata-se de um modelo de desenvolvimento que “tem provocado profundos impactos socioambientais, alterando biomas e modos de vida de populações locais”. Essas iniciativas desenvolvimentistas desconsideraram a existência dos grupos sociais e povos que ocupam ou ocupavam a região durante séculos. Nessas terras, mantiveram-se devido à constituição de modos de produção e de vida com características próprias.

Esse modelo de desenvolvimento visa dinamizar o capital pela produção de mercadorias agroexportadoras, desconsiderando a população rural. Os governantes impulsionam os ganhos do capital nas terras produtivas maranhenses e, como se trata de cultivos de monoculturas, requer grandes extensões de áreas que são povoadas. Para expandir o modelo, o Estado brasileiro desconsidera as necessidades de povos e comunidades, seus modos de vida.

O Estado brasileiro para promover o modelo de desenvolvimento não observa a importância da distribuição populacional entre o campo e as cidades, de garantir a segurança alimentar interna, tampouco de preservar o meio ambiente. No Maranhão, e cada censo demográfico é observado queda na população rural e aumento da urbana. Isso ocorre por causa da:

[...] concentração da terra e da renda; a desarticulação da pequena produção de alimentos básicos e do extrativismo do babaçu; a ineficácia das políticas agrícolas – notadamente as voltadas para a agricultura familiar; a expectativa de emprego gerada pelo Programa Grande Carajás na década de 1980; a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento de demandas básicas – saúde/educação – para a área rural (Paula; Mesquita, 2008, p. 11).

Amparada pela demanda e capital externos, a economia maranhense apresenta crescimento, mas a condição de miséria de grande parte da população não é modificada. No meio rural, a exemplo de Chapadinha, parte da população se sente cada vez mais desamparada pelo estado e sem condições de se manter nas terras por causa do avanço dos plantios de soja e eucaliptos (Feitoza, 2018). Povos e comunidades tradicionais, como os agroextrativistas, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, entre outros grupos sociais lutam para se manterem onde vivem por gerações (Paula; Mesquita, 2008). A passagem de uma agricultura “tradicional” para outra “moderna” nos moldes em que foi e, ainda é implementada no campo

brasileiro, requer pouquíssima força de trabalho, por isso “veio (vem) acompanhada pela redução do emprego e destruição ambiental” (Mesquita, 2009, p. 9).

A partir de dados secundários sobre produção, emprego e renda, do Maranhão, percebemos que, a economia do estado continua precária, dependente nacional e internacionalmente. Por ser dependente das economias nacionais e internacionais, é diretamente influenciado pelas crises econômicas. Em ciclos de recessão econômica, uma quantidade significativa de empresas e indústrias são fechadas. Consequentemente, inúmeros trabalhadores perdem seus empregos e fonte de renda. Além disso, o salário médio do maranhense e o salário médio pago por hora de trabalho continuam muito distantes dos valores pagos no Brasil e até mesmos dos outros estados do Nordeste.

De acordo com o Censo Demográfico de 2022 (IBGE), o Maranhão, em 2022, tinha uma população de 6.775.152, 3,05% maior do que em 2010. É o quarto maior estado do Nordeste em termos populacionais, ocupou a 12ª posição no Brasil. A população do Maranhão em 2010 era de 6.574.789, assim, houve um acréscimo de 200.363 habitantes.

Se as características naturais, do Maranhão, como variedade de biomas, índice pluviométrico, belezas naturais e históricas, fertilidade dos solos, culturas e diversidade do povo, fossem consideradas como potencialidades de desenvolvimento para atender interesses internos e, não externos, o Maranhão poderia dar uma forte contribuição à região Nordeste e ao Brasil. Tem muitos recursos naturais para produção de alimentos básicos e locais turísticas. Agricultura familiar e turismo são duas atividades que geram empregos e renda, quando há interesse estatal.

De acordo com a série histórica apresentada na tabela 1, o Maranhão tem um crescimento econômico maior do que a média nacional e nordestina. Comparando os valores do PIB a preços correntes de 2020 com 2015, vemos que o PIB do Maranhão foi maior em 15,16% em relação ao do Brasil e em 7,14% frente ao Nordeste. Comparando os resultados de 2020 com 2010, percebemos que o PIB, do estado, foi maior do que do Brasil em 35,05% e em 24,41% frente ao Nordeste.

Tabela 1 - Variação percentual do Produto Interno Bruto a preços correntes (PIB) no Brasil, grandes regiões e Maranhão, nos anos 2010, 2015 e 2020

	2010-2015	2015-2020
Brasil	54,30	26,92
Norte	54,85	49,11

Nordeste	62,32	27,19
Sudeste	48,50	22,04
Sul	62,54	29,77
Centro-Oeste	63,39	36,48
Maranhão	69,46	36,24

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

O crescimento do PIB do Maranhão pode ser atribuído ao aumento dos plantios de commodities agrícolas e extração de minerais para comercialização no exterior. Soja, eucalipto, milho, ferro gusa e alumínio compõem a cesta das mercadorias exportáveis. O estado é marcado por uma economia baseada principalmente em setores primários voltados para atender o comércio exterior, como agricultura, pecuária e extrativismo mineral. Esses setores são considerados importantes para a economia maranhense, mas apresentam desafios relacionados à sustentabilidade ambiental e à distribuição de renda.

Socialmente, o Maranhão enfrenta desafios. Desigualdade de renda, acesso limitado a serviços básicos de saúde e educação e altos índices de pobreza e desemprego, são alguns deles. Segundo os dados do Atlas Brasil (2022), em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Maranhão caiu, passou da 26ª posição, em 2010, para 27ª, em 2021, no ranking nacional.

O IDH Renda permaneceu na mesma faixa (médio desenvolvimento), mas reduziu de 612, em 2010, para 603, em 2021. Por outro lado, houve uma melhora na educação, saiu da faixa baixo para alto, passando de 0,562 para 0,716. Mas em relação ao ranking nacional, baixou da 19ª posição para 16ª nesse quesito. Com relação a IDH Longevidade, o estado permaneceu na mesma faixa de alto desenvolvimento, mas o valor do índice caiu de 0,757 para 0,715. Em relação ao ranking nacional, passou da 26ª para 27ª, perdeu também nesse indicador de qualidade de vida.

Os dados do IDH do Maranhão refletem os desafios típicos de um estado que tem a economia baseada no setor primário. Para melhorar as condições econômicas e sociais da população do estado, é preciso diversificar as atividades econômicas, valorização da população interna, políticas públicas inclusivas como reforma agrária e acesso à terra para fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento de turismo de base comunitária, estímulo à educação, e outras. Com relação aos dados sobre educação, o IBGE mostra que 11,4% das pessoas com 25 anos ou mais possuem nível superior no Maranhão. No Brasil, essa porcentagem é de 19,4%. Na região Nordeste, o percentual é maior, de 12,7%. O Maranhão tem menos pessoas com nível superior em relação ao Brasil e ao Nordeste devido à falta de

investimento em educação e pesquisa. O mesmo ocorre com a taxa de analfabetismo que é muito superior à taxa do Brasil e das regiões consideradas como sendo mais desenvolvidas, como veremos na sequência.

Os dados secundários, sobre a performance econômica e social do Maranhão, mostram que a população maranhense mantém grande desigualdade social, falta de trabalho e renda, baixa escolaridade, alta informalidade no mercado de trabalho. O modelo de desenvolvimento é excludente. Produz acumulação de riquezas para um grupo privilegiado, enquanto espolia os trabalhadores (Harvey, 2005).

5.2 Performance econômica do Maranhão pós 2000

Os grandes projetos implantados nas regiões Norte e Nordeste, a partir dos anos 1970, não foram capazes de romper com as disparidades regionais⁴⁶. No Maranhão, o avanço do capital para o campo, os créditos concedidos para agricultura, pecuária e infraestrutura, a exemplo dos investimentos para a construção da Estrada de Ferro Carajás, para edificação do Complexo Portuário de São Luís, para a hidrelétrica do Estreito e para a obra da Termelétrica do Porto do Itaqui, além da instalação de oito usinas de processamento de ferro-gusa, uma grande indústria de alumina e alumínio, um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA), em Alcântara; projetos de monocultura agrícola (soja, eucalipto, milho) projetos de criação de búfalos, na Baixada Maranhense; ampliação da pecuária bovina extensiva, crédito rural para incentivar a produção de *commodities* e expansão da pecuária, e mais, recentemente, o Complexo Termoelétrico Parnaíba, com industrialização de gás, não possibilitaram que o estado modificasse as condições socioeconômicas da maioria da população. Se esse arsenal de investimento em infraestrutura e disponibilização de créditos fossem para atender as necessidades da população maranhense, os indicadores socioeconômicos seriam diferentes. Voltando a Tabela 1, que mostra os dados referentes sobre o Produto Interno Bruto a preços correntes (PIB), comparando os resultados dos anos de 2015 com 2010 e de 2020 com 2015, observamos que nos dois comparativos, o Maranhão se destaca em termos de elevação percentual do PIB, ficando em primeiro lugar com aumento de

⁴⁶ Para analisar essa perspectiva do desenvolvimento, coletamos dados socioeconômicos a respeito das taxas de empregos, salários, taxa de analfabetismo, percentual de violência, taxa de formação em curso superior, do desmatamento, entre outros. Esses dados foram extraídos dos órgãos oficiais brasileiros como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), sobre o Brasil, as regiões: Sul, Sudeste e Centro-Oeste, Norte e Nordeste e o estado do Maranhão nos anos recentes. Os dados indicam que nas três primeiras regiões as condições sociais e econômicas da população são mais bem posicionadas do que nas regiões Norte e Nordeste.

69,46%, em 2015, frente a 2010. Na comparação dos resultados de 2020 em relação à 2015, o aumento foi de 36,24%.

No primeiro comparativo, o aumento do PIB maranhense ultrapassa o percentual de acréscimo do Brasil e de todas as grandes regiões do país. Já no segundo período comparativo, a elevação percentual do PIB é menor do que a região Norte e Centro-Oeste. Enquanto o PIB maranhense é 36,24% maior, em 2020, do que, em 2015; do Norte é 49,11% e Centro-Oeste, 36,48%. Embora o PIB do Maranhão reduziu no segundo período da comparação, a elevação, de 2020 frente a 2015, foi maior do que da região Nordeste.

No que diz respeito à participação dos setores da economia na formação do PIB (tabela 2), entre 2010 e 2020, constatamos que o aumento no setor agropecuário do Maranhão foi de 1,19%. Inferior ao brasileiro que foi de 1,75% e nordestino, de 1,43%.

Tabela 2 - Participação percentual do valor adicionado bruto ao PIB, a preços correntes dos setores econômicos no Brasil, grandes regiões e Maranhão, em 2010, 2015 e 2020

Tabela 2 - Participação percentual do valor adicionado bruto ao PIB, a preços correntes por setores econômicos no Brasil, grandes regiões e Maranhão, em 2010, 2015 e 2020												
	Agropecuário			Indústria			Serviços			Administração pública		
	2010	2020	Diferença 2020-2010	2010	2020	Diferença 2020-2010	2010	2020	Diferença 2020-2010	2010	2020	Diferença 2020-2010
Brasil	4,84	6,59	1,75	27,4	22,5	-4,87	51,5	53,5	2,01	16,3	17,4	1,11
Norte	8,45	9,88	1,43	32,1	32,3	0,25	36,3	33,9	-2,45	23,2	24	0,78
Nordeste	6,73	8,91	2,18	22,9	19,1	-3,78	46	46	0,01	24,4	26	1,59
Sudeste	2,38	2,76	0,38	29,1	22,8	-6,3	56	61,1	5,11	12,5	13,4	0,82
Sul	8,3	9,95	1,65	29,2	25,3	-3,88	49,5	50,8	1,36	13,1	14	0,87
Centro-Oeste	8,57	14,47	5,9	17,9	15,4	-2,53	45,6	43,6	-2,09	27,9	26,6	-1,28
Maranhão	11,04	12,23	1,19	16,7	18,4	1,63	46,8	41,4	-5,38	25,4	28	2,56

Fonte: IBGE.

Em 2020, a participação da agropecuária no PIB brasileiro foi de 6,59%, maior do que em 2010, de 4,84%. A participação da agropecuária nordestina subiu de 6,73%, em 2010, para 8,91% em 2020, elevação de 2,18%. A agropecuária do Sudeste deu a menor contribuição para a formação do PIB brasileiro com 2,38% em 2010 e 2,76% em 2020. De outro modo, a participação no setor, pelo Maranhão, é maior do que na maioria das regiões brasileiras. Em 2010, contribuiu com 11,04% e, em 2020, com 12,23%, inferior apenas à região Centro-Oeste.

Nota sobre agricultura maranhense, publicada em 14 de maio de 2018 pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (Imesc), informa que o Maranhão é o segundo maior produtor de soja do Nordeste. Diz que “os agricultores maranhenses, em

especial, os grandes produtores de grãos, continuam otimistas, tendo em vista que a safra de 2018 deverá atingir um novo recorde, maior que o ano anterior em 838,3 mil toneladas”.

No entanto, segundo Loureiro (2012, p. 532), é preciso ficar atento com os ingressos de divisas no país através das *commodities*, pois gera benefícios “quando consegue equilibrar a balança comercial, valendo-se dos elevados saldos, que resultam da contribuição superavitária que os estados produtores dessas *commodities* possibilitam. Mas o que os governos consideram ganhos, exibindo resultados numéricos, trazem embutidos várias contradições”. Por tudo que foi visto até aqui, esse crescimento do PIB agropecuário maranhense deve ser motivo de preocupação e não de comemoração.

Na comparação de 2020 com 2010, o setor industrial brasileiro perdeu força. Com exceção da região Norte e do Maranhão, onde o setor aumentou a participação no PIB nacional, em 0,25% e 1,63%, respectivamente. Nas demais regiões houve reduções. A mais expressiva deu-se no Sul, com queda de 3,88%. No Brasil, a indústria agregou 4,87% na composição do PIB, no comparativo (Tabela 2).

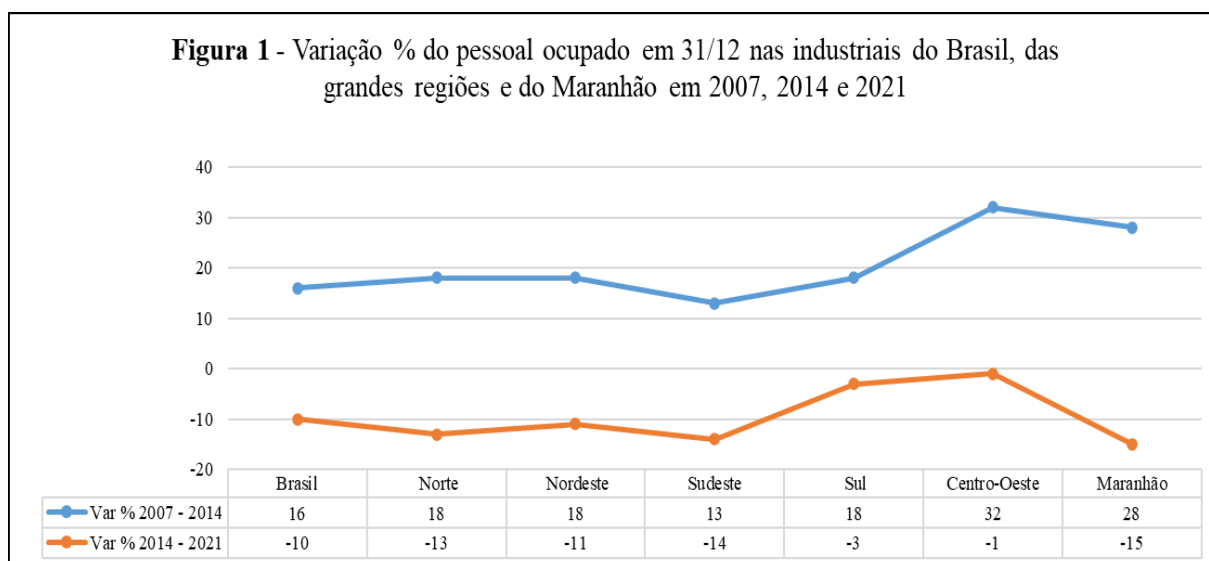
A participação do setor de serviços cresceu 2,08% na composição do PIB nacional. Mas as regiões Norte e Centro-Oeste diminuíram a participação em mais de 2%. O Maranhão reduziu em 5,38%. Por outro lado, a participação do setor na região Sudeste aumentou em 5,11% e da Sul, em 1,36%.

Em se tratando do PIB da subatividade da administração pública, que integra o setor de serviços, nos anos de 2010 e 2020, os percentuais do Maranhão se aproximam dos verificados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, entre 25% e 28%. Noutra direção, os percentuais observados nas regiões Sul e Sudeste não atingem 14%. Mas com exceção apenas do Centro-Oeste, a participação dessa subatividade aumentou na última década.

5.3 Aspectos gerais da ocupação da mão de obra nos setores secundário e terciário

Na comparação de 2014 com 2007, o número de empregos no setor industrial brasileiro cresceu 16% (Figura 1). Em todas as regiões brasileiras e no Maranhão houve crescimento de empregos no setor. A região Centro-Oeste e o estado nordestino foram protagonistas com aumentos de 32% e de 28%, respectivamente. De outra forma, no comparativo de 2021 com 2014, observamos quedas em todos os locais. O Brasil perdeu 10% das vagas. As maiores reduções ocorreram no Sudeste, -14% e no Maranhão, -15%.

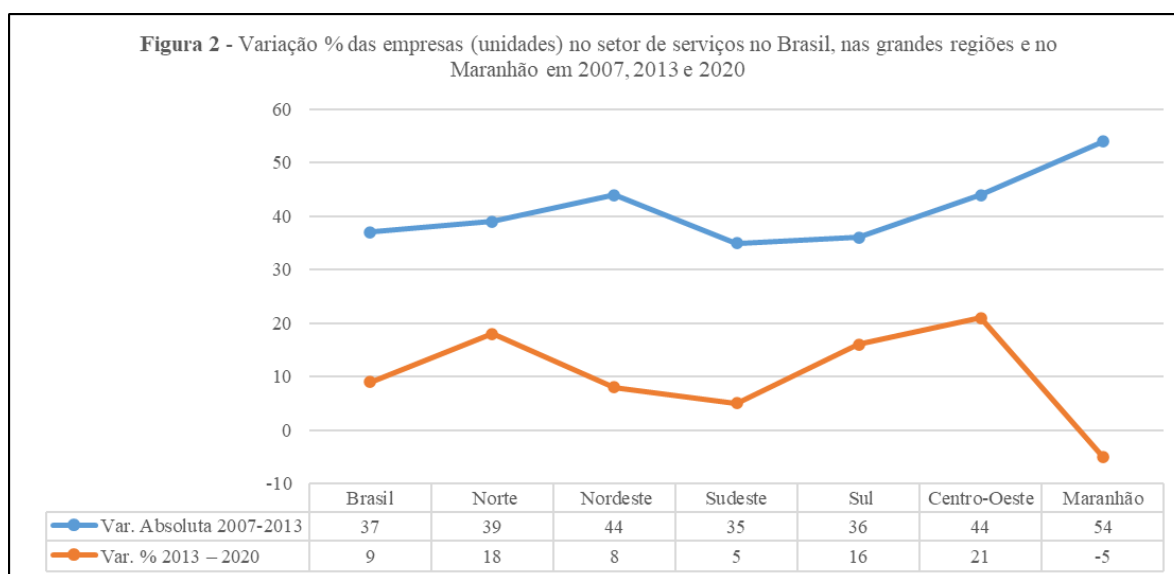
Figura 1 - Variação % do pessoal ocupado em 31/12 nas industriais do Brasil, das grandes regiões e do Maranhão em 2007, 2014 e 2021



Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual.

Com relação ao setor de serviços, na comparação de 2013 com 2007, houve aumentos das empresas superior a 30% em todas as localidades do estudo. No Brasil, o aumento foi de 37%. Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, o número de empresas cresceu em 44%. No Maranhão, o aumento foi de 54%. Mas, na comparação de 2020 com 2013, observamos crescimento menos expressivo. No Brasil, de 9%; de 18% no Norte, 8% no Nordeste, 5% no Sudeste, 16% no Sul e 21% no Centro-Oeste. No Maranhão, houve queda de 5% na quantidade de empresas (Figura 2).

Figura 2 - Variação % das empresas (unidades) no setor de serviços no Brasil, nas grandes regiões e no Maranhão em 2007, 2013 e 2020



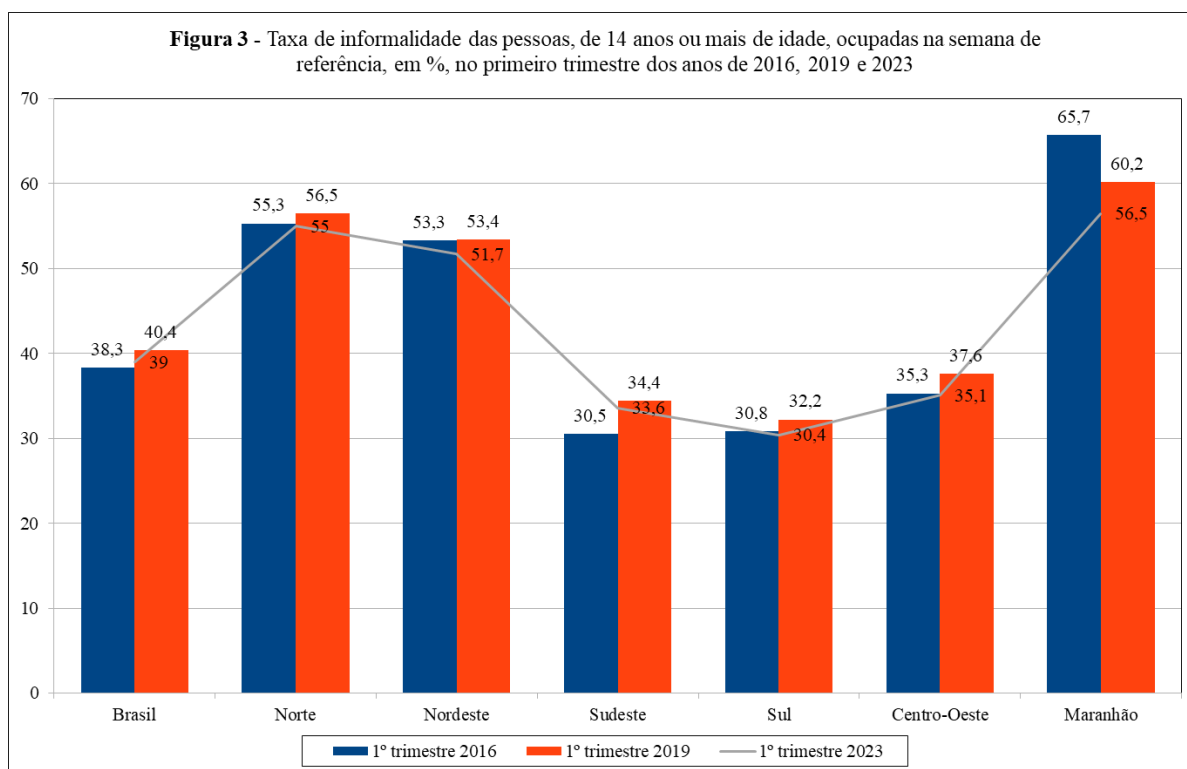
Fonte: IBGE - Pesquisa Anual de Serviços.

A queda da quantidade de empresas e postos de trabalho nos setores secundário e terciário do Maranhão, em 2021, pode estar relacionado com a crise na economia provocada pela pandemia da Covid-2019 que afetou o país como um todo. “A pandemia impactou muitos negócios, segundo dados divulgados pelo Mapa de Empresas do governo federal, apenas no 3º quadrimestre de 2021, 484.470 mil empresas foram fechadas, representando uma elevação de 35,7% em comparação com o mesmo período de 2020” (Mais [...], 2022).

A taxa de informalidade informa a parcela dos trabalhadores ocupados, mas sem vínculo empregatício em relação ao total de trabalhadores. São os trabalhadores autônomos. Aqueles que desenvolvem alguma atividade por conta própria.

No Brasil, a taxa de informalidade subiu de 38,3% no primeiro de 2016 para 40,4% no primeiro trimestre de 2019 (Figura 3). Caiu para 39% no primeiro de 2023. Das cinco regiões brasileiras, no Norte e Nordeste, a taxa se manteve entre 51,7% e 56,5%. A informalidade no Norte é superior ao Nordeste. Nas regiões com forte dinamismo econômico: Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a taxa de informalidade ficou entre 30,5% e 37,6%, sendo maior no Centro-Oeste. No Maranhão, a informalidade é alta, alcançou 65,7% no primeiro de 2016, mas baixou para 56,5% nos primeiros meses de 2023.

Figura 3 - Percentual de aposentados e pensionistas em relação à população total de Alcântara e de oito municípios do Maranhão, 2010 e 2021



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

A taxa de desalentados (Figura 4), segundo o IBGE, refere-se à proporção de pessoas que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar emprego devido à falta de oportunidades e a descrença na possibilidade de serem contratadas. Elas são consideradas fora da força de trabalho, embora estejam disponíveis para trabalhar.

No Brasil, a quantidade de pessoas desalentadas subiu de 2%, no primeiro trimestre de 2012, para 3,8% no primeiro trimestre de 2017. Mas, caiu para 3,3% no primeiro trimestre de 2023. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste não apresentam alterações expressivas nessa taxa. No Sudeste, a maior taxa foi de 1,8%, no primeiro trimestre de 2017. No Sul, a mais elevada foi de 1%, no primeiro trimestre de 2023. No Centro-Oeste, nos três períodos, a maior taxa foi de 1,5%.

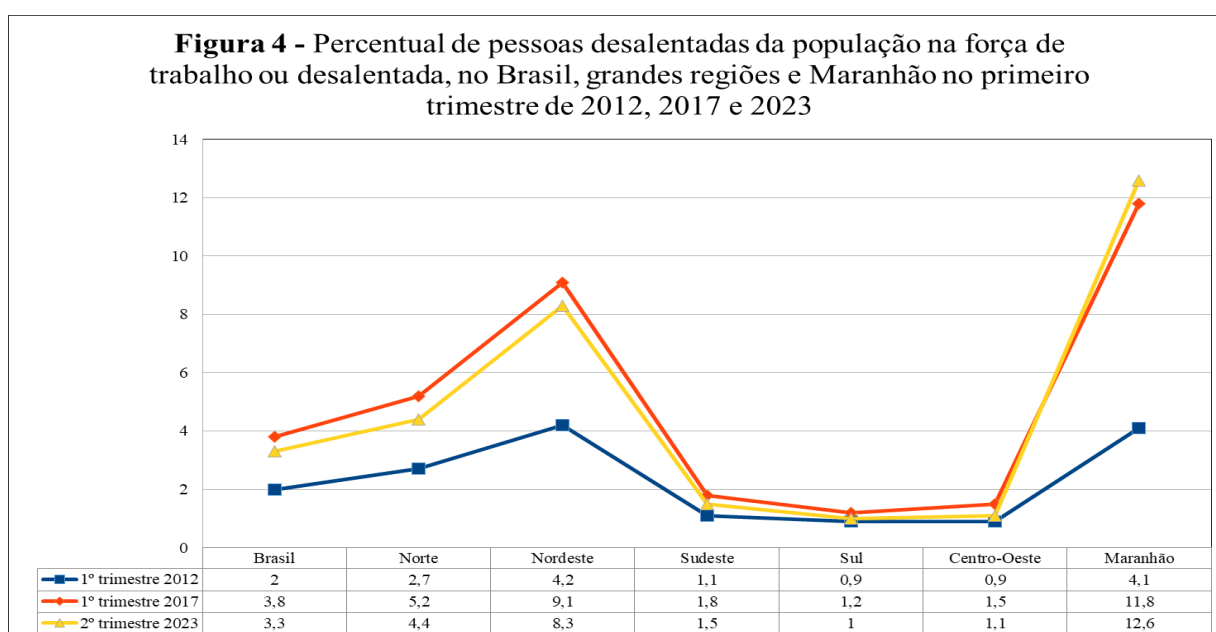
Por outro lado, no estado do Maranhão, aumentou muito a quantidade de pessoas que procuram trabalho, não encontram e desistem da busca. Enquanto no primeiro trimestre de 2012, a taxa de desalentados foi de 4,1%, no primeiro trimestre de 2017 atingiu 11,8%. No primeiro trimestre de 2023, subiu para 12,6%.

No Brasil, as regiões com maior dinamismo econômico seguem a mesma tendência, apresentam estabilidade no mercado de trabalho e os trabalhadores não ficam muito tempo sem encontrar um posto de trabalho. Já nas regiões Norte e Nordeste, as dificuldades para serem contratados aumentam.

No Maranhão, muitas pessoas desistem do trabalho formal. Encontram um meio de sobreviver na uberização. Passam a trabalhar como motoristas de aplicativos nas plataformas de Uber e 99 ou passam a trabalhar com entregas de alimentos para aplicativos como iFood e Rappi. Além de existir uma grande quantidade de trabalhadores que fica em sinais de trânsito vendendo bolos, biscoitos. E outro tanto que fica em estacionamentos dos supermercados, praias, empresas, hospitais, como vigias de carros em busca de trocados. São trabalhadores que fazem atividades desgastantes, mas sem vínculo formal, ficam horas no sol para conseguirem meios de sobreviverem.

Diante dessa instabilidade econômica, os trabalhadores que vivem nas regiões da periferia do sistema capitalista, no Brasil, enfrentam muitas dificuldades para obterem renda. Reféns do desemprego, da insegurança alimentar, da falta de moradia, não conseguem contribuir com previdência social. Permanecem desamparados dos direitos previdenciários. Mas não param de trabalhar informalmente, em qualquer atividade, precisam sobreviver.

Figura 4 - Percentual de pessoas desalentadas na população na força de trabalho ou desalentada, no Brasil, nas grandes regiões e no Maranhão, no primeiro trimestre de 2012, 2017 e 2023



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral.

Com relação ao rendimento médio mensal real (Figura 5), que corresponde ao valor recebido efetivamente pelas pessoas ocupadas em cada mês, enquanto a média do brasileiro, em 2012, alcançava o valor de R\$ 1.430,00, no Maranhão não passou de R\$ 751,00, ou seja, 47,5% a menor. Em 2017, o cenário continuou desigual. Enquanto um trabalhador no Sudeste do Brasil ganhava em média R\$ 2.268,00, no Maranhão, o rendimento médio era de R\$ 1.212,00. Isso significa que os trabalhadores maranhenses recebiam, em média, 53,4% a menos do que os trabalhadores do Sudeste.

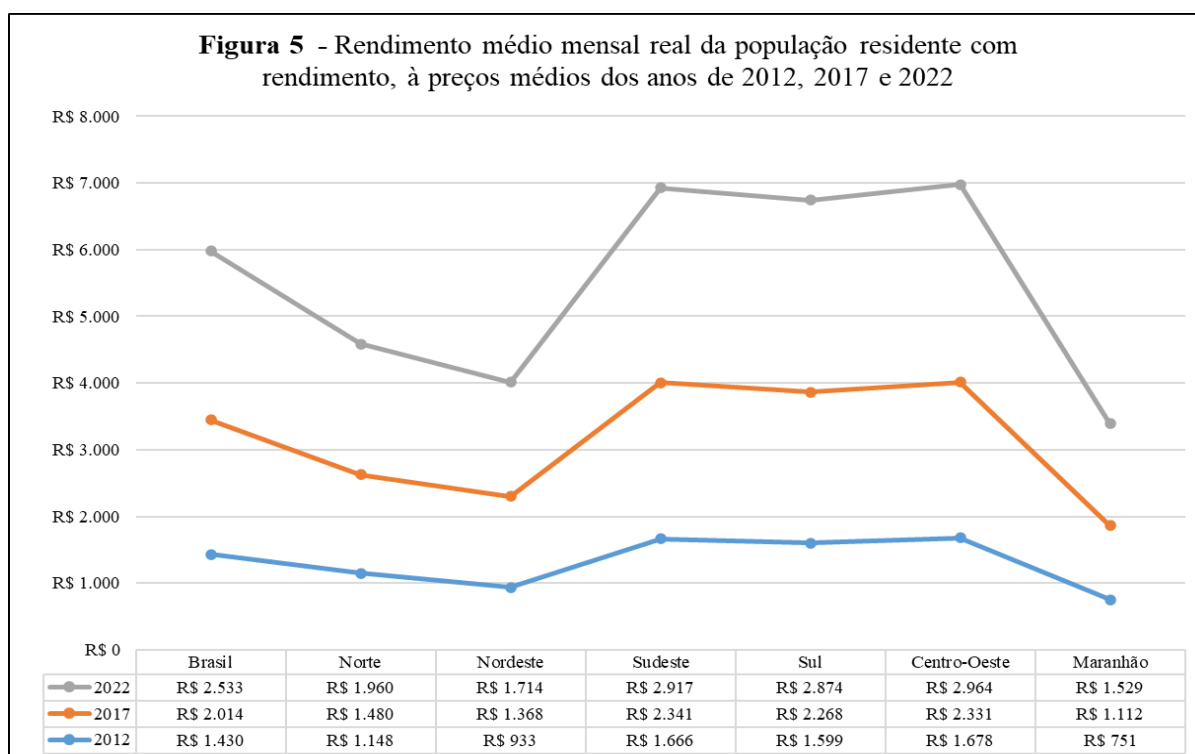
Em 2022, embora os rendimentos tenham aumentado em todo o país, a disparidade persistiu. Enquanto um trabalhador no Centro-Oeste recebia em média R\$ 2.964,00, no Maranhão, a média era de R\$ 1.529,00. Isso representa uma diferença de 48,4% a menos em comparação com a média do Centro-Oeste.

Esses dados ilustram uma disparidade persistente no rendimento médio real entre os trabalhadores do Maranhão frente aos de outras regiões do Brasil.

Essa disparidade mostra que investir em grandes projetos de desenvolvimento não se traduz em melhoria das condições de vida da maioria da população. Ao escolher investir em grandes projetos, o Estado retira recursos públicos que poderiam garantir elevar o bem-estar da população. Esses recursos poderiam ser usados para ampliar o acesso à educação, à terra e promoção da agricultura familiar, à saúde pública física e mental, a habitações populares, saneamento básico, entre outras. Essas são políticas públicas que visam atender as necessidades básicas da população. Monteiro Lobato disse que, "um país se faz com homens e livros". Não somente isso. Mas é um grande começo.

É imperativo que medidas efetivas sejam implementadas para promover crescimento econômico inclusivo. A exclusão social, no Brasil, é berço de pobreza, misérias e mazelas. A exclusão social está por trás da discriminação, da marginalização e criminalidade, de problemas de saúde mental. O capitalismo se faz pela e com a exclusão social.

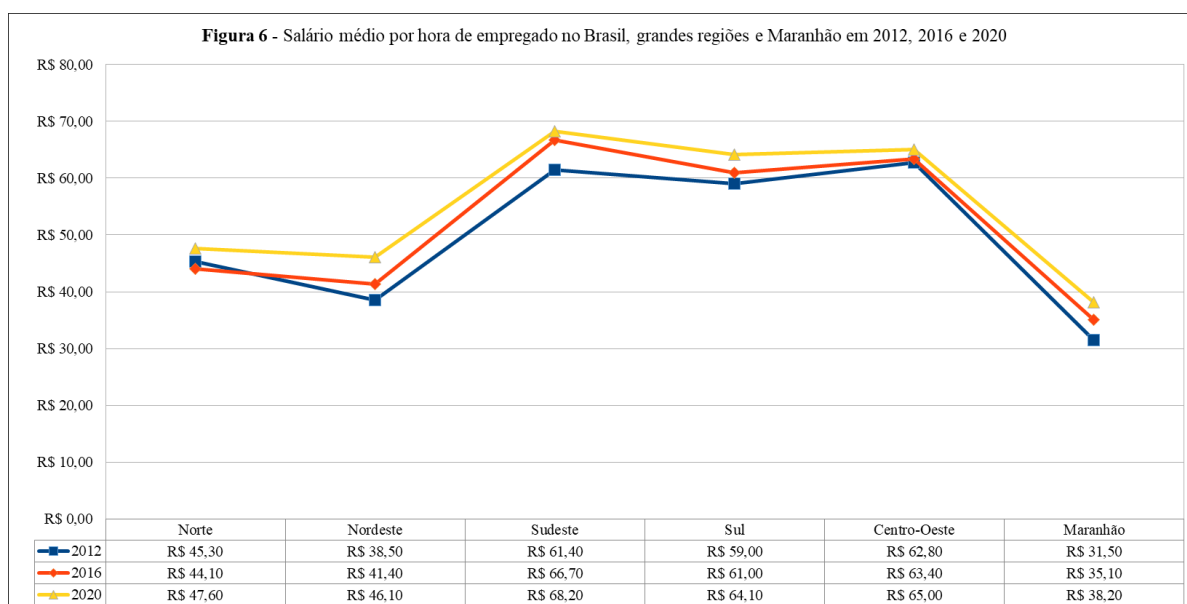
Figura 5 - Rendimento médio mensal real da população residente com rendimento, a preços médios do ano, 2012, 2017 e 2022



Fonte: IBGE, PNAD Contínua.

O valor médio pago por hora trabalhada (Figura 6), no Maranhão, é um dos menores do país. Esse baixo valor influencia negativamente na média do valor na região Nordeste. Em 2012, o valor pago em média por hora de trabalho, no estado, foi de R\$ 31,5; no Nordeste de R\$ 38,5. Em 2016, no Maranhão o valor médio chegou à R\$ 35,1; no Nordeste à R\$ 41,4. Já em 2020, no Maranhão, o valor alcançou R\$ 38,2 e no Nordeste, R\$ 46,1. Observando os dados da figura 6, as regiões Norte e Nordeste apresentam valores próximos, enquanto nas demais regiões Sul, Sudeste e Centro, os trabalhadores têm remuneração, por hora trabalhada, que é quase o dobro do Maranhão e 1,5 vezes maior do que das regiões Norte e Nordeste. Na Figura 6, o Maranhão se destaca devido à inclinação para baixo.

Figura 6 - Salário médio por hora de empregado no Brasil, nas grandes regiões e no Maranhão, 2012, 2016 e 2020



Fonte: IBGE, PNAD Contínua.

De acordo com Escobar (2007), na década de 1950, foi preparado um dos documentos mais influentes por um grupo de especialistas reunidos pelas Nações Unidas, qual seja: Relatório do Grupo de Peritos sobre Medidas para o Desenvolvimento Econômico de Países Subdesenvolvidos. O documento era um compilado de políticas e medidas concretas para o desenvolver economicamente os países subdesenvolvidos. Mas em vez do reino da abundância prometido pelos teóricos e políticos daquela década, o discurso e a estratégia do desenvolvimento produziram o oposto: miséria e subdesenvolvimento em massa, exploração e opressão sem nome.

Além de endividamento dos países considerados como subdesenvolvidos, houve aumento da pobreza, da desnutrição e da violência. Sintomas do fracasso nas décadas subsequentes como resposta ao desenvolvimento.

Ainda segundo Escobar (2007), basta observar as paisagens dos países classificados como de Terceiro Mundo, para ver que o desenvolvimento enfrenta uma crise, marcada por violência, pobreza e deterioração social e ambiental. Isso é atribuído a cinquenta anos de políticas de crescimento econômico, ajustes estruturais, megaprojetos sem avaliação de impacto e endividamento, além da exclusão da maioria da população dos processos de decisão. Para o autor, o desenvolvimento e o próprio Terceiro Mundo estão à beira do colapso.

No Brasil, o combate à desigualdade econômica e social é mais do que um imperativo. É uma condição necessária para que o crescimento econômico seja inclusivo. Somente com

investimentos públicos nas grandes áreas sociais: educação, saúde, infraestrutura, saneamento, transportes, segurança, meio ambiente, essa situação de desigualdade poderá ser alterada.

5.4 Aspectos gerais sobre a tendência da economia de Alcântara na vigência do Projeto estratégico Cyclone 4 firmado entre o Brasil e a Ucrânia, entre 2003-2015

Partimos do pressuposto de que o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) é um grande projeto de investimento e, como tal, deveria induzir mudanças no município e no seu entorno. Uma breve análise do acordo firmado entre o Brasil e a Ucrânia, que vigorou entre 2003-2015, mesmo que pontualmente, nos mostra, em termos de tendência, como o CLA interfere na economia de Alcântara. Neste item, também utilizaremos dados de outros oito municípios maranhenses a fim de fazer um contraponto com a economia de Alcântara. Nesses oito municípios existem grandes investimentos com peso marcante para a economia local.

Imagem 4 – Mapa de Alcântara



Fonte: Estrangeira, Blog de viagens.

Alcântara é uma pequena cidade, localizada na Amazônia Legal, com elevado potencial turístico. É cercada por praias e ilhas desertas. A partir dos dados do IBGE e das

entrevistas realizadas, é possível constatar, como já afirmamos anteriormente, que a economia de Alcântara é influenciada pelos acordos internacionais firmados pelo Estado brasileiro para desenvolver atividades de lançamento no CLA.

Neste capítulo, daremos enfoque aos dados da economia de Alcântara, a partir de 2006. Durante o período de 2006-2015, vigorou o acordo firmado entre o Brasil e a Ucrânia. A economia de Alcântara apresentou aquecimento devido aos recursos injetados no CLA. Houve contratação de empresas de grande porte para executarem obras no CLA como Odebrecht e Camargo Correa. Isso refletiu no município no aumento de empregos, rendas, novos empreendimentos, valor de salários, entre outros indicadores econômicos.

O objetivo do acordo firmado entre o Brasil e a Ucrânia era enviar satélites brasileiros, ucranianos e de outros países ao espaço, a partir do CLA. O acordo foi aprovado em 2004 pelo Congresso Nacional e previu a criação de uma empresa binacional. Em 2006, foi assinado o tratado e a empresa Alcântara Cyclone Space (ACS) foi criada (MP [...], 2018).

À Ucrânia deveria desenvolver um foguete denominado Cyclone-4, que já era usado naquele país. O foguete deveria ser construído até 2014. Mas o Brasil gastou R\$ 489,3 milhões até 2016 sem que os países não atingissem o objetivo pré-estabelecido. Ao Brasil ficou incumbido de cuidar da infraestrutura de solo no CLA (MP [...], 2018).

Esse acordo interessava aos dois países. A Ucrânia desenvolveu a tecnologia para fabricar foguetes, mas não possui centro de lançamento próprio. E o Brasil possui base de lançamentos, mas não domina a tecnologia para criação de foguetes. Assim, além de desenvolver seu próprio foguete, o governo brasileiro poderia angariar recursos, alugando a base de lançamentos para colocar satélites de outros países em órbita. Entretanto, o acordo não rendeu os resultados esperados.

Após firmar a parceria com a Ucrânia, representantes do governo federal decidiram que deveriam preparar Alcântara para que alcançasse desenvolvimento sustentável. Em 27 de agosto de 2004, o Estado brasileiro criou o Grupo Executivo Interministerial (GEI) com o objetivo de articular, viabilizar e acompanhar as ações necessárias ao desenvolvimento sustentável de Alcântara. O município deveria possuir condições adequadas à eficiente condução do Programa Nacional de Atividades Espaciais.

O Grupo Executivo Interministerial, foi formado por 23 órgãos federais⁴⁷. Tinha como missão elaborar e implementar um plano que continha 66 ações e orçamento de

⁴⁷ Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Defesa; Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Agrário;

R\$ 26.851.277,00, ou seja, quase R\$ 27 milhões. Essas ações foram executadas entre 2005 e 2006, com recursos distribuídos em várias atividades tais como: construção de 252 casas na área urbana do município; implantação de 10 projetos de fomentos para geração de emprego e renda em atividade de economia solidária; implantação do Plano Diretor de Alcântara; apoio a 14 projetos de atividades extrativistas; Programa Luz para Todos para 1.869 famílias; campanhas de educação e serviços socioassistencial; implantação de 9 equipes do Programa Saúde da Família e capacitação de 70 agentes de saúde; elaboração do Plano Municipal de Saúde Participativo; instalação de uma agência do Banco do Brasil (Mello, 2008, p 140-145).

A partir de dados secundários sobre a economia de Alcântara, que abrange o período do acordo Brasil-Ucrânia percebemos efeitos desse plano de ação. No entendimento de Mello (2008), a experiência do GEI no município não gerou resultados mais expressivos, pois:

[...] a ausência de titulação da terra impede a realização de algumas ações no município, assim como, dificulta a obtenção de crédito por parte dos cidadãos de Alcântara. Portanto, sem a regularização fundiária do território, não é possível se pensar em nenhum modelo de desenvolvimento efetivo (Mello, 2008, p. 91).

O Brasil denunciou o tratado firmado com a Ucrânia em 2015, sob a alegação de falta de viabilidade comercial (Decreto 8.494 de 24 de julho de 2015). A denúncia é um ato pelo qual um país manifesta sua vontade de sair de um acordo internacional (Agência Câmara de Notícias, 2018). Em 2015, o Brasil passava pela Operação Lava Jato,⁴⁸ que envolvia as empresas Camargo Correa e Odebrecht, as quais prestavam serviços de infraestrutura para o CLA.

Em 2018, passados três anos, o governo brasileiro publicou a Medida Provisória 858/18, que extinguiu a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS). Essa mesma medida provisória, determinou o encerramento dos prazos de gestão dos membros do conselho de administração e da diretoria e o fim dos mandatos dos membros do conselho fiscal.

Ministério dos Transportes; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério do Turismo; Agência Espacial Brasileira; Comando da Aeronáutica; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Cultura; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério de Minas e Energia; Ministério das Cidades; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; e a Advocacia Geral da União (convidada permanente conforme Aviso nº 1.131, de 15/09/2004, da Casa Civil da Presidência da República).

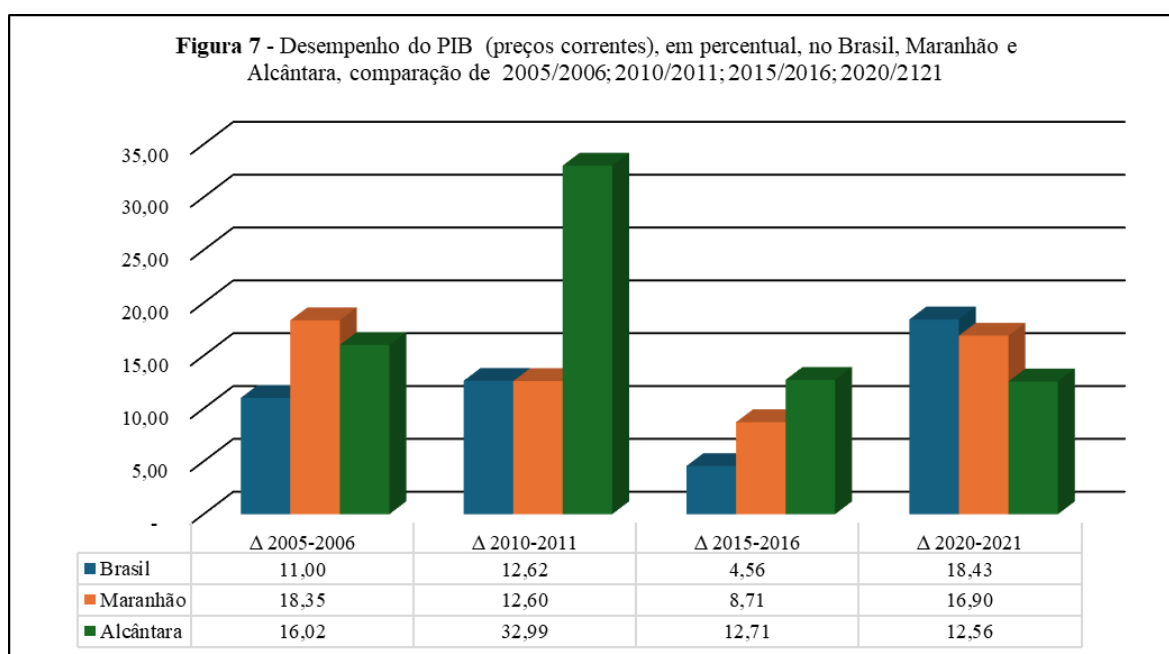
⁴⁸ A Operação Lava Jato foi uma investigação deflagrada em 2014 pelo Ministério Público Federal do Paraná que revelou um vasto esquema de corrupção na Petrobras e em grandes obras de infraestrutura do país. A investigação atingiu centenas de políticos e algumas das maiores empresas do país, principalmente estatais e empreiteiras. Segundo reportagens da imprensa, a Lava Jato custou ao Brasil 3,6% do PIB e até 4,4 milhões de empregos, por conta da paralisação de obras e das atividades das empresas envolvidas nos esquemas de corrupção, entre 2014 e 2017 (O que [...], 2022).

5.4.1 Síntese sobre Produto Interno Bruto (PIB) dos setores agropecuário, industrial e de serviços de Alcântara

Neste item, analisaremos o comportamento geral da economia maranhense, de Alcântara e utilizamos, eventualmente, dados de oito municípios do estado. Os dados são dos três setores econômicos: agropecuária, indústria e serviço. Daremos ênfase para Alcântara que é objeto de nossa análise.

Para iniciarmos a análise, vamos aos dados do Produto Interno Bruto (PIB) de Alcântara, do Maranhão e do Brasil (Figura 7). O PIB é o valor total de todos os bens e serviços finais produzidos dentro das fronteiras de um país, estado ou cidade, geralmente durante um ano. É considerado um indicador econômico fundamental para medir o desempenho da economia.

Figura 7 - Desempenho do PIB (preços correntes) do Brasil, Maranhão e Alcântara, comparação de 2005-2006; 2010-2011; 2015-2016; 2020-2021, em %



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa.

Na Figura 7, temos os dados, em percentual, do Produto Interno Bruto (PIB), a preços correntes, comparando os resultados dos anos de 2005-2006; 2010-2011; 2011-2016 e 2020-2021, do Brasil, Maranhão e Alcântara. Ao confrontamos os dados dos anos de 2005 com 2006, a economia maranhense cresceu mais do que a do Brasil, enquanto o PIB do estado foi

maior em 18,35%, em 2006 do que em 2005, do Brasil, foi em 11%. O PIB de Alcântara, em 2006, superou em 16,02%, o de 2005, fato que é explicado pelo início da atuação do Grupo Executivo Interministerial e o investimento do plano de ação com orçamento de R\$ 26.851.277,00, para implementação das ações em 2005 e 2006.

Confrontando os dados de 2011 com 2010, o aumento do PIB do Maranhão foi praticamente igual ao do Brasil, de 12,6% e 12,62%, respectivamente. Em 2011, como aconteciam várias atividades no Centro de Lançamento de Alcântara, pois vigorava o acordo firmado entre o Brasil e a Ucrânia, o PIB de Alcântara aumentou em 32,99% frente a 2010.

Assim, de acordo com a figura 7, Alcântara no confronto de 2006 com 2005, tem desempenho do PIB melhor do que o brasileiro e inferior ao do Maranhão. E comparando os dados de 2011 com 2010, a variação do PIB do município é superior em mais de duas vezes a do Brasil e do Maranhão.

Em 2015, o Brasil passava pela operação Lava Jato e *impeachment*⁴⁹ da presidenta Dilma Rousseff. No mês julho, o Brasil rompeu o acordo com a Ucrânia (Impeachment [...], 2016). Essa situação política repercutiu na economia e o PIB apresentou quedas consideráveis no Brasil, Maranhão e Alcântara. Na comparação dos resultados de 2016 com 2015, o crescimento foi muito abaixo dos apresentados na comparação de 2011 com 2010 nos três entes da federação. O crescimento do PIB do Brasil de 2016 frente a 2015 foi de 4,56%, do Maranhão, de 8,71% e de Alcântara, de 12,71%, enquanto na comparação de 2011 com 2010, os acréscimos foram superiores a 12% para o Brasil e Maranhão e de mais 32% para Alcântara.

Na comparação de 2021 com 2020, percebemos que o PIB do Brasil e do Maranhão voltou a subir. O aumento para o Brasil foi de 18,43% e do Maranhão, de 16,9%, enquanto o de Alcântara de 12,56%, foi o menor da série.

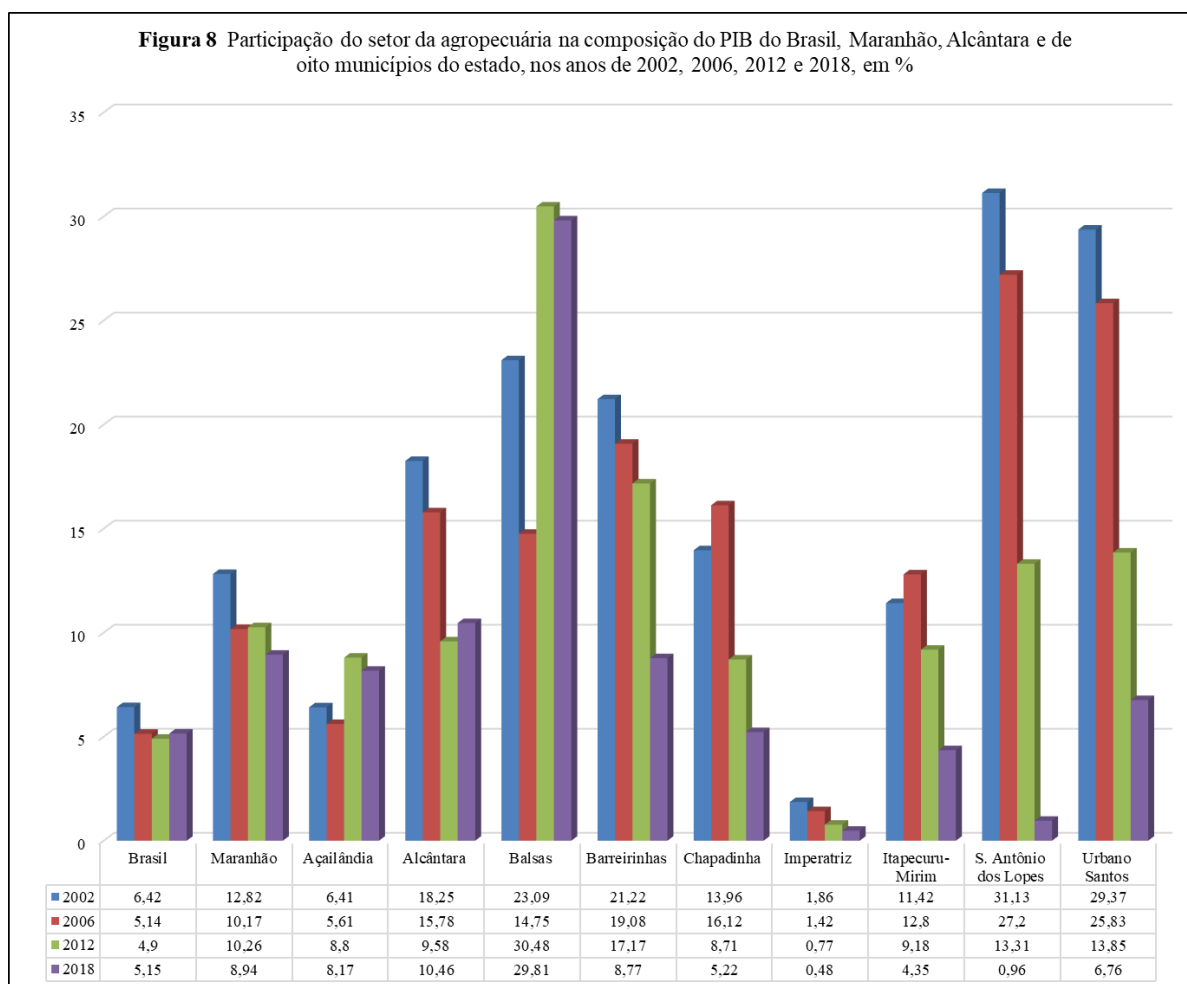
5.4.2 Participação do setor agropecuário na composição do PIB

O setor agropecuário é formado por um no conjunto de atividades relacionadas ao com o cultivo do solo e à criação de animais. É o motor que impulsiona a produção de alimentos e matérias-primas ao redor do mundo. É essencial para a produção de alimentos. E fornecimento de matérias-primas para a indústria de transformação.

⁴⁹ O processo de impeachment de Dilma Rousseff se iniciou em 2 de dezembro de 2015 e encerrou-se em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos da ex-presidenta. Na justificção para o pedido de impeachment, os juristas alegaram que a então presidenta havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas "pedaladas fiscais" e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso (Impeachment [...], 2016).

Na Figura 8, observamos os dados do setor agropecuário do Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios do estado (Açailândia, Balsas, Barreirinhas, Chapadinha, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Santo Antônio dos Lopes e Urbano Santos) nos de 2002, 2006, 2012 e 2018.

Figura 8 - Participação do setor da agropecuária na composição do PIB do Brasil, Maranhão, Alcântara e de mais oito municípios do estado, nos anos de 2002, 2006, 2012 e 2018, em %



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Na Figura 8, percebemos que no setor agropecuário, no Brasil, Maranhão e na maioria dos municípios selecionados, entre 2002 e 2018, perdeu participação na composição do PIB. No Brasil caiu de 6,42%, em 2002, para 5,15, em 2018. No Maranhão, saiu de 12,82% para 8,94%, nesses anos. Em Açailândia e Balsas, onde o agronegócio se destaca, houve crescimento da participação, no primeiro município passou de 6,41% para 8,94% e em Balsas, de 23,09% para 29,81%.

Por outro lado, nos municípios de Santo Antônio dos Lopes e de Urbano Santos, a redução da participação da agropecuária no PIB foi drástica. Em Santo Antônio dos Lopes, passou de 31,13%, em 2002, para 0,96%, em 2018. Isso se justifica pela economia ser movida pela industrialização de gás. Em Urbano Santos, foi de 29,37% para 6,76%. Em Alcântara, também houve perdas do setor agropecuário na economia, saiu de 18,25%, em 2002, para 10,46% para 2018.

5.4.3 Participação do setor industrial na composição do PIB

O setor industrial é formado por um conjunto de empresas que realizam a transformação de matérias-primas em bens acabados ou intermediários. O conjunto de atividades da indústria forma o setor secundário da economia. As principais atividades desse setor trabalham com produção de energia, combustíveis como gás mineral, alimentos e bebidas, construção de casas, edifícios e outras construções ou restaurações de edificações.

A alta tecnologia é usada no setor industrial. Esse setor exige, para algumas atividades, mão de obra qualificada, ou seja, trabalhadores com elevado nível educacional. Neste ramo, podemos citar as empresas relacionadas com comunicação, computadores, telefonia, aviação, navegação, dentre outras (Odebrecht, 2021), além da criação de satélites, foguetes ou outros artefatos espaciais.

Na figura 9, vemos os dados da participação do setor industrial na formação do PIB. A indústria brasileira participou com percentuais que variaram entre 21,85 e 27,68 no PIB nos anos de 2006, 2012 e 2018.

No Maranhão, dos municípios selecionados para a pesquisa quatro se destacam. Em 2012, a participação do setor industrial na formação do PIB em Santo Antônio dos Lopes, Alcântara, Imperatriz e Açailândia superou os demais. Já a participação do setor no PIB do Maranhão, apresentou elevação entre 2002 e 2006, quando saiu de 18,76% para 25,81%. Nos anos seguintes 2002, 2006, 2012 e 2018 não chegou a 20%.

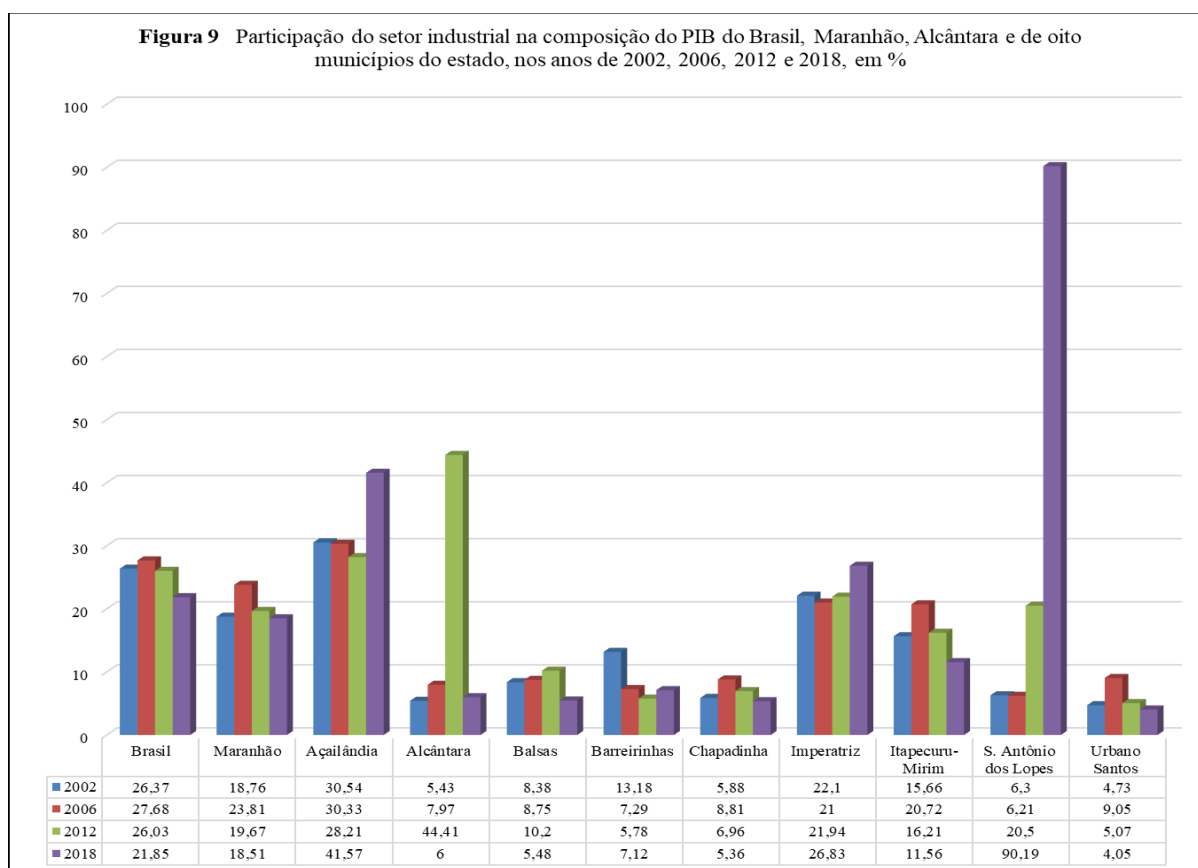
O destaque do setor industrial nesses municípios explica-se pela instalação de grandes empresas industriais nos municípios. Santo Antônio dos Lopes conta com a industrialização de gás, em Alcântara, houve atividades no CLA por causa do acordo Brasil-Ucrânia, entre esses anos (2002 a 2018). Em Imperatriz há uma fábrica para produção de celulose da Suzano S/A. E Açailândia conta com um polo siderúrgico para produção de ferro gusa.

Dos municípios selecionados, Açailândia, em todos os anos da série, teve a representação mais significativa no setor industrial, com a participação na composição do PIB

alcançando 41,57% em 2018. Segundo Reis e Souza (2015), Açailândia está em área estratégica, com localização que tem contato direto com o Sudeste do estado do Pará – a região ferrífera de Carajás. Por isso, Açailândia foi pensada pelos agentes políticos e econômicos para dar suporte a crescente produção mineral e para sediar indústrias de ferro-gusa.

Mas parte da população de Açailândia, em especial no bairro Piquiá de Baixo, sofre efeitos nocivos do polo siderúrgico de Açailândia. “Poeira, fumaça e poluição dos córregos traduzem aspectos visíveis da paisagem urbana e representam uma constante visível nesta porção do bairro, juntamente com a favelização e o depauperamento” (Reis; Souza, 2015, p. 154). O desenvolvimento dos grandes projetos no Maranhão provoca exclusão social e uma parte da população sofre os efeitos negativos diretos em cada um dos municípios que sedia um grande projeto.

Figura 9 - Participação do setor industrial na composição do PIB do Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios do estado, nos anos de 2002, 2006, 2012 e 2018, em %



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Em 2012, a participação do setor industrial, de Alcântara, no PIB foi de 44,41%. O acordo Brasil-Ucrânia provocou o aumento de atividades como obras de construção civil que

foram contabilizadas no setor industrial. Excetuando-se esse ano atípico, a participação do setor industrial no PIB de Alcântara foi mínima, de 5,43%, em 2002; 7,97%, em 2006 e de 6%, em 2008.

As obras para a construção de uma sala de controle dentro do CLA, iniciadas em 2009, que custaram R\$ 22,3 milhões aos cofres públicos, injetou recursos na economia local.

A Sala de Controle foi modernizada para atender as demandas dos novos tempos e, principalmente, os requisitos para o lançamento do Cyclone- 4. As atividades de implantação do novo CCT começaram em 2009 e incluíram, também, a modernização do Centro de Controle Avançado (Casamata) e mais 21 posições operacionais distribuídas pelo CLA. As obras custaram R\$ 22,3 milhões (Começam [...], 2010).

Em 2010, foi firmado um contrato de R\$ 546 milhões sem licitação para obras de construção dentro do CLA. Foram veiculadas várias notícias sobre o acordo Brasil-Ucrânia naquele período:

Os recursos deverão ser aplicados entre 2011 e 2012, para tentar fazer o veículo lançador de satélites Cyclone 4, de fabricação ucraniana, chegar ao espaço em dois anos. Entretanto, a falta de previsão orçamentária para o empreendimento e a inexistência de dados oficiais sobre a saúde financeira da Ucrânia ameaçam o sucesso da operação (Maltichik, 2010).

Os militares não pouparam esforços para realizar as obras no CLA. Inclusive, segundo informações copiladas por Maltichick (2010), burlaram a legislação brasileira nas contratações das empreiteiras: “Como O GLOBO revelou em maio, a licitação para construir a base, numa área de 500 hectares dentro do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), foi revogada e o contrato foi firmado por carta-convite, numa manobra chancelada pelo Conselho de Defesa Nacional” (Maltichik, 2010).

Para atender interesses dos grandes projetos, os representantes do Estado brasileiro são ágeis. Para atender os interesses e necessidades da população o que mais se observa é omissão.

Extraímos o seguinte trecho das entrevistas realizada com a senhora Josilene Ribeiro por Reis e Souza (2015, p. 156) para mostrar a situação vivenciada por populações que se situam nas áreas próximas do polo siderúrgico de Açailândia:

Aqui eu e os meus filhos comemos pó 24 horas e todos vivem doentes principalmente no verão. Meu filho! Eu moro nesse lugar antes dessas usinas chegarem aqui. Esse lugar era para mim um pedaço do céu um paraíso, hoje ele é um inferno. Eu só não saio daqui porque não tenho para onde ir (Josilene Ribeiro, comerciante e moradora do Piquiá de Cima. Entrevista realizada em 22/07/2010).

O estudo feito por Reis e Souza (2015) mostra alguns dos efeitos dos grandes projetos do Maranhão. Esses efeitos são muito parecidos com aqueles apontados por estudos realizados por vários pesquisadores no estado (Rocha, 2006; Mendonça, 2017; Feitoza, 2018). Os resultados são sempre muito parecidos, há instalação de um grande projeto em determinada região (Açailândia, Chapadinha, Alcântara, entorno de São Luís) e os povos e as comunidades que moram em áreas onde algum grande projeto será instalado são deslocados, sofrem com a poluição, o descaso e omissão do estado, enquanto os representantes do Estado brasileiro operam em favor dos representantes do capital transnacional.

5.4.4 Participação do setor terciário na composição do PIB

O setor terciário ou setor de serviços é a parte da economia que se destina a prestação de serviços e venda de mercadorias. Engloba as atividades econômicas que não envolvem a produção de bens tangíveis, mas sim a prestação de serviços. Estas atividades visam atender às necessidades e demandas dos consumidores e empresas, oferecendo soluções e comodidades para as pessoas. Em geral, as empresas são menores e precisam de pouco capital e trabalhadores para iniciarem as atividades. Muitas, inclusive, podem funcionar sem um local físico. Por isso, atualmente, é o setor que mais emprega. Como empresas e negócios são montados com poucos custos é o setor que mais cresce.

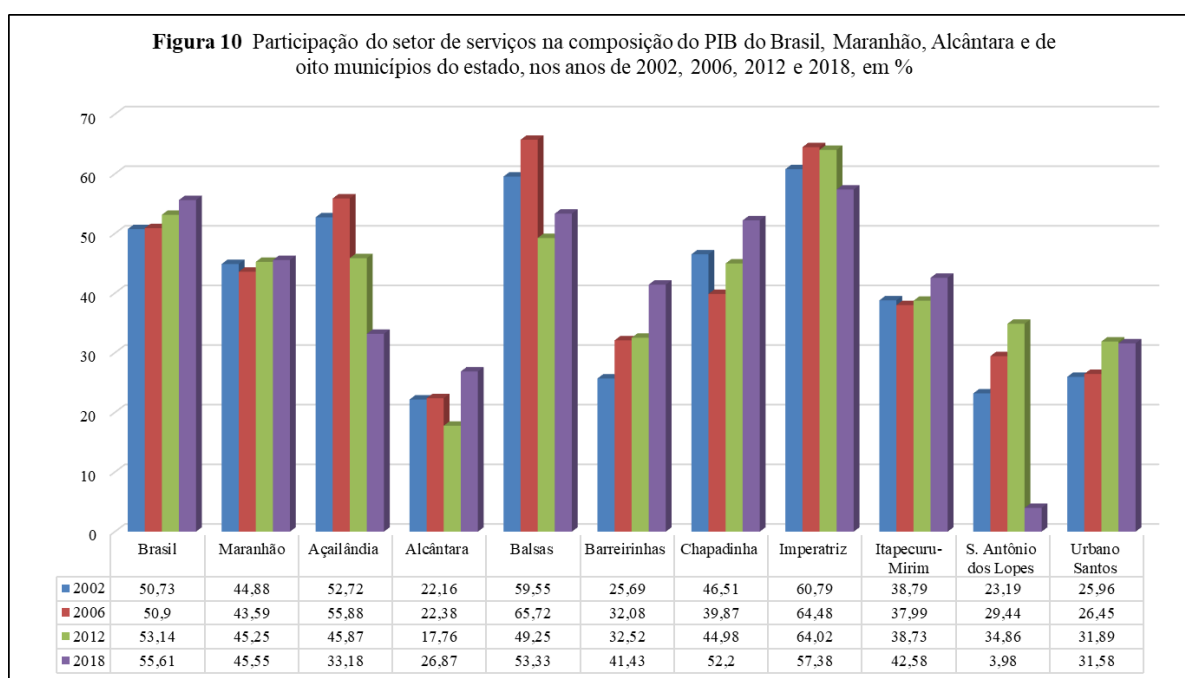
O setor de serviços opera com vendas de produtos e serviços, é totalmente dependente dos bens produzidos pelo setor secundário. Responsável pela prestação de serviços, é formado por uma grande variedade de atividades: turismo, serviços bancários restaurantes e bares, empresas de consultoria, publicação de livros, artigos, criação musical e artística no geral. É o setor que demanda cada vez mais mão de obra, sendo o que mais emprega, se desenvolve e impacta a sociedade como um todo (Moreira, 2023).

O setor de serviço (Figura 10) é impulsionado pelo desempenho do setor industrial e da agropecuária. Com relação ao município de Alcântara, vemos que nos anos de 2002 e 2006, a participação do setor foi de aproximadamente 22%, caindo para 17,76%, em 2012, e atingindo 26,87%, em 2018. Pode-se entender, que o aumento da participação do setor de serviços, em 2018, resultou das reduções da participação do setor agropecuário e industrial e a necessidade das pessoas se ocuparem nas atividades de serviços. A participação do setor terciário na formação do PIB aumenta com maior facilidade. É setor que abrange atividades formais e informais associadas ao comércio e à prestação de serviços. Tem a capacidade de

alocar grande parte da mão de obra, especialmente, dos trabalhadores que atuam em atividades informais.

O aumento da participação do setor terciário na composição do PIB de Alcântara, em 2018, se deve também a instalação do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). O IFMA obteve sua autorização de funcionamento no município em janeiro de 2010, foi inaurado em 13 de março 2015 e, atualmente, oferece nove cursos técnicos e um em nível de graduação: “Tecnologia na Gestão de Turismo” (Matos, 2015). O IFMA contratou vários profissionais do município e fora dele.

Figura 10 - Participação do setor de serviços na composição do PIB do Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios do estado, nos anos de 2002, 2006, 2012 e 2018, em %



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

No Brasil, o setor de serviços, que é o mais importante para a composição do PIB, entrou com mais de 50% nos dados coletados referentes à 2002, 2006, 2012 e 2018. No Maranhão, a participação do setor terciário variou entre 43,59% e 45,55%, nesses anos, também superou a participação dos setores da indústria e agropecuária.

Dos municípios maranhenses selecionados para esse estudo, o setor de serviços tem forte participação na formação do PIB em Imperatriz, aproximando-se 60% nos quatro anos. Em Açailândia, Balsas e Chapadinha, a participação do setor de serviços também foi elevada,

ficou entre 33,18% e 65,72%. Em Santo Antônio dos Lopes, a participação do setor caiu consideravelmente, em 2018, foi de 3,98%. Em Urbano Santos, a participação dos serviços não alcançou 33% e em Alcântara, a maior contribuição foi de 26,87%.

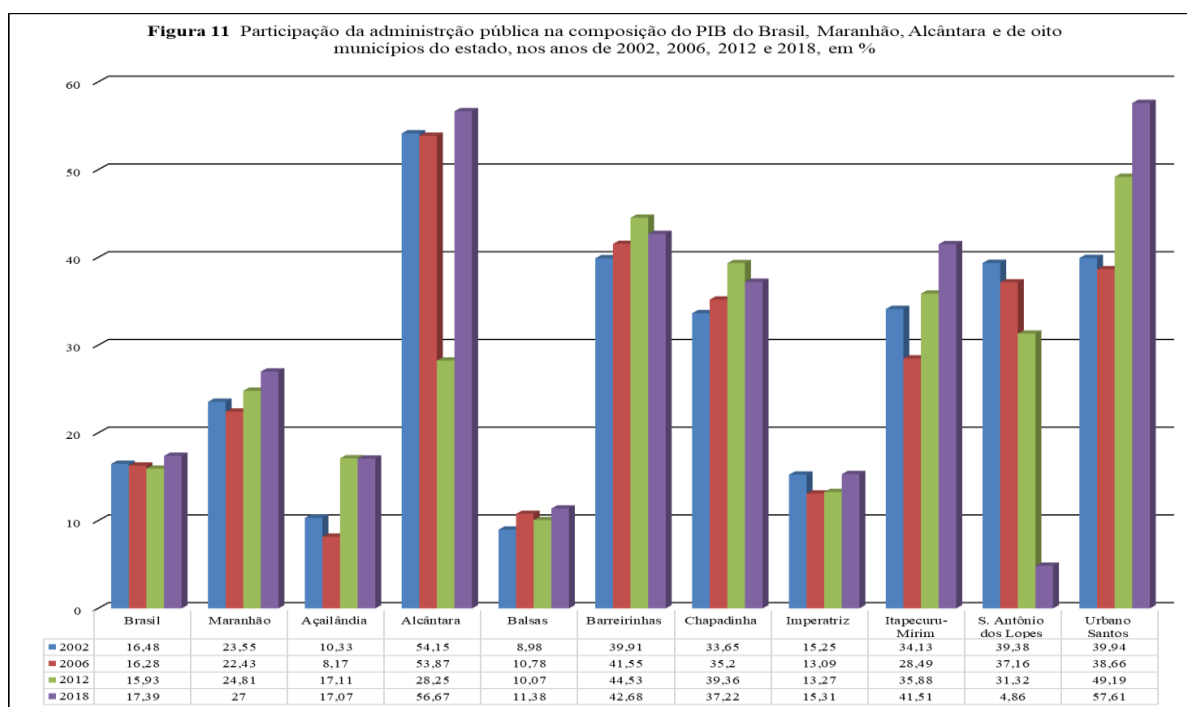
Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2002), a economia urbana informal cresceu com a migração rural. Os pobres que saíram da zona rural formam as periferias urbanas e o setor informal da economia. E ainda, de acordo com o Relatório seminal da OIT, o setor informal ou “setor de baixa renda” é o lugar dos pobres. Eles ficam além das fronteiras da zona urbana rica, planejada e regulada, formalmente instituída. É no setor informal que os pobres prestam serviços “informais” a baixo custo (ILO, 1972, p. 503).

Por isso, nos municípios maranhenses onde grandes projetos como agronegócio, que se expande com plantios soja e eucalipto, a exemplo de Balsas e Chapadinha, o setor de serviços se mantém como o principal na composição do PIB. Em Açailândia e Imperatriz, onde há produção de ferro gusa e de celulose, o setor de serviços tornou-se o protagonista da economia. Nesses municípios, os pequenos produtores rurais são expulsos da zona rural e, para sobreviverem, se instalam nas periferias da cidade e encontram alguma ocupação na economia informal.

5.4.5 Participação da atividade da administração pública na composição do PIB

Há forte dependência de Alcântara dos recursos e empregos do setor público, por isso decidimos separar os dados dessa atividade do setor de serviços para compreender a importância desse segmento na composição do PIB municipal. A atividade da administração pública é composta por um conjunto de órgãos que prestam serviços à população nas três esferas federal, estadual e municipal, tais como educação, cultura, segurança, saúde, dentre outras áreas (Gregorius, 2015).

Figura 11 - Participação da administração pública na composição do PIB do Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios do estado, nos anos de 2002, 2006, 2012 e 2018, em %



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Na Figura 11, os dados mostram que a participação do setor de serviços da administração pública na composição do PIB brasileiro variou entre 15,93% e 17,39% na série temporal 2002, 2006, 2012 e 2018. No Maranhão, ficou entre 22,43% e 27%. Os municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz são os municípios maranhenses que apresentaram as menores participações dos serviços públicos na formação do PIB. Nesses três municípios não passou de 17,11% em Açailândia, em 2012. Porém, nesses municípios, a participação dos serviços públicos no PIB apresentou tendência de aumento. A mais notória é observada em Açailândia, saindo de 10,33%, em 2002, para 17,07%, em 2018.

Ainda de acordo com a Figura 11, em Balsas houve aumento, mas não tão expressivo, indo de 8,98%, em 2002, para 11,38%, em 2018. Noutra direção, a participação da atividade de serviços públicos na composição do PIB de Barreirinhas, Chapadinha, Itapecuru-Mirim e Urbano Santos foi expressiva. A de Barreirinhas, variou entre 39% e 44,5%; de Chapadinha, ficou entre 33% e 39,36%. Com relação à Urbano Santos, percebemos uma forte tendência de crescimento, pois aumentou cerca de 17%, indo de 39,38% para 57,61%, em 2018. No município de Santo Antônio dos Lopes, vemos que, nos três primeiros anos da série, a participação da atividade de administração pública na composição do PIB era elevada, pois,

em 2002 e 2006, foi de quase 40%. Mas com a industrialização do gás, e a participação da atividade da administração pública saiu de 39,38%, em 2002, para 4,86%, em 2018.

A participação da administração pública na composição do PIB do município de Alcântara se destaca na figura 11. Os dados mostram que, dentre os municípios maranhenses selecionados para compor este estudo, Alcântara é o que mais dependente dos recursos do setor público para formação do PIB. A participação da atividade ultrapassou 50%, em 2002 e 2006, e atingiu quase 60%, em 2018. Mas em 2012, com o aumento da participação do setor industrial (acordo Brasil-Ucrânia) a administração pública entrou com 28,25% na composição do PIB municipal.

É notória a dependência econômica de Alcântara em relação aos órgãos públicos que lá funcionam e são poucos: Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Hospital Geral Dr. Waldemar Alcântara (HGWA); Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e cinco secretarias municipais, Base Institucional da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), além do CLA. Em 2021, esses órgãos empregavam 87% dos trabalhadores do município, o que correspondia a 570 do total de 655 empregados, como veremos nos capítulos seguintes.

5.4.6 Estabelecimentos do setor de serviços e industrial

Na Tabela 3, constam a quantidade de empresas de Alcântara, em 2007, 2014 e 2021. A intenção dessa análise é mostrar que as obras executadas no CLA causam efeitos na economia do município. Enquanto em 2002, antes do acordo ser firmado com a Ucrânia, existiam 75 empresas cadastradas, em 2014, durante a execução de obras de infraestruturas no CLA, que foram pactuadas no acordo com aquele país, 121 empresas funcionavam, quase o dobro de 2007. Em 2021, sem obras no CLA e pós pandemia restavam 52 empresas. A redução de 42,97% no número de empresas, entre 2014 e 2021, reflete não apenas as condições econômicas adversas enfrentadas pelo município em relação as atividades do CLA e com a pandemia de Covid-19, mas também sugere a necessidade de políticas e estratégias voltadas para o fomento de outras atividades no município.

Os trabalhadores e empresários do município ganharam e perderam emprego e renda com a dissolução do acordo firmado com a Ucrânia. Mesmo que indiretamente, a economia foi influenciada. As pousadas permaneciam cheias de trabalhadores que eram contratados de outras localidades do país para trabalhar no CLA.

A seguinte notícia foi publicada no site Defesanet, no dia 15 de fev. 2015:

As obras do complexo espacial de Alcântara estão paradas há pelo menos um ano, quando o Palácio do Planalto travou a liberação de dinheiro para o consórcio constituído por Odebrecht e Camargo Corrêa, que ganhou o contrato em 2010, sem licitação. Muitos operários já abandonaram a cidade, descrentes da conclusão do empreendimento, que chegou a reunir, ao mesmo tempo, cerca de dois mil trabalhadores.

As obras de infraestrutura realizadas no CLA geram alguns empregos formais para os trabalhadores de Alcântara. Durante aquele período eles procuram, ficam entusiasmados com a possibilidade de ter a carteira assinada e um salário fixo mensal. Geralmente, são contratados como pedreiros, ajudante de pedreiro, capinadores, arrumadeira, cozinheira. Essas pessoas desenvolvem atividades na agropecuária informalmente. E contribuem com o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais para terem o direito de aposentadoria. Ao serem contratados por essas empresas, ficam prejudicados porque mudam o tipo de atividade junto à previdência oficial, perdendo o direito a aposentadoria como trabalhadores rurais.

Tabela 3 - Número de empresas e outras organizações por atividade em Alcântara, nos anos de 2007, 2014 e 2021

Tabela 3 - Número de empresas e outras organizações por atividade em Alcântara, nos anos de 2007, 2014 e 2021						
	Total	Construção	Comércio em geral	Administração pública, defesa e seguridade social	Outras atividades de serviços	Outros
2007	75	2	22	2	42	7
2014	121	6	29	2	63	21
2021	52	3	26	3	12	8
Δ % 2014-2007	61,33	200,00	31,82	-	50,00	200,00
Δ % 2021-2014	- 57,02	- 50,00	- 10,34	50,00	- 80,95	- 61,90

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Em Alcântara, é notório que a economia (empresas, salários, e até o setor agropecuário) oscilou positivamente durante a vigência do acordo Brasil-Ucrânia. O CLA foi palco de obras e reformas. Isso provocou dinamismo na economia de Alcântara. Porém, as melhorias foram pontuais porque não eram atividades próprias da economia local, mas um efeito derivado das obras do CLA. E tudo voltou, até com redução, ao que era antes, devido ao rompimento do acordo internacional.

Esse modelo de desenvolvimento, baseado em Grandes Projetos de Desenvolvimento, aumenta as vulnerabilidades econômicas de municípios com economia formal já diminuta como é o caso de Alcântara. Acordos como esse, que têm um parceiro estrangeiro, impõem

ainda mais riscos à economia local. A conjuntura política e econômica nacional está diretamente relacionada com esses acordos.

Dessa forma, o município que sedia um grande projeto, que depende dos acontecimentos internos e internacionais e tem sua economia influenciada por esses acordos, pode ter abalos na economia. As atividades oriundas desses acordos trazem, em algum momento, benefícios, que no futuro podem ser causa de malefícios para os trabalhadores locais. Em Alcântara, vários trabalhadores rurais chegaram na idade de se aposentar, mas não podem porque tiveram suas carteiras assinadas durante um ano ou dois por alguma empresa que prestou serviço no CLA.

Nesse modelo de desenvolvimento, há forte dependência econômica do estado do Maranhão e de uma parte de seus municípios que tem suas economias baseadas nos interesses de países estrangeiros. O município de Alcântara tem um potencial imenso para desenvolver sua economia a base de turismo de base comunitária e agricultura familiar, mas está refém dos interesses do Estado e do capital transacional que intencionam desenvolver atividades de lançamento. O CLA é megaempreendimento, que ambiciona as terras dos quilombolas, não tem elo com a população local, mas suas atividades afeta a economia do município, dos trabalhadores locais e das comunidades quilombolas. Resolver esses problemas não interessa ao Estado brasileiro.

5.5 Estrutura fundiária de Alcântara e do Maranhão

Segundo Mesquita (2011), até a década de 1980, a população rural, do Maranhão, era superior a população urbana. Esse quadro se altera na década de 1990 e se consolida na primeira década do século XXI. Isso significa que um número expressivo de pessoa ainda estava ocupado na agropecuária do Maranhão, sobretudo na agricultura temporária, na pecuária bovina extensiva e no extrativismo do babaçu.

Produtores rurais, sem acesso formal à terra, constituíam a maioria no Maranhão. Mesmo sem o documento de propriedade das terras exploradas, eles exerceram um papel importante nas atividades da agropecuária do estado até a década 1980. Sobretudo os posseiros, seguido dos parceiros e arrendatários, mas os proprietários estavam em ascensão.

Na agricultura, as atividades predominantes no Maranhão, eram o cultivo de arroz, mas também plantavam muito mandioca e milho. As mulheres agroextrativistas de coco babaçu exerceram um papel relevante não apenas no complemento da renda familiar, mas também e na segurança alimentar (Mesquita, 2011).

Os aspectos da estrutura fundiária, que é analisada a partir da condição do produtor e das atividades da agropecuária, no Maranhão, reflete um quadro de atraso em relação à reforma agrária. Sem a implementação da reforma agrária e regularização dos produtores que exploravam a terra sem a propriedade dela, as relações não capitalistas, foram sendo substituídas por atividades capitalistas, via políticas de modernização (crédito rural) e políticas de desenvolvimento regionais (incentivos fiscais). Essa substituição começou nos anos de 1970 com incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e bancos estatais (Mesquita, 2011).

Os protagonistas deste processo foram projetos agropecuários incentivados, centrados na pecuária bovina e marcados por cercamentos e grilagens de terras públicas, desmatamento generalizado e devastação de babaquais, tudo o patrocinado por entes federativos. Os impactos desses processos expropriatórios atingem, particularmente, os pequenos produtores sem acesso formal à terra (Asselin, 1982).

A partir de uma rápida consulta aos dados censitários, constatamos que, no Maranhão, o acesso, uso e distribuição da terra, tipo produtor e relação de trabalho seguem o padrão nacional. Em Alcântara tais semelhanças também estão presentes. De um lado, prevalece um número significativo de minifúndios, com áreas inferiores a 10 hectares. Insuficientes para garantir uma produção que seja capaz de garantir a sobrevivência do pequeno produtor e família.

Na outra ponta, há um pequeno número de latifúndios, com áreas superiores a 1000 hectares. Essa tendência se arrasta por séculos. Isso se traduz numa deformada estrutura fundiária, na qual prevalece um alto índice de Gini, indicador que revela alta concentração de terra nas mãos de uma elite fundiária que retém privilégios de toda ordem (Mesquita, 2011).

Esse perfil histórico e estrutural nos permite compreender a razão pela qual, no Maranhão, esse padrão na estrutura fundiária não é modificado e os plantios de *commodities* são priorizados. Além disso, compreendemos por que os pequenos produtores, antes numerosos, estão em processos de extinção nessas áreas de fronteira agrícola, hoje sob o domínio de grandes corporações.

Os dados do Censo Agropecuário de 1985, mostram que, no Maranhão, havia 531.413 estabelecimentos numa área de 15.468.263 hectares. Os pequenos estabelecimentos rurais, com menos de 10 ha, representavam 84% do número total, mas detinham apenas 4,3% da área total. Enquanto os grandes estabelecimentos, aqueles com mais de 1000 ha, somavam menos de 0,4% do total geral, no entanto retinham 9,4% da área total recenseada.

Apenas de 103 mil estabelecimentos, ou seja, 19,4% do total, os proprietários tinham o título de posse. Em termos de área estes proprietários se apropriavam de 92,8% de toda área cadastrada no estado. Enquanto os chamados não proprietários, que se dividiam em os arrendatários, parceiros e ocupantes totalizavam 428.459. Representando 80,6% do número de estabelecimento existente naquele período. Mesmo sendo a maioria, dispunham somente de 7.3% da área cadastrada, conforme Censo Agropecuário de 1985.

Por sua vez, em Alcântara, de acordo com o mesmo Censo de 1985, havia 3.290 estabelecimentos rurais, ocupando 10.458 hectares. Apenas de 6% dessas propriedades, havia título de posse e abrangiam 73% da área total. Os produtores sem documento de propriedade das terras cultivadas, classificados como arrendatários, parceiros, ocupantes e outros, embora somassem 94% do número de estabelecimentos e exploravam 27% da área total recenseada. A maior parte eram de ocupantes 74%; exploravam 22% dos hectares disponíveis.

Em Alcântara, predominavam os estabelecimentos com atividades de agricultura, seguidos pela pecuária e extração vegetal, em 1995. Dos estabelecimentos cadastrados, 99% tinham menos de 10 hectares e abrangiam 1,4% da área total. E os estabelecimentos mais de 1.000 hectares, havia somente três (3) estabelecimentos, porém detinham 94,8% da área total cadastrada no período, que era de 10.458 ha. Com relação ao uso da terra em Alcântara, em 1985, cerca de 99,4% dos estabelecimentos estavam voltados à lavoura temporária e utilizavam apenas 2,6% da área. Quase 90% dos trabalhadores da agricultura trabalhavam sem remuneração e os estabelecimentos que tinha mais força de trabalho era os pequenos, com menos 10 hectares. O rebanho mais importante do município era construído de animais de pequeno porte (galinhas 66.700 e suínos 12.600) e de 3.733 cabeças de bovinos. A soma dos rebanhos de Alcântara não representava 1% do total da microrregião do município.

Essas ponderações iniciais, relativas aos aspectos gerais da economia agrária do Maranhão e de Alcântara, nos dar uma ideia geral do perfil do setor agropecuário, em meados da década de 1980. Assim, temos uma referência importante para fazer comparações com dados futuros, que virão na sequência. Com isso, será possível identificar nas décadas iniciais do século XXI, o que efetivamente mudou neste cenário, quais variáveis, eventualmente, teriam contribuído para essas alterações.

Em termos de atividade agropecuária no município, a mais importante com 2.313 estabelecimentos, era a agricultura, pois detinham 7.713 ha; a segunda atividade era pecuária com 328 estabelecimento e cerca de 1.915 ha, a extração vegetal somava 606 estabelecimentos e 698 hectares. Ainda segundo a mesma fonte havia 3.260 residentes no total de estabelecimentos.

Quando observamos o número e a área de estabelecimentos nas faixas extremas, ou seja, os estabelecimentos com menos de 10 hectares e os estabelecimentos com mais de 1.000 ha, se constata o seguinte: os pequenos produtores representavam 99% do número total, isto é, 3.290, mas retinham, apenas 1,4% da área total cadastrada, equivalente à 10.458 hectares. No limite superior, isto é, com mais de 1.000 hectares, havia três (3) estabelecimentos, no entanto controlavam cerca de 98% da área total cadastrada no período.

O pessoal ocupado na agricultura de Alcântara era de 15.272 pessoas, dos quais 90% se constituíam de trabalhadores sem remuneração e os estabelecimentos que mais contratava eram os pequenos com menos 10 hectares. O rebanho mais importante do município era construído de animais de pequeno porte (galinhas 66.700 e suínos 12.600) e de 3.733 cabeças de bovinos, todos sem importância alguma frente à microrregião onde estão inseridos (pois representam menos de 1%).

Uma olhada no Censo agropecuário deste período (1985) quanto a produção vegetal percebe-se que a mandioca com 2.015 hectares, o arroz com 999 ha, são os dois produtos mais importantes do município seguido pelo milho com 678 ha e o feijão. A atividade extrativa de expressão é carvão com 2320 toneladas, seguido pelo babaçu com 180 toneladas e a lenha com 105 ton. e a única indústria rural é a farinha com 1.829 toneladas.

Essas ponderações iniciais relativa aos aspectos gerais da economia agrária do estado e do município de Alcântara, nos dar uma ideia geral do perfil do setor agropecuário, em meados da década de oitenta. Quer dizer, a partir daqui (1985) temos uma referência importante para se fazer comparações com dados futuros relacionados as tais questões, que será na sequência.

Em 1995, as terras voltadas para a agropecuária no Maranhão totalizavam 12.560.692 hectares, distribuídos entre 368.191 estabelecimentos. Os estabelecimentos com até 5 hectares, somavam 262 mil, isto é, cerca de 71,21% do total geral. No entanto esses pequenos estabelecimentos ocupavam apenas 32.201 ha, ou seja, 2,57% da área total, dedicada à agropecuária no estado. Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 500 hectares representavam apenas 3,87% do total, mas juntos ocupavam 48,9% da área disponível para a agropecuária (Tabela 4).

Tabela 4 - Estabelecimentos e área segundo grupos de área no Maranhão e em Alcântara, em 1995, 2006 e 2017

Tabela 4 - Estabelecimentos e área segundo grupos de área no Maranhão e em Alcântara em 1995, 2006 e 2017								
1995								
Grupos de área	Número de estabelecimento rurais				Área			
	MA (nº)	MA %	Alcântara (nº)	Alcântara %	MA (ha)	MA %	Alcântara (ha)	Alcântara %
Total	368.191	100	2.738	100	12.560.692,48	100	3.391,45	100
De 0,1 ha a menos de 5 ha	262.207	71,21	2.700	98,61	322.289,07	2,57	2.536,86	74,8
De 5 ha a menos de 10 ha	9.893	2,69	30	1,1	67.506,15	0,54	199,31	5,88
De 10 ha a menos de 500 ha	77.834	21,14	8	0,29	6.028.398,05	47,99	655,28	19,32
Acima de 500 ha	14.254	3,87			6.142.499,21	48,9		
Produtor sem área	4.003	1,09	-	-	-	-	-	-
2006								
Grupos de área	Número de estabelecimento				Área			
	MA (nº)	MA %	Alcântara (nº)	Alcântara %	MA (ha)	MA %	Alcântara (ha)	Alcântara %
Total	287.039	100	1.889	100	13.033.568	100	10.719	100
De 0,1 ha a menos de 5 há	127.250	44,33	698	36,95	119.059	0,91	177	1,65
De 5 ha a menos de 10 há	8.764	3,05	16	0,85	59.309	0,46	106	0,99
De 10 ha a menos de 500 há	88.076	30,68	39	2,06	6.624.269	50,82	3.764	35,12
De 500 a menos de 1000 há	3.442	1,2	1	0,05	1.510.350	11,59		
2500 ha ou mais	523	0,18	1	0,05	4.720.581	36,22	6.672	62,24
Produtor sem área	58.984	20,55	1.134	60,03				
2017								
Grupos de área	Número de estabelecimento (nº)				Área (hectares)			
	MA (nº)	MA %	Alcântara (nº)	Alcântara %	MA (ha)	MA %	Alcântara (ha)	Alcântara %
Total	219.765	100	1.570	100	12.238.489	100	2.270	100
De 0,1 ha a menos de 5 há	109.872	50	1.517	96,62	116.545	0,95	881	38,8
De 5 ha a menos de 10 há	9.670	4,4	10	0,64	63.734	0,52	72	3,2
De 10 a menos de 500 há	79.264	36,07	14	0,96	5.470.109	44,7	114	5
De 500 a menos de 1000 há	1.847	0,84	1		1.257.418	10,27	1.203	53
Acima de 1000 há	1.623	0,74			5.330.683	44		
Produtor sem área	17.489	7,96	28	1,78				

Fonte: IBGE (2006, 2017).

Ainda conforme Tabela 4, em Alcântara, em 1995, a área destinada à agropecuária era de 3.391,45 hectares, nos quais estavam instalados 2.738 estabelecimentos rurais. No município, os estabelecimentos com até 5 hectares, somavam 1.944 ou 71,21% do total de estabelecimentos e ocupavam 2.543 hectares, ou 74,8% da área total cadastrada. Os estabelecimentos com mais de 500 hectares restantes, de maior porte, eram compostos por propriedades com áreas superiores a 500 hectares.

Em 2006, no Maranhão, foram registrados 287.039 estabelecimentos rurais, assim observamos redução na quantidade de 81.152 quando comparamos com a quantidade de 1995. Por outro lado, a área aumentou para 13.033.568 hectares, ou seja, quase 500 mil hectares a mais. No estado, os estabelecimentos com área de até 5 hectares também reduziram em relação à 1995, pois somaram 44,33% do total, a diminuição também é observada na área desses estabelecimentos que caiu para 0,91% do total destinada a agropecuária. De outro modo, os

estabelecimentos com área entre 10 e menos de 500 hectares aumentaram de 21,14%, em 1995, para 30,68% e a área ocupada por eles, passou de 47,99% para 50,82% da área total.

Em Alcântara, a área ocupada pelo setor agropecuário aumentou para 10.719 hectares, em 2006, mas o número de estabelecimentos reduziu para 1.889. Redução de 1 mil na comparação com 1995. No entanto, apenas dois estabelecimentos abrangiam 97,36% da área total, ou seja, 10.436 hectares. Os estabelecimentos de até 5 hectares também reduziram, passando de 98,61% para 36,95%, em relação ao total. Enquanto em 1995, a área ocupada pelos estabelecimentos de 5 ha era de 74,8% da área total, em 2006, correspondia a 1,65%.

De outra forma, os estabelecimentos com área entre 10 e menos de 500 hectares que, em 1995, representavam 0,29% do total cadastrado e ocupavam 19,82% da área total, em 2006, aumentaram para 2,06% na quantidade e passaram a abranger 35,12% da área total. Enquanto, em 1995, não foram registrados produtores sem área, em 2006, 60,03% dos produtores foram registrados nessa categoria. Já no Maranhão, em 2006, foram registrados 20,55% de produtores nessa categoria (Tabela 4).

Em 2017, foram registrados 219.765 estabelecimentos rurais, no Maranhão, os quais abrangiam 12.238.489 hectares. E 50% dos estabelecimentos eram formados por área inferior a 5 hectares, mas ocupavam apenas 0,95% da área total destinada ao setor. Os estabelecimentos com área entre 10 e menos de 500 ha correspondiam à 36,07% do total e abrangiam 44,7% da área total. Aqueles formados por área entre 500 e menos de 1.000 hectares correspondiam à 0,84% do total e detinham 10,27% da área total (Tabela 4).

Em Alcântara, o número de estabelecimentos rurais diminuiu para 1.570. A redução foi de 319 estabelecimentos na comparação com 2006. A área que esses estabelecimentos ocupavam também reduziu, passando de 10.719 ha, em 2006, para 2.270 hectares, em 2017. Em 2017, 881 hectares ou 38,8% da área da agropecuária formava 1.517 estabelecimentos, equivalentes à 96,62% do total de estabelecimentos do município. Esses estabelecimentos eram formados por área de até 5 hectares. Na comparação com 2006, houve uma retração de 8.449 hectares da área do setor agropecuário de Alcântara. Em 2017 não foram informados estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares (Tabela 4).

De acordo com a tabela 5, no Maranhão, em 2006, 43% dos estabelecimentos rurais pertenciam a proprietários rurais e abrangiam 83% da área dos estabelecimentos. Em 2017, os estabelecimentos em nome de proprietários subiram para 63,3% e a área deles para 91%. Por outro lado, o percentual de estabelecimentos de produtores rurais classificados na categoria de ocupantes que era de 15,6% com área de 4%, em 2006, caiu para 6,8% e a área reduziu para 1%, em 2017.

Em Alcântara, em 2006, os produtores rurais ocupavam 1.889 estabelecimentos com área total de 10.719 hectares. Os proprietários detinham 96% dos estabelecimentos e detinham 96% da área. Os demais produtores possuíam 4% da área total do setor, sendo que os parceiros possuíam 2%, equivalente ao dobro da área dos arrendatários e ocupantes, com 1%, cada (Tabela 5). Em 2017, os produtores rurais ocupavam 1.570 estabelecimentos abrangendo 2.270 hectares. Os proprietários possuíam 93,75% dos estabelecimentos e 86,21% da área. Os demais produtores detinham menos de 1% de área, com exceção dos ocupantes que eram detentores de 13,08% da área total ou 297 hectares.

Tabela 5 - Número de estabelecimentos rurais segundo condição do produtor no Maranhão e em Alcântara, em 2006 e 2017

Tabela 5 - Número de estabelecimentos rurais e área, segundo a condição do produtor no Maranhão e em Alcântara – 2006 e 2017								
	Maranhão							
	2006				2017			
	nº est.	% est. por cond.	área (ha)	% est. por cond.	nº est.	% est. por cond.	área (ha)	% est. por cond.
Total	287.039	100	13.033.568	100	219.765	100	12.238.489	100
Proprietário	123.288	43	11.654.333	89	139.114	63,3	11.185.177	91
Concessionário* ou assentado sem titulação definitiva	17.059	5,9	436.343	3	24.062	10,9	322.097	3
Arrendatário	32.790	11,4	295.448	2	10.515	4,8	302.939	2
Parceiro	10.071	3,5	116.022	1	5.488	2,5	105.724	1
Ocupante	44.847	15,6	531.422	4	14.843	6,8	138.822	1
Comodatário(a)		-		-	8.254	3,8	183.731	2
Produtor sem área	58.984	20,5	-	-	17.489	8		-
	Alcântara							
	2006				2017			
	nº est.	% est. por cond.	área (ha)	% est. por cond.	nº est.	% est. por cond.	área (ha)	% est. por cond.
Total	1.889	100	10.719	100	1.570	100	2.270	100
Proprietário	486	25,7	10.281	96	1.472	93,75	1.957	86,21
Concessionário* ou assentado sem titulação definitiva	2	0,1	X	-	3	0,19	2	0,09
Arrendatário	30	1,6	68	1	-	-	-	-
Parceiro	22	1,2	229	2	1	0,06	-	-
Ocupante	215	11,4	139	1	57	3,63	297	13,08
Comodatário(a)		-		-	9	0,57	14	0,62
Produtor sem área	1.134	60	-	-	28	1,78		0

Fonte: IBGE (2006, 2017).

Obs. * O termo concessionário foi acrescentado no Censo Agropecuário de 2017, em 2006, a categoria era assentado sem titulação definitiva.

Segundo Oliveira *et al.* (2019), do ponto de vista legal e político as ações estatais voltadas para desconcentrar as terras, no Brasil, durante a década de 1990, não apresentaram transformações consideráveis. Entretanto, no campo econômico, a expansão do agronegócio, fruto da globalização e reabertura econômica, muito contribuiu para a intensificar a concentração de terras e diminuição do número de estabelecimentos rurais.

Em Alcântara, a concentração da terra decorre do interesse do CLA, que funciona como o agronegócio, já que requer terras para expansão. A expansão do CLA somente pode acontecer pela expropriação das áreas já ocupadas pelos quilombolas. Como o CLA é um órgão estatal, um grande projeto desenvolvimentista e sua expansão interessa ao capital transnacional, conta com amplo apoio dos altos escalões do poder público.

O Brasil é um país onde o uso e ocupação das terras é altamente concentrado. Isso resulta em altos níveis de desigualdade sociais e econômicas. Apensar de possuir grande quantidade de terras improdutivas, públicas e devolutas, prevalece o conservadorismo no campo em detrimento dos interesses e ganhos socioambientais.

5.6 Agricultura de Alcântara e do Maranhão

O Maranhão é conhecido pela grande produção do setor agropecuário. É um dos maiores produtores de commodities agrícola do Brasil. De outro jeito, a produção do setor agropecuário de Alcântara, é voltada para atender à necessidade da população local, e o excedente é vendido nos municípios arredores e São Luís, a exemplo dos pescados.

Em 2006, no Maranhão, 54,6% dos estabelecimentos rurais estavam ocupados com lavouras temporárias e abrangiam 30,1% da área total. Em 2017, o número de estabelecimentos ocupados com lavoura temporária reduziu para 50,7% e a área ocupada caiu para 24,9% da área total (Tabela 6).

Em 2006, 50,7% dos estabelecimentos rurais do estado desenvolviam atividade de pecuária e ocupavam 24,9% da área total. Em 2017, subiu para 36,9% a quantidade de estabelecimentos da pecuária e área ocupada para 66,2%. Eram poucos os estabelecimentos e área ocupadas com florestas plantadas de nativas que desenvolviam atividades de horticultura e floricultura, pesca e aquicultura, juntos não correspondiam a 15% do número e 6% da área total (Tabela 6). Em 2017, a quantidade desses estabelecimentos caiu para menos de 5% e área ocupada por eles para menos de 2%.

Em Alcântara, em 2006, as atividades de produção de lavouras temporária e pecuária e criação de outros animais também ocuparam a maior parte dos estabelecimentos. Os estabelecimentos com lavoura temporária correspondiam à 40,6% e com pecuária e criação de outros animais à 54,3%. Em relação à área total, a área destinada a primeira atividade era de 72,6% e a segunda, de 24,7%. As terras destinadas à lavoura permanente equivaliam à 2,5% e de florestas plantadas e nativas, cada uma ocupou 0,1% da área total (Tabela 6).

Em 2017, os estabelecimentos rurais de Alcântara ocupados com lavoura temporária representaram 69,8% do total, abrangiam de 52,3% da área total destinada ao setor. Por outro lado, os estabelecimentos ocupados com pecuária e criação de outros animais diminuíram para 23,1% do total, mas ocuparam uma área maior, equivalente à 41,9% da área total. Houve registro de 65 estabelecimentos ocupados com pesca ou 4,1% do total. Estes ocupavam 30 hectares, ou, 1,3% da área total.

Tabela 6 - Número de estabelecimentos rurais e área segundo a utilização das terras no Maranhão e em Alcântara, em 2006 e 2017

Tabela 6 - Número de estabelecimentos rurais e área, segundo a utilização das terras no Maranhão e em Alcântara – 2006 e 2017								
Maranhão								
	2006				2017			
	nº est.	% área por atl.	área (ha)	% área por atl.	nº est.	% área por atl.	área (ha)	% área por atl.
Total	287.039	100	13.033.568	100	219.765	100	12.238.489	100
Produção de lavouras temporárias	156.600	54,6	3.917.562	30,1	111.339	50,7	3.043.223	24,9
Horticultura e floricultura	4.470	1,6	55.854	0,4	3.232	1,5	19.725	0,2
Produção de lavouras permanentes	5.917	2,1	255.258	2	4.330	2	78.571	0,6
Pecuária e criação de outros animais	77.768	27,1	8.081.187	62	81.016	36,9	8.101.735	66,2
Produção florestal - florestas plantadas	2.747	1	234.018	1,8	683	0,3	705.437	5,8
Produção florestal - florestas nativas	37.560	13,1	420.384	3,2	15.092	6,9	160.756	1,3
Pesca	951	0,3	10.259	0,1	733	0,3	2.787	0,1
Aquicultura	1.008	0,4	58.934	0,5	3.314	1,5	113.909	0,9
Alcântara								
	2006				2017			
	nº est.	% área por atl.	área (ha)	% área por atl.	nº est.	% área por atl.	área (ha)	% área por atl.
Total	1.889	100	10.719	100	1.570	100	2.270	100
Produção de lavouras temporárias	766	40,6	7.783	72,6	1.096	69,8	1.188	52,3
Horticultura e floricultura	15	0,8	4	0,01	16	1	9	0,4
Produção de lavouras permanentes	58	3,1	273	2,5	20	1,3	86	3,8
Pecuária e criação de outros animais	1.025	54,3	2.646	24,7	363	23,1	950	41,9
Produção florestal - florestas plantadas	4	0,2	6	0,1	-	-	-	-
Produção florestal - florestas nativas	10	0,5	6	0,1	10	0,6	7	0,3
Pesca	4	0,2	-	-	65	4,1	30	1,3
Aquicultura	6	0,3	1	0,0	-	0,0	-	-

Fonte: IBGE (2006, 2017).

Em 2006, foram destinados, no estado, 1.171.661 hectares para o plantio das culturas de arroz, feijão, mandioca e milho. A cultura que utilizou mais área foi a do arroz, ocupando 43% desse total. Enquanto o milho ocupou 31%, a mandioca, 18% e, por último, o feijão que ficou com 7%. Com relação a produção, observamos que a mandioca se destacou entre as

demais culturas, atingiu 60% do total produzido. Em seguida, ficou o arroz com 24%, depois o milho com 15% e por último o feijão com 1% (Tabela 7).

Tabela 7 - Área plantada e quantidade da lavoura temporária no Maranhão e em Alcântara – 2006, 2017 e 2023

Tabela 7 - Área plantada e quantidade produzida da lavoura temporária no Maranhão e em Alcântara – 2006, 2017 e 2023									
Anos	Culturas	Maranhão				Alcântara			
		Área plantada (ha)	% da área por cult.	Quant. prod. (ton)	% quant. Prod. por cult.	Área plantada (ha)	% da área por cultura	Quant. prod. (ton)	% quant. Produzida por cultura
2006	Arroz (casca)	507.446	43	702.224	24	464	22,3	556	5
	Feijão grãos	85.606	7	40.561	1	170	8,2	131	1
	Mandioca	212.096	18	1.720.322	60	1.300	62,4	10.920	93
	Milho (grãos)	366.513	31	426.203	15	148	7,1	133	1
Total		1.171.661	100	2.889.310	100	2.082	100	11.740	100
2017	Arroz (casca)	155.584	19	244.573	9	160	11,7	176	2
	Feijão grãos	74.132	9	43.454	2	100	7,3	68	1
	Mandioca	101.388	13	856.770	31	985	72,2	9.712	97
	Milho (grãos)	470.456	59	1.631.080	59	120	8,8	102	1
Total		801.560	100	2.775.877	100	1365	100	10.058	
2023	Arroz (casca)	90.730	13	184.752	6	108	11,6	106	2
	Feijão grãos	45.607	6	26.474	1	86	9,2	49	1
	Mandioca	49.913	7	398.360	13	626	67,2	4.517	95
	Milho (grãos)	535.302	74	2.487.084	80	111	11,9	100	2
Total		721.552	100	3.096.670	100	931	100	4.772	100

Fonte: IBGE.

Ainda de acordo com a tabela 7, em 2017, o milho ocupou a maior área, no estado, 59%, e aumentou para 74% em 2023. Enquanto isso, e conseqüentemente, as demais culturas não exportáveis, tiveram a quantidade de área plantada reduzida. Em 2017, o arroz ocupou 19%, caindo para 13% em 2023. A Mandioca, em 2017, ocupou 13%, diminuindo para 7%, em 2023 e o feijão ocupou 9% dos hectares, em 2017, mas reduziu para 6%, em 2023.

Por outro lado, a quantidade produzida do milho aumentou, indo de 59% da produção total, em 2017, para 80%. Enquanto as culturas que alimentam a população reduziram. O arroz representou 9% do total produzido, em 2017, baixou para 6%, em 2023. A produção da mandioca aumentou de 2%, em 2017, para 13%, em 2023, em relação ao total. Mas a produção do feijão reduziu de 2% para 1% nesses anos (Tabela 7).

Em Alcântara, em 2006, foram destinados 2.082 hectares para o plantio das culturas de arroz, feijão, mandioca e milho. A cultura que se destaca no município é a mandioca. Em 2006, a mandioca ocupou 62,9% da área total, em 2017, 72,2% e, em 2023, 67,2%. Já o arroz se manteve na segunda posição, ocupando 22,3% da área, em 2006, 11,7%, em 2017 e 11,6% em 2023. O feijão, em 2006, ocupou 8,2% da área total, em 2017, 7,3% e em 2023, 9,2%. Para o milho, em 2006, foram destinadas 7,1% dos hectares totais, em 2017, 8,8% e em 2023, 11,9%.

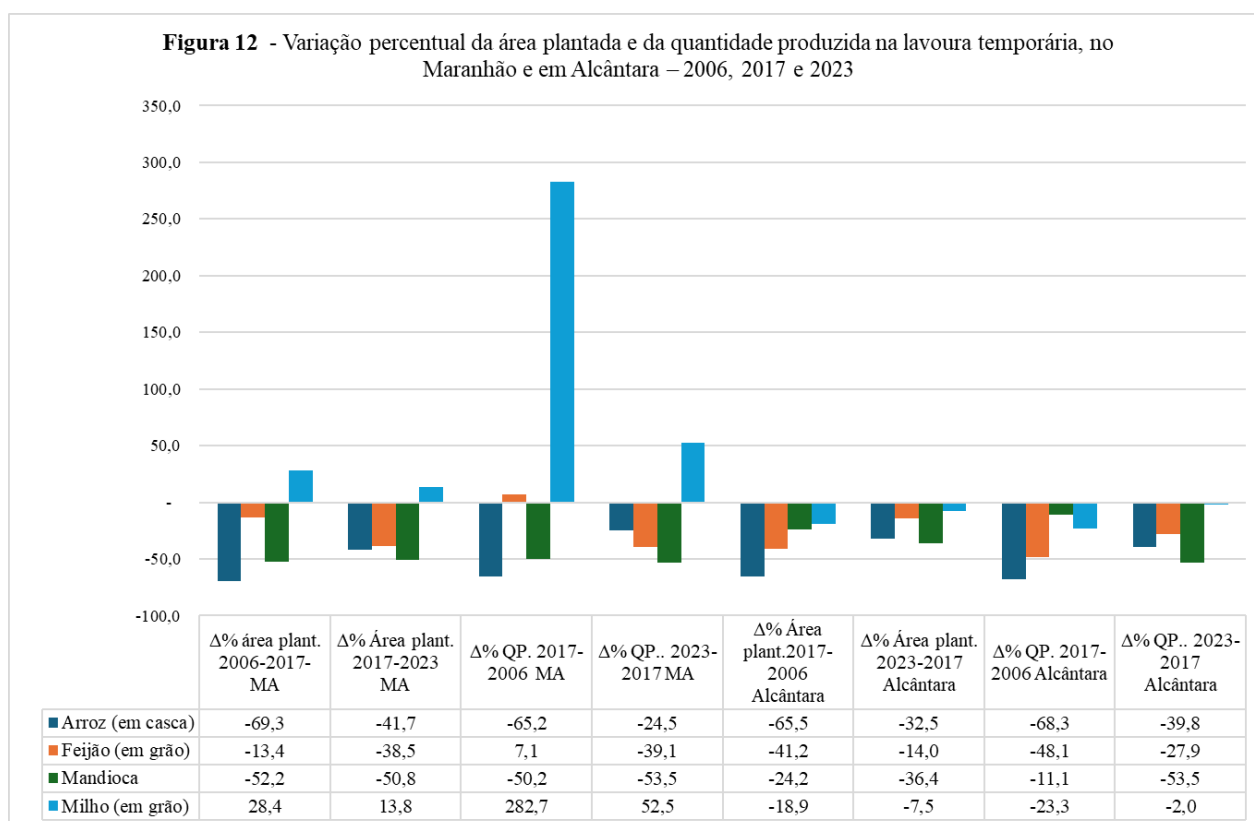
No que diz respeito, a quantidade produzida, em 2006, a produção de mandioca representou 93% do total da produção agrícola de Alcântara. Em 2017, subiu para 97% e, em 2023, baixou para 95%. Na sequência vem o arroz que, em 2006, representou 5% do total produzido, enquanto feijão e milho entregaram 1%, cada um da produção. Em 2017, o arroz entrou com 2% e demais culturas com 1%. E em 2023, o arroz manteve o percentual de 2%, o milho também, mas o feijão continuou com 1%.

Desse modo, a Figura 12 expressa os dados da situação atual de queda nas principais lavouras alimentícias no Maranhão nos comparativos de 2017 com 2006 e de 2023 com 2017. No Maranhão, a cultura do milho aumentou nos dois comparativos consecutivos, a área plantada em, 2006 era de 28,4% e, em 2017, de 13,8%, respectivamente. Consequentemente, quantidade produzida aumentou em 282,7% no confronto de 2017 com 2006 e, em 52,5%, no comparativo de 2023 com 2017. As demais culturas perderam terras de plantios, sendo a maiores retrações apresentadas nas culturas de arroz e mandioca. A retração da área do arroz foi de 69,3% no confronto de 2017 com 2006 e de 41,7%, comparando 2023 com 2017. Por sua vez, a área da mandioca reduziu em 52,2% e 50,8%, nos respectivos comparativos.

Observamos o mesmo efeito de redução da área plantada e quantidade produzida nas cultivares de Alcântara (Figura 12). Todas as culturas perderam área plantada, e consequentemente, na quantidade produzida. Na comparação de 2017 com 2006, a área plantada com arroz foi reduzida em 65,5%, com feijão, em 41,2%, com mandioca, em 24,2% e com milho, em 18,9%.

Já, confrontando a área plantada de 2023 com 2017, a quantidade produzida de arroz foi reduzida em 68,3%, de feijão, em 48,1%, de mandioca, em 11,1% e de milho, em 23,3%. E a área plantada com arroz sofreu 32,5% de redução; com feijão, de 14%, com mandioca, 36,4% e com milho, de 8,5%. O arroz produziu 39,8% menos, em 2023, do que em 2017. O feijão, menos 27,4%, a mandioca, menos 53,5% e o milho, menos 2%. Com isso, a produção de alimentos, no município, vem diminuindo, o que deve se traduzir em motivo de preocupação para os governantes, já que o comércio local gera poucos empregos.

Figura 12 - Variação percentual da área plantada e da quantidade produzida na lavoura temporária, no Maranhão e em Alcântara – 2006, 2017 e 2023



Fonte: IBGE (2006, 2017, 2023).

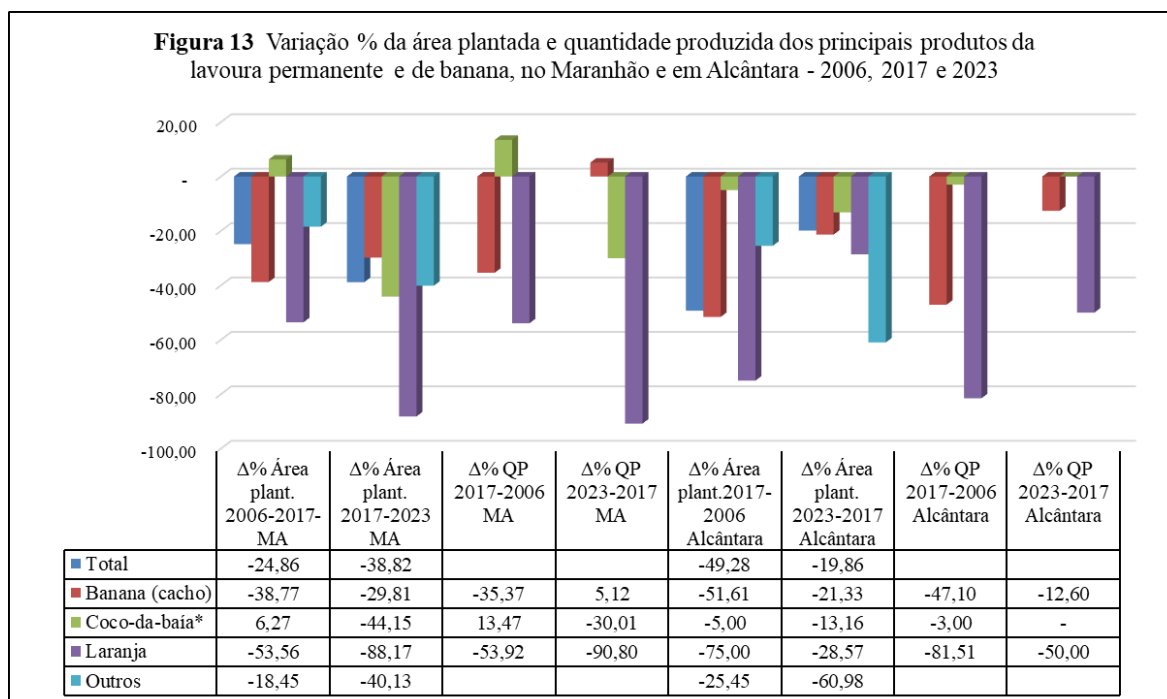
As culturas da lavoura permanente com maior produção, no Maranhão e em Alcântara, são banana, coco-da-baía e laranja, mesmo assim, todas perderam em área e na quantidade produzidas nos anos mais recentes, conforme Figura 13. Confrontados os dados de 2017 com 2006, observamos que, a área plantada com plantios de banana, no primeiro comparativo, diminuiu em 38,77% e no segundo, 29,81%. A área ocupada com coco-da-baía foi 6,27% maior, em 2017, do que, em 2006, porém foi reduzida em 44,15% na comparação de 2023 com 2017. A cultura da laranja perdeu 53,56% de 2006 para 2017 e 88,17%, de 2017 para 2023. As demais culturas da lavoura temporária como é o caso do caju, perderam 18,45% da área, em 2017, em relação à 2006 e 40,13%, em 2023, no confronto com 2017.

A vista disso, a quantidade produzida de banana, em 2017, foi menor em 34,37% do que, em 2006, de coco-da-baía foi superior em 13,47% e de laranja diminuída em 53,92%. Já na comparação de 2023 com 2017, observamos que houve um leve acréscimo de 5,12% na produção de bananas, por outro lado, a quantidade produzida de coco-da-baía baixou em 30,01% e de laranja em 90,8%.

Na Figura 13, também observamos as reduções ocorridas em Alcântara das cultivares da lavoura permanente em termos de área e de quantidade produzida nos anos confrontados. A área total da lavoura temporária perdeu 49,28% na comparação de 2017 com 2006. Enquanto a área plantada com bananeira foi reduzida em 51,61%; de coco-da-baía, em 5%; a laranja perdeu 75% e demais culturas, 25,45%. Comparando 2023 com 2017, as reduções persistiram. A área total foi reduzida em 19,86%, da banana, em 21,33%, do coco-da-baía em 13,16%, de laranja, em 28,57% e das demais culturas, em 60,98%.

Em relação à quantidade produzida, na comparação de 2017 com 2006, a quantia de cachos de banana foi diminuída em 47,1%, de coco-da-baía, em 3% e de laranja, em 81,51%. Já no comparativo de 2023 com 2017, a redução da quantidade produzida de banana foi de 12,6%, o coco-da-baía manteve a produção, enquanto a de laranja foi menor em 50% (Figura 13).

Figura 13 - Variação % da área e quantidade produzida dos principais produtos da lavoura permanente de banana, no Maranhão e em Alcântara - 2006, 2017 e 2023



Fonte: IBGE (2006, 2017, 2023).

Segundo Escobar (2007), a fome aumentou devido à diminuição da capacidade dos países de produzir alimentos para si mesmos, influenciados pela necessidade de exportar safras, aceitar alimentos baratos do Ocidente e se adaptar a mercados dominados por multinacionais. Apesar do aumento na produção agrícola per capita em muitos países, isso não

resultou em maior disponibilidade de alimentos para a população, que, especialmente nas cidades do Terceiro Mundo, tornou-se mais dependente de alimentos importados.

No Brasil, a exemplo do Maranhão, a expansão da produção de soja é associada à substituição de outras culturas alimentícias, especialmente em áreas de Cerrado e Amazônia. Essa tendência, impulsionada pela alta demanda global e preços elevados da soja, é motivo de preocupações quanto à segurança alimentar e à sustentabilidade da produção de alimentos no país. Em Alcântara, a terra sem titulação para as comunidades quilombolas, permanece “sob tutela” do CLA. Sem títulos, os quilombolas não conseguem acessar o Pronaf. Sem incentivos estatais, plantam em quintais ou pequenas áreas próximas de suas casas.

No Maranhão, observamos que embora as áreas de cultivo aumentaram em termos absolutos, a proporção da terra usada para culturas destinadas à alimentação direta diminuiu e pode cair ainda mais, à medida que as áreas de cultivo soja, eucalipto e milho aumentam. Segundo Sloat *et al.* (2023), os rendimentos das culturas para alimentação direta são poucos expressivos, isso se devem, em parte, a políticas agrícolas e incentivos econômicos que priorizam outros usos. Na América do Norte e na Europa, o campo de pesquisa e desenvolvimento tem foco para o cultivo de culturas não destinadas à alimentação direta (como milho e soja, frequentemente utilizados na produção de biocombustíveis e ração animal), em vez de culturas mais usadas como alimentos, como trigo, cevada e mandioca.

5.7 Pecuária de Alcântara e do Maranhão

A pecuária é uma atividade importante, pois a proteína animal é bases na alimentação da população. Na tabela 8, entre os anos analisados 2006, 2017 e 2023, no Maranhão, a maior quantidade de cabeças foi de galináceos. Em 2006, os galináceos representavam 55,8% total, 54,1%, em 2017 e 50,4%, em 2023.

Em segundo lugar ficou o rebanho de bovino com 31,9%, em 2006, 36,4%, em 2017 e 41,2%, em 2023. Em terceira posição, ficou o rebanho de suíno com 8%, em 2006; 5,1%, em 2017 e 4%, em 2023. Percebemos que os rebanhos das aves e suíno vêm decrescendo e de bovino aumentando. Os outros rebanhos de bubalino, equino, ovino e caprinos são inexpressivos.

Em Alcântara, se observa na tabela 8, que a maior quantidade de cabeças foi também de galináceos com 80,4%, em 2006, 73,2%, em 2017 e 71%, em 2023, apresenta tendência de queda. Em segundo lugar, ficou o suíno com 14,3%, em 2006, 15,5%, em 2017 e 15,6%, em 2023. Em terceira posição está o rebanho de bovino com 4,7%, em 2006; 9,1%, em 2017

e 11,2%, em 2023. Nesse município, os rebanhos de suíno e bovino aumentaram. Os outros rebanhos de bubalino, equino, ovino e caprinos são inexpressivos.

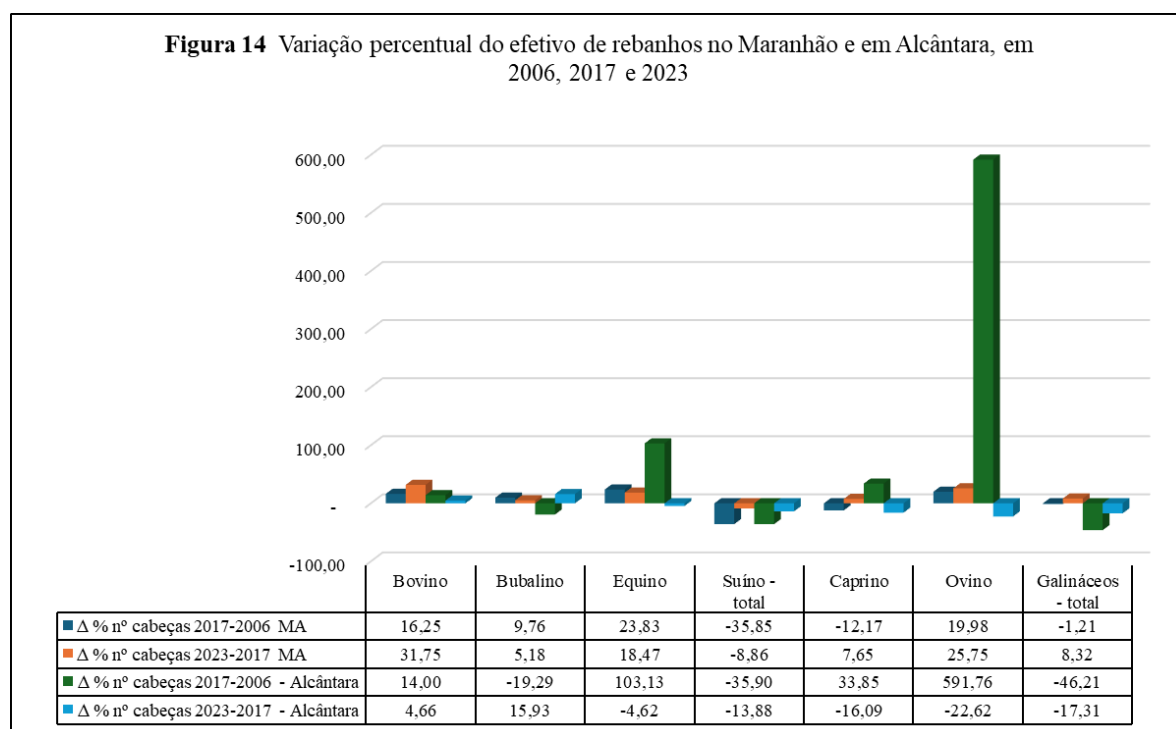
Tabela 8 - Efetivos de rebanhos (cabeças) no Maranhão e em Alcântara, em 2006, 2017 e 2023

Tabela 8 - Efetivos de rebanhos (cabeças) no Maranhão e em Alcântara, em 2006, 2017 e 2023						
Rebanhos	Maranhão			Alcântara		
	2006	2017	2023	2006	2017	2023
Bovino	6.613.270	7.687.695	10.128.610	3.650	4.161	4.355
Bubalino	84.205	92.423	97.212	140	113	131
Equino	177.841	220.220	260.888	32	65	62
	1.668.326	1.070.188	975.387	11.060	7.090	6.106
Caprino	405.672	356.302	383.563	195	261	219
Ovino	230.695	276.795	348.062	85	588	455
- total	11.574.758	11.434.714	12.386.111	62.300	33.511	27.710
Total	20.754.767	21.138.337	24.579.833	77.462	45.789	39.038
Rebanhos	Maranhão			Alcântara		
	% em relação ao total 2006	% em relação ao total 2017	% em relação ao total 2023	% em relação ao total 2006	% em relação ao total 2017	% em relação ao total 2023
Bovino	31,9	36,4	41,2	4,7	9,1	11,2
Bubalino	0,4	0,4	0,4	0,2	0,2	0,3
Equino	0,9	1	1,1	0	0,1	0,2
Suíno - total	8	5,1	4	14,3	15,5	15,6
Caprino	2	1,7	1,6	0,3	0,6	0,6
Ovino	1,1	1,3	1,4	0,1	1,3	1,2
Galináceos – total	55,8	54,1	50,4	80,4	73,2	71
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE.

Na Figura 14, observamos que, comparando os dados dos rebanhos entre 2017 e 2006, no Maranhão, o bovino aumentou em 16,25%, suíno reduziu em 35,8% e galináceos diminuiu em 1,21%. Em Alcântara, no confronto dos mesmos anos, o rebanho de bovino aumentou em 14%, suíno reduziu em 35,9% e galináceos diminuiu em 46,21%. Já na comparação de 2023 com 2017, vemos que, no Maranhão, as cabeças de bovinos aumentaram em 31,75%, de suíno reduziu em 8,86 e de galináceos subiu 8,32%. Em Alcântara, o rebanho bovino cresceu 4,66%, de suíno decresceu em 13,88% e de galináceos diminuiu em 17,31%. Em Alcântara, os rebanhos dos pequenos animais vêm reduzindo. Com relação aos demais rebanhos, observamos um aumento expressivo na quantidade de ovinos, o aumento de 591,76% desse rebanho na comparação de 2017 com 2006, parece elevado, mas em termos de cabeças, o aumento foi pouco indo de 85 animais para 588. Já em 2023, reduziu para 455 cabeças. E o rebanho de caprinos, equinos e bubalinos não têm expressão no município.

Figura 14 - Variação percentual do efetivo de rebanhos, no Maranhão e em Alcântara – 2006, 2017 e 2023



Fonte: IBGE (2006, 2017, 2023).

No Brasil, a expansão da área cultivada com soja também tem sido associada à redução da área de pastagens e, conseqüentemente, dos rebanhos, especialmente, o bovino e em algumas regiões. Essa relação é observada em estudos que apontam para a conversão de áreas de pastagem em áreas de cultivo de soja, por causa da demanda global por grãos e pela busca por maior produtividade.

Sloat *et al.* (2023) alertam que a redução da produção de alimentos no planeta deve ser motivo de preocupação para os tomadores de decisão. É preciso garantir a segurança alimentar e, ao mesmo tempo, conter as mudanças climáticas.

Alimentar de forma sustentável uma população que deve atingir a marca dos 10 bilhões até 2050 é uma das questões existenciais mais importantes que a humanidade enfrenta hoje. Países ricos, líderes políticos e outros tomadores de decisão precisam se comprometer com soluções para proteger, produzir, reduzir e restaurar, a fim de fornecer uma alimentação nutritiva e adequada à população mundial – principalmente para os mais afetados pela insegurança alimentar (Sloat *et al.*, 2023).

5.8 Extrativismo de Alcântara e do Maranhão

Analisando a Tabela 9, percebemos que a produção de carvão vegetal no Maranhão, em 2006, representou 77,15% do total e da lenha 16,93%. Em 2017, o valor do carvão foi

equivalente à 51,53% do total das vendas da atividade e da lenha de 21,28%. Os produtos alimentícios e os frutos do açaí aumentaram a participação no valor da produção, em 2017. O valor dos alimentícios derivados da extração vegetal representou de 13,62% do valor total e dos frutos de açaí, 13,57%. Em 2023, o valor do carvão representou 45,28% do total e da lenha 15,67%. Já os alimentícios aumentaram para 19,61% na composição do valor total e dos frutos de açaí para 19,44%

Em Alcântara, o carvão e a lenha representam os maiores valores na produção da atividade de extração vegetal. Em 2006, enquanto o carvão participou com 47,31% do valor total, a lenha contribuiu com 48,13%. O valor dos alimentícios e dos frutos do açaí representou 7,28% do total, cada. Em 2017, o carvão entrou com 49,28% do valor total e a lenha contribuiu com 32,2%. Já o valor dos alimentícios e dos frutos do açaí aumentaram para 9,26% do total, cada. Em 2023, a produção do carvão representou 59,52% do valor total da extração vegetal e a lenha contribuiu com 23,05%. Os alimentícios e frutos de açaí entraram com 8,72%, cada um.

Tabela 9 - Quantidade produzida e valor da produção da extração vegetal, no Maranhão e em Alcântara, em 2006, 2007 e 2023

Tabela 9 - Quantidade produzida e valor da produção da extração vegetal, no Maranhão e em Alcântara, em 2006, 2017 e 2023							
Anos	Produtos	Quantidade produzida		Valor da produção (mil reais)	% de participação no valor total	Valor da produção (mil reais)	% de participação no valor total
		Maranhão	Alcântara				
2006	Alimentícios (Toneladas)	9.463	78	5.914	2,97	39	7,28
	Açaí (fruto) (Toneladas)	9.441	78	5.896	2,96	39	7,28
	Carvão vegetal (Toneladas)	477.639	998	153.764	77,15	200	37,31
	Lenha (Metros cúbicos)	3.230.032	51.500	33.738	16,93	258	48,13
	Total			199.312	100	536	100
2017	Alimentícios (Toneladas)	18.395	85	29.286	13,62	128	9,26
	Açaí (fruto) (Toneladas)	18.330	85	29.195	13,57	128	9,26
	Carvão vegetal (Toneladas)	131.663	681	110.824	51,53	681	49,28
	Lenha (Metros cúbicos)	1.920.938	22.245	45.779	21,28	445	32,20
	Total			215.084	100	1.382	100
2023	Alimentícios (Toneladas)	19.086	93	53.420	19,61	278	8,72
	Açaí (fruto) (Toneladas)	18.791	93	52.953	19,44	278	8,72
	Carvão vegetal (Toneladas)	91.649	730	123.342,00	45,28	1.898	59,52
	Lenha (Metros cúbicos)	1.499.970	24.515	42.698,00	15,67	735	23,05
	Total			272.413	100	3.189	100

Fonte: IBGE (2006, 2017, 2023).

No Maranhão, a partir dos anos de 1990, está em curso uma transição agrária que se destaca pelo rápido crescimento das culturas comerciais, como soja e eucalipto. O plantio dessas culturas avança cada vez mais sobre as terras antes utilizadas pelas culturas tradicionais, como arroz feijão e mandioca. O crescimento dos plantios foi impulsionado pela demanda do mercado externo. Em contrapartida, as culturas tradicionais enfrentam decréscimos

significativos, evidenciando a disparidade entre o dinamismo do setor moderno e a dificuldade para manutenção do setor tradicional na agricultura, consequentemente, fragilizando a segurança alimentar interna.

Em Alcântara não são os monocultivos de soja e eucalipto que ameaçam a segurança alimentar da população local, mas o CLA que também é um projeto de grande interesse do Estado brasileiro e das elites internacionais do setor aeroespacial. Da mesma forma que agricultores capitalistas de soja e eucalipto do Maranhão recebem amplo apoio político, porque têm maior influência política do que os camponeses, os militares representantes do Estado brasileiro e do CLA também recebem.

Assim como, as terras agricultáveis do Maranhão estão cada dia mais sob controle da elite latifundiária, que é, tradicionalmente, poderosa no Brasil, por isso consegue manter o controle sobre o aparato estatal. Em Alcântara, a elite militar que representa empresários integrantes do capital transacional e governos de países interessados na corrida espacial, como é o caso dos EUA, mantém as terras agricultáveis sob tutela para expansão do CLA. Com isso, os quilombolas sobrevivem passando por forte insegurança alimentar e de moraria.

Assim, os grandes projetos de desenvolvimento do Maranhão, que se beneficiam dos recursos públicos, provocam declínio da produção agrícola tradicional, devido à preferência dada a produtos agrícolas destinados à exportação. A compreensão de Eduardo Galeano (2000, p. 18–19) de que América Latina dá uma formidável contribuição para o progresso alheio, faz todo sentido para o Brasil.

5.9 Aspectos gerais da economia de Alcântara durante as atividades do Grupo Executivo Interministerial (GEI) e Plano de Ação de Alcântara nos anos de 2005 e 2006 e efeitos na agricultura

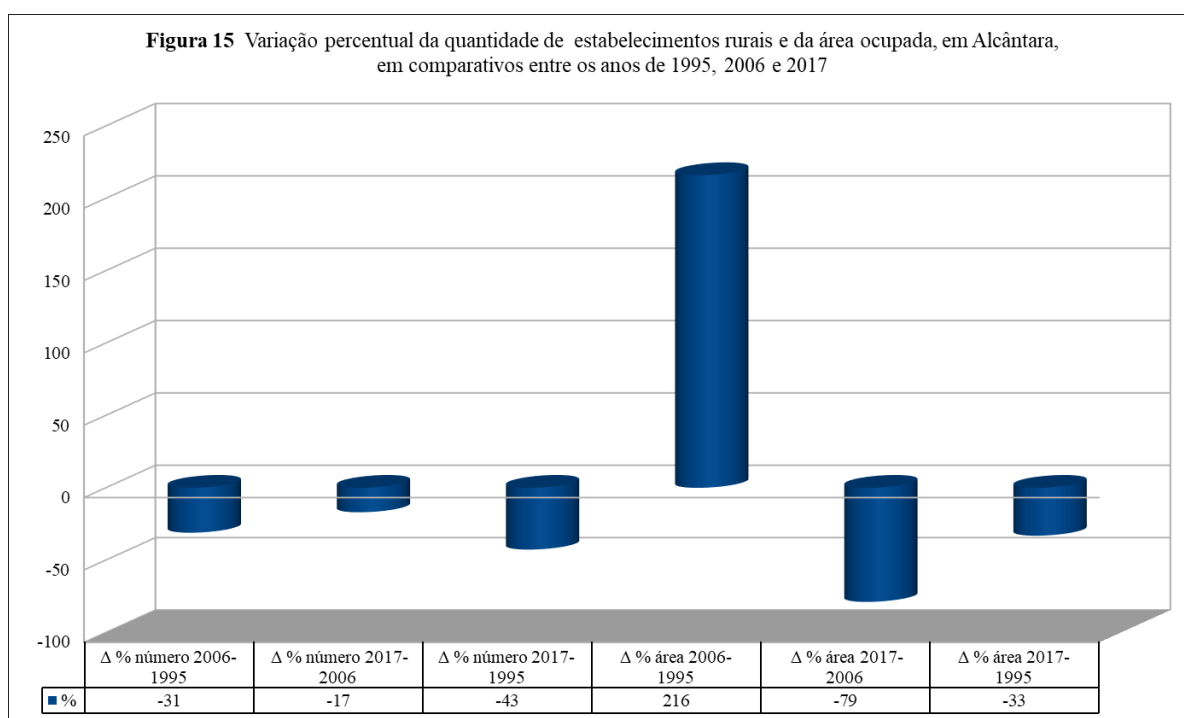
Os efeitos das ações do Grupo Executivo Interministerial (GEI) para o Desenvolvimento Sustentável de Alcântara são percebidos, especialmente, nos dados das áreas de plantios da lavoura temporária e acessos ao crédito Pronaf, em 2006. Na Figura 15, notamos que houve um aumento significativo, de 216%, na área destinada à agricultura no município na comparação de 2006 com 1995. Em 2006, o grupo interministerial atuava em Alcântara, visando convencer os quilombolas a desistirem de quase toda a área do litoral e uma parte mais central do município. Buscavam expandir a área do CLA

Comparando os dados de 2017 com 2006, quando as atividades desse grupo tinham se encerrado, vemos um encolhimento de 79% da área destinada à lavoura. Houve diferenças

significativas na comparação de 2017 com 2006, que mostram os efeitos das intenções dos gestores do Programa Espacial Brasileiro, durante a vigência de acordo Brasil-Ucrânia para expansão da área do CLA (Figura 15).

Na Figura 15, também notamos, que houve uma diminuição progressiva do número de estabelecimentos rurais em Alcântara. No comparativo de 2006 com 1995, a redução foi de 31%; e no comparativo de 2017 com 2006, de 17%. Na comparação de 2017 com 1995, houve redução foi de 43%. Assim, Alcântara perdeu quase 50% dos estabelecimentos rurais nos últimos 30 anos.

Figura 15 - Variação percentual da quantidade de estabelecimentos rurais e área ocupada em Alcântara, em comparativos entre os anos de 1995, 2006 e 2017



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1995, 2006, 2017).

Na Tabela 10, vemos que, em 2006, dos 1889 produtores rurais de Alcântara, 1882 acessaram créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), isso correspondeu a 99,6% dos produtores rurais. Sabemos que o Pronaf é crucial para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Os créditos subsidiados do Pronaf para investimentos e custeio, impulsionam a produção, geração de renda e melhora a qualidade de vida dos agricultores familiares. O Pronaf desempenha um papel fundamental na produção de alimentos e na geração de empregos no campo.

Tabela 10 - Número de estabelecimentos rurais que receberam crédito Pronaf, no ano de 2006, em Alcântara, por condição do produtor em relação à terra

Tabela 10 - Número de estabelecimentos rurais que receberam crédito Pronaf, no ano de 2006, em Alcântara, por condição do produtor em relação à terra

	Total	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Total de produtores – 2006	1889	486	2	30	22	215	1134
Total Pronaf 2006	1882	483	1	29	21	215	1133
%	99,63	99,38	50	96,67	95,45	100	99,91

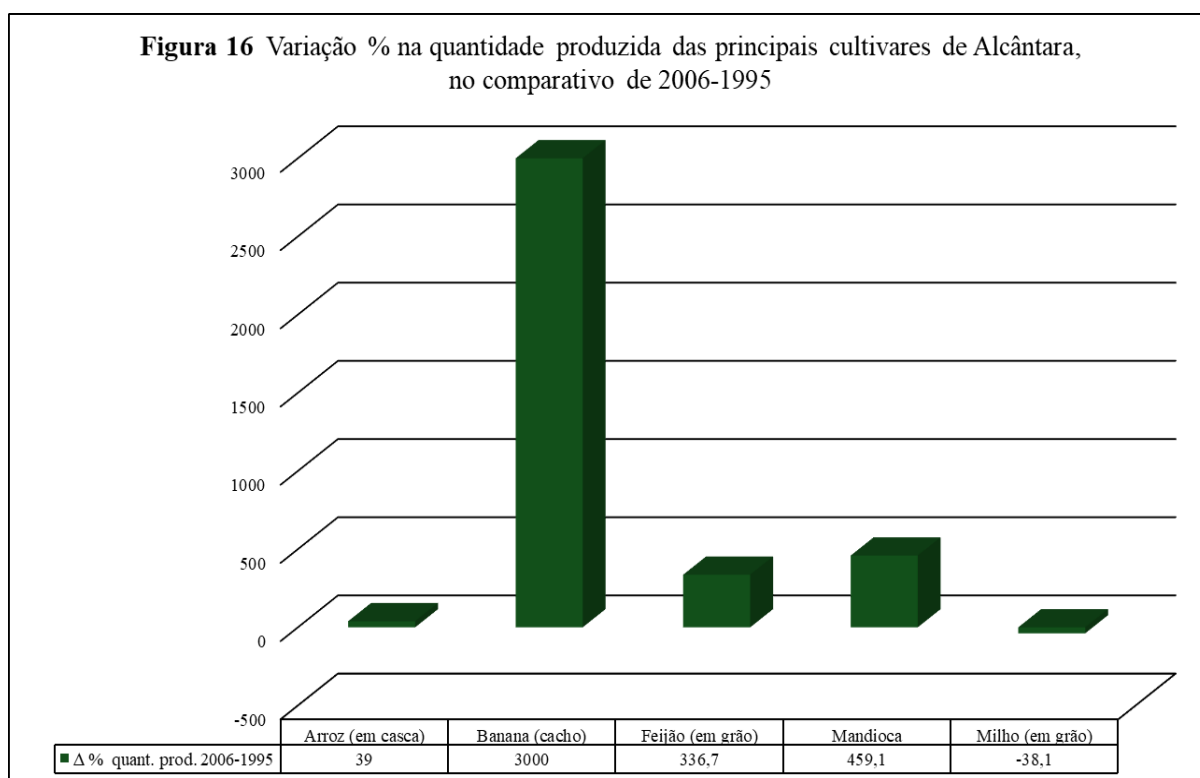
Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1995, 2006, 2017).

Quando a população rural de Alcântara, que é em sua maioria, quilombola acessou o Pronaf e teve terra plantar, a produção cresceu significativamente. Isso aconteceu em 2006, (Figura 16), quando o GEI atuou no município. Para Fao/Incra (1996, p. 39):

[...] a Agricultura Familiar é uma forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção/rentabilidade econômica, mas leva em consideração também as necessidades e objetivos da família.

Na Figura 16, vemos que, em 2006, a quantidade produzida de arroz foi maior do que a de 1995; em 39%, a de feijão, em 336,7%; a de mandioca em 459,1% e a de banana, em 3000%. Somente, a quantidade produzida de milho foi inferior, reduziu em 38,1%. Já na comparação da quantidade produzida entre os anos de 2017 com 2006 e de 2023 com 2017, percebemos que houve redução na produção de todas as cultivares, como se observou nas Figuras 12 e 13.

Figura 16 - Variação % na quantidade produzida das principais cultivares de Alcântara, no comparativo de 2006-1995



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1995, 2006).

Durante a execução do plano do GEI, entre 2006 e 2007, existia uma forte intenção dos representantes do Estado brasileiro, que patrocinam os interesses do CLA, em expandir a área para 14 mil hectares (Imagens 1 e 2, a seguir). Em Alcântara, a expansão do CLA somente pode acontecer com extinção de comunidades quilombolas. Com a intenção de expandir a área do CLA, o grupo GEI fez concessões aos quilombolas. O GEI era formado por um conjunto de órgãos do poder executivo. A concessão de terra e de crédito do Pronaf para os quilombolas foi fácil porque interessava aos militares. Isso mostrou que os quilombolas trabalham, produzem e garantem produção de alimentos básicos suficientes desde que tenham apoio estatal.

O plano GEI foi executado por agentes públicos que integravam os quadros de um conjunto de ministérios que formam o Estado brasileiro. A justificativa era de que levariam desenvolvimento sustentável para Alcântara. O plano de ação do GEI favoreceu a agricultura de Alcântara, mas infelizmente, de forma pontual, apenas em 2006.

Planos de ações como esses deveriam ser uma constante no município, se os gestores municipais e estaduais utilizassem seus mandados para favorecer os eleitores. Os quilombolas

formam a maioria da população de Alcântara, portanto, dos eleitores. Mas estão reféns dos interesses do CLA. A atuação dos representantes públicos do município inexistente quando se trata de lutar a favor dos direitos dos quilombolas. A exemplo dos vereadores que sem os votos dos quilombolas não conseguem seus mandatos, mas não se posicionam contra os representantes do CLA e a favor dos seus eleitores.

No entanto, em Alcântara, tem-se a impressão de que os gestores públicos ficam esperando que o CLA comece, de fato, a funcionar e suas atividades deixem recursos suficientes para resolver os problemas econômicos e sociais do município. Mas, nos municípios que sediam grandes projetos de desenvolvimento (GPD), mesmo que as atividades desse GPD influenciem direta ou indiretamente na arrecadação dos tributos municipais, a gestão pública depende de planos e projetos criados pelos gestores municipais. É necessário pensar em planos de ação inserindo que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população.

Podemos pensar que os resultados da agricultura de Alcântara, em 2006, fornecem indícios de que estratégias de recompensas são criadas para dificultarem ações de oposição ou resistência dos quilombolas. Essas estratégias têm intenção de promover os interesses do CLA, com patrocínio do Estado brasileiro para minimizar a resistência e a luta pela terra. Mas, felizmente, em Alcântara, os movimentos sociais estão em alerta. Por isso, mesmo com esses artifícios, o Estado não conseguiu avançar sobre as terras das comunidades. O Plano GEI mostra que ações pontuais, momentâneas, não resolvem os problemas estruturais, mas podem contribuir para arrefecer possíveis resistências.

De qualquer forma, os resultados da agricultura, em 2006, em termos de acréscimos da área plantada, nos incitam a pensar que a utilização das terras pelos quilombolas está diretamente relacionada com anuência dos representantes do CLA. Em virtude das estratégias criadas pelo grupo GEI, o crédito Pronaf foi amplamente acessado pelos pequenos produtores. Bem como, percebemos que os gestores públicos municipais de Alcântara pouco cumprem suas atribuições no que diz respeito à criação de projetos que atendam aos interesses e ao bem-estar da população local. Parece até que os representantes públicos municipais esperam que os representantes do CLA, façam o trabalho por eles. No entanto, a gestão municipal deve ser intransferível e os trabalhadores do CLA, em qualquer posição, deveriam subordinar-se as diretrizes do município e não o contrário.

Mello (2008) afirma que as ações propostas no plano de ação do GEI para Alcântara, deveriam continuar para promover as melhorias efetivas para a população e garantir o suporte social para possibilitar a implementação do Centro Espacial de Alcântara (CEA). Com a

criação desse grupo e o plano de ação, o governo federal intencionava ampliar a área ocupada pelo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), que atualmente é de 8,7 mil hectares, para 14 mil hectares na primeira proposta, com a inserção de mais cinco sítios de lançamento, além do CLA (Imagem 5).

Em paralelo ao grupo GEI, no intuito de conceder os direitos quilombolas constitucionais, em paralelo ao GEI, o governo federal criou o Subgrupo de Regularização Fundiária, por meio da Portaria nº 267, de 13 de abril de 2005, “e como resultado mais importante para a regularização fundiária do território, nas diversas negociações entre os agentes governamentais e os representantes da sociedade civil, ocorreu uma redução significativa na área necessária à implantação do CEA” (Mello, 2008, p. 77). Isso mostra que as ações promovidas pelo GEI como forma de reduzir a resistência em Alcântara, não surtiram muitos efeitos.

Dessa maneira, os representantes do Estado começaram as negociações com as comunidades quilombolas, querendo área para construir mais cinco sítios de lançamento (Imagem 5), devido às recusas, baixaram para quatro sítios (Imagem 6) e áreas respectivas para serem instaladas as organizações e estruturas de apoio. Na última proposta, eles pretendiam instalar mais três sítios de lançamento e quatro áreas de apoio (Imagem 7). Nenhuma delas se concretizou.

Souza Filho (2013, p. 52), que estuda a disputa em Alcântara com olhar muito crítico, ao analisar as imagens das propostas dos representantes do CLA para criação de novos sítios de lançamento, afirma que: “Apesar do radicalismo da proposta de exclusão, os argumentos cinicamente apresentados pelos entes do Estado que sugeriram a exclusão de toda a faixa litorânea, do perímetro a ser titulado em nome dos quilombolas, é que estes ainda ficariam com uma área relativamente grande, uma vez que o Estado estaria suprimindo apenas 12 mil hectares”.

Já Mello (2008, p. 77), que se posiciona a favor do CLA, destaca que:

Portanto, dentro dessa última configuração, a área de 62.000 hectares, inicialmente desapropriada para constituir a infra-estrutura operacional e de apoio, não deverá exceder a aproximadamente 14.000 hectares, devendo o restante da área desapropriada (48.000 hectares), ser restituído ao município, para compor o território das comunidades remanescentes de quilombos. Cabe ressaltar que somente os sítios de lançamento teriam acesso restrito. As áreas de apoio teriam acesso livre. Além disso, na demarcação desses sítios, será garantido também o acesso das comunidades aos recursos naturais, inclusive ao mar, como forma de preservar a tradição e os seus meios de sobrevivência.

Os resultados da agricultura, em 2006, foram animadores. O problema é vincular projetos tão dispares que pleiteiam o mesmo interesse, no caso de Alcântara, a terra. É impossível promover as atividades da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, solicitar que os quilombolas renunciem as suas terras, a faixa litorânea do município, retirando-lhes das proximidades do mar, de onde extraem grande parte das fontes de alimento e renda.

Quando os representantes do CLA demandam terras em Alcântara, ceifam possibilidades dos quilombolas de conseguirem os recursos para sobreviverem. Dessa forma, é preciso atenção para planos de ações que partam do Estado brasileiro, a exemplo do Plano GEI, que parece objetivar dar apoio aos quilombolas, mas em troca, intenciona convencê-los a renunciar à terra.

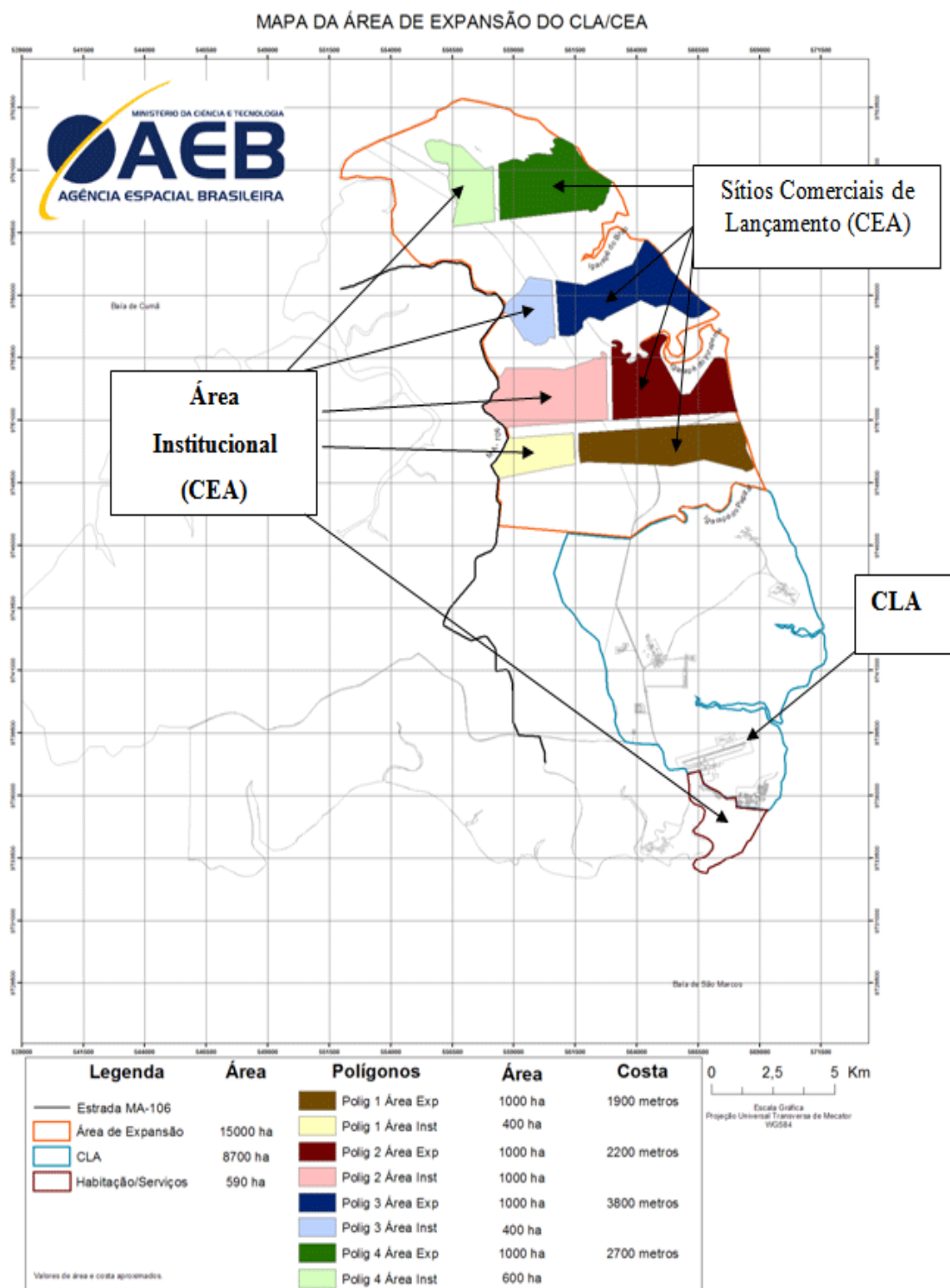
Apesar de aparentemente contraditórias, são formas de atuação dos representantes do Estado para promoção de interesses desenvolvimentistas. Nesse caso, intencionavam retirar, com assentimento dos quilombolas e em prejuízo deles, a parte da terra que interessa ao CLA. Por isso, as lideranças quilombolas e movimentos sociais precisam estar sempre alertas. Planos e projetos que partam dos representantes do CLA/Estado e apresentem-se como vantajosos para os quilombolas, podem ser armadilhas. A terra em Alcântara é objeto de interesse do Estado brasileiro, afinal não é fácil aceitar que quilombolas tenham direito a posse de terras nesse país.

Souza Filho cita Bourdieu (1994) para argumentar sobre o posicionamento dos representantes do Estado brasileiro em relação aos quilombolas:

No caso de Alcântara, ainda que não justifiquem, operam com um conceito de guerra justa. Estamos diante de reedições de práticas escravistas. É por essa razão que muitos em Alcântara se referem às dificuldades atualmente enfrentadas como a volta ao cativeiro, em alusão ao período da escravidão. A metáfora do cativeiro sugere que eles se vêem diante de um Estado-senhor” (Souza Filho, 2013, p. 93).

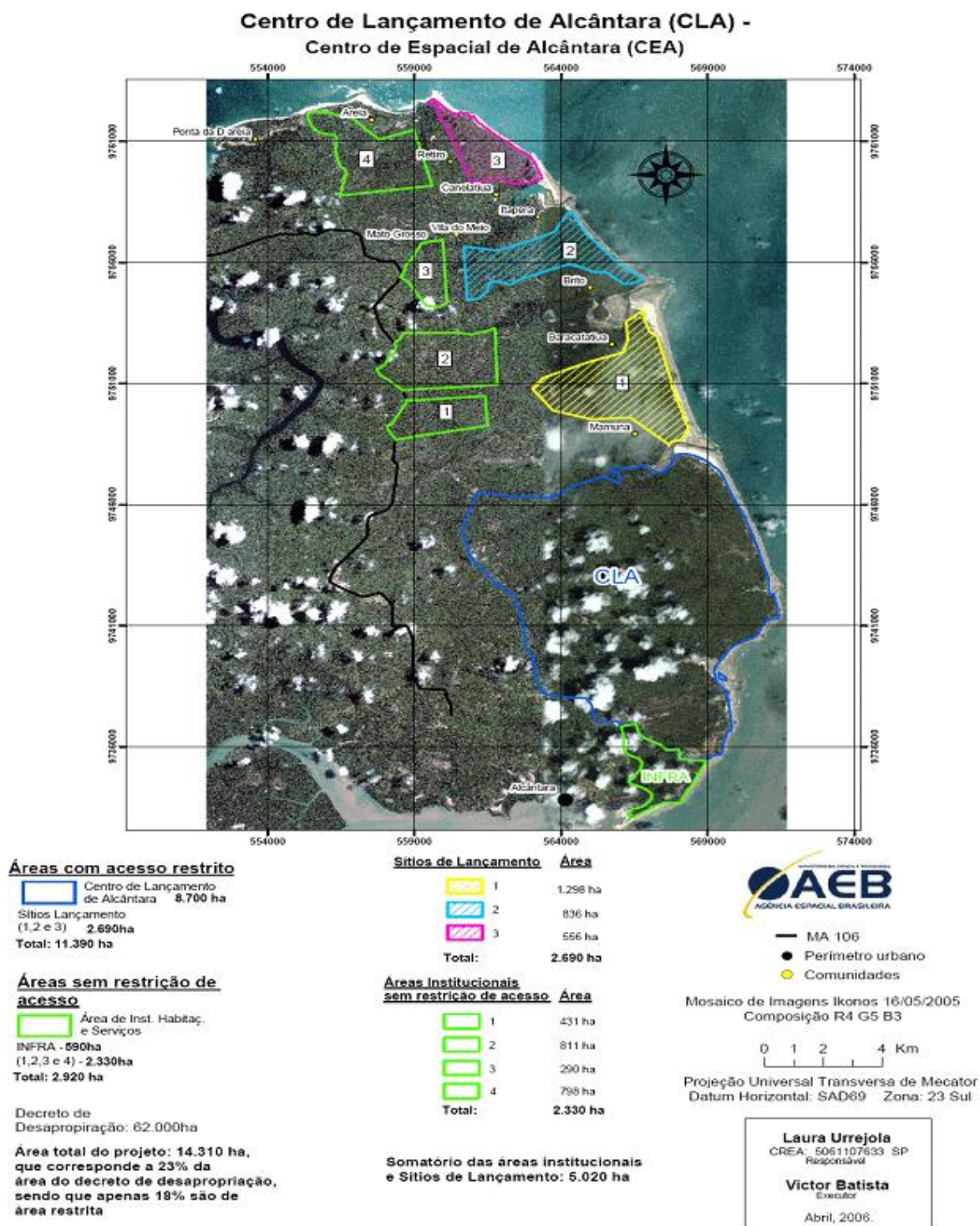
E para elucidar a atuação do Estado brasileiro em Alcântara, o autor explica que: “Guerra pressupõe a adoção de táticas, estratégias destinadas a vencer o antagonista. No caso de Alcântara existe a dissimulação dessa intenção, pois o Estado sinaliza para a garantia de direitos, benefícios e compensações. Desaguando políticas compensatórias para sinalizar que se coloca numa posição de diálogo, fazendo operar a estratégia da condescendência” (Souza Filho, 2013, p. 93).

Imagem 6 - Projeto para expansão da área do CLA e implantação de mais quatro sítios de lançamentos e área institucional (mais 15.000 ha, além dos 8,4 mil hectares atuais do CLA)



Fonte: Mello (2008, p. 138).

Imagem 7 - Projeto para expansão da área do CLA e implantação de mais três sítios de lançamentos e área institucional (mais 5.020 ha, além dos 8,4 mil hectares atuais do CLA)



Fonte: Mello (2008, p. 139).

6 DESEMPENHO SOCIAL DE ALCÂNTARA DURANTE A VIGÊNCIA DO ACORDO BRASIL-UCRÂNIA, 2003-2015

*O desenvolvimento humano só existirá se a sociedade civil
firmar como pontos fundamentais: igualdade, diversidade,
participação, solidariedade e liberdade.
(Herbeth de Souza - Betinho)*

Neste capítulo, analisaremos dados sobre as condições sociais de Alcântara. Para um entendimento mais aprofundado das condições de vida no município, compararemos alguns de seus indicadores sociais⁵⁰ com os mesmos oito municípios maranhenses selecionados no capítulo anterior: Açailândia, Balsas, Barreirinhas⁵¹, Chapadinha, Imperatriz, Itapecuru-Mirim, Santo Antônio dos Lopes e Urbano Santos. Como já explicado, anteriormente, esses municípios, assim como Alcântara, recebem investimentos públicos por sediarem grandes projetos desenvolvimentistas. Com exceção do município de Barreirinhas, que não sedia projeto de desenvolvimento, porém recebe apoio estatal por ser um dos maiores polos turísticos do estado.

Esses oito municípios, assim como Alcântara, são caracterizados por desenvolver atividades que funcionam como "enclaves" econômicos. São atividades econômicas que têm pouca ligação com a economia local, por isso geram pouquíssimos empregos e deixam pouca renda no município. Porém, esses municípios são beneficiados por incentivos e frequentes investimentos estatais. As atividades, que se desenvolvem nesses locais, como agronegócio, industrialização de gás, siderurgia, lançamento de artefatos espaciais, apesar de pouco ou nada contribuírem para produzir melhorias sociais e econômicas para a população desses municípios, são anunciadas como indutoras de desenvolvimento econômico e social.

Segundo Cássia (2015, p. 12), as políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro após a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com

⁵⁰ As fontes utilizadas foram: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e Comissão Pastoral da Terra (CPT) - Cedoc Dom Tomás Balduino. Utilizamos dados que mensuram o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) elaborado pelo Ipea; beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) em situação de extrema pobreza. Será dada ênfase nas análises sobre o município de Alcântara por ser local empírico da presente pesquisa.

⁵¹ O município de Barreirinhas é uma forte atração turística nacional e internacional, por isso também recebe investimentos públicos e se destaca na economia maranhense, por isso foi escolhido para integrar a pesquisa. Conhecido como "Portal dos Lençóis Maranhenses" devido ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, é uma região turística famosa por suas vastas dunas de areia branca, lagos e lagoas. Barreirinhas é um dos principais destinos do estado por causa dos Lençóis Maranhenses e dos Pequenos Lençóis, que incluem pontos turísticos como Vassouras, com suas dunas, o povoado de Mandacaru com o Farol de Preguiças, praias como Caburé e Atins, além de comunidades como Queimada dos Britos e belezas naturais do rio Preguiças e das lagoas Bonita e Verde (Imesc, 2020; ICMBio, 2022).

o objetivo de promover a industrialização no Nordeste e o desenvolvimento regional, contribuíram significativamente para a formação desses enclaves, como é o caso do Centro de Lançamento de Alcântara. Esses enclaves “aprofundaram as desigualdades socioespaciais até então existentes, mas também criaram novas desigualdades, reafirmando, desse modo, o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista, o qual, na sua essência, é desigual e combinado”.

Contudo, a produção de mercadorias exportáveis como as *commodities* agrícolas ou minerais exigem implantação de infraestrutura como ferrovias, asfaltos e portos que demandam considerável volume de recursos, não somente para implantação, mas recorrentemente para manutenção. Essa infraestrutura é instalada para escoar a produção. Não é feita para atender a necessidade da população, mas para atender demanda do capital.

A implantação dessa infraestrutura demanda fartos investimentos recursos públicos, mas são feitas para atender os interesses das elites locais, regionais, nacionais e estrangeiras. A população das localidades fica à margem dos benefícios econômicos. Uma parte dela é geralmente atingida diretamente pela instalação desses grandes projetos. A exemplo de Alcântara, onde a disputa territorial, entre quilombolas e o Estado brasileiro, começou devido à demanda por áreas já ocupadas pelo Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Esses grandes projetos se mostram como incapazes de melhorar a qualidade de vida das pessoas. Ao contrário, acirram as desigualdades sociais e econômicas e disputam os poucos recursos que restam nessas localidades para atender as necessidades da população local. Em Chapadinha, os plantios de eucalipto e soja expulsam os pequenos produtores rurais da terra, secam o lençol freático e diminui as nascentes de água (Feitoza, 2018). Em Alcântara, os quilombolas enfrentam dificuldades para plantarem e terem acesso ao mar.

Os grandes projetos são instalados nos municípios com narrativas de que com eles, chegarão progresso e melhorias sociais e econômicas para os moradores locais. Mas aumentam as vulnerabilidades sociais, são motivos de espoliações, desapropriações, inseguranças em relação à produção de alimentos, sobrevivência e moradia, atingem, em especial, as populações rurais. Mas as narrativas de que chegarão progresso e desenvolvimento se mantêm e são atualizadas quando há necessidade de expansão do grande projeto: dos hectares da soja e do eucalipto, extensão da estrada de ferro, área do CLA como é o caso de Alcântara. Na tabela 11, temos dados sobre repasses feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à municípios maranhenses que são sedes de grandes projetos, em 2014. O município de Santo Antônio dos Lopes, que iniciou a operação de industrialização de gás, em 2012, foi o que mais recebeu recursos públicos no

segundo trimestre de 2014, 37,38% do total, correspondendo a R\$ 497,3 milhões. Em seguida, ficou Imperatriz, com 30,98% dos repasses, correspondendo a R\$ 412,2 milhões. Na sequência, aparece Balsas com 18,67%, equivalente a R\$ 248,3 milhões (Tabela 11).

Tabela 11 - Repasses do BNDES para oito municípios maranhenses – abril a junho de 2014

Tabela 11 –		
Localidade	Valor – R\$	Percentual em relação ao total
Açailândia	109.248.258,17	8,21
Alcântara	207.000,00	0,02
Balsas	248.351.529,37	18,67
Barreirinhas	7.324.882,11	0,55
Chapadinha	20.841.102,64	1,57
Imperatriz	412.228.045,42	30,98
Itapecuru-Mirim	31.184.324,54	2,34
Santo Antônio dos Lopes	497.348.927,55	37,38
Urbano Santos	3.836.003,65	0,29
Total	1.330.570.073,45	

Fonte BNDE (2018).

Quando um município apresenta boas condições de emprego e renda, ocorre um aumento populacional. Oferta de empregos formais é forte atrativo de mão de obra. Mas como os grandes projetos funcionam como enclaves, e geralmente, funcionam com alta tecnologia e demandam pouca mão de obra, geram pouquíssimos empregos. No município de Santo Antônio dos Lopes foi instalado o Complexo Termelétrico Parnaíba. Esse Complexo é formado por um conjunto de parques térmicos para geração de energia. Como se trata de um complexo industrial deveria ofertar muitos empregos, mas os dados sobre a demografia de Santo Antônio dos Lopes mostram, que no comparativo de 2022 com 2010, a população aumentou em apenas 16 habitantes (Tabela 12).

Assim, a indústria do gás apesar de demandar elevado volume de recursos públicos não melhorou as condições de vida da população. Ao contrário, Cunha e Santos (2019) relatam que a qualidade de vida dos moradores de Santo Antônio dos Lopes piorou pois, retirou a liberdade da população local devido à insegurança no trânsito por causa da implantação e funcionamento das Usinas Termelétricas no município.

Com base nos depoimentos de mães e moradoras da comunidade, as crianças/adolescentes não tinham mais o direito de transitar livremente como antes devido ao risco de serem atropeladas pelos transportes das empresas contratadas pelo empreendedor que havia invadido as estradas e os caminhos que eram usados pelos moradores. De acordo com os moradores, os veículos da empresa que estavam ligados a implantação e funcionamento das UTEs – trafegavam pela estrada

municipal e provocavam: poeira, atropelamentos, deslizamentos das motos no período das chuvas (Cunha; Santos, 2019).

Além do barulho, a indústria do gás causa forte odor e adoecimentos em Santo Antônio dos Lopes:

Os moradores também relatavam sobre os impactos relacionados com a poluição sonora e do ar, destacando o odor, segundo eles muitas vezes pensavam que era do fogão e provocando medo, pois imaginavam que tudo poderia explodir e o ruído das turbinas incomodava demais principalmente à noite e quando chovia era mais forte ainda. Alguns com medo passaram a vender suas casas para se mudar de lá e os que tinham casas na cidade mudaram-se. Muitos se queixavam de mal estares e atribuíam ao cheiro do gás, casos de desmaio também ocorreram (Cunha; Santos, 2019).

Em 2013, foi noticiado (O gás [...], 2013) que os investimentos no gasoduto de Santo Antônio dos Lopes já somavam 800 milhões de dólares. Esse investimento gerava expectativa na população local, pois a pequena cidade se desenvolveria. São noticiadas informações sobre o volume de recursos que a indústria do gás leva para Santo Antônio dos Lopes: “Royalties gera mais de R\$ 16,1 milhões. Dinheiro não é problema para a pequena cidade de Santo Antônio dos Lopes” (Almeida, 2014). “A arrecadação municipal também foi fortalecida pela atividade, os royalties recebidos, que em 2012 foram de R\$ 126,254 mil, chegaram a R\$ 19,973 milhões em 2022, representando 28% das transferências recebidas da União, o equivalente a R\$ 1.366 por habitante” (Pires, 2014). No entanto, a vida da população local piorou (Andrade, 2017; Cunha; Santos, 2019).

Para os demais municípios, as transferências foram menos significativas. As transferências feitas para os municípios de Alcântara, Barreirinhas e Urbano Santos, juntas não atingiram 1% do valor total. O valor repassado para Alcântara, foi de R\$ 207 mil. O menor entre os municípios naquele ano (Tabela 11).

Em se tratando do grande projeto de Alcântara, o Centro de Lançamento, de acordo com Souza Filho (2013), os investimentos do governo brasileiro no Programa Espacial Brasileiro no período compreendido, entre 1983 e 2013, foi de 300 milhões de dólares. Durante a parceria firmada entre a Ucrânia e o Brasil, de 2003 a 2015, o governo brasileiro investiu R\$ 483 milhões no CLA. Os dois países juntos gastaram quase R\$ 1 bilhão com o objetivo de lançar foguetes a partir do CLA (Salles, 2022).

Em 2010, foram realizadas obras para construção de uma Torre Móvel de Integração (TMI), orçada em R\$ 44,1 milhões, com 12 metros de comprimento, 10 metros de largura e 34 metros de altura. A Sala de Controle (CCT) também foi modernizada. As obras custaram R\$ 22,3 milhões. Como resultado do cancelamento do tratado de cooperação firmado entre

Brasil e Ucrânia, o Tribunal de Contas da União (TCU, 2017) entendeu que a parceria gerou prejuízos financeiros e tecnológico para o Brasil. Durante a vigência do contrato, entre 2007 e 2016, foram investidos cerca de R\$ 483,8 milhões pelo Estado brasileiro, mas não rendeu os resultados esperados.

Assim, de acordo com os dados apresentados, entende-se que o Brasil integralizou a quantia de R\$ 483.882.139,92 ao capital da ACS, devendo ser este o valor a constar como Volume de Recursos Fiscalizados (VRF). Nesse período, a ACS gastou, do dinheiro repassado pela parte brasileira, com atividades meio (custeio), R\$ 138 milhões. Estão incluídos nessa categoria gastos com pessoal, veículos, compra de material, viagens, serviços de terceiros, aluguel etc. Com atividade finalística, a ACS gastou no mesmo período R\$ 376 milhões. A diferença entre o que foi gasto pela ACS e o que foi repassado pela parte brasileira por meio da referida dotação orçamentária (R\$ 31 milhões), deriva, basicamente, de rendimentos oriundos de aplicações financeiras e ressarcimentos recebidos da AEB decorrentes de serviços executados e custeados pela ACS que seriam da alçada da AEB. Insta registrar que o valor integralizado pelo Brasil à binacional não deve ser confundido com o capital autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária da Alcântara Cyclone Space, realizada em 28/5/2013, no valor de US\$ 1.007.586.495,70 (peça 25, p. 224-228). Em outras palavras, embora o valor autorizado para aumento de capital da ACS tenha sido superior a um bilhão de dólares americanos, o Brasil aportou, no total, a quantia aproximada de R\$ 483 milhões, a título de integralização de capital (TCU, 2017, p. 21).

Mesmo com aportes de volumosos recursos como se verificou em Santo Antônio dos Lopes e em Alcântara, esses megaprojetos são incapazes de elevar a qualidade de vida da população local. Significativo volume de recursos públicos são retirados de projetos de agricultura familiar, educação, saúde, moradia que poderiam, de fato, favorecer a vida de muitos brasileiros, para serem investidos nesses megaprojetos com narrativas que geram expectativas de que mudarão a performance social e econômica do município, e mudam, mas não para melhor.

Numa reportagem da Revista Veja, em 22 de março de 2019, o especialista e consultor do setor aeroespacial Waldemar de Castro Leite Filho afirmou que o principal obstáculo para funcionamento da base de lançamento de Alcântara é a falta de investimentos. Na última década, os repasses da União para o desenvolvimento Programa Espacial Brasileiro foram em média de R\$ 28 milhões por ano (Geraque, 2019). Realmente, essa quantia deve ser baixa para desenvolver a atividade espacial no país. Mas mudaria muito a qualidade de vida dos alcantarenses se esse valor fosse investido em educação, agricultura familiar, turismo da base comunitária.

A posição geográfica de Alcântara é estratégica principalmente para o lançamento de um tipo específico de satélite, colocado no espaço em foguetes robustos. Atualmente, a estrutura da base não permite a operação. Não há estimativas

orçamentárias específicas para essa adaptação, mas a FAB (Força Área Brasileira) estimou no ano passado que a área precisaria de 70 milhões de reais para ser modernizada. Sem isso, o local seria menos interessante para ser locado por empresas estrangeiras. Na última década, a União destinou em média 28 milhões de reais por ano ao programa espacial brasileiro (Geraque, 2019).

De qualquer modo, o governo brasileiro não desiste de se empenhar em novas tentativas de colocar artefatos espaciais em órbita a partir do CLA. Em dezembro de 2023, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) firmou cinco contratos de projetos de inovação tecnológicas no setor aeroespacial com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Os valores desses contratos somam R\$ 1 bilhão. O objetivo é impulsionar o desenvolvimento tecnológico, com participação de universidades e instituições de pesquisa nacionais pela criação de um Veículo Lançador de pequeno porte. “Estima-se que 90% do veículo será fabricado no Maranhão, contribuindo para a formação de um novo polo tecnológico na região e fortalecendo o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)” (AEB, 2023).

Desde a implantação do CLA em Alcântara, o Estado brasileiro não mede esforços para que o Programa Espacial Brasileiro apresente retorno nos investimentos. Mas até o presente, isso não aconteceu. E pode não acontecer. As atividades de lançamentos espaciais estão fortemente relacionadas com guerras, geopolítica e forças dos países envolvidos. Nas américas, os EUA têm o controle e o protagonismo. No entanto, as promessas de melhorias das condições sociais e econômicas, em virtude, das atividades de lançamentos, em Alcântara, não cessam. Uma reportagem publicada recentemente no site da Força Aérea Brasileira exemplifica essa afirmação.

Fomentar a economia nacional, principalmente por meio das atividades de lançamento de satélites, e estimular a economia local, por meio da geração de empregos e elevação da receita bruta da região. Esses são alguns dos impactos do trabalho realizado pela Força Aérea Brasileira (FAB) com a presença do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão (MA). O assessor especial do Ministro da Fazenda, Fabio Henrique Bittes Terra, também destacou aspectos relevantes quanto à contribuição do Centro na melhoria da qualidade de vida das pessoas, assim como do ambiente econômico da região de Alcântara. “Tive a sorte de conhecer, *in loco*, o Centro de Lançamento de Alcântara, essa obra-prima do Estado Brasileiro, que é tão crucial para nossa soberania aeroespacial. Com essa visita, foi possível entender a importância do Centro, inclusive para a população local, porque faz com que essa região do Brasil tenha investimento contínuo, tenha absorção da sua mão de obra e consiga participar daquilo que é a presença do Estado brasileiro (Calazans, 2023).

Alegações de que o CLA precisa de mais terra para que possa funcionar plenamente são frequentes e partem de diversos representantes do governo brasileiro. O diplomata Rubens

Barbosa, presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice) e ex-embaixador em Londres e Washington, afirmou, recentemente, em entrevista ao site Estadão150 que:

[...] será necessário concluir instalações básicas do CLA para permitir a plenitude de sua operação e dar início efetivo à implantação de programa, estabelecido, em dezembro de 2022, entre o governo federal e entidades locais, para melhorar as condições de transporte, comunicações e saneamento em Alcântara. Com isso, ficará viabilizado um polo tecnológico e turístico e o desenvolvimento de uma região de grande potencial ainda não plenamente aproveitado. Para a eventual ampliação do Centro, negociações com quilombolas deverão ser levadas a efeito (Barbosa, 2023).

Os militares, responsáveis pela administração do CLA, realizam, vez ou outras algumas atividades de cunho social em prol dos quilombolas. Essas atividades podem ser interpretadas como estratégias que visam diminuir as resistências e convencer a população local de que o CLA é importante para melhorar a vida das pessoas.

Em dois dias de ação cívico-social, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) realizou 1.229 atendimentos médicos e odontológicos. Os médicos e dentistas trabalharam nos dias 13 e 14 de setembro nas comunidades de *Só Assim* e *Ponta Seca*, em Alcântara, no Maranhão. Também foram distribuídos 3.024 medicamentos. O objetivo é prestar assistência preventiva e informações para uma melhor qualidade de vida da população local (FAB, 2014).

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) realizou, na última segunda-feira (21/06), ação cívico-social (ACISO) na comunidade Marudá, localizada há cerca de 15 quilômetros da organização militar da Força Aérea Brasileira (FAB), situada na península alcantareense. A atividade contou com a participação de assistente social, dentistas, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeuta, fonoaudióloga, médicos, psicólogas e outros profissionais de saúde pertencentes ao efetivo do CLA. Agentes municipais de saúde também participaram da ACISO. A Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA) enviou advogados para prestar assistência jurídica à comunidade durante a ação. Ao longo da ação aproximadamente 350 pessoas foram atendidas (Abelha, 2016).

Porém, a população de Alcântara carece de políticas públicas capazes de elevar as condições de vida econômicas e sociais. Precisam de emprego e renda, investimento em educação, agricultura familiar, saneamento básico, iluminação pública, estradas, cumprimento do estabelecimento da Constituição Federal de 1988 e entrega do título definitivo da terra às comunidades quilombolas para que eles tenham segurança de moradia e alimentar. Investimentos nesse tipo de política pública levariam, certamente, desenvolvimento para a população de Alcântara. Os recursos que ingressam no CLA não produzem efeitos positivos na vida da população do município.

6.1 Demografia de Alcântara

Entre 2000 e 2022, conforme Censos Demográficos do IBGE, a população de Alcântara caiu de 21.291 para 18.466. Houve uma evasão de 15,49% da população na comparação entre os últimos dois censos (2010 e 2022). Cerca de 73% da população reside na zona rural e 27% na zona urbana (IBGE, 2022). A população parda e preta constitui a maioria, 75% em 2022. As mulheres respondem por aproximadamente 49% da população total, em 2022 (Tabela 12).

Tabela 12 - População de Alcântara, 2000, 2010 e 2022

	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	Total	Branca	Preta	Parda	Outras	Δ %
2000	21.291	5.665	15.626	11.148	10.143	21.291	5.222	3.472	12.265	332	Δ % 2000 - 2010
	% total	27	73	52	48	100	24,53	16,31	57,6	1,56	
2010	21.851	6.399	15.452	11.258	10.593	21.851	3.095	5.343	13.283	130	2,63
	% total	26,61	73,39	52,36	47,64	100	14,16	24,45	60,79	0,6	
2022	18.466			9.401	9.066	18.467	2.616	4.106	11.706	39	Δ % 2010 - 2022
	% total			50,91	49,09	100	14,17	22,24	63,41	0,18	
											15,49

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000, 2010, 2022).

Conforme dados da Tabela 13, a população brasileira cresceu 6,5% na comparação de 2022 com 2010, passando de 190,7 para 203 milhões de pessoas. No mesmo comparativo, a população maranhense aumentou 3,1%, saindo de 6,5 para 6,7 milhões de habitantes.

A população de Alcântara reduziu em 15,6%, baixando de 21,8 mil pessoas, em 2010, para 18,4 mil, em 2022. Essa redução populacional pode estar relacionada ao baixo dinamismo da economia dos anos mais recentes.

Com relação aos demais municípios, os que apresentaram maiores crescimentos populacionais, nos últimos 12 anos, foram Urbano Santos, com aumento populacional de 33,5%; Balsas, 21,7% e Barreirinhas, 19,4%. Já Itapecuru-Mirim, assim como Alcântara, apresentou redução da população na comparação dos dois últimos censos demográficos.

Entre 2010 e 2022, enquanto a população maranhense aumentou em mais de 200 mil residentes, Alcântara perdeu 3.385 habitantes. Em Imperatriz houve aumento do número de residente em 25.605, em Balsas, de 18.088 e, em Barreirinhas, de 10.659 (Tabela 13).

A falta de oportunidades de trabalho é motivo de migração dos moradores em qualquer localidade. Além disso, em Alcântara, há poucas oportunidades para os jovens que permanecem no município. No meio rural, a disputa pela terra, entre o Estado e as comunidades quilombolas, mantém a população insegura quanto ao porvir. Assim quando

surtem oportunidades em outras cidades, os mais jovens, principalmente, encorajam-se a deixar o município.

Em 2015, foi inaugurado um campus do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) que, atualmente, oferece nove cursos técnicos, mas oferta apenas um curso superior - Tecnologia em Gestão de Turismo. Porém, como vimos no capítulo quatro, as condições de infraestrutura para desenvolvimento do turismo são precárias, impedindo o crescimento da atividade. Assim, os jovens que desejam ingressar em outros cursos superiores, precisam mudar para São Luís, a capital do estado, ou municípios vizinhos, como Pinheiro, que tem um campus da Universidade Federal do Maranhão e oferta mais opções de cursos de graduação. Trabalhadores que também não encontram empregos em Alcântara saem em busca de oportunidade de trabalho em outras localidades.

Tabela 13 - Variação % e absoluta da população do Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios maranhenses, conforme Censos Demográficos de 2010 e 2022

Localidades	População de 2010	População de 2022	Variação % população residente 2010 – 2022	% em relação a população do Maranhão	Variação absoluta
Brasil	190.755.799	203.080.756	6,5		12.324.957
Maranhão	6.574.789	6.775.805	3,1	100	201.016
Açailândia	104.047	106.550	2,4	1,57	2.503
Alcântara	21.851	18.466	-15,6	0,27	-3.385
Balsas	83.528	101.616	21,7	1,5	18.088
Barreirinhas	54.930	65.589	19,4	0,97	10.659
Chapadinha	73.350	81.386	11	1,2	8.036
Imperatriz	247.505	273.110	10,3	4,03	25.605
Itapecuru-Mirim	62.110	60.419	-2,7	0,89	-1.691
Santo Antônio dos Lopes	14.288	14.304	0,1	0,21	16
Urbano Santos	24.573	32.812	33,5	0,48	8.239

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010, 2022).

Segundo o Censo de 2022, 84,6% da população de Alcântara se autodeclara como quilombola (Figura 17). Segundo Souza *et al.* (2021, p. 6), quilombos são “comunidades negras rurais dotadas de uma trajetória histórica própria e relações territoriais específicas, bem como ancestralidade negra relacionada com o período escravocrata”. Segundo Arruti (2006), os quilombolas são povos que buscam assegurar as condições de produção e reprodução das suas vidas, se utilizando dos recursos naturais de forma coletiva, mediante “[...] fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar” (Arruda, 1999,

p. 79). Além de compartilharem os recursos naturais também socializam tecnologias e trabalho (Almeida, 2008). A maneira como se organizam é fundamentada na experiência de luta e resistência que viveram ao longo dos anos, desde a batalha pelo fim da escravidão no século XIX.

De acordo com Almeida (1999, p. 14-15), a partir dos instrumentos da observação etnográfica se pode asseverar que “quilombo existe onde há autonomia, existe onde há uma produção autônoma que não passa pelo grande proprietário ou pelo senhor de escravos como mediador efetivo”. Para Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), os quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e isoladas, como também, pelas heranças e doação de terras, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado ou, ainda, pela permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades. Podiam se originar também pela compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Com relação à população que se autodeclara quilombola em Alcântara (Figura 17), de acordo com o Censo Demográfico de 2022, dos 18,4 mil habitantes, 15,6 mil disseram que são quilombolas. Dos 15,6 mil quilombolas, 9,8 mil ou 63,22% moram em território quilombola e 5,7 mil fora do território ou seja 36,78%.

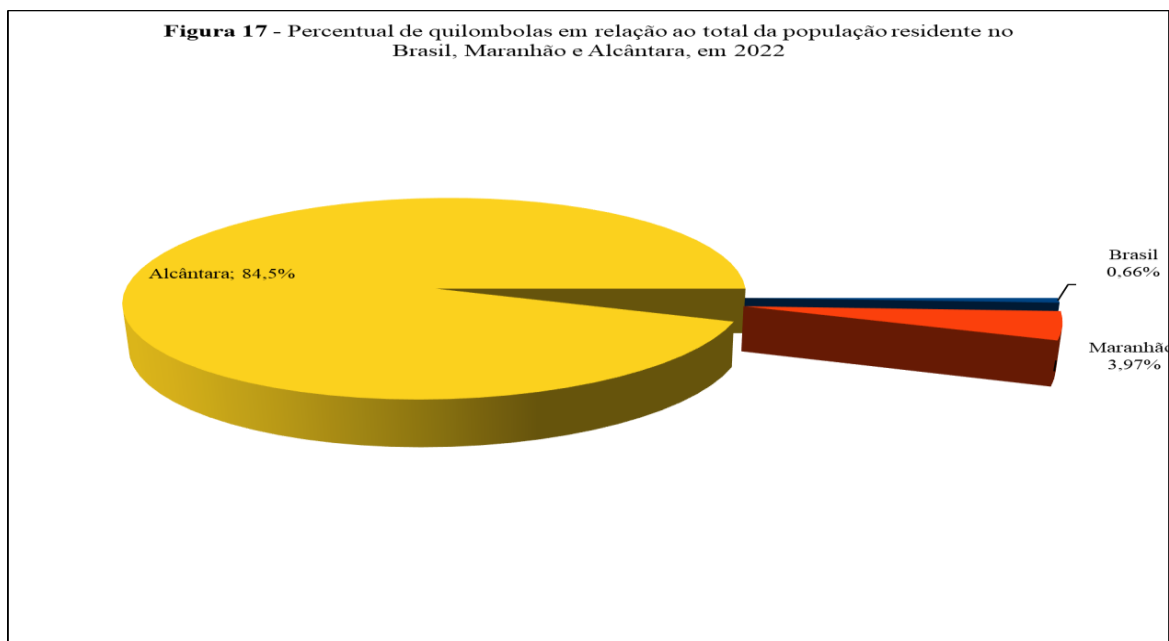
No Maranhão, da população total, 3,97%, que corresponde à 269,1 mil, se declararam como sendo quilombola. No Brasil, somente 0,66%, ou seja, cerca de 1,3 milhão de moradores se autodeclararam quilombolas. Dos quilombolas que vivem no estado do Maranhão, somente 10,83% residiam em território quilombola, no Brasil, 12,61% (Figura 17, Tabela 14).

Tabela 14 - Percentual de pessoas quilombolas em relação à população total residente no Brasil, Maranhão e Alcântara, em 2022

Tabela 14 -						
Localidades	Nº de habitantes	Nº de quilombolas	Em territórios quilombolas	Fora de territórios quilombolas	Em territórios quilombolas %	Fora de territórios quilombolas %
Brasil	203.080.756	1.330.186	167.769	1.162.417	12,61	87,39
Maranhão	6.776.699	269.168	29.142	240.026	10,83	89,17
Alcântara	18.467	15.608	9.868	5.740	63,22	36,78

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2022).

Figura 17 - Percentual de quilombolas em relação à população residente no Brasil, Maranhão e Alcântara, em 2022



Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2022).

Nenhum outro município do Brasil tem tantos residentes que se autodeclararam quilombolas como Alcântara. Em Alcântara, as comunidades quilombolas compõem três territórios quilombolas, mas em nenhum deles, as áreas foram demarcadas. Porém, a disputa por terra entre as comunidades quilombolas e o CLA, ocorre no Território Quilombola de Alcântara ou território étnico.

Os outros dois territórios chamados Ilha do Cajual e de Santa Tereza não são afetados pelos interesses do CLA. Mas no futuro poderão ser, se houver a construção do Terminal Portuário de Alcântara e da Estrada de Ferro do Maranhão, conforme projeto. Esses dois GPDs, se levados a efeito, serão interligados à Estrada de Ferro Carajás para escoamento das commodities agrícolas e minerais. Desse modo, toda a população quilombola de Alcântara poderá ser afetada por grandes projetos de desenvolvimento no futuro.

Consideramos o a decisão do julgamento do Estado brasileiro titular as terras dos quilombolas a partir do julgamento da pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) uma grande vitória. Desde que o acordo seja cumprido e respeitado. De qual quer forma, serão necessários projetos e políticas públicas para reparar e amenizar os prejuízos causados aos quilombolas de Alcântara. Durante esses 40 anos de disputa pela terra, os quilombolas se mantiveram presos à insegurança jurídica quanto ao uso da terra, a reformas e construção de

casas, sem acesso às políticas públicas para pequenos produtores rurais, e tiveram que conviver com tantos outros entraves ao seu modo de vida.

6.2 Alcântara e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)

Schumpeter (1982 *apud* Niederle; Radomsky, 2016, p. 19) descreve o desenvolvimento como um processo que busca uma mudança qualitativa significativa na organização social e econômica de determinado local. É um processo que objetiva “uma mudança qualitativa mais ou menos radical na forma de organização desse sistema, gerada em decorrência de uma inovação suficientemente original para romper com o seu movimento regular e ordenado” (Pivoto; Caruso; Niederle, 2016, p. 19). De acordo com o estabelecido no Artigo 1º §1 da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento adotada pela Resolução n.º 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986, o Estado é o agente fundamental no processo de desenvolvimento.

Artigo 1º §1. O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, para ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados. Artigo 8º §1. Os Estados devem tomar, em nível nacional, todas as medidas necessárias para a realização do direito ao desenvolvimento, e devem assegurar, *inter alia*, igualdade de oportunidade para todos no acesso aos recursos básicos, educação, serviços de saúde, alimentação, habitação, emprego e distribuição equitativa da renda (ACNUDH, 1986, p. 1- 3).

Utilizamos os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), divulgados pelo Atlas Brasil somente nos anos 2000 e 2010, para conhecimento preliminar da situação social de Alcântara. A partir de 2010, utilizaremos os dados disponibilizados pela Firjan⁵² para anos posteriores.

Assim, de acordo com o Atlas Brasil, em 2000, o IDHM de Alcântara foi de 0,405, colocando o município na 4.684ª posição, entre os 5.565 municípios brasileiros. Baixos

⁵² Visando conhecer o nível de desenvolvimento dos municípios brasileiros nos anos mais recentes, buscamos os dados no sistema Firjan. Esse sistema é constituído por cinco instituições que trabalham de forma integrada: Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Firjan Centro Industrial do Rio de Janeiro (Firjan Cij); Firjan do Serviço Social da Indústria (Firjan Sesi), Firjan Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Firjan Senai) e Firjan Instituto Euvaldo Lodi (Firjan IEL). Juntas criaram, em 2008, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é um meio muito útil de analisar as disparidades e dinâmicas territoriais no Brasil, com as vantagens de: 1) cobrir todo o Brasil na escala municipal, 2) ser produzido anualmente, enquanto o IDH, o índice de desenvolvimento humano, foi calculado apenas por quatro datas e 3) poder ser acessado livre e gratuitamente online (Confins, 2020).

índices de renda (0,433), educação (0,244) e longevidade (0,627) foram mensurados no município. Em 2010, o IDHM de Alcântara melhorou, passando para 0,573, indicando avanços, mas ainda foi classificado na faixa de baixo desenvolvimento humano. Com isso, passou baixou sua posição no país, ficou na 4.786^a. A renda subiu para 0,525, a educação elevou-se para 0,475 e a longevidade passou para 0,753.

Assim como a mensuração do IDHM, o cálculo do Índice Firjan é feito com base nos dados das três áreas eleitas como primordiais para mensurar o desenvolvimento de qualquer localidade: emprego e renda, educação e saúde. O cálculo é realizado com base nas estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos Ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFMD) varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível do desenvolvimento de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1). Quanto mais próximo o resultado do índice tiver de 1, maior o desenvolvimento da localidade.

Em relação a Alcântara, na tabela 15, observamos os dados do índice dos anos de 2005 a 2016. Percebemos que dentre os 5.564 municípios do Brasil, em 2005, Alcântara ficou na 4.863^a posição e, no estado, em 134^o lugar. Em 2016, o município ocupou a 4.818^a posição no país e o 119^o lugar no Maranhão. Essa melhoria, pode ser interpretada pela disponibilização do governo federal de cerca de R\$ 27 milhões para o desenvolvimento de ações pelo Grupo Executivo Interministerial. O resultado maior das ações decorrentes desses recursos pode ser percebido em 2007, quando o município saiu da classificação de baixo IFMD e alcançou regular IFDM.

Tabela 15 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de Alcântara, 2005 a 2016

Ano	Posição nacional	Posição no estado	IFDM	Classificação
2005	4863 ^o	134 ^o	0.3595	Baixo
2006	4818 ^o	119 ^o	0.3884	Baixo
2007	4823 ^o	117 ^o	0.4387	Regular
2008	4822 ^o	123 ^o	0.4507	Regular
2009	4910 ^o	116 ^o	0.4687	Regular
2010	5233 ^o	164 ^o	0.4395	Regular
2011	5287 ^o	165 ^o	0.4434	Regular
2012	5391 ^o	172 ^o	0.4347	Regular
2013	5405 ^o	190 ^o	0.4435	Regular
2014	5246 ^o	152 ^o	0.4811	Regular
2015	5459 ^o	188 ^o	0.4236	Regular

2016	4981°	104°	0.5270	Regular
------	-------	------	--------	---------

Fonte: Firjan.

Ainda conforme a Tabela 15, nos anos seguintes, não foram realizadas ações pelo Governo Federal que poderiam influenciar nas condições de vida da população local. Sem isso, a posição do município em relação aos demais municípios do estado piorou, saiu de 117°, em 2007, para 190°, em 2013. Naquele ano, o acordo do Brasil firmado com a Ucrânia estava em vigor, mas as atividades no CLA tinham sido paralisadas por falta de recursos. “Vale destacar que em 2013 as obras em Alcântara foram paralisadas por falta de pagamento às empresas brasileiras. Ainda naquele ano, a parte ucraniana informou que desde 2012 o processo de contratação de equipamentos tecnológicos fabricados pela cooperação ucraniana estava paralisado” (TCU, 2023).

Em 2015, Alcântara ocupou a pior posição dos anos selecionados. Dentre os municípios brasileiros, ocupou a 5.459°, ou melhor, inseriu-se no grupo dos 110 municípios com piores IFDM do país. Naquele ano, ficou em 188° lugar, no Maranhão, apesar de terem sido divulgadas várias promessas de que o acordo firmado com a Ucrânia provocaria melhorias nas condições de vida para a população. O Índice IFDM, em 2015, volta a cair, indicando uma diminuição nos indicadores que mensuram emprego e renda, educação e saúde da população local (Tabela 15). Mas em 2013, as notícias diziam que por causa do acordo firmado com a Ucrânia, uma onda de prosperidade chegaria ao município:

A expectativa era de que os seis primeiros lançamentos comerciais acontecessem do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), em 2011. Para o estado do Maranhão, a ACS anunciou mudanças importantes, que chegariam com a geração de empregos para as obras no CLA e um novo planejamento urbano em Alcântara, para beneficiar os funcionários da empresa e toda a população do lugar. Escolas, hospitais e universidades seriam construídos com as verbas destinadas ao projeto (Freitas, 2013).

Também na Tabela 15, a posição mais precária do IFDM para Alcântara, em relação aos demais municípios maranhenses, foi em 2013, quando esteve na 190°, ou seja, incluiu-se no rol dos 30 municípios menos desenvolvidos do estado. Em 2016, ocupou a melhor posição no estado, 104°, e em relação aos municípios brasileiros, ficou em 4.981°.

Esse resultado de 2016, está relacionado à inauguração do Campus do Instituto Federal do Maranhão no município, o que elevou o IFDM – Educação (Figura 18).

Com realização da acolhida aos alunos, o primeiro semestre letivo de 2016 teve início no dia 7 de março no Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus

Alcântara. Na ocasião, os novos estudantes, dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e Eletrônica, puderam conhecer melhor a instituição e seu funcionamento (IFMA, 2016).

Uma vez que o IFMA se instalou, como uma política pública interna e voltada para atender uma necessidade social local, independentemente de acordos ou demandas internacionais, os resultados da educação de Alcântara elevaram-se.

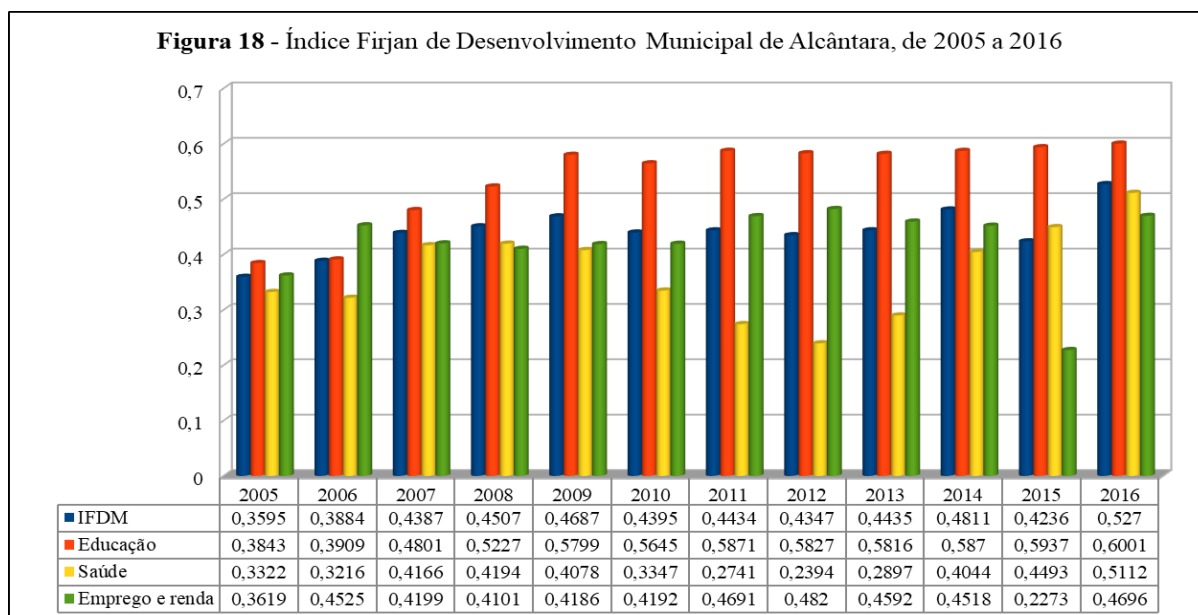
Na contramão dos discursos oficiais, o CLA, em 42 anos de instalação, não foi capaz de promover o desenvolvimento de Alcântara. Os repasses de quase meio bilhão de reais, durante a vigência do acordo com a Ucrânia, não serviram para alterar as condições sociais e econômicas da população alcantareense, porque se tratou de ações pontuais e não de políticas públicas.

Em relação aos indicadores que compõem o IFDM que são educação, saúde e emprego e renda, na Figura 18, em 2005, todos os indicadores de Alcântara permaneceram abaixo 0,400. No ano de 2006, o indicador de emprego e renda subiu para 0,4525, influenciando IFDM que mostrou leve aumento, passando de 0,3595, em 2005, para 0,3884, em 2006. Esse aumento no emprego e renda, em 2006, resultou também dos repasses dos recursos por meio do Grupo Executivo Interministerial (GEI). As ações em diferentes áreas aumentaram a geração de emprego e renda no município, influenciando também os resultados de 2007.

Em 2007, todos os indicadores, educação, saúde, emprego e renda, resultaram em valores acima de 0,400, por isso, o IFDM resultou em 0,4387. Em 2008, o indicador da educação aumentou para 0,5227 e contribuiu para elevação do IFDM que ficou com 0,4507. Em 2009, o resultado da educação aumentou para 0,5799 e puxou o IFDM para 0,4687. Essas elevações mostram que, mesmo com aplicação de poucos recursos, melhorias na qualidade de vida são percebidas.

Em 2010, o indicador da educação reduziu, caindo para 0,5645. O indicador de saúde diminuiu de 0,4078, em 2009, para 0,3347, em 2010. Isso fez o IFDM reduzir para 0,4395. Em 2011, o indicador de saúde continuou em queda e atingiu 0,2741. Como resultado, o IFDM terminou em 0,4434. Nos anos de 2012 e 2013, o indicador de saúde permaneceu abaixo de 0,300, enquanto a educação permaneceu próximo de 0,600 e de renda e emprego, acima de 0,450, com isso, o IFDM resultou em 0,4347 e 0,4435, respectivamente.

Figura 18 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de Alcântara, de 2005 a 2016



Fonte: Firjan (2005 - 2016).

Em 2014, o indicador da saúde alcançou 0,4044 e atingiu 0,5112, em 2016. A educação destacou-se entre os demais, chegou a 0,6001. Emprego e renda, em 2015, permaneceram por volta de 0,400. Em 2016, por outro lado, caiu para 0,2273, o que mostra o efeito do cancelamento do acordo Brasil-Ucrânia. Contudo, influenciado pelas melhorias nas áreas de educação e saúde, em 2016, o IFDM passou para 0,527.

Na Tabela 16, constam os resultados do Índice de Desenvolvimento Municipal, divulgados pela Firjan para o Brasil e oito municípios maranhenses, selecionados para este estudo. Observamos que o IFDM do Brasil, em 2005, foi de 0,5593, com isso, obteve classificação moderada em todas as áreas: educação, saúde e emprego e renda.

Com relação aos municípios maranhenses escolhidos, tem-se que Açailândia e Imperatriz, apresentaram indicadores nas três áreas que variaram entre que 0,4285 e 0,7515, por isso foram classificados como desenvolvimento moderado, com IFDM de 0,5614 e 0,6420, respectivamente. Naquele ano, nos dois municípios, o melhor indicador foi o de emprego e renda. Balsas também ficou classificado em desenvolvimento moderado, com indicador de saúde computado em 0,3545, ou seja, baixo.

Tabela 16 - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), base de dados de 2005 e 2016

	Índice FIRJAN 2005	Educação, 2005	Saúde, 2005	Emprego e renda, 2005	Classificação em 2005
Brasil	0,5593	0,5692	0,5846	0,5229	Moderado
Açailândia	0,5614	0,5044	0,4284	0,7515	Moderado
Alcântara	0,3595	0,3843	0,3322	0,3619	Baixo
Balsas	0,5571	0,5602	0,3545	0,7566	Moderado
Imperatriz	0,6420	0,5924	0,6055	0,7281	Moderado
Chapadinha	0,4536	0,4592	0,3740	0,5276	Regular
Itapecuru-Mirim	0,4067	0,5351	0,2603	0,4248	Regular
Barreirinhas	0,3244	0,4217	0,3014	0,2503	Baixo
Santo Antônio dos Lopes	0,3842	0,4119	0,3336	0,4070	Baixo
Urbano Santos	0,3586	0,4365	0,3426	0,2967	Baixo
	2016	Educação, 2016	Saúde, 2016	Emprego e renda, 2016	Classificação em 2016
Brasil	0,6678	0,7689	0,7655	0,4664	Moderado
Açailândia	0,6142	0,6983	0,7347	0,4095	Moderado
Alcântara	0,5270	0,6001	0,5112	0,4696	Regular
Balsas	0,5651	0,6600	0,4577	0,5778	Moderado
Imperatriz	0,7406	0,8007	0,8113	0,6099	Moderado
Itapecuru-Mirim	0,6141	0,6190	0,7778	0,4453	Moderado
Chapadinha	0,5744	0,6429	0,6291	0,4512	Regular
Santo Antônio dos Lopes	0,4846	0,7050	0,4440	0,3048	Regular
Urbano Santos	0,4930	0,5743	0,4944	0,4104	Regular
Barreirinhas	*	0,5510	0,7877	*	dados insuficientes

Fonte: Firjan (2005, 2016).

Ainda em 2005, os indicadores sociais e econômicos dos municípios de Chapadinha e Itapecuru-Mirim resultaram na classificação de IFDM regular, os resultados foram de 0,4536 e 0,4067, nessa ordem, sendo que o indicador de saúde era o mais precário de todos. Já, os municípios de Alcântara, Santo Antônio dos Lopes e Urbano Santos, foram classificados como tendo um baixo nível de desenvolvimento, com IFDM de 0,3595; 0,3842 e 0,3586, respectivamente. Os índices de saúde e emprego e renda apresentaram os resultados mais baixos do que o de educação.

Passados 11 anos, Tabela 16, o resultado do IFDM do Brasil passou de 0,5593, em 2005 para 0,6678, em 2016. Mas ainda permaneceu na classificação de moderado desenvolvimento. Assim como, os municípios de Açailândia, Balsas e Imperatriz que tiveram seus resultados do IFDM aumentados, mas continuaram na classificação de moderado. Somente alcança a classificação de alto desenvolvimento, os locais em que o IFDM apresenta resultado acima de 0,8.

Os municípios de Alcântara, Santo Antônio dos Lopes e Urbano Santos saíram da classificação de baixo desenvolvimento para regular, com IFDM superiores a 0,4. O município

de Barreirinhas que, em 2005, ficou na classificação de baixo desenvolvimento. Em 2016, a Firjan não conseguiu dados suficientes para computar o índice desse município.

Desse modo, os índices de Alcântara calculados pela Firjan não apresentaram modificações significativas. O que mensura a educação foi o que mais cresceu, passou de 0,3843, em 2005, para 0,6001, em 2016, o aumento foi de 0,2158. Com a melhoria na área da educação, a classificação de desenvolvimento do município passou de baixa para regular. Já o índice de emprego e renda aumentou 0,1067, passando de 0,3696 para 0,4696. O índice da saúde, aumentou em 0,1079, mais do que de emprego e renda, passando de 0,3322 para 0,5112. Em relação à educação, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, a taxa de alfabetização em Alcântara, era de 72,35%, menor do que a do Brasil, que era de 87,18% e a do Maranhão, de 80,7%. Em, 2010, apesar do aumento para 79,4%, ainda permanecia abaixo da taxa do Brasil, com 91% e do Maranhão com 80,7% (Tabela 17).

Tabela 17 - Taxa de alfabetização, Brasil, Maranhão e Alcântara em 2000 e 2010, em %

Ano	Brasil	Maranhão	Alcântara
2000	87,18	73,43	72,35
2010	91	80,7	79,4

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000, 2010).

De acordo com o recenseamento de 2010, 50,24% da população brasileira e 61,03% da maranhense tinha 10 anos de idade ou mais. Desses, 8,31% e 3,61% tinham curso superior, respectivamente. Em Alcântara, somente 2% dessas pessoas possuíam curso superior (Tabela 18).

Tabela 18 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, percentual em relação à população total, com nível superior em 2010

	% da população acima de 10 anos	% com nível superior
Brasil	350,24	8,31
Maranhão	61,03	3,61
Alcântara	67,79	2

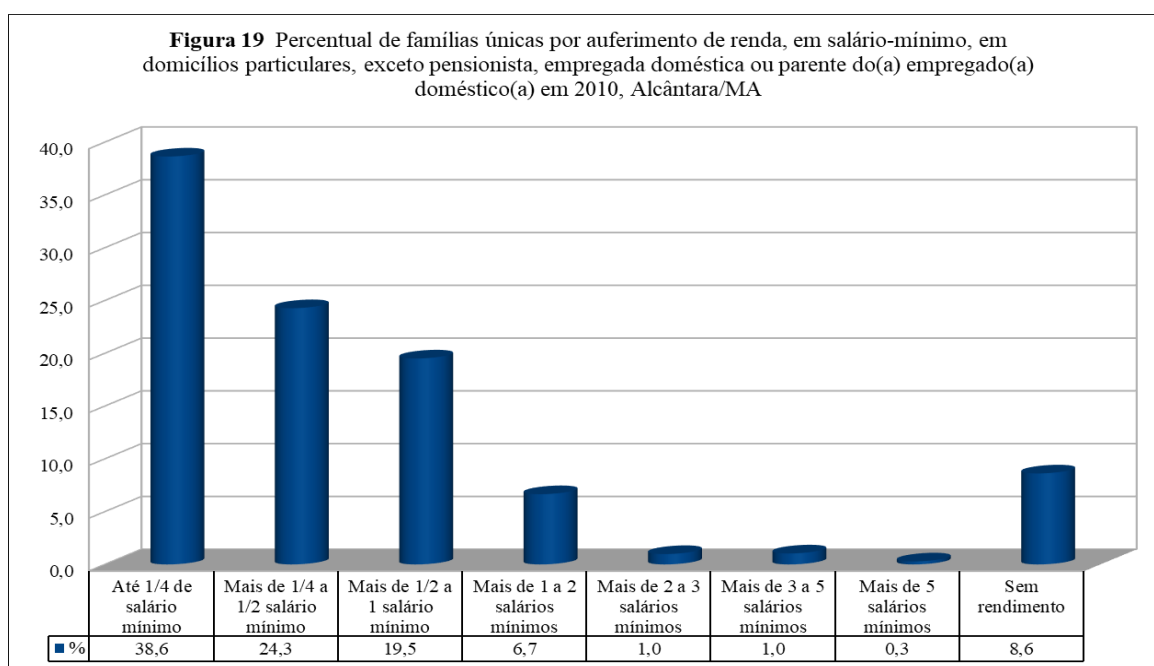
Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Segundo o Censo de 2010, em Alcântara residiam 5.290 famílias, nas quais todos os moradores compartilhavam as principais refeições no domicílio e despesas com moradia. Aproximadamente 2.044 famílias, ou 40% do total, sobreviviam com até 1/4 de salário-

mínimo por mês. Cerca de 25%, ou 1.284 famílias dispunham de 1/4 a 1/2 salário-mínimo e, ainda, 19,5% das famílias custeavam todas as despesas com valor entre 1/2 e 1 salário-mínimo (Figura 19).

Do total de famílias, 2% tinham entre 2 e 5 salários-mínimos, eram 107 famílias. As que tinham mais de 5 salários-mínimos eram 15, ou seja, 0,3% do total. Ao passo que, 456, que representava 8,6% das famílias, sobreviviam com rendimentos provenientes de programas sociais como o Bolsa Família.

Figura 19 - Percentual de famílias únicas por auferimento de rendimentos, em salário-mínimo, em domicílios particulares, exceto pensionista, empregada doméstica ou parente do(a) empregado(a) doméstico(a) em 2010, Alcântara/MA



Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Com relação ao indicador de saúde, podemos reportar aos dados das condições de esgotamento sanitário dos moradores de Alcântara. O Censo Demográfico de 2022 revelou que, apenas, 4% dos moradores em domicílios particulares de Alcântara, dispunham de fossa séptica ou fossa com filtro ligada à rede de esgoto, ou seja, 742 pessoas (Tabela 19). E, informou que 4.920 pessoas ou 26,65% da população do município possuíam, em seus domicílios, fossa séptica sem ligação com a rede de esgoto. São domicílios que possuem um reservatório semelhante a um tanque de concreto, que armazena e decanta dejetos sólidos e líquidos.

Divulgou ainda que, 60,12% dos moradores, o que corresponde à 11.098, possuíam uma fossa rudimentar, ou seja, um buraco, conhecido como fossa “negra”.

Assim, essas fossas se caracterizam como se fossem sumidouros, sendo comuns nos locais onde as fossas do tipo sépticas não foram implantadas. Elas são praticamente um buraco feito no solo e para ele se direcionam dejetos que não passam por tratamentos. Todo esse efluente que não é tratado irá infiltrar-se direto no solo e isso o contamina, assim como o lençol freático, aumentando os riscos da transmissão de doenças diversas⁵³.

Tabela 19 - Percentual de moradores em domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo de esgotamento sanitário, em relação à população total de Alcântara, 2022

Cor ou raça	Tipo de esgotamento sanitário			
	Fossa séptica ou fossa filtro ligada à rede, em %	Fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede, em %	Fossa rudimentar ou buraco, em %	Não tinham banheiro nem sanitário
Total	4,02	26,65	60,12	1,99
Branca	0,42	3,36	9,15	0,18
Preta	1,66	5,96	12,18	0,28
Parda	1,92	17,33	38,63	1,53
	Fossa séptica ou fossa filtro ligada à rede (número)	Fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede (número)	Fossa rudimentar ou buraco (número)	Não tinham banheiro nem sanitário (número)
Total	742	4.920	11.098	368
Branca	78	620	1.690	34
Preta	307	1.100	2.249	52
Parda	355	3.199	7.131	282

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2022).

6.3 Vulnerabilidade social de Alcântara

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a partir dos indicadores apresentados no Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) para o Brasil, destaca as diferentes situações que indicam exclusão e vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. A partir do conceito de vulnerabilidade social, a concepção de pobreza amplia-se para além da insuficiência de recursos monetários. O IVS é composto por dezesseis indicadores estruturados em três dimensões: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho.

O IVS mostra a situação de exclusão e de vulnerabilidade social de moradores dos 5.565 municípios brasileiros. Para o IPEA, o IVS tem a pretensão de sinalizar o acesso ou

⁵³ QUAL a diferença entre fossa e fossa séptica? **Mogiene**. São Paulo, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://mogiene.com.br/qual-a-diferenca-entre-fossa-e-fossa-septica/#:~:text=Fossa%20rudimentar%20ou%20fossa%20negra,-Este%20tipo%20de&text=Elas%20s%C3%A3o%20praticamente%20um%20buraco,da%20transmiss%C3%A3o%20de%20doen%C3%A7as%20diversas>. Acesso em: 20 jul. 2024.

privação de determinadas condições que contribuem decisivamente para o bem-estar da população brasileira. O resultado desse índice varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior é a vulnerabilidade social de um município e, quanto mais próximo de zero, melhores são as condições sociais e econômicas da população daquela municipalidade.

O IVS é composto por indicadores sociais e econômicos que procuram mensurar as condições em que vivem as populações municipais em relação ao: abastecimento de água e esgotamentos sanitários; coleta de lixo; renda per capita; mortalidade infantil (até um ano de idade); crianças 0 a 5 anos e jovens 6 a 14 que não frequentam a escola; mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos; taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; ocupação informal; dependência da renda de idosos, entre outros (Ipea, 2015, p. 20).

O Ipea (2015) classifica a vulnerabilidade social dos municípios em faixas da seguinte forma:

- ✓ muito baixa vulnerabilidade social: quando o IVS fica entre 0 e 0,200;
- ✓ baixa vulnerabilidade social: quando o IVS fica entre 0,201 e 0,300;
- ✓ média vulnerabilidade social: quando o IVS fica entre 0,301 e 0,400;
- ✓ alta vulnerabilidade social: quando o IVS fica entre 0,401 e 0,500;
- ✓ muito alta vulnerabilidade social: quando o IVS fica entre 0,501 e 1.

Quadro 3 - Classificação do Índices de Vulnerabilidade Social (IVS)

Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta
0 até 0,200	De 0,201 até 0,300	De 0,301 até 0,400	De 0,401 até 0,500	De 0,501 até 1

Fonte: Ipea (2015).

Na Figura 20 e Tabela 20, temos os Índices de Vulnerabilidade Social (IVS) do Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios do Maranhão, referentes aos anos 2000 e 2010. Os índices mostram que houve melhoria nas situações de exclusão e de vulnerabilidade social que contribuíram para melhorar a qualidade das condições de vida dos brasileiros.

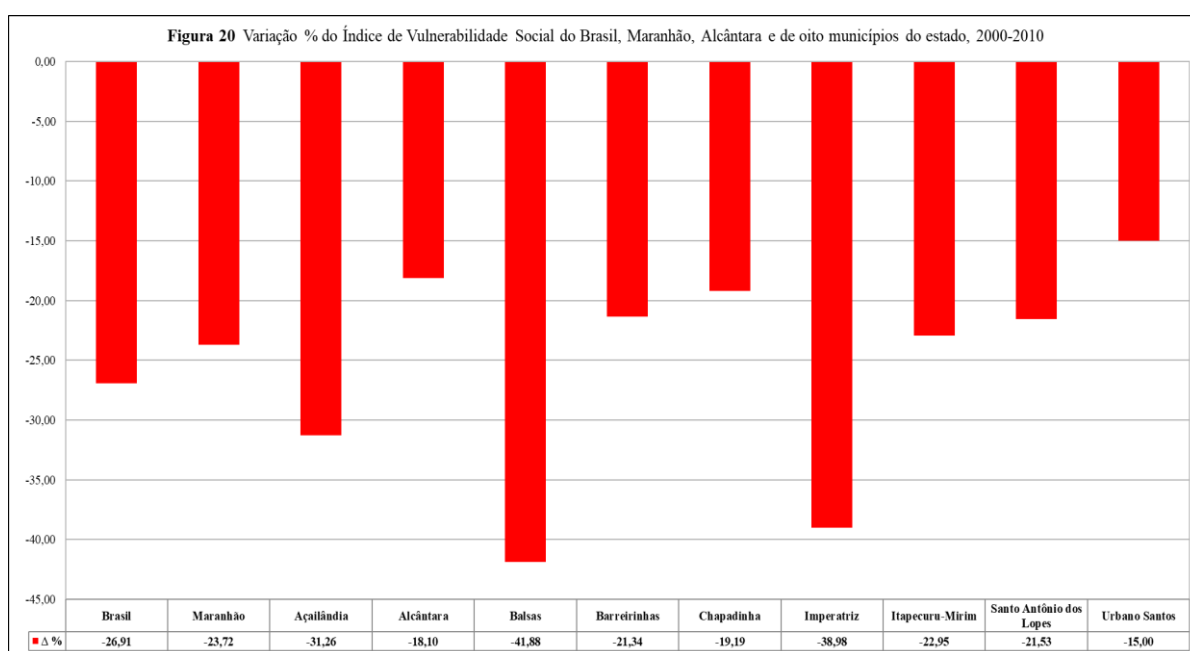
O IVS do Brasil, que ficou classificado na faixa de alta vulnerabilidade social com IVS de 0,446, em 2000, reduziu para 0,326 e foi classificado como média vulnerabilidade social, em 2010. Houve um avanço de 27% em direção a níveis mais baixos de vulnerabilidade social.

No Maranhão, a situação de vulnerabilidade e exclusão social era e, continuou mais grave, do que a do Brasil. Em 2000, o IVS foi de 0,683 (muito alta). Em 2010, o IVS reduziu para 0,438 (alta), menos 0,245 ponto. Isso significou melhoria de 23,72% na vulnerabilidade social na comparação dos resultados.

Dos oito municípios escolhidos do Maranhão, em 2000, oito, ou seja, 88,89% do total de nove, foram classificados na faixa de muito alta vulnerabilidade social. Os resultados do IVS foram superiores a 0,501. Somente, Imperatriz apresentou IVS de 0,413, foi classificado com alta vulnerabilidade social.

Em 2010, dos nove selecionados, cinco ficaram na faixa de muito alta vulnerabilidade social: Alcântara, Barreirinhas, Chapadinha, Itapecuru-Mirim e Urbano Santos. Por outro lado, houve melhoria no resultado do IVS em quatro municípios do estado: Imperatriz, que saiu da classificação de média vulnerabilidade social para baixa vulnerabilidade social, baixando de 0,413 para 0,252, correspondendo ao avanço de quase 40% em direção a níveis mais baixos de vulnerabilidade social. Os municípios de Açailândia e Balsas, que saíram da faixa de classificação de muito alta vulnerabilidade social e entraram na faixa de média. Enquanto Açailândia, avançou em 31,26%, baixando de 0,563 para 0,387; Balsas saiu de 0,616 para 0,358, variando 0,387 em direção à vulnerabilidade mais baixa. Santo Antônio dos Lopes avançou do nível de muito alta vulnerabilidade social para alta vulnerabilidade social, saiu de 0,562 para 0,441. Este município reduziu seu nível vulnerabilidade em 21,53% (Figura 20 e Tabela 20).

Figura 20 - Variação % do Índice de Vulnerabilidade Social do Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios do estado, 2000-2010



Fonte: Ipea, 2000-2010.

Tabela 20 - Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)

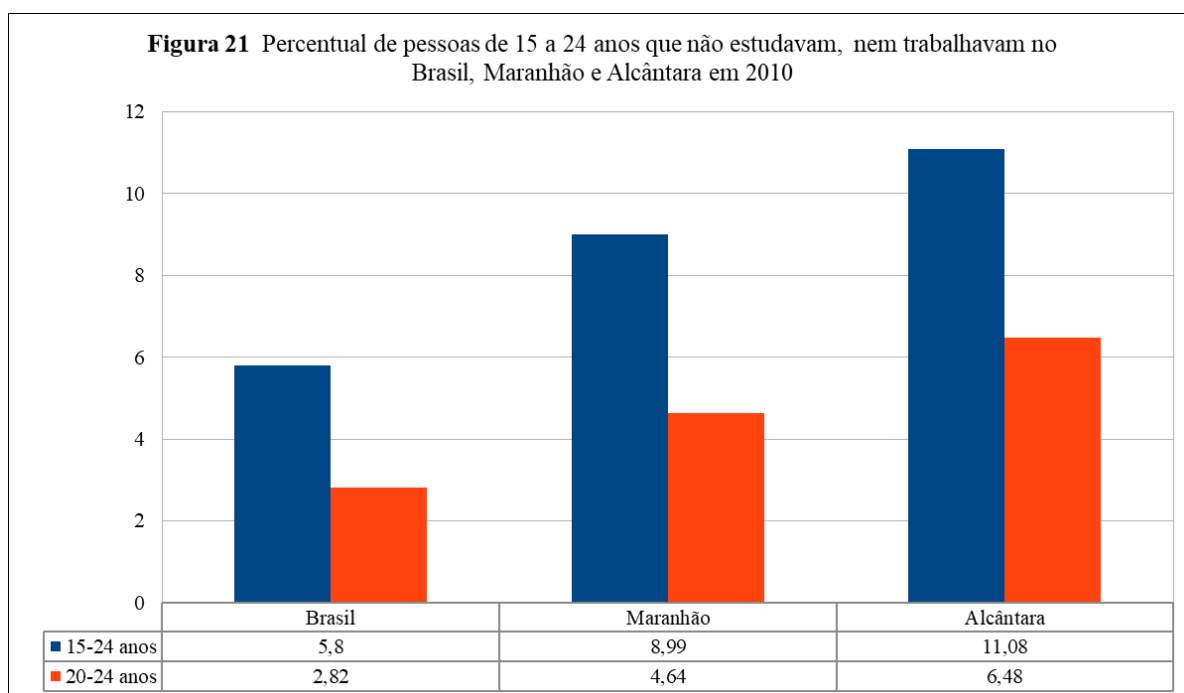
Tabela 20 -				
	2000	Faixa de classificação	2010	Faixa de classificação
Brasil	0,446	alta vulnerabilidade social	0,326	média vulnerabilidade social
Maranhão	0,683	muito alta vulnerabilidade social	0,521	muito alta vulnerabilidade social
Açailândia	0,563	muito alta vulnerabilidade social	0,387	média vulnerabilidade social
Alcântara	0,696	muito alta vulnerabilidade social	0,570	muito alta vulnerabilidade social
Balsas	0,616	muito alta vulnerabilidade social	0,358	média vulnerabilidade social
Barreirinhas	0,778	muito alta vulnerabilidade social	0,612	muito alta vulnerabilidade social
Chapadinha	0,745	muito alta vulnerabilidade social	0,602	muito alta vulnerabilidade social
Imperatriz	0,413	alta vulnerabilidade social	0,252	baixa vulnerabilidade social
Itapecuru-Mirim	0,684	muito alta vulnerabilidade social	0,527	muito alta vulnerabilidade social
Santo Antônio dos Lopes	0,562	muito alta vulnerabilidade social	0,441	alta vulnerabilidade social
Urbano Santos	0,78	muito alta vulnerabilidade social	0,663	muito alta vulnerabilidade social

Fonte: Ipea.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de Alcântara, baixou de 0,696, em 2000, para 0,570, em 2010. Mesmo com a queda, sua classificação permaneceu no nível de muito alta vulnerabilidade social. Passados dez anos, o município não conseguiu melhorar o IVS.

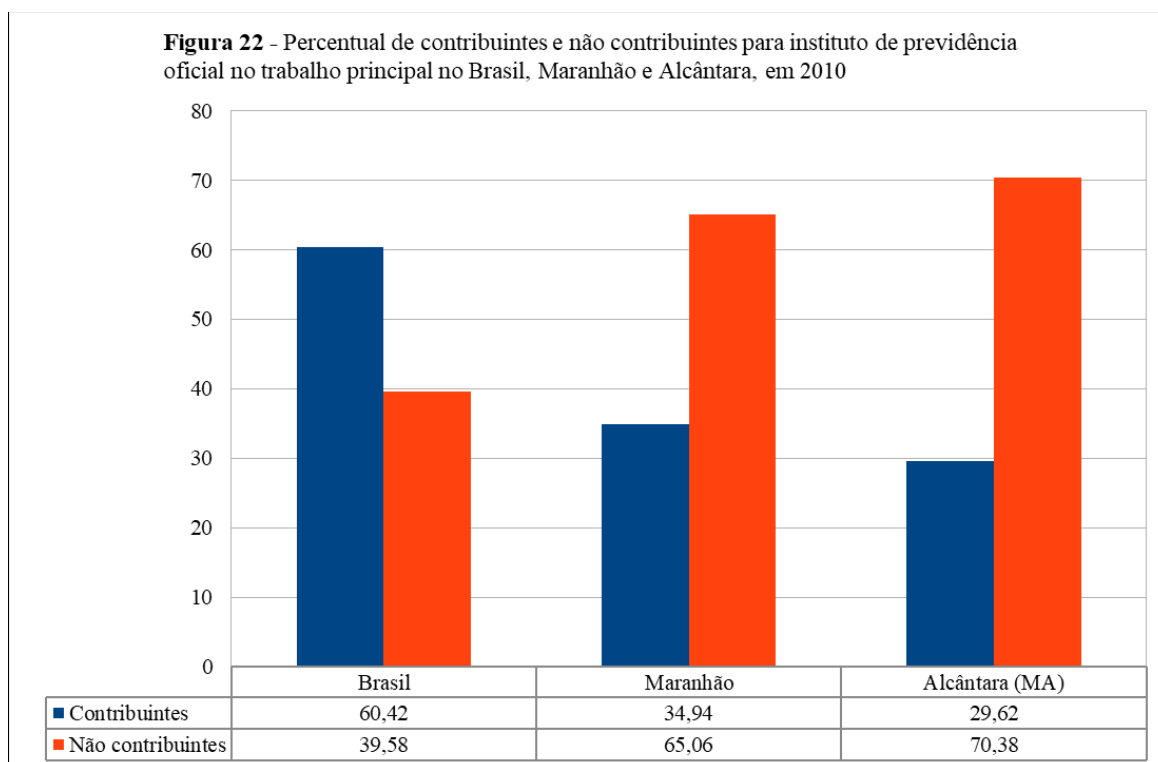
A situação de vulnerabilidade social dos moradores de Alcântara é perceptível em vários aspectos. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, 11,08% das pessoas que tinham entre 15 e 24 anos, não trabalhavam, nem frequentavam escola, o dobro da taxa dos brasileiros, 5,88% e superior a taxa do estado, de 8,99%. O índice de pessoas que tinham entre 20 e 24 anos e não trabalhavam nem estudavam, em Alcântara, era de 6,48%, portanto, estava acima de 4,64%, do Maranhão e era mais que o dobro da taxa do Brasil, de 2,82% (Figura 21).

Figura 21 - Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudavam e nem trabalhavam no Brasil, Maranhão e Alcântara em 2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Figura 22 - Percentual de contribuintes e não contribuintes para instituto de previdência oficial no trabalho principal no Brasil, Maranhão e Alcântara, em 2010



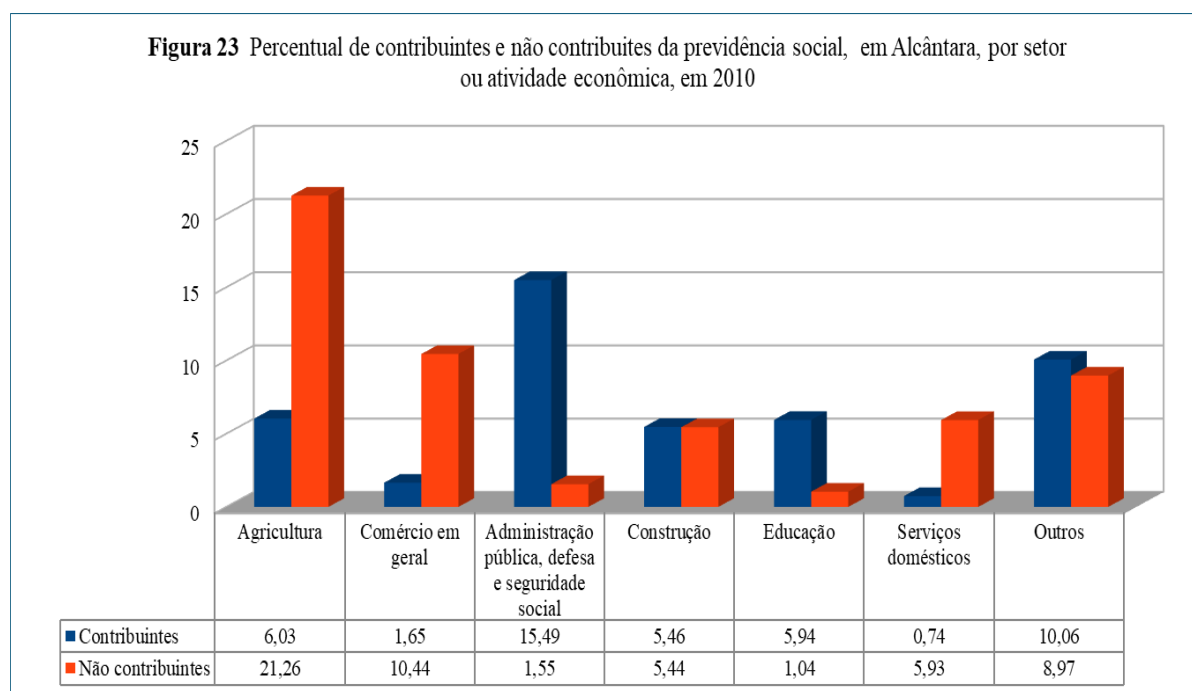
Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

O recenseamento de 2010, também trouxe dados dos trabalhadores que não contribuíam com o instituto da previdência social (Figura 22), certamente, uma situação que deixa o trabalhador numa situação que indica grave vulnerabilidade social da população. Ficam descobertas de direitos previdenciários ao adoecer e envelhecer. Em Alcântara, 70,38% estavam nessa situação, no Maranhão, 65,06% e no Brasil, 39,58%.

Os trabalhadores que não contribuem com a Previdência Social no Brasil, perdem os seguintes direitos: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, pensão por morte, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão, salário-maternidade, salário-família e reabilitação profissional. Portanto, em 2010, somente 29,62% dos trabalhadores, de Alcântara, poderiam acessar esses benefícios, enquanto mais de 70% não podiam por não serem contribuintes da previdência nacional.

Na Figura 23, constam os setores econômicos de Alcântara, nos quais os direitos previdenciários dos trabalhadores foram mais observados, em 2010. No setor agropecuário, somente, 6,03% dos trabalhadores contribuíram. Dos 12% que trabalhavam em atividades comerciais, 10,44% não contribuíam, assim apenas 1,65% tinham seus direitos garantidos. Cerca de 11% dos trabalhadores, de Alcântara, eram contratados no setor de construção civil, e metade deles, 5,46% eram contribuintes da previdência social.

Figura 23 - Percentual de contribuintes e não contribuintes da previdência social, em Alcântara, por setor de atividade econômica, em 2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

Quase 7% dos trabalhadores do município, eram domésticos. Desses, somente 0,74% recolhiam o tributo previdenciário. Cerca de 17,04% dos trabalhadores do município estavam na administração pública, e 15,49% contribuía para a previdência, enquanto 1,55% não eram contribuintes. A atividade de educação empregava 7% dos trabalhadores, 5,94% eram contribuintes.

Nas demais atividades desenvolvidas, como outras atividades de serviço; atividades mal especificadas; indústria de transformação; eletricidade e água e esgoto empregavam, aproximadamente, 19% dos trabalhadores do município, mas o pagamento da contribuição previdenciária era realizado apenas para 10,06%.

Segundo o Censo de 2022, os moradores de Alcântara, continuam enfrentando graves dificuldades sociais. Enquanto, no Brasil, 91,71% dos domicílios tinham o serviço municipal de coleta de lixo, no Maranhão, 71,43%, em Alcântara, somente 29,12% das famílias eram atendidas com esse serviço. Por isso, 60,7% da população precisava queimar o lixo coletado nas suas propriedades (Tabela 21).

Tabela 21 - Domicílios particulares permanentes ocupados, por destino do lixo, Alcântara, 2022

Localidades	Coletado	Coletado no domicílio por serviço de limpeza	Depositado em caçamba de serviço de limpeza	Queimado na propriedade	Enterrado na propriedade	Jogado em terreno baldio, encosta ou área pública	Outro destino
Brasil	91,71	83,11	8,6	7,11	0,27	0,59	0,32
Maranhão	71,43	66,37	5,06	25,72	0,43	2,01	0,41
Alcântara	29,12	19,93	9,19	60,7	1,18	8,16	0,84

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2022).

De acordo com o último recenseamento, enquanto 3,55% dos domicílios brasileiros possuíam ligação com a rede geral de distribuição de água, mas não a utilizava como principal forma de abastecimento de água, no Maranhão, não alcançavam 10%. Em Alcântara, 40,35% dos domicílios possuíam ligação à rede geral, mas utilizavam principalmente outra forma de abastecimento de água. Além disso, 2,46% dos domicílios brasileiros possuíam ligação de rede de água com poço artesiano. No Maranhão, eram 7,99% e em Alcântara eram quase 5 vezes mais, 38,49% dos domicílios necessitavam de poços artesianos para ter acesso à água (Tabela 22).

Tabela 22 - Domicílios particulares permanentes ocupados, por existência de ligação à rede geral de distribuição de água e principal forma de abastecimento de água, Alcântara, 2022, em %

	Possui ligação à rede geral, mas utiliza principalmente outra forma	Possui ligação à rede geral, mas utiliza principalmente outra forma - Poço profundo ou artesiano	Possui ligação à rede geral, mas utiliza principalmente outra forma - Poço raso, freático ou cacimba
Brasil	3,55	2,46	0,45
Maranhão	9,73	7,99	1,22
Alcântara	40,35	38,49	1,77

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2022).

6.4 Aposentados e pensionistas de Alcântara

Segundo matéria veiculada no Correio Braziliense, em 7 de janeiro de 2012, a renda dos idosos se tornou determinante na vida econômica de 64% das cidades brasileiras. Nessas cidades, os pagamentos dos benefícios provenientes da Previdência Social somam um volume de recursos muito superior ao que chega às prefeituras por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). “Em algumas regiões, os benefícios previdenciários representam mais do que todo o montante recebido em impostos e transferências feitas pelos estados e pela União”.

Em 2010, no Maranhão, segundo IBGE, quase 13% da população total ou 664.708 mil pessoas recebiam recursos de aposentadoria ou pensão. Em 2021, aumentou para 708.000 beneficiários. Apesar do aumento na quantidade de aposentados e pensionistas, quando se compara o número de beneficiários com a população total, observa-se que houve uma redução de 2,73%, em 2021 frente a 2010.

Em Alcântara, por outro lado, houve redução na quantidade de moradores com idade igual ou superior a 10 anos em 9%, baixando de 17.552 para 15.950, ou seja, menos 1.602 pessoas. No entanto, mesmo reduzindo a população com essa faixa etária, houve aumento do número de aposentados e pensionista na comparação 2021 com 2010, em 2,17%, passando de 2.323 para 2.843, um aumento absoluto de 520 benefícios, na forma de aposentadoria ou pensão (Tabela 23).

Tabela 23 - Aposentados e pensionistas, em Alcântara e no Maranhão, em 2010 e 2021

	2010	%	2021	%	População com idade ≤ 10 anos em 2010	População com idade ≤ 10 anos em 2022	Δ% População com idade ≤ 10 anos, 2022-2010	Δ do percentual de beneficiários 2021-2010
Maranhão	664.708	12,63	708.000	9,9	5.264.736	5.712.517	9	-2,73
Alcântara	2.323	13,24	2.843	15,4	17.552	15.950	- 9	2,17

Fonte: IBGE (2010, 2021).

Segundo Magalhães (2015, p. 102), uma vez que o idoso não pode trabalhar e demanda diversos tipos de cuidados, ele pode ser visto, por seus familiares, como um ônus financeiro, um “fardo” para sua família. No entanto, a falta de empregos e as várias formas de precarização da mão de obra nos anos mais recentes, têm colocado a aposentadoria do idoso como uma das principais rendas das famílias. Ainda que, o valor recebido pelo idoso seja insuficiente para atender as próprias necessidades, especialmente, no que diz respeito aos cuidados com saúde.

Nesse sentido, Coutrim (2006) afirma que uma parcela considerável dos idosos precisa garantir não apenas a própria manutenção, mas a sobrevivência de sua família. Pode-se imaginar que muitas famílias, em Alcântara, se inserem nesse contexto, haja vista a baixa oferta de vagas de trabalho e a grande dependência dos programas de transferências de renda, como Bolsa Família.

6.5 Beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) de Alcântara e de oito municípios maranhenses

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma das formas que o Estado propôs para reduzir a vulnerabilidade social por meio da transferência condicionada de renda. As transferências são feitas para famílias (não para indivíduos), no intuito de mitigar a fome dos mais pobres. É uma transferência condicionada porque as famílias devem cumprir compromissos, em geral, com saúde e educação das crianças para que possam receber o auxílio (Souza *et al.*, 2019).

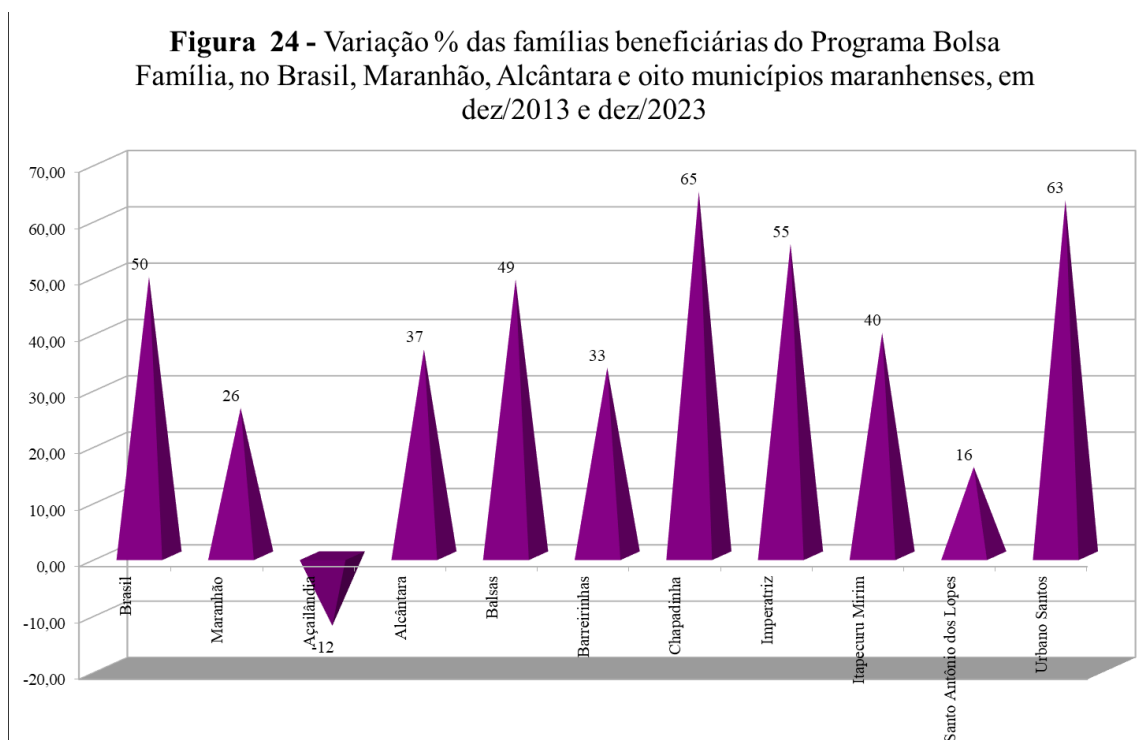
Os autores afirmam que é relevante saber se, efetivamente, o Programa combate à pobreza e qual é a sua contribuição para redução da desigualdade social. O PBF adotou duas linhas de beneficiários que dão acesso a benefícios distintos, conforme renda familiar mensal: de pobreza e extrema pobreza⁵⁴. Famílias em situação de extrema pobreza têm acesso a benefício básico, de valor único, para todos. Já o valor do benefício variável é pago às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis (Souza *et al.*, 2019).

De acordo com a legislação vigente, para ter direito ao Programa Bolsa Família (PBF), a renda per capita da família deve ser, no máximo, R\$ 218,00 por mês. Assim, se um integrante da família recebe um salário-mínimo que corresponde à R\$ 1.412,00 e essa família é formada por seis pessoas, a renda de cada integrante é de R\$ 217,00. Com essa quantia por membro, a família pode acessar o PBF, pois dividindo o valor do salário recebido pela quantidade de membros da família, o valor não atinge o limite de R\$ 218,00 por pessoa (Brasil, [20--]).

A partir dos dados extraídos do portal do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Figura 24), constatamos que, comparando o número de beneficiários de 2023 com 2013 do PBF, no Brasil, aumentou 50%; no Maranhão, 26%. Dos municípios selecionados, a maior elevação da quantidade de beneficiários ocorreu em Chapadinha, com mais 65% e Urbano Santos, 63%. Na sequência, aparece Imperatriz, com acréscimo de 55% e Balsas, de 49%. Com aumentos menos expressivos, mas representativos, ficaram os municípios de Itapecuru-Mirim, de 40%, Alcântara, de 37%, Barreirinha, de 33%. Em Santo Antônio dos Lopes, o aumento foi de 16%. O único município em que houve redução da quantidade de beneficiários do PBF foi Açailândia, de menos 12%.

⁵⁴ “O parâmetro internacional para medir a pobreza, definido pelo Banco Mundial, é de uma renda de até US\$ 6,85 por pessoa por dia. No Brasil, cerca de R\$ 665 por mês são considerados como situação de pobreza. Já o parâmetro global para a extrema pobreza é de uma renda de até US\$ 2,15 por dia. Ou então, cerca de R\$ 209 mês” (Catto, 2024).

Figura 24 - Percentual de beneficiários do Programa Bolsa Família em relação à população total - Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios maranhenses, em 12/2013 e 12/2023



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Diante dos dados, percebemos que os nove municípios maranhenses selecionados para o presente estudo, oito sediam grandes projetos desenvolvimentistas e Barreirinhas conta com elevados investimentos estatais para desenvolvimento do turismo de massa. Dos nove municípios, oito apresentaram percentuais expressivos de aumentos, mas alguns como Urbano Santos e Chapadinha se destacaram.

Municípios que são protagonistas em agronegócios, como Chapadinha e Urbano Santos, têm suas populações altamente dependentes do PBF. As plantações de soja e eucalipto expandem-se no espaço rural e retiram os meios de sobrevivência dos pequenos produtores rurais. Como se trata de atividades que são altamente mecanizadas geram pouquíssimos empregos para os trabalhadores locais. E expandem-se sobre áreas que antes eram ocupadas com plantios de arroz, feijão e mandioca e garantiam a segurança alimentar e moradia para essas pessoas.

No Brasil, o pequeno produtor rural não tem acesso à terra, a reforma agrária não acontece e as commodities agrícolas exigem cada vez mais espaço. Antes, os pequenos

produtores podiam trabalhar com aqueles que possuíam propriedades rurais, na condição de meeiro, morador, vaqueiro, agregado. Podiam morar no meio rural. Porém, com a expansão do agronegócio, as terras são vendidas para investidores que não aceitam esses pequenos produtores nas terras adquiridas. Devido ao avanço do agronegócio, os pequenos produtores rurais são expulsos no campo.

Em Santo Antônio dos Lopes, a industrialização do gás produz riquezas, mas não para a população local. Os complexos industriais de geração de energia termelétrica a gás natural garantiram forte incremento no Produto Interno Bruto decorrente da atividade industrial. No entanto, houve um aumento de 42% dos beneficiários do PBF, enquanto a população total só aumentou em 16 habitantes. Essa atividade não favorece a economia local, funciona como um enclave, não sendo capaz de ofertar empregos para os moradores do município.

Isso mostra que as promessas de que a Base levará aumento dos empregos e de renda com melhorias nas condições socioeconômicas dos moradores do município, não se sustenta. Por isso, a luta dos quilombolas pela terra é mais do que necessária e justa, somente assim, conseguirão manter os meios de sobrevivência.

Desse modo, fica evidente, que grandes projetos de desenvolvimento e turismo de massa não produzem melhorias sociais e econômicas para os moradores locais. Sem trabalho, resta para uma grande parcela da população apelar para programas de transferência de renda e passar os dias procurando trabalhos informais e temporários, “bicos” para ajudar na renda doméstica. Apesar de aportar uma variedade de grandes projetos, os dados mostram que no Maranhão, o número de empregos gerados é insuficiente, a taxa de informalidade é alta, a pobreza e vulnerabilidades social da população dos municípios que sediam esses megaempreendimentos, persiste, assim como a miséria e a concentração de renda.

Ao contrário dos benefícios prometidos, destacadamente a geração de emprego e renda e a dinamização e modernização da economia, como aponta Vainer (2007) e Loureiro (2012), os GPDs carregam elevado potencial de “enclave”, polariza, fragmenta e restringe a econômica e produz efeitos socialmente negativos. Além disso, produzem significativos problemas nas regiões onde são instalados e sobre as comunidades mais diretamente atingidas, que se ressentem por causa da desestruturação do seu modo de vida original e pela falta de inserção nas novas atividades que surgem.

6.6 Inscritos no Cadastro Único (CadÚnico) conforme faixa de rendimentos de Alcântara e de oito municípios maranhenses

Na Figura 25, são apresentados os percentuais de renda dos indivíduos cadastrados no Cadastro Único (CadÚnico) ⁵⁵ no Brasil, Maranhão, Alcântara e nos oito municípios maranhenses. Conforme os dados, em dezembro de 2023, 44% dos brasileiros cadastrados no CadÚnico viviam em situação de extrema pobreza, com renda per capita familiar de até R\$ 109,00. No Maranhão, eram 61% que estavam nessa condição. Entre os municípios analisados, Chapadinha, Urbano Santos e Alcântara apresentaram os maiores percentuais, com 71%, 81% e 77%, respectivamente.

Em Santo Antônio dos Lopes, eram 64% e em Barreirinhas, 62%. Também apresentaram números significativos de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza os municípios de Itapecuru-Mirim, com 50%, Imperatriz, 33%, Balsas, 42% e Açailândia, 26%.

Em relação à pobreza, que abrange as pessoas com renda mensal um pouco maior, variando entre R\$ 109,00 e R\$ 218,00, em dezembro de 2023, eram 10% dos cadastrados no Brasil e 9%, no Maranhão. Os municípios de Imperatriz e Itapecuru-Mirim apresentaram os percentuais mais elevados 17% e 13%, respectivamente. Por outro lado, Chapadinha contava com 2%, Urbano Santos, com 3% e Alcântara, com 4%. Nesses municípios, a maior parte da população estavam inscritos na condição de extrema pobreza.

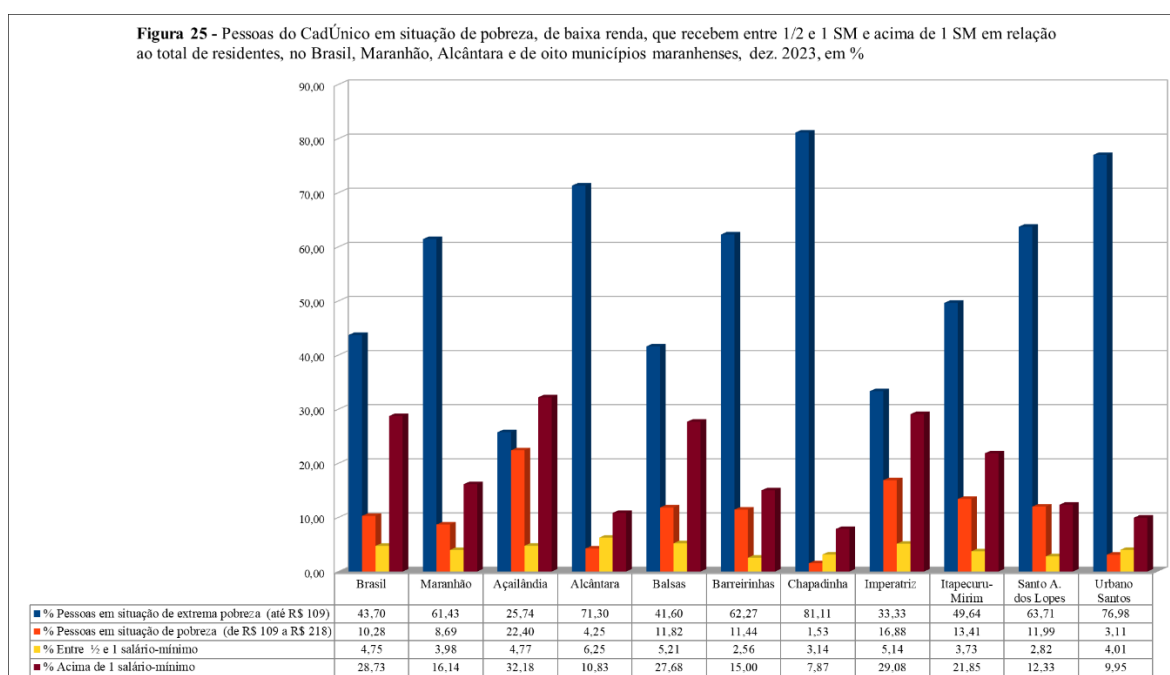
No mesmo período, no Brasil, 5% das pessoas cadastradas recebiam entre meio e um salário-mínimo, enquanto 29% tinham renda superior a um salário-mínimo. No Maranhão, esses percentuais eram de 4% e 16%, respectivamente. Em Alcântara, 6% das pessoas recebiam renda entre meio e um salário-mínimo e 11% acima de um salário-mínimo.

De acordo com os dados do CadÚnico, dentre os municípios escolhidos, a maior parte das pessoas que recebiam mais de um salário-mínimo habitavam nos municípios de Itapecuru-Mirim, 22%; Balsas, 28%; Imperatriz, 29% e Açailândia, 32%. Percentuais menores são visualizados em Chapadinha, 8%; Urbano Santos, 10% e Alcântara, 11%. Enquanto, Santo Antônio dos Lopes aparece com 12% e Barreirinhas, 15%.

⁵⁵ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda. São consideradas famílias de baixa renda aquelas que possuem renda mensal por pessoa (renda per capita) de até meio salário-mínimo (R\$ 706,00). Com o Cadastro Único é possível conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda das diversas localidades do país, a partir de informações sobre todo o núcleo familiar, das características do domicílio, as formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família (Sedes, 2018).

Esses dados evidenciam que, em alguns municípios do Maranhão como Itapecuru-Mirim, Balsas, Imperatriz e Açailândia os moradores têm rendimentos mais elevados. Já os habitantes de Alcântara permanecem em situação de estagnação econômica e muitos na condição de extrema pobreza. Cerca de 72% ou 13.266 da população residente, de um total de 18.605 habitantes, integram famílias que dispõem de até R\$ 109,00 mensal por pessoa para custear as despesas totais. Esses dados mostram que 72% dos alcantarenses não têm condições de pagar por sua alimentação básica, mesmo que gastem toda a sua renda em comida.

Figura 25 – Percentual de pessoas inscritas no Cadastro Único em situação de pobreza, baixa renda, recebiam entre 1/2 e 1 SM e acima de 1 SM em relação à quantidade total no Brasil, Maranhão, Alcântara e de oito municípios maranhenses, em dezembro de 2023



Fonte: Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (Sagica).

Os dados mostram que as populações, desses municípios, enfrentam graves problemas para conseguir meios de sobreviver. É praticamente impossível para qualquer pessoa sobreviver com R\$ 109,00 por mês. Uma das graves consequências da expansão do capitalismo para o meio rural, por meio da monocultura ou de qualquer grande projeto que demande vastas quantidades de terras, é transformar os trabalhadores rurais em verdadeiros miseráveis. Pequenos produtores rurais que antes dispunham de alguns recursos materiais para extrair alimentos e renda perderam esses meios por causa do modelo de desenvolvimento que

é implementado com forte apoio estatal. Assim, viver, no Brasil, para os menos favorecidos economicamente se transformou em ato de resistência e de sofrimento.

Sem terra para cultivar, sem casa para morar, sem quintais com hortas, rios e mares para pescar, as pessoas do campo se tornam despossuídas não apenas dos recursos, mas de tudo que constituíam suas vidas, histórias e motivações. A expansão do capitalismo para o meio rural provoca a morte social de pessoas e comunidades, o extermínio de recursos que sustentam animais, gentes e plantas. A diversidade se transforma em uniformidade. Paisagem morta. Sem diversidade. Essa paisagem se traduz em riquezas materiais para um pequeno grupo de latifundiários, mas para milhões de famílias de pequenos produtores rurais, que vem sendo expulsas das próprias propriedades desde a década de 1970, é sinônimo de perdas irreparáveis.

O êxodo rural está ligado diretamente à transformação do Brasil em um país urbano e industrializado. Até a metade do século passado, a maior parte da população brasileira vivia no campo. Depois dos anos de 1970, as cidades receberam um contingente enorme de pessoas vindas do campo. A concentração fundiária no Brasil impulsiona o êxodo rural. As grandes extensões de terras usadas geralmente para a monocultura destinada à exportação, é um dos principais motivos da migração rural e inchaço das cidades. Além disso, a mecanização das atividades agrícolas causa desemprego em massa no campo. Nas cidades, esses migrantes vivem como podem. Geralmente, passam a vida desenvolvendo atividades informais e fazendo qualquer trabalho para conseguirem recursos para sobreviver.

Com a implantação de grandes projetos, o campo brasileiro se transformou em homogêneas plantações sem cercas visíveis, mas inacessíveis ou cercados militares, como ocorre em Alcântara. O campo está cheio de áreas de acesso proibido para os brasileiros. São terras que produzem riquezas para um grupo de privilegiados que, provavelmente, nunca colocou os pés ali. E os representantes do Estado que, deveriam agir em prol dos interesses dos brasileiros, se recusam a reconhecer os direitos, os modos de vida, a contribuição social do pequeno produtor rural, do quilombola, do camponês, do ribeirinho, do pescador, ou seja, das pessoas que realmente são capazes de contribuir para melhorar a vida da população interna. Por meio dos seus trabalhos produzem alimentos de qualidade para si e para outros.

Muitos servidores e empregados públicos esquecem que a terra e os trabalhadores rurais têm importância crucial dentro na nossa sociedade, sem esses dois elementos, não há produção de alimentos, não há segurança alimentar, além de que o êxodo rural contribui para a elevação da violência urbana, exponencialmente. Mas optam por patrocinar interesses de

capitalista da elite nacional, estrangeira e agora transnacional que desconhece a realidade da população mais pobre do país.

Com a propaganda de que o município precisa se desenvolver e modernizar, o Estado brasileiro expropriou 60% do território de Alcântara para entregar ao CLA. Pelo visto, a modernidade, até o momento, somente alcançou as dependências do CLA. Por outro lado, esse grande projeto levou para os moradores de Alcântara agravamento das misérias. Os estudos de Luxemburgo (1984), Polanyi (2000), Harvey (2005) e Marx (2013), mostram que, desde o surgimento do capitalismo, a expansão capitalista ocorre deixando um rastro de pauperização e destruição de modos de vida do meio ambiente. Tudo acontece com amparo e apoio de agentes do Estado.

Segundo Escobar (2007), desde 1948, o Banco Mundial definiu como pobres os países com renda per capita abaixo de US\$ 100. E se o problema era a renda insuficiente, a solução era, obviamente, o crescimento econômico. A característica essencial do Terceiro Mundo era a sua pobreza. A solução estava no crescimento econômico e no desenvolvimento dessas localidades. Essa ideia se transformou em verdade universal, evidente e necessária. Tinha apenas um caminho certo para salvar a população da pobreza nesses países, o do desenvolvimento.

Em Alcântara, o CLA é sinônimo de desenvolvimento e modernidade. Desde a década de 1980, é um empreendimento que desperta entusiasmo para uma parcela dos residentes do município e nacionais. O CLA é visto como um empreendimento capaz de desencadear progressos e crescimento econômico.

Mas os dados mostram o oposto. A população local sofre com o aumento da insegurança alimentar, dependência de programa de repasse de renda, grave desemprego, aumento da violência e um declínio progressivo da produção agrícola. O desenvolvimento e modernidade que o CLA levou para Alcântara somente pode ser observado em suas instalações. Mas pouquíssimas pessoas têm permissão para atravessar seus muros.

7 EXPANSÃO DA ÁREA DO CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA E AMEAÇAS DE DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO: PERCEPÇÕES DOS QUILOMBOLAS, LIDERANÇAS QUILOMBOLAS, VEREADORES E EMPRESÁRIOS ALCANTARENSES

*Enquanto o leão não aprender a contar suas histórias,
as vitórias da caça serão sempre do caçador.
(Provérbio africano)*

O presente capítulo tratará, em especial, de alguns desdobramentos em virtude do novo pacto firmado entre o Estado brasileiro e os Estados Unidos em 2019. Além da análise de alguns dados do Portal da Transparência do Governo Federal e da Prefeitura de Alcântara, trabalharemos com as entrevistas realizadas com vereadores, em sua maioria, eleitos para o mandato de 2020-2024. Também entrevistamos empresários do município e representantes das comunidades quilombolas.

No trabalho de campo, realizamos entrevistas com quatro lideranças quilombolas do município; dois secretários de agricultura; cinco vereadores e um ex-vereador e oito empresários, durante os meses de abril, junho e julho de 2021. A entrevista foi guiada com o propósito de conhecer o posicionamento de cada um dos entrevistados em relação à percepção deles sobre a contribuição do CLA para produzir crescimento da economia de Alcântara e melhorar a qualidade de vida da população do município. Bem como, seus pontos de vistas em relação à possibilidade de expansão da área do Centro Espacial e dos possíveis deslocamentos compulsórios dos quilombolas, em virtude do novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, em 2019. Vale salientar, que tentamos contactar o prefeito e o vice-prefeito algumas vezes, mas não conseguimos agendar entrevistas com nenhum deles.

Além disso, apresentaremos o resultado de entrevistas realizadas com 11 pessoas, representantes de famílias da comunidade quilombola Vista Alegre. Esse trabalho foi feito em outubro de 2020. Nessas entrevistas, procuramos saber sobre a produção de alimentos na comunidade, discutindo a autossuficiência/dependência das famílias com relação ao mar e à terra. Buscamos, assim, contribuir com o debate sobre a disputa territorial entre quilombolas alcantarenses e o Estado brasileiro.

O trabalho empírico foi orientado pela possibilidade de ocorrer expansão da área do CLA para construção de novas bases de lançamento e, conseqüentemente o deslocamento compulsório de outros quilombolas de suas comunidades, em virtude do novo Acordo de

Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado com os Estados Unidos, em 2019. Procuramos saber o que pensam os vereadores, secretários municipais da atual gestão ou anteriores e os empresários locais. Também entrevistamos representantes dos movimentos sociais que atuam contra a expansão da área do CLA, bem como, moradores, da comunidade quilombola Vista Alegre, que podem ser tingidos, caso ocorra a expansão da área do CLA. Por meio do questionário, procuramos saber o que pensam sobre a capacidade do CLA levar ou influenciar no desenvolvimento social e econômico de Alcântara. Buscamos saber quais melhorias o CLA levou ou poderá levar para o município. Além disso, procuramos saber seus entendimentos sobre os efeitos que o CLA provocou e vem provocando nas comunidades quilombolas de Alcântara.

Realizamos, também, entrevistas com 11 pessoas de famílias diferentes da comunidade quilombola Vista Alegre, em outubro de 2020, discutindo sua autossuficiência/dependência com relação ao mar e à terra, visto que 100% dos entrevistados têm excedente da produção para comercializar e 90,91% vendem pescados, bem como, levantar a situação de insegurança quanto à permanência da comunidade. Além de contribuir com o debate sobre a disputa territorial entre quilombolas alcantarenses e o Estado brasileiro, e como informado no capítulo 2, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconheceu através da publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) 78,1 mil hectares como território quilombola. As atividades de campo, para emissão dos títulos coletivos e definitivos da terra para as comunidades, iniciaram em maio de 2025.

7.1 Percepções dos alcantarenses sobre o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, em 2019

Desde o início da implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), nos anos 1980, e, especialmente, durante o governo Bolsonaro, quando foi assinado com os EUA o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) para expansão e aluguel do CLA. Na gestão do ex-presidente Bolsonaro, as comunidades quilombolas de Alcântara sofreram ameaças de iminente deslocamento compulsório, especialmente aquelas que habitam o litoral do município, como é o caso da comunidade Vista Alegre.

O acordo firmado com os EUA impulsionou o Estado brasileiro a publicar, no dia 27 de março de 2020, a Resolução nº 11, com deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro para que o Ministério da Defesa providenciasse, por meio do

Comando da FAB, a execução de deslocamento de famílias localizadas nos 12,4 mil hectares demandados para iniciar a nova fase de atividades firmadas no acordo com os EUA.

Após a assinatura do AST com os EUA, representantes do Estado brasileiro ficaram entusiasmados com a promoção das atividades de lançamento. O ex-ministro do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MICT), Marcos Pontes, informou que por meio desse acordo:

[...] os Estados Unidos autorizam o Brasil a realizar lançamentos de foguetes e espaçonaves, para fins pacíficos, de quaisquer nacionalidades contendo componentes americanos é um grande avanço para o país e ficará registrado na história como ponto de início de uma era que trará desenvolvimento econômico e social para a região onde, atualmente, o centro está localizado. Além de ser uma oportunidade para todo o país (AEB, 2019).

Segundo informações do *site* da Rádio Senado, o mercado de lançamento de satélites movimenta US\$ 5 bilhões por ano em todo o planeta (Brasil, 2019). De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia Inovações e Comunicações (Brasil, 2019):

Com a aprovação do AST, o Brasil pode se inserir nesse mercado, mesmo com a meta conservadora de ocupar 1 % do volume de negócios espacial global (US\$ 10 bilhões por ano a partir de 2040) e consolidará o Brasil como um forte player do segmento de lançamentos. Assim, o país alavancará todo o seu programa espacial”.

Mas um antigo ditado popular avisa: nem tudo que reluz é ouro. Pesquisadores que estudam megaprojetos, globalização econômica e funcionamento orgânico do capitalismo alertam para suas crises e a expansão do capital como forma de solução. Robinson (2019) afirma que o capitalismo global enfrenta uma crise orgânica envolvendo uma dimensão estrutural, de superacumulação, e uma dimensão política, de legitimidade e hegemonia, que está se aproximando de uma crise geral. E, para sair da crise, governos e grandes corporações econômicas procuram diversos mecanismos capazes de gerar novas fontes de receitas e lucros.

Dentre esses mecanismos, verificam-se ondas contínuas de investimento no setor de tecnologia supervalorizada, que está na vanguarda do capitalismo global e impulsiona a digitalização e a economia de todo o mundo. Para Robinson (2019), a economia global se baseia cada vez mais no desenvolvimento e implantação de sistemas de guerra, controle social e repressão, como um meio de obter lucro e continuar a acumular capital. O autor denomina esse mecanismo de acumulação militarizada ou acumulação por repressão. Nesse contexto, é premente revisar as abordagens sobre as crises do capitalismo e os mecanismos utilizados pelo capital para enfrentá-las, assim como, estudar o modo como vivem populações que

permanecem à margem da padronização do sistema e do chamado progresso, como acontece em Alcântara.

No entanto, os representantes do Estado brasileiro ficaram animados com as possibilidades econômicas que vislumbram a partir desse acordo. De acordo com o pacto firmado, haveria pagamentos a partir da utilização do CLA e das bases de lançamentos (que ainda serão construídas) sob forma de remuneração via contratos comerciais com empresas.

Vista Alegre está situada em área para onde pode ocorrer expansão da área do CLA, pois localiza-se no litoral de Alcântara. Está dentro da área desapropriada pelos decretos que preveem a expansão de área do CLA, visando atender demandas do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) firmado com os Estados Unidos, em 2019. E, como o Estado brasileiro intenciona/precisa deslocar compulsoriamente várias comunidades, as famílias, como as que formam Vista Alegre, vivem atualmente a incerteza sobre sua permanência em seus lugares de vida e produção.

Essas famílias sabem que aquelas que foram deslocadas obrigatoriamente para as agrovilas na década de 1980, enfrentaram muitas dificuldades para conseguir alimentos. Sofreram com a limitação dos recursos naturais, a baixa produtividade ou infertilidade do solo, além da dificuldade para a realização da pesca devido à distância do mar, manguezais, rios e igarapés e restrições impostas pela Força Aérea Brasileira (FAB), conhecida localmente como a Aeronáutica, responsável pelo CLA e gerenciamento das agrovilas. Por isso, temem pelo futuro e, dessa vez, não há promessa nem de “transferência” para agrovilas.

Além disso, são cientes de que o deslocamento ocorrido nos anos de 1980 implicou em insegurança alimentar, necessidade de venda de mão de obra para garantia do sustento e migração para as periferias de Alcântara e/ou São Luís. E sabem que as famílias deslocadas para as agrovilas foram proibidas de fazer reformas ou ampliação em suas casas (puxadinho) para os filhos recém-casados, prática comum quando viviam nos seus territórios de origem.

O presente capítulo objetiva apresentar novos desdobramentos do conflito territorial instalado naquele município desde os anos de 1980, entre o Estado e as comunidades quilombolas, a partir de trabalho de campo realizado na sede do município e na comunidade de Vista Alegre. Pretende também discutir autossuficiência/dependência das famílias dessa comunidade em relação ao mar e à terra e arrazoar sobre a insegurança instalada quanto à permanência no lugar, uma vez que, as famílias dessa comunidade se encontram ameaçadas de deslocamento compulsório diante do novo Acordo de Salvaguardas Tecnológicas.

7.2 Implantação do Centro Espacial de Alcântara (CEA)

O Estado brasileiro, como já foi informado anteriormente, pretende construir sítios de lançamentos adjuntos a atual área do CLA e para essa construção seria necessária a inclusão de mais 12.645 hectares. Isso implicaria no deslocamento compulsório de aproximadamente 800 famílias e a destruição de cerca de 30 comunidades, conforme divulgação em canais midiáticos: “O avanço da segunda etapa do CDPEB para articular a desestruturação de centenas de novas famílias das comunidades quilombolas de Alcântara que vivem no litoral cuja expansão do CLA alcançará cerca de 12.645 hectares” (Costa, 2020). E ainda:

Conforme publicado em Diário Oficial nesta quinta-feira (27), uma resolução do governo Bolsonaro tomada por sete ministros, anuncia a remoção e o reassentamento de famílias quilombolas de Alcântara, no Maranhão. Essa medida atingirá diretamente 30 comunidades de afrodescendentes que vivem na região desde o século XVII. No total, serão atingidas aproximadamente 800 famílias (E Bolsonaro [...], 2020).

Por meio de uma liminar proferida em ação movida pelo ex-deputado Bira Pindaré (PSB/MA), o juiz federal Ricardo Felipe Rodrigues Macieira, da 8ª Vara Federal Ambiental e Agrária de São Luís, determinou a suspensão de todas as ações do governo federal que estabelecia o deslocamento forçado das comunidades quilombolas de Alcântara. Após essa liminar, não houve outras determinações para deslocamento compulsório dos quilombolas.

Tabela 24 - Valores empenhados e pagos do orçamento do Centro de Lançamento de Alcântara em 2020, 2022 e 2023

	2020	2022	2023
Empenhado	R\$ 19.716.742,04	R\$ 3.921.935,63	R\$ 11.730.007,65
Pago	R\$ 1.525.432,37	R\$ 2.191.012,95	R\$ 5.868.110,18
Valor pago com as despesas das principais secretarias de Alcântara	R\$ 1.654.228	R\$ 11.737.709	R\$ 11.837.755
% valores pagos das secretarias de Alcântara em relação as despesas para implantação do CEA	92,21	18,67	49,57

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal.

Na Tabela 24, constam valores empenhados em 2020, que somam a quantia de R\$ 19,7 milhões para fazer frente as despesas da ação da “Implantação do Centro Espacial de Alcântara”, conforme orçamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 13.898/2019. Comparando os valores empenhados pelo governo federal para a ação de Implantação do CEA, percebemos que o orçamento de todas as secretarias de Alcântara, nesses últimos anos, nunca

se aproximou da cifra de R\$ 19 milhões. Não constam os valores empenhados para o ano de 2021 da ação de implantação do CEA, mas, em 2022, foram empenhados na ação de implantação do CEA em 2020. Em 2022, foram empenhados quase R\$ 4 milhões, dos quais, R\$ 2,1 milhões foram aplicados na ação de implantação do CEA. Essa ação visa transformar o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) no Centro Espacial de Alcântara (CEA).

Comparando os valores empenhados para atender a demanda do CLA com o de todas as secretarias municipais de Alcântara, em 2021, Tabela 25, observamos que valor empenhado para o CLA equivalia a 3,5 vezes o orçamento empenhado para as secretarias municipais. As pastas de Alcântara são: Educação, Saúde, Desenvolvimento Social da Mulher e Igualdade Racial, Agricultura Aquicultura Pesca e Abastecimento, Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos, Meio Ambiente e Recursos Naturais e Sustentáveis, Juventude, Esporte e Lazer e de Cultura e Turismo.

Em 2023, as secretarias de Alcântara dispunham de, aproximadamente, R\$ 11,8 milhões para todas as ações, valor equivalente ao empenhado para a ação de implantação do CEA. Porém, enquanto as secretarias utilizaram todo o recurso disponível, o CLA utilizou 49,57%, ou seja, R\$ 5,8 milhões. Com isso, foram extraídos aproximadamente R\$ 6 milhões do orçamento federal que poderiam ser aplicados em alguma política pública (educação, saúde, moradia) que realmente contribuísse com a sociedade brasileira. Se esse valor tivesse sido aplicado em Alcântara (agricultura familiar, escolas, postos de saúde, saneamento, estradas, porto) produziria enorme diferença na qualidade de vida da população.

Desse modo, os principais serviços públicos, para atender a população de Alcântara através das ações e atividades nas áreas de educação, saúde, agricultura infraestrutura, obras e serviços públicos, desenvolvimento social das mulheres e igualdade racial, esporte, lazer e cultura e turismo, tiveram, nos últimos anos, um orçamento que foi praticamente igual a uma única ação do CLA, excluindo o restante do orçamento para cobrir as despesas com logística, pessoal, manutenção, entre outras.

Tabela 25 - Valores empenhados e pagos dos orçamentos das principais secretarias municipais de Alcântara, em 2021, 2022 e 2023

Pasta	2021		2022		2023	
	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
Secretaria de Educação	944.803,30	325.472,11	9.148.293,69	8.163.067,23	5.570.451,63	4.871.269,03
Secretaria de Saúde	1.971.376,62	367.120,93	421.452,22	383.007,12	1.200.788,12	1.044.425,73
Secretaria de Desenvolvimento Social da Mulher e Igualdade Racial	393.699,83	217.197,87	892.531,62	804.362,13	1.094.572,58	1.013.631,41
Secretaria de Agricultura Aquicultura Pesca e abastecimento	131.031,02	129.331,02	163.623,65	148.623,65	478.478,70	476.478,70
Secretaria de Infraestrutura, Obras e Serviços Públicos	848.409,17	440.470,98	1.507.310,96	914.522,04	3.463.580,02	2.779.384,31
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais e Sustentáveis	56.268,73	56.268,73	302.670,26	302.670,26	380.667,57	362.616,28
Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer	64.850,00	47.250,00	415.264,91	410.747,33	193.936,67	193.936,67
Secretaria de Cultura e Turismo	71.116,91	71.116,91	613.580,01	610.709,69	1.302.152,80	1.096.013,58
Total	4.481.555,58	1.654.228,55	13.464.727,32	11.737.709,45	13.684.628,09	11.837.755,71

Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Alcântara.

Em 2020, foram pagos mais de R\$ 1,6 milhões para empresas de outras localidades, a exemplo da empresa alemã Astos Solutions Gmbh que trabalha com o fornecimento de software e equipamentos de teste para aplicações espaciais⁵⁶, e recebeu aproximadamente R\$ 1,1 milhão, equivalente à 67,42% das despesas com ação de implantação do CEA naquele ano (Tabela 26).

Em 2022, foram contratadas as empresas de construção civil JMP Construções e Comércio Ltda e Irmãos Pinheiro Projetos, Construções e Comércio Ltda que têm sede em São Luís, e, juntas, receberam quase 20% do valor total de R\$ 3,4 milhões, enquanto a empresa Jet Towers Telecomunicações Ltda que comercializa antenas, localizada, no Rio Grande do Sul, e a empresa HTS High-Tec Sistemas de Energia Ltda, com sede em São Paulo, que atua

⁵⁶ Site da empresa Astos Solutions Gmbh: https://www-astos-de.translate.google/?_x_tr_sch=http&_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc. Acesso em: 28 abr. 2024.

no comércio de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, levaram mais quase 13% desse valor.

Em 2023, as empresas Keysight Technologies e WY Communications ambas com sede nos Estados Unidos e a empresa Rohde & Schwarz Regionalheadquarter L.A. que tem uma companhia em São Paulo, mas sua sede é em Munique, Alemanha, receberam quase 60% do montante pago pelo CLA naquele ano, de R\$ 6,8 milhões.

Tabela 26 - Valores pagos por empresa prestadora de serviços no CLA, em 2020, 2021 e 2022

2020		
Astos Solutions Gmbh	R\$ 1.117.276,38	67.42%
Otimiza Comercial Ltda	R\$ 194.500,00	11.74%
Maya Consultoria Ambiental Ltda	R\$ 103.988,57	6.28%
Espacial - Tecnologia e comercio de materiais de construção	R\$ 74.733,40	4.51%
O B S Pinto Engenharia Ltda	R\$ 69.953,64	4.22%
Atena comercio de moveis eireli	R\$ 58.240,00	3.51%
M&A Distribuidora e logística ltda	R\$ 29.971,20	1.81%
Município de Alcantara	R\$ 8.481,52	0.51%
Total	R\$ 1.657.144,71	100,00%
2022		
Fundação de Ciência Aplicações e Tecnologia Espaciais	R\$ 1.367.347,00	39.29%
JMP Construções e Comércio Ltda	R\$ 657.640,71	18.90%
Espacial - Tecnologia e Comercio de Materiais de Constr.	R\$ 515.452,60	14.81%
Jet Towers Telecomunicações Ltda	R\$ 320.071,50	9.20%
Irmãos Pinheiro Projetos, Construções e Comércio Ltda	R\$ 160.006,67	4.60%
MA Planejamento e Consultoria Ltda	R\$ 157.654,10	4.53%
HTS High-Tec Sistemas de Energia Ltda	R\$ 110.000,00	3.16%
DSM Modular Comercio e Serviços Ltda	R\$ 95.460,00	2.74%
Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda.	R\$ 63.020,00	1.81%
Império Soluções Publicas Ltda	R\$ 33.360,00	0.96%
Total	R\$ 3.480.012,58	100,00%
2023		
Keysight Technologies, Inc.	R\$ 1.349.783,64	19.62%
WY Communications, Inc.	R\$ 1.336.123,04	19.42%
Rohde & Schwarz Regionalheadquarter L.A.	R\$ 1.251.658,08	18.19%
Omnisys Engenharia Ltda	R\$ 1.122.322,50	16.31%
I L Azevedo Engenharia Ltda	R\$ 795.031,86	11.55%
T M de Brito	R\$ 439.727,89	6.39%
J MP Construções e Comercio Ltda	R\$ 212.676,05	3.09%
Tamandaré Informática Ltda	R\$ 207.200,00	3.01%
Espacial - Tecnologia E Comercio De Materiais De Constr.	R\$ 85.577,94	1.24%
Systech Sistemas E Tecnologia Em Informática Ltda	R\$ 80.370,00	1.17%
Total	R\$ 6.880.471,00	100,00%

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal.

Assim, o CLA funciona como enclave econômico, em Alcântara. Suas demandas por produtos e serviços não se relacionam com a economia local. Por isso suas contratações são feitas com empresas do exterior ou de outros estados brasileiros.

O CLA em Alcântara encaixa-se perfeitamente no que é entendido como enclave econômico. Conforme Tabela 26, o CLA se abastece de insumos e serviços importados de outras regiões e do exterior. Os investimentos públicos federais ficam orientados, fundamentalmente, no sentido de garantir a infraestrutura econômica necessária para dar suporte à promoção do CLA. Os poucos empregos gerados em Alcântara ocorreram na fase de implantação ou reformas do CLA.

Vainer (2007, p. 11) considera que o território brasileiro foi reconfigurado nos últimos 50 anos por grandes projetos de investimento⁵⁷ que impulsionaram a fragmentação territorial:

Desconcentrando a seu modo a produção industrial, estes grandes projetos de investimento (GPIs) foram decisivos para produzir uma forma muito particular de integração nacional, ao gerarem nexos entre o núcleo urbano-industrial do Sudeste e o resto do país. Ao mesmo tempo, e como já foi largamente demonstrado na literatura, em muitos casos estes GPIs conformaram verdadeiros enclaves territoriais – econômicos, sociais, políticos, culturais e, por que não dizer, ecológicos, introduzindo um importante fator fragmentação territorial.

7.3 Visão de vereadores, empresários, lideranças quilombolas alcantarenses quanto à possibilidade de expansão da área do Centro de Lançamento de Alcântara

A socióloga Violeta R. Loureiro (2012, p. 535), a partir dos estudos sobre os grandes projetos implantados na Amazônia, denomina de modernização às avessas essas transformações que ocorreram na região a partir dos anos 1970, “trata-se do velho modelo travestido no novo; do tradicional, apresentado sob a forma de moderno, de novo”. Com a defesa de que seria preciso promover crescimento econômico, progresso e modernização do Brasil, são executados projetos sem considerar os impactos sociais e ambientais nas localidades eleitas para serem modernizadas.

Loureiro (2005, p. 56-57) observa que esse modelo de desenvolvimento não somente “ignorou e menosprezou a diversidade [...] dos ecossistemas” como também considerou a Amazônia como “uma unidade indistinta”. Adverte que, no Brasil, foram construídos vários “grandes enclaves [...] que não produzem efeitos em cadeia” (Loureiro, 2005, p. 56-57), ou seja, as políticas de integração nacional que pretendiam integrar as regiões brasileiras, por meio de projeto desenvolvimentista, não obtiveram êxito.

⁵⁷ Vainer (2007) usa a expressão “grandes projetos de investimento - GPIs” que embora não seja equivalente ao que estamos denominando grandes projetos de desenvolvimento – GPDs, pois alguns são de escala meramente local, no que se refere aos impactos comentados neste trecho do texto há nítida correspondência.

Segundo autores do Coletivo Brasileiro de Pesquisadores Ambientais (2012, p. 167-168 *apud* Alentejano; Tavares, 2019), há um conjunto de estratégias de despolitização utilizado para legitimar os GPDs. As táticas utilizadas são variadas: promovem a desinformação sobre os projetos de desenvolvimento e seus efeitos; disseminam técnicas de resolução de conflitos, tratando caso a caso, isoladamente; dificultam o entendimento da lógica que move o modelo de desenvolvimento; criminalizam ou assediam com processos judiciais os agentes que denunciam os impactos – sejam eles representantes de movimentos sociais ou acadêmicos; desenvolvem narrativas etnocêntrica dos “impactos ambientais”; fornecem serviços públicos como escolas e postos de saúde, para neutralizar a capacidade crítica das populações locais, entre outros.

Sérvulo Borges (Borjão) que, como dito anteriormente, é um militante do Movimento Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), ao relembrar o momento em que surgiu a notícia da implantação do CLA em Alcântara, afirma que o Estado brasileiro, sem consultar a população local, “tomou uma decisão de desapropriar nossas terras, imagina você, que ele desapropriou mais de 50% do nosso território sem fazer uma única pergunta aos verdadeiros guardiões dessa terra”⁵⁸.

Acrescenta: “O Estado brasileiro nos trata da mesma forma como sempre nós fomos tratados, desde lá Brasil Colônia, Brasil Império, e até 1988. Na implantação da Base, nós não tínhamos nenhum dispositivo constitucional que pudesse nos garantir direitos. Dessa maneira, o Estado brasileiro fez do jeito que ele quis”⁵⁹.

Dona Leandra Silveira é quilombola e presidente do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (Montra), mora na agrovila Pepital desde 1986, quando houve a implantação do CLA, afirma que o Estado brasileiro, “não dá apoio nenhum”⁶⁰. Ela afirma que no período da construção do CLA, quando houve a mudança para as agrovilas “a relação com o Estado, era uma relação, como a gente diz, de egoísmo, porque no momento que eles vieram, diziam que o propósito era de melhoramento de vida, só que a nossa vida, em vez de melhorar, piorou”.

Para Borjão, a situação ficou muito complicada porque, com a presença do CLA em Alcântara, as ações dos representantes do Estado desorganizam a estrutura social e econômica do município. Eles alteram o modo de viver da população com a inserção de projetos inviáveis:

⁵⁸ Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Sérvulo Borges, em 2 de julho de 2021.

⁵⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Sérvulo Borges, em 2 de julho de 2021.

⁶⁰ Entrevista de pesquisa concedida por dona Leandra Silveira, em 25 de junho de 2021.

“Eles desorganizam porque introduzem outros elementos nas comunidades e as pessoas querem se organizar que não conseguem. Elas não estavam preparadas para isso”⁶¹.

O senhor Sérvulo Borges (Borjão) conta que o Estado brasileiro iniciou, nos anos de 1970, a relação com o povo de Alcântara “sem nenhum diálogo, sem nenhuma pergunta, sem nenhuma consulta, sem perguntar”⁶². A senhora Militina Serejo, como já informado no capítulo 2, é coordenadora da Associação do Território Quilombola de Alcântara (Atequila), compartilha a mesma percepção de Sérvulo Borges.

Militina diz que os militares não dão apoio aos quilombolas da comunidade de Mamuna, “não dialogam com a comunidade, não se prontificam para fazer qualquer coisa, de jeito nenhum. Quando eles fazem uma ação, quando acontece uma ação, essa ação é justamente provocada por alguém da comunidade”⁶³.

Dona Leandra, que estava com 81 anos na data da entrevista, mostra o título de posse do lote onde mora na agrovila Pepital. Ela recebeu o título em fevereiro de 2021, durante uma visita do ex-presidente Bolsonaro ao município. Mas diz que fica pensando se aquele documento tem valor. Tem dúvida quanto à segurança dada pelo título, caso haja a expansão da área do CLA. Afirmar que não tem certeza de que as pessoas que já foram deslocadas compulsoriamente para as agrovilas, mesmo com o título do lote na mão, não serão deslocadas outra vez: “Então, eu fico pensando se a gente está realmente seguro, mas eu fico pensando, eu fico pensando, eu não sei”⁶⁴.

Dona Leandra explica que o medo dela é da intenção do governo em expandir a área do Centro de Lançamento: “Meu medo não é por outra coisa, é por causa disso. A gente fica pensando e se segurando porque talvez não aconteça. Talvez não aconteça”⁶⁵. O medo dela é ser deslocada compulsoriamente outra vez “Tira daqui e bota no outro canto. É sofrer a mesma coisa ou pior. Porque até se a pessoa se adaptar... Ainda mais quando a pessoa sai sem querer. Se a pessoa sai por conta própria, por vontade, a pessoa sofre, mas ela sofre conformado. Mas quando a pessoa sai contra a vontade, aí é que sofre mais, é que o sofrimento dói. Aí é que o sofrimento dói”⁶⁶.

Dona Leandra conta que se acostumou a viver na agrovila. Não teve escolha depois que foi deslocada compulsoriamente:

⁶¹ Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Sérvulo Borges, em 2 de julho de 2021.

⁶² Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Sérvulo Borges, em 2 de julho de 2021.

⁶³ Entrevista de pesquisa concedida por Militina Serejo, em 27 de junho de 2021.

⁶⁴ Entrevista de pesquisa concedida por dona Leandra Silveira, em 25 de junho de 2021.

⁶⁵ Entrevista de pesquisa concedida por dona Leandra Silveira, em 25 de junho de 2021.

⁶⁶ Entrevista de pesquisa concedida por dona Leandra Silveira, em 25 de junho de 2021.

[...] estou acostumada porque é o jeito, né? Mas as coisas que a gente tinha lá, não é as coisas que a gente tem aqui. Mas, de qualquer maneira, a pessoa já se adaptou aqui, né? Lá, se não fosse a mudança, lá era muito melhor. Porque, se fosse para fazer uma comunidade melhor, lá era melhor para nós. Mas não teve como fazer, nós tivemos que mudar, né? Veio esse projeto da Base, aí nós viemos para cá⁶⁷.

A senhora Militina afirma que o CLA já tem área suficiente para as plataformas de lançamento, mas eles querem as áreas dos quilombolas. “O que todo mundo vê é o seguinte, como eu falei antes, o CLA tem áreas propícias para toda essa expansão. E não há necessidade de outras áreas. A área que eles têm, porque tem áreas que eles relocaram essas pessoas, que eles nunca usaram para nada, mas eles querem mais, né?”⁶⁸ O CLA, atualmente ocupa quase 9 hectares.

O brigadeiro Veríssimo, representante do Ministério da Defesa, afirma que: “Temos o melhor centro do mundo e seria um erro não desenvolver a sua capacidade. Hoje estamos incapacitados de operá-lo em sua plenitude” (FAB, 2017). Esse gestor defende que, se houver a expansão da área do CLA, o Estado brasileiro terá capacidade para lançar veículos de órbita média, e assim poderá ampliar a fatia no mercado espacial. Por meio de tecnologia própria, produzirão e lançarão em órbita satélites nacionais a partir de Alcântara.

O senhor Aniceto Pereira, que na época da entrevista, era o presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR), afirma que hoje os quilombolas têm mais apoio e acredita que os representantes do Estado terão mais respeito para com as comunidades, caso haja a necessidade de expansão da área do CLA. Ele diz que os quilombolas têm apoio de servidores do Ministério Público Federal (MPF), do Tribunal Internacional de Direitos Humanos (TIDH), de jornalistas e acadêmicos, como também de outros movimentos sociais, então, os representantes do Estado brasileiro não podem mais “chegar, pegar, pendurar e levar para onde quiser. Não tem mais, eu acredito que não tem mais esse momento de chegar e dizer: ‘não, agora tem que sair’. Porque tem muita ação, não só no Brasil, como até no exterior, a favor das comunidades e contra à Aeronáutica”⁶⁹. Ele informa que o STTR não recebe apoio financeiro, mas recebe apoio jurídico e de informações.

Ainda com relação à questão da titulação dos lotes, Militina chama a atenção para o fato do governo Bolsonaro “[...] dar título de propriedade individual para os moradores da agrovila, sendo que a luta, em Alcântara, é por títulos de posse da terra comunitários”. Mas o governo Bolsonaro abriu caminho para negociações particulares, “[...] e agora para completar,

⁶⁷ Entrevista de pesquisa concedida por dona Leandra Silveira, em 25 de junho de 2021.

⁶⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Militina Serejo, em 28 de junho de 2021.

⁶⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Aniceto Pereira, em 28 de junho de 2021.

o governo federal ainda está aprontando a documentação das famílias da época do realocamento das agrovilas para dar o título de propriedade dessas famílias, quer dizer, tentando fazer com que essa área seja particular, que aí já vai gerar problemas dentro do território”⁷⁰.

No que diz respeito à contribuição que os vereadores de Alcântara poderiam dar para a questão quilombola, dona Leandra responde que:

“Eles não enfrentam. Eles têm medo. Eles não enfrentam, não. Eles têm medo de reivindicar o direito das comunidades, o direito deles mesmos. Eles não enfrentam. Eles não têm coragem para isso. Porque quando fala da Base, eles dizem, sai rapaz, sai rapaz, tu não te metes com a Base, não te mete com a Base! É o medo, né? É o medo. Ah, tá mexendo, tá mexendo com coisa séria”⁷¹.

A fala de dona Leandra nos remete ao "Discurso da Servidão Voluntária", de Étienne de La Boétie, que é uma obra clássica que explora a questão da tirania e da dominação. La Boétie questiona por que as pessoas se submetem a governantes autoritários. Argumenta que a servidão não é apenas resultado da força, mas também da aceitação voluntária por parte do povo. La Boétie fala sobre os poderosos que torturam, destroem, oprimem os menos favorecidos e, mesmo assim, são admirados e tem apoio de uma parte da população. Vamos à trechos do discurso:

[...] Como pode que com tão grande perigo e tão pouca segurança, queira tomar o infeliz lugar para servir com tanto custo a um senhor tão perigoso? [...] Assim o tirano subjuga os súditos uns através dos outros e é guardando por aqueles de quem deveria se guardar, se valessem alguma coisa. [...] Pois, em verdade, o que é aproximar-se do tirano senão recuar mais da liberdade, e por assim dizer, apertar com as duas mãos e abraçar a servidão?

A senhora Militina confirma o entendimento de dona Leandra e diz que todos os prefeitos e vereadores de Alcântara de todas as gestões são a favor do CLA, das atividades de lançamento e da expansão da área do CLA. Com exceção do prefeito José Wilson (2000-2003), que atuou em prol dos quilombolas, os demais governos foram e são favoráveis. Ela afirma também que eles defendem os interesses do Estado brasileiro porque acreditam que o município receberá muitos benefícios, ou seja, grandes quantidades em dinheiro. E o senhor Borjão afirma que “os gestores e municípios sempre foram ausentes. Nunca fizeram uma fala a nosso favor”⁷².

⁷⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Militina Serejo, em 28 de junho de 2021.

⁷¹ Entrevista de pesquisa concedida por dona Leandra Silveira, em 25 de junho de 2021.

⁷² Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Borjão, em 2 de julho de 2021.

Seu Aniceto também ratifica esse entendimento. Ele diz que: “Historicamente, a gente nunca teve o poder público como aliado nessa luta. Porque o poder público sempre olha para esse projeto como um projeto gerador de renda e lucro para o município”⁷³.

Em Alcântara, é notório que a modernidade caminha em paralelo com a colonialidade como explica Mignolo (2017), no sentido material e simbólico. No município existem 110 comunidades quilombolas, oficializadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 2008. Portanto, Alcântara é um município predominantemente quilombola. E ao mesmo tempo sedia o Centro de Lançamento que deve operar com tecnologia espacial, com as invenções mais atuais do planeta.

Mignolo (2017, p. 2) afirma que “não há modernidade sem colonialidade”. Assim, as “modernidades globais” correspondem às “colonialidades globais”. Essa modernidade e colonialidade estão presentes nos discursos, argumentos, justificativas e defesas dos moradores do município.

De acordo com Escobar (2007), os modelos econômicos que são considerados universais, no contexto do desenvolvimento, ignoram a habilidade das pessoas de moldar seu próprio comportamento. Além disso, esses modelos reforçam discursos que ajudam a perpetuar a dominação social e cultural por meio de certas representações.

Ainda segundo Escobar (2007), o modelo de desenvolvimento capitalista trouxe consigo uma rede de poder que incentiva certos comportamentos e formas de pensar, tudo para manter a atual ordem econômica. Isso acaba afetando e alterando a cultura local, os conhecimentos e saberes da comunidade, além das maneiras como as relações sociais são organizadas.

Escobar (2007, p. 364) afirma que isso só acontece por meio da “homogeneização discursiva”, que exerce influência sobre nos países considerados como Terceiro Mundo, retratando esses países como atrasados e necessitados de desenvolvimento. Dessa forma, o desenvolvimento que é proposto para os outros ignora as particularidades dos povos e suas culturas, estabelecendo novas formas de colonização e dependência.

O empresário Reinaldo Araújo Reis (Naldinho), que era proprietário de um supermercado na data da entrevista, afirma que Alcântara tem o projeto mais audacioso do Brasil, que é o Centro Espacial, só pode um ser bom projeto e diz as razões: “Porque vai trazer emprego, algumas pessoas vão poder realizar sonhos aí, de ter emprego. As pessoas vão poder,

⁷³ Entrevista de pesquisa concedida por Militina Serejo, em 28 de junho de 2021.

mesmo morando numa cidade pequena como essa, desenvolver uma atividade em uma grande empresa como o CLA, se tudo isso der certo”⁷⁴.

Para Reinaldo, as empresas contratadas pelo CLA podem contribuir com a economia local, com o comércio em geral, a construção civil e, com isso, haverá aumento de empregos e dos salários, com isso, “as pessoas vão estar melhorando suas casas”⁷⁵. Como pode haver na “melhoria nos supermercados, melhoria nas pequenas fabriquetas, como o pessoal que trabalha com roupas, confecções, serviços como compra e venda de alimentos, melhorar os restaurantes” No entendimento dele, pode trazer contribuições até para o turismo: “Caso o CLA fique parecido com o Cabo Canaveral, que as pessoas podem até fazer um tour. Se for aberta à visitação. E eu acho que a gente deve buscar essa abertura para a visitação, você agrega o turismo histórico, o ecoturismo”⁷⁶.

Segundo Alentejano e Tavares (2019), as atividades relacionadas com os grandes projetos de desenvolvimento, de modo geral, não são implantadas em função de demandas locais, mas de demandas vindas de outras escalas. Ao mesmo tempo dependem dos lugares para sua existência. Por isso, os interessados no GPD utilizam de uma série de instrumentos e meios de legitimação para sua aceitação ou imposição.

Esses meios vão desde estratégias de convencimento até o uso da força. Passam por discursos sobre o desenvolvimento nacional, a geração de emprego, programas sociais e compensações ambientais, até a utilização de dispositivos jurídicos para desapropriações, decretos de utilidade pública etc. (Alentejano; Tavares, 2019, p. 194).

Em entrevista, o senhor Danilo de Alcântara Santos Furtado, que é empresário do ramo turístico/hoteleiro de Alcântara, diz que o CLA:

“[...] tem um potencial e isso aí é inegável. Tem um grande potencial, sim. Tanto para o Brasil quanto para a gente aqui também. Se a prefeitura de Alcântara pegasse 1% de todo o dinheiro que rola dentro da Base em plena atividade de funcionamento, que deve girar em torno de milhões, 1% de milhões, é 1% de milhões”⁷⁷.

O senhor Danilo declara que é uma pessoa otimista, por isso acredita que todos os setores da economia de Alcântara, bem como, a área de educação será beneficiada pelas atividades de lançamento. Para ele, “uma vez que o centro de lançamento esteja funcionado, com países do mundo inteiro vindo lançar foguetes aqui, tem muita coisa que não faz parte da

⁷⁴ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Naldinho, em 23 de abril de 2021.

⁷⁵ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Naldinho, em 23 de abril de 2021.

⁷⁶ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Naldinho, em 23 de abril de 2021.

⁷⁷ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Danilo, em 23 de abril de 2021.

nossa realidade hoje, que pode vir para o campo. Na verdade, o Maranhão tem um período de transição, com esse novo porto dos chineses. Então, a nossa realidade atual pode ser mudada de uma hora pra outra”⁷⁸.

O empresário defende que, os gestores da Prefeitura de Alcântara junto com os gestores do CLA têm tudo para conseguirem melhorar a infraestrutura do município. Afirmar que, juntos, os representantes desses órgãos têm poder para conseguirem significativos repasses de recursos do governo federal:

“Então, por isso que eu vejo como positivo isso aí, porque se juntar o município com o Centro, é um poder incrível de conseguir tudo que Alcântara precisa: de porto, de lancha, de hospital, de escola de qualidade, de trazer uma extensão da Universidade Federal para cá. Olha o que a gente poderia ganhar com o Centro de Lançamento!”⁷⁹.

Danilo diz que é muito raro conseguir alguém que trabalhe em sua pousada. Especialmente, depois que as pessoas começaram a acessar os benefícios do Programa Bolsa Família. No que diz respeito à disputa de terra entre o governo brasileiro e os quilombolas, ele afirma que é um problema para o governo brasileiro resolver, e não apenas os representantes do CLA, mas que ambos não se preocupam com essas pessoas. Para Danilo, se as pessoas das comunidades soubessem que saindo de suas localidades, “iriam para um lugar melhor, que teriam uma qualidade de vida melhor, não teria esse problema. Não teria discussão nenhuma”⁸⁰. Para ele, o problema maior é a incerteza.

O que foi feito com essas comunidades? O que a gente vai fazer com essas comunidades? Que isso não é só a Base não, isso é o governo brasileiro, que é a mesma situação que a gente vê com as hidrelétricas, tudo que o governo vai fazer é desapropriação, eles nunca se preocupam pra onde a gente vai levar esse pessoal, a qual é a qualidade de vida que eles vão ter, o que eles vão ganhar se saírem de suas comunidades. Nunca houve essa preocupação. Então não é só o Centro de Lançamento de Alcântara, é o governo brasileiro que não tem preocupação nenhuma⁸¹.

Estudos realizados em Kourou (Jolivet, 1990; Souza, 2012) apontam que houve mudanças drásticas no modo de vida das pessoas por causa da instalação do Centro Espacial da Guiana Francesa. Segundo Jolivet (1990), o que se observa em Kourou, é uma modernidade excludente, comparada com o retorno à escravidão, enfatizada pela presença do europeu branco. Além disso, as atividades e conteúdo do espaço urbano são organizados para

⁷⁸ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Danilo, em 23 de abril de 2021.

⁷⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Danilo, em 23 de abril de 2021.

⁸⁰ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Danilo, em 23 de abril de 2021.

⁸¹ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Danilo, em 23 de abril de 2021.

hierarquizar e controlar grupos sócio étnicos, priorizando os interesses da empresa e do Estado francês.

Segundo Souza (2012, p. 59), houve a institucionalização gradual de movimentos de resistência contra a modernidade imposta em Kourou. Essa resistência se manifesta de várias formas: política, cultural, étnica e territorial. A base de lançamento levou para Kourou, “enclausuramento de determinados grupos étnicos” como “produto de um urbanismo pós-colonial que visava à hierarquização, à universalização e ao controle das diferenças” (Souza, 2012, p. 59). A população de Alcântara, em especial, essa parte de que quer modernidade e progresso, se soubesse que a modernidade é repleta de colonialidade (Quijano, 2000; Mignolo, 2007), teria mais cuidado com aquilo que deseja.

De acordo com Esteva (2000), o vocábulo “desenvolvimento” é central no capitalismo. Trata-se do conceito mais influente do mundo moderno porque representa uma mudança positiva, favorável nas sociedades. Ao pensar a sociedade como algo evolutivo esse conceito, por meio da ideologia, perpetua o entendimento de que é necessário transformar o simples no avançado, o inferior em superior, o pior em melhor.

É evidentemente, uma ideia que segue a lógica evolucionista do “progresso”. No entanto, é preciso estar em alerta para o termo desenvolvimento. Ele foi utilizado durante a crise capitalismo agravada após a Segunda Guerra Mundial. Esse conceito articula a oposição entre desenvolvido e subdesenvolvido em substituição à dicotomia civilizado e primitivo (Silva, 2010).

Segundo Malta *et al.* (2011, p. 24), “o tema do desenvolvimento é o organizador do pensamento e do debate econômico do país”. Mas, isso não deve ser novidade. De acordo com Santos (1963), no alvorecer da implantação dos Grandes Projetos de Desenvolvimento no Brasil, a teoria do desenvolvimento era um instrumento ideológico utilizado pelos representantes do sistema capitalista que estava em expansão.

Ideologicamente, a consolidação do poder dos representantes do sistema capitalista em expansão manifesta-se pelo predomínio indiscutível da teoria do desenvolvimentismo. Nos últimos cinco anos foram definitivamente batidos os representantes mais aguerridos das forças em decadência desde 1930 e, presentemente, o desenvolvimento é a ideologia dominante no País - ideologia da classe dominante. Não importa, aqui e agora, considerar o conteúdo doutrinário dessa ideologia, mesmo porque são inúmeras as suas variantes e, na realidade, não há uma modalidade que se sobreponha às demais. Disputa-se, hoje, para saber qual teoria reflete com maior justeza os anseios do desenvolvimento brasileiro, e nessa disputa empenham-se os mais brilhantes teóricos da classe dominante. Relevante é considerar que, não obstante a gama de manifestações desenvolvimentistas, todos se encontram no denominador comum da necessidade do desenvolvimento, em bases capitalistas de produção.

Este dado da realidade brasileira contemporânea é bem importante e merece detida consideração (Santos, 1963, p. 62).

A ideologia do desenvolvimento expandiu-se juntamente com o capitalismo. Em Alcântara, muitos moradores esperam a chegada do progresso e desenvolvimento. A vereadora Maria do Nascimento França Pinho, conhecida como Menca Pinho, eleita pelo Partido Progressista Brasileiro (PP) para o mandato de 2021-2024, entende que quando iniciarem as atividades de lançamento, “o avanço tecnológico e o investimento econômico no município, serão indiscutíveis”⁸². Ela defende que, com o aluguel do CLA, o município arrecadará uma quantia de recursos “que geralmente é exorbitante”⁸³ e que seriam recebidos através de royalties⁸⁴. Com isso, “o município deveria ou deve ter a maior parcela dessa contribuição, ou seja, o maior pedaço do bolo é para ficar no município”⁸⁵.

O vereador Lázaro Vivino Amorim, conhecido no município como Lazico, eleito para a gestão de 2021-2024 pelo Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT), também fala sobre essa rentabilidade do CLA que pode vir para o município através de royalties. Mas também esclarece que as despesas de iluminação do CLA é causa de prejuízo nas contas municipais.

Hoje é discutida a questão dos royalties. O município vai receber de forma direta. Porque hoje o município que é a casa do centro de lançamento e deixa muito pouco. Eu vou citar um exemplo pra você, em relação a iluminação pública, hoje o município paga a taxa de iluminação pública altíssima do centro de lançamento e não arrecada o suficiente, porque até o tipo de lâmpada que eles usam é diferente da que o município usa. As lâmpadas deles são incandescentes de mercúrio, eles usam essa porque facilita a questão da visibilidade do trabalho deles, mas pro município gera prejuízo, porque a arrecadação dos serviços prestados no CLA não cobre a despesa. O que fica do centro de lançamento hoje é o ISS das empresas, que é em torno de R\$ 25 mil, R\$ 30 mil, R\$ 27 mil⁸⁶.

Segundo Escobar (2007), junto com o modelo de desenvolvimento capitalista foi criada uma rede de poder que promove determinados comportamentos e racionalidades para manutenção da atual ordem econômica. Isso acaba por interferir e modificar a cultura do “lugar”, nos conhecimentos e saberes locais, bem como as formas de organização das relações sociais ali existentes.

⁸² Entrevista de pesquisa concedida pela vereadora Menca Pinho, em 24 de abril de 2021.

⁸³ Entrevista de pesquisa concedida pela vereadora Menca Pinho, em 24 de abril de 2021.

⁸⁴ “**Royalties** é uma palavra derivada do inglês Royal, que significa aquilo que pertence ao Rei. Em português poderia ser traduzido como regalia ou privilégio. Royalties são uma quantia paga por alguém a um proprietário pelo **direito de uso**, exploração e comercialização de um bem. São exemplos de bens produtos, obras, marcas e terrenos (Reis; Baltazar, 2018).

⁸⁵ Entrevista de pesquisa concedida pela vereadora Menca Pinho, em 24 de abril de 2021.

⁸⁶ Entrevista de pesquisa concedida pelo vereador Lazico, em 27 de abril de 2021.

Desde meados da década de 1940 e com a criação dos organismos internacionais, o processo não parou de se expandir, para consolidar uma rede efetiva de poder. É por meio da atuação dessa rede que pessoas e comunidades se vinculam a ciclos específicos de produção econômica e cultural, e é por meio dela que determinados comportamentos e racionalidades são promovidos (Escobar, 2007, p. 89).

Segundo Loureiro (2012, p. 531), a nova ordem mundial imposta pelo sistema democrático-liberal, visando apenas a reprodução do capital, provocou uma grave crise social nas relações de trabalho. Por isso, segundo a autora, as populações tradicionais são vistas como “[...] povos atrasados, primitivos, portadores de uma cultura inferior, que obstaculizam o desenvolvimento e só têm a ganhar integrando-se à sociedade urbana e civilizada, desocupando suas terras para atividades ditas modernas”.

O entendimento de Reginaldo Corvelo Filho⁸⁷, que é empresário e professor no município, pode ser associado às percepções de Escobar (2007) e Loureiro (2012). Ele diz que Alcântara não deveria ser uma cidade de interior, porque é uma cidade onde está estabelecido “um dos projetos mais audaciosos do Brasil, que é um centro de lançamento. E uma cidade que abriga um centro tecnológico desse porte, que é o projeto na área espacial que já entrou na área das ciências espaciais, essa cidade deveria, sim, melhorar, mas, melhorar muito”.

Reginaldo Corvelo defende que Alcântara deve melhorar seus indicadores econômicos e sociais. Entende que o CLA deveria funcionar diuturnamente em atividades espaciais para reduzir os efeitos negativos que já causou à população local. E ainda, que o Estado deveria investir na educação, assistência técnica, agricultura pois os quilombolas usam técnicas atrasadas.

Já que se colocou um projeto como esse aqui, você precisa ver também a população local. Na área econômica, deveria incentivar a agricultura, mesmo que ela seja de subsistência. Mas a população precisa de conhecimento porque vem trabalhando com roça de toco, há muito tempo. Eles precisam de novas tecnologias. Uma escola voltada exatamente a essas comunidades que já trabalham com piscicultura e pecuária, mas ainda muito rústica. Na piscicultura, algumas pessoas poderiam ter tanques, mas precisam de informação, de formação. E a escola, por exemplo, que eu acredito que está aqui por conta do CLA, que é o IFMA, geralmente ela não vem para uma cidade pequena, mas veio para cá por conta do CLA. Mas trouxe cursos que não são viáveis à população. A população trabalha com pesca, deveria ter um bom curso na área da pesca. População trabalha na agricultura, deveria ter um curso de formação técnica nessa área.

Ainda de acordo com Escobar (2007), ocorre uma “homogeneização discursiva” que promove a ideologia do desenvolvimento. Essa ideologia exerce poder sobre o Terceiro Mundo. Incorpora a ideia de que determinados locais e pessoas são atrasados, por isso

⁸⁷ Entrevista de pesquisa concedida pelo professor/empresário Reginaldo, em 26 de abril de 2021.

precisam de desenvolvimento. Nesses casos, o desenvolvimento é pensado para o outro, passando por cima das singularidades dos povos e suas culturas. Trata-se de uma “prática discursiva dos últimos 40 anos [...]” (Escobar, 2007, p. 364).

As teses de Escobar (2007) podem ser confirmadas pela percepção do empresário Reginaldo Corvelo. O empresário acrescenta:

[...] com a expansão da área da Base devem vir empresas que são especializadas em determinados setores dessa indústria espacial. E essas empresas com certeza vão precisar de funcionários. Embora a maioria sejam técnicos que possivelmente virão de outras regiões, também terá contratação de pessoas daqui. Pra mim, como empresário e como professor, como alguém que nasceu daqui, acho bom sim que a região se desenvolva, né? E claro, o desenvolvimento também traz pessoas. E como em todo lugar essas pessoas vão trazer coisas boas e vão trazer problemas sociais, que se encontram em qualquer região que cresce no país e que também já existem aqui. Os problemas sociais só vão aumentar. Mas é bom, porque vai trazer emprego, os jovens vão ter seu primeiro emprego, as pessoas vão poder realizar sonhos, mesmo morando numa cidade pequena como essa.

Para Escobar (2007), ao se enfatizar o discurso do desenvolvimento, evidencia-se como uma determinada forma de subjetividade recebe destaque, enquanto a subjetividade das pessoas que deveriam se beneficiar-se do progresso fica à margem. A marginalização, gerada por um sistema de representação específico, é parte essencial das dinâmicas de poder estabelecidas. Em Alcântara, especialmente para os moradores da sede, o desenvolvimento e o progresso serão alcançados devido às atividades de lançamento.

Ainda segundo Escobar (2007), as decisões ligadas ao modelo de desenvolvimento do capitalismo costumam ser feitas por entidades centrais, lideradas por representantes dos grupos hegemônicos. Toda a atuação dessas organizações tende a favorecer aqueles que detêm o poder. O entendimento dos vereadores e empresários sobre a relevância do CLA para Alcântara, espelha as ideias daqueles que estão no poder das instituições brasileiras e internacionais, confirmando a concepção de Escobar (2007).

Escobar (2007, p. 85) também afirma que, o desenvolvimento era e continua sendo, “[...] uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática [...]” que olha as pessoas como meros números e que se preocupa primeiramente em fazer “progresso”, sem saber os aspectos culturais e sociais que influência ou altera. Os locais classificados como subdesenvolvidos ou atrasados estão sujeitos à intervenção de programas de desenvolvimento que, evidentemente, não estão preocupados com os residentes, suas culturas, seus modos de vida, suas formas de organização política, seus sistemas de valores (os quais são considerados, justamente, os responsáveis pelo subdesenvolvimento).

Os vereadores e empresários de Alcântara, que diferentemente dos quilombolas, não são afetados diretamente pela disputa agrária, são altamente influenciados pela ideologia desenvolvimentista. No depoimento do empresário Danilo, é nítido o entendimento de que o Centro de Lançamento tem o potencial de modificar a forma de vida da população local.

Eu sou a favor da exploração desse Centro de Lançamento, porque que ele existe. Já foi investido milhões do governo brasileiro nesse Centro que até hoje não foi utilizado da forma correta. E o lado que eu digo como negativo é esse, porque a gente olhar para o que foi feito com as nossas comunidades, eu não vejo tanta vantagem. Mas eu acredito que é algo que pode ser sim trabalhado, com certeza. Essas comunidades têm muito a ganhar com o Centro de Lançamento desse de Alcântara. Aí, você pode me perguntar como, Danilo? Trazendo para Alcântara internet grátis, um centro de vocações técnicas aeroespaciais, não só o município de Alcântara, mas toda a nossa região próxima, como Pará, Piauí, Ceará, outros lugares do Brasil também. A Universidade Federal e Estadual do Maranhão, que poderiam entrar em parcerias também, criando cursos para os nossos jovens. E, quem sabe, futuramente, não serão engenheiros e trabalharão dentro do Centro de Lançamento. Então, penso que essa situação negativa pode ser revertida, se houver interesse do governo. Alcântara tem muito a ganhar com esse Centro de Lançamento. Mas é preciso que tenha um trabalho social também com a comunidade. Que invista em desenvolvimento social para melhoria da qualidade de vida da nossa população⁸⁸.

Danilo elenca alguns motivos que vê como negativos para Alcântara caso ocorra expansão da área do CLA. Mas defende que os pontos positivos podem superar, se o governo tiver interesse de investir no social.

O turismo também pode perder muito porque 60% do nosso litoral está dentro do projeto de ampliação da Base. Então aqui em relação ao turismo, nessa parte ambiental, tem um lado negativo que é esse, das praias, mas tem um lado positivo também, porque acaba o desmatamento, né? Então, tanto é que hoje a mata que a gente tem aqui em Alcântara, basicamente, é só a que está dentro do território da Aeronáutica, porque a galera não entra pra cortar, não entra pra desmatar, tá entendendo? Então, uma das poucas áreas de preservação que a gente tem é ela. Mas se não tivesse, não teria nem a metade do que tem. Esse é um lado legal de ser área da Base também, porque termina querendo bem ou mal, por ser uma área preservada. Isso olhando pelo lado da natureza, o lado ecológico. E hoje a visão é essa, é preservação ambiental. Por quê? Porque até hoje as nossas comunidades utilizam técnicas primitivas. Que é aí que eu digo que deve entrar a parte social. Porque o CLA poderia fazer um papel social e já poderia ter mudado essa cultura de queimadas. É isso, a implantação de tecnologia, de novas técnicas de manuseios com a terra, melhoria na educação das nossas escolas, treinamento técnico para os nossos jovens. Isso eu vejo como um papel social que a Base poderia ter. E aí não teria essa disputa, não teria essa briga, não teria... As pessoas, na verdade, seriam a favor da Base, eles poderiam chegar a um ponto que a própria comunidade ia querer fazer o remanejamento. Rapaz, quando é que vocês vão tirar a gente daqui, porque eu quero aquilo que vocês fizeram com os outros lá. Mas não, é o contrário. Ninguém quer sair porque eles estão vendo que foi feito com os primeiros. Quem vai querer, se está vendo, que o vizinho saiu daqui para um lugar pior. Ou tu vai querer sair daqui pra ir pra esse mesmo local?⁸⁹

⁸⁸ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Danilo, em 23 de abril de 2021.

⁸⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Danilo, em 23 de abril de 2021.

Militina, que luta contra o avanço do CLA sobre as comunidades, diz que, “a população da sede do município acha que as comunidades estão atrapalhando o desenvolvimento de Alcântara. No entendimento deles, as comunidades estão impedindo as oportunidades de emprego, entende?”⁹⁰. Ela discorda da ideia de que as atividades do CLA sejam capazes de melhorar a vida da população local. Ela diz que durante o acordo Brasil-Ucrânia, quando foi aberta e entrou em funcionamento a empresa *Alcântara Cyclone Space* (ACS), houve um aumento significativo da população da cidade. Mas não houve melhoria das condições de vida dos moradores do núcleo urbano, muito menos dos quilombolas que vivem na zona rural.

O que a Alcântara [ACS] fez na sede? Criou um monte de quitinetes. É quitinetes que hoje estão abandonados. Porque todo mundo tinha que ter quitinetes, porque alugar quitinetes dava dinheiro. E, aí, fizeram esse monte de quitinetes. Aí, muitas pessoas fizeram uma casa lá nos cafundós do judas para alugar a sua casa. Para fazer isso, para fazer aquilo. São coisas assim que a gente fica pensando, depois que termina, aí fica tudo perdido. É um material investido que você não tem retorno. Então, se tiver esse desenvolvimento, umas pessoas vão melhorar, mas outros não vão de jeito nenhum. Primeiro, porque eu acho assim, se o Ministro da Aeronáutica tem um grande interesse pelo município de Alcântara, se tem toda essa área, tem todos esses benefícios, porque não colocou uma escola de formação técnica dentro do município, para dar condições para essa população, para dar condições até para outras pessoas que vêm de outros municípios, de outras cidades? Uma formação para capacitar esse povo, para dar oportunidade de emprego. Porque não adianta eu querer melhorar a minha situação aqui na Mamuna e ver o povo da Mamuna, todo mundo, trabalhando para mim, com uma roçadeira, como zelador. [...] eu tenho que dar qualidade, capacitar esse povo para melhorar a qualidade de vida no município. Eu acho que o Ministro da Aeronáutica não tem interesse de melhorar a condição do município não⁹¹.

A partir de Escobar (2007), o desenvolvimento é, na maioria das vezes, pensado ‘para o outro’ com a aplicação de modelos advindos, principalmente, de países do Ocidente em comum acordo com os Estados Unidos. Se estamos numa situação de poder, na qual alguns têm o discurso da verdade e a tecnologia de poder (dinheiro, banco, instituições de controle, mídia, etc.) que define quem o outro é e também o que deve ser feito, como deve ser feito e de que modo deve acabar, temos, novos princípios de autoridade que classificam os locais como subdesenvolvidos ou atrasados. Esses locais devem estar sujeitos à intervenção de programas de desenvolvimento, evidentemente, não estão preocupados com os residentes, suas culturas, seus modos de vida, suas formas de organização política ou seus sistemas de valores.

⁹⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Militina Serejo, em 28 de junho de 2021.

⁹¹ Entrevista de pesquisa concedida por Militina Serejo, em 28 de junho de 2021.

De outro modo, entre o empresariado, há um forte anseio pela modernização do município. O empresário Rafael Lopes Pereira (conhecido como Lopes), que possui uma loja de materiais de construção, afirma que, com certeza, a expansão da área do CLA e das atividades de lançamento levará desenvolvimento para Alcântara. Haverá aumento da quantidade de empresas e empregos. Com isso, as pessoas poderão realizar seus projetos. “A cidade vai começar a andar”⁹². Ele acrescenta que haverá melhoria do comércio em geral com aumento de supermercados, lojas de confecção, restaurantes, pousadas e, especialmente, no ramo da construção civil porque as pessoas vão poder reformar suas casas⁹³.

Danilo fala que a vida dos alcantarenses pode mudar ainda mais e a qualquer momento, será construído um porto por chineses na Ilha do Cajual, que é outro território quilombola de Alcântara, e não adianta os quilombolas resistirem.

Nós temos uma realidade hoje, que aí você tem uma visão atual. Mas se essa realidade amanhã mudar, vou dizer que veio a indústria pra Alcântara, a linha de trem agora tá passando aqui. Vão fazer uma ponte pra um novo porto de chinês, vão entrar aqui com agronegócio. Quer dizer, isso é uma realidade que não é atual. É uma realidade lá na frente. Então na hora que essa realidade lá da frente existir, a visão é outra. As possibilidades são outras. [...]. Então eu olho pra frente, né? Visão é pra frente. É fato. Os chineses vão fazer o porto aqui? Sim. Vai adiantar pra falar que não vão? Vai perder energia e tempo, porque eles vão fazer⁹⁴.

O empresário Lincoln Salles Marcial, proprietário da pousada dos Guarás, afirma que as atividades de lançamento do CLA levarão crescimento econômico para o município com “geração de empregos através de novos moradores e empresas, prestação de serviços e estímulo de novos empreendimentos”. O empresário afirma que as comunidades da zona rural serão afetadas com certeza, “no entanto, não temos consciência dessa dimensão, pois não conhecemos como será realizado o projeto de expansão”⁹⁵.

O empresário Nailton Lobato Carneiro, que atua na atividade de alimentação e turismo no município, afirma que Alcântara “precisa melhorar porque é atrasada. Hoje a gente viaja em embarcação que é da década de 40, década de 50”⁹⁶. Ele conta que no início da década de 1990, durante a gestão do prefeito João Leitão, os militares, gestores do CLA, mandaram construir um cais, que é usado até hoje. Na época, eles queriam que o atracadouro fosse utilizado apenas por suas embarcações. “Então, quer dizer, o cais está dentro do centro de

⁹² Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Lopes, em 23 de abril de 2021.

⁹³ Entrevista de pesquisa concedida pelo professor/empresário Reginaldo, em 26 de abril de 2021.

⁹⁴ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Danilo, em 23 de abril de 2021.

⁹⁵ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Lincoln, em 26 de abril de 2021.

⁹⁶ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Nailton, em 22 de abril de 2021.

Alcântara, mas aí o turista não pode usar, o morador também não, então na época o prefeito peitou uma guarnição. Isso ficou bem guardado na memória do alcantarense”.⁹⁷

O empresário considera a falta do cais em Alcântara:

“[...] uma vergonha pra gente do município, que o município desde 1648 não tem um atracadouro próprio. Hoje se contenta em usar o da Base que é para o uso deles. Usar o cais da Base hoje não é um problema. [...], porém eles têm prioridade em atracar as embarcações, mesmo que o *pier* esteja dentro da sede do município”⁹⁸.

O atracadouro do Porto do Jacaré, em Alcântara, foi interditado pelos representantes do CLA, no dia 17 de fevereiro de 2024. O atracadouro apresentava insegurança aos usuários (Porto [...], 2024). Em visita à sede do município nos dias 9 e 10 de março de 2024, fomos até o porto para averiguar a situação. O cais foi construído há cerca de 20 anos pelo Comando da Aeronáutica. Encontrava-se fechado por tempo indeterminado. As embarcações voltaram a utilizar o antigo cais construído pelo município. Esse cais estava abandonado há muitos anos, desde que as embarcações passaram a utilizar o atracadouro do CLA.

Fotografia 29 - Cais do Porto do Jacaré interditado pelo Comando da Aeronáutica



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

⁹⁷ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Nailton, em 22 de abril de 2021.

⁹⁸ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Nailton, em 22 de abril de 2021.

Fotografia 30 - Passagem para acesso ao cais do município



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Durante conversas com alguns moradores da cidade, percebemos suas frustrações com a atual situação em relação ao cais. Um proprietário de pousada falou que o turismo caiu em virtude da situação do porto. Aldirene, uma senhora que trabalha como caixa do supermercado e manicure, contou-nos que agora para entrar no barco, os moradores precisam sujar os pés de lama. Uma atendente de sorveteria nos disse que representantes da prefeitura, como o prefeito, afirma que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) não permite que se faça obras na cidade. Durante conversas com pessoas diferentes, a resposta de que o Iphan impede a realização de obras na cidade é recorrente. Porém, o perímetro tombado como patrimônio histórico abrange 400 estabelecimentos como igrejas, fontes de pedras, ruínas, conventos, entre outros. Essa parte do cais não é tombada.

Em 2004, o Iphan passou a considerar o patrimônio de Alcântara como de valor cultural, histórico, artístico, paisagístico, urbano e arqueológico. Na área tombada encontram-se, aproximadamente, 400 imóveis. O tombamento justificou-se pela existência de um importante conjunto da arquitetura colonial luso-brasileira, consolidado durante todo o século XVII. Durante este período, a cidade concentrou - de meados do século XVII até quase o final do século XIX - a aristocracia rural agroexportadora de algodão e viveu um longo período de grande ascensão com a prosperidade econômica de todo o Estado do Maranhão (Iphan, 2024).

Ferguson (1990), ao estudar o Lesoto, pequeno país africano, percebeu que nos tempos atuais, o termo “desenvolvimento” é entendido como uma “bênção” em si mesmo. É um valor

que se consolidou nas mentes das pessoas que parece impossível questioná-lo. É um parâmetro além de si mesmo. O autor se questiona por que não podemos ou não queremos viver sem o “desenvolvimento”.

Para Ferguson (1990), as instituições que promovem “desenvolvimento” fazem projeção de uma imagem da vida econômica e social que, e na medida em que é bem-sucedida, anula os efeitos negativos. Desse modo, o “desenvolvimento” produz uma “máquina antipolítica”, “despolitizando tudo o que toca, diluindo realidades políticas em todos os lugares e, ao mesmo tempo, sem alarde, executando seu próprio plano de expansão do poder burocrático do Estado” (Ferguson, 1990, p. 241).

Percebemos as concepções de Ferguson (2012) no depoimento dos empresários e vereadores (Danilo, Reginaldo, Linconl, Menca e demais). O vereador Robson Mendes Corvelo, eleito pelo Partido Progressista do Brasil (PP) para a gestão 2021-2024, diz que é a favor da expansão da área do CLA, porque haverá mais empregos no município que também ganhará com o avanço tecnológico, receberá incremento financeiro por meio dos royalties e assim poderão melhorar infraestrutura de Alcântara⁹⁹. Também diz que frequenta comunidades quilombolas com frequência e sabe do sentimento dos quilombolas que foram morar nas agrovilas. Ele conta que as conversas com alguns quilombolas deslocados compulsoriamente giram em torno das memórias de quando moravam próximos do mar e recorda:

Moravam numa localidade onde eles tinham facilidade na pesca, para cultivar a mandioca, fazer a farinha, tudo mais fácil, do que de onde eles estão agora. Então, eles tinham tudo isso fácil e vieram para um local (as agrovilas) onde é muito mais difícil o acesso para pescaria, o acesso para cultivar a mandioca, o milho, tudo isso ficou mais difícil para eles¹⁰⁰.

O vereador Robson diz que sabe que houve prejuízos ambientais e sociais por causa da implantação do CLA. Como também houve prejuízos ambientais devido às obras feitas durante o acordo firmado com a Ucrânia:

Em 2007, com as obras por causa do acordo com a Ucrânia, houve um impacto ambiental muito grande. Destruíram uma área muito grande e deixaram lá, tá lá jogado para as cobras. Eles não vão mais utilizar, provavelmente, aquele espaço em que houve a derrubada de árvores, de palmeiras e desaparecimento de riachos e de várias nascentes, tudo isso foi feito lá nessa área. Também, para a implantação, em 1980, deu um impacto ambiental e social muito grande já que tiraram aquelas

⁹⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo vereador Robson, em 23 de abril de 2021.

¹⁰⁰ Entrevista de pesquisa concedida pelo vereador Robson, em 23 de abril de 2021.

famílias que tinham o que comer, onde pescar, foram trazidas para cá, para longe do pescado, onde tiravam a alimentação deles bem fácil¹⁰¹.

Porém, mesmo percebendo os efeitos negativos desde a implantação do CLA e não sabendo identificar pontos positivos para Alcântara por sediar o CLA, o vereador diz que é favor de uma nova expansão do CLA:

Eu sou a favor da expansão do CLA porque nós vamos ter mais emprego na nossa cidade. É o que nós estamos precisando. Nós temos várias razões para sermos a favor desse empreendimento. Vai ser bom para nossa população na parte de empregos e das tecnologias que virão para o Centro de Lançamento. Na parte financeira, na parte estrutural de nossa cidade, pois podemos melhorar o saneamento básico, com o valor dos impostos que vem através dos empreendimentos que se instalarão aqui em Alcântara. Eu sou a favor para que melhore as comunidades que podem ser retiradas de lá de onde eles moram. Os moradores das comunidades devem ser remanejados para outro lugar, onde eles possam continuar sobrevivendo do mesmo jeito que eles sobrevivem lá¹⁰².

A partir do depoimento do vereador Robson Mendes, percebemos a força da ideologia e do discurso do desenvolvimento. Ele parece não perceber a contradição entre a realidade, o que ele vê, escuta e as ideias que defende. O vereador Robson reconhece o sofrimento provocado pelo deslocamento compulsório, tenta defender o direito dos quilombolas de continuarem nas comunidades, mas é a favor da expansão da área do CLA.

O vereador Robson procura argumentos que deem conta de uma conciliação impossível qual seja: a expansão da área do CLA e o bem-estar da população quilombola. Defende que Alcântara precisa e vai se desenvolver com essa nova expansão do CLA. Embora não aponte mudanças positivas após 40 anos de implantação do CLA. Assim, a “máquina antipolítica”, que despolitiza tudo o que toca, observada em Lisoto por Ferguson (1990), também está presente em Alcântara.

A partir de Ferguson (1990), entendemos que essa despolitização observada em Alcântara é compreensível. Os vereadores e empresários estão olhando pela perspectiva desenvolvimentista. Acreditam que o desenvolvimento é um instrumento capaz de eliminar a pobreza e aquilo que consideram como atraso em Alcântara. Se recusam a aceitar que o CLA é um projeto que não elimina pobreza e agrava a situação de pobreza. Para sua instalação, foram criadas agrovilas com estruturas que não consideraram a reprodução das famílias. As casas não podiam ser alteradas. A quantidade de terra de cada agrovila é a mesma. Mas a agrovila Marudá foi constituída para atender 32 famílias, hoje vivem mais de 80 famílias.

¹⁰¹ Entrevista de pesquisa concedida pelo vereador Robson, em 23 de abril de 2021.

¹⁰² Entrevista de pesquisa concedida pelo vereador Robson, em 23 de abril de 2021.

Com o deslocamento compulsório para as agrovilas, as famílias deixaram terras agricultáveis e receberam áreas improdutivas.

Na mesma direção dos empresários e vereadores, o ex-secretário municipal da Secretaria de Agricultura, senhor Erenaldo França Pereira assevera que a expansão do CLA é importante para o crescimento da economia de Alcântara. Ele diz que haverá aumento do número de empregos e renda tanto dentro como fora do Centro de Lançamento. Afirmo que até onde ele sabe, existe um acordo para que as comunidades quilombolas permaneçam em suas localidades. De qualquer forma, Alcântara é cercada por igarapés, têm muitas outras áreas onde as pessoas poderão ser realocadas, assim, “vai haver algumas mudanças, mas não vai levar a um caos com desestruturação do pescado”¹⁰³.

Silva (2010, p. 20) afirma que o paradigma da superioridade europeia também incluiu a ideia de progresso, que se consolidou “sob uma racionalidade positiva e evolutiva que implica a existência de apenas um caminho, progressivo e natural, em direção à perfeição”. Para Osorio (2012), é preciso se atentar para essas novas formas de atendimento do mercado mundial sob argumentos governamentais de desenvolver a economia local, porque se trata de manter a dependência, o subdesenvolvimento e agravar as dificuldades para atender as necessidades da população local.

[...] mais do que economias dinâmicas voltadas ao desenvolvimento (aproveitando "janelas de oportunidade" abertas pelas novas tecnologias, como certo discurso destaca), o que temos na América Latina são novas formas de organização reprodutiva que reordenam, sob novas condições, os velhos sinais da dependência e do subdesenvolvimento que tendem a andar na contramão das necessidades da maioria da população. [...] É a dependência sendo reproduzida como uma modalidade particular de capitalismo e de inserção na acumulação mundial (Osorio, 2012, p. 104-105).

A vereadora Deyna Nathália Silva Barbosa¹⁰⁴, tinha 29 anos, é filha do ex-vereador Biné do Peru e mora na mesma casa na agrovila Peru¹⁰⁵. Ela foi reeleita pelo PDT para o mandato 2025-2028, com o maior número de votos. Afirmo que a economia de Alcântara cresceu mais sozinha do que em virtude das atividades de lançamento, ou seja, por causa da implantação do CLA. Mas que a expansão da área do CLA pode ajudar a economia local, desde que haja contratação da mão de obra local. Mas isso não é fácil de acontecer, porque os administradores do CLA dão preferência para a mão de obra de fora. “Haverá um

¹⁰³ Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Erenaldo Pereira, em 27 de abril de 2021.

¹⁰⁴ Entrevista de pesquisa concedida pela vereadora Deyna Nathália, em 27 de abril de 2021.

¹⁰⁵ A agrovila Peru não foi um local escolhido para realização do trabalho empírico, mas algumas pessoas que moram lá foram entrevistadas como o ex-vereador Biné e as vereadoras Nathalia e Menca.

desenvolvimento maior do município com a expansão da área da Base de 8.713 ha para 12 hectares mil ha”¹⁰⁶, declara.

Nathália diz que a expansão da área do CLA e das atividades de lançamento levará avanço tecnológico e do turismo para o município. Ela diz que o desenvolvimento já começou. Pois, os gestores do CLA já aumentaram os pontos de acesso à internet na cidade, duas escolas localizadas no núcleo urbano receberam mais pontos de acesso à rede. Ela afirma, que devido ao incremento das obras e atividades dentro do CLA, aumentarão as vagas de trabalho em Alcântara, mas a contratação da mão de obra local não é fácil: “[...] terão muitos serviços, que eles colocam mão de obra alcantareense. Mas olhe lá, na seleção, tem que ter um pistolão para entrar lá, para essas pessoas poderem trabalhar lá, porque eles buscam mais gente de fora, dão mais oportunidade para o pessoal de fora”¹⁰⁷.

Além disso, Nathália acredita que a cidade ficará conhecida mundialmente por causa do turismo. Ela diz que fica triste pelo que houve com as pessoas das comunidades no passado e pela possibilidade de deslocamento de outras famílias. Mas tem esperança em que se houver novos remanejamentos, os quilombolas recebam assistência do poder público.

Já, o vereador José Mário de Jesus, eleito para o mandato de 2021-2024 pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), defende que o CLA beneficia Alcântara pela geração de empregos para os jovens (postos de cabo e sargentos). Ele diz que o CLA fez com que o município ficasse conhecido mundialmente. Afirma que fica muito triste porque muitas pessoas sairão praticamente obrigadas das comunidades, já que moram lá há dezenas de anos. Mas a expansão da área do CLA e as atividades de lançamento podem trazer oportunidades que ajudem a desenvolver o município¹⁰⁸.

De acordo com Brum (2003), a política adotada pelo Regime Militar consolidou um modelo de desenvolvimento “periférico-associado-dependente” em relação ao exterior. No plano interno, é um modelo “elitista-concentrador e excludente”. Esse argumento é confirmado no depoimento do ex-vereador Benedito Silva Barbosa, conhecido como Biné do Peru, eleito para os mandatos de 2001-2004 e 2013-2016 pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e mora na agrovila Peru. Ele diz que, enquanto os militares têm boas condições de locomoção e hospital dentro do CLA, a população de Alcântara não tem infraestrutura.

Nós temos uma base espacial que é a menina dos olhos do Brasil e do mundo, né? Só que quem não conhece Alcântara, fala: “Alcântara é uma maravilha, tem uma

¹⁰⁶ Entrevista de pesquisa concedida pela vereadora Deyna Nathália, em 27 de abril de 2021.

¹⁰⁷ Entrevista de pesquisa concedida pela vereadora Deyna Nathália, em 27 de abril de 2021.

¹⁰⁸ Entrevista de pesquisa concedida pelo vereador Mário, em 27 de abril de 2021.

base espacial lá”. Viver aqui poderia ser melhor, se o povo de Alcântara, eu digo o povo, o povo que é filho de Alcântara, que mora em Alcântara, usufruísse de tudo aquilo que a Aeronáutica tem. Por exemplo, os militares quando vão para São Luís, vão numa lancha que leva 40 minutos para fazer a travessia. Os alcantarenses quando vão para São Luís, pegam um barquinho, pau-de-arara, que é um barco velho de madeira. No meu entendimento, o povo de Alcântara deveria também usar as lanchas que os militares usam. Alcântara não tinha nem um hospital até pouco tempo, há poucos anos foi instalado um. De primeiro tinha uma unidade de saúde mista. Enquanto na Aeronáutica, dentro da Base, eles têm um hospital de primeiro mundo. Alcântara não tinha nem ambulância, tem agora graças ao governo do estado, entendeu?¹⁰⁹

Oliveira (2014) explica que a partir da década de 1970, com esses projetos modernizadores, com a expansão do capitalismo para áreas pré-capitalistas (Luxemburgo, 1984), o espaço, passa “a ser penetrado e moldado por interesses distantes dele, predominando relações sociais mediadas pelo mercado”. Isso trouxe uma tendência de homogeneização do espaço a partir do “controle estatal, o não-estatal, ou governamental e não governamental que tende a impor um caráter homogêneo” (Oliveira, 2014, p. 185). Mas homogeneizar não é possível, porque “a fragmentação do detalhe dá a dimensão do conflito que se estabelece no lugar. O espaço local é o espaço da vida, da resistência, colocando-se como uma contraposição à homogeneização” (Oliveira, 2014, p. 194).

A concepção de Oliveira (2014) elucida-se no depoimento do ex-vereador Biné e também em declarações feitas por Militina Serejo. Ela afirma que há um preconceito, uma discriminação por parte dos militares que trabalham no CLA em relação aos quilombolas. É como se os profissionais, do alto escalão do CLA, não quisessem ver, nem ter contato com a população de Alcântara.

[...] porque eles andam com uma lancha cheia de funcionários, aí essa lancha desce, enche dois ônibus, vai pra lá, põe seu horário, volta, pega a lancha, vai embora, quer dizer, não deixam nada em Alcântara. Alcântara é simplesmente só a cova deles. Eles não têm nada pra oferecer para Alcântara. [...] Mas os militares mesmo, o grupo da Aeronáutica, ninguém anda em Alcântara. Quando tem sargento, cabo que mora na vila, eles vão em Alcântara e olhe lá. Quando vão, tem o horário. É 10 minutos, 15 minutos, 30 minutos. Já pegam e vão embora. Só querem estar em São Luís. Tá complicado assim, né? No meu entendimento, eu acho que eles deveriam dar condições para a população alcantarense, não só para a Alcântara, mas que desse suporte dentro da cidade, porque se a população não se desenvolvesse, ninguém culpava. Ninguém ia culpar a Aeronáutica, o Centro de Lançamento. Ninguém. Se eles dissessem: Olha, nós fazemos, mas vocês não querem ver. Aqui tem uns cursos técnicos para isso, para aquilo, para aquilo outro, tudo para trabalhar na área, mas vocês não querem fazer. Aí sim, mas essa gente não dá essa condição de jeito nenhum. Todo mundo vem de São Luís. Se eles pudessem, eles faziam, como diz a lenda de Ana Jansen, faziam uma rua de alcantarenses e passavam por cima. Eu não sei se era a verdade, mas segundo a história, ela fazia tapete de pessoas, né? Eu acho

¹⁰⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo ex-vereador Benedito Barbosa (Biné do Peru), em 27 de abril de 2021.

assim, que nós, com todo o descaso que eles nos dão, com todas as discriminações que eles têm conosco, nós somos resistentes¹¹⁰.

Com relação ao deslocamento compulsório que os quilombolas enfrentaram, o senhor Eunício Pereira, conhecido como Nico, que é empresário na atividade de construção civil, afirma que o impacto negativo que o CLA causou em Alcântara foi o “remanejamento que houve das casas, do povo, do seu habitat para outro setor, para agrovilas, quem estava na beira da praia como pescador, teve que ir para outro setor mais distante do mar. E quem vivia da agricultura, com essa locomoção, também teve uma outra dificuldade de se adaptar no novo ambiente onde ele foi começar a trabalhar”¹¹¹.

Declara também, que a presença dos militares modificou, em parte, a vida das pessoas. Pois, para ir até a praia, que fica dentro da área ocupada pelo CLA, precisa ser revistado. Além disso, reclama porque Alcântara é a sede do Centro de Lançamento, mas eles que nasceram lá, são proibidos de entrar nas suas dependências.

Então me parece, que eu como filho de Alcântara, que esse Centro de Lançamento me pertence. Mas quando eu quero entrar lá, eu não posso entrar. Para eu entrar, eu tenho que pedir para algum conhecido de lá, um sargento, um tenente, preciso ir até a casa de um sargento, para poderem me liberar. Dessa forma, eu me sinto constrangido. Eu acho que eu, como filho de Alcântara, apresentei minha carteira, porque eu quero ir na praia, eu poderia ter acesso. É uma praia que era nossa, né? Que hoje a gente não tem mais essa liberdade de ir até aquela praia. Então nesse caso eu fico revoltado¹¹².

O empresário aproveita para contar que vendeu material de construção para uma empresa, prestadora de serviço dentro do CLA, mas o material não foi pago. Ele foi até o CLA para cobrar, mas não lhe permitiram a entrada: “Fui barrado, não entrei e voltei”¹¹³. Ele diz que algumas pessoas como no caso dos pescadores, que têm uma carteira, um crachá, eles têm direito de acessarem a praia. Esse mesmo relato, de que os moradores do município não podem adentrar na área do CLA sem permissão, é feito pelo senhor Dilton de Jesus Carneiro, que trabalha com serviços de contabilidade na cidade.

Hoje, por exemplo, se eles vão pescar, eles têm que passar numa área militar para poder entrar. É feito um cadastro, se não for cadastrado, não entra. Porque é área militar, nem todo mundo pode entrar. Então, tem que ter isso, o crachá. Isso é um choque para nós, né? Eu morei lá e agora não posso ir lá. Entendeu? É um choque.

¹¹⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Militina Serejo, em 28 de junho de 2021.

¹¹¹ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Nico, em 23 de abril de 2021.

¹¹² Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Nico, em 23 de abril de 2021.

¹¹³ Entrevista de pesquisa concedida pelo empresário Nico, em 23 de abril de 2021.

Não deixa de ser um choque. Então, todo desenvolvimento tem um ponto positivo e negativo. Mas eu acho que tem mais ponto positivo do que negativo¹¹⁴.

Loureiro (2012), afirma que o conceito de modernização foi pensado no sentido de melhorar as condições de vida das populações. Mas é um erro falar em modernização quando grande parcela da população permanece sem os benefícios materiais e imateriais gerados pelo crescimento econômico. E quando se trata de uma modernização que aumenta as desigualdades locais, empobrecendo o que se tem de maior valor que é a biodiversidade, há um esvaziamento desse conceito. Essa concepção se relaciona profundamente com o que acontece em Alcântara.

Em Alcântara, a Base reporta duas situações/sensações opostas, que entendemos como realidade e fantasia. Para alguns, quilombolas deslocados forçadamente e aqueles que continuam ameaçados quanto à permanência nas comunidades, o CLA é sinônimo de dor, angústia, desesperança, pavor. Enquanto, para outros, é sinônimo de “desenvolvimento” e “progresso”.

Fotografia 31 - Placas de aviso na entrada do CLA



¹¹⁴ Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Dilton, em 22 de abril de 2021.

Fonte: Acervo pessoal da autora (2004).

Os representantes do poder público local e os empresários, que compõem a elite do município, parecem não perceber que o CLA não contribui para melhorar a qualidade de vida na cidade. Ao contrário, concorre para o aumento da vulnerabilidade social e econômica no município. O CLA não gera empregos e renda para os moradores de Alcântara, mas requer investimentos estatais constantes. A disputa pela terra impede o fortalecimento da agricultura familiar.

Se os recursos públicos investidos no CLA fossem aplicados em um leque de obras, a vida em Alcântara seria diferente. Alcântara poderia ser uma cidade universitária, contar com indústria de pesca, fortalecer a agricultura familiar, possuir uma escola técnica rural, os governos (federal e estadual) poderiam alavancar o turismo de base comunitária, ajudar na aquisição de embarcações modernas, pavimentar as estradas. Investimentos como esses mudariam bastante a qualidade de vida em Alcântara. O CLA funciona como um parasita, recebe muito, sem acrescentar nada positivamente ao município.

Em tempos de atividades mais intensas dentro do CLA, os trabalhadores lotam as pousadas, encarecem os alimentos e afugentam o turista. Isso dá um aquecimento na economia, mas passageiro. Quando as atividades encerram, Alcântara fica mais vazia do que antes, porque até os turistas desistem e procuram outros destinos. Para o trabalhador que foi contratado, há uma melhoria temporária na renda. Para quem não foi, resta comprar alimentos mais caros.

Dona Leandra relata que os quilombolas, que são contratados por alguma empresa prestadora de serviço para o CLA, enfrentam dificuldades em se aposentar.

Tem pessoas que estão pedindo que a Base venha pra trazer emprego pra eles, pra trabalhar. É bom, o emprego é bom, mas aqui no nosso interior não temos profissionais. Quando vem, vai trazer de outro lugar, o profissional, não é? E não tem, aqui só tem como diz o ditado da orelha seca, né? Só pra ser ajudante, não tem profissional [...]. Então não tem profissional, mas eles querem que tenha serviço na Base. Aí, para quê? Pra ficar perturbando a vida deles. Porque nós moramos no interior, chega uma firma, essa firma contrata, eu quero trabalhar, eu vou trabalhar. Eu vou trabalhar de carteira assinada. Aí essa firma, com seis meses, me demite. Eu saio fora. Aí eu fico ali, depois eu trabalho mais quatro meses. E aí eu fico naquela. E quando quiser procurar meu direito, eu não tenho. Nem de um lado e nem do outro. Porque quem mora no interior, ele é o quê? Ele é lavrador. Ele trabalha para a agricultura. Ele é lavrador. Já que ele não tem profissão nenhuma, ele tem que se adaptar. Ele é lavrador. Então ele tem que se associar onde? É no sindicato dele. Aí, se ele fica no sindicato e de carteira assinada, quando chega no tempo de se aposentar, aí pronto. Depois de ter a carteira assinada, ele nem se aposenta nem pela firma e nem se aposenta pelo trabalho dele. Aí, é o que acontece, que aconteceu com várias

peessoas aqui do interior. Isso vem acontecendo com várias pessoas. Aí, joga pro sindicato. Aí, joga no INSS, é uma briga horrível. Aí, não se aposenta, não tem direito. Aí, fica aquela bagunça¹¹⁵.

Em direção parecida, Militina¹¹⁶ afirma que uma pequena parcela da população da comunidade da Mamuna quer ir embora, sair de lá, em torno de 5% a 10% do total de pessoas.

Não é 50%, nem 60%, mas sempre tem. 5%, né? Tem, 10%. E, aí, eu vou pra qualquer lugar, qualquer lugar onde? Todo lugar em que vive, todo lugar em que more. E tem pessoas que diz que não vai, não vai, não vai, não sai, não sai, né? A maioria é pelo não sair, né? Mas sempre tem alguém. E depende de pessoa pra pessoa, né? Porque quando você vê pessoas que falam, pessoas que são centradas, pessoas que são organizadas, pessoas que têm a sua família formada, como você vê, como o pobre, ele se organiza, se ele for pegando um dinheirinho a mais, ele vai se organizando melhor [...]. Eles não querem ir pra agrovila. A maioria quer ir pra periferia de São Luís.

Há contratação pelas empresas que prestam serviço no CLA apenas quando existem obras de infraestrutura para serem feitas. Nessas fases, fazem contratações de pedreiros, pessoas para limpar e capinar o terreno, mas o trabalho central do CLA, que é o lançamento de artefatos espaciais, demanda um número reduzido de mão de obra e muito especializada pouco disponível no mercado de trabalho brasileiro.

Consciente dessa situação, o secretário atual da Secretaria Municipal de Agricultura, senhor Antônio Marcos Pinho Diniz, afirma que a implantação do CLA, em Alcântara, levou poucas mudanças positivas, o avanço foi muito pouco. Para ele, a mudança dos quilombolas para as agrovilas foi um projeto que não deu certo, “as pessoas não querem mais ser realocadas. Além disso, 90% das promessas feitas pelo governo federal para os quilombolas realocados, durante a construção do CLA, não foram cumpridas, por isso sou contra o remanejamento das famílias, quero ver Alcântara avançando, mas não retirando as famílias das comunidades”¹¹⁷.

A vereadora Menca fala de uma geração de filhos sem pais em Alcântara. São frutos de relacionamentos das mulheres com trabalhadores que vêm trabalhar no CLA. “Então, nós temos hoje filhos de fogueteiros que a gente chama, de engenheiros, de outros trabalhadores, que vieram prestar serviço em firmas para construir o Centro Espacial e, através dos relacionamentos, ficaram na época as crianças. Que hoje, né? Uma nova geração em 6, 19, 20 anos, mais ou menos”¹¹⁸.

¹¹⁵ Entrevista de pesquisa concedida por dona Leandra Silveira, em 25 de junho de 2021.

¹¹⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Militina Serejo, em 28 de junho de 2021.

¹¹⁷ Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Antônio Marcos, em 22 de abril de 2021.

¹¹⁸ Entrevista de pesquisa concedida pela vereadora Menca Pinho, em 24 de abril de 2021.

Em sentido parecido, o vereador Lazico fala que um dos pontos negativos da migração de trabalhadores para o CLA é o aumento da prostituição em Alcântara. Ele diz, “tanto que com as atividades no Centro de Lançamento, quando a cidade fica encharcada de pessoas de outros estados, a prostituição rola solta, desestrutura famílias, esses são os pontos negativos que têm”¹¹⁹.

Seu Aniceto, que mora na comunidade quilombola Oitiua, mas passa seus dias no núcleo urbano, trabalhando no STTR, defende que a expansão da área do CLA não vai melhorar a economia de Alcântara. Referindo-se ao período em que o acordo Brasil-Ucrânia estava em vigor e que havia mais oferta de empregos e demanda por bens e serviços, ele diz que aumentou a renda das pessoas no município, a economia de Alcântara melhorou, mas ao findar o pacto, tudo voltou ao que era antes ou pior.

Ele descreve o período: “Quando a ACS estava aqui parecia uma maravilha, quando ela foi embora, morreu tudo. Então se pensar por esse lado, parece que ela melhora, mas é uma melhora temporária. Terminou as atividades do acordo, então fica no que está, não é uma coisa que se pode confiar como uma coisa permanente”. E, alerta que as atividades de lançamentos não trarão as melhorias sociais e econômicas para o município:

São 40 anos de Alcântara Espacial. Então, já vieram tantos e tantos projetos militares pra Alcântara. Ai, não sei, a Agência Espacial Brasileira trouxe tantos projetos aqui e termina parada e sem nada. A última que teve foi com a Ucrânia, com a ACS. Um monte de material gasto aí, um dinheiro gasto até aí e nada. E nada. Alcântara que ficou com o palmeiral destruído, a área lá abandonada e Alcântara ficou assim. Tá lá na área militar deles¹²⁰.

Seu Aniceto é descrente de promessas de crescimento da economia, do aumento de empregos duradouros, de aumento da arrecadação de impostos por causa das atividades de lançamento. Ele diz:

Durante esses 40 anos, o CLA não deu nada para Alcântara em termos de melhoria, da qualidade de vida. Eu não acredito muito. Eu acredito que venham, lancem o foguete, vão embora e pronto. O foguete não é lançado todo dia. Eles vêm, lancam o foguete e vão embora. Quando precisam, vêm, lancam o foguete e vão embora. Então, eu não acredito muito que a expansão da área do CLA e das atividades de lançamento vai melhorar o município de Alcântara¹²¹.

O Estado brasileiro insiste que os grandes projetos de desenvolvimento levarão progresso e desenvolvimento para muitos locais que são vistos como tendo suas economias

¹¹⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo vereador Lazico, em 27 de abril de 2021.

¹²⁰ Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Aniceto Pereira, em 28 de junho de 2021.

¹²¹ Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Aniceto Pereira, em 28 de junho de 2021.

atrasadas, como acontece em Alcântara. No entanto, segundo Ferguson (1990), é imprescindível colocar atenção na expansão e consolidação do poder estatal por meio de projetos de desenvolvimento. No Lesoto, projetos, que tinham por objetivo desenvolver a agricultura e erradicar a pobreza, eram pontos de partida para intervenções muito diferentes. Em Alcântara, o CLA foi implantado com argumentos estatais de que era necessário promover o Brasil no campo espacial. Mas os militares retiram liberdades (acesso à terra, mar, ao Pronaf) dos quilombolas.

O mesmo discurso é utilizado quando um novo acordo internacional é firmado. Vereadores e empresários, de Alcântara, estão convencidos de que o AST e nova expansão do CLA, será capaz de modificar a qualidade de vida em Alcântara. Com isso, se posicionam favoráveis à expansão do CLA. Consequentemente, ficam em desfavor dos quilombolas. O CLA divide as opiniões em Alcântara. É motivo de desavenças. Apesar de ser algo sutil. Afinal, os quilombolas são os eleitores dos vereadores e os consumidores do comércio local.

Felizmente, o discurso hegemônico sobre o desenvolvimento não ilude os representantes dos movimentos sociais. Seu Aniceto, Militina, dona Leandra e Sérvulo Borges resistem e permanecem em alertas às investidas do Estado brasileiro contra as terras ocupadas por eles e demais famílias quilombolas. Escobar (2007, p. 192-193) afirma que na concepção do desenvolvimento, a visão que se apresenta é a de que os camponeses são “desnutridos” ou “analfabetos”. São, portanto, um problema a ser resolvido por meio de um desenvolvimento eficaz. Todo esse processo não apenas afeta a percepção de todos os envolvidos, mas também ajuda a manter certas relações de dominação. Mas, o movimento quilombola contra o CLA tem servido para formar pensamentos críticos e capazes de entender o real efeito do CLA sobre Alcântara.

Fotografia 32 - Rua do Cemitério (Rua principal do comércio de Alcântara)



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Fotografia 33 - Menino pescador em Alcântara



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Fotografia 34 - O pescador em Alcântara



Fonte: Acervo pessoal da autora (2024).

Para seu Aniceto que mora em uma comunidade quilombola e conhece bem o problema social que eles enfrentam, o importante é estar no “território onde se pesca, onde se planta, onde se come, onde se constrói o que tem e não se está preocupado com o amanhã”. Porque é difícil acreditar em “uma mudança para quem está lá no fundo, lá no interior, sinta que é boa essa mudança. Eu não vejo nada tão simples. Para ver essa mudança, tem que ter um investimento não no CLA, mas em políticas para a população”¹²².

Segundo Escobar (2007), as comunidades locais oferecem seus bens materiais e suas riquezas culturais como forma de enfrentar os efeitos do progresso e da modernidade. A continuidade de modelos econômicos híbridos e locais, por exemplo, evidencia a resistência cultural diante das tentativas do capital de modificar a vida comunitária.

Seu Aniceto é exemplo de resistência em Alcântara. Ele diz que é necessário um “investimento que vem para que o pescador possa dizer amanhã, eu passei de 5 quilos de pescado, por dia, para 20 quilos porque eu tive um investimento bem maior. Como é que o agricultor vai dizer, olha, a minha produção subiu esse ano de 20 para 30 dedos de farinha ou

¹²² Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Aniceto Pereira, em 28 de junho de 2021.

aumento de milho ou de melancia foi tanto. Isso sim é desenvolvimento pra nós”¹²³ (Imagem 13).

As entrevistas revelam uma complexa interação entre as comunidades quilombolas de Alcântara, representantes do poder público municipal e empresariado local. Destacam-se pontos de vista distintos e conflitantes sobre os efeitos do CLA em Alcântara e as perspectivas quanto a sua capacidade para levar “desenvolvimento” e “progresso” para o município. Alcântara é atravessada por uma disputa territorial do Estado brasileiro contra os quilombolas que provoca divisão interna. Os quilombolas são, historicamente, prejudicados em seus direitos de posse da terra e são vistos como obstáculos ao desenvolvimento do município, pelos representantes do estado brasileiro e por parte dos moradores locais.

Em geral, as percepções dos representantes do poder público local como vereadores e dos empresários são contrárias ao entendimento dos quilombolas e das lideranças quilombolas. Enquanto, empresários e representantes políticos entrevistados, apesar de ressalvas pontuais, acreditam que a expansão do CLA e incremento das atividades de lançamento levará “progresso” inevitável para o município, representantes dos quilombolas e de movimentos sociais entendem que caso isso ocorra provocará novos deslocamentos forçados que implicará em graves complicações sociais.

Entendemos que o CLA, em momento algum demandará muitos serviços ou mercadorias do município. Se tratar de empreendimento que exige elevado aparato tecnológico e conhecimentos específicos que Alcântara não dispõe. Portanto, é equivocado que qualquer morador de Alcântara defenda os interesses do CLA, em detrimento dos quilombolas. Se as atividades de lançamento prosperarem, podem chegar muitas dificuldades sociais e econômicas também. Kourou exemplifica essa afirmação. O município maranhense de Santo Antônio dos Lopes que tem alta receita municipal por conta dos royalties também. Mas o cheiro do gás é insuportável. Dinheiro sem sossego, não se traduz em melhor qualidade de vida para a população.

7.4 Comunidade quilombola Vista Alegre: modo de vida e ameaças de deslocamento compulsório

Vista Alegre é uma comunidade alcantareense composta por 47 famílias e certificada como quilombo, conforme processo nº 01420.001033/2004-21, da Fundação Cultural

¹²³ Entrevista de pesquisa concedida pelo senhor Aniceto Pereira, em 28 de junho de 2021.

Palmares (FCP, 2021); portaria publicada no DOU na data de 12 de dezembro de 2004 e processo do INCRA nº 54230.002401/2006-13, em fase parcial de titulação (Incra, 2008a, 2008b).

Dista de Alcântara em cerca de 45 km, ficando no litoral do município e dista 4 km da comunidade quilombolas Ponta da Areia que tem mais recursos infraestruturais como posto de saúde e escola. O município oferece transporte escolar para levar os estudantes de uma comunidade à outra. Vista Alegre é uma comunidade formada, predominantemente, por evangélicos, que contam com uma igreja em funcionamento e outra em construção. Além dos moradores de Vista Alegre irem à comunidade vizinha em virtude de atendimento médico ou reuniões escolares, também participam de cultos ou festas religiosas quando são convidados. Na Ponta da Areia também há mercearias maiores.

Nos primeiros contatos informais que tivemos, em 2020, residentes demonstraram preocupação com a possibilidade de expansão da área do CLA. Com o propósito de apreender a compreensão que moradores tinham do processo, aconteceram outras visitas à comunidade e, em uma delas, ocorreu em outubro de 2020. Durante essa visita, foram realizadas entrevistas para obtenção de informações mais sistematizadas, a fim de entender como vivem, em que trabalham, de onde obtêm recursos para a sobrevivência, o que produzem, se há excedente produtivo e como se sentem em relação à possível expansão da área do CLA para aquele território.

A amostra utilizada, como já afirmamos, foi composta de 11 entrevistas com membros de diferentes famílias, ou seja, 23,4% do total de moradores da comunidade. Apesar de apenas uma pessoa assinar o documento da entrevista e a conversa ser mais direta com ela, geralmente, tinha mais de uma pessoa que concordava com o pensamento daquele que falava.

Cabe salientar que as visitas se deram em meio à pandemia, mas sempre obedecendo aos protocolos sanitários recomendados pelos infectologistas. Durante as entrevistas, soube-se que quase todos os moradores da comunidade haviam sido infectados e que nenhum faleceu.

No questionário, primeiramente, buscou-se obter informações como idade, grau de escolaridade, religião, número de filhos, quantidade de pessoas que moram no domicílio, número de anos em que habitam na localidade. A seguir, levantamos informações produtivas, econômicas e sociais, como volume de produção, excedente produtivo, comercialização e receitas provenientes de programas sociais, com a finalidade de conhecer a origem de seus recursos materiais. Por fim, sondou-se sobre como se sentem vivendo lá, o que pensam sobre a expansão da área do CLA e questionamos sobre as preocupações com a situação atual.

Fotografia 35 – Entrada da comunidade quilombola Vista Alegre



Fonte: Acervo pessoal da autora (2004).

A maioria das 11 pessoas entrevistadas, 54,55% (6), está na faixa etária de 41 a 50 anos; 18,18% (2) encontram-se na faixa de 61 a 70 anos. Cada uma das últimas 3 pessoas representa 9,09% (1) da amostra, alocadas respectivamente nas faixas de 20 a 30 anos, 31 a 40 anos e 51 a 60 anos.

Quanto à escolaridade, 63,64% (7) não completaram o ensino fundamental. 9,09% (1) cursaram o primeiro ano, 27,27% (3) completaram o quinto ano e 27,27% (3) chegaram até o sexto. O ensino médio foi concluído por 27,27% (3) dos entrevistados e apenas 9,09% (1) concluiu o ensino superior.

O número de filhos variou entre 1 e 11, sendo que 45,45% (5) afirmaram possuir de 1 a 3 filhos; 36,36% (4) afirmaram ter de 4 a 6 filhos; 9,09% (1) declararam ter 7 filhos e 9,09% (1), 11. Com relação ao tempo em que habitam Vista Alegre, o número variou de 15 a 48 anos. 45,45% (5) moram lá de 15 a 25 anos; 27,27% (3), de 26 a 35 anos; outros 27,27% (3) estão na comunidade há mais de 36 anos e 27,27% (3) nasceram no local.

No que tange à produção de alimentos, verificamos que as famílias cultivam uma significativa variedade de frutas, legumes, hortaliças, além de pescarem peixes e mariscos e a maioria cria galináceos, obtendo, assim, carne e ovos. Dessa maneira, suprem, em grande parte, suas necessidades de consumo de vitaminas, proteínas e carboidratos.

Das 11 famílias consultadas, somente 9,09% (1) não produzem mandioca e não pescam camarão e peixe; assim, 90,91% (10) dispõem desses alimentos. 63,64% (7) criam galinhas e, anualmente, plantam feijão. 54,55% (6) cultivam coco e 45,45% (5) dispõem de limão, caju, manga de seus quintais e plantam melancia. 18,18% (2) plantam milho e 9,09% (1) plantam maxixe, batata doce, juçara (palmeira semelhante ao açaí e muito utilizada na alimentação e artesanato) e cria suínos. Por fim, nenhuma cria bovinos, caprinos e nem planta arroz. Observamos que, proximamente às casas, existe um extenso plantio de palmeiras de juçara cultivado por 36,36% (4).

Com relação ao excedente de produção de alimentos, verificamos que 100% (11) das famílias produzem excedente de alimentos que comercializam em outros locais, como na cidade de Alcântara, agrovilas, São João do Corte, Bequimão e/ou São Luís. Há ainda os que vendem na própria comunidade para alguns moradores que atuam como compradores e revendedores. Assim, se constata que, além de garantir o atendimento de suas necessidades de alimentos, as famílias entrevistadas produzem para mercados próximos e participam da circulação de mercadorias.

Apenas uma senhora viúva pensionista não tem excedente de peixe para comercialização; assim, 90,91% (10) atendem à demanda familiar e ainda vendem o excedente. Com relação ao camarão, 36,36 % (4) têm excedente para comercialização, enquanto, melancia e coco são comercializados por 27,27% (3) e milho, juçara e galináceos são vendidos por 9,09% (1).

Ao serem indagados sobre membros das famílias que trabalham de forma assalariada para ajudar nas despesas, 27,27% (3) afirmaram positivamente. Das pessoas que trabalham fora, uma é professora concursada e atende à própria comunidade, ministrando aulas na comunidade vizinha chamada de Ponta da Areia. A segunda delas trabalha em roças de terceiros em troca de diárias e outra tem o emprego de babá. O trabalho assalariado, assim, não compõe parte fundamental do ingresso de renda na comunidade e, portanto, a sobrevivência familiar e geração de renda são garantidas, em grande medida, com a realização de uma economia polivalente e de características tradicionais.

Com relação aos rendimentos por meio de programas governamentais, 100% (11) obtêm alguma renda advinda de benefícios assistenciais. 81,81% (9) são beneficiárias do

Programa Bolsa Família (na época denominado Renda Brasil); 27,27% (3) são pensionistas e 9,09% (1) é aposentada. Registramos, ainda, que uma das famílias pensionistas recebe também Bolsa Família e, inclusive, a aposentada.

Com o propósito de saber o que pensam e sentem sobre o local onde moram, perguntamos o que significa morar em Vista Alegre. As respostas foram variadas, mas em todas elas, percebemos uma noção de viver bem, de pertencimento e contentamento por habitar aquele lugar. Dona Sônia (48 anos) responde: “É muito importante para mim, porque é o lugar onde criei meus filhos. Representa trabalho e fartura, pesca e caça”¹²⁴. Seu Pedro responde que gosta porque é um lugar calmo e tranquilo. Dona Cristina (34 anos) afirma que “é um lugar muito bom, maravilhoso, o que produz aqui dá pra viver”¹²⁵. Dona Ivaneide declara: “É um lugar muito bom, a vida é muito tranquila, é bom viver aqui”¹²⁶.

Seu Raimundo (40 anos), por sua vez, explica: “Tenho tudo aqui, moro na beira do mar, posso pescar peixe e camarão sempre que quero”¹²⁷. Dona Conceição (67 anos) diz: “Representa muita coisa, porque vim pra Vista Alegre numa missão de Deus, deixei tudo para trás, o povoado significa pra mim a igreja de Deus”¹²⁸. O senhor Francisco (63 anos) justifica: “É onde está minha raiz e raiz que se muda de um local para outro murcha, é muito difícil recuperar. Pela minha vontade, só saio de Vista Alegre morto”¹²⁹. E seu Valdeci é claro em sua definição: “É o jardim do Éden”¹³⁰. Para seu Orlando, “Vista Alegre significa sustento, pesca, trabalho, sobrevivência”¹³¹. Dona Jucimeire (42 anos) responde: “Acho bom”¹³². E, por fim, Seu Osvaldo (45 anos) resume: “É bom, é um privilégio. Significa amar a terra”¹³³.

Esses depoimentos demonstram que há a construção de um modo de vida local em que a produção da sobrevivência física não está dissociada de valores sociais, culturais e religiosos, porque foram constituídos ao longo do tempo e profundamente relacionados com o território. Lugar de criar os filhos, trabalho e fartura, calma e tranquilidade, Igreja de Deus e Jardim do Éden, sobrevivência, privilégio e amor à terra são termos que se imbricam em descrições do lugar carregadas de afetividade e de percepção prazerosa das formas de trabalho e de convivência.

¹²⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sônia, em 15 de outubro de 2020.

¹²⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Cristina, em 15 de outubro de 2020.

¹²⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Ivaneide, em 15 de outubro de 2020.

¹²⁷ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Raimundo, em 15 de outubro de 2020.

¹²⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Conceição, em 15 de outubro de 2020.

¹²⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Francisco, em 15 de outubro de 2020.

¹³⁰ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Valdeci, em 15 de outubro de 2020.

¹³¹ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Orlando, em 15 de outubro de 2020.

¹³² Entrevista de pesquisa concedida por Dona Jucimeire, em 15 de outubro de 2020.

¹³³ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

Os territórios das comunidades quilombolas de Alcântara, considerados atrasados, fora dos padrões de desenvolvimento social, organizacional, político e econômico, com lógicas produtivas e culturais diferentes das desenvolvidas nas sociedades diretamente organizadas pelo capital, em algum momento, passam a ser objeto de interesse e cobiça. No caso, o Estado brasileiro e os capitalistas do mercado aeroespacial querem ocupar o território espoliando quilombolas por meio do deslocamento compulsório.

Mignolo (2017) concebe que a colonialidade é constituída pela modernidade e vice-versa, não havendo, assim, modernidade sem colonialidade. A modernidade constrói-se sobre práticas econômicas carregadas de ostracismo social. Essas práticas dispensam pessoas ao se utilizarem de justificativas supostamente científicas, como a teoria da superioridade e da inferioridade de determinadas raças humanas. Para o autor, a modernidade é um empreendimento que nasce na Europa como se fosse o vale do sol, mas esconde o lado mais obscuro de suas conquistas sobre outras civilizações: a colonização e os artifícios perversos dos quais esse sistema é preñado. Atualmente, percebe-se a continuidade de práticas coloniais.

A entrevista seguiu com uma pergunta sobre a possibilidade de serem beneficiados pela expansão das atividades na Base. Nas entrevistas, 81,81% (9) afirmam que não acreditam nessa hipótese, enquanto 9,09% (1) dizem não saber e 9,09% (1) afirma que o projeto pode trazer benefícios para alguns e prejuízos para outros, simultaneamente, e declara que os interesses do Brasil estão em primeiro lugar. Alguns deles expõem a razão de não acreditarem em benefícios. Seu Osvaldo diz: “O lugar onde eu vivo não tem dinheiro que pague”¹³⁴. E seu Orlando, com o olhar preocupado, declara: “Vai trazer problema, confusão e desassossego para o povo”¹³⁵. Seu Francisco diz que não e explica a razão: “Na época da implantação da Base seus conhecidos que se mudaram para as agrovilas receberam muitas promessas que não foram cumpridas”¹³⁶. Dona Conceição, um pouco mais otimista, acredita que devem ser ofertados empregos para alguns e vai trazer benefícios para o país em primeiro lugar. Ela afirma que “Se houver expansão da área da Base vai trazer alguns prejuízos e alguns benefícios, mas os interesses do Brasil estão em primeiro lugar”¹³⁷. No entanto, ela mesmo admite que “estamos bem assentados aqui, todos têm suas plantas, casa, moradia. Mudar a forma de vida será um caos”¹³⁸.

¹³⁴ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

¹³⁵ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Orlando, em 15 de outubro de 2020.

¹³⁶ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Francisco, em 15 de outubro de 2020.

¹³⁷ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Conceição, em 15 de outubro de 2020.

¹³⁸ Idem.

Na pergunta seguinte, procuramos compreender como os moradores suspeitam que podem ser prejudicados pela expansão da área da Base. Seu Osvaldo pergunta: “Para onde vamos? Onde vamos morar, em que vamos trabalhar? Aqui nós sabemos”¹³⁹. Dona Sônia explica: “Será muito difícil para nós, porque nós vivemos da pesca e umas plantações, ouvi dizer que nas terras da agrovila não nasce nem limão e as terras daqui são muito boas”¹⁴⁰. A jovem Stefane (20 anos) afirma: “Com certeza, não existe outro lugar como Vista Alegre pra viver”¹⁴¹. Dona Cristina pensa um pouco e responde: “Como a renda maior dos moradores vem da pesca, será um grande prejuízo, mas se aumentassem os trabalhos na Base sem remover as comunidades, poderia ajudar”¹⁴².

Uma das professoras da comunidade, Dona Ivaneide afirma que os moradores sofreriam muito: “Porque todos os moradores da comunidade vivem da pesca e agricultura, se acontecer de tirar a gente daqui, vamos sofrer um grande impacto econômico e emocional. O impacto não será só financeiro, nós amamos o lugar onde vivemos”¹⁴³. Seu Francisco faz uma comparação: “Quando se muda uma raiz de um lugar ela sofre até se acabar, eu trabalho também com mudas de plantas, sei bem o que isso significa, ela não sobrevive, se não cuidar muito”¹⁴⁴.

Com seu Osvaldo, a conversa ocorreu na frente da casa com vista para o mar, uma paisagem tão bonita em que se perde a concentração. Ao ser indagado, ele coça a cabeça, olha para o mar e responde: “Se acontecer a expansão da área da Base, vai trazer muito desassossego, mesmo que traga dinheiro vai inquietar muito e não tem dinheiro que pague isso aqui”¹⁴⁵. Dona Conceição, mesmo sendo otimista em algumas respostas, afirma: “Traz mais prejuízo do que benefício, porque aqui vivemos sossegados”¹⁴⁶. Seu Valdeci não tem dúvidas: “Acredito que só vai trazer prejuízo, vamos perambular pelo mundo de um lugar para outro, vamos para um lugar onde não conhecemos ninguém”¹⁴⁷. Dona Jucimeire, que trabalha como babá em São José de Ribamar, diz que não sabe responder à questão, mas pergunta: “Para onde vão levar o povo”¹⁴⁸?

¹³⁹ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

¹⁴⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sônia, em 15 de outubro de 2020.

¹⁴¹ Entrevista de pesquisa concedida por Stefane, em 15 de outubro de 2020.

¹⁴² Entrevista de pesquisa concedida por Dona Cristina, em 15 de outubro de 2020.

¹⁴³ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Ivaneide, em 15 de outubro de 2020.

¹⁴⁴ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Francisco, em 15 de outubro de 2020.

¹⁴⁵ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

¹⁴⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Conceição, em 15 de outubro de 2020.

¹⁴⁷ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Valdeci, em 15 de outubro de 2020.

¹⁴⁸ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Jucimeire, em 15 de outubro de 2020.

Andrade, Souza Filho e Coelho (2013, p. 78), que investigam o conflito instalado em Alcântara, afirmam que o deslocamento provoca uma morte social desses grupos devido à desestruturação do modo de vida, da identidade étnica, além das perdas “de sistemas de conhecimento nativo e de classificação da natureza (sua etnociência), de práticas agrícolas, celebrações, danças, ofícios e modos de fazer, lugares, elementos de um patrimônio imaterial”. Esse patrimônio que deveria ser protegido pelo Estado é destruído por suas práticas.

Na pergunta seguinte, procuramos saber o quanto a comunidade está informada sobre as condições de vida nas agrovilas criadas. Questionamos se conhecem alguém que foi remanejado para agrovila na fase da implantação do CLA. Da amostra, 90,91% (10) disseram que conheciam e 9,09% (1) disseram que não tinha conhecimento.

Indagamos o que as pessoas que moram nas agrovilas dizem. Dona Sônia responde: “Eles dizem que foram enganados pelas autoridades da Base”¹⁴⁹. Stefane responde que os remanejados reclamam, dizem que não têm lugar para trabalhar, vivem da roça e a terra não é boa. Dona Cristina esclarece: “Eles dizem que foi a pior coisa que aconteceu na vida deles. Moram na agrovila Peru, só faltam chorar. A terra é o único lugar que eles têm pra trabalhar e lá nem a areia presta”¹⁵⁰. Dona Ivaneide conta que dizem que sofreram e continuam sofrendo porque antes plantavam e pescavam, agora, a terra da agrovila não é boa, além de ficar distante do mar. Tentaram se acostumar com a vida lá, mas não conseguiram. Seu Raimundo afirma: “Conheço vários, é só sofrimento. Não pescam mais, só ganham sol, poeira e mais nada”¹⁵¹. Seu Francisco diz que, pelo que comentam, o governo prometeu um milhão de coisas e nada cumpriu. Conta que um amigo que mora na agrovila Marudá entrou na Justiça para reparação de danos, mas o processo até hoje não foi julgado. Seu Osvaldo afirma: “Todos reclamam, ninguém se acostumou. O governo, os representantes da Aeronáutica enganaram, mentiram, prometeram e não cumpriram, usaram do sistema para enganar pessoas necessitadas”¹⁵².

Já Dona Conceição diz que conhece várias pessoas que moram nas agrovilas, mas desconhece alguém que diga que foi bom ter saído do litoral; alguns choram quando se lembram de onde moravam, os jovens se adaptam mais facilmente, mas os idosos sofrem muito. O senhor Valdeci diz que conhece várias pessoas que mudaram para as agrovilas Peru, Pepital, Cajueiro, Marudá, nenhum diz que é bom viver lá, são sofridos, só ficam lá porque não têm para onde ir. Dona Sandra explica o grande sofrimento para as famílias que mudaram,

¹⁴⁹ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sônia, em 15 de outubro de 2020

¹⁵⁰ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Cristina, em 15 de outubro de 2020.

¹⁵¹ Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Raimundo, em 15 de outubro de 2020.

¹⁵² Entrevista de pesquisa concedida pelo Seu Osvaldo, em 15 de outubro de 2020

pois segundo ela, “a Base prometeu um ano de pagamento de salário e nunca deu. As pessoas se mudaram iludidas porque iam receber uma casa cimentada, depois quiseram voltar para as casas antigas e não puderam porque já tinham sido derrubadas”¹⁵³.

Essas percepções de pessoas de Vista Alegre são semelhantes às constatações dos estudos de Rocha (2006) sobre a mudança dos moradores das antigas localidades Santa Rosa, Pepital, Pedro Marinho e Camaleão para a agrovila Pepital, durante a primeira fase da remoção forçada das famílias para implantação do CLA. As pessoas que se mudaram passaram a viver num “entre lugar” na agrovila Pepital.

Segundo Rocha (2006), a partir do dia da mudança, aquele novo lugar, por ser precarizado em vários aspectos, não favoreceu a readaptação. Sofriam de desorientação, não sabiam o que, nem como fazer as coisas. O modo de vida antigo foi desestruturado. Os sujeitos perderam as condições de sua forma de organização social, suas festas, religiosidade e saberes, sendo a transformação mais prejudicial à mudança do campesinato de uso comum das terras para campesinato parcelar, pois escasseou sobremaneira as condições sociais e de reprodução das famílias. A autora explica que, nos seus territórios de origem, a terra representava um bem comum e não era comercializável, era a fonte de onde se extraía a maior parte do alimento necessário.

Esse novo lugar é vazio de sentimentos, singularidades e identidades, completamente oposto ao lugar de onde vieram. As condições de sobrevivência estavam abaladas e, com isso, as incertezas se instalaram. Rocha (2006, p. 82) destaca a fala de Dona Leandra ao descrever a agrovila: “Sem árvore, sem nada, só o sol, no verão muito sol, muita poeira... não tinha um pé de árvore pra fazer sombra, [...] galinha morreu, porco morreu, nós saímos do nosso lugar e passamos aqui uns cinco ou mais anos sofrendo”.

A pesquisadora revela ainda que o projeto efetivado pela Aeronáutica violentou essas famílias de várias formas: os moradores enfrentaram a improdutividade do solo na agrovila, a pesca ficou quase impossível devido à distância até o mar e a criação de animais foi prejudicada por causa da proximidade das casas. Uma alternativa encontrada foi vender a força de trabalho como mão de obra em outros locais distantes da agrovila. Além disso, na época das chuvas, as casas ficavam alagadas, pois foram construídas em locais muito baixos, e as festas tradicionais, como a de São Benedito, Santa Tereza e o Carnaval, também foram prejudicadas.

¹⁵³ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sandra, em 15 de outubro de 2020.

O conhecimento das experiências vividas pelas comunidades vizinhas que passaram por deslocamento e a constatação de que suas vidas não melhoraram, fazem com que as notícias, quase sempre incertas, de expansão da Base aumentem as preocupações de quem vive em Vista Alegre.

Na pergunta seguinte, procuramos compreender se, de fato, os moradores se sentem ameaçados e preocupados com a expansão da área da Base. Todos os entrevistados afirmaram que consideram essa expansão uma ameaça para a comunidade e que se preocupam com o tema. Seu João diz que fica pensando para onde serão levados, que lugar será esse. Dona Sônia declara que de vez em quando se pergunta: “Como vou sair daqui e levar meus filhos para outro local sem ter um prego?”¹⁵⁴. Stefane responde que fica pensando no que as pessoas dizem: “Esse lugar já é da Base”¹⁵⁵. Dona Cristina indaga: “Se a Base chegar e remover nós daqui, como vai ser?”¹⁵⁶. Dona Ivaneide diz que se preocupa muito porque Vista Alegre é uma das áreas ameaçadas pela Base. Seu Raimundo esclarece que sabe que, se sair dali, será só para sofrer junto com os filhos. Na fala de seu Francisco, que é o Presidente da Associação de Moradores da comunidade, percebemos uma forte aflição e ansiedade, por ele responder com várias perguntas: “Como vai se dar esse processo? Como vamos reagir? O que vamos fazer?”¹⁵⁷.

Seu Osvaldo revela que sente uma forte ameaça, fica pensando para onde vão e o que vão ganhar com isso e, ao mesmo tempo, responde: “nada, só sofrimento”¹⁵⁸. E continua: “Se o governo fosse mais preocupado com o povo, mudasse e desse uma boa escola, seria bom, mas não é isso que vai acontecer. Pobre é coisa judiada, só Deus pra cuidar”¹⁵⁹. Seu Valdeci, um dos pensionistas, afirma que se preocupa porque sabe da dificuldade que muitos moradores irão enfrentar e explica que sua esposa sofre muito quando toca no assunto da Base, por isso evita conversar sobre o assunto em casa. Seu Orlando diz que se preocupa muito porque só sabe pescar e, em Vista Alegre, tem uma grande riqueza que é o mar.

A preocupação dos moradores de Vista Alegre é procedente. Para muitos planejadores do Estado brasileiro, um município organizado nos moldes de Alcântara, com mais de 60% do seu território ocupado por comunidades quilombolas, representa um atraso e precisa ser modernizado. Segundo Andrade (2014, p. 3), vários setores do Estado, em diferentes governos

¹⁵⁴ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Sônia, em 15 de outubro de 2020.

¹⁵⁵ Entrevista de pesquisa concedida por Stefane, em 15 de outubro de 2020.

¹⁵⁶ Entrevista de pesquisa concedida por Dona Cristina, em 15 de outubro de 2020.

¹⁵⁷ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Francisco, em 15 de outubro de 2020.

¹⁵⁸ Entrevista de pesquisa concedida pelo Senhor Osvaldo, em 15 de outubro de 2020.

¹⁵⁹ Idem.

federais e estaduais, dão justificativas “econômicas, tecnológicas, geopolíticas e de segurança nacional” para controlar a faixa litorânea livre da presença humana, “tentando reservar todo o litoral de Alcântara para implantação de empreendimentos aeroespaciais”, enquanto os atingidos lutam e resistem para garantir a manutenção de seu território e, consequentemente, dos seus modos de vida. Souza Filho (2013, p. 62) complementa: “Nesse caso, o Estado, valendo-se da violência legítima vem definindo os termos das representações cartográficas para, por meio deles, assegurar a tão desejada reserva de território para negociação no mercado internacional de empreendimentos aeroespaciais”.

Com relação à participação da comunidade em algum movimento social contra a expansão do CLA, todos afirmam ser convidados para as reuniões promovidas pelo STTR ou pelo Mabe. Nessas ocasiões, representantes da comunidade comparecem, especialmente seu Francisco, o Presidente da Associação dos Moradores. Sobre reuniões na própria comunidade para tratar do assunto, disseram que conversam informalmente quando se encontram, mas, até outubro de 2020, não houve reunião específica para tratarem do assunto.

O estudo realizado por Rocha (2006) enfatiza a importância da organização das comunidades em movimentos sociais, associação de moradores e sindicatos, pois devido ao apoio de movimentos sociais, as famílias da agrovila Pepital conquistaram alguns benefícios após confrontos e resistência às regras impostas pela Aeronáutica. Como exemplo, cita que conseguiram autorização para a construção de 11 casas para os filhos recém-casados, com os recursos que possuíam, dentro da agrovila. Esse tipo de construção, mesmo que não fosse totalmente vedado, somente poderia acontecer se seguissem o modelo das casas construídas pelo Estado e as famílias não dispunham de recursos para tal fim.

7.5 Economia de Alcântara: desenvolvimento ou dependência do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)?

Em 2003, o Brasil firmou uma parceria com a Ucrânia com o objetivo de lançar foguetes da série ucraniana Cyclone-4, a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Para atender ao objetivo da parceria, foi constituída a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) e os dois países desembolsaram quase R\$ 1 bilhão, entre 2007, quando iniciaram as operações da empresa, até julho de 2015, devido à suspensão do tratado. Em 2019, a empresa foi encerrada, sem realização de lançamentos, nem desenvolvimento de tecnologias de lançamento no Brasil.

A parceria entre o Brasil e a Ucrânia foi motivo de muitas expectativas quanto à

possibilidade aos ganhos financeiros pelo Brasil. As notícias da época mostram o entusiasmo:

O Brasil pretende entrar no competitivo e restrito mercado de lançamento de satélites para abocanhar uma fatia dos 200 bilhões de dólares que giram anualmente entre os países lançadores. Atualmente, poucas nações concorrem entre si nesse mercado. Alguns exemplos são França, Japão, Estados Unidos, China e Rússia [...] A maior aposta agora é um pequeno foguete chamado VLM, este sim previsto para ser lançado em 2013. "O VLM está quase pronto e permite o lançamento de satélites pequenos", diz Coelho. De acordo com o presidente da AEB, essa categoria de satélites é um grande atrativo para fechar negócios. Tão grande que a ESA (Agência Espacial Europeia) enviou para a AEB uma carta de intenções informando que 15 países querem fechar negócio com o Brasil para lançar pequenos satélites com o VLM (Pires, 2012).

A partir de 2010, obras foram realizadas dentro do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) para atender às exigências do acordo. Para as construções houve contratações de trabalhadores de Alcântara, como capinadores, pedreiros, serventes, ajudantes de pedreiro, cozinheiras, faxineiras, entre outros. Já, para trabalhos que exigiam maior qualificação, como de engenharia e arquitetura, os trabalhadores foram contratados em outras localidades do país. O trecho da notícia a seguir, mostra as expectativas antes do início das atividades no CLA.

As obras do sítio de lançamento da binacional devem ter início ainda em 2010. Atualmente, trabalha-se na supressão vegetal do terreno, que ocupa uma área de quase 500 hectares. A base incluirá as estruturas do Complexo Técnico, do Complexo de Lançamento e da área de armazenamento de propelente. A ACS deseja lançar o primeiro foguete Cyclone-4, a partir de Alcântara, em fevereiro de 2012. Carlos Ganem, presidente da AEB, acredita que as obras trarão desenvolvimento social, cultural, técnico e tecnológico para Alcântara. Ainda durante a solenidade, o ministro Sérgio Rezende assinou um termo de compromisso para a descentralização de recursos que viabilizarão a construção de um centro social que será administrado pela ACS. O centro se chamará Centro Sociocultural Santos Dumont e oferecerá à comunidade alcantareense cursos profissionalizantes e espaço para a divulgação da cultura local (Começam [...], 2010).

As empresas Odebrecht e Camargo Corrêa foram contratadas para a execução das obras de engenharia no CLA. O aumento da contratação de trabalhadores é percebido nos dados apresentados pelo IBGE sobre o município, em 2012. Na Figura 27, observa-se que o pessoal assalariado subiu em 133%, na comparação de 2012 com 2011. Esse aumento não foi somente por causa das contratações das duas empresas, mas também, devido ao efeito provocado no comércio local com a chegada dos trabalhadores que vieram de outras localidades.

Tendo em vista que, em Alcântara, são raros os imóveis disponíveis para aluguéis, os trabalhadores contratados oriundos de outras localidades, se hospedaram nas pousadas. O aumento dos hóspedes exigiu que os donos das hospedarias contratassem trabalhadores para

ajudar na limpeza, cozinha etc. A mesma demanda aconteceu em restaurantes, supermercados, lanchonetes e outros estabelecimentos comerciais, que foram diretamente influenciados pelas novas demandas.

Porém, no decorrer dos contratos, houve atrasos na liberação dos recursos e, conseqüentemente, nos pagamentos às empresas Odebrecht e Camargo Corrêa, fato que também foi noticiado: “Desde dezembro, a ACS (Alcântara Cyclone Space) não paga as empreiteiras que executam as obras do sítio de lançamento do foguete ucraniano Cyclone-4. A empresa tem R\$ 40 milhões em caixa e uma dívida de R\$ 50 milhões com os construtores” (Angelo, 2012).

Em 2015, o Acordo Brasil-Ucrânia foi cancelado. A decisão de cancelar o acordo com a Ucrânia, conforme notícias da época, se deu por causa de uma mudança significativa nos valores pactuados, assim não houve mais viabilidade econômica para o Brasil (Brasil [...], 2015).

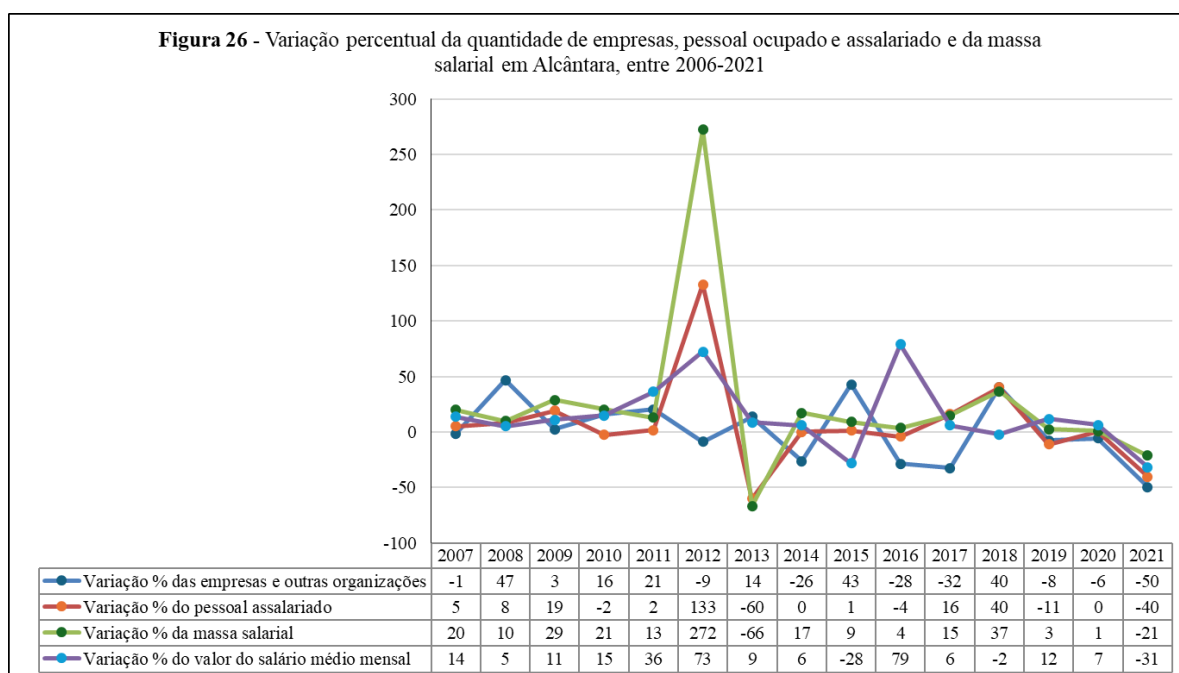
De acordo com Lima Junior *et al.* (2021, p. 81), os motivos reais para cancelamento do tratado e o fim da parceria são mais profundos. “É importante pontuar que os entraves enfrentados pelo governo brasileiro perpassaram: i) questões quilombolas; ii) problemas ambientais; iii) divergências populares; iv) má-gestão financeira; v) má-gestão administrativa; e vi) alianças internacionais”.

Lima Junior *et al.* (2021) também alegam, que somado a essas questões, os representantes, do Estado brasileiro, responsáveis pela gestão do programa espacial e por acomodar as instalações da ACS no interior do Centro de Lançamento de Alcântara, enfrentaram uma excessiva burocracia. Tiveram que responder a diversas decisões judiciais e atender as demandas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para conseguirem licenças. Os problemas judiciais foram em decorrência da disputa territorial com os quilombolas nos terrenos circundantes ao CLA.

O acordo Brasil-Ucrânia acabou sem fabricação ou lançamentos de foguetes pela Alcântara Cyclone Space. Não houve, tampouco auferimento de receitas anuais pelo Brasil. O acordo não levou desenvolvimento sustentável nem social, cultural, técnico e tecnológico para Alcântara. Enfim todas as expectativas foram frustradas.

Avanços e dificuldades na sustentação do tratado no CLA são refletidos na economia de Alcântara. Na Figura 26 e Tabela 27, constam dados sobre pessoal assalariado, massa salarial, salário médio e número de empresas. Os dados retratam a oscilação da economia de Alcântara, nos anos de vigência do acordo 2006 a 2015, indo além, até 2021.

Figura 26 – Variação percentual da quantidade de empresas, pessoal ocupado e assalariado e da massa salarial em Alcântara, entre 2006-2021



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Os dados da Figura 26 mostram que, na comparação de 2008 com 2007, houve um aumento de 47% na quantidade de empresas e organizações que atuavam em Alcântara. Até 2015, a quantidade de empresas não parou de crescer. Subiu em 16%, no comparativo de 2010 com 2009; em 21%, no confronto de 2011 com 2010; em 14%, de 2013 com 2012; e em 43%, no confronto de 2015 com 2014. Mesmo apresentando reduções nos comparativos de 2012 com 2011 de 9% e de 26%, de 2014 frente a 2013, vemos que durante a vigência do acordo, houve aumento significativo na abertura de empresas em Alcântara.

Como em Alcântara são poucos os trabalhadores contratados para execução de obras no CLA e as pequenas empresas funcionam, em sua grande maioria com até quatro pessoas do núcleo familiar (Tabela 27), não há registro em carteira profissional. Por isso, as modificações na quantidade de trabalhadores assalariados são inexpressivas. Mesmo que tenha aumentado significativamente a quantidade de empresas, observamos baixos acréscimos no pessoal assalariado: de 5% no comparativo de 2007 com 2006; de 8% no confronto de 2008 com 2007 e de 19% 2009 com 2008, redução de 2% no confronto de 2010 com 2009 e acréscimo de 133%, comparando 2012 com 2011. Nos anos iniciais do acordo, houve uma movimentação positiva na economia de Alcântara.

No entanto, vemos no confronto de 2013 com 2012, queda de 60% no pessoal contratado. Isso demonstra o efeito da falta de pagamento às empresas como noticiado na

imprensa em 2012. O valor do salário médio apresentou sucessivos aumentos até 2014. O maior foi de 73%, no confronto de 2014 com 2013, e redução de 28%, na comparação de 2015 com 2014. Enquanto a massa salarial do município elevou-se entre 2007 e 2012. No confronto de 2012 com 2011, o acréscimo foi de 272%, caindo logo na sequência, quando se compara 2013 a 2012, a redução foi de 66%. Isso espelha o que ocorria com os pagamentos às empresas contratadas pelo CLA.

Tabela 27 - Variação % do número de empresas, pessoal ocupado, massa salarial e salário médio mensal em reais e salários-mínimos em Alcântara, entre 2006 e 2021

Tabela 27 -						
	Nº empresas	Variação do número de empresas	Variação da quantidade de empresas em %	Pessoal assalariado	Massa salarial	Valor do salário médio mensal
2006	76			576	3.930	537,16
2007	75	-1	-1,32	606	4.724	611,75
2008	110	35	46,67	655	5.200	644,63
2009	113	3	2,73	781	6.714	715,34
2010	131	18	15,93	763	8.096	823,97
2011	158	27	20,61	777	9.168	1.122,31
2012	144	-14	-8,86	1.812	34.130	1.937,66
2013	164	20	13,89	723	11.438	2.104,50
2014	121	-43	-26,22	726	13.435	2.233,92
2015	173	52	42,98	735	14.652	1.606,57
2016	124	-49	-28,32	706	15.215	2.875,27
2017	84	-40	-32,26	819	17.504	3.053,11
2018	118	34	40,48	1.147	23.957	2.991,36
2019	109	-9	-7,63	1.020	24.562	3.350,27
2020	103	-6	-5,50	1.025	24.804	3.570,59
2021	52	-51	-49,51	613	19.544	2.445,89

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Tabela 28 - Empresas por faixas de pessoal ocupado em Alcântara, entre 2006 e 2021

Tabela 28 -							
	Total	0 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	50 a 99	500 ou mais
2006	76	69	4	2	-	-	1
2007	75	68	3	2	1	-	1
2008	110	98	5	4	2	-	1
2009	113	104	3	4	-	1	1
2010	131	120	7	3	-	-	1
2011	158	147	6	2	2	-	1
2012	144	136	3	2	-	1	2
2013	164	155	7	1	-	-	1
2014	121	111	7	2	-	-	1
2015	173	165	5	2	-	-	1
2016	124	117	6	-	-	-	1
2017	84	76	6	1	-	-	1
2018	118	112	5	-	-	-	1
2019	109	102	6	-	-	-	1

2020	103	95	7	-	-	-	1
2021	52	45	6	-	-	-	1

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Porém os aumentos percebidos em termos de massa salarial e pessoal assalariado não decorrem somente do acordo Brasil-Ucrânia. Houve inauguração do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), em março de 2015 e realização de concurso para a Prefeitura Municipal com 122 vagas, em 2014. O comando da Aeronáutica também abriu concurso com vagas para Alcântara, em 2015.

A comparação de 2021 com 2020 (Tabela 28), mostra agravamento na economia de Alcântara, 50% dos empreendimentos foram fechados, passando de 103 para 52. Fecharam 50 unidades dos estabelecimentos que empregavam até 4 funcionários. Para explicar o agravamento da crise econômica, é preciso considerar a pandemia de Covid 19.

No que tange os efeitos das contratações de empresas para realizarem obras no CLA, em virtude aos acordos firmados, certamente, é uma situação que gera movimentação extra na economia de Alcântara. Houve aumento de empresas, da mão de obra assalariada, da massa salarial, e entusiasmo da população local. Porém, é um crescimento dependente da conjuntura política e econômica nacional e internacional.

Tendo em vista que esse dinamismo econômico é dependente da economia e política nacional e não é promovido por fatores locais como turismo, por exemplo, traz também forte instabilidade e insegurança para trabalhadores e comerciantes. Por isso, diante do encerramento ou suspensão das atividades das empresas no CLA, praticamente, todo o comércio local é afetado. De um dia para o outro, não têm mais para quem vender as mercadorias estocadas, alugar os quartos das pousadas, vender lanches e refeições e, até mesmo, pagar despesas contraídas em virtude da construção de quartos nas casas e kitnets, que estavam sendo construídas para serem alugadas.

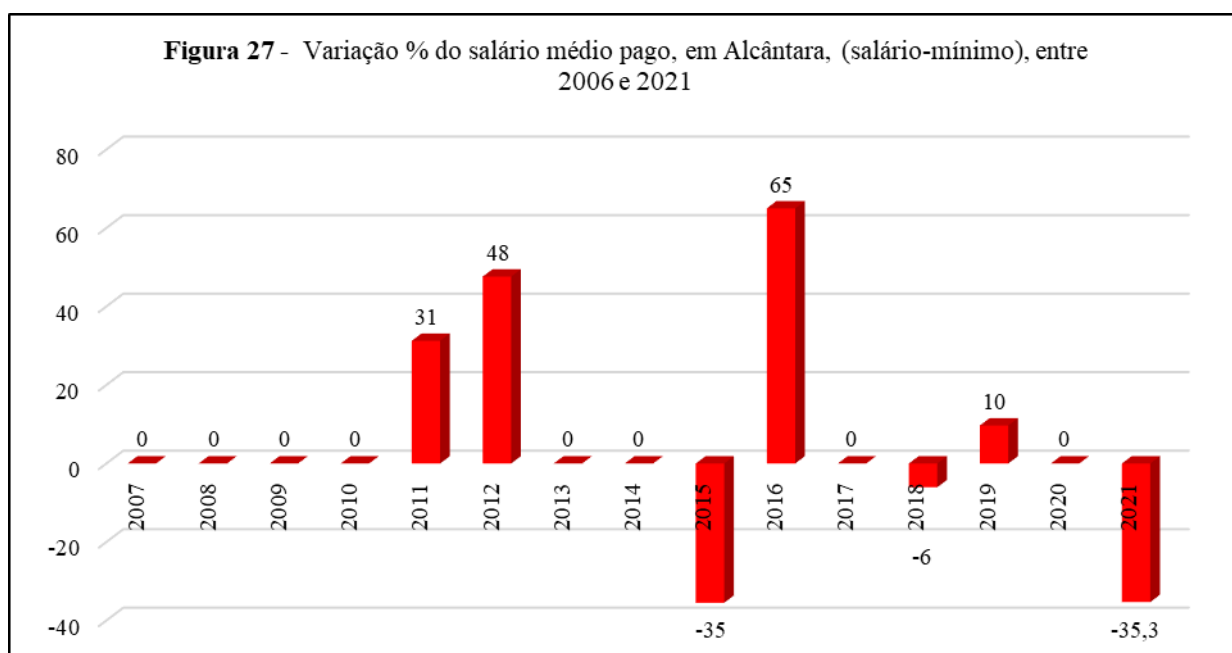
Os efeitos positivo e negativo de contratação de grandes empresas, para atuarem no CLA, também são percebidos no valor médio do salário pago no município, Figura 27. Confrontando 2011 com 2010 e 2012 com 2011, o valor médio do salário cresceu 31,3% e 47,6%, respectivamente. Fato que demonstra os efeitos das contratações das empresas Odebrecht e Camargo Corrêa. E reduziu 35,5% no comparativo de 2015 com 2014, por causa da suspensão e fim das atividades no CLA (Figura 27).

Comparando o valor médio do salário de 2016 com 2015, vemos que subiu 65%, em termos de salários-mínimos, mas essa elevação se deve à inauguração do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) e, conseqüentemente, a contratação dos profissionais da educação para

atuarem no município. Por se tratar de funcionários públicos federais, têm salários maiores, influenciando positivamente a média dos salários pagos (Figura 27). Houve também a contratação de funcionários municipais que passaram no concurso realizado em 2014.

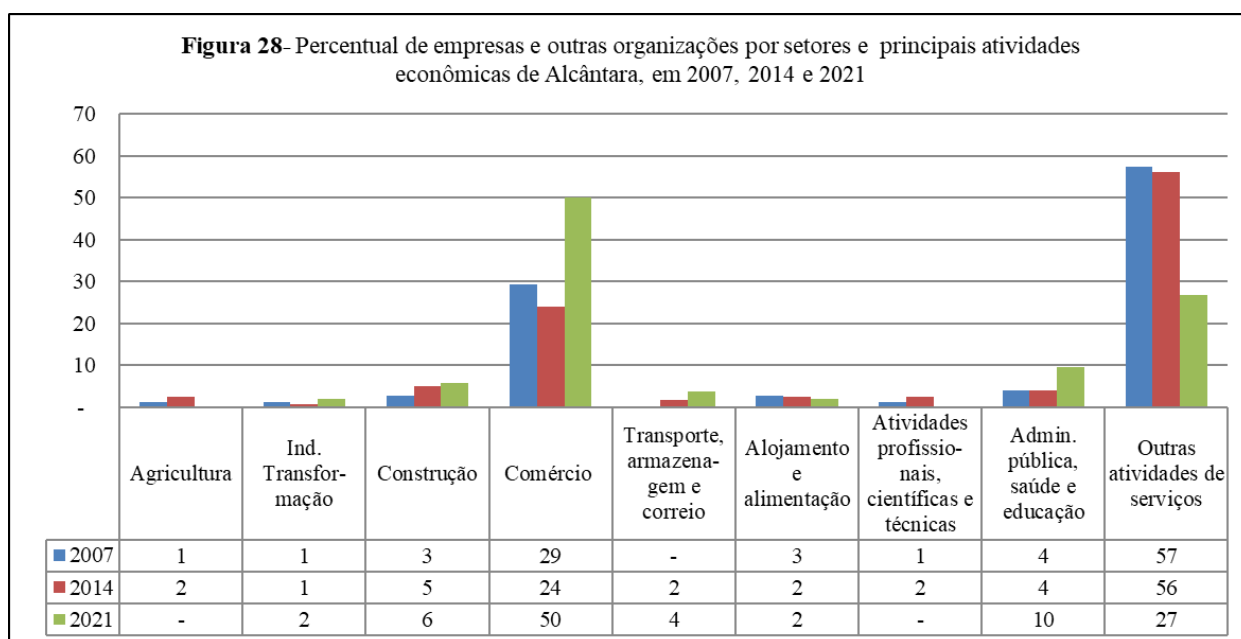
Não houve variação do salário médio em 2017 comparado à 2016. Já no confronto de 2018 com 2017 caiu 61%. Comparando 2019 com 2018, houve aumento de 10%, provavelmente, em virtude do acordo (AST) firmado com os EUA e algumas contratações para limpezas de terrenos dentro do CLA. Comparando o valor de 2021 com 2020, houve queda de 35%. Para essa redução temos que levar em conta os efeitos da pandemia Covid-19 na economia.

Figura 27 – Variação % do salário médio pago, em Alcântara, em salário-mínimo, entre 2006 e 2021



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Figura 28 – Percentual de empresas e outras organizações por setores e principais atividades econômicas de Alcântara, em 2007, 2014 e 2021



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Na Figura 28, observamos o percentual de empresas por atividades econômicas desenvolvidas em Alcântara. Em 2007, do total de 75 empresas abertas, 1% era do setor agropecuário e indústria de transformação; 3% da construção civil e 29% do comércio em geral. Não havia cadastro de empresa no setor de transporte, armazenamento e correio. Enquanto 3% das empresas atuavam na atividade de alojamento e alimentação, 4% estavam no setor público e 57% em serviços de diversas naturezas.

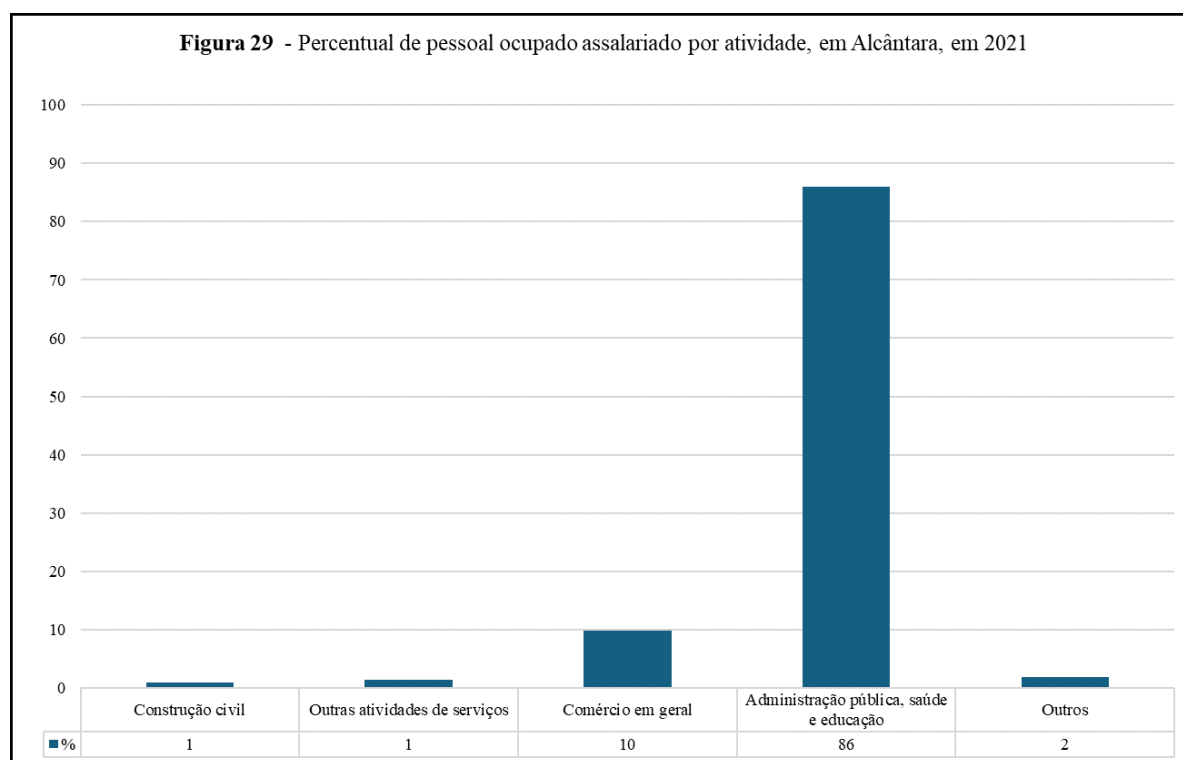
Em 2014, o número de empresas abertas quase dobrou, chegando a 121, refletindo as atividades do acordo Brasil-Ucrânia que estava vigente. Observamos que, 2% atendiam o setor agropecuário, 24% eram empresas do comércio. A atividade de transporte, armazenagem e correio passou a funcionar com dois empreendimentos, representando 2% do total; as atividades profissionais, científicas e técnicas englobavam 2% dos estabelecimentos. Na atividade de administração pública, saúde e educação contava com 4% dos estabelecimentos em funcionamento. Enquanto, o segmento de outras atividades de serviços abrangia 56% das unidades abertas.

Em 2021, tinham apenas 52 estabelecimentos empresariais funcionando, número inferior à 2007. No setor agropecuário, foram fechadas todas as unidades. No setor de indústria e transformação tinha 2% do total; construção 6%; comércio funcionava com metade dos estabelecimentos cadastrados, 50%; transporte, armazenagem e correio, com 4%; alojamento

e alimentação, 2%, o cadastro de órgãos no setor na administração pública elevou-se para 10%, de outras atividades de serviços somava 27% do total. Podemos entender que essa diminuição tão expressiva resulta de dois acontecimentos que atingiram a economia do município: o fim do acordo Brasil-Ucrânia no dia 27 de julho de 2015 (Brasil [...], 2015) e a pandemia Covid-19.

No que diz respeito aos trabalhadores assalariados por setor/atividade econômica (Figura 29), vemos que, em 2021, 86% dos trabalhadores contratados eram servidores públicos, da rede municipal, estadual ou federal. Enquanto, 10%, e 1%, foram contratados no segmento de outras atividades de serviços. Assim, a grande maioria dos trabalhadores assalariados do município, são contratados pelos órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal. Com isso, pode-se dizer que, a força da economia de Alcântara e a sustentação dos trabalhadores vêm, primordialmente, dos serviços públicos e não do CLA ou do turismo.

Figura 29 – Percentual de pessoal ocupado assalariado por atividade, em Alcântara, em 2021



Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas.

Desse modo, com base nos dados dos últimos 15 anos, em especial, no período de vigência do acordo Brasil-Ucrânia, é possível depreender que a economia de Alcântara foi fortemente influenciada pelas atividades do Centro de Lançamento de Alcântara. Percebemos

que a economia sofreu expressivas variações positivas e negativas de acordo com o início e fim dos serviços que aconteceram dentro do CLA.

Fica evidente, que o CLA promove um dinamismo na economia local. As obras acontecem nas suas dependências produz dinamismo temporário. Os acordos internacionais dependem da conjuntura política e econômica nacional e internacional, assim podem ser afetados facilmente. Consequentemente, os trabalhadores e moradores de Alcântara, sentem o peso do sucesso e do fracasso em relação a oferta de empregos, oferta e demanda de mercadorias e serviços. São afetados materialmente, “no bolso”, e psicologicamente, pois criam expectativas que são frustradas. Porém, uma parcela da população, especialmente, aqueles que moram na sede, espera ansiosamente pelo próximo período de atividades no CLA, pois são períodos em que o dinheiro flui com maior facilidade na cidade.

Os acordos internacionais para operação do CLA, inicialmente, provocaram efeitos positivos na economia do município. Mas ao final, se tornaram negativos e podem ser trágicos para muitos comerciantes e trabalhadores locais que se endividaram com despesas para pagamento no longo prazo. Podem acontecer suspensões inesperadas dos acordos e termos antes do planejado. Assim, empreendedores entusiasmados, pela chegada de novos trabalhadores para o CLA, podem enfrentar grandes desafios no decorrer do acordo, já que o dinamismo econômico provocado pelos acordos do CLA influencia a economia de Alcântara, de fora para dentro. Por isso, os efeitos positivos não são duradouros.

A partir do exposto, entendemos que a população de Alcântara precisa encontrar um motor próprio para criar empregos e gerar renda. O turismo de base comunitária e a agricultura familiar são atividades com fortes potenciais para garantir segurança alimentar e melhorar de fato a qualidade de vida. Por isso, os gestores públicos municipais e os moradores deveriam pensar em planos de desenvolvimento municipal, desconsiderando as atividades do CLA. Já que o CLA é um megaprojeto orientado por objetivos estrangeiros sem ligação ou relação com a população de Alcântara.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não basta saber ler que "Eva viu a uva". É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.
(Paulo Freire)

Neste trabalho, nos propusemos a analisar os efeitos econômicos e sociais que o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) provoca no município em que está instalado. Especialmente, em relação às comunidades quilombolas nas décadas recentes, pós 2000. Para a elaboração do trabalho, nos amparamos em referências bibliográficas, matérias publicitárias, dados secundários e trabalho empírico. Uma parte das comunidades quilombolas de Alcântara disputa terra com representantes do Estado brasileiro. Essa disputa territorial começou na implantação do CLA, no início da década de 1980.

No Brasil, políticas de desenvolvimento regional e planos do Governo Federal, com destaque para o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), levaram grandes projetos de desenvolvimento para locais considerados como atrasados (Sant'Ana Júnior, 2004, 2009; Mesquita, 2011). O objetivo era integrar e industrializar as regiões vistas como atrasadas (Nordeste e Amazônia) às mais avançadas economicamente (Centro-Sul) e às dinâmicas do capitalismo internacional. Uma variedade de grandes projetos desenvolvimentistas como portos, hidroelétricas, rodovias, ferrovias e o Centro de Lançamento de Alcântara foram pensados com esses objetivos (Sant'Ana Júnior, 2004, 2009; Brandão, 2010; Mesquita 2011).

A implantação desses grandes projetos de desenvolvimento (GPDs) provoca efeitos danosos às populações que são atingidas por eles. Comunidades rurais, povos tradicionais, pequenos produtores rurais são os mais afetados por esse modelo de desenvolvimento. Atividades de pesca artesanal e coleta de produtos florestais, que são a base da subsistência de muitos pequenos produtores, podem ser diretamente afetadas. Desmatamento, poluição da água e do solo, efeitos nocivos à saúde da população, que se localiza em áreas próximas, perda de terras, desorganização das atividades produtivas e redução da produção de alimentos são outros problemas causados pela implantação dos grandes projetos.

Em Alcântara, os militares para construir o CLA, na década de 1980, deslocaram compulsoriamente 312 famílias quilombolas para agrovilas. As agrovilas foram construídas pelo Estado brasileiro. Essas famílias tiveram que aprender a viver nesse novo local e contexto. Isso lhes impôs sofrimento em vários aspectos. Suas comunidades foram extintas. Seus modos de vida e de produção foram completamente destruídos (Rocha, 2008; Souza Filho, 2013).

Os grandes projetos demandam vastas áreas de terras, que já estão ocupadas. Por isso, chegam ao campo acompanhados de narrativas de que os locais onde serão instalados são privilegiados. Os GPDs se instalam com promessas estatais de que chegarão uma gama de investimentos em infraestrutura, que gerarão muitos empregos e aumentará a renda dos trabalhadores daquele local, conseqüentemente, haverá melhoria na qualidade de vida da população. Mas não é dito que o GPD expulsará e extinguirá povos e comunidades rurais.

No entanto, populações que habitam o local escolhido para as instalações físicas, assim como aquelas que vivem próximas do grande projeto são diretamente atingidas, desabrigadas, deslocadas compulsoriamente. Em Alcântara, o CLA impõe prejuízos e dificulta a produção local. Não é motor de desenvolvimento e progresso no município. Quando há mais atividades no CLA devido aos acordos internacionais, a economia do município apresenta oscilações positivas, quando as empresas contratadas chegam para iniciar as obras. Depois decresce quando encerram ou suspendem as obras.

Nesse interim, a economia local perde parte da autonomia. Atividades de agricultura familiar e turismo são desestruturadas. Apesar de serem as atividades que possuem maior potencial para gerar empregos e renda para a população local, não recebem apoio estatal.

Os investimentos do Estado brasileiro, em Alcântara, são direcionados para o CLA. A falta de investimentos públicos e incentivos governamentais na agricultura familiar, pesca e turismo causam prejuízos econômicos e sociais por anos a fio. A população local, em especial, os quilombolas, enfrenta dificuldades para manutenção de seus modos de vidas. Devido ao apoio estatal para Alcântara se resumir ao CLA, sobreviver em Alcântara é a cada dia mais desafiador.

Sem títulos de posse da terra, os quilombolas vivem sob insegurança jurídica, insegurança de moradia, alimentar e na incerteza de que se manterão nas comunidades. Sem esses títulos, incerteza e ameaças acompanham e obstaculizam a vida deles em todos os sentidos. Quando se vive em corda bamba, qualquer tipo de investimento, seja em produção ou na casa que se habita, passa a ser um ato de coragem, diante da escassez dos recursos e das várias necessidades diárias.

Essencial para o pequeno produtor rural e para desenvolver a agricultura familiar é ter direito para acessar os créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Sem os títulos de posse das terras, que ocupam há mais de duzentos anos, os quilombolas não têm a documentação necessária para acessar esses créditos. Interessados no Pronaf precisam apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). A DAP é emitida para o agricultor familiar por uma entidade ou empresa de assistência técnica credenciada pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A DAP é emitida com a apresentação dos documentos pessoais, como RG e CPF do produtor, e de documento da propriedade, como escritura ou contrato de arrendamento. Os quilombolas não possuem documento de propriedade nem contrato para uso da terra. Assim não conseguem DAP. Sem esses créditos, fica difícil produzir, gerar empregos e aumentar a renda. O acesso ao Pronaf contribuiria para a melhorar a qualidade de vida das comunidades quilombolas e, conseqüentemente, os indicadores socioeconômicos do município.

Os representantes do CLA e da Política Espacial Brasileira utilizam de narrativas e do aparato estatal para convencer os quilombolas e brasileiros em geral de que o CLA é um projeto capaz de produzir melhorias econômicas e sociais em Alcântara e seu entrono. Apesar do CLA não produzir melhorias reais na vida dos alcantarenses é motivo de divisão de opiniões.

Uma parte da população acredita que acordos firmados com países estrangeiro para uso do CLA garantirão entrada de royalties no município. Esse aumento de receitas induzirá desenvolvimento e progresso. Por causa da disputa territorial e da luta dos quilombolas para se manterem nas comunidades, culpam-lhes pelo atraso do município.

Nas comunidades constituídas pelos quilombolas, eles materializam seus modos de viver e de ser. É o lugar onde mantêm suas formas de produzir e seus costumes, crenças, valores, tradições e práticas sociais. Nas comunidades, os quilombolas se reconhecem como sujeitos e protagonistas de suas histórias. Utilizam a terra, o mar e demais recursos naturais de forma sustentável. Por isso os recursos não foram exauridos. As gerações seguintes conseguem se manter e sobreviver nos mesmos locais que seus antepassados por meio da pesca e lavoura.

Porém, desde a implantação do CLA, 152 comunidades quilombolas, que integram o Território Étnico de Alcântara (MDHC, 2024), vivem ameaçadas de serem deslocadas compulsoriamente a qualquer momento. Nos períodos em que o Estado brasileiro estabelece algum acordo internacional para exploração do CLA, há intensificação das ameaças de deslocamento compulsório contra as comunidades quilombolas que se formaram nesse território, onde a Base foi instalada. Isso ocorreu durante a vigência do acordo Brasil-Ucrânia (2003-2015) e logo no início da vigência Acordo de Salvaguardas Americanas, firmado com os Estados Unidos, em 2019.

Em Alcântara, devido à resistência local e a diferentes apoios dados à luta dos quilombolas por acadêmicos, jurídicos, jornalistas, movimentos sociais, as comunidades conseguiram se manter em seus territórios, apesar das ameaças e investidas estatais (Lopes, 2020). O atual presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula) publicou o Decreto nº 12.190, no dia 20 de setembro de 2024, no qual declarou de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo Território Étnico de Alcântara. Esse território abrange 3,3 mil famílias (MDHC, 2024).

O reconhecimento e a proteção desse território é uma reparação histórica para essas famílias. Direitos fundamentais estabelecidos no artigo 68 da Constituição Federal de 1988 foram negligenciadas pelo Estado brasileiro até o presente. Esse artigo garantiu às comunidades quilombolas o direito à propriedade definitiva das terras que ocupam. O Estado tem a obrigação de emitir os títulos respectivos.

O Decreto nº 12.190/2024 publicado pelo presidente Lula foi muito comemorado em Alcântara. Infelizmente esse decreto foi publicado não por decisão do Estado brasileiro, mas para cumprir decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), que considerou o Estado Brasileiro culpado por reiteradas violações de Direitos Humanos contra as comunidades quilombolas em virtude da disputa com o CLA.

As atividades para emissão dos títulos coletivos iniciaram em maio de 2025, pelos técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Esperamos que esses títulos sejam respeitados pelos militares e sejam capazes de frear os interesses do mesmo Estado brasileiro que os emitirá. Mas somente a história e o decorrer tempo dirão.

Neste estudo, ficou evidenciado por meio de dados e trabalho de campo que o CLA, por ser grandioso e representar o que há mais de moderno nos tempos em que vivemos, impressiona pessoas do município como representantes da elite local, a exemplo dos vereadores e empresários entrevistados.

Mas passados 40 anos de sua implantação física, o CLA não contribuiu para levar desenvolvimento econômico e social para Alcântara. Não houve melhorias na infraestrutura, abertura e asfaltamento de estradas, construção de um cais pelo município e as embarcações utilizadas pelos moradores para fazerem a travessia para São Luís são antigas, lentas, desconfortáveis, fazem a travessia todos os dias (ida e volta) todos os dias.

O saneamento básico de Alcântara é precário, os indicadores de educação e renda são baixos. A maioria dos trabalhadores com emprego formal trabalham no serviço público. A renda advém também de pensão e aposentadoria e do Programa Bolsa Família.

A maioria das empresas que atuam em Alcântara, geram empregos para uma ou duas pessoas. De acordo com o Censo Demográfico de 2022, 73% da população residia no meio rural. Quase 20% da população era analfabeta. Enquanto 51% não tinha instrução ou tinha nível fundamental incompleto, ou seja, não alcançaram o 9º ano. O total de benefícios pagos para superação de extrema pobreza no município, em dezembro de 2024, era 387% maior do que, em dezembro de 2014. Quase 60% dos domicílios dispunham de fossa rudimentar, também chamada de fossa negra ou buraco usado para receber e armazenar dejetos em seus

domicílios. Segundo IBGE (2010), apenas 29,62% dos trabalhadores do município contribuíam com a previdência social.

No entanto, as narrativas de que o desenvolvimento e o progresso chegarão continuam convencendo muitas pessoas do município. Felizmente, os movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe), líderes quilombolas e famílias das comunidades ameaçadas permanecem em alerta para as investidas dos representantes do Estado brasileiro e militares que administram o CLA. Não aceitam ser expropriados das terras que habitam.

As comunidades quilombolas de Alcântara resistem há décadas. Lutam pela obtenção dos títulos coletivos de posse das terras ocupadas por seus antepassados há mais de dois séculos. São cientes de que dependem do chão onde vivem para manutenção de seus modos de vidas. Nessas comunidades enraizaram suas histórias e memórias. Criaram saberes e deveres. Quando o sol nasce, sabem o que fazer para extraírem o sustento para si e para outros. Produzem excedentes de pescados e de lavoura que se transformam em rendimentos. Estão cientes de que, é naquele pedaço de chão que podem manter a vidas com dignidade e autonomia.

REFERÊNCIAS

ABELHA, E. Centro de Lançamento de Alcântara promove ação cívico-social no Maranhão População foi atendida por médicos e dentistas, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e psicólogos. **Agência Força Aérea**. Brasília, DF, 23 jun. 2016. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/26303/SOCIAL%20-%20Centro%20de%20Lan%C3%A7amento%20de%20Alc%C3%A2ntara%20promove%20a%C3%A7%C3%A3o%20c%C3%Advico-social%20no%20Maranh%C3%A3o>. Acesso em: 28 de mar. 2024.

ABREU, I de S. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. **Opinião Jurídica**, Medellín, v. 12, n. 24, p. 87-99, 2013.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS. **Declaração sobre o direito ao desenvolvimento**. Suíça: ONU, 1986.

ACOSTA, A. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: LANG, M.; MOKRANI, D. **Más allá del desarrollo**. Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. 1. ed. Quito: Fundación Rosa Luxemburg/Abya Yala, 2011. p. 83-118.

ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSERALD, H. Sustentabilidade, território e desregulação no Brasil. **Confluências - Revista interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 23-32, 2006.

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **Conhecendo o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil e Estados Unidos**. Brasília, DF: AEB; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/11/Entenda-o-AST.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2022.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **Centro Espacial traz desenvolvimento para a região de Alcântara**. Brasília, DF: AEB, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/assuntos/noticias/centro-espacial-traz-desenvolvimento-para-a-regiao-de-alcantara>. Acesso em: 5 mar. 2024.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **PDI-CEA: Programa de desenvolvimento integrado para o Centro Espacial de Alcântara**. Brasília, DF: AEB, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/politica-organizacoes-programa-e-projetos/programa-de-desenvolvimento-integrado-para-o-centro-espacial-de-alcantara-2013-pdi-cea/pdi-cea-versao-0-90comp.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2024.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **Empresas Brasileiras celebram investimento de R\$ 1 bilhão em inovação e no setor espacial**. Brasília, DF: AEB, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/assuntos/noticias/empresas-brasileiras-celebram-investimento-de-r-1-bilhao-para-inovacao-no-setor-espacial>. Acesso em: 15 fev. 2024

ALCÂNTARA é Quilombola! Em sentença histórica da Corte IDH condena Brasil por violar direitos quilombolas e determina titulação. **Justiça Global**. Rio de Janeiro, 14 mar. 2025. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/alcantara-e-quilombola-em-sentenca-historica-corte-idh-condena-brasil-por-violar-direitos-quilombolas-e-determina-titulacao-do-territorio/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, E. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 52, p. 190–233, 2019.

ALMEIDA, A. W. B. de. “Refugiados do desenvolvimento”: Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. **Travessia - Revista do Migrante**, v. 9, n. 25, p. 30–35, 1996.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. Brasília, DF: MMA, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. de. Agroestratégias e desterritorialização— os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. de; CARVALHO, G. (org.). **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil**. Belém: Fase/Observatório Comova/UFPA, 2009. p. 57- 104.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Quilombolas de Alcântara**: militarização do espaço sideral e privatização de tecnologias espaciais. São Luís: Editora UEMA, 2022.

ALMEIDA, A. W. B. de; MOURÃO, L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA, 2017.

ALMEIDA, B. Alcântara: Wikileaks revela sabotagem dos EUA contra o Brasil. **Duplo expresso**. Suíça, 23 fev. 2011. Disponível em: <https://duploexpresso.com/?p=108485>. Acesso em: 4 out. 2024.

ALMEIDA, L. Royalties: Santo Antonio dos Lopes recebeu mais de 16 milhões em 17 meses. **Blog do Ludwig**. São Luís, 12 ago. 2014. Disponível em: <https://www.blogdoludwig.com/2014/08/royalties-santo-antonio-dos-lopes.html>. Acesso em: 18 nov. 2025.

ALMEIDA, S. L. de. Apresentação. Dossiê: Marxismo e Questão Racial. Margem Esquerda – **Revista da Boitempo n° 27**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMARAL, R. Por que o Programa Espacial Brasileiro engatinha? In: VELOSO, E. M.(coord.). **A política espacial brasileira**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 129-146.

ANDRADE, M. de P. Quilombolas – etnicidades emergentes? Subsídios para uma discussão. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, v. 4, n. 1, jun. 2006.

ANDRADE, M. de P. A Suzana – o cerco das terras camponesas e a destruição dos recursos naturais pela Suzano Papel e Celulose. **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 25., Caxambu,

2011. **Anais [...]**. Caxambu: Hotel Glória, 2011. p. 1-19. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/gt29/gt03-15/862-a-suzana-o-cerco-das-terras-camponesas-e-a-destruicao-dos-recursosnaturais-pela-suzano-papel-e-celulose-no-maranhao/file>. Acesso em: 01 ago. 2018.

ANDRADE, M. de P.; SOUZA FILHO, B; COELHO, L. O. da S. **Impactos das ações indicadas pela CCAF para a reprodução material e social dos quilombolas de Alcântara e a manutenção da sua identidade étnica análise das informações da Nota 119/2011/CCAF/AGU, relativas à alteração do perímetro do território quilombola de Alcântara**. São Luís: UFMA, 2013.

ANDRADE, M. de P. Resistência Camponesa e dinâmicas de mediação em Alcântara – reflexões sobre a disputa territorial entre quilombolas e o Estado Brasileiro. ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 6., Campinas, 2014. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2014.

ANGELO, C. Projeto para lançar satélite de base no Maranhão está travado. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 12 jun. 2012. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ciencia/2012/06/1103456-projeto-para-lancar-satelite-de-base-no-maranhao-esta-travado.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2025.

ARCANGELI, A. **O mito da terra**. Uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA, 1987.

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história no processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

ASSELIN, V. **Grilagem**: Corrupção e violência em terras do Carajás. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

ASSIS, T. C. da S. de. **Crescimento, pobreza e desigualdades**: os efeitos da complexidade econômica no Triângulo de Bourguignon. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Brasília, DF, 2021.

ALTHUSSER, L. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **O Crescimento da Economia Brasileira 2018-2023**. Rio de Janeiro: BNDS, 2018. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf. Acesso em: 2 jul. 2023.

BARBOSA, R. Centro de Lançamento de Alcântara. **Interesse Nacional**, 28 de jun. 2023. Disponível em: <https://interessenacional.com.br/posts-irice/centro-delancamento-dealcantara/>. Acesso em: 20 de mar. de 2024.

BARBOSA, Z. M. O global e o regional: grandes projetos desigualdades regionais e lutas sociais no Maranhão. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 113-128, 2013.

BARBOT, J. Conduzir uma entrevista face a face. *In*: PAUGAM, S. (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2015. p. 102-123.

BARQUERO, A. V. Desarrollo endógeno: teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, Madrid, n. 11, p. 183-210, 2007.

BELINATI, W.; COSTA e SILVA, A. Coordenação, Avaliação e Acompanhamento dos Projetos de Pesquisa em Saúde do Programa Polonoroeste. **Rev. Inst. Med. trop.**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 125-136, 1988.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, v. 2, n. 37, p. 6–34, 2017.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022a.

BENTO, C. Somos a nossa diversidade - Cida Bento. **YouTube**, 14 de dezembro de 2022b. 49min09s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FYzuZTuoJoI> Acessado em: 27 jul. 2023.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014.

BITZINGER, R. A. China's Militarisation of the South China Sea: Creating a Strategic Strait? **RSIS Commentaries**, Singapore, n. 221, 2016.

BOJIKIAN, N. M. P; MARIANO, K. L. P; THOMAZ, L. F. O Acordo de Alcântara e o desenvolvimentismo oculto dos Estados Unidos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, p. 1-19, 2022.

BOLSA Família: 2,74 milhões de famílias aumentaram a renda com trabalho e estão na Regra de Proteção. **Agência Gov**. Brasília, DF, 15 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202403/2-74-milhoes-de-familias-que-aumentaram-a-renda-com-trabalho-continuam-no-bolsa-familia-pela-regra-de-protecao>. Acesso em: 18 nov. 2025.

BONAVIDES, P. **Ciência Política**. 10. ed. revista e atualizada. São Paulo: Editora Malheiros, 2000.

BORGES, J. **O que é o encarceramento em massa?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. *In*: ALMEIDA, A. W. B. *et al.* (org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 39-69.

BRASIL. **Decreto nº 88.136, de 1º de março de 1983.** Cria o Centro de Lançamento de Alcântara e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [20--]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88136-1-marco-1983-438606-norma-pe.html>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 241, de 8 de agosto de 1991.** Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terras e respectivas benfeitorias necessárias à implantação, pelo Ministério da Aeronáutica, do Centro de Lançamento de Alcântara, em Alcântara, no Maranhão. Brasília, DF: Presidência da República, [20--]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior_a_2000/1991/Dnn241.htm. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL rompe acordo com Ucrânia sobre lançamento de satélites. **Portal CNM.** Brasília, DF, 27 jul. 2015. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/brasil-rompe-acordo-com-ucrania-sobre-lancamento-de-satelites>. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. **Medida Provisória nº 858/18, de 23 de novembro de 2018.** Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Mpv/mpv858.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20N%C2%BA%20858%2C%20DE%2023%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202018&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20extin%C3%A7%C3%A3o%20da,Art. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019. Regulamenta o disposto no inciso XI do caput do art. 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, com vistas a desenvolver, a ordenar e a promover os segmentos turísticos relacionados com o Patrimônio Mundial Cultural e Natural do Brasil. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 70-A, p. 12, 11 abr. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9763.htm. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL desiste de acordo espacial com a Ucrânia. A decisão é de tentar fazer outros acordos para uso da base, e conversas já foram feitas com Alemanha, Estados Unidos e França. **Gazeta do povo.** Curitiba, 23 jul. 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/brasil-desiste-de-acordo-espacial-com-a-ucrania-6xgby4p335hejigahxza3vcr7/>. Acesso em: 9 abr. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 11, de 26 de março de 2020.** Publica as deliberações do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro na Sétima Reunião Plenária. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-11-de-26-de-marco-de-2020-249996300>. Acesso em 27/02/2021.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020.

BRASIL. **Acórdão nº 393, de 8 de março de 2023.** Relatório de auditoria na execução do Acordo Brasil-Ucrânia relativo à utilização de veículos de lançamento ucranianos no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA). Brasília, DF: Tribunal de Contas da União, 2023. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/ACORDAO->

COMPLETO-

2576740.KEY/%2520/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520. Acesso em: 2 dez. 2023.

BRASIL. **Processo Judicial Eletrônico nº 1016857-96.2020.4.01.3700.** Dano Ambiental, Revogação/Concessão de Licença Ambiental, Ambiental, Desapropriação para Regularização de Comunidade Quilombola/Dec.4887/2003. Brasília, DF: Justiça Federal, 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/wp-content/uploads/2023/09/uniao-nao-planejar-deslocamento.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. **Em Alcântara (MA), AGU reforça compromisso com diálogo e políticas públicas para comunidades quilombolas.** Brasília, DF: AGU, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/radio-1/audios/29022024-rafael-quilombolas.mp3/view>. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Brasília, DF: MDS, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/aceso-a-informacao/comunicabr/lista-de-acoes-e-programas/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em: 2 dez. 2024.

BRASIL. **Ações e Programas Bolsa Família.** Brasília, DF: MDS, [20--]. Disponível em <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 2 set. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília, DF, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania:** a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Em busca do Desenvolvimento Perdido:** um Projeto Novo-desenvolvimentista para o Brasil. 1. ed. Brasília, DF: FGV Editora, 2018.

BRITTO, G.; BASTOS, C. P. M. Introdução à Economia do Subdesenvolvimento. *In*: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (org.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 23. ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes; Ijuí: UNIJUI, 2003.

CALAZANS, M. Centro de Lançamento de Alcântara recebe comitiva interministerial. Entre os assuntos debatidos estiveram as capacidades e o funcionamento do Centro, assim como a criação e o investimento na empresa pública ALADA. **Agência Força Aérea**. Brasília, DF, 15 dez. 2023. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/41977/ESPA%C3%87O%20-%20Centro%20de%20Lan%C3%A7amento%20de%20Alc%C3%A2ntara%20recebe%20comitiva%20interministerial>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CAMINO, M. E. M. B. C.; MECK, J. T. O Direito Internacional Público e o Programa Aeroespacial Brasileiro. *In*: VELOSO, E. M. (coord.). **A política espacial brasileira**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 201-230.

CARCANHOLO, M.D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

CARCANHOLO, M. D. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, R. (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 119-167.

CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993.

CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.

CÁSSIA, R. de. Políticas públicas no Nordeste do Brasil: a produção de enclaves e de desigualdades socioespaciais. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, Porto, n. 8, p. 11-31, 2015.

CATTO, A. Brasil atinge menor nível de pobreza e extrema pobreza da série histórica do IBGE. **G1**. Brasília, DF, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/12/04/brasil-atinge-menor-nivel-de-pobreza-e-extrema-pobreza-da-serie-historica-do-ibge.html>. Acesso em: 16 nov. 2025.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Pensar Alcântara 2040**. Decola Alcântara. Brasília, DF: 2023. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/5797.pdf_Relat%C3%B3rio+Pensar+Alc%C3%A2ntara+20231221.pdf/5c30b734-f5f0-4838-93f4-96f64d6c452d?version=1.0. Acesso em: 5 ago. 2024.

CHAUVIN, S.; JOUNIN, N. **A Observação direta**. In: PAUGAM, S. (coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 124-140.

CHERNIJ, C. Sabotagem do Tio Sam Os Estados Unidos estariam por trás das explosões de foguetes na base maranhense de Alcântara. Motivo: evitar que outros países entrem na corrida espacial. **Revista Superinteressante**. São Paulo, 30 set. 2005. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/sabotagem-do-tio-sam>. Acesso em: 3 out. 2024.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CHOAIRY, A. C. C. **Alcântara vai para o espaço**: a dinâmica da implantação do centro de lançamento de Alcântara. São Luís: Editora UFMA/PROINCS, 2000.

COATS, D. R. **Statement for the Record**. Worldwide Threat Assessment of the US Intelligence Community. Washington, D.C.: Senate Select Committee on Intelligence, 2017. Disponível em: <https://www.hsdl.org/?view&did=801029>. Acesso em: 20 fev. 2023.

COMEÇAM obras da binacional Alcântara Cyclone Space. **Inovação Tecnológica**, 14 set. 2010. Disponível em:

https://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=alcantara-cyclone-space&id=020175100914#google_vignette. Acesso em: 5 set. 2023.

CONFINS. O índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). **Confins**, São Paulo, n. 44, mar. 2020.

CONHEÇA Alcântara: a cidade preserva histórias, praias e atrações turísticas. O Imirante preparou um roteiro com os principais pontos turísticos em Alcântara. **Imirante.com**. São Luís, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://imirante.com/entretenimento/maranhao/2021/02/17/conheca-alcantara-a-cidade-preserva-historias-praias-e-atracoes-turisticas>. Acesso em: 21 jun. 2024.

COSTA, A. M. A expansão do centro de lançamento de Alcântara (CLA) como expressão do genocídio étnico das comunidades quilombolas. **Esquerda Online**. Rio de Janeiro, 12 maio 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/05/12/a-expansao-do-centro-de-lancamento-de-alcantara-cla-como-expressao-do-genocidio-etnico-das-comunidades-quilombolas/>. Acesso em: 17 abr. de 2024.

COUTRIM, R. M. da E. Idosos trabalhadores: perdas e ganhos nas relações intergeracionais. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 21, n. 2, p. 367-390, maio/ago. 2006.

CUNHA, H. S. da; SANTOS G. P. A implantação do Complexo Parnaíba: uma análise dos impactos causados na comunidade da demanda em Santo Antônio dos Lopes – MA. JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., Maranhão, 2019. **Anais [...]**. Maranhão: UFMA, 2019.

DEVULSKY, A. Estado, racismo e materialismo. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 27, p. 25-30, 2016.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2014.

DUPAS, G. A Crise Econômica Internacional, o Desenvolvimento e a Democracia. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. **Cadernos doNUPPS**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 5-15, 2009.

E BOLSONARO quer expulsar quilombolas de Alcântara. **Outras Mídias**. Salvador, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/e-bolsonaro-quer-expulsar-quilombolas-de-alcantara/>. Acesso em: 2 mar. 2022.

EMBRAPA. Sisteminha Embrapa: produção sustentável e integrada de alimentos - Dia de Campo na TV. **Youtube**, 5 jun. 2014. 43min11s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LgqIu7ZH2C4>. Acesso em 15 ago. de 2024.

EMBRAPA e IFMA impulsionam desenvolvimento socioprodutivo de comunidades quilombolas em Alcântara-MA. **EMBRAPA**. Brasília, DF, 24 fev. 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/en/busca-de-noticias/-/noticia/87224403/embrapa-e-ifma->

impulsionam-desenvolvimento-socioprodutivo-de-comunidades-quilombolas-em-alcantarama. Acesso em: 23 out. 2024.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer Mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (ed.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 59-83.

ESTEVA, G. Más allá del desarrollo: la buena vida*. **Revista América Latina en Movimiento**, Ecuador, n. 445, p. 1-6, 2009.

FANON, F. Racismo e Cultura. **Revista convergência crítica**, Niterói, n. 13, p. 78-90, 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM–Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**: IFDM Edição 2014. Ano Base 2005. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014. Disponível em: <https://www.Firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-Firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MA&IdCidade=210020&Indicador=1&Ano=2005>. Acesso em: 28 out. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM–Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**: IFDM Edição 2014. Ano Base 2006. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014. Disponível em: <https://www.Firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-Firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MA&IdCidade=210020&Indicador=1&Ano=2005>. Acesso em 28 out. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM–Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**: IFDM Edição 2014. Ano Base 2007. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014. Disponível em: <https://www.Firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-Firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MA&IdCidade=210020&Indicador=1&Ano=2005>. Acesso em: 28 out. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM–Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**: IFDM Edição 2014. Ano Base 2008. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014. Disponível em: <https://www.Firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-Firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MA&IdCidade=210020&Indicador=1&Ano=2005>. Acesso em: 28 out. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM–Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**: IFDM Edição 2014. Ano Base 2009. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014. Disponível em: <https://www.Firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-Firjan-de-desenvolvimento-municipal->

resultado.htm?UF=MA&IdCidade=210020&Indicador=1&Ano=2005. Acesso em: 28 out. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM–Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**: IFDM Edição de 2014. Ano Base 2010. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014. Disponível em: <https://www.Firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-Firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MA&IdCidade=210020&Indicador=1&Ano=2005>. Acesso em 28 out. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM–Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**: IFDM Edição 2014. Ano Base 2011. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014. Disponível em: <https://www.Firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-Firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MA&IdCidade=210020&Indicador=1&Ano=2005>. Acesso em: 28 out. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM–Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**: IFDM Edição 2015. Ano Base 2012. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2015. Disponível em: <https://www.Firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-Firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MA&IdCidade=210020&Indicador=1&Ano=2005>. Acesso em: 28 out. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM–Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**: IFDM Edição 2015. Ano Base 2013. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2015. Disponível em: <https://www.Firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-Firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MA&IdCidade=210020&Indicador=1&Ano=2005>. Acesso em: 28 out. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM–Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**: IFDM Edição 2018. Ano Base 2014. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2018. Disponível em: <https://www.Firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-Firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MA&IdCidade=210020&Indicador=1&Ano=2005>. Acesso em: 28 out. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM–Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**: IFDM Edição 2018. Ano Base 2015. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2018. Disponível em: <https://www.Firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-Firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MA&IdCidade=210020&Indicador=1&Ano=2005>. Acesso em: 28 out. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **IFDM–Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**: IFDM Edição 2018. Ano Base 2016. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2018. Disponível em: <https://www.Firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-Firjan-de-desenvolvimento-municipal->

resultado.htm?UF=MA&IdCidade=210020&Indicador=1&Ano=2005. Acesso em: 28 out. 2023.

FEITOZA, I. F. **Agronegócio versus agricultura familiar**: a dinâmica socioeconômica da ocupação do espaço no município de Chapadinha/MA, a partir dos anos de 1990. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

FELLET, J. As polêmicas sobre o acordo entre Brasil e EUA para uso do centro espacial de Alcântara. **BBC News**. São Paulo, 20 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47632237>. Acesso em: 5 jan. 2024.

FERGUSON, J. **The Anti-Politics Machine**: ‘Development’, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho. Minnessota: University of Minnesota Press, 1990.

FERNANDES, F. **Integração do negro na sociedade de classes**. v. I. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FIGLIOLA, P. M.; BEHRENS, C. E.; MORGAN, D. U. S. **Space Programs**: Civilian, Military, and Commercial.

FILHO, J. Alcântara tem 80 Quilômetros de praias virgens, belas e desertas. **João Filho seu site de notícias**. São Luís, 2017. Disponível em: <https://www.joaofilho.com/alcantara-tem-80-quilometros-de-praias-belas-e-desertas/>. Acesso em: 2 jul. 2024

FLORES, N.; RODRÍGUEZ, R. Crecimiento económico y desarrollo humano. Observatorio laboral. **Observatorio Laboral Revista Venezolana**, Carabobo, v. 4, n. 7, p. 55-70, 2011.

FONSECA, A. A. C. da. **A efetivação do direito à terra das comunidades remanescentes de quilombo**: reflexos a partir do estudo de caso das comunidades quilombolas de Alcântara – MA. 2014. Monografia (Bacharelado em Direito) – Centro de Ciências Sociais, Curso de Direito, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

FORÇA ÁREA BRASILEIRA. **Não existe risco de perda de soberania,” diz diretor do DCTA sobre parceria internacional**. Brasília, DF: FAB, 2017. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/imprime/30315/>. Acesso em: 5 de jan. de 2024.

FORÇA ÁREA BRASILEIRA. **Centro de Lançamento de Alcântara – Operações**. Brasília, DF: FAB, 2014. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/cla/index.php/vantagens2>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **A violência contra negros e negras no Brasil**. Rio de Janeiro: FBSP, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/db83610b-dfbb-43ed-96e2-eb4a4e91ee3f>. Acesso em: 15 ago. 2022

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREITAS, C. Empresa do Programa Espacial Brasileiro paralisa obras na Base de Alcântara. **Defesanet**. Canoas, 22 jul. 2013. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/defesa/empresa-do-programa-espacial-brasileiro-paralisa-obras-na-base-de-alcantara/>. Acesso em: 7 jan. 2023.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola, Processo nº 01420.001033/2004-21**. Brasília, DF: FCP, 2021. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-ma-05022021.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. **Texto base do protocolo comunitário sobre Consulta e Consentimento Prévio, Livre e Informado (CCPLI), das comunidades quilombolas do Território Étnico de Alcântara/MA**. Alcântara: FRL, 2019. Disponível em: https://direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2020/03/Protocolo_Alcantara_web.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1960.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

FURTADO, C. Perspectivas da economia brasileira (1957). In: MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; MODENESI, Rui Lyrio (org.). **BNDES, um banco de ideias**: 50 anos refletindo o Brasil. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2002. p. 19-45.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo; Porto Alegre; São Paulo: Paz e Terra, L&PM, Martins Fontes, 2000.

GANEM, C. Política Espacial Brasileira – uma reflexão. VELOSO, E. M. (coord.). **A política espacial brasileira**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p. 107-112.

GERAQUE, E. Base de Alcântara: o que falta para decolar. **Revista Veja**. São Paulo, 22 mar. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/especiais/base-de-alcantara-o-que-falta-para-decolar>. Acesso em: 5 mar. 2023.

GIAMBIAGI, F.; ALMEIDA, P. R. **Morte do consenso de Washington?** Rio de Janeiro: BNDS, 2003. Disponível em https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/8423/2/Morte%20do%20consenso%20de%20Washington%20Os%20rumores%20a%20esse%20respeito%20parecem%20muito%20exagerados.%20td-103_P.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓMEZ, J. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada Online**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2002.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Edizione critica di Valetino Gerratana. 3. ed. Torino: Einaudi, 2007.

GREGORIUS, M. R. A Administração Pública e suas funções. **JusBrasil**. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-administracao-publica-e-suas-funcoes/195654350>. Aceso em: 8 ago. 2023.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo de base comunitária: convivencialidade e conservação ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 57-68, 2011.

GRONEMEYER, M. Ajuda. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Editora Vozes; 2000.

GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Para entender O capital**. São Paulo: Boitempo, 2010.

Harvey, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HERCULANO, S. **Racismo ambiental, o que é isso?** Rio de Janeiro: UFF, 2017.
Disponível em: https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf. Acesso em: 6 ago. 2024.

HILBORNE. M. China's space programme. A rising star, a rising challenge. **Defence-In-Depth**. London, 30 apr. 2021. Disponível em: <https://defenceindepth.co/2021/04/30/chinas-space-programme-a-rising-star-a-rising-challenge/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

IMPEACHMENT de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Agência Senado**. Brasília, DF, 28 dez. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 7 jun. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/>. Acesso: jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cadastro central de empresas – CEMPRES**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6449>. Acesso em: 7 jul. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área territorial dos municípios brasileiros (com as atualizações ocorridas após o Censo Demográfico 2010)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_capitais_do_Brasil_por_%C3%A1rea#cite_note-IBGE_%C3%81rea_Municipal-1. Acesso em 1 de fev. de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CD/A/59/T/Q>. Acesso em: 3 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: Alcântara**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/alcantara/panorama>. Acesso em: 13 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, [20--]. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=759>. Acesso em: 5 mai. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – PNADC/A**. Rio de Janeiro: IBGE, [20--]. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 15 jun. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: 1960**. Rio de Janeiro, 1960. Rio de Janeiro: IBGE, [20--]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 13 maio 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5939>. Rio de Janeiro: IBGE, [20--]. Acesso: 13 maio 2023.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de uso público do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses**. Brasília, DF: ICMBio, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/parna-dos-lencois-maranhenses/copy_of_plano_uso_publico_pnlm.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília, DF: IPEA, 2015. Disponível em: http://ivs.Ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)**. Disponível em: <http://ivs.Ipea.gov.br/index.php/pt/planilha>. Acesso em: 23 nov. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Alcântara (MA)**. Brasília, DF: IPHAN, 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/345/>. Acesso em: 2 mar. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **História - Alcântara (MA)**. Brasília, DF: IPHAN, 2024. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1437/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO. **Sobre o Campus**. Alcântara: IFMA Alcântara, 2015.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **Enciclopédia dos municípios maranhenses**. v. 5. Lençóis Maranhenses: Imesc, 2020. Disponível em <https://imesc.ma.gov.br/enciclopedia-dos-municipios-maranhenses-v-5-lencois-maranhenses/>. Acesso em: 8 mai. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), processo 54.230.002401/2006-13. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, p. 110, 4 nov. 2008a.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Memorial Descritivo, processo 54.230.002401/2006-13. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, p. 127, 5 nov. 2008b.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya**. Report of an Inter-Agency Team Financed by The United Nations Development Programme and Organized by The International Labour Office. Geneva: ILO, 1972.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Decent work and the informal economy Conference. 90th session**. Geneva: ILO, 2002.

JESUS, J. A. de; SPINOLA, N. D. Seis décadas da Teoria dos Polos de Crescimento: revisitando Perroux. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano XXVII, n. 2, p. 935-952, 2015.

JESUS, T. S. C. de; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de. Análise dos conflitos socioambientais em torno da constituição da reserva extrativista de Tauá-Mirim. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v. 21, n. especial, p. 1-14, jul. 2014.

JOLIVET, M.-J. **La question créole**. Essai de sociologie sur la Guyane Française. Paris: Centre ORSTOM, 1990.

KAY, C. As contribuições latino-americanas para a teoria crítica de desenvolvimento. **Caderno CrH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 451-462, set./dez. 2018.

LANDER, E. **Descolonizar o imaginário**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LEFF, E. **Ecología y Capital**. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sostenible. México: Siglo XXI, 1994.

LIMA, C. de. **Vida, Paixão e Morte da Cidade de Alcântara – Maranhão**. São Luís: SECMA, 1998.

LIMA JUNIOR, J. B.; GALVÃO, A. L. G; BARROS, I. M. P. P. de; TAVARES, L. R. de Q. Tratado de cooperação espacial entre Brasil e Ucrânia: reflexões sobre sua criação e extinção. **Revista Direito.UnB**, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 65–91, 2021.

LOMNITZ, L. **Networks and marginality: life in a mexican shanty town**. Nova York: Academic Press, 1977.

LOPES, D. da C. S. **A atemporalidade do colonialismo**: contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a base espacial. São Luís: Editora UEMA/PPGCSPA/ PNCSA, 2020.

LOUREIRO, V. R. Pressupostos do modelo de integração da Amazônia brasileira aos mercados nacional e internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, M. J. J. (org.). **Sociologia na Amazônia**. Debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: UFPA, 2005. p. 47-70.

LOUREIRO, V. R. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 527-552, 2012.

LÖWY, M. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista*. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 14, p. 36-42, 2010. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/Margem-14-M-Lowy.pdf>. Acesso em: 18 de mar. de 2024.

LUKÁCS, G. **Arte e Verdade Objetiva**. 1954. São Paulo: Editora Fondo de Cultura Econômica, 1954.

LUXEMBURGO, R. **A Acumulação de Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1970.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Anticrítica. Vol. II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MACHADO, R. A produção de violência e morte em larga escala: da biopolítica à tanatopolítica. Castor Bartolomé Ruiz analisa o fenômeno da construção social do medo e da violência como formas de governo da vida. **IHU On-Line**, Porto Alegre, ed. 521, 2018. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7270-a-producao-de-violencia-e-morte-em-larga-escala-da-biopolitica-a-tanatopolitica>. Acesso em: 8 ago. 2024

MAGALHÃES, K. A. **Envelhecimento e Cuidado**: uma abordagem antropológica centrada na visão de agentes comunitários de saúde. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas René Rachou, Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2015.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e Dor**: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, Universidade Federal do Pará, Belém; École Doctorale Vivant et Sociétés, Paris, 2007.

MAIS de 1,4 milhão de empresas fecharam em 2021. **Website Filtered**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mais-de-14-milhao-de-empresas-fecharam-em-2021>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MALDONADO, C. **Fortalecendo as Redes de Turismo Comunitário – REDTURS – na América Latina**. Turismo Sustentável e Desenvolvimento Local. Turim: Centro Internacional de Formação da OIT, 2007.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MALTA, M. M.; CASTELO, R.; ROCHA, M. A. da; BORJA, B.; BIELSCHOWSKY, P. A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão. In: MALTA, M. M. (coord.). **Ecos do desenvolvimento**: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Celso Furtado, 2011.

MALTICHIK R. Projeto de foguete em parceria com Ucrânia ruma ao fracasso. **O Globo**. Rio de Janeiro, 15 fev. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/projeto-de-foguete-em-parceria-com-ucrania-ruma-ao-fracasso-15342836>. Acesso em: 7 mar. 2024.

MALTHUS, T. R. **Princípios de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARANHÃO. **Decreto nº 7.820, de 12 de setembro de 1980**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1980. Disponível em <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=2543>. Acesso em: 20 fev. 2021.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la Dependencia**. 3. ed. México: Série Popular Era, 1977.

MARINI, R. M. En torno a dialéctica de la dependencia. *In*: MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Série Popular Era, 1991.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e Revolução**. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. (org.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. p. 251-266

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1975.

MARX, K. **Elementos fundamentales para la critica de la economia política** (Gundrisse). México: Siglo XXI, 1976.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Ed. Mandacaru, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATTOS, A. N. de. Estado, país ou nação? Entenda as diferenças. Politize! Florianópolis, 12 set. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/estado-pais-nacao-diferencas/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MENDONÇA, B. R. **Continuum colonial**: Colonialidade (=modernidade), empreendimentos capitalistas, deslocamentos compulsórios e escravos da República no Estado do Maranhão, Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2004.

MELLO, A. da C. **A experiência do Grupo Executivo Interministerial de Alcântara-MA na construção de um ambiente participativo e cooperativo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

MESQUITA, B. A. de. Demanda por alimentos e as consequências na Amazônia brasileira: “sucesso” do agronegócio e tragédia do desmatamento. ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS

DE AMÉRICA LATINA, 12., Montevideu, 2009. **Anais [...]**. Montevideu: UDELAR, 2009. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Impactoambiental/81.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2023.

MESQUITA, B. A. de. **Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica**: as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.Ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo33.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2023.

MESQUITA, B. A. de. Os novos cenários da dinâmica agrícola na Amazônia: as empresas globais. JORNADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., São Luís, 2013. **Anais [...]**. ao Luís: UFMA, 2013. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo12-questaoagricolaquestaoagrariasegurancaalimentarepoliticaspublicas/pdf/osnovoscenariosdadinamicaagricolanaamazonia-asempresasglobais.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

MESQUITA, B. A. de. Notas provisórias sobre a estratégia de desenvolvimento e os grandes projetos da Amazônia. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, n. e., p. 439-445, jul. 2014.

MESQUITA, B. A. de. Grandes projetos de investimentos na Amazônia e as questões do desenvolvimento regional. In: MARIN, R. E. A.; NEVES, J. S. N. (org.). **Povos tradicionais em colisão com estratégias empresariais no Maranhão e Pará**. Manaus: UEA Edições, 2015.

MESQUITA, B. A. Contribuição governamental na ascensão do modelo agroexportador do agronegócio e suas consequências sociais e ambientais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. esp., p. 135–147, 2016.

MESQUITA, B. A. Modernização da agricultura brasileira e o papel do Estado durante a Ditadura Militar (1964-1985). In: SOARES, D. de Q.; SILVA, J. de R. S.; MADEIRA, W. do V. (org.). **O desenvolvimento socioeconômico e os desafios da atual conjuntura**. São Luís: EdUFMA, 2022.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade - O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira Ciência Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MIGUEL, S. “Racismo é dupla morte”, diz Kabengele Munanga. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP)**. São Paulo, 6. out. 2016.). Disponível em: <http://www.ica.usp.br/noticias/racismo-causa-dupla-morte-munanga>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa social**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOLTZ, J. C. The Changing Dynamics of Twenty-First-Century Space Power. **Journal of Strategic Security**, Florida, v. 12, p. 15-43, 2019.

MONCAU. G. Antropólogo Kabengele Munanga reconhece avanços, mas alerta: "Racismo é um monstro complexo". **Brasil de Fato**. São Paulo, 18 dez. 2022. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/12/18/antropologo-kabengele-munanga-reconhece-avancos-mas-alerta-racismo-e-um-monstro-complexo>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, p. 124-137, 1983. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20824>. Acesso em: 2 ago. 2024.

MOURA, C. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOREIRA, M. O que é Setor Terciário (Empresas)? **Análise de Ações**. São Paulo, 2 mai. 2023. Disponível em: <https://www.analisedeacoes.com/dicionario/s/setor-terciario-empresas/>. Acesso em: 5 ago. 2023.

MP extingue empresa espacial criada com Ucrânia para explorar base de Alcântara. **Agência Senado**, Brasília, DF, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/11/27/mp-extingue-empresa-espacial-criada-com-ucrania-para-explorar-base-de-alcantara>. Acesso em: 3 fev. 2024.

MUNANGA, K. O mundo e a diversidade: questões em debate. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 117-129, 2022.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., Rio de Janeiro, 2003. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: PENESB, 2003.

MUNANGA, K. Por que o racismo e suas práticas e qual é responsabilidade social que se espera dos profissionais que lidam com as questões da sociedade? Conferência de abertura do II PSINEP - Recife, 01 de maio de 2014. **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, v. 2, n. esp., p. 7-15, 2015.

NADA menos que 64% dos municípios dependem da renda dos aposentados. **Correio Braziliense**. Brasília, DF, 7 jan. 2012. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2012/01/07/internas_economia,285545/nada-menos-que-64-dos-municipios-dependem-da-renda-dos-aposentados.shtml. Acesso em: 16 nov. 2025.

NASCIMENTO, A. **O Genocídio do negro brasileiro: um processo de racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, L. Parceria quer fortalecer sistema produtivo quilombola em Alcântara. **Agência Brasil**. São Luís, 26 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-02/parceria-quer-fortalecer-sistema-produtivo-quilombola-em-alcantara>. Acesso em: 3 ago. 2023.

NIEDERLE P. A.; RADOMSKY G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

NUNES, P. M. P. A Terra da Pobreza e as Comunidades Remanescentes de Quilombos de Alcântara: identidade étnica e territorialidade. COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DOUTORANDOS/AS DO CES, 4., Coimbra, 2013. **Anais [...]**. Coimbra: CES, 2013.

Disponível em:

https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/10.1.3_Patricia_Maria_Portela_Nunes.pdf. Acesso em: 18 nov. 2022.

ODEBRECHT, J. O que é indústria? Entenda a importância desse setor para a economia. Uma indústria é responsável por extrair matéria-prima e produzir todos os insumos que consumimos no dia a dia. **Blog Checklist fácil**, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://blog-pt.checklistfacil.com/industria/>. Acesso em: 3 ago. 2023.

O GÁS da prosperidade. **Portos e Navios**. Rio de Janeiro, 26 jun. 2013. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/ind-naval-e-offshore/o-gas-da-prosperidade>. Acesso em: 5 fev. 2024.

OLIVEIRA, D. de. Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. **Revista da Boitempo** nº 27. São Paulo: Boitempo, 2016.

OLIVEIRA, F. R.; COSTA, B. V. A.; CARNEIRO, G. S.; POLA, J. V. D.; OLIVEIRA, L. M. de; VERSOLATO, P.; MELO, T. R. de S. O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e EUA para o Uso do Centro de Lançamento de Alcântara. **Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil – OPEB**. São Paulo, 1 maio 2019. Disponível em: <https://opeb.org/2019/05/01/o-acordo-de-salvaguardas-tecnologicas-entre-brasil-e-eua-para-o-uso-do-centro-de-lancamento-de-alcantara/>. Acesso em: 3 out. 2024.

OLIVEIRA, J. A. A invenção geográfica da Amazônia. **Revista GeoUECE**, Fortaleza, v. 3, n. 5, p. 184-197, jul./dez. 2014.

O QUE é o WikiLeaks? Saiba mais sobre o site criado por Julian Assange. **Olhar Digital**. São Paulo, 11 abr. 2019. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2019/04/11/noticias/o-que-e-o-wikileaks-saiba-mais-sobre-o-site-criado-por-julian-assange/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

O QUE foi a Operação Lava Jato? Iniciada em março de 2014, a Operação Lava Jato foi a maior investigação sobre corrupção realizada no Brasil. **CNN Brasil**. São Paulo, 10 out. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-foi-a-operacao-lava-jato/>. Acesso em: 3 de fev de 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Histórico da pandemia de COVID-19. Brasília, DF: OPAS, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em 5 abr. 2024.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. Campinas: Boitempo, 2012. p 103-133.

PACHECO, T. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor*. **Development in Practice**, Fortaleza, v. 18, n. 6, nov. 2008.

PASSOS, J. M. EUA tentaram impedir programa brasileiro de foguetes, revela WikiLeaks. Autoridades americanas teriam pressionado a Ucrânia a não transferir tecnologia do setor a

cientistas brasileiros, segundo telegrama. **O Globo**. Rio de Janeiro, 25 jan. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/eua-tentaram-impedir-programa-brasileiro-de-foguetes-revela-wikileaks-2832869>. Acesso em: 5 out. 2024

PAULA, R. Z. A. de, MESQUITA B. A. de. A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do estado do Maranhão - 1970/2008. ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 13., Fortaleza, 2008. **Anais** [...]. Fortaleza: BNB, 2008. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45787/665175/A+din%C3%A2mica+recente%2C+impacto+social+e+perspectivas+da+economia+do+estado+do+Maranh%C3%A3o+-+1970-2008..pdf/523a2fb8-f4d5-e58e-af20-6d314f13dccc?version=1.0&t=1638447469695&download=true>. Acesso em: 2 jul. 2023.

PELBART, P. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEREIRA JÚNIOR, D. **Territorialidades e identidades coletivas**: uma etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

PEREIRA JÚNIOR, D. Os Filhos da Santa: processo de reivindicação do território como quilombola na baixada maranhense. **Wamon**, Manaus, v. 2, p. 13-34, 2017.

PERRI, N. O processo histórico e teórico que conduz à proposta de desenvolvimento sustentável. In: PERRI, N.; FOLADORI, G. (ed.). **Sustentabilidad?** Desacuerdos sobre el desarrollo sostenible. Montevideu: Trabajo y Capital, 2001.

PIRES, M. T. Foguete brasileiro-ucraniano só deve ser lançado em 2014. Presidente da agência espacial brasileira diz que base de lançamento não ficará pronta até o fim de 2013, como prometeu o ex-ministro Aloizio Mercadante. **Exame**. São Paulo, 27 jul. 2012. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/foguete-brasileiro-ucraniano-so-deve-ser-lancado-em-2014/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

PIVOTO, D.; CARUSO, C. de O.; NIEDERLE, P. A. Schumpeter e a Teoria do Desenvolvimento Econômico. In: NIEDERLE, P. A. RADOMSKY, G. F. W. (coord.). **Introdução às Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PORTO do Jacaré em Alcântara é interditado pela Aeronáutica; 'para garantir a segurança dos usuários'. **G1**. São Luís, 18 fev. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/02/18/porto-do-jacare-em-alcantara-e-interditado-pela-aeronautica-para-garantir-a-seguranca-dos-usuarios.ghtml>. Acesso em: 19 nov. 2024.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: CEPAL, 1949. Disponível em: <https://www.Cepal.org/es/publicaciones/40010-desarrollo-economico-la-america-latina-algunos-sus-principales-problemas>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PREBISCH, R. **La cooperación internacional en la política de desarrollo latinoamericana**. Santiago: CEPAL, 1954. Disponível em: <https://repositorio.Cepal.org/items/12d30082-b873-4716-aefd-7768df13e107>. Acesso em: 19 fev. 2024.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: CEPAL, 2012.

QUAL a diferença entre fossa e fossa séptica? **Mogiene**. São Paulo, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://mogiene.com.br/qual-a-diferenca-entre-fossa-e-fossa-septica/#:~:text=Fossa%20rudimentar%20ou%20fossa%20negra,-Este%20tipo%20de&text=Elas%20s%C3%A3o%20praticamente%20um%20buraco,da%20transmiss%C3%A3o%20de%20doen%C3%A7as%20diversas>. Acesso em: 20 jul. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires Lugar **CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales Editorial/Editor**, 2005. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 5 de abr de 2023.

QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, London, v. 21, n. 23, p. 168-178, 2007.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, Pós-Estruturalismo e Pós-Desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149 – 193, 2011.

RAINHA, R.; LOPES, D. da C. S. A titulação dos territórios quilombolas: uma breve leitura dos oito anos de governo Lula. In: LOPES, D. da C. S. **A atemporalidade do colonialismo: contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a base espacial**. São Luís: Editora UEMA/PPGCSPA/ PNCSA, 2020.

REIS, P.; BALTAZAR, M. da S. A problemática do desenvolvimento e crescimento económico: revisar conceitos, teorias e modelos. **Desenvolvimento e Sociedade**, Évora, v. 4, n. 4, p. 2184-2647, jul. 2018.

REIS, W. S.; SOUZA, J. de M. Efeitos da atividade siderúrgica no município de Açailândia-MA: um relato a partir das percepções e vivências das populações residentes no distrito industrial do Piquiá. **OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 18, p. 150-159, set. 2015.

RESTREPO, E.; ROJAS A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Ed. Universidad del Cauca, 2012.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROBINSON, W. Accumulation Crisis and Global Police State. **Critical Sociology**, Los Angeles, p. 1-14, 2018.

ROBINSON, W. I. Global Capitalist Crisis and Twenty-First Century Fascism: Beyond the Trump Hype. *Science & Society: A Journal of Marxist Thought and Analysis*, Los Angeles, v. 83, n. 2, 2019.

ROCHA, A. T. F. **A Festa Inacabada**. A implantação do Centro de Lançamento de Alcântara e a constituição de sujeitos liminares. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.

RODRIGUES, B. S. **Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul?** Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana (2001-2016). 2020. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2020.

ROLLEMBERG, R. **A política espacial brasileira**. Brasília, DF: Câmara dos deputados, 2010.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico, um manifesto não-comunista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1959.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALLES, S. Parceria espacial Brasil-Ucrânia custou R\$ 1 bilhão e acabou sem lançar foguete. **CNN Brasil**. Rio de Janeiro, 2 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/parceria-espacial-brasil-ucrania-custou-r-1-bilhao-e-acabou-sem-lancar-foguete/>. Acesso em: 10 out. 2023.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de. Amazônia e Modernidade: leitura da invasão, ocupação e incorporação da Amazônia no mundo moderno. **Muiraquitã: revista de letras e humanidades**, Rio Branco, ano 1, n. 1, p. 11-28, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de. Conflitos sócio-ambientais no Maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento. **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 4., São Luís, 2009. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/8.%20Agricultura,%20Seguran%C3%A7a%20Alimentar%20e%20Meio%20Ambiente/CONFLITOS%20S%C3%93CIO-AMBIENTAIS%20NO%20MARANH%C3%83O%20E%20SUA%20RELA%C3%87%C3%83O%20COM%20GRA.pdf. Acesso em: 1 ago. 2022.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A. (orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EdUFMA, 2009.

SANTOS. D. da S. S.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. de. Fé, Território e luta: mobilização e resistência na comunidade tradicional do Cajueiro. **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 8., São Luís, 2017. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2017. Disponível:

feterritorioelutamobilizacaoeresistencianacomunidadeatradicionaldocajueiro.pdf, ufma.br. Acesso em: 15 mar. 2023.

SANTOS, R. L. O Projeto Grande Carajás -PGC - e seus reflexos para as quebradeiras de coco de Imperatriz. SEMINÁRIO DE PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2., Goiás, 2009. **Anais [...]**. Goiás: UFG, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_RaimundoLitos.pdf. Acesso em: 1 nov. 2024.

SANTOS, W. G. dos. **Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1963.

SANTOS, T. dos. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SARNEY, J. O foguete e o teto. **Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro, 27 dez. 2022. Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/o-foguete-e-o-teto>. Acesso: 17 nov. 2023.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHMITT, A. M; TURATTI, C. M; CARVALHO, M. C. P. de A. Atualização do conceito de Quilombo: identidade e território nas definições yeóricas. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano v, n. 10, p. 1-8, 2002.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **O que é o Cadastro Único**, Brasília, DF: SEDES, 2018. Disponível em: <https://www.sedes.df.gov.br/w/o-que-e-o-cadastro-unico>. Acesso em: 6 jul. 2022.

SERRA, M. A.; FERNÁNDEZ R. G. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Rev. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 107-131, jul./dez. 2004.

SILVA, D. N. O que foi a Guerra Fria? **Brasil Escola**, [20--]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/guerra-fria.htm>. Acesso em: 4 dezembro 2024. Acesso em: 2 ago. 2024.

SILVA, J. de S. **La pedagogía de la pregunta y el' día después del desarrollo'**. CONGRESO NACIONAL DE EDUCACIÓN RURAL, 3., Medellín, 2010.

SILVA, B. S.; FELTRIN, C. R. Propriedade intelectual e soberania nacional. **ÂNDÉ - Ciências e Humanidades**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 22–33, 9 jun. 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora: São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SLOAT, L.; RAY, D.; GARCIA, A.; CASSIDY, E.; HANSON, C. O mundo está cultivando mais alimentos – mas não para alimentação. **WRI Brasil**. São Paulo, 10 jan. 2023.

Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/o-mundo-esta-cultivando-mais-alimentos-mas-nao-para-alimentacao>. Acesso em: 21 set. 2024.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, C. B. G. Territorialidades étnicas e identidade nacional: o caso da Guiana Francesa. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 16, n. 2, p. 7-21, mai/ago. 2012.

SOUZA, P. H. G. F. OSORIO, R. G.; PAIVA, L. H.; SOARES, S. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos**. Texto para discussão 2499. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

SOUZA FILHO, B. **Os novos capitães do mato**. São Luís: EdUFMA, 2013.

STIGLITZ, J. **The price of inequality**. How today's divided society endangers our future. New York: W.W. Norton & Company, 2012.

SUNKEL, O. (ed.). **Development from Within**: toward a neostructuralist approach for Latin America. Boulder: Lynne Rienner, 1972.

SVAMPA, M. Minería y Neoextractivismo Latinoamericano. **Portal Darío Vive**, 5 jul. 2011. Disponível em: <https://www.ocmal.org/mineria-y-neoextractivismo-latinoamericano>. Acesso em: 9 jun. 2023.

TOKMAN, V. E. 'Informal-formal sector relationships: an exploration into their nature'. **CEPAL Review**, Santiago, v. 1978, n. 5, p. 99 – 134, jul. 1978.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 2727/2017. Relator Marcos Bemquerer. Brasília, DF, 6 de dezembro de 2017. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2727%2520ANOACORDAO%253A2017/DTRELEVANCIA%20desc,%20NUMACORDAOINT%20desc/0/%20?uuid=5e120d80-6b83-11e9-b61b-7d4833deade. Acesso em: 10 mar. 2024.

TRUMAN, H. S. Inaugural Address. **Harry S Truman Library and Museum**. Independence, 20 jan. 1949. Disponível em <https://www.trumanlibrary.gov/library/public-papers/19/inaugural-address>. Acesso em: 22 jun. 2023.

UNICEF. **Panorama da Violência Letal e Sexual contra Crianças e Adolescentes no Brasil 2021-2023**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/panorama-da-violencia-letal-e-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil-2021-2023>. Acesso em: 22 jan. 2023.

VAINER, C. B. Lugar, região, nação, mundo: explorações históricas do debate acerca das escalas de ação política. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 9-29, nov. 2006.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 9, n. 1, maio 2007.

VALENTE, R. No meio da pandemia, governo Bolsonaro admite que removerá quilombolas. **UOL**. São Paulo, 28 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/03/28/governo-bolsonaro-alcantara-quilombolas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 2 fev. 2023.

VASCONCELOS, R. D. D. L. O PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais – aspectos orçamentários. *In*: VELOSO, E. M. (coord.). **A política espacial brasileira**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Eldstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VITTE, C. de C. S.; JANNUZZI, P. de M.; KEINERT, R. C.; KEINERT, T. M. M. Novas abordagens de desenvolvimento e sua inserção na gestão de cidades. *In*: KEINERT, T. M. M.; KARRUZ, A. P. (org.). **Qualidade de vida**: observatórios, experiências e metodologias. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

WEEDEN, B. E. A. **Global Counterspace Capabilities**: An Open Source Assessment, 2018. Disponível em: https://swfound.org/media/206118/swf_global_counterspace_april2018.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

WIKILEAKS: Em 2009, governo dos EUA já se dizia contra programa brasileiro de foguetes. **Revista Fórum**. São Paulo, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2019/3/19/wikileaks-em-2009-governo-dos-eua-ja-se-dizia-contraprograma-brasileiro-de-foguetes-54027.html>. Acesso em: 17 nov. 2024.

WILTGEN, R. da S. Notas sobre polarização e desigualdades regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 532-539, 1991.

WORLD BANK GROUP. **About Us**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/ext/en/who-we-are>. Acesso em: 20 ago. 2024

ZAPAROLLI, D. Pronto para decolagem. **Pesquisa FAPESP**. São Paulo, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/pronto-para-decolagem/>. Acesso em: 15 de jan. 2023.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 2, p. 119-135, jul.-dez. 2007.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A COMUNIDADE
QUILOMBOLA VISTA ALEGRE

Nome: _____ Idade _____

Escolaridade _____

Nº de pessoas que moram na casa _____ Nº de filhos que moram na casa _____

I. Questionário socioeconômico

1) Há quantos anos mora em Vista Alegre? _____

2) O que significa para você morar em Vista Alegre?

3) Quais produtos alimentícios são produzidos pela comunidade _____

4) Há excedente produtivo? Sim () Não (). Algum produto é comercializado em Alcantara ou São Luís ou outro lugar? Sim () Não () Qual (is) produtos:

Em que/quais local (ais) é comercializado: _____

5) Algum membro da família presta serviço fora para ajudar nas despesas da família? Sim () Não (). Qual (is) membros da família: _____.

Que tipo de serviço? _____

6) Algum membro da família é beneficiário de programas sociais, como aposentadoria () bolsa família (), outros _____. Qual membro da família recebe: _____

II Expansão da área da base de lançamento

7) Esta comunidade foi visitada recentemente por algum representante do Estado para falar sobre a remoção das famílias por causa da expansão da base de lançamento? Sim () Não () O que eles disseram?

8) Acredita que você, sua família ou esta comunidade pode se beneficiar pela expansão da base de alguma forma? Sim () Não () como?

9) Acredita que você, sua família ou esta comunidade pode se prejudicar pela expansão da base de alguma forma? Sim () Não () como?

10) Você conhece alguém que mora em agrovila? Sim () Não (), se sim, o que essa pessoa diz sobre morar lá? _____

11) A comunidade participa de algum movimento social para compreender melhor a questão da expansão da área da base, como o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara – MABE, ou de algum sindicato? Sim () Não (). Se participa, de qual?

12) São feitas na comunidade reuniões para tratar desse assunto? Sim () Não (). Quem promove essas reuniões? _____

Comunidade quilombola Vista Alegre/Alcântara/MA

_____ de _____ de 2020

Assinatura

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM
REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO LOCAL (VEREADORES /
SECRETÁRIOS MUNICIPAIS)**

Perfil

Nome: _____ Idade _____
Escolaridade/Formação _____ Cargo Público _____
Local de nascimento _____

I. Cidade de Alcântara

1) Na sua opinião, Alcântara é uma cidade: () parada (..) atrasada () boa como está () precisa melhorar (.....) () Outros. Especificar: _____

2) A partir da expansão da Base, você acredita que virão muitas pessoas de fora morar em Alcântara () sim () não () não sabe, por qual motivo?

3) Se sim, qual sua opinião sobre a vinda de outras pessoas para morar em Alcântara?

4) Como se sente em relação à presença de militares na cidade?

II Expansão da área da Base de Lançamento

5) Você é a favor () contra () indiferente () à expansão da área da Base de Alcântara?

6) Você acredita que Alcântara depende da ampliação do funcionamento da Base para se tornar uma cidade melhor () sim () não () não sabe

7) Quais **mudanças positivas ou negativas** ocorreram para o povo de Alcântara **por causa da** primeira fase da expansão?

Positivas

Negativas

8) Você considera que a expansão da área Base será importante para a economia local?
 () sim () não () não sabe, de que forma? _____

9) Você acredita que o aluguel da estrutura da área Base para outros países trará novos ingressos de receitas municipais, sim () não ()

10) Que tipo de melhoria a expansão dos serviços da Base pode trazer para Alcantara?

11) Que tipo de prejuízos a expansão dos serviços da Base pode trazer para Alcantara?

III – Comunidades quilombolas

12) Você acredita que as pessoas que moram nas comunidades quilombolas da zona rural podem ser atingidas pela expansão da Base de alguma forma? Sim () não () não sabe (), por quê?

13) Você conhece alguém que mora em agrovila? Sim () não (), se sim, o que essa pessoa diz sobre a mudança e sobre morar na agrovila?

14) O que você pensa sobre os movimentos sociais que são desfavoráveis à expansão da Base, como o MABE ou Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, por exemplo?

15) Na sua opinião de representante da população local, como deve ser a atuação dos demais representantes políticos (federais, estaduais e locais) em relação aos moradores das comunidades quilombolas, caso a remoção se efetive?

16) Como você se sente em relação à situação dos quilombolas no que diz respeito à remoção para as agrovilas no passado?

17) E com relação aos deslocamentos que podem ocorrer por causa do Novo Acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos?

18) Esse questionário será utilizado para a escrita de artigos e da tese que estou desenvolvendo, você concorda que nome conste na divulgação do trabalho que será publicado?
() sim () não

Alcântara/MA, _____ de _____ de 2021

Assinatura

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EMPRESÁRIOS E
AUTÔNOMOS**

I) Perfil

Nome: _____ Idade _____

Escolaridade/Formação _____

Local de nascimento _____

Ramo de atividade _____

II Cidade de Alcântara

1) Na sua opinião, Alcântara é uma cidade () parada (..) atrasada () boa como está ()
precisa melhorar (.....) Outros. Especificar: _____

2) A partir da expansão da Base, você acredita que virão muitas pessoas de fora morar em
Alcântara () sim () não () não sabe, por qual motivo?

3) Se sim, qual sua opinião sobre a vinda de outras pessoas para morar em Alcântara?

4) Como se sente em relação à presença de militares na cidade?

5) Você é a favor () contra () indiferente () a expansão do CLA?

6) Você acredita que com a expansão da Base haverá crescimento na economia local?

Sim () não (), não sabe (), como?

7) Como empresário, você saberia identificar quais setores produtivos poderão ser beneficiados pela expansão da Base?

8) Quais **mudanças (positivas ou negativas)** ocorreram após a primeira fase da expansão da Base?

Positivas:

Negativas:

II – Comunidades quilombolas

9) Você considera relevante para a cidade de Alcântara a produção local das comunidades rurais, como pescados ou frutas que são comercializados na feira, por exemplo? Sim () não () indiferente () não sabe (), por quê?

10) Você acredita que as pessoas que moram nas comunidades da zona rural podem ser afetadas pela expansão da Base de alguma forma? Sim () não () não sabe (), de que forma?

11) Como você sente em relação à situação dos quilombolas que têm as terras ameaçadas pela nova expansão da Base?

12) Você conhece alguém que mora em agrovila? Sim () não (), se sim, o que essa pessoa diz sobre a mudança e quanto a morar na agrovila?

13) O que você pensa sobre os movimentos sociais que são desfavoráveis à expansão da Base, como o MABE e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, por exemplo?

14) Na sua opinião de representante da população local, como deve ser a atuação dos demais representantes políticos (federais, estaduais e locais) em relação aos moradores das comunidades quilombolas, caso a remoção se efetive?

15) Como você se sente em relação à situação dos quilombolas no que diz respeito à remoção para as agrovilas no passado?

16) E com relação aos deslocamentos que podem ocorrer por causa do Novo Acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos?

17) Esse questionário será utilizado para a escrita de artigos e da tese que estou desenvolvendo, você concorda que nome conste na divulgação do trabalho que será publicado?
() sim () não

Alcântara/MA, _____ de _____ de 2021

Assinatura

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM LIDERANÇAS QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA

I. Perfil

Nome _____

Representação _____

Escolaridade/Formação _____ Idade _____

Local de nascimento _____

Local de residência _____

Há quanto tempo? _____

II Estado e comunidades quilombolas

1) Como as comunidades quilombolas são vistas pelo Estado com relação à implantação/expansão do CLA em Alcântara? por quê?

2) Mesmo com a justificativa técnica que caracteriza Alcântara como um lugar excepcional para o lançamento de artefatos aeroespacial, você acredita que essa expansão da área da Base aconteceria se as terras não fossem ocupadas por comunidades quilombolas? A expansão da área da Base ocorreria, por exemplo, se nessas terras houvesse plantios de monoculturas de exportação ou se o litoral estivesse completamente ocupado com restaurantes e hotéis, por exemplo?

Sim () não (), por quê?

3) O Incra elaborou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, demarcando as terras das comunidades quilombolas e, em 2008, foi publicado no Diário Oficial da União. Segundo as informações que você tem, por que até o presente momento a titulação definitiva das terras não ocorreu?

4) Como a comunidade sente a presença dos militares (Exército/Aeronáutica) no Município?

-
-
- 5) O movimento que você integra recebe algum tipo de apoio de alguma instituição?
() sim () não que tipo de apoio? De qual instituição?
-
-

III – Luta dos movimentos sociais

- 6) No seu entendimento, o que é possível ser feito pelos movimentos sociais para que as comunidades quilombolas de Alcântara possam obter a titulação e, com isso, a posse definitiva das terras ocupadas? Atualmente, existem estratégias de organização política e comunitária sendo realizadas para que a titulação das terras das comunidades quilombolas se efetive?
-
-

- 7) No atual momento, você acredita que o poder público local (o legislativo e o executivo, por exemplo) poderia contribuir com a luta dos movimentos sociais?
-
-
-
-

- 8) Desde o estabelecimento do novo Acordo Brasil e Estados Unidos quais as principais ações foram feitas para evitar que a expansão da área do CLA se efetive?
-
-
-
-

- 9) Como a maioria dos moradores de sua comunidade se posiciona em relação a expansão da área do CLA? () a favor () contra () não sabe

- 10) Os movimentos sociais fazem reuniões periodicamente com as comunidades para informar o que está acontecendo? () sim () não () não sabe

- 11) Como você acha que se posicionam o poder público local de Alcântara em relação a expansão da área do CLA? () a favor () contra () não sabe

- 12) Os movimentos sociais procuram o poder público local para solicitar audiências públicas para debater o assunto com as comunidades e moradores da sede?

() sim () não () não sabe

Por que?

13) Tem pessoas na sua comunidade que são favoráveis ao deslocamento para outro local
() sim () não () não sabe

14) Como você acha que se posicionam os empresários locais de Alcântara em relação a expansão da área do CLA? () a favor () contra?

15) Se houver a expansão do CLA, na sua opinião, as pessoas que moram na Sede podem ser prejudicadas, de que forma?

IV - Expansão da área da Base de Lançamento de Alcântara

16) Quais mudanças positivas ou negativas ocorreram para o povo de Alcântara por causa da primeira da implantação?

Positivas

Negativas

17) É possível, na sua opinião, que o CLA desenvolva suas atividades aeroespaciais sem interferir nos modos de vida das comunidades? () Sim () não, se sim, de que forma?

19) De que forma, as pessoas que moram nas comunidades quilombolas podem ser favorecidas ou prejudicadas pela expansão da área do CLA?

Como poderão ser favorecidas?

Como poderão ser prejudicadas? _____

As respostas desse questionário serão utilizadas na escrita de artigos e tese que estou desenvolvendo no Programa de pós-graduação de Ciências Sociais da UFMA. Você concorda que seu nome conste trabalho que será publicado, sim () não ()?

Alcântara, _____ de junho de 2021

Assinatura